



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

---

ANO LX - Nº 130 - QUINTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

---

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
(Biênio 2005/2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>SEVERINO CAVALCANTI – PP – PE</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>JOSÉ THOMAZ NONÔ – PFL – AL</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>CIRO NOGUEIRA – PP – PI</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>INOCÊNCIO OLIVEIRA – PMDB – PE</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>NILTON CAPIXABA – PTB – RO</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>EDUARDO GOMES – PSDB – TO</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>JOÃO CALDAS – PL – AL</b>
<b>1º SUPLENTE</b>	<b>GIVALDO CARIMBÃO – PSB – AL</b>
<b>2º SUPLENTE</b>	<b>JORGE ALBERTO – PMDB – SE</b>
<b>3º SUPLENTE</b>	<b>GERALDO RESENDE – PPS – MS</b>
<b>4º SUPLENTE</b>	<b>MÁRIO HERINGER – PDT - MG</b>

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, de 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, que “institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 14 de agosto de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 3 de agosto de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### SEÇÃO I

### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 192ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOLENE, MATUTINA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 3 DE AGOSTO DE 2005.

##### I – Abertura da sessão

##### II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

##### III – Leitura do expediente

#### OFÍCIOS

Nº 4.508/05 – Do Senhor Luiz Carlos Korff Rosa Filho, Delegado de Polícia Federal em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, solicitando cópia autenticada do depoimento que teria sido prestado à CPI do Narcotráfico por Joaquim Hermano Castilla Jimenez..... 35436

Nº 318/05 – CN – Do Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, comunicando que o Aviso nº 23/05 foi atuado, lido e despachado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 35437

Nº 319/05 – CN – Do Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, comunicando que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República adotou e publicou as Medidas Provisórias nºs 256 e 257, de 2005..... 35437

Nº 320/05 – CN – Do Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, comunicando que o Excelentíssimo Senhor Pre-

sidente da República adotou, publicou e retificou as Medidas Provisórias nºs 258 e 259, de 2005..... 35438

Nº 324/05 – CN – Do Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, comunicando que a Mensagem nº 80/05-CN foi lida e despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 35442

Nº 325/05 – CN – Do Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, comunicando que os Projetos de Lei nºs 23 a 26, de 2005 foram lidos e despachados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 35442

Nº 326/05 – CN – Do Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, comunicando que os Projetos de Lei nºs 27 e 28, de 2005 foram lidos e despachados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 35442

Nº 1.707/05 – Da Senhora Senadora Serys Slhessarenko, Primeiro Suplente, no exercício da Primeira Secretária do Senado Federal, encaminhando o autógrafo do PL nº 5.873/01..... 35443

Nº 6/05 – Do Senhor Deputado Dr. Enéas, comunicando que o Deputado José Carlos Machado deixa de integrar a CPI destinada a “investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste”..... 35444

## COMUNICAÇÃO

Do Senhor Deputado Fernando Estima, comunicando que aceita assumir o mandato de Deputado Federal..... 35444

**SESSÃO SOLENE DE 3-8-2005****IV – Homenagem**

Transcurso do 20º aniversário de criação do Projeto Criança Esperança..... 35444

PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Composição da Mesa Diretora dos trabalhos. Saudação aos convidados presentes. Transcurso do 20º aniversário de criação do Projeto Criança Esperança. ... 35444

Oradores: MARCELO ORTIZ (PV – SP), MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS)..... 35445

PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Convite ao Prefeito Antônio Gilberto Filippo Fernandes, do Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, para composição da Mesa Diretora dos trabalhos. .... 35449

Oradores: PEDRO CHAVES (PMDB – GO), CELCITA PINHEIRO (PFL – MT), ANTENOR NASPOLINI (PSDB – CE), DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB – MG), SANDRA ROSADO (PSB – RN), ROGÉRIO TEÓFILO (PPS – AL), SARNEY FILHO (PV – MA), MAURÍCIO RABELO (PL – TO), GILMAR MACHADO (PT – MG). .... 35449

PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) – Alegria pela participação na presente sessão solene. Agradecimento às autoridades presentes. .... 35457

**V – Encerramento**

**2 – ATA DA 193ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOLENE, MATUTINA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 03 DE AGOSTO DE 2005**

**I – Abertura da sessão**

**II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior**

**III – Leitura do expediente**

SESSÃO SOLENE DE 3-8-2005

**IV – Homenagem**

Transcurso do 98º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Anápolis, Estado de Goiás. .... 35457

PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Composição da Mesa Diretora dos trabalhos. Saudação aos convidados presentes. Transcurso do 98º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Anápolis, Estado de Goiás. .... 35457

Orador: PEDRO CANEDO (PP – GO)..... 35458

PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Convite ao Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, para integração da Mesa Diretora dos trabalhos. .... 35459

Orador: RUBENS OTONI (PT – GO). .... 35461

PRESIDENTE (Pedro Canedo) – Presença no plenário de Vereadores da Câmara Municipal de Anápolis..... 35462

Orador:LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO).... 35462

PRESIDENTE (Pedro Canedo) – Presença no plenário de Vereadores e de Secretários Municipais de Anápolis..... 35463

Orador: RONALDO CAIADO (PFL – GO).... 35463

PRESIDENTE (Pedro Canedo) – Presença no plenário de empresários e autoridades do Município de Anápolis..... 35465

Orador:SANDES JÚNIOR (PP – GO)..... 35465

PRESIDENTE (Pedro Canedo) – Presença no plenário das esposas do Prefeito e Vice-Prefeito e de personalidades ilustres do Município de Anápolis... 35466

Orador: JOÃO CAMPOS (PSDB – GO)..... 35467

PRESIDENTE (Pedro Canedo) – Presença no plenário de autoridades e personalidades de destaque do Município de Anápolis..... 35468

Orador: JOVAIR ARANTES (PTB – GO). .... 35468

PRESIDENTE (Pedro Canedo) – Presença no plenário de personalidades de destaque do Município de Anápolis..... 35469

Orador: BARBOSA NETO (PSB – GO). .... 35469

PRESIDENTE (Pedro Canedo) – Presença no plenário de personalidades de destaque do Município de Anápolis..... 35470

Orador: CARLOS NADER (PL – RJ). .... 35470

PRESIDENTE (Pedro Canedo) – Presença no plenário de autoridades e personalidades do Estado de Goiás. Interpretação de canções pelo Coral Madrigal Bel Canto. Agradecimento às autoridades e convidados presentes..... 35471

**V – Encerramento**

**3 – ATA DA 194ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 03 DE AGOSTO DE 2005.**

**I – Abertura da sessão**

**II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior**

**III – Leitura do expediente**

SESSÃO ORDINÁRIA DE 3-8-2005

**IV – Pequeno Expediente**

FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR. Pela ordem) – Perspectiva de estreitamento das relações entre o Brasil e a Venezuela como decorrência da inauguração de agência do Banco do Brasil S.A. no Município de Pacaraima, Estado de Roraima..... 35476

WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem) – Reivindicação ao Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Jaques Wagner, de negociação com o movimento grevista dos servidores da Previdência Social. Con-

veniência de discussão de plano de carreira dos servidores da Casa.....	35477	CLÁUDIO MAGRÃO (PPS – SP. Pela ordem) – Realização do 5º Congresso Nacional da Força Sindical, no Município de Praia Grande, Estado de São Paulo. ....	35485
CARLOS SANTANA (PT – RJ. Pela ordem) – Êxito do movimento grevista dos ferroviários. Realização do ramal ferroviário entre os Municípios de Itaboraí e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. ...	35477	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Informação ao Plenário sobre a realização de homenagem ao Presidente do Parlamento Europeu durante a presente sessão. ....	35485
TARCISIO ZIMMERMANN (PT – RS) – Questionamento acerca da edição da Medida Provisória nº 258, de 2005, sobre a fusão da atual Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária. Realização de audiência pública pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para debate do tema.....	35477	SIMÃO SESSIM (PP – RJ) – Acerto de decisão do Juiz Federal Charles Renaud Frazão de Moraes sobre a proibição de cobrança de assinatura mensal pelas empresas operadoras de telefonia fixa. ....	35485
LAEL VARELLA (PFL – MG) – Considerações do príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança, tetraneto do imperador Dom Pedro I, a respeito da crise política brasileira, publicadas no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> . ....	35478	PAULO FEIJÓ (PSDB – RJ) – Crise política provocada pelas recentes denúncias de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Paralisação das atividades do Governo Federal.....	35486
FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Imperiosidade da apuração do envolvimento de Parlamentares em escândalos de corrupção para retomada do curso normal dos trabalhos legislativos.....	35479	LOBBE NETO (PSDB – SP) – Necessidade de investigação de denúncia feita pelo Deputado Roberto Jefferson sobre o envolvimento de membros do Governo Federal com o conglomerado empresarial de telecomunicações Portugal Telecom..	35487
MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Posse do Bispo Dom Antônio Roberto Cavuto, da Diocese de Itapipoca, Estado do Ceará. ....	35480	JOSÉ CARLOS MACHADO (PFL – SE) – Reivindicação ao Presidente da PETROBRAS, Sérgio Gabrielli, de construção de gasoduto no Estado de Sergipe. ....	35487
JAIR BOLSONARO (PP – RJ) – Considerações sobre o depoimento do Deputado José Dirceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.....	35481	MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem) – Manifestação de pesar pelo falecimento de Glícea Furtado Bedê, esposa do músico cearense Moacir Bedê.....	35488
NELSON PELLEGRINO (PT – BA) – Urgência na recuperação das rodovias federais no Estado da Bahia. Início da recuperação de trecho da BR-101 entre o Município de Feira de Santana e Salvador. Defesa de criação de universidade pública no extremo sul da Bahia. Participação em debates sobre a geração de empregos na região do Vale do Jequitinhonha, nos Estados de Minas Gerais e Bahia. .	35481	JURANDIR BOIA (PDT – AL) – Causas do déficit habitacional brasileiro. Empenho do Governo do Estado de Alagoas na expansão da habitação popular. Inconsistência da atual política habitacional do Governo Federal.....	35488
MANATO (PDT – ES) – Necessidade de participação da sociedade civil organizada no debate sobre a criação de reserva ambiental no Estado do Espírito Santo. Solidariedade do orador aos agricultores e Municípios atingidos pela criação da reserva. Contestação ao depoimento do Deputado José Dirceu prestado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. ....	35482	MARCELO TEIXEIRA (PMDB – CE. Pela ordem) – Transcurso de aniversário de fundação do Lar Torre de Melo, entidade assistencial do Estado do Ceará.....	35489
ZEQUINHA MARINHO (PSC, PA) – Estado de abandono das rodovias federais no Estado do Pará. Reivindicação ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de renegociação das dívidas do País. ....	35483	CARLOS NADER (PL – RJ) – Urgente necessidade de alteração das políticas monetária e tributária para retomada do crescimento econômico do País.....	35489
LUIZ CARREIRA (PFL – BA) – Ineficiência do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo no combate à corrupção. Necessidade de investigação de operação de apoio a bancos realizada em 2004. ....	35483	CARLOS SOUZA (PP – AM) – Escalada da violência no campo. Conveniência da aceleração do trâmite da Proposta de Emenda à Constituição nº 143, de 2003, sobre a criação da Justiça Agrária. ....	35490
JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre garantia de acesso de crianças em idade pré-escolar à educação pública.....	35484	INOCÊNCIO OLIVEIRA (PMDB – PE) – Congratulação ao Monsenhor José Airton Guedes, da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, no Recife, Estado de Pernambuco, ao ensejo do transcurso do 99º aniversário natalício e do 77º aniversário de atividade sacerdotal.....	35490
		NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Baixos índices de crescimento econômico e recrudescimento da desigualdade social no País.....	35490

JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Necessidade do cumprimento de pacto federativo para garantia da distribuição de recursos para financiamento da educação pública. Descumprimento, pelo Governo Federal, da regra estabelecida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica sobre o cálculo do valor mínimo de investimento anual por aluno. Dificuldades encontradas pelo Governo do Estado do Pará para cumprimento dos objetivos do Plano Nacional de Educação. Empenho do Governo paraense no fortalecimento da educação pública de qualidade. .... 35492	Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo. .... 35499
MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Crise de credibilidade das instituições democráticas em face das denúncias de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Imperiosidade da punição exemplar dos envolvidos para o fortalecimento da democracia. Disseminação de investigações paralelas e ilegais, em desrespeito ao Estado de Direito. .... 35492	ANTONIO CARLOS BIFFI (PT – MS) – Denúncias de trabalho escravo em carvoarias do Município de Bonito, Mato Grosso do Sul, veiculadas pela emissora <i>TV Morena</i> . Apelo ao IBAMA e ao INCRA para efetivo combate ao desmatamento irregular no Estado, em particular na região pantaneira..... 35500
MARCELO BARBIERI (PMDB – SP) – Indignação diante da execução sumária, por policiais britânicos, do brasileiro Jean Charles de Menezes em Londres, Inglaterra. Crescente discriminação a pessoas de origem estrangeira na Inglaterra. Posicionamento do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre o incidente. Repúdio ao terrorismo de Estado..... 35493	LEANDRO VILELA (PMDB – GO) – Transcurso dos aniversários de fundação dos Municípios de Jaraguá e Caiapônia, Estado de Goiás. Pujança das duas cidades goianas. .... 35501
NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Expectativa do setor agrícola diante da realização da Rodada da Organização Mundial do Comércio, em Hong Kong. Defesa da redução dos subsídios agrícolas no mundo e da ampliação do acesso dos países em desenvolvimento aos mercados europeu, asiático e norte-americano. .... 35494	COSTA FERREIRA (PSC – MA) – Viagem do orador em missão oficial a Genebra, Suíça, para participação em seminário sobre o tema <i>Aplicação da Legislação Relativa aos Direitos das Populações Autóctones</i> ..... 35502
LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO) – Tramitação na Casa de projeto de lei sobre a extinção da assinatura básica na telefonia fixa. Concessão, pelo Juiz Federal Charles Renaud Frazão de Moraes, de medida liminar contra a cobrança da tarifa..... 35494	JEFFERSON CAMPOS (PMDB – SP) – Queda do poder aquisitivo e aumento da concentração de renda no País. Implementação de ações eficazes de combate à fome no Brasil. Sucesso da 54ª Convenção Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. .... 35503
VITTORIO MEDIOLI (PV – MG) – Objetivos de implantação da Agenda 21, sobre desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente. Elaboração da Agenda 21 do Município de Betim, Estado de Minas Gerais. .... 35495	FEU ROSA (PP – ES) – Artigo sobre redução dos gastos do Governo Federal com publicidade, publicado pelo jornal <b>Valor Econômico</b> . .... 35504
FERNANDO DE FABINHO (PFL – BA) – Concessão, pela Justiça Federal, de medida liminar que cancela a cobrança da assinatura básica de telefonia fixa. Tramitação na Casa de projetos de lei sobre prestação de serviços de telefonia. Campanha nacional pelo desarmamento, com vistas ao referendo em 23 de outubro. Estatísticas sobre a violência decorrente do uso de armas de fogo. Realização da procissão de Senhora Santana, Padroeira do Município de Feira de Santana, Estado da Bahia. História do Município baiano. .... 35496	NILSON MOURÃO (PT – AC) – Relevância dos projetos sociais e ambientais promovidos pela PETROBRAS no País..... 35505
MARCUS VICENTE (PTB – ES) – Regozijo com a aprovação dos planos de carreira da Polícia	EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Transcurso do 80º aniversário de fundação do jornal <b>O Globo</b> . Surgimento de surtos de dengue no Estado do Ceará. .... 35506
	REINALDO BETÃO (PL – RJ) – Prioridade dada pelo Governo Federal ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Protesto contra o fechamento de agência dos Correios no Distrito de Santa Cruz da Serra, no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. .... 35508
	ZELINDA NOVAES (PFL – BA) – Transcurso do 43º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia..... 35509
	TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Transcurso do 60º aniversário do bombardeio atômico às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Aprofundamento das desigualdades sociais e das divergências culturais e religiosas no mundo em decorrência da globalização. Aumento do poderio nuclear das superpotências mundiais..... 35509
	MAURÍCIO RABELO (PL – TO. Pela ordem) – Congratulação ao Presidente Severino Cavalcanti pela condução dos trabalhos legislativos na Casa. Comemorações pelo transcurso de aniversário natalício do ex-Governador do Estado do Tocantins Siqueira Campos. .... 35510

**V – Homenagem**

PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Convite ao Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles, para composição da Mesa Diretora dos trabalhos. .... 35510

PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Boas-vindas ao Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles. Importância do intercâmbio entre Parlamentos. Realização do 2º Encontro Mundial de Presidentes de Parlamentos em Nova Iorque, Estados Unidos da América..... 35510

ORLANDO FANTAZZINI (PT – SP. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Conveniência da utilização do modelo da União Européia para consolidação do MERCOSUL. Apoio à criação de área de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Européia. Importância da visita ao Brasil do Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles. .... 35511

(Pronunciamento em língua espanhola do Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles.)..... 35511

NEY LOPES (PFL – RN) – Saudação ao Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles, em visita à Casa. Importância de celebração de acordo comercial entre a União Européia e o MERCOSUL. Defesa da proposta de instituição da Assembléia Parlamentar Euro-Latino-Americana e da Comunidade Latino-Americana de Nações. .... 35511

AROLDO CEDRAZ (PFL – BA) – Boas-vindas ao Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles, e à sua comitiva. .... 35512

JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Saudação ao Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles. Estreitamento das relações entre o MERCOSUL e a União Européia. Paradoxo entre a política de subsídio agrícola praticada pela Europa e Estados Unidos da América e a de elevada taxa de juros imposta ao agricultor brasileiro. .... 35513

MANINHA (PT – DF) – Visita à Câmara dos Deputados do Presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrell Fontelles. Defesa do estreitamento das relações entre a União Européia e a América Latina..... 35514

JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL) – Saudação ao Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles, em visita à Câmara dos Deputados. Defesa do estreitamento das relações entre o Brasil e a União Européia..... 35514

PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Agradecimento ao Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles, pela visita à Câmara dos Deputados. .... 35515

IVAN VALENTE (PT – SP. Pela ordem) – Realização, por integrantes do PT, de ato público em

protesto contra a política econômica e as alianças partidárias do Governo Federal. Imperiosidade da apuração das denúncias de corrupção e da punição exemplar dos envolvidos..... 35515

ZONTA (PP – SC. Pela ordem) – Prejuízos socioeconômicos causados à agricultura brasileira em decorrência da indefinição do Governo Federal sobre o financiamento do setor..... 35516

JORGE ALBERTO (PMDB – SE. Pela ordem) – Relatório da participação do orador em seminário sobre os direitos dos povos indígenas, promovido pela União Interparlamentar e pela ONU em Genebra, Suíça. .... 35517

NEY LOPES (PFL – RN. Pela ordem) – Urgente necessidade de realização da reforma política. Apresentação de propostas de emenda à Constituição sobre prorrogação do prazo para mudanças no processo eleitoral, antecipação das eleições de 2006 e convocação da Assembléia Geral Constituinte. .... 35518

JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ. Pela ordem) – Confiança nos resultados das investigações realizadas pela CPMI dos Correios. .... 35519

ANTONIO CAMBRAIA (PSDB – CE. Pela ordem) – Credibilidade da maioria dos Parlamentares para apreciação das matérias em tramitação na Casa. .... 35519

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem) – Artigo **Democracia direta**, de autoria do ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ernando Uchôa Lima, publicado no jornal cearense **O Povo**. .... 35520

CHICO ALENCAR (PT – RJ. Pela ordem) – Considerações acerca do depoimento do Deputado José Dirceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Artigo *Sem mortos*, de autoria da jornalista Tereza Cruvinel, publicado no jornal **O Globo**. .... 35521

DR. HELENO (PMDB – RJ. Pela ordem) – Acerto da decisão do Prefeito Washington Reis, do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, sobre proibição de acesso de caminhões de lixo ao aterro sanitário de Jardim Gramacho.... 35523

LINCOLN PORTELA (PL – MG. Pela ordem) – Crítica às propostas de financiamento público de campanhas eleitorais e adoção de listas preordenadas de candidatos a cargos proporcionais, ao ensejo da reforma política. .... 35523

PAULO MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem) – Desmoralização das instituições democráticas pelos escândalos de corrupção do Governo Luiz Inácio Lula da Silva..... 35524

RENATO CASAGRANDE (PSB – ES. Pela ordem) – Apoio do PSB à investigação de denúncias de corrupção no Congresso Nacional. Necessidade de definição de agenda positiva para votação de projetos em tramitação na Casa..... 35524

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Anúncio de realização de reunião da Mesa Diretora com vistas a estabelecimento de acordo para a normalização dos trabalhos legislativos na Câmara dos Deputados. ....	35525	de emenda à Constituição sobre a convocação de revisão constitucional em 2007. ....	35529
IVAN PAIXÃO (PPS – SE. Pela ordem) – Homenagem póstuma ao Deputado Sérgio Arouca...	35525	BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS. Pela ordem) – Transcurso do 182º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul. ....	35530
PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Compromisso regimental e posse do Deputado Fernando Estima.....	35525	LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP. Pela ordem) – Encaminhamento de representação ao Tribunal Superior Eleitoral contra o lançamento da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.....	35531
PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem) – Necessidade de definição de agenda positiva para a normalização das votações na Casa. Exigüidade do prazo para análise, pelo Relator, da Medida Provisória nº 251, de 2005, sobre o Programa Universidade para Todos. Acerto do convite aos Ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Previdência Social, Nelson Machado, para prestação de esclarecimentos à Comissão de Finanças e Tributação sobre dívidas de responsabilidade de autarquias federais. Solicitação de auditoria ao Tribunal de Contas da União sobre pagamento de benefícios previdenciários pelo sistema bancário nacional. ....	35526	<b>Apresentação de proposições:</b> CARLOS NADER, DURVAL ORLATO, FÁBIO SOUTO, MENDES RIBEIRO FILHO, MILTON CARDIAS, MARCELO BARBIERI, CARLOS SANTANA, DURVAL ORLATO, SÉRGIO CAIADO, VANESSA GRAZZIOTIN, ANDRÉ FIGUEIREDO, SANDRO MABEL, CARLOS SOUZA, FERNANDO LOPES, ZULAIÊ COBRA, MARCONDES GADELHA, CARLOS SOUZA, CARLOS SANTANA, VITTORIO MEDIOLI, EDUARDO VALVERDE, BETINHO ROSADO, LUIZ ANTONIO FLEURY, JAIME MARTINS, EDSON DUARTE, BABÁ, CARLOS ABICALIL, VANESSA GRAZZIOTIN, ONYX LORENZONI, MARCELO ORTIZ, FRANCISCO GARCIA, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA; SELMA SCHONS.....	35532
ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Como Líder) – Necessidade de apuração de notícia sobre apresentação indevida do empresário Marcos Valério na condição de consultor do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para obtenção de audiência com o ex-Ministro de Obras Públicas, Transportes e Comunicações de Portugal, António Mexia.....	35526	<b>VI – Ordem do Dia</b>	
JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA. Como Líder) – Atraso na designação, pelo Presidente Severino Cavalcanti, de Relatores para medidas provisórias em tramitação na Casa. Contestação ao depoimento do Deputado José Dirceu, prestado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Responsabilidade do Governo Federal pela crise política em curso. Precipitação no encaminhamento de representação por quebra de decoro parlamentar contra o Deputado Roberto Jefferson.....	35527	PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Discussão, em turno único, da Medida provisória nº 251, de 2005, que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.....	35539
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Presença no plenário do Prefeito Benedito Machado Neto e do Vice-Prefeito José Giocondo Rossi, do Município de Porangaba, Estado de São Paulo. ...	35528	Usou da palavra o Sr. Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS), Relator da matéria, em substituição à Comissão Mista, para solicitação de prazo de uma sessão para oferecimento de parecer à medida provisória. ....	35539
PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem) – Conveniência da conversão em projeto de lei da Medida Provisória nº 258, de 2005, sobre a reorganização da administração tributária da União. Ofício encaminhado ao Presidente Severino Cavalcanti sobre o tema. ....	35528	PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Deferimento da solicitação do Relator da matéria, Deputado Antônio Carlos Biffi. ....	35539
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PTB – PE. Pela ordem) – Inconveniência do encaminhamento, pelo PL, de representações contra Deputados do PTB. ....	35529	Encerramento da Ordem do Dia. ....	35539
ROBERTO MAGALHÃES (PFL – PE. Pela ordem) – Conveniência da aprovação de proposta		PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem) – Reclamação à Presidência sobre a morosidade para indicação do Relator das medidas provisórias. ....	35539
		PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Resposta ao Deputado Pauderney Avelino.....	35539
		BETINHO ROSADO (PFL – RN. Pela ordem) – Apresentação de projeto de lei sobre alteração do Programa do <i>Biodiesel</i> . ....	35540
		WASNY DE ROURE (PT – DF. Pela ordem) – Mensagem da Conferência Nacional dos Bispos	



do Brasil ao povo brasileiro sobre o atual momento político do País. ....	35540	representante do Governo brasileiro pelo empresário Marcos Valério. Anseio do povo brasileiro pela elucidação das denúncias de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. ....	35546
HÉLIO ESTEVES (PT – AP. Pela ordem) – Importância da aproximação do Parlamento brasileiro com os Parlamntos Europeu e Latino-Americano. Apelo a autoridades brasileiras e européias para desenvolvimento econômico da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Reivindicação de investimentos governamentais no Município de Oiapoque, Estado do Amapá. ....	35541	ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE. Pela ordem) – Atualidade da nota Brasil em crise, da lavra do ex-Governador Leonel Brizola. Promoção, pelo PDT, PPS, PV, P-SOL, PCB e PSTU, de atos contra os escândalos de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. ....	35547
COLBERT MARTINS (PPS – BA. Pela ordem) – Votos de sucesso ao recém-empossado Deputado Fernando Estima. Presença no plenário do jornalista Jozailto Lima, do jornal <b>CINFORM</b> , de Aracaju, Estado de Sergipe. Descrédito do Parlamento diante das denúncias de corrupção. Necessidade de agilização dos trabalhos da CPMI dos Correios. Urgência na retomada das votações na Casa. ....	35541	MILTON CARDIAS (PTB – RS. Pela ordem) – Urgência na retomada das obras de recuperação de trecho da BR-386 entre os Municípios de Irai e Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul. ....	35547
HELENO SILVA (PL – SE. Pela ordem) – Acerto da criação do Conselho Nacional da Juventude, pelo Governo Federal. ....	35542	GERALDO RESENDE (PPS – MS. Pela ordem) – Necessidade de implementação de políticas de saúde pública voltadas para segmentos étnicos desfavorecidos, em especial negros e índios. Desvio de recursos destinados às áreas de cunho social para manutenção da máquina administrativa no Estado de Mato Grosso do Sul. ....	35548
JAIR DE OLIVEIRA (PMDB – ES. Pela ordem) – Crise política criada pelas recentes denúncias de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Necessidade de realização da reforma político-partidária no País. ....	35542	ZÉ GERALDO (PT – PA. Pela ordem) – Participação de lideranças políticas e de representantes de movimentos sociais do oeste do Estado do Pará em debates, em órgãos do Poder Executivo Federal, sobre plano de recuperação e de construção de rodovias federais na região. Estruturação de órgãos federais no oeste paraense. Imperiosidade da punição dos envolvidos nos escândalos de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. ....	35548
PEDRO FERNANDES (PTB – MA. Pela ordem) – Solicitação ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de urgência na conclusão das obras de recuperação de ponte rodoviária em São Luís, Estado do Maranhão. ....	35543	GERVÁSIO SILVA (PFL – SC. Pela ordem) – Urgência na retomada das votações na Casa. Precariedade das rodovias federais no Estado de Santa Catarina. Defesa da extensão do ato cooperativo às cooperativas de transporte de carga. ....	35549
WALDEMIR MOKA (PMDB – MS. Pela ordem) – Necessidade de reunião da Mesa Diretora para discussão de estratégias para a normalização dos trabalhos legislativos na Casa. ....	35544	ORLANDO FANTAZZINI (PT – SP. Pela ordem. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Ampliação e consolidação do bloco de esquerda do PT na Casa. ....	35550
FERNANDO DE FABINHO (PFL – BA. Pela ordem) – Manifestações contra a precariedade das rodovias BR-116 e BR-324, no Estado da Bahia. Acerto de decisão liminar do Juiz Federal Charles Frazão de Moraes contra a cobrança de assinatura básica de telefonia fixa em todo o País. ....	35544	MAURO PASSOS (PT – SC. Pela ordem) – Empenho da Procuradoria-Geral da República para apuração dos escândalos de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Necessidade de determinação da Câmara dos Deputados no mesmo sentido. ....	35550
GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL. Pela ordem) – Paralisação das atividades legislativas. Apoio à inclusão de proposições sobre a Política Nacional de Saneamento e a reforma tributária na pauta de votações da Casa. ....	35544	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Indicação do Presidente Regional do PMDB, Dorany Sampaio, para recebimento da Ordem do Mérito Legislativo. ....	35550
GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP. Pela ordem) – Lucros exorbitantes auferidos pelas instituições financeiras no País. ....	35545	LUCIANA GENRO (Sem Partido – RS – Pela ordem) – Envolvimento do PT do Rio Grande do Sul em esquemas de corrupção. Busca de alternativa para os movimentos de esquerda no País. ....	35551
VADINHO BAIÃO (PT – MG. Pela ordem) – Manifestação de pesar pelo falecimento do médico Júlio César Dadalti Barroso. ....	35546	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Manifestação de solidariedade ao ex-Presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha. ....	35551
JOÃO FONTES (PDT – SE. Pela ordem) – Considerações acerca do depoimento do Senador Demóstenes Torres à CPMI dos Correios. Perplexidade ante nota do Ministro de Minas e Energia de Portugal sobre o uso indevido da condição de		ADELOR VIEIRA (PMDB – SC. Pela ordem) – Inadmissibilidade da campanha de doação de	

móveis e equipamentos para a Delegacia Regional do Trabalho do Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.....	35551	DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB – MG. Pela ordem) – Críticas à postura do ex-Deputado Valdemar Costa Neto.....	35562
REINALDO BETÃO (PL – RJ. Pela ordem) – Aprovação pela Comissão de Defesa do Consumidor do Projeto de Lei nº 5.476, de 2001, sobre extinção da cobrança de assinatura básica de telefonia fixa. Decisão liminar do Juiz Federal Charles Renaud de Moraes contra a cobrança da tarifa. Transcurso do 1º aniversário de lançamento do <i>Plenarinho</i> , site infantil da Câmara dos Deputados.....	35552	FRANCISCO TURRA (PP – RS. Pela ordem) – Preocupação com os reflexos da crise política. Prejuízos causados à agricultura em decorrência da falta de definições governamentais para o setor. ..	35562
RAIMUNDO SANTOS (PL – PA. Pela ordem) – Urgência na votação do Projeto de Lei nº 3.009, de 1997, sobre a construção de eclusas. Pronunciamento do Sr. Martinho Cândido Veloso dos Santos na Comissão de Serviços e Infra-Estrutura do Senado Federal. ....	35553	EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem) – Redução nas estimativas sobre o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro.....	35563
PAULO FEIJÓ (PSDB – RJ. Pela ordem) – Gravidade da crise política brasileira. Solicitação à Mesa Diretora de cumprimento dos prazos regimentais para funcionamento das CPIs. Preocupação com a paralisia do Congresso Nacional. Adesão ao pronunciamento do Deputado Inocêncio Oliveira em solidariedade ao Deputado João Paulo Cunha. ....	35557	LÉO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pela ordem) – Urgente reforma política no País. ....	35564
BABÁ (Sem Partido – PA. Pela ordem) – Solicitação à Polícia Federal de investigação de ameaça do empresário paraense Antonio Toleo Garrido contra a vida do Sr. Douglas Diniz.....	35558	EDISON ANDRINO (PMDB – SC. Pela ordem) – Êxito do Projeto TAMAR, de preservação de tartarugas-marinhas no litoral brasileiro. ....	35564
ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA. Pela ordem) – Criação de campus da Universidade Federal da Bahia no Município de Barreiras.....	35559	POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem) – Desdobramentos dos trabalhos das CPIMs destinadas à investigação de denúncias de corrupção. Contrariedade à tese de desarmamento da população brasileira.....	35564
LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pela ordem) – Homenagem à memória do ex-Deputado Federal Jackson Pereira ao ensejo do 10º aniversário do seu falecimento.....	35559	JORGE VI (PSDB – AL. Pela ordem) – Elaboração de estudo jurídico com vistas ao cancelamento dos contratos de empréstimo firmados por instituições financeiras com aposentados e pensionistas, por meio de contato telefônico.....	35565
IVAN RANZOLIN (PP – SC. Pela ordem) – Matéria sobre a suspensão liminar, pela Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, da cobrança de assinatura básica pelas operadoras de telefonia fixa, publicada pelo <b>Jornal do Brasil</b> . Protesto contra a posição da Agência Nacional de Telecomunicações, favorável à cobrança da tarifa.....	35560	BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS. Pela ordem) – Imperiosidade da punição rigorosa dos Parlamentares envolvidos em esquemas de corrupção. Urgência na retomada das votações na Casa. Protesto contra a má vontade de Ministros de Estado com relação a solicitações de audiência por Parlamentares. Apelo em favor da retomada das votações nas sessões deliberativas da Casa. ....	35566
REGINALDO GERMANO (PP – BA. Pela ordem) – Investigação, pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, do superfaturamento das planilhas de custos por empresas de transporte público da cidade do Rio de Janeiro. Conveniência da criação de Comissão Externa para acompanhamento do caso. ....	35560	MARCELO GUIMARÃES FILHO (PL – BA. Pela ordem) – Dificuldades financeiras enfrentadas pela Universidade Federal da Bahia.....	35566
ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ. Pela ordem) – Avaliação negativa do Congresso Nacional pela sociedade brasileira. Preocupação com o panorama político do País. ....	35561	ALEX CANZIANI (PTB – PR. Pela ordem) – Indignação com pedidos de cassação de mandatos de Parlamentares apresentados pelo ex-Deputado Valdemar Costa Neto.....	35566
VIGNATTI (PT – SC. Pela ordem) – Aprovação, pelo Conselho Nacional da Juventude, de moção favorável ao desarmamento.....	35561	SELMA SCHONS (PT – PR. Pela ordem) – Apresentação de proposição modificadora da Lei de Responsabilidade Fiscal, para inclusão da responsabilidade patrimonial dos ocupantes de cargos eletivos. Encaminhamento de pedido de realização de sessão solene pelo transcurso do Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Preocupação com o atual contexto político do País. Realização de assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Defesa da proibição da venda de armas de fogo e munição no País.....	35568

**VII – Encerramento**  
**4 – ATO DA PRESIDÊNCIA**

Resolve constituir, nos termos do art. 15 da Resolução nº 29/93, que “dispõe sobre documentos

sigilosos na Câmara dos Deputados” a Comissão Especial de Documentos Sigilosos..... 35596

#### COMISSÕES

##### 5 – ATAS

Comissão de Finanças e Tributação, 20ª Reunião (Ordinária), em 22.6.05, 21ª Reunião (Audiência Pública), em 28.6.05, e 22ª Reunião (Ordinária), em 29.6.05..... 35597

Comissão de Turismo e Desporto, 14ª Reunião (Ordinária), em 22.6.05..... 35605

##### 6 – DESIGNAÇÕES

Comissão de Finanças e Tributação, em 3.8.05..... 35606

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em 3.8.05..... 35607

#### SEÇÃO II

##### 7 – ATOS DO PRESIDENTE

**a) Exonerar:** Gilcelly Glaucy de Sousa Martins, Hugo Ubirajara Cardoso Novais..... 35607

**b) Nomear:** Darley de Souza Gouveia, Maria Sueli de Oliveira Rodrigues, Marta Ângela da Silva Rodrigues, Michele Ferreira Nacfur Peçanha..... 35607

**8 – PORTARIAS** – nºs 71 a 77, de 2005 – Da Primeira Secretaria, referentes a credenciamentos de entidades de classe..... 35608

##### 09 – MESA

##### 10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

##### 11 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

##### 12 – COMISSÕES

# Ata da 192ª Sessão, Solene, Matutina, em 03 de agosto de 2005

*Presidência dos Srs. Severino Cavalcanti, Presidente. Marcelo Ortiz,  
§ 2º do artigo 18 do Regimento Interno.*

## I – ABERTURA DA SESSÃO

(Às 9 horas e 41 minutos)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

## II – LEITURA DA ATA

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti)

– Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. MARCELO ORTIZ**, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

## III – EXPEDIENTE

Ofício nº 4.508/2005 – IPL 0699/2004 – SR/DPF/SC

Florianópolis/SC, 20 de maio de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor  
Severino Cavalcanti  
Deputado Federal  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília/DF

**Assunto:** solicita cópia de depoimento

Senhor Presidente,

Visando instruir os autos do Inquérito Policial nº 0699/2004 – SR/DPF/SC (Processo nº 2003.72.00.012160-1 da Vara Federal Criminal de Florianópolis/SC), solicito a Vossa Excelência o encaminhamento de cópia autenticada do depoimento que teria sido prestado à CPI do Narcotráfico por Joaquim Hernando Castilla Jimenez, que também se apresentava com o nome falso de Raul Inácio Castro.

Respeitosamente, – **Luiz Carlos Korff Rosa Filho**, Delegado de Polícia Federal.

Ref. Of. nº 4508/2005 – Departamento de Polícia Federal – SC.

De ordem, à Diretoria Legislativa para providenciar e devolver a esta Secretaria-Geral da Mesa.

Em 14-6-05. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa.

## CONSULTORIA LEGISLATIVA

Em 22-6-2005

Processo nº 134499/2005

Restitua-se o processo ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, com a informação técnica elaborada pelo Consultor Legislativo Ribamar Soares.

Outrossim, manifesto-me de acordo com o teor da informação do Consultor. – **Ricardo José Pereira Rodrigues**, Diretor.

## DIRETORIA LEGISLATIVA CONSULTORIA LEGISLATIVA

**Origem:** Presidência da Câmara dos Deputados

**Tipo de Trabalho:** Consulta

**Assunto:** Encaminhamento de cópia autenticada de depoimento prestado à CPI do Narcotráfico à Polícia Federal

**Consultor:** Ribamar Soares

**Data:** 16 de junho de 2005

Trata-se de solicitação do Delegado de Polícia Federal, Dr. Luiz Carlos Korff Rosa Filho, de encaminhamento de cópia autenticada do depoimento que teria sido prestado à CPI do Narcotráfico por Joaquim Hernando Castilla Jimenez, visando a instruir os autos do Inquérito Policial nº 0699/200 – SRDFP/SC.

O pedido é legítimo e não encontra qualquer óbice a sua concretização. As notas referentes ao depoimento constituem prova importante para as investigações criminais e seu fornecimento ao órgão policial federal atende ao princípio da economia processual, evitando que essas provas tenham de ser novamente produzidas.

As notas taquigráficas contendo depoimentos prestados perante CPI, por sua vez, constituem documentos que, ao final dos trabalhos da Comissão, podem ser enviados, a critério da Comissão, para os órgãos cujas competências se relacionam com o objeto investigado pela CPI.

Desse modo, as notas taquigráficas podem, juntamente com o relatório final da Comissão, ser enviadas ao Ministério Público, à Receita Federal, a Ministros do Poder Executivo, a órgãos do Poder Judiciário e à Polícia Federal.

Conclui-se, portanto, não haver qualquer embaraço ao envio das notas solicitadas ao Delegado Federal responsável pela condução do Inquérito mencionado.

Consultoria Legislativa, 16 de junho de 2005.  
– **Ribamar Soares**, Consultor Legislativo  
Ref. Of. Nº 4.508/2005 – Delegado de Polícia federal em Florianópolis – SC

De ordem, à Diretoria Legislativa, com vista ao Centro de Documentação e Informação, para providenciar e devolver a esta Secretaria-Geral da Mesa.

Em 5-7-05. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa.

#### DIRETORIA LEGISLATIVA

Em 5-7-2005

Ao Senhor Diretor do Centro de Documentação e Informação, para as providências cabíveis. – **Afrísio Vieira Lima Filho**, Diretor Legislativo.

#### CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO PROCESSO Nº 134.499/2005

Em 5-7-2005

À Coordenação de arquivo, para providenciar, tendo em vista despacho do Senhor Secretário-Geral da Mesa, à fl. 7. – **Jorge Henrique Cartaxo**, Diretor.

#### COORDENAÇÃO DE ARQUIVO

Processo nº 134.499/2005

Em 20-7-2005

Ao Centro de Documentação e Informação, informando que, após minuciosa busca realizada na guia de transferência de documentos da CPI do Narcotráfico, identificamos quatro reuniões nas quais o Sr. Joaquim Hernando Castilla de Jimenez foi ouvido pela referida CPI. Destas, três foram ostensivas, e razão disso, encaminhamos cópia para ser enviada ao solicitante. Quanto à reunião reservada, informamos da impossibilidade de esta Coordenação dar acesso ou fornecer cópia, pois conforme estabelece o artigo 15 da Resolução nº 29, de 1993, “compete à Comissão Especial de Documentos Sigilosos decidir quanto às solicitações de acesso a informações sigilosas (...) Assim, sugerimos que, após o envio das cópias das reuniões ostensivas ao autor do Ofício nº 4.508/2005-1PL0699/2004-SR/DPF/SC, seja este processo despachado à mencionada Comissão para que ela delibere sobre o fornecimento de cópia da reunião reservada realizada pela CPI do Narcotráfico, em 21-11-2000, na qual foi ouvido o já referido depoente. – **Laila Monaiar**, Diretora Substituta.

#### CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Processo nº 134.499/2005

Interessado: **Luiz Carlos Korff Rosa Filho**

Em 21-7-2005

À Diretoria Legislativa, após as providências adotadas por este Centro. – **Jorge Henrique Cartaxo**, Diretor.

#### DIRETORIA LEGISLATIVA

Em 25-7-2005

Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, encaminhando a documentação solicitada, bem como sugerindo que a Comissão Especial de Documentos Sigilosos promova a avaliação dos demais documentos, conforme informado à fl. 08. – **Afrísio Vieira Lima Filho**, Diretor Legislativo.

Encaminhe-se cópia da documentação ao Requerente. Quanto aos documentos classificados como sigilosos, encaminhe-se o ofício em apreço à Comissão Especial de Documentos Sigilosos, nos termos do artigo 15 da Resolução Nº 29/93. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 3-8-05. – **Severino Cavalcante**, Presidente.

Of. nº 318/2005–CN

Brasília, 22 de julho de 2005

Exmº Sr.

Deputado Severino Cavalcanti  
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e lido na sessão do Senado Federal, realizada nesta data, o Aviso do Congresso Nacional nº 23, de 2005 (nº 977 – SGS–TCU–2005, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, e retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de estima e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

**Publique-se.** Arquite-se.

Em 3-8-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. nº 319/2005–CN

Brasília, 25 de julho de 25–7–2005

Exmº Sr.

Deputado Severino Cavalcanti  
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República adotou, no dia 21 de julho de 2005, e publicou em 22 de mesmo

mês e ano, as Medidas Provisórias nº(s) 256 e 257, de 2005.

Nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002–CN, o exame e o parecer serão realizados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em anexo, encaminho a V. Exª calendário para a tramitação das matérias.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

A Presidência comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 256, de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de R\$425.950.734,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

## MPV Nº 256

Publicação no DO	22-7-2005
Emendas	até 28-7-2005 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	22-7-2005 a 4-8-2005 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	4-8-2005
Prazo na CD	de 5-8-2005 a 18-8-2005 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	18-8-2005
Prazo no SF	19-8-2005 a 1º-9-2005 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	1º-9-2005
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	2-9-2005 a 4-9-2005 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	5-9-2005 (46º dia)
Prazo final no Congresso	19-9-2005 (60 dias)

A Presidência comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 257, de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$1.214.000.000,00 (um bilhão, duzentos e quatorze milhões de reais), para os fins que

especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

## MPV Nº 257

Publicação no DO	22-7-2005
Emendas	até 28-7-2005 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	22-7-2005 a 4-8-2005 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	4-8-2005
Prazo na CD	de 5-8-2005 a 18-8-2005 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	18-8-2005
Prazo no SF	19-8-2005 a 1º-9-2005 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	1º-9-2005
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	2-9-2005 a 4-9-2005 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	5-9-2005 (46º dia)
Prazo final no Congresso	19-9-2005 (60 dias)

**Publique-se. Arquive-se.**

Em 3-8-05. – **Severino Cavalcanti**,  
Presidente.

Of.nº. 320/-CN

Brasília, 25 de julho de 2005.

Exmº. Sr.

Deputado Severino Cavalcanti

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República adotou em 21 de julho de 2005, publicou em 22 do mesmo mês e ano, e retificou em 25 de julho do corrente ano, as Medidas Provisórias nºs 258 e 259, de 2005.

Nos termos do § 2º do art. 2º da resolução nº. 1, de 2002–CN, e da Resolução nº 2, de 2000–CN, ficam constituídas as Comissões Mistas e estabelecido o calendário para a tramitação das matérias conforme relações anexas.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O Senhor Presidente da República adotou em 21 de julho de 2005, publicou em 22 do mesmo mês e ano, e retificou em 25 de julho do corrente ano, a Medida Provisória nº 259, de 2005, que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 dezembro de 1993, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### Senadores

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<u>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</u>	
<b>José Jorge (PFL)</b>	<b>1. Eduardo Azeredo (PSDB)</b>
<b>Álvaro Dias (PSDB)</b>	<b>2. Rodolpho Tourinho (PFL)</b>
<b>Tasso Jereissati (PSDB)</b>	<b>3. Demóstenes Torres (PFL)</b>
<b>César Borges (PFL)</b>	<b>4. vago</b>
<u>PMDB</u>	
<b>Ney Suassuna</b>	<b>1. Luiz Otávio</b>
<b>Maguito Vilela</b>	<b>2. Gerson Camata</b>
<b>João Batista Motta</b>	<b>3. Leomar Quintanilha</b>
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)</u>	
<b>Delcídio Amaral (PT)</b>	<b>1. vago</b>
<b>Sibá Machado (PT)</b>	<b>2. vago</b>
<b>Antônio Carlos Valadares (PSB)</b>	<b>3. vago</b>
<u>PDT</u>	
<b>Osmar Dias</b>	<b>1. vago</b>
<u>PTB</u>	
<b>Mozarildo Cavalcanti</b>	<b>1. Sérgio Zambiasi</b>
<u>*PP</u>	
<b>Valmir Amaral</b>	<b>1. vago</b>

#### Deputados

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<u>PT</u>	
<b>Paulo Rocha</b>	<b>1. Fernando Ferro</b>
<b>Colombo</b>	<b>2. Henrique Fontana</b>
<u>PMDB</u>	
<b>Wilson Santiago</b>	<b>1. Benjamin Maranhão</b>
<b>Mendes Ribeiro Filho</b>	<b>2. Asdrúbal Bentes</b>
<u>PFL</u>	
<b>Rodrigo Maia</b>	<b>1. Murilo Zauith</b>
<b>Roberto Brant</b>	<b>2. Kátia Abreu</b>
<u>PSDB</u>	
<b>Alberto Goldman</b>	<b>1. Eduardo Paes</b>
<u>PP</u>	
<b>José Janene</b>	<b>1. Mario Negromonte</b>
<u>PTB</u>	
<b>José Múcio Monteiro</b>	<b>1. Ricarte de Freitas</b>
<u>PL</u>	
<b>Sandro Mabel</b>	<b>1. Miguel de Souza</b>
<u>PPS</u>	
<b>Dimas Ramalho</b>	<b>1. Rogério Teófilo</b>
<u>PSB</u>	
<b>Renato Casagrande</b>	<b>1. Dr. Ribamar Alves</b>
<u>*PRP</u>	
<b>Renato Cozzolino</b>	<b>1.</b>

\* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **22-7-2005**
- Designação da Comissão: **25-7-2005 (SF)**
- Instalação da Comissão: **26-7-2005**
- Emendas: **até 28-7-2005** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **22-7-2005 a 4-8-2005**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **4-8-2005**
- Prazo na CD: **de 5-8-2005 a 18-8-2005** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **18-8-2005**
- Prazo no SF: **de 19-8-2005 a 1º-9-2005** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **1º-9-2005**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 2-9-2005 a 4-9-2005** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **5-9-2005** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **19-9-2005** (60 dias)

O Senhor Presidente da República adotou em 21 de julho de 2005, publicou em 22 do mesmo mês e ano, e retificou em 25 de julho do corrente ano, a Medida Provisória nº **258, de 2005**, que “Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

<b>Senadores</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<u>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</u>	
<b>José Jorge (PFL)</b>	<b>1. Eduardo Azeredo(PSDB)</b>
<b>Álvaro Dias (PSDB)</b>	<b>2. Rodolpho Tourinho (PFL)</b>
<b>Tasso Jereissati (PSDB)</b>	<b>3. Demóstenes Torres (PFL)</b>
<b>César Borges (PFL)</b>	<b>4. vago</b>
<u>PMDB</u>	
<b>Ney Suassuna</b>	<b>1. Luiz Otávio</b>
<b>Maguito Vilela</b>	<b>2. Gerson Camata</b>
<b>João Batista Motta</b>	<b>3. Leomar Quintanilha</b>
<u>Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)</u>	
<b>Delcídio Amaral (PT)</b>	<b>1. vago</b>
<b>Sibá Machado (PT)</b>	<b>2. vago</b>
<b>Antônio Carlos Valadares (PSB)</b>	<b>3. vago</b>
<u>PDT</u>	
<b>Osmar Dias</b>	<b>1. vago</b>
<u>PTB</u>	
<b>Mozarildo Cavalcanti</b>	<b>1. Sérgio Zambiasi</b>
<u>*PP</u>	
<b>Valmir Amaral</b>	<b>1. vago</b>



**Deputados****Titulares**PT**Paulo Rocha****Colombo**PMDB**Wilson Santiago****Mendes Ribeiro Filho**PFL**Rodrigo Maia****Roberto Brant**PSDB**Alberto Goldman**PP**José Janene**PTB**José Múcio Monteiro**PL**Sandro Mabel**PPS**Dimas Ramalho**PSB**Renato Casagrande**\*PSC**Costa Ferreira****Suplentes**1. **Fernando Ferro**  
2. **Henrique Fontana**1. **Benjamin Maranhão**  
2. **Asdrúbal Bentes**1. **Murilo Zauith**  
2. **Kátia Abreu**1. **Eduardo Paes**1. **Mario Negromonte**1. **Ricarte de Freitas**1. **Miguel de Souza**1. **Rogério Teófilo**1. **Dr. Ribamar Alves**1. **Zequinha Marinho**

\* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **22-7-2005**
- Designação da Comissão: **25-7-2005 (SF)**
- Instalação da Comissão: **26-7-2005**
- Emendas: **até 28-7-2005** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **22-7-2005 a 4-8-2005** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **4-8-2005**
- Prazo na CD: **de 5-8-2005 a 18-8-2005** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **18-8-2005**
- Prazo no SF: **de 19-8-2005 a 1º-9-2005** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **1º-9-2005**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 2-9-2005 a 4-9-2005** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **5-9-2005** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **19-9-2005** (60 dias)

Publique-se. Arquive-se.

Em: 03 / 08 / 05


**SEVERINO CAVALCANTI**
**Presidente**

OF. nº 324/2005-CN

Brasília, 28 de julho de 2005

Exmº Sr.

Deputado Severino Cavalcanti

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que foi lida na sessão do Senado Federal realizada nesta data, a Mensagem nº 80, de 2005-CN (nº 467/2005, na origem), do Senhor Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2005, e foi despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de estima e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, presidente do Senado Federal.

**Publique-se.** Arquite-se.

Em 3-8-05. – **Severino Cavalcanti**,  
Presidente.

Of. nº 325/2005-CN

Brasília, 29 de julho de 2005

Exmº Sr.

Deputado Severino Cavalcanti

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que foram lidos na sessão do Senado Federal, realizada nesta data, os Projetos de Lei nºs 23 a 26, de 2005, do Congresso Nacional, e foram despachados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em anexo, encaminho a V. Exª o calendário para a tramitação dos projetos.

Aproveito a oportunidade para e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senador Federal.

Sobre a Mesa projetos de lei que serão lidos pelo Senhor Primeiro Secretário.

Projeto de Lei nº 23, de 2005 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$1.431.743,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três reais), para o fim que especifica”.

(Mensagem nº 75, de 2005 – CN, nº 445/2005, na origem).

Projeto de Lei nº 24, de 2005 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor

de R\$16.374.000,00 (dezesesseis milhões, trezentos e setenta e quatro mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 81, de 2005 – CN, nº 478/2005, na origem).

Projeto de Lei nº 25, de 2005, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 10.898.000,00 (dez milhões e noventa e oito mil reais), para os fins que especifica. (Mensagem nº 82, de 2005 – CN, 479/2005, na origem).

Projeto de Lei nº 26, de 2005 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 5.900.000,00, (cinco milhões, novecentos mil reais) para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 83, de 2005 – CN, nº 480/2005, na origem)

Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 3-8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 11-8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 16-8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 26-8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**Publique-se.** Arquite-se.

Em 3-8-05. – **Severino Cavalcanti**,  
Presidente.

Of. nº 326 /2005 – CN

Brasília, 2 de agosto de 2005

Exmº Sr.

Deputado Severino Cavalcanti

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que foram lidos na sessão do Senado Federal, realizada nesta data, os Projetos de Lei nºs 27 e 28, de 2005, do Congresso Nacional, e foram despachados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em anexo, encaminho a V. Ex<sup>a</sup> o calendário para a tramitação dos projetos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex<sup>a</sup> protestos de estima e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Sobre a mesa projetos de lei que serão lidos pelo Senhor Primeiro Secretário.

Projeto de Lei nº 27, de 2005 – CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes, crédito suplementar no valor global de R\$426.851.197,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e cinqüenta e um mil, cento e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. (Mensagem nº 84, de 2005 – CN, nº 505/2005, na origem).

Projeto de Lei nº 28, de 2005 – CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$7.132.321.192,00 (sete bilhões, cento e trinta e dois milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e noventa e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. (Mensagem nº 85, de 2005 – CN, nº 506/2005, na origem).

Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 7-8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 15-8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 20-8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 30-8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**Publique-se.** Arquite-se.

Em 3-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 1.707 SF)

Brasília, 27 de julho de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Inocêncio Oliveira  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

**Assunto:** Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2005 (PL nº5.873, de 2001, nessa Casa), sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado

na Lei nº 11.135, de 19 de julho de 2005, que “inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria.”

Atenciosamente, – Senadora **Serys Slhessa-renko**, Primeiro Suplente, no exercício da Primeira Secretaria.

#### **Inscribe o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro Heróis da Pátria**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de junho de 2005.

Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Aviso nº 724 – C. Civil.

Em 19 de julho de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro Secretário do Senado Federal

**Assunto:** Sanção presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 26, de 2005 (nº 5.873/01 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 11.135, de 19 de julho de 2005.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República

#### **MENSAGEM Nº 446**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportu-

tunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.135, de 19 de julho de 2005.

Brasília, 19 de de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

#### LEI Nº 11.135, DE 19 DE JULHO DE 2005

**Inscreve o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva no Livro dos Heróis da Pátria.**

O Presidente da República,  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

**Publique-se.** Arquite-se.

Em 3 de agosto de 2005. – **Severino Cavalcanti** – Presidente

#### Ofício GAB-306/I Nº 006/05

Brasília, 3 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Severino Cavalcanti

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado José Carlos Machado (PFL/SE) deixa de integrar, como membro titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a região Nordeste”.

Atenciosamente. – **Dr. Enéas Carneiro**, Deputado Federal, Líder do PRONA/SP.

Defiro. **Publique-se.**

Em 3-8-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Brasília, 3 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Atendendo convocação de Vossa Excelência, comunico-lhe que aceito assumir o mandato de deputado federal, na qualidade de titular, pelo Estado de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para apresentar protestos de consideração e apreço. – **Fernando Ricardo Galbiati Estima** (PL – SP).

**Publique-se**, nos termos do art. 241, inciso I, do RICD. Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 3-8-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Finda a leitura do expediente, passa-se à

#### IV – HOMENAGEM

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Esta sessão solene em homenagem aos 20 anos do Projeto Criança Esperança foi requerida pelo nobre Deputado Marcelo Ortiz.

Convido para compor a Mesa o Sr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; o Sr. Fábio Eon, representando o Sr. Jorge Werphein, representante da UNESCO no Brasil; e a Sra. Ana Lúcia Guimarães, Assessora de Comunicação da UNESCO.

Convido todos a ouvirem, de pé, o Hino Nacional.

(*É executado o Hino Nacional.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Assistiremos agora a um vídeo sobre os 20 anos do Projeto Criança Esperança.

(*Exibição de vídeo.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores, esta sessão solene não pretende simplesmente homenagear um grande programa social, meritório como tantos outros que se desenvolvem no País na área do atendimento à infância carente, porém vai mais além, ao trazer a este plenário, na ocasião em que se comemora os 20 anos do Criança Esperança, o debate acerca da infância e juventude do Brasil.

Nunca é demais repetir que as crianças de hoje representam o futuro do País, e, portanto, é para elas que se devem dirigir as atenções de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm responsabilidade sobre esse futuro.

Sabemos muito bem que tal responsabilidade não recai unicamente sobre o Poder Executivo, mas é compartilhada tanto pela sociedade como um todo, em especial por suas entidades representativas, quanto pelos 3 Poderes da República, dentro das atribuições de cada um.

Quanto a nós, é bem conhecida a parceria que o Projeto Criança Esperança desenvolveu com esta Casa em momentos cruciais de nosso trabalho legislativo, como foi o caso da redação da Carta de 88 e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É desnecessário lembrar o empenho do Deputado Marcelo Ortiz, que muito se tem dedicado para que esse projeto possa realmente atingir os seus objetivos.

Assim, esta reunião pretende também externar o agradecimento deste Poder à instituição que, ciosa de sua responsabilidade social, soube, como poucas, usar de sua capacidade de penetração popular para minorar o sofrimento de tantas crianças e jovens e lhes oferecer melhores oportunidades de progressão social.

Hoje, o Criança Esperança contabiliza mais de 143 milhões de reais investidos em mais de 4.800 projetos sociais, tendo como beneficiários diretos mais de 3 milhões de crianças e adolescentes em todo o País. Apenas esses dados já seriam o suficiente para qualificar esse projeto como dos mais notáveis de todos os tempos que já se levaram a cabo em nosso território.

A Câmara dos Deputados, portanto, sente-se honrada em prestar a devida homenagem a todos quantos colaboraram com essa iniciativa. São muitos, desde os primeiros anos. E, para não incorrer em omissões injustas, externo as congratulações da Casa à Rede Globo e ao UNICEF como um todo, promotores desse magnífico empreendimento, e ao seu representante principal, o grande humorista Renato Aragão, muito merecidamente intitulado Embaixador do Projeto.

Sabemos que se trata de um projeto em andamento e em constante aperfeiçoamento, e as novas iniciativas que ano a ano são implementadas nos dão a certeza de que, por muitos mais anos ainda, outros milhões de crianças brasileiras terão a esperança de uma vida adulta mais digna e mais cidadã.

Ao Projeto Criança Esperança e aos seus promotores e patrocinadores deixo o reconhecimento do povo brasileiro, que nesta Casa representamos.

Continuem com esse trabalho, para que possam dar esperança à sociedade brasileira, fazendo com que as crianças sintam que têm realmente um espaço no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Tem a palavra o autor do requerimento, o nobre Deputado Marcelo Ortiz, Líder da bancada do Partido Verde e representante do Vale do Paraíba nesta Casa.

**O SR. MARCELO ORTIZ** (PV – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti, agradeço a V.Exa. as palavras proferidas sobre mim, mas todos sabem que o grau de amizade que nos une deixam um pouco em dúvida suas afirmações, que, sei, vêm do grande coração de V.Exa.

Tenho procurado fazer um trabalho sério nesta Casa, principalmente quando se trata dos excluídos, dos carentes, daqueles que passam dificuldades, objetivo, aliás, também de V.Exa.

Cumprimento o Sr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, sempre presente nos atos que importam muito a este País; o Sr. Fábio Eon, representante do Dr. Jorge Werphein, representante da UNESCO no Brasil; e a Sra. Ana Lúcia Guimarães, Assessora de Comunicação da UNESCO. Não há observações a fazer em relação a esse organismo, ante a grandiosidade do trabalho que realiza em todo o mundo, particularmente no Brasil.

Cumprimento os Deputados e Deputadas e as autoridades que nos honram com sua presença.

Agradeço ainda aos responsáveis pelo brilhantismo do evento, aqueles que trabalham nos bastidores, apresentam-nos tudo pronto e dizem: agora é a vez dos senhores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que assomo a esta tribuna para homenagear uma das mais importantes iniciativas já implementadas para auxiliar crianças e adolescentes carentes brasileiros: o Projeto Criança Esperança, iniciativa da Rede Globo de Televisão, em parceria com a UNESCO.

A UNESCO, presente no Brasil há mais de 40 anos, foi criada para acompanhar o desenvolvimento mundial e, ao mesmo tempo, auxiliar os Estados membros na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. Esse organismo, atualmente, encontra-se envolvido num vasto campo de atividades. Suas áreas de atuação compreendem os seguintes temas: educação, ciências naturais, humanas e sociais, cultura, comunicação e informação.

A história do Projeto Criança Esperança começou com um programa especial feito pelos Trapalhões, dedicado à Campanha do Menor Carente, marcando o lançamento de uma série de campanhas que a Rede Globo veiculou em 1986. O programa *20 anos Trapalhões – Criança Esperança* teve 9 horas de duração e 28 blocos. Cada um deles fazia um balanço da campanha de doações e mostrava vinhetas sobre o direito das crianças, além de entrevistas com convidados e documentários sobre experiências com os menores de rua. Aliás, vimos hoje um vídeo nesse sentido.

Neste momento, homenagearei um dos maiores humoristas brasileiros, que, em sua grandeza, aproveitou o sucesso conferido pelo público de nosso País ao seu talento para levar os brasileiros a refletir sobre o tratamento dado à infância e à adolescência no Brasil e envolver-se numa corrente em prol de dias melhores para milhões e milhões de crianças e jovens.

Renato Aragão, Embaixador do UNICEF, esta singela homenagem do Parlamento brasileiro é um preito de reconhecimento de nossa população por

todo bem que o senhor vem cumulando ao Brasil em mais de 50 anos de carreira artística. O Projeto Criança Esperança é um sucesso de solidariedade porque tem sua essência.

Desde que foi criado, em 1986, o Projeto Criança Esperança já arrecadou mais de R\$ 143 milhões e apoiou cerca de 4.800 projetos, beneficiando mais de 3 milhões de crianças e adolescentes brasileiros. Nos últimos anos, a campanha vem registrando um aumento na média de arrecadação, o que atesta a receptividade do projeto pela população. Todas as doações contribuem para que o Projeto Criança Esperança possa prestar apoio técnico e financeiro a projetos sociais nacionais que buscam reduzir a taxa de mortalidade, erradicar o trabalho infantil, garantir os direitos das crianças, melhorar a educação fundamental e a saúde. Entre os projetos beneficiados estão Pastoral da Criança (Brasil), Afro Reggae (Rio de Janeiro), Gol de Letra (São Paulo), Projeto Axé (Salvador), Escola de Loteria (Manaus), entre outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de homenagear também a Rede Globo de Televisão, que, ao longo de 40 anos de existência, tem mostrado compromisso e responsabilidade social para com os brasileiros. A visão de um só coração brasileiro batendo e unindo Brasis diferentes, irradiada por Roberto Marinho, vem sendo continuada com muito afinco e consciência por seus filhos que assumiram, com grande dinamismo e competência, a direção dessa emissora que orgulha o Brasil.

O Projeto Criança Esperança teve importante atuação perante a Assembléia Constituinte de 1988, como bem lembrado pelo Presidente Severino Cavalcanti, colaborando para sensibilizar a sociedade e os Constituintes no sentido da inclusão dos direitos da criança e do adolescente na nova Carta Magna, o que ocorreu por meio da emenda popular que resultou no art. 227 da Constituição. Para a ONU, o Criança Esperança é modelo internacional e exemplo de mobilização social do setor privado, governos e ONGs.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Costa Ferreira.

**O Sr. Costa Ferreira** – Deputado Marcelo Ortiz, agradeço-lhe a gentileza e aproveito a oportunidade para saudar o Presidente Severino Cavalcanti, os representantes das Organizações Globo e da UNESCO e V.Exa., que, com muita inteligência, no desempenho do seu mandato nesta Casa, tem procurado zelar pelos interesses de diversos segmentos representativos da sociedade, em especial das nossas crianças e adolescentes, que realmente precisam de quem cuide de sua futuro. E o Criança Esperança não poderia deixar de merecer sua preocupação, assim como a nossa,

pois esse projeto traz para a criança brasileira novo alento, nova esperança. Congratulo-me também com todos aqueles que fazem o dia-a-dia da *TV Globo*, como Renato Aragão e tantos outros que têm trabalhado por esse mister. Obrigado.

**O SR. MARCELO ORTIZ** – Eu que agradeço a V.Exa. a intervenção sempre oportuna nos trabalhos desenvolvidos nesta Casa.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Lobbe Neto.

**O Sr. Lobbe Neto** – Caro Deputado Severino Cavalcanti, ilustres representantes da **TV Globo** e da UNESCO, nobre Deputado Marcelo Ortiz, a quem cumprimento pela autoria do requerimento de realização desta sessão de homenagem a programa tão importante para complementar ações governamentais destinadas ao atendimento das crianças menos favorecidas e necessitadas de apoio. Embora estejamos passando por séria crise institucional, são homens valorosos como V.Exa., Deputado Marcelo Ortiz, que dignificam o Congresso Nacional. Precisamos cada vez mais valorizar as pessoas boas, honestas, trabalhadoras, distinguindo o joio do trigo.

**O SR. MARCELO ORTIZ** – Deputado Lobbe Neto, agradeço a V.Exa o aparte. V.Exa. tem participado ativamente dos trabalhos do Congresso Nacional, primordialmente em defesa da educação. Nesse sentido, V.Exa. tem feito muito pela criança, que é a esperança do País.

Continuo, Sr. Presidente.

Ao longo desse período, a Rede Globo foi ampliando o alcance da campanha, com a diversificação das fontes de arrecadação. Desde 2001, são realizados leilões via Internet, eventos beneficentes e o licenciamento de produtos com a marca Criança Esperança, além de doações por telefone.

Em 2002, foram criados os Espaços Criança Esperança, que funcionam como centros modelo de atendimento a crianças e adolescentes de baixa renda, oferecendo atividades esportivas, artísticas, culturais e de informática. O primeiro foi instalado no Rio de Janeiro, em parceria com a ONG Viva Rio, atendendo às comunidades das favelas do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, na zona sul da cidade. Depois vieram os Espaços de São Paulo, Belo Horizonte e Olinda, que juntos atendem mais de 6 mil crianças e adolescentes por dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é chegada a hora de o Governo brasileiro, por intermédio do Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tomar uma decisão de governo que possa otimizar os remotos recursos públicos hoje investidos pelos programas federais nas crianças e jovens para que se

multipliquem com a seriedade que ocorre no Programa Criança Esperança.

Tenho convicção absoluta de que se essa oportunidade fosse dada para aqueles que contribuem com sua solidariedade e carinho, sem nenhum tipo de remuneração, a exemplo do eminente Renato Aragão, as crianças brasileiras abririam um sorriso que todo o povo brasileiro espera e gostaria de ver.

É chegada a hora de salvarmos nossas crianças para dar uma chance ao nosso País.

Ao concluir este pronunciamento, quero deixar consignado nos Anais da Câmara dos Deputados o meu apoio pessoal à campanha e apresentar meus cumprimentos à Rede Globo e à UNESCO pelos 20 anos do Projeto Criança Esperança, assim como a todas empresas e instituições que compartilham desse esforço em prol da infância e da adolescência no Brasil.

Com o admirável Criança Esperança, o Brasil dá substantivo exemplo de solidariedade ao mundo.

Disse há pouco que, quando enfrentamos situações adversas, problemas, procuramos retirar deles algo de bom. E hoje, quando o País atravessa profunda crise, temos a oportunidade de ver aqui reunidas pessoas que se preocupam com a criança brasileira. E, ainda que possa parecer que eu esteja usando um truismo, a criança, sim, é a responsável pelo futuro do País.

Temos de mostrar a ela, e já, que o nosso País é decente, honesto e tem representação digna. E vamos conseguir fazê-lo, porque esta Casa vai demonstrar que deve ser respeitada e que tem estofamento moral para isso.

Crianças, não se preocupem, vamos dar exemplos para que efetivamente este País continue a ser respeitado em âmbito nacional e internacional. Ninguém vai fazer com que percamos o que conseguimos a duras penas, com trabalho insano e permanente.

Vamos extrair daquilo que é ruim essa maravilha que o Didi fez para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Convido o nobre Deputado Marcelo Ortiz a assumir a presidência dos trabalhos, a fim de dar maior brilho a esta solenidade.

Com a palavra a nobre Deputada Maria do Rosário, que falará pelo PT.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT – RS. Sem revisão da oradora.) – Nobre Presidente, Deputado Severino Cavalcanti; nobre Deputado Marcelo Ortiz, autor do requerimento de realização desta sessão solene, que neste momento assume a presidência dos trabalhos; Sr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo;

Sr. Fábio Eon, representando o Dr. Jorge Werphein, representante da UNESCO no Brasil; Sra. Ana Lúcia Guimarães, Assessora de Comunicação da UNESCO; Sras. e Srs. Parlamentares presentes, Sras. Deputadas Sandra Rosado e Celcita Pinheiro, que, ao nosso lado e de tantos colegas, compõem a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente nesta Casa, em nome do Partido dos Trabalhadores e do trabalho de caráter suprapartidário que desenvolvemos em prol da infância com a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, quero enfatizar a importância deste momento.

A Constituição brasileira determina que haja uma responsabilidade comum, compartilhada entre o Estado, a sociedade e a família, para o bem-estar e garantias fundamentais às crianças e aos adolescentes no País.

Essa conquista, prevista no art. 227 da Constituição Federal, foi possível a partir da mobilização da sociedade brasileira, dos movimentos organizados, das entidades de base em defesa da cidadania para crianças e adolescentes. Ao longo da história, muitos foram os que contribuíram – instituições, Projeto Criança Esperança etc. – para que conseguíssemos estabelecer na Constituição Federal esse princípio fundamental, base de um novo direito, de uma nova perspectiva para as crianças brasileiras.

Hoje, o Brasil tem 61 milhões de crianças e adolescentes – 35% da população do País –, sendo que nas Regiões Norte e Nordeste esse percentual sobe para 44%. Dezoito milhões de crianças e adolescentes têm mães que não chegaram a completar as 4 séries iniciais do ensino fundamental; cerca de 3 milhões de crianças são portadoras de deficiência.

Em que pese a termos introduzido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente princípios fundamentais de primazia e de prioridade para as crianças e adolescentes – e esta Casa legislativa deu importante contribuição para inscrevê-los no ordenamento legal –, não há qualquer dúvida de que há ainda um espaço entre o que conquistamos do ponto de vista legal e o que objetivamente é vivido pelas crianças mais pobres do País.

Ouçõ, com prazer, a nobre Deputada Sandra Rosada.

**A Sra. Sandra Rosado** – Deputada Maria do Rosário, saúdo o Presidente Marcelo Ortiz, os representantes da Rede Globo e da UNESCO e todos que, como V.Exa., se preocupam com as crianças do Brasil. Desejo destacar a importância dessa campanha para as crianças brasileiras e consignar o reconhecimento desta Casa a um projeto dessa natureza. Tenho a honra de participar, juntamente com V.Exa., da Fren-

te Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. É grande nossa responsabilidade. Quando vejo a Rede Globo, a UNESCO e outros organismos promoverem verdadeiro mutirão em defesa das nossas crianças, sinto que nosso País ainda tem jeito, mesmo vivendo enorme crise política. Iniciativas dessa natureza somar-se-ão ao nosso trabalho em defesa das crianças brasileiras. Parabenizo o Deputado Marcelo Ortiz pela iniciativa de realizar esta sessão solene. Encaminhei à Casa um pedido de CPI para apurar a exploração do trabalho infantil. Em relação a essa questão, desejo que a Rede Globo cada vez mais aprofunde o trabalho que já vem fazendo, buscando encaminhar soluções para esse tipo de exploração. Na condição de nordestino, apelo para quem de direito no sentido de que esse projeto se volte um pouco mais – sei que já existem ações sendo desenvolvidas – para as crianças do Nordeste. Parabenizo todos aqueles que fazem o projeto juntamente com a UNESCO e a Rede Globo. Na realidade, Deputada Maria do Rosário, nós, que participamos dessa luta, sabemos que as crianças representam a forte esperança de um Brasil melhor.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** – Obrigada, Deputada Sandra Rosado.

Sr. Presidente, nesta luta, nós, Parlamentares de todas as regiões, estamos irmanados e preocupados, independentemente de onde viemos – Sandra Rosada, do Rio Grande do Norte; Terezinha Fernandes, do Maranhão; Almerinda de Carvalho, do Rio de Janeiro; Vanessa Grazziotin, do Amazonas; Celcita Pinheiro, do Mato Grosso, e eu, do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, muitas de nós, Deputadas, atuamos nos movimentos integrados à sociedade civil. Isso porque compreendemos que a defesa dos direitos da criança e do adolescente não se faz apenas com pronunciamentos. Eles revelam uma realidade, mas faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas.

Realizamos importantes ações nesta Casa, particularmente nesta Legislatura. Estivemos à frente de uma CPMI sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes; delineamos a realidade brasileira que tristemente, em todas as regiões do País, atinge crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual. Levadas a um mercado perverso, onde são transformadas na própria mercadoria, delas retiram a alma e a possibilidade de qualquer desenvolvimento.

Ao longo desta Legislatura, somamos às atividades anteriormente desenvolvidas pela Frente Parlamentar com relação ao trabalho infantil, a implementação de políticas públicas pelo Governo brasileiro, como a ampliação do PET – uma ação exemplar de combate ao trabalho infantil, capitaneada pelo Ministério

do Desenvolvimento Social. Foi também importante nossa relação com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Portanto, realizamos ações buscando desenvolver prioridades para as crianças e adolescentes. Exemplo disso é a tarefa que temos agora, determinada pelo Presidente Severino Cavalcanti, de definir uma legislação que trate da adoção e do combate ao abandono, garantindo à criança o direito à convivência familiar e comunitária, estabelecida pelo ECA, e a superação dos verdadeiros depósitos de crianças e adolescentes que perversamente continuam existindo em decorrência de negligência e de abandono.

É relevante ressaltar que pesquisa desenvolvida pelo IPEA e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República identifica que 20% das crianças pobres que estão nos abrigos do Brasil não deveriam estar neles, se suas famílias tivessem condições de estar com elas. A pobreza não deve ser motivo para o abandono.

Ouçó, com prazer, a Terezinha Fernandes, do PT e da Frente Parlamentar.

**A Sra. Terezinha Fernandes** – Sr. Presidente, Deputada Maria do Rosário, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ilustres convidados e convidadas, é louvável a realização desta sessão solene em momento tão especial para o País. O projeto que a Rede Globo desenvolve em parceria com a UNESCO tem grande importância para o Brasil. Nesta Casa, temos procurado dar especial atenção aos problemas que as nossas crianças e adolescentes enfrentam. Embora façamos grande esforço – são vários Deputados e Deputadas envolvidos nessa luta –, falta um reforço maior: o dos meios de comunicação, em especial da Rede Globo. Se isso ocorresse, muito ajudaria na divulgação dos temas relativos à matéria. Muitos deles são encarados como tabus pela população, às vezes até, por questões culturais, como naturais, como normais. Refiro-me mais especificamente ao Estado do Maranhão, onde até recentemente se fazia – e era algo natural – leilão de virgens, do qual autoridades e integrantes dos mais diversos setores da sociedade participavam. É também normal no meu Estado pais levarem filhas de 10, 12 anos, virgens, para a beira das rodovias e as venderem a caminhoneiros. Certamente, a ação da Rede Globo, as conclusões da CPMI que realizamos no ano passado e a aprovação, o mais rapidamente possível, de projetos de leis em tramitação nesta Casa ajudarão a resolver o problema. Os responsáveis por esses abusos têm de ser encontrados, identificados e punidos exemplarmente. No meu Estado, por exemplo, temos autoridades, Deputados Estaduais, políticos dos mais diversos matizes e membros do Judiciário envol-



vidos na questão. A CPMI concluiu os seus trabalhos, mas infelizmente não vimos a ação da Justiça. Tenho certeza, porém, de que, com a participação das instituições da sociedade civil, dos órgãos do Estado e dos veículos de comunicação vamos conseguir combater essa chaga e dar esperança às nossas crianças e jovens. Parabéns à Rede Globo! Parabéns à Casa pelo brilhante trabalho que realiza neste momento! Muito obrigada.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** – Sr. Presidente, para concluir, cumprimento a Rede Globo e os organizadores do Criança Esperança pelo belo trabalho que desenvolvem. Sem sonho e esperança ele sequer teria começado.

Todos devemos irmanar-nos no compromisso ético de proteção à infância. Estamos aqui com esta missão. Os senhores cumprem sua tarefa de realizar a campanha, mas o Congresso Nacional não pode apenas realizar campanhas. Temos de votar projetos de lei para pôr em prática políticas públicas de caráter permanente e destinar verbas no Orçamento para combater o problema.

A Infância deve ser nossa prioridade.

Estamos todos irmanados nesse compromisso. Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Costumo ser benevolente com tempo dos oradores quando estou presidindo a sessão. Ocorre que hoje, logo após esta, teremos outra sessão solene. Por isso, peço a todos que respeitem o tempo de que dispõem.

Gosto muito de ouvir as mulheres, exemplarmente ativas nesta Casa, e eu as respeito muito. Sabem as Sras. Deputadas que tenho grande admiração pelo trabalho que desenvolvem. Mulher tem natureza pródiga e aproveita as oportunidades, fala bem e nos convence. Tanto é que nos prendemos a elas.

Neste momento, presto a mim uma homenagem, ao convidar o Prefeito Antonio Gilberto Filippo Fernandes Júnior, do Município de Guaratinguetá, minha cidade, para tomar assento à Mesa. Agradeço a S.Exa. a presença neste ato. Esse gesto demonstra que nossa cidade está incorporada a esse projeto.

*Durante o discurso da Sra. Maria do Rosário, o Sr. Severino Cavalcanti, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Ortiz, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Com a palavra o Deputado Pedro Chaves, que falará pelo PMDB.

**O SR. PEDRO CHAVES** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Deputado

Marcelo Ortiz, autor do requerimento para realização desta homenagem; representantes da Rede Globo de Televisão e da UNESCO; Sras. e Srs. Deputados, é para nós uma honra e uma alegria participar, em nome de nosso partido, o PMDB, da homenagem aos 20 anos do Projeto Criança Esperança.

Campanha de fins beneficentes, voltada para as necessidades dos menores carentes em todo o Brasil, o Criança Esperança é o resultado da brilhante parceria entre a Rede Globo de Televisão e a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura – UNESCO.

Nessas 2 décadas, a importância do projeto mostrou-se em suas várias facetas: a distribuição de recursos arrecadados na sociedade, o atendimento direto a menores em situação de vulnerabilidade social e, especialmente, a conscientização quanto à mobilização social nessas circunstâncias, o que chegou a favorecer a inclusão, na própria Constituição Federal, de artigo atribuindo à sociedade e ao Estado o dever de zelar pelos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, processo que culminou, em 1990, com a elaboração e sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor.

Semelhante abrangência, Sr. Presidente, jamais foi alcançada por qualquer campanha congênere na história do País. Foram quase 145 milhões de reais arrecadados, integralmente investidos no Brasil, em diversos projetos sociais que beneficiaram diretamente mais de 3 milhões de crianças e adolescentes em todas as regiões.

A partir deste ano, o Criança Esperança incluiu as empresas no projeto de arrecadação de recursos, em troca da veiculação das marcas respectivas pela própria campanha. Com isso, novas empresas devem motivar-se a cada ano, aumentando o rol de instituições comprometidas com o projeto maior de criar uma nova realidade para nossas crianças.

Trata-se, Sr. Presidente, como todos sabemos, da luta contra a fome, o analfabetismo, o trabalho infantil, a violência e o abandono, tendo em vista o respeito absoluto aos direitos da criança e do adolescente e a objetiva melhoria da qualidade de vida. De modo geral, os recursos arrecadados em 2005 deverão ser dedicados a projetos inovadores, como o atendimento direto ao público alvo, especialmente a crianças em situação de abandono e vulnerabilidade, dentro dos limites de atuação da UNESCO, que alcança educação, cultura, ciência, direitos humanos e protagonismo juvenil. Os projetos submetidos às comissões julgadoras deverão indicar sustentabilidade e possibilidade de impacto das ações a serem desenvolvidas.

Ouçõ, com prazer, a nobre Deputada Almeida de Jesus.

**A Sra. Almerinda de Carvalho** – Sr. Presidente, parabenido os autores desta iniciativa e os representantes da Rede Globo pelo Projeto Criança Esperança. Causa-me tristeza ver este plenário vazio de crianças. Como falar de crianças se estamos vivendo nesta Casa um clima totalmente adverso ao que estamos hoje comemorando? A Deputada Maria do Rosário e eu, que participamos da CPMI da Exploração Sexual, temos a certeza de que muito pouco tem sido feito nessa questão. Vinte por cento das crianças brasileiras vivem hoje abaixo da linha pobreza, porque seus familiares estão desempregados. E estão justamente porque a corrupção e a impunidade assolam este País. E esta Casa não dá o exemplo. O País vive séria crise. É sempre bom ter programas de apoio às crianças, mas eles não seriam necessários se o País fosse levado a sério. Mesmo assim, tenho certeza de que, se tirarmos uma criança da marginalidade, teremos menos uma criança sofrendo os males dessa realidade. Uma criança atendida é uma a menos na pobreza e na marginalidade. Por isso, meus parabéns a todos os senhores. Precisamos ter a Rede Globo esclarecendo e noticiando os escândalos que hoje vivenciamos, para que se bote na cadeia quem nela merece estar. Precisamos dar oportunidade às famílias, que não merecem estar na beiras das rodovias brasileiras, como aqui foi dito, oferecendo as filhas à prostituição para terem um prato de comida. Parabéns aos senhores, repito, mas que possamos deixar o discurso e passar à prática.

**O SR. PEDRO CHAVES** – Muito obrigado pelo aparte, Deputada Almerinda de Carvalho.

Retomo o curso do meu pronunciamento, Sr. Presidente.

É um trabalho de suma importância, pela seriedade exemplar com que é realizado e pelo alcance de suas atividades. As metas explícitas do Criança Esperança compreendem, entre outras, a implantação de políticas públicas para crianças e jovens, o combate à violência e ao abuso e exploração sexual de menores, a redução dos índices de mortalidade infantil, a integração máxima de portadores de necessidades especiais, a proteção aos menores de rua, a promoção do amplo acesso à educação básica e profissionalizante, a promoção de inclusão digital.

Como se vê, Sr. Presidente, são metas fundamentais, capazes de alterar o perfil das novas gerações brasileiras, em termos de geração de renda, emprego e participação na vida econômica e social do País.

Estamos a poucos dias de mais um *show* televisivo da Campanha Criança Esperança, que mais uma vez contará com a presença de Renato Aragão, o grande

Embaixador do Projeto, bem como de vários artistas que emprestarão seu talento à causa do engajamento dos milhões de espectadores. Na ocasião, redobrada a alegria em razão dos 20 anos de existência, poderemos todos participar da campanha de 2005, ampliando suas possibilidades de atuação e ajudando, efetivamente, milhões de crianças e jovens brasileiros.

Nossos mais sinceros e entusiasmados cumprimentos aos responsáveis pela Campanha Criança Esperança, na **TV Globo** e na UNESCO do Brasil, bem como nossos aplausos aos artistas que contribuem com o espetáculo. Queremos frisar, porém, Sr. Presidente, que parabenizamos sobretudo aquela parcela do povo brasileiro, entre o cidadão comum e o empresário, que se vem mostrando sensível em relação às desigualdades sociais brasileiras, que tanto afetam nossos pequenos cidadãos, e não se furta à responsabilidade que, verdadeiramente, é de todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Devo dizer às Sras. Deputadas que se manifestaram a respeito da CPI da Exploração do Trabalho Infantil que podem contar com meu total e absoluto apoio, assim como o do meu partido e o de toda a Casa. Vamos deixar consignada nos Anais a necessidade de realizarmos esta CPI. Temos de lembrar, porém, que é preciso aguardar, porque há pedidos anteriores para outras CPIs.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Com a palavra a Deputada Celcita Pinheiro, que falará pelo PFL.

**A SRA. CELCITA PINHEIRO** (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados e homenageados, foi com muito orgulho e satisfação que aceitei o convite do Partido da Frente Liberal para proferir, nesta data, da tribuna da Câmara dos Deputados, discurso em homenagem ao Projeto Criança Esperança. Poucas homenagens são tão apropriadas e tão importantes quanto esta voltada para as comemorações dos 20 anos do Projeto Criança Esperança, pelo qual, particularmente, tenho muita admiração e respeito.

A verdade é que esse projeto conseguiu êxito naquilo que é mais importante para a sociedade brasileira hoje: cuidar das crianças de hoje, visando desenvolver lideranças educadas no futuro.

Mas não podemos deixar que isso seja visto como “natural” ou “histórico”. O Brasil continua a ser um país onde a lógica social se repete geração após geração: uma lógica que priva de cidadania milhões de meninas e meninos; uma lógica que discrimina; uma lógica que queremos desafiar e destruir.

O Brasil tem aproximadamente 63 milhões de crianças e adolescentes. Para eles, o fato de ser filho

de mãe com menos de um ano de estudo aumenta em 7 vezes a possibilidade de ser pobre, ou seja, de viver numa família com renda *per capita* mensal de até R\$120,00. Morar no campo aumenta em duas vezes a possibilidade de ser pobre. Uma criança negra tem 3 vezes mais chance de ficar analfabeta do que uma branca. Uma criança nascida em família de baixa renda tem quase 4 vezes mais possibilidade de não freqüentar a escola entre 4 e 6 anos de idade. O risco de trabalhar antes dos 15 anos de idade cresce 4 vezes pelo fato de ser filho de mãe com baixa escolaridade. Ter uma deficiência aumenta em quase 4 vezes a possibilidade de um adolescente chegar aos 17 anos ainda analfabeto.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o Projeto Criança Esperança foi pioneiro ao lançar as bases do que viria a ser uma prática indispensável em todas as regiões do País, ou seja, a participação efetiva das empresas em atividades de fundo social em complemento às políticas públicas implementadas pelo Governo Federal. Hoje, as ações sociais desenvolvidas em todas as regiões do Brasil pelo Terceiro Setor são significativas e indispensáveis para milhões de crianças e adolescentes.

Nestes 20 anos, a Rede Globo conseguiu diversificar as fontes de arrecadação, que acrescentaram às doações por telefone, através de leilões realizados pela Internet, eventos beneficentes e lançamento de produtos com a marca da campanha. O UNICEF e a *TV Globo* sempre contaram com o apoio de diversos artistas e atletas, que ajudam a mobilizar a população para que faça doações. Todos os anos a prestação de contas é feita à comunidade, informando-se o total arrecadado e os projetos que foram apoiados, por meio de *sites*, boletins e principalmente matérias jornalísticas. Eis aí a chave do sucesso.

Outra atitude muito bem recebida pela sociedade foi a criação dos Espaços Criança Esperança, a partir de 2002, que passaram a funcionar como modelos para centros comunitários de atendimento às crianças e adolescentes de baixa renda. Juntos, os centros do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Olinda atendem a cerca de 6 mil crianças por dia, um número altamente expressivo, que atesta o enorme potencial do programa.

É de bom alvitre destacar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que os sucessivos êxitos obtidos pela campanha contribuíram para fortalecer as iniciativas populares para proteger os direitos da criança. Tais iniciativas culminaram com a aprovação do art. 227 da Constituição Federal, que trata dos deveres da família, da sociedade e do Estado em relação ao bem-estar da criança e do adolescente.

Estamos, portanto, diante de uma iniciativa bem-sucedida, que conseguiu não apenas criar e desenvolver novos padrões na formação de fundos financiadores de ações de caráter social, mas também ajudou a consolidar um salto de consciência por parte dos cidadãos brasileiros no que diz respeito a um dos aspectos mais importantes na construção de uma cidadania efetiva e responsável: o investimento consistente na formação e proteção das crianças e dos adolescentes;

Desde 1986, o Criança Esperança já conseguiu arrecadar 143 milhões, que se transformaram em benefícios diretos para mais de 3 milhões de jovens cidadãos em todo o País. Podemos afirmar, então, que o Projeto Criança Esperança está de parabéns.

Nós, do PFL, fazemos votos de que seu êxito seja cada vez maior e que seu exemplo continue a se propagar no Brasil inteiro.

Para encerrar, gostaria de fazer uma homenagem especial ao Sr. Renato Aragão, o Embaixador do Criança Esperança, lendo um texto de sua autoria:

“Todos nós temos latente o espírito da solidariedade e muitas vezes não sabemos como realizar isso e a quem devemos confiar. O Criança Esperança já mostrou, durante esses 20 anos, a sua credibilidade e que a sua doação vai chegar ao destino que você deseja”.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Antenor Naspolini, pelo PSDB.

**O SR. ANTENOR NASPOLINI** (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita emoção que venho à tribuna nesta oportunidade, pois me considero sócio-fundador do Criança Esperança.

Há 20 anos, fui convidado pelo representante do UNICEF no Brasil e pela Rede Globo, representada pelo Sr. Luís Lobo, para uma reunião aqui em Brasília, na sede do UNICEF, a fim de discutir a idéia do Criança Esperança. Posteriormente, fui consultor e coordenador do UNICEF no Estado do Ceará e administrei esse projeto na Região Nordeste do Brasil.

Então, neste momento, parabenizo a Rede Globo pela idéia de criação e pela condução do projeto nesses 20 anos.

Durante muitos anos, e de forma brilhante, o UNICEF foi o coordenador desse projeto. Recentemente, porém, por uma decisão totalmente equivocada de sua direção, deixou de fazê-lo.

Quer O parabenizar a UNESCO, organismo internacional de credibilidade e competência, que está hoje levando adiante esse projeto.

Sr. Presidente, neste momento em que as esperanças dos brasileiros estão sendo seqüestradas pela corrupção, nada melhor do que lembrar que a criança é verdadeiramente a nossa esperança. Ou nós investimos na criança e garantimos um futuro melhor para ela ou cada vez mais assistiremos aos episódios que se repetem nos últimos meses nesta Casa e no Brasil.

Hoje, o brasileiro sente que sua esperança foi seqüestrada. Quando se seqüestra um bem, ele pode ser devolvido ou pode ser reconquistado. Entretanto, quando se seqüestra a esperança, dificilmente podemos reconquistá-la no curso de uma geração.

Parabenizo a Rede Globo pela condução do projeto. Parabenizo a UNESCO, que hoje está à frente dessa iniciativa. O Criança Esperança revela, acima de tudo, que o Brasil é viável, que há espírito de solidariedade no País inteiro. Comunidades e entidades não-governamentais mostram, acima de tudo, seriedade, compromisso e fibra. É descentralizando os recursos que também combateremos a corrupção.

**A Sra. Zulaiê Cobra** – Sr. Deputado, concedeme V.Exa. um aparte?

**O SR. ANTENOR NASPOLINI** – Com prazer, Sra. Deputada.

**A Sra. Zulaiê Cobra** – Quero cumprimentar o Deputado Marcelo Ortiz – só podia ser de S.Exa. a iniciativa desta homenagem. Quero cumprimentar a Rede Globo de Televisão, a UNESCO e o Brasil, que apresenta um avanço fortíssimo no campo de assistência à criança. Cada dia mais estamos vendo o envolvimento da Rede Globo e da UNESCO nessa questão. Esta Casa sente-se mais fortalecida com a homenagem preconizada pelo Deputado Marcelo Ortiz. Na verdade, para lidar com criança, para lidar com esperança, para lidar com tudo aquilo que diz respeito ao futuro do Brasil é preciso ter muito ideal, e S.Exa. é, em essência, um idealista. Além da Rede Globo e da UNESCO, presto homenagem a V.Exa., nobre Deputado Antenor Naspolini, um cearense de boa cepa que ajudou a criar esse grande *slogan* que é o Criança Esperança. Muito obrigada.

**O SR. ANTENOR NASPOLINI** – Deputada Zulaiê Cobra, agradeço o aparte.

Passo, Sr. Presidente, à leitura do discurso que preparei para esta ocasião.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto Criança Esperança, patrocinado pela UNESCO e pela Rede Globo de Televisão uniu, 20 anos atrás, a força de um apelo humanitário, a vontade de servir e o imenso impacto do uso de um portentoso meio de comunicação de abrangência nacional. O sucesso da iniciativa, então previsível, se concretiza desde então

pela capacidade de seus organizadores e pela confiabilidade de que desfrutam.

Tendo conseguido angariar recursos que superam os 143 milhões de reais, recursos que se transferiram para mais de 4.800 projetos sociais, beneficiando diretamente mais de 3 milhões de pequenos cidadãos – e digo “pequenos” em tamanho e idade, mas nunca em detentores das prerrogativas da cidadania – por todo o Brasil, o projeto é, sem dúvida, uma das mais bem-sucedidas iniciativas filantrópicas de que se tem notícia.

Em apenas 12 metas se resumem os objetivos do projeto, e gostaria de aqui mencioná-las, porque essa dúzia de propósitos contém praticamente todo o necessário para que se garantam à criança e ao adolescente as prerrogativas que nossa Constituição prescreve como requisitos de cidadania:

- estimular a implantação de políticas públicas para crianças e jovens;
- combater a violência, o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil;
- contribuir para a redução dos índices de mortalidade infanto-juvenil;
- promover a integração social de crianças e jovens portadores de necessidades especiais;
- beneficiar crianças e jovens em situação de rua;
- promover o acesso de crianças e jovens à educação básica;
- promover o acesso de jovens à educação profissional de qualidade;
- contribuir para a melhoria da educação básica em todas as suas etapas e a expansão do acesso à educação profissional;
- promover o acesso de crianças e jovens a oportunidades de cultura, arte, esporte, lazer e cidadania;
- combater qualquer forma de discriminação e violação dos direitos humanos de crianças e jovens; promover a inclusão digital de crianças e jovens;
- promover a participação e o protagonismo juvenil.

Pela primeira vez, nesses 20 anos, a atual edição do projeto abre as doações para a colaboração de empresas socialmente responsáveis, que sonham com uma melhor realidade para todos. Como contrapartida, as empresas doadoras ganharão inserções comerciais para veiculação de suas marcas durante a campanha, para que sejam reconhecidos esses participantes e como tal consagrados pela sociedade.

Tendo começado como uma iniciativa do programa *Os Trapalhões*, dedicado à Campanha do Menor Carente, o Criança Esperança assumiu gradativamente maior porte e, conseqüentemente, vem angariando maior volume de recursos. De lá para cá, o que ocorreu foi não apenas o crescimento, mas a definição de novas formas de atuação. E sempre com a participação decisiva e prestigiosa de Renato Aragão, nomeado Embaixador do UNICEF para as crianças, no Brasil.

Marcante exemplo da influência da Criança Esperança foi a sua participação durante a realização da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de sensibilizar a sociedade e os Parlamentares para a necessidade de inscrição, na Carta Magna, dos direitos pertinentes. Hoje, o art. 227 define direitos fundamentais e impõe à sociedade e ao Estado o dever de assegurá-los à criança e ao adolescente.

A criação de Espaços Criança Esperança, centro-modelo de atendimento a menores de baixa renda, proporciona local e infra-estrutura para atividades esportivas, artísticas, culturais e de informática. Neles, espalhados pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Olinda, mais de 6 mil crianças são atendidas por dia e têm para si a garantia de um espaço e um tempo em que exercitam as suas habilidades, longe do abandono nas ruas.

É de vital significação a presença da UNESCO para o programa, visto que esse organismo internacional contribui com o conteúdo e a operação de projetos ligados à educação, à ciência e à cultura. Sua representação no Brasil já apresentou, desde sua chegada, em 1972, mais de 200 projetos de cooperação técnica como Governo, a sociedade civil e o setor privado, todos voltados para ações que promovam o desenvolvimento humano e social no País. Muitos deles ligados ao Criança Esperança tornam mais concretos e abrangentes os resultados do projeto.

Por suas muitas virtudes, é mais que justa a homenagem que hoje a Câmara dos Deputados presta ao Projeto Criança Esperança. Que seus resultados se multipliquem e sejam prenúncio de uma era de justiça social em nosso país.

Era que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Agradeço as palavras da Deputada Zulaiê Cobra e afirmo que a recíproca é verdadeira. Admiro o trabalho, a desenvoltura, assim como a coragem e o respeito que as pessoas têm por S.Exa.

Parabenizo também V.Exa., Deputado Antenor Napolini, pelo trabalho que desenvolve e que muito me inspira nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Com a palavra o Deputado Dr. Francisco Gonçalves, que falará pelo PTB.

**O SR. DR. FRANCISCO GONÇALVES** (PTB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ortiz, Sras. e Srs. Deputados, ilustres representantes da Rede Globo e da UNESCO, primeiramente, quero parabenizar o autor dessa maravilhosa iniciativa. Realmente, o Deputado Marcelo Ortiz é uma pessoa carinhosa, carismática, possuidora de um coração imenso. Portanto, só poderia partir de S.Exa. essa iniciativa.

Quero dizer principalmente aos representantes da Rede Globo que este momento transcende aos rotineiros da nossa vida. É um momento em que podemos lembrar Roberto Marinho, Presidente da Rede Globo, que, com a sua visão de futuro, criou o Projeto Criança Esperança, que hoje completa 20 anos. Por meio desse projeto, que tem contado com a colaboração dos maiores artistas nacionais e de imensa parcela do povo brasileiro, 4.800 projetos estão sendo desenvolvidos, numa demonstração clara de que o Brasil tem capacidade de assumir a responsabilidade de bem atender às suas crianças.

Ao mesmo tempo em que prestamos assistência às nossas crianças, muitas mendigando nas ruas ou vendendo o corpo, também não podemos nos esquecer dos idosos. E aqui faço um apelo aos representantes da Rede Globo e da UNESCO, para que não se esqueçam dos idosos, pessoas que tanto lutaram e deram a vida por um Brasil melhor. Os idosos representam sobretudo a experiência, o que é importante para nosso País.

Neste momento em que o Brasil enfrenta profunda crise política, solicito à Rede Globo que insista mais na divulgação da greve do INSS, uma vez que aposentados estão mendigando nas portas do Instituto em todo o Brasil por uma assistência digna, responsabilidade até agora não assumida pelo Governo.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Agradeço a V.Exa. as palavras a mim dirigidas, Deputado Dr. Francisco Gonçalves. Devo dizer que a recíproca é verdadeira. Sabemos o que as pessoas guardam em seu interior, e V.Exa. é uma dessas que só trazem o bem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Com a palavra a Deputada Sandra Rosado, que falará pelo PSB.

**A SRA. SANDRA ROSADO** (PSB – RN. Sem revisão da oradora.) – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ortiz, autor do requerimento para realização desta sessão solene, Sras. e Srs. Deputados,

representantes da Rede Globo, demais autoridades, embora já tenha apartado a nobre Deputada Maria do Rosário, não poderia deixar de, em nome do meu partido, o PSB, manifestar-me nesta homenagem que a Casa presta pelo transcurso dos 20 anos do Projeto Criança Esperança.

Quero parabenizar a Rede Globo e a UNESCO pelo trabalho que juntas vêm realizando em favor das crianças do Brasil.

Deputado Marcelo Ortiz, V.Exa. representa significativa parcela dos Parlamentares desta Casa que defendem a seriedade, a ética e o idealismo na política.

Venho do Nordeste brasileiro, região em que crianças, além de passarem fome, estão sendo exploradas sexualmente. Soube, por meio de matéria publicada no jornal **O Globo**, que crianças brincam imitando bandidos, brincadeiras que geram violência em nosso País. Também tenho visto crianças chorando por não terem um lar, nem poderem freqüentar uma escola. Contudo, sei que a criança é a esperança deste País, fundamental para o desenvolvimento desta Nação que vive momento político traumático. Embora mendigando o direito de ter casa, escola e comida, a criança sonha e pede aos políticos que cada dê sua parcela de contribuição na defesa de seus direitos.

Sr. Presidente, há pouco tempo solicitei que esta Casa considerasse pedido de criação de uma CPI destinada a investigar a exploração do trabalho infantil no País. A Rede Globo tem colaborado no combate a essa verdadeira chaga social. Recebi, por exemplo, denúncias segundo as quais crianças de 3 a 5 anos de idade tinham suas mãozinhas queimadas em função da tarefa a que eram obrigadas a executar para garantir a alimentação de suas famílias.

Parabenizo, mais uma vez, a Rede Globo, a UNESCO, as Deputadas e Deputados que se preocupam com tão importante projeto, importante não somente porque nos chama a atenção para problema de tanta magnitude, mas porque, na realidade, o Criança Esperança entende que a criança – como todos sabemos – é a esperança de construção de um Brasil digno e que respeite sua população.

Parabéns a todos que estão construindo um novo momento para o País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Deputada Sandra Rosado, esta Presidência agradece a V.Exa. as palavras e aproveita para manifestar seu apoio à criação de CPI para investigar a exploração do trabalho infantil. No entanto, como disse anteriormente, V.Exa. deveria solicitar a criação de uma CPI mista, porque seria privilegiada na ordem de sua instalação. Nesta

Casa, há 35 Comissões aguardando a instalação de seus trabalhos. Mas reitero que V.Exa. terá minha colaboração.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Com a palavra o Deputado Rogério Teófilo, que falará pelo PPS.

**O SR. ROGÉRIO TEÓFILO** (PPS – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcelo Ortiz; Sr. Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães; Sr. Fábio Eon, representando o Dr. Jorge Werphein, representante da UNESCO no Brasil; Sra. Ana Lúcia Guimarães, Assessora de Comunicação da UNESCO, Prefeito Antonio Gilberto, de Guaratinguetá, a todos meus cumprimentos.

Sr. Presidente, serei breve. Primeiro, parabenizo V.Exa. pela maneira com que trata a criança, o adolescente e o idoso. V.Exa. dignifica esta Casa e demonstra como é grande seu coração, exemplo maior disso é a convocação que fez a todos os Parlamentares para esta sessão solene – e os que não estão presentes a acompanham dos respectivos gabinetes.

Preparei um discurso escrito para esta sessão solene, mas vou deixá-lo de lado, porque, quando se fala de criança, se fala com o coração e não apenas com a razão.

Parabenizo a Rede Globo pelo momento de reflexão que nos oferece todos os anos e pelo espaço dado para que os Josés, os Manoéis, os Antonios, enfim, as crianças sofridas do Nordeste e dos rincões da Amazônia possam encontrar um pouco de esperança. E este é um instante em que esta Casa, que também vive momento de reflexão, deve ter esperança.

A parceria entre UNESCO e a Rede Globo, aliada à grandeza do coração de Roberto Marinho e Renato Aragão, conseguiu unir um país-continente em nome da esperança. É o Brasil-esperança, o Brasil das crianças.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de, em nome do PPS, parabenizar V.Exa. pela iniciativa desta sessão, a UNESCO pelo grande trabalho que desenvolve e a Rede Globo pela grande contribuição que presta ao País, ao promover *shows* para angariar fundos para o projeto. Na verdade, o importante não é apenas a contribuição financeira amealhada, mas, principalmente, as notícias que leva ao Brasil-continente sobre as crianças que são a esperança do nosso País.

Sr. Presidente, ao dizer que ia falar com o coração, vejo crianças entrarem no plenário desta Casa. Essas crianças simbolizam a esperança do Brasil. A participação delas neste momento faz com que me falem

palavras, tal o sentimento de emoção que me domina, o mesmo que vislumbro no semblante de V.Exa.

Parabéns, UNESCO, Rede Globo e crianças do Brasil. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Deputado Rogério Teófilo, a Presidência agradece V.Exa. a freqüente participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) Concedo a palavra ao Deputado Sarney Filho, que falará pelo Partido Verde.

**O SR. SARNEY FILHO** (PV – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustres membros da Mesa, colegas Deputados, amigos que aqui estão, seria desnecessário o Partido Verde fazer uso da palavra, já que V.Exa., Sr. Presidente, é o Líder da bancada do nosso partido e autor do requerimento para a realização desta sessão em homenagem ao Projeto Criança Esperança.

Para dizer a verdade, não sou muito afeito a sessões de homenagem, mas considere importante que aqui estivesse um Parlamentar o PV para falar em nome da bancada, porque o Projeto Criança Esperança tem estreita ligação com os ideais do nosso partido.

O Partido Verde tem preocupações com o mundo, com a vida em seu sentido mais amplo, entende as inter-relações entre a natureza e o homem e, portanto, defende a natureza, para que o bem-estar do homem seja cada vez maior. O Partido Verde tem os olhos no presente, mas preocupações com o futuro. Daí a nossa imensa alegria em homenagear o Projeto Criança Esperança, que realmente tem resgatado a dignidade dos nossos pequeninos.

O PV se diferencia dos outros partidos em razão da luta por um mundo melhor. Nossa visão é a do desenvolvimento sustentável e da harmonia não somente entre os seres humanos, mas também entre eles e a natureza. É lógico que a nossa preocupação primeira é com o ser humano, especialmente com as crianças, porque elas construirão o futuro. Então, a elas devemos primeiramente voltar nossos olhos, nossas preocupações e também nossa visão de futuro.

O Projeto Criança Esperança, da Rede Globo, que é estrutural, começou de certa maneira como um programa especial feito por **Os Trapalhões**, dedicado ao menor carente.

Em 1986, a Rede Globo, junto com o UNICEF – que em 1980 condecorara seu então Presidente Roberto Marinho com um diploma de honra e uma medalha em reconhecimento por seu trabalho e da emissora na promoção do Ano Internacional da Criança –, lançou a campanha Criança Esperança, que resultou em um *show* anual com o objetivo de conscientizar e mobilizar a população e as autoridades em prol dos direitos da infância e da adolescência.

Esse movimento teve importante atuação perante a Assembléia Nacional Constituinte, colaborando para sensibilizar a sociedade e os Constituintes no sentido da inclusão dos direitos da criança e do adolescente na nova Carta Magna, o que ocorreu por meio da emenda popular que resultou no art. 227.

Para a ONU, o Projeto Criança Esperança é um modelo internacional e exemplo de mobilização social do setor privado, governos e ONGs.

Ao longo desse período, a Rede Globo foi ampliando o alcance da campanha, com diversificação das fontes de arrecadação. Desde 2001, são realizados leilões via Internet, eventos beneficentes e o licenciamento de produtos com a marca Criança Esperança, além de doações por telefone.

O projeto já beneficiou até agora mais de 2,7 milhões pessoas, com média de 135 mil crianças a cada ano, constituindo-se, assim, num gigante promotor da defesa dos direitos das crianças e dos jovens brasileiros.

Ouçó, com prazer, o Deputado Marcelo Barbieri.

**O Sr. Marcelo Barbieri** – Deputado Sarney Filho, quero, aproveitando a sua fala nesta manhã, deixar minha saudação ao Projeto Criança Esperança, que resgata pessoas para o convívio social, transforma vidas, suscita perspectivas de condições de vida qualitativamente melhor. Parabenizo o Deputado Marcelo Ortiz, autor do requerimento de realização desta solenidade, e a direção da Rede Globo, promotora do Criança Esperança, na pessoa de Evandro Guimarães, que aqui representa a instituição.

**O SR. SARNEY FILHO** – Obrigado, Deputado Marcelo Barbieri. Com muito prazer incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Saúdo, pois, a Rede Globo pela iniciativa de grande alcance social e humanitário e parabenizo o Líder do Partido Verde, nobre Deputado Marcelo Ortiz, autor do requerimento que possibilitou esta louvável e justa homenagem a um projeto que vem ajudando a diminuir as desigualdades sociais.

Por fim, deixo meu abraço carinhoso às crianças presentes que representam todos os que foram beneficiados por esse projeto. A vocês entrego não somente o futuro do Brasil, mas um futuro melhor para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Agradeço ao Deputado Sarney Filho as palavras. A recíproca é verdadeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Rabelo, que falará pelo PL.

**O SR. MAURÍCIO RABELO** (PL – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Deputado

Marcelo Ortiz, quero manifestar a minha alegria em ter V.Exa. como companheiro de trabalho e parabenizá-lo pela iniciativa de realização desta sessão solene em homenagem ao Projeto Criança Esperança.

Cumprimento os demais membros da Mesa, em especial o Dr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, o Dr. Fábio Eon, representante da UNESCO, os Srs. Parlamentares e as crianças que enfeitam nosso plenário de azul e amarelo, cores da nossa bandeira.

Saúdo também todas as crianças do Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o maior patrimônio de um país, no qual todo o investimento possível deve ser feito, é a infância. Nenhum país tem futuro, se sua infância está abandonada.

No Brasil, a desigualdade social e a falta de eficiência do Governo levam crianças de 3 anos a pedir esmolas, crianças de 9 anos a se prostituir e crianças de 12 anos a traficar drogas. Neste país, onde apenas 1% da população ganha mais de 4 mil reais por mês, há centenas de milhares de menores abandonados à própria sorte, vivendo de forma indigna e desperdiçando a infância. Deveria ser óbvio para todos que, a continuar como está, o Brasil não terá futuro nenhum.

Reconhecemos que muito já começa a ser feito, em especial esse programa que há 20 anos vem ajudando as crianças carentes do Brasil. Felizmente, a despeito da inércia e da apatia dos Poderes Públicos, segmentos da iniciativa privada resolveram tomar para si a tarefa de salvar o futuro do Brasil. Entre as diversas tentativas de minimizar as deficiências do Governo na área do atendimento à infância, o Projeto Criança Esperança, aliança entre a Rede Globo, a UNESCO e a sociedade, é sem dúvida o de maior visibilidade.

Para a ONU, o projeto que completa 20 anos é um modelo a ser seguido por outros países como exemplo de mobilização social do setor privado, governos e ONGs. De fato, ele já inspirou iniciativas semelhantes na Argentina, no Equador e na Colômbia.

O envolvimento da Rede Globo com projetos sociais começou em 1979. O Criança Esperança, contudo, nasceu de uma parceria com a UNESCO em 1986, num programa da série humorística *Os Trapalhões*. A partir daí, tornou-se uma campanha anual, e teve grande influência sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

O art. 227 da Carta Magna, ao atribuir à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente o respeito a seus direitos fundamentais, deve muito ao Criança Esperança, que, nos 2 anos seguintes, contribuiria também para que esse artigo fosse ampliado e desse processo resultasse o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

O alcance da campanha foi sendo sucessivamente ampliado, com o aumento das fontes de financiamento e a criação dos Espaços Criança Esperança, em 2002. Tais espaços funcionam como centros-modelo de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, com atividades esportivas, culturais, artísticas e de informática. Hoje, 6 mil crianças e adolescentes são atendidas por esses Espaços.

Nesses 20 anos, os quase 150 milhões de reais arrecadados foram direcionados, por técnicos do UNICEF, para cerca de 5 mil projetos regionais de apoio à infância e à adolescência, como, por exemplo, a Pastoral da Criança. Três milhões de pequenos cidadãos foram diretamente atingidos pelo programa, que tem como metas principais erradicar o trabalho infantil, combater a exploração sexual, reduzir os índices de mortalidade infantil, integrar deficientes físicos e mentais, apoiar a educação básica para as crianças e o ensino profissional para adolescentes e combater o uso das drogas.

Senhoras e senhores, os méritos do Criança Esperança são óbvios, e espero que esta Casa dê sua parcela de colaboração a essa iniciativa tão louvável.

Sr. Presidente, quero, em nome do Partido Liberal, do Presidente Valdemar Costa Neto, do Líder Sandro Mabel e dos integrantes de sua bancada abraçar as crianças do Brasil, em especial as presentes nesta sessão, e cumprimentar, mais uma vez, V.Exa. pela iniciativa desta homenagem, a Rede Globo de Televisão, que tem primado em fazer bem feito tudo que se propõe a fazer, dando exemplos para o Brasil e para o mundo, e a UNESCO.

Crianças, esta Casa é de todas vocês. Espero dentro de mais alguns anos vê-las, quem sabe?, nesta tribuna. Depende de cada um de vocês.

É a mensagem do Partido Liberal.

Um abraço a toda a gente do Projeto Criança Esperança.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado, pela Liderança do Governo, por 3 minutos.

**O SR. GILMAR MACHADO** (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome da Liderança do Governo digo à Rede Globo e à UNESCO que é uma alegria ter uma empresa e uma instituição que se dedicam à criança.

Também destaco a grande preocupação do Presidente Lula em relação ao atendimento à criança. Entendemos que é essencial desenvolver a educação. Tenho certeza de que a Rede Globo e a UNESCO estão acompanhando a definição das prioridades do Presidente Lula, que, com o Presidente Severino Cavalcanti, estabeleceu que se colocará em votação



a transformação do FUNDEF, que cuida do ensino fundamental de 7 a 14 anos, em FUNDEB, que torna obrigatória a educação infantil em todo o País.

Hoje temos a obrigatoriedade de oferecer educação à criança apenas a partir dos 7 anos. Com essa mudança, a obrigatoriedade dar-se-á a partir dos 4 anos. Dessa forma, haverá número muito maior de crianças atendidas em nossas escolas.

Cumprimento a Rede Globo por uma grande realização, a **TV Futura**, que produz excelentes programas voltados para a formação da população, especialmente das nossas crianças, e para a preparação de material para profissionais da educação.

O Governo continuará empenhado na busca da ampliação do espaço para nossas crianças, principalmente na educação. Esperamos que as CPIs não impeçam nem atrasem a votação desse importante projeto de emenda à Constituição, que transforma o FUNDEF em FUNDEB, para proporcionar maior atenção e mais recursos no sentido de garantir a essas crianças uma melhor formação.

De fato, lugar de criança é na escola. Espero que essas experiências continuem sendo realizadas e que a *TV Futura* continue desenvolvendo esse grande trabalho, que é fundamental.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Quando fiz meu pronunciamento, e serei repetitivo, eu disse que temos na vida grande preocupação com as coisas ruins, mas precisamos aprender a delas extrair as coisas boas. E as coisas boas começaram a ocorrer justamente no momento em que adentraram este re-

cinto essas crianças da Associação Atlética Banco do Brasil – 180 de Anápolis e 40 de Brasília.

Fica aqui o nosso agradecimento pela presença de vocês, crianças, coroando de êxito o trabalho desenvolvido pelo Projeto Criança Esperança.

Mais uma vez tive a felicidade de participar de homenagem a todos que foram aqui mencionados, mas especialmente a Roberto Marinho. Mesmo sem tê-lo conhecido, por duas vezes eu o homenageei, e o fiz por reconhecer o grande trabalho que esse homem realizou em prol do nosso País.

Fica igualmente a minha palavra de respeito ao trabalho da UNESCO e de todos os presentes, primordialmente ao de Renato Aragão, a quem, com muito amor e carinho, chamamos Didi Mocê Sonrisal e tantos outros nomes criados por ele próprio. Figura fantástica, adorado pela criançada, Renato Aragão não é maravilhoso apenas como artista, mas como ser humano, pelo coração que tem, sempre preocupado com as crianças brasileiras.

Agradecemos a todos que compuseram a Mesa nesta oportunidade de engrandecimento da criança e do Brasil.

#### V – Encerramento

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ortiz) – Está encerrada a sessão.

(*Encerra-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.*)

## Ata da 193ª Sessão, Solene, Matutina, em 03 de agosto de 2005

*Presidência dos Srs. Severino Cavalcanti, Presidente. Pedro Canedo,  
§ 2º do artigo 18 do Regimento Interno.*

### I – ABERTURA DA SESSÃO

(Às 11 horas e 26 minutos)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

### II – LEITURA DA ATA

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Passa-se à leitura do expediente.

### III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Passa-se à

### IV – HOMENAGEM

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Esta sessão solene em homenagem aos 98 anos da cidade de Anápolis foi requerida pelo nobre Deputado Pedro Canedo.

Convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Alcides Rodrigues Filho, Vice-Governador do Estado de Goiás (*palmas*); o Exmo. Sr. Pedro Sahium, Prefeito de Aná-

polis (*palmas*); e o Exmo. Sr. Atair Pio, Vice-Prefeito de Anápolis. (*Palmas.*)

Convido todos a ouvirem, de pé, o Hino Nacional Brasileiro e o Hino de Anápolis, interpretados pelo Coral Madrigal Bel Canto, sob a regência do Maestro Carlos Henrique Coutinho Rodrigues Costa.

(*São executados o Hino Nacional e o Hino de Anápolis. Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado de Goiás, Alcides Rodrigues Filho; Exmo. Sr. Prefeito da cidade de Anápolis, Pedro Sahium; Exmo. Sr. Vice-Prefeito Atair Pio; senhoras e senhores, a cidade de Anápolis, sede do segundo maior Município do Estado de Goiás, comemora, em 2005, 98 anos de existência. É da maior justiça, pois, esta sessão solene, não por acaso requerida pelo nobre Deputado Pedro Canedo, ilustre representante do povo anapolino na Casa em que temos a honra de trabalhar pela Nação brasileira.

Os primeiros registros históricos de Anápolis datam de 1819, quando um viajante estrangeiro, dos muitos que atravessavam o interior do Brasil como autênticos desbravadores, foi hóspede da Fazenda das Antas, no lugar em que depois floresceria a cidade que hoje homenageamos.

Por volta de 1865, o local, com águas abundantes e excelentes pastos, reunia palhoças e casas para o pouso de viajantes e tropeiros que por ali transitavam. O povoado emancipa-se de Pirenópolis em 1887, e, 5 anos depois, dá-se a instalação da vila em que se transformara por determinação do Governo Republicano.

A 54 quilômetros de Goiânia, Anápolis consolidou-se como a capital industrial do Estado de Goiás devido à vocação para a agroindústria, que lhe favorece, com rapidez cada vez maior, o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Com 290 mil habitantes, chega a 70 mil o número de matrículas na rede educacional, que tem por referência o moderno campus da Universidade Estadual de Goiás.

No Distrito Agroindustrial de Anápolis, criado em 1976, inaugurou-se, em 1999, a Estação Aduaneira do Interior, um porto seco encravado no Centro-Oeste do Brasil, que fatura por ano, entre exportações e importações, cerca de 1 bilhão de dólares.

Estrategicamente situada no coração do País, Anápolis sedia também o Núcleo da Primeira Ala de Defesa Aérea da FAB, com uma base em que operam aviões supersônicos, responsáveis pela vigilância e pela defesa do território nacional.

Essa é uma visão panorâmica da cidade de Anápolis, cujos 98 anos de história e de trabalho temos a satisfação de comemorar. Devo ao nosso querido Deputado Pedro Canedo a oportunidade de, como Pre-

sidente, fazer esta comemoração. Ao povo anapolino, a homenagem e a saudação da Câmara dos Deputados, com a certeza de que, juntos, continuaremos a luta pelo desenvolvimento de Goiás e pela grandeza do Brasil. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Canedo, do PP de Goiás, que falará na condição de autor do requerimento para realização da presente sessão.

**O SR. PEDRO CANEDO** (PP-GO. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti; Exmo. Vice-Governador do Estado de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues Filho, que nesta oportunidade representa nosso Governador Marconi Perillo; Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Anápolis, Pedro Fernando Sahium; Exmo. Sr. Atair Pio de Oliveira, Vice-Prefeito da cidade de Anápolis; Exmo. Sr. Achiles Mendes Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal da nossa cidade; Exmo. Sr. Secretário de Assuntos Institucionais do Governo de Goiás, Fernando Cunha; Exmo. Sr. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Rivaldo Chiarelto; Exmo. Sr. Ex-Deputado Federal Henrique Fanstone; Exmo. Sr. Ex-Deputado Estadual Haroldo Silva Duarte; Exmo. Sr. Ex-Deputado Elcival Ramos Caiado; Exmo. Sr. Ademar Santillo, ex-Deputado Federal e Prefeito de Anápolis por dois mandatos; Exmo. Sr. Wolney Martins de Araújo, ex-Deputado Estadual e Prefeito de Anápolis por dois mandatos; Exmo. Sr. Ex-Prefeito Municipal de Anápolis, Raul Balduino de Souza; Exmo. Sr. Ex-Prefeito Municipal de Anápolis, José Batista Jr.; Exmo. Sr. Secretário de Indústria e Comércio de Goiás, Mozart Soares Filho; Exmo. Sr. Coronel-Aviador Cícero Cecatto, Comandante da Base Aérea de Anápolis; Exmo. Sr. Comandante do 3º Comando Regional da PM de Goiás, Coronel Raimundo Nonato de Araújo Sobrinho; Exmo. Sr. Comandante do 4º Batalhão de Anápolis, Tenente-Coronel Alexandre Freitas Elias; Exma. Sra. Deputada Estadual Onaide Santillo; Exmo. Sr. Diretor do Porto Seco de Anápolis, Edson Tavares; Exmo. Sr. Olímpio Ferreira Sobrinho, ex-Prefeito de Anápolis e ex-Deputado Estadual; Exmo. Srs. Vereadores da minha cidade de Anápolis; Exmo. Sr. Procurador-Geral do Município, Dr. Luiz Carlos Mendes; saúdo todos os Srs. Secretários Municipais de Anápolis na pessoa do Secretário de Finanças, Rafael Nascimento; saúdo o Dr. Abílio Wolney Aires Neto, Juiz de Direito e Diretor do Foro de Anápolis; saúdo, com muito prazer, o Reitor da UniEvangélica, Sr. Carlos Mendes; saúdo o Diretor da Faculdade Latino-Americana, que muito nos honra com sua presença nesta oportunidade; saúdo, com muito carinho, mas um carinho fora do comum, a única mulher homenageada na primeira versão da página viva

da história de Anápolis, a operosa, a trabalhadora, a esposa dedicada, a mãe sensacional, símbolo da mulher cristã e trabalhadora, a ex-Deputada Federal Lídia Quinan (*palmas*); os meus colegas Deputados Federais Barbosa Neto, Ronaldo Caiado, João Campos, Sérgio Caiado, Rubens Otoni; Deputado Estadual Carlos Alberto Silva; Pe. Paulo Assiol, que nos honra com sua presença, aqui representando o Bispo Diocesano Dom Frei João Wilk; as esposas dos aqui citados, homenageados e membros da Mesa; as crianças do Projeto AABB Comunidade Rotary Clube (*palmas*.); saúdo o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis, empresário Wilson de Oliveira (*palmas*.); os empresários Wagner F. Aidar, Haroldo dos Santos e o grande homem benemérito de Anápolis, representante da tradicional colônia árabe, que muito fez por Anápolis, nosso querido Munir Naoum. (*Palmas*.)

Aproveito para anunciar a presença do Ministro de Estado e Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Campos Meirelles, que nos honra com sua presença. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Convido o Exmo. Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, para ocupar assento à Mesa.

**O SR. PEDRO CANEDO** – Solicito, Sr. Presidente, que o Ministro receba o seu Troféu Página Viva da história de Anápolis. (*Palmas*.)

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, minhas escusas por não ter citado todas as pessoas importantes que aqui vieram.

Início minhas palavras agradecendo do fundo do coração a todos a presença, especialmente às pessoas que vieram prestigiar seus familiares.

Reput O a família o que há de mais importante na Terra, além do ser humano. Portanto, cumprimento minha esposa e meu filho, Heloísa e a netinha Canedo, Luís Medeiros, enfim, cumprimento todos – e efusivamente o Ministro Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles –, mais uma vez pedindo desculpas por alguma omissão.

Meu objetivo, ao requerer esta sessão solene foi, em primeiro lugar, o de prestar homenagem à nossa querida Anápolis, que acaba de completar 98 anos. Além desse motivo, quis também possibilitar aos brasileiros de todas as partes, representados na Câmara dos Deputado, conhecerem o belo exemplo de determinação e de trabalho dado pelas várias gerações de anapolinos, que, antes mesmo da instalação da cidade, vêm construindo ali um ótimo lugar para viver e empreender.

Na verdade, essa história começou na metade do século XIX, num local às margens do Ribeirão das Antas, onde faziam pouso os tropeiros que buscavam ouro em Meia Ponte, atual Pirenópolis, em Corumbá de Goiás e em Vila Boa, hoje cidade de Goiás. Era um pouso acolhedor, em meio a campos ricos, águas abundantes e clima saudável, e muitos resolveram ali se estabelecer, dando origem a uma pequena povoação.

Logo foi erigida uma capela em honra a Santana. A fazendeira Ana das Dores, católica fervorosa, em peregrinação de Jaraguá para Bonfim, hoje Silvânia, parou no local para descanso. Quando quis partir, uma de suas mulas, a que conduzia a imagem de Nossa Senhora de Sant'Ana, empacou. D. Ana, católica fervorosa que era, entendeu aquilo como um sinal da Santa de que queria permanecer no local e fez a promessa de tão logo possível ali construir uma capela para atender ao povoado que começava. Doze anos mais tarde, seu filho, Gomes de Souza Ramos, erigiu uma capela naquele local. A povoação cresceu, recebeu gente de todos os lugares e passou a ser conhecida como Freguesia e, em seguida, como Vila Santana das Antas. Até que, em 31 de julho de 1907, coroando o esforço dos pioneiros, dentre os quais se destacaram o filho de D. Ana das Dores, Gomes de Souza Ramos, e o grande Zeca Batista, tio do nosso querido Mozart Soares, a Vila tornou-se a cidade de Anápolis. E não parou mais de se desenvolver. Soube mesclar, com muito sucesso, as origens, marcadas pela religiosidade, bem como pelo caráter operoso e hospitaleiro de seu povo. Acolheu árabes, japoneses, alemães, italianos e outros povos, além de gente de todo o Brasil e de pessoas do entorno, como Pirenópolis e Corumbá, que muito fizeram, fazem e hoje formam conosco, que lá nascemos, a pacífica família anapolina. Tem a privilegiada situação geográfica que lhe vale até o apelido de Trevo do Brasil, pois se localiza no coração do País e pode comunicar-se com todas as regiões por meio de quatro rodovias federais.

A essa vocação quase natural para o comércio, agregou as vantagens da atividade fabril, em 1976, ao implantar o Distrito Agroindustrial de Anápolis, DAIA, fruto da visão empreendedora dos Governadores Leonino Caiado, que concebeu a idéia, e Irapuan Costa Júnior, que a estruturou, dois Governadores a quem Anápolis é eternamente grata. Hoje, nosso DAIA conta com 115 indústrias instaladas, sendo 18 laboratórios implantados, gera 8.000 empregos diretos, representa 8% do total do ICMS do Estado e tem 14.000 quilômetros quadrados de área. Essa invejável situação só foi conquistada graças ao trabalho hercúleo do Governador Marconi Perillo e seus Secretários de Indústria

e Comércio, antes Vilmar Guimarães, depois Mozart Soares Filho, anapolino, e hoje Ridoval Chiarello, também anapolino.

O pólo farmacológico, dotado da mais alta tecnologia, é uma das principais forças. Ocupa a posição de maior produtor de genéricos do País, além de fornecer insumos para o agronegócio, como fertilizantes e suplementos alimentares e de exportar vários medicamentos para a África e a América Latina. Está em curso um rápido processo de diversificação, tornado efetivo por fabricantes de componentes para o setor automotivo, roupas, embalagens, grãos, materiais de construção e outros produtos.

Já de olho no futuro, o Governo Estadual soma esforços com a iniciativa privada, a fim de colocar em funcionamento a Plataforma Logística Multimodal, integrando o aeroporto, a estação aduaneira Porto Seco Centro-Oeste e os ramais de acesso a rodovias e ferrovias. Essa integração facilitará o transporte de produtos para todas as regiões brasileiras e também para o mercado internacional, o que, sem dúvida, representará grande vantagem competitiva aos que se dispuserem a instalar seus negócios em Anápolis.

Como sempre, a cidade está de braços abertos para receber todos os que vêm contribuir com seu desenvolvimento, oferecendo ótimas oportunidades tanto a quem deseja investir quanto a quem busca emprego. Além da pujança econômica e da tradicional hospitalidade, o clima agradável, a localização estratégica e a boa infra-estrutura urbana têm reflexos diretos sobre a qualidade de vida da população, conforme demonstram os excelentes indicadores sociais de Anápolis.

A Anápolis de hoje pode-se vangloriar de sua vocação educacional. O Colégio São Francisco de Assis, o Colégio Auxilium, o Colégio Couto Magalhães, o Colégio Dr. Faustino, o Colégio José Ludovico de Almeida e tantas outras escolas públicas e privadas contribuíram e contribuem para a formação de milhares de pessoas. A nossa UEG, a maior universidade estadual do País, a UniEvangélica, a Faculdade Latino-Americana, a FIBRA e a FAFISMA fazem do nosso ensino superior motivo de muito orgulho.

Estamos atingindo a marca de 20.000 universitários. Já estamos trabalhando com a UniEvangélica para tornar realidade o sonho de ter o curso de Medicina autorizado pelo Ministério da Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Deputado Pedro Canedo, o tempo de V.Exa. está esgotado, mas V.Exa. terá o tempo necessário para terminar seu pronunciamento. (*Palmas.*)

**O SR. PEDRO CANEDO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, os mais de 300 mil habitantes dispõem de várias praças e parques onde desfrutam do lazer, a exemplo da Praça Americano do Brasil, a única do País com um avião supersônico em exposição; o Parque JK, dotado de um lago que permite a prática de esportes náuticos; o Parque Antônio Marmo Canedo ou Parque da Matinha, no Bairro Maracanã, com uma grande área verde e diversões para crianças.

Da mesma forma, os anapolinos dispõem de eventos culturais durante o ano inteiro, dos quais alguns já se destacam nacionalmente: o Encontro Nacional de Corais, o Concurso Nacional de Piano Orestes Fariello e, mais recentemente, o Festival de Inverno, com eventos culturais e gastronômicos.

No próximo dia 12, inicia-se o II Festival de Inverno da cidade de Anápolis. Estão todos convidados. (*Palmas.*) O Presidente Severino Cavalcanti já nos assegurou que fará grande esforço para lá comparecer no dia 13 ou 14 de agosto.

Esses atrativos começam a despertar na cidade a vocação turística, pois o que é bom para os moradores também o é para os visitantes. E, além dos parques, praças e eventos culturais, a grande concentração de empresas concorre para atrair turistas de negócios; as famosas comemorações promovidas pelas igrejas católicas, pelas denominações evangélicas e pela comunidade espírita concorrem para atrair turistas religiosos.

A própria Base Aérea de Anápolis, berço da guarda do espaço aéreo nacional, a par da relevância para a defesa e a soberania do País e para o Sistema de Vigilância da Amazônia, constitui outro ponto de interesse turístico e é orgulho para Anápolis. Em datas importantes, os visitantes podem conhecer as instalações, as aeronaves e presenciar ali espetáculos de aviação.

Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti; Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, Sr. Vice-Governador Alcides Rodrigues; Sr. Prefeito Municipal, Pedro Sahium; Sr. Vice-Prefeito Atair Pio, para nossa felicidade hoje o povo anapolino respira ar puro. A calma administrativa devolveu à nossa gente sua auto-estima. A união das forças do bem reconduziu, na sua plenitude, Anápolis para os trilhos do crescimento com desenvolvimento mesmo. Para isso, muito contribuiu a competência administrativa do Vice-Governador Alcides Rodrigues Filho, investido na função de interventor para restaurar a normalidade em Anápolis. E hoje, a perfeita sintonia, a harmonia entre o Governo Municipal, com o Prefeito Pedro Sahium, e o Governo Estadual, com o Governador Marconi Perillo, e entre as forças políticas e não políticas, harmonia entre patrões e empregados, harmonia entre todos que amam Aná-

polis faz-nos crer que, se mantivermos o juízo, nosso presente nos assegura o futuro que sonhamos.

Parabéns, Anápolis, pelos 98 anos bem vividos e pelos tantos outros que os precederam, desde o tempo da Freguesia e da Vila de Santana das Antas, criando o exemplo e os valores que até hoje inspiram nossa gente!

Por fim, agradeço a todos a presença e encerro me pronunciamento citando o jornalista anapolino Nilton Pereira, em nome de quem saúdo toda a imprensa anapolina aqui presente, a *Rádio Imprensa*, que faz transmissão direta, o jornal **O Contexto**, a *Rádio São Francisco*. Portanto, cito a opinião do jornalista Nilton Pereira a respeito de Anápolis:

“Por tudo isso, Anápolis é a cidade dos meus sonhos. Clima ameno, povo hospitaleiro, gente trabalhadora. Cidade sorriso, cidade amor, cidade paixão, cidade fé. Anápolis é o orgulho de um povo que faz a diferença. Ah! Anápolis, como eu gosto de você...”

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Convido o nobre Deputado Pedro Canedo para assumir a presidência dos trabalhos, em virtude compromissos que temos. Sob sua presidência, a sessão vai ser muito mais importante e muito mais solene. *(Palmas.)*

*O Sr. Severino Cavalcanti, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Canedo, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Agradeço ao Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti, a deferência a mim conferida e a honraria de presidir esta sessão solene.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Convido, para falar em nome do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Federal Rubens Otoni. *(Palmas.)*

**O SR. RUBENS OTONI** (PT – GO. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti; o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o Vice-Governador do Estado de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues; o Prefeito de Anápolis, Sr. Pedro Sahium; o Vice-Prefeito, Sr. Atair Pio de Oliveira; as Sras. e os Srs. Deputados.

Cumprimento, de maneira especial, o Deputado Pedro Canedo, que está presidindo a sessão neste instante e é o motivador e responsável por este importante momento histórico de celebração e de homenagem à história do Município de Anápolis, que comemora 98 anos.

Ao cumprimentar as ilustres autoridades que compõem a Mesa de trabalhos, gostaria de estender os cumprimentos a todos que estão nesta sessão, todas as autoridades políticas, religiosas, militares, lideranças empresariais, comunitárias, pessoas que aqui estão representando os mais diversos segmentos da sociedade anapolina, que acompanham e aqui vêm homenagear sua história.

Para mim, é uma honra, uma satisfação e uma alegria poder partilhar desta importante solenidade e aqui prestar nosso reconhecimento a tudo aquilo que foi plantado.

Ouçó, com prazer, o ilustre Deputado Carlos Alberto Leréia.

**Sr. Carlos Alberto Leréia** – Quero, primeiro, cumprimentar o autor da propositura que homenageia a querida cidade de Anápolis, nosso colega, o brilhante Deputado Federal Pedro Canedo, e saudar V.Exa., Deputado Rubens Otoni, porque ambos representam com dignidade, no Parlamento brasileiro, a mais importante cidade industrial do nosso Estado. Saúdo também as autoridades da Mesa. Ocorrem muitos eventos em Anápolis, mas não vou citar o que provavelmente já foi dito pelo ilustre Deputado Pedro Canedo e o será por outros Parlamentares que falarão em nome dos partidos. Anápolis sempre é notícia, por um novo acontecimento, uma nova indústria, uma nova família que para lá vai, um novo investimento que lá chega. Ontem mesmo a cidade de Anápolis recebeu o Governador Marconi Perillo, aqui representado pelo Vice-Governador, Dr. Alcides Rodrigues. Na ocasião, foi homenageado – e não tenho nenhuma dúvida em dizer isso – o filho mais ilustre daquela cidade, com a inauguração do Hospital Regional Dr. Henrique Santillo. A obra pública foi entregue pelo Governador Marconi Perillo, a quem quero cumprimentar, por meio do ilustre Vice-Governador, em homenagem àquele que foi Governador do nosso Estado, Senador da República e Prefeito de Anápolis. Portanto, está de parabéns essa importante cidade, que se destaca tanto no ensino, com universidades como a UEG, dentre outras, particulares e fundações, quanto como pólo industrial, sobressaindo-se a indústria dos medicamentos genéricos. Está de parabéns o Deputado Pedro Canedo e toda a população anapolina. Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

**O SR. RUBENS OTONI** – Agradeço ao ilustre Deputado Carlos Alberto Leréia o aparte.

Esta sessão é importante para podermos reconhecer, parabenizar e homenagear toda a caminhada de um povo e, ao mesmo tempo, reafirmar nossos compromissos com o desenvolvimento do Município. Anápolis completa 98 anos de caminhada com uma

história digna, construída por seus filhos e por aqueles que ali somaram esforços para seu desenvolvimento, e isso precisa ser comemorado, até porque precisamos sempre ter a oportunidade e o desprendimento de poder comemorar nossas vitórias até como ponto de apoio para estarmos sempre animados a lutar mais.

Anápolis chega a este momento graças ao perfil de um povo que soube, na sua caminhada, ter a postura do acolhimento; é cidade que acolhe, hospitaleira, cidade que, em todos esses anos da sua história, acolheu pessoas de outros Municípios do Estado, do País, de outros Estados da Federação e que recebeu representantes de todos os continentes. Essa hospitalidade é o acolhimento que propiciou e garantiu nosso crescimento.

A outra marca do Município, da nossa querida Anápolis, além do acolhimento e da hospitalidade, é o perfil da integração. A cidade sempre foi ponto de referência para a integração, desde lá atrás, das tropas e boiadas, até a chegada da nossa ferrovia; depois, foi a chegada da ferrovia, a chegada da Belém – Brasília como ponto de integração; depois, a chegada da base aérea como um ponto maior de integração nacional. Anápolis cresceu e chegou onde está não só devido ao acolhimento, à hospitalidade e ao ponto de referência da integração, mas por sua vocação para o desenvolvimento econômico, político e social. Essa marca está presente no Distrito agroindustrial, no Porto Seco, no pólo farmoquímico, na nossa querida UEG, no pólo universitário que se forma cada vez mais, na plataforma logística que chega para cumprir relevante e fundamental papel para nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, é com esse perfil que vejo esta sessão solene em homenagem a todos aqueles que contribuíram para que Anápolis atingisse esse patamar no qual hoje se encontra. E, mais do que isso, para que todos nós possamos reafirmar nosso desejo e compromisso de servirmos ao grande desafio de continuar semeando, como aqueles que vieram antes de nós, o progresso local. Hoje, estamos colhendo aquilo que foi semeado.

Vamos continuar semeando, a fim de que aqueles que vierem depois de nós também possam colher os frutos do nosso trabalho.

Parabéns Anápolis!

Parabéns a cada um de nós e a cada um daqueles que, de uma maneira ou de outra, têm contribuído para o desenvolvimento da querida Anápolis.

Era o que tinha a dizer. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Informo a todos que o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, pede desculpas por ter de se retirar,

em função de compromissos inadiáveis já assumidos nesta quarta-feira.

Registro a presença dos ilustres Vereadores de Anápolis Mauro Severiano, Amilton Batista, Eli Rosa, Valmir Jacinto, Gérson Fallacci e José Caixeta, colegas Parlamentares que abrilhantam esta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Dando continuidade a esta sessão solene, que homenageia a querida cidade de Anápolis pelo seu 98º aniversário, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Bittencourt, que falará pelo PMDB.

**O SR. LUIZ BITTENCOURT** (PMDB – GO. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos. Minha saudação ao Presidente desta sessão solene, Deputado Pedro Canedo, e ao Exmo. Sr. Governador de Goiás, representado pelo Vice-Governador Alcides Rodrigues Filho. Meus cumprimentos ao Prefeito de Anápolis Pedro Sahium; ao Vice-Prefeito Atair Pio; ao Presidente do Banco Central, Henrique Meireles; às autoridades federais presentes a esta solenidade; aos Deputados Federais, meus colegas, Deputado Rubens Otoni, do Município de Anápolis. Com muita alegria, saúdo todas as autoridades presentes que representam o Município e o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Aquiles Mendes, do PMDB, partido que represento.

Venho ainda, em nome do PMDB, saudar Anápolis que apresenta importante história para Goiás. O Município completa 98 anos com júbilo, mostrando uma força econômica de vanguarda de estímulo ao processo de desenvolvimento e de crescimento do Estado.

Gostaria de fazer referência à minha experiência pessoal com esse Município: meu padrinho de batismo, o saudoso Lincoln Xavier Nunes, ex-Deputado Estadual, advogado, jornalista, e D. Carmem. Por diversas vezes, quando criança e adolescente, pude testemunhar de perto o crescimento da cidade, o trabalho desse povo laborioso e a importância de Anápolis na vida política, econômica e social do Estado.

Desde o início do século XVI, quando as Entradas e Bandeiras começaram o processo de colonização do Brasil, vimos a necessidade de integrar o sertão brasileiro a um processo de ocupação territorial, o sonho dos portugueses que se lançaram aos mares para conquistar as novas terras, o sonho dos primeiros brasileiros que desbravavam esse território e o sonho daqueles que chegaram a esse sertão onde plantaram a semente da grande cidade que hoje se transformou num grande centro de referência urbana do Estado de Goiás.

Anápolis deu o primeiro passo na industrialização de Goiás com Daher, atraindo indústrias, mostrando o potencial de transformação e agregação de valor que poderíamos ter das nossas riquezas. Hoje, Daher é um

grande instrumento de tecnologia e de desenvolvimento econômico do Estado. O pólo farmacológico instalado no Daher é um dos mais complexos, avançados e um dos mais exemplares do Brasil. A linha de produção de genéricos propiciou nova relação do consumidor com esse mercado.

Anápolis conta com um aeroporto civil, além de sediar a base aérea dos supersônicos Mirage. Não bastante, o potencial do Município – e aqui, na esteira do que ocorre hoje, em todo o Estado, vale ressaltar o turismo, como fonte segura de receita – o potencial do Município, repito, autoriza a população e seus mandatários a imaginar novos surtos de crescimento, com a conseqüente geração de mais empregos e renda.

Sabemos da importância desse centro formador profissional, a UEG, que passou a ser referência no ensino do Estado. Aquele que está instalado em Anápolis proporcionou a formação de mão-de-obra especializada e qualificou os jovens de toda a região. A UniEvangélica, grande trabalho feito pela comunidade evangélica naquele Município, vai do ensino fundamental ao superior, e agora foi transformada em centro universitário, com estrutura que proporciona a formação profissional e cria novo processo de desbravamento, principalmente do conhecimento e da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Vejo, por outro lado, que Anápolis sempre deu decisiva contribuição para a discussão do processo político. Basta correr os olhos por este plenário que veremos o semblante de lideranças políticas que ressaltaram presença no cenário político estadual e nesta Casa.

Vejo a Deputada Federal Lídia Quinan; o ex-Deputado Fernando Cunha, hoje Secretário de Governo; o ex-Deputado Ademar Santillo; inúmeras lideranças que no passado contribuíram decisivamente para o fortalecimento da luta democrática neste País; o ex-Governador Henrique Santillo; os Deputados Federais Ronaldo Caiado e Sérgio Caiado, Rubens Otoni, Pedro Canedo, que têm uma forte atuação naquele Município; outros Deputados, como Nair Lobo, Aldo Arantes, que também tiveram representação política em Anápolis. Vejo também o ex-Prefeito Wolney Martins, o Deputado Barbosa Neto, que no PSB tem feito importante parceria com nosso Prefeito Pedro O Sahium, a união dessas forças que se traduzem na luta para comemorar os 98 anos da cidade de Anápolis.

Entretanto, Sr. Presidente, Deputado Pedro Canedo, não podemos fazer desta data apenas um momento de festa, de comemoração; temos de fazer dela também um momento de reivindicações. Recentemente participei em Anápolis de um grito, quando inúmeras lideranças políticas e empresariais do Estado fizeram

uma reivindicação ao Governo Federal para que os projetos da Ferrovia Norte/Sul fossem retomados, pois isso vai fazer com que o corredor de exportação Centro-Oeste/Norte possa ser fortalecido, a exemplo do de Goiás/Minas Gerais/Espírito Santo, e incrementar ainda mais a economia do nosso Estado.

A duplicação da rodovia que liga Brasília a Anápolis é mais um dos investimentos importantes que contribuirá para consolidar o pólo de desenvolvimento econômico e fazer com que a região continue produzindo riquezas e, com elas, gerar empregos e melhorar as condições de vida daquela população.

Finalmente, fazemos um apelo para as autoridades do Governo Federal. Não podemos, com essa política de juros de 19,75% – os mais altos do planeta –, achar que uma cidade como Anápolis, com a base econômica fortalecida, terá condição de, num ambiente de tantas dificuldades, continuar gerando empregos, riquezas e proporcionando desenvolvimento econômico.

Viva a população de Anápolis por essa luta pela democracia brasileira, pelo desenvolvimento econômico e por ter se transformado num dos Municípios de referência em nosso País, incluído no mapa do desenvolvimento. Parabéns ao Deputado Pedro Canedo! Parabéns ao Governador Marconi Perillo, aqui representado pelo Vice-Governador Alcides Rodrigues! Parabéns ao Prefeito! Parabéns a todos os anapolinos!

Esta é a homenagem do PMDB a essa grande cidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, registro as presenças do Vereador Ciro Miguel, o Cirinho, dos Secretários Municipais de Anápolis: Élsio Alves, da Indústria e Comércio; Haroldo Duarte, da Habitação; Marisa Espíndola, da Cultura; Nassin Farah, do Turismo; Ernei de Oliveira, da Saúde; Miguel Squef, do Esporte; Keila Resende, de Comunicação; Ismail, do Meio Ambiente; Rubens Kleinkauf, da Agricultura; e Afonso Celso, Secretário Particular.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, que falará pelo PFL.

**O SR. RONALDO CAIADO** (PFL – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio meu pronunciamento cumprimentando o Deputado Pedro Canedo pela iniciativa de apresentar requerimento para a realização desta sessão solene no plenário da Câmara dos Deputados em homenagem aos 98 anos da nossa querida Anápolis.

Pedro Canedo, que sempre esteve à frente da discussão política de Anápolis, é sem dúvida alguma um digno representante daquele Município e tem dis-

cutido no plenário desta Casa relevantes assuntos não apenas de Anápolis, mas também de Goiás.

Cumpriment O meus pares, Deputados e Deputadas Federais; o Dr. Alcides Rodrigues Filho, Vice-Governador do Estado de Goiás; o Sr. Pedro Sahium, Prefeito da cidade de Anápolis; o Sr. Atair Pio, Vice-Prefeito; o Vereador Achilles Mendes – ao fazê-lo, cumprimento todos os demais Vereadores; os ex-Prefeitos, na figura do Dr. Raul Balduino; os ex-Deputados Federais – tomo a liberdade de homenagear o Dr. Elcival Caiado, meu velho tio, que hoje está aqui com toda a família e que, enquanto foi Deputado Federal, dedicou todo o seu tempo à política daquele Município. Cumprimento o Deputado Jovair Arantes; meu primo, Deputado Sérgio Caiado; Barbosa Neto; as lideranças que aqui estão; a ex-Deputada Lídia Quinan, essa mulher guerreira que tão bem defendeu Anápolis no plenário do Congresso Nacional e a quem homenageio.

Quero ser rápido ao marcar alguns pontos neste evento, que é, sem dúvida nenhuma, mérito de todos os anapolinos: empresários, trabalhadores, produtores, funcionários públicos, jovens, pessoas que construíram aquela cidade dinâmica, respeitada e querida por todos nós, goianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o desbravamento e o progresso de Goiás deveram-se a 2 grandes movimentos: a mineração, a partir do século XVIII, e a agropecuária, nos séculos XIX e XX.

Anápolis, que hoje completa 98 anos, é uma espécie de urbe, síntese das potencialidades do Centro-Oeste e de Goiás, fronteira tanto econômica quanto política e humana de nosso Estado. Resulta de uma feliz combinação dos 2 vetores.

Anápolis representa a junção das melhores qualidades dos pioneiros na formação de Goiás. Somam-se nessa minha cidade o que proclamo com enorme orgulho: o espírito de aventureirismo, coragem e audácia dos bandeirantes e dos primeiros tropeiros e garimpeiros que se recusaram a permanecer no litoral para se embrenhar em sertões desconhecidos e atemorizadores. Logo a seguir, a chama do esforço e da dignidade daqueles que, em atividades de agropecuária e de comércio, tinham fé no fruto perene do trabalho produtivo.

A região, inicialmente, era apenas ponto de passagem. Posteriormente, passou a atrair viajantes que percorriam o Vale do Araguaia e o roteiro de Vianópolis – Corumbá de Goiás. Estes enalteciam a área da cabeceira do Ribeirão das Antas, conhecido também por Campos Ricos, graças à excelência de seu solo e à abundância e variedade de caças existentes no local.

As origens da cidade de Anápolis remontam a 1870, quando o tropeiro Gomes de Souza Ramos chega à região, com sua família. E foi ainda o mesmo Gomes de Souza Ramos quem liderou o movimento de urbanização do sítio ao redor da capela que havia construído. Fiel à tradição dos desbravadores brasileiros, fez do local um caminho para mercadores e tropeiros, pelo que seu nome é justamente reconhecido como o fundador da cidade de Anápolis.

Alcançada a emancipação municipal, faltava a Anápolis o galardão de cidade. Esta condição veio em 31 de julho de 1907, pela Lei Estadual nº 320, que elevou Sant'ana das Antas à categoria de cidade, alterando-lhe o nome para Anápolis, tendo sido seu primeiro intendente Joaquim Prudêncio Batista.

Anápolis ganhou importância e se tornou referência ainda mais expressiva quando da construção de Goiânia, em 1934, e de Brasília, entre 1956 e 1960. Situada entre as duas novas Capitais, serviu como entroncamento entre o norte do País, pela Rodovia Belém – Brasília, e o Sudeste do País, especialmente Minas Gerais e São Paulo, e se tornou o principal pólo industrial do Centro-Oeste. Foi, assim, a cunha que permitiu a consolidação tanto de Goiânia quanto de Brasília, 20 anos após.

Dispõe ainda da melhor logística do Centro-Oeste, com um distrito industrial bem estruturado; da Ferrovia Centro – Atlântica e da futura Norte – Sul cortando a cidade; porto seco que permite eficaz desembarço aduaneiro (armazenagem e movimentação de mercadorias comercializadas em âmbito internacional); mercado consumidor muito amplo (eixo Goiânia – Anápolis – Brasília); mão-de-obra qualificada, com as estruturas hoje das universidades e faculdades ali instaladas. É, além disso, uma das cidades de melhor qualidade de vida do País.

Grande prova dessa função privilegiada da cidade é o projeto da Plataforma Logística Multimodal, cuja implantação coroará os esforços iniciados com a criação do Distrito Agroindustrial, em 1976, base para a industrialização regional, acelerada a partir do final da década de 80, com a política de incentivos fiscais oferecidos às novas empresas ali instaladas.

Damos especial destaque a esse projeto porque ele permitirá a consolidação do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília, sem dúvida um dos mais importantes pólos de estímulo à economia nacional.

O fortalecimento dessa teia de relações urbanas é a seqüência natural do grande projeto de desenvolvimento e ocupação territorial iniciado com a transferência da Capital para o Centro-Oeste e amplia enormemente o efeito multiplicador da renda gerada pelas atividades



agropecuárias que representavam, até há bem pouco tempo, a única força econômica da região.

É nesse sentido que saudamos o progresso de Anápolis como fato da maior relevância para a expansão das fronteiras comerciais do nosso mercado doméstico e como base para a criação de um pólo integrado de comércio internacional capaz de aproveitar as oportunidades oferecidas, sobretudo, pelos países andinos e pelos parceiros do MERCOSUL.

Graças ao espírito empreendedor de seu povo, Anápolis vem se destacando no cenário goiano e já desponta como uma das melhores oportunidades de investimentos rentáveis, como demonstrado com a criação do Pólo Farmoquímico, cada vez mais forte e atuante.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento Anápolis pelo 98º aniversário. E cumprimento muito especialmente o seu povo, a sua população, gente trabalhadora, dinâmica e criativa, pois foi a mentalidade desse povo, sempre procurando descortinar antecipadamente o futuro, voltada para o progresso e aberta às contribuições de todos os que fossem animados pelos mesmos propósitos, que tornou Anápolis no que é hoje, para orgulho de Goiás e de todos nós. Foi esse espírito empreendedor que, décadas atrás, garantiu a Anápolis o epíteto de “Manchester” goiana, que se converteu em sólido princípio de orientação do desenvolvimento de todo o Estado.

Ao ensejo do transcurso do 98º aniversário de Anápolis, como orgulhoso filho dessa terra e procurando ser sempre fiel a essa bandeira, cumprimento todo o bravo e dinâmico povo de Anápolis, certo de que muitos outros desafios que estão por vir serão sempre superados com denodo e vontade, no resgate do determinismo histórico de Anápolis como centro de vanguarda política, econômica e cultural de Goiás.

Parabéns, Anápolis ! Parabéns, povo de minha terra !

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Muito nos honra a presença nesta solenidade de Sr. Luiz Medeiros Pinto, ex-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis, atual Chefe de Gabinete da Secretaria de Indústria e Comércio; dos empresários Luizinho, da Barão, e Célio de Oliveira; e do Dr. Juiz de Direito Abílio Wolney, representando o Desembargador Jamil Pereira de Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Sandes Júnior, pelo PP.

**O SR. SANDES JÚNIOR** (PP – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Pedro Canedo, autor da brilhante iniciativa de realizar sessão solene

em homenagem aos 98 anos da cidade de Anápolis; Sr. Alcides Rodrigues, Vice-Governador do Estado de Goiás, nesta oportunidade representando o Governador Marconi Perillo; Sr. Pedro Sahium, Prefeito de Anápolis; Sr. Atair Pio, Vice-Prefeito; Dr. Abílio Wolney; Sr. Achilles Mendes Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Anápolis, meus cumprimentos a todos.

Em nome de todos os jornalistas e radialistas presentes nesta solenidade, cumprimento Miguel Skeff, juntamente com quem iniciei minha vida profissional em Anápolis, na *Rádio Imprensa*, na equipe de esportes. Eu trabalhava como *office-boy* na Organização Jaime Câmara. Ao tempo em que comecei a fazer programa de rádio, comecei a trabalhar com esporte na *Rádio São Francisco*. Portanto, minha profissional começou em Anápolis, na *Rádio São Francisco*, e, em Goiânia, na antiga *Rádio Independência*, *Rádio Aliança*, do Apóstolo César.

Portanto, temos enorme carinho por Anápolis, cidade muito importante na vida de todos os presentes, porque onde começamos a trabalhar.

Farei, agora, a leitura do pronunciamento preparado pelo nosso Partido Progressista, do qual faz parte Sérgio Caiado, nascido na cidade de Anápolis. Cumprimento em especial outro anapolino presente, o Deputado Ronaldo Caiado, que acabou de se pronunciar.

Os anapolinos, além da formação política de alto nível, costumam cobrar dos políticos e Parlamentares ações em prol da cidade de Anápolis. O Prefeito Pedro Sahium é testemunha de que destinei no Orçamento a ser executado este ano, em emenda individual, 500 mil reais para a cidade de Anápolis. Ainda, em conjunto com a Senadora Lúcia Vânia, destinamos mais 5 milhões de reais à cidade. Portanto, para este ano, para a cidade de Anápolis teremos 5 milhões e 500 mil reais.

Muita gente diz que os anapolinos não sabem disso; eu respondo que na hora oportuna todos saberão. Quando o dinheiro lá chegar – e foi programado para chegar neste segundo semestre – todos terão notícia. Calma! Primeiro, trabalhamos para conseguir recursos, para só depois divulgar na imprensa, na mídia local, nosso trabalho em benefício da cidade de Anápolis.

Sr. Presidente, querido Deputado Pedro Canedo, um dos Parlamentares mais respeitados desta Casa, quero justificar a ausência da Senadora Lúcia Vânia, que se encontra em tratamento de saúde em São Paulo e só deverá chegar a Brasília na sexta-feira próxima.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Anápolis foi surgindo devagar numa encruzilhada de tropeiros. Em 1870, em função do clima agradável e da localização estratégica, o tropeiro Gomes de Souza Ramos

resolveu se fixar com a família no Planalto Central. Ninguém poderia, entretanto, imaginar o dinamismo que se apossaria do lugar nos anos vindouros. A capela construída por Souza Ramos no entroncamento comercial continua a marca de destino de Anápolis. Lá funcionam um dos mais tradicionais e respeitados seminários católicos e pela cidade circulam as riquezas que transitam entre Goiânia e o leste do País.

Anápolis era inicialmente o Distrito de Meia Ponte, hoje, Pirenópolis. Essa cidade, bem como a vizinha Corumbá de Goiás, e as mais distantes como Santa Cruz e Vila Boa de Goiaz, antiga capital do Estado, eram acessadas pelas rotas comerciais que passavam por Anápolis, ainda naquela época um pequeno povoado às margens do Ribeirão das Antas entregue à religiosidade do seu povo e ao acaso que o fez entroncamento comercial.

Apesar de o processo de crescimento da cidade e separação de Pirenópolis ter iniciado no século XIX, só no século XX nossa homenageada ganhou seu nome e alcançou o *status* de Município, em 31 de julho de 1907, há 98 anos, portanto.

Uma próspera colônia sírio-libanesa escolheu aquela cidade como sua terra de adoção, bem como outros imigrantes do mundo que foram para Anápolis. Essas pessoas assistiram ou participaram de eventos marcantes como o do século XX no Centro-Oeste brasileiro com a chegada da estrada de ferro em 1935 e com a fundação de duas novas capitais: uma a 54 quilômetros a oeste, Goiânia; outra, a 140 quilômetros a leste, Brasília. Os alicerces do crescimento comercial de Anápolis estavam solidificados.

Em 1976, a implantação do Distrito Agroindustrial tornou nossa homenageada um destino preferencial para produtos agropecuários do vasto celeiro que é o Estado de Goiás.

Antes, em 1973, a transformação de Anápolis em Área de Segurança Nacional, em razão da implantação da mais importante base aérea do País, já apontava para a consolidação de uma importante cidade no Brasil.

Centenas de empresas de diferentes ramos de atividades construíram o maior pólo industrial de medicamentos genéricos do País e escolheram Anápolis em razão de sua localização privilegiada, uma vantagem competitiva para a logística de insumos e mercadorias.

Ouçó, com prazer, o brilhante anapolino, Deputado Sérgio Caiado.

**O Sr. Sérgio Caiado** – Ilustre Deputado Sandes Júnior, dada a grande representatividade política que V.Exa. tem em Anápolis, conferida nas urnas por ocasião das últimas eleições, V.Exa. fala muito bem

sobre a nossa cidade na tarde de hoje. Mas eu não poderia deixar, na condição de anapolino doente que sou – como V.Exa. bem disse –, de tecer alguns comentários a respeito do aniversário de nossa querida Anápolis. Estamos recebendo hoje na Câmara Federal importantes pessoas da nossa cidade que escreveram e continuam escrevendo a história e projetando o futuro de Anápolis. Uma cidade não é feita de fábricas e casas, mas sobretudo de pessoas, em especial de pessoas ilustres como Anápolis já nos deu: ex-Governadores, brilhantes Parlamentares, excelentes Prefeitos. Agradeço o Deputado Pedro Canedo a oportunidade que nos proporciona hoje de homenagear essa grande cidade, que, como V.Exa. bem disse, foi pólo de desenvolvimento de Brasília e, sobretudo, mola impulsora do progresso do nosso Estado. Tudo isso mostra a pujança, a força do nosso Município. Tenho certeza, Vice-Governador Alcides Rodrigues, que nós, anapolinos, ainda vamos dar muito gosto ao nosso Estado e ao nosso querido Brasil. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. SANDES JÚNIOR** – Deputado Sérgio Caiado, foi um prazer imenso ouvir V.Exa.

Os tropeiros modernos continuam a tocar a vocação comercial de nossa homenageada. Os Governos Municipal, Estadual e Federal, apoiando a iniciativa privada, pretendem instalar em Anápolis uma Plataforma Logística Multimodal, que interligará os recursos rodoviários, ferroviários e aéreos já existentes no Município. A cidade pretende se tornar um entroncamento não mais de tropeiros regionais, mas de empresas mundiais. O comércio exterior tem o suporte do Porto Seco Centro-Oeste, a primeira estação aduaneira da região.

Anápolis é rica e, de seus 300 mil habitantes, 92% são alfabetizados e apenas 4 mil vivem na área rural. O alto índice de desenvolvimento humano, os históricos vínculos comerciais e o caráter da gente anapolina garantem-lhe um futuro de crescimento contínuo e tranqüilo. Isso é o necessário para atrair os investimentos que interessam.

Agradeço a atenção de todos. Viva Anápolis pelos seus 98 anos de progresso! A cidade é o orgulho de Goiás e do Brasil e está em boas mãos. Parabéns, portanto, aos seus habitantes. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Registro a presença, nesta sessão solene, da Sra. Rosana Guimarães Lôbo Sahium, Primeira-Dama e Secretária de Integração Social de Anápolis, e da Profa. Josélia Oliveira, esposa do Vice-Prefeito Atair Pio de Oliveira. São mulheres que devem ser muito homenageadas pelo excelente trabalho que realizam pela inclusão social na cidade de Anápolis.

Estão presentes também a Sra. Ana Maria, ex-candidata à Prefeitura de Anápolis, o Capitão Paulo Inácio, o Coronel Rossinder, Presidente da ONG Asas do Socorro, o Sr. Bernardo Lobo, da FACIEG, e o Sr. Alessandro Wendel, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Inhumas.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Com a palavra o nobre Deputado João Campos, pelo PSDB de Goiás.

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Pedro Canedo, inicialmente desejo louvá-lo pela iniciativa de realizar esta sessão em homenagem a nossa querida Anápolis, representada aqui muito bem por V.Exa. e pelos Deputados Rubens Otoni e Ronaldo Caiado.

Cumprimento o Vice-Governador de Goiás, Dr. Alcides Rodrigues Filho, que representa o Governador Marconi Perillo; o Prefeito Pedro Sahium; o Vice-Prefeito Altair Pio; todos os anapolinos aqui presentes, o Presidente da Câmara Municipal e todos os Vereadores; os Srs. Secretários de Estado, em especial o Dr. Fernando Cunha e o Dr. Ridoval Chiarello; o Presidente da Associação Industrial e Comercial de Anápolis e meus colegas da bancada goiana.

O PSDB deseja prestar a merecida homenagem à cidade de Anápolis, cuja história e desenvolvimento constituem justificado motivo de orgulho para o povo anapolino.

Data do século XVIII o surgimento de um pequeno povoado às margens do Ribeirão das Antas, onde hoje se encontra a próspera cidade de Anápolis.

No ano de 1870, chegou à região o tropeiro Gomes de Souza Ramos, com sua família, responsável pelo movimento de urbanização do sítio ao redor da capela que havia construído; portanto, reconhecido como o fundador daquela cidade.

Além de Gomes de Souza Ramos, muito se distinguiu também entre os pioneiros José da Silva Batista, o Zeca Batista, político de grande prestígio em Goiás.

Deve-se a eles, sem dúvida, o justo tributo pelo trabalho que empreenderam em favor do desenvolvimento da região, culminando com a elevação da Freguesia de Santana das Antas à categoria de cidade, por intermédio da Lei Estadual nº 320, de 31 de julho de 1907, data em que se comemora oficialmente o aniversário da cidade.

Caracterizada pela tradição religiosa, Anápolis é também conhecida como a capital evangélica sul-americana, detentora de percentual superior a 46% de evangélicos, que convivem respeitosamente com os demais segmentos religiosos.

Nas áreas comercial e industrial, a cidade tem sido exaltada especialmente pelo valor de seus filhos:

um povo trabalhador, responsável, de temperamento nobre e acolhedor.

No campo político, a cidade de Anápolis sempre foi pródiga na revelação de novos talentos, ocupando posição de destaque nos cenários estadual e nacional, notadamente pela atuação ética, articulada e inteligente do Dr. Henrique Santillo, que se destacou como Prefeito, Senador, Governador e Ministro da Saúde; bem como de Onofre Quinan, que serviu a Goiás como Senador, Vice-Governador e Governador, dentre tantas outras revelações – ambos de saudosa memória.

Destaca-se também a administração progressista, arrojada de seu atual Prefeito, Pedro Sahium, político idealista, comprometido com seu povo e com Deus.

Forte impulso seria conferido à economia, principalmente a partir de 1935, com a chegada da estrada de ferro. Em 1976, a implantação do Distrito Agroindustrial viria premiar o esforço continuado dos anapolinos, com destaque para a classe empresarial sob liderança da Associação Comercial e Industrial de Anápolis.

Atualmente, a cidade abriga o maior pólo industrial de medicamentos genéricos do País, com plantas fabris dotadas da mais alta tecnologia.

Outro marco da história de Anápolis, também no início da década de 70, já destacado nesta sessão, foi a sua transformação em Área de Segurança Nacional, visando à implantação da Base Aérea.

Além de engrandecida pela responsabilidade de guardar o espaço aéreo nacional e o da Capital Federal, a Base Aérea de Anápolis integra o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), dispondo de modernas aeronaves e avançados recursos de rastreamento, detecção e interceptação aérea.

De antigo caminho para mercadores e tropeiros, Anápolis se transformou em base operacional dos supersônicos Mirage.

Hoje, quase centenária, Anápolis é uma cidade verdadeiramente moderna, sintonizada com os novos tempos, capacitada para exercer de forma plena a sua vocação comercial e industrial, com presença em diversos ramos de atividade.

Beneficiada também pela localização estratégica, que oferece à cidade vantagem competitiva em termos de logística de mercadorias, Anápolis é objeto de um portentoso projeto envolvendo os Governos Municipal, Estadual e Federal e a iniciativa privada, a Plataforma Logística Multimodal, destinada a disponibilizar os recursos modais rodoviário, ferroviário e aéreo para o transporte de produtos a todas as regiões brasileiras e ao mercado internacional. O comércio exterior tem suporte, ainda, do Porto Seco Centro-Oeste, a primeira estação aduaneira da região.

Clima agradável, localização, potencial para investimentos, infra-estrutura urbana e hospitalidade são alguns dos muitos atrativos de Anápolis, cidade cujos indicadores sociais e urbanos confirmam o nível elevado de desenvolvimento e a qualidade de vida da população. Com taxa de urbanização de 97,25%, conforme dados de 2000, Anápolis conta com boas condições nas áreas de saúde, saneamento, educação e habitação.

Merece destaque o nível de investimento do Governo do Estado de Goiás naquele Município. Como parte do pacote de obras entregues em todo o Estado, o Governador Marconi Perillo inaugurou, por ocasião do aniversário da cidade, o Hospital de Urgências de Anápolis, com capacidade para 82 leitos, podendo atender à demanda de 33 cidades vizinhas; inaugurou também mais de 300 casas populares, totalizando mais de 100 obras entregues àquele Município nos dois mandatos de seu Governo.

O PSDB reitera, por fim, a homenagem pelo transcurso do aniversário de Anápolis, celebrando os fatos marcantes e os personagens de sua história, reconhecendo a crescente importância da cidade, exaltando o valor do trabalho e, sobretudo, saudando o povo anapolino, os dignos e dedicados cidadãos que contribuem ativamente para o progresso daquele admirável Município do Estado de Goiás.

Parabéns, Anápolis! Que Deus continue abençoando a sua gente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Registro a presença nesta solenidade das jornalistas Leandra e Lara; dos radialistas Eraldo Divino, da *Rádio Manchester*, Carlos Nogueira, Arinilson Mariano e Vanderlúcio, representantes da *Rádio Imprensa* e do jornal *O Contexto*; Sebastião Reis, Presidente do PSB e gerente do INSS em Anápolis; Coronel Gladstone, Diretor do CNTT; Edgar Lorencine, da Secretaria de Governo para Assuntos Institucionais; Augusto Cunha; Ana Maria Baiocchi e o jornalista Wanderval Calaça e sua digníssima esposa Emylse Calaça; e Sra. Maria Abadia, Secretária Extraordinária do Município de Anápolis.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jovair Arantes, pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

**O SR. JOVAIR ARANTES** (PTB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Pedro Canedo, cumprimento V.Exa., o Vice-Governador do Estado de Goiás, Sr. Alcides Rodrigues Filho; o Prefeito de Anápolis, Sr. Pedro Sahium; o Vice-Prefeito de Anápolis, Sr. Altair Pio; os Srs. Deputados João Campos, Barbosa Neto, Ronaldo Caiado; Sérgio Caiado; Luiz Bittencourt; Sandes Júnior; o ex-Deputado Federal Carlos Mendes, nosso colega, amigo e irmão; a Sra. Lídia

Quinan, benfeitora de Anápolis; o ex-Deputado Federal Fernando Cunha e todo o povo de Anápolis.

A nossa presença, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, visa reconhecer a importância de Anápolis não só para Goiás, mas para todo o Brasil, quando da construção de Brasília. Destaco ainda sua importância na guarda do Brasil, com a implantação da Base Aérea. Enfim, trago o testemunho do nosso partido sobre a importância dessa cidade, a nossa querida Anápolis de Henrique Santillo e Onofre Quinan, que nos deixaram, mas que por ela tanto fizeram.

Lembramos nomes de pessoas que continuam lutando pela cidade com o intuito de melhorá-la cada vez mais: Carla Santillo, Deputada Estadual; Frei Valdair, Deputado Estadual pelo meu partido;

Sra. Lídia Quinan, que tanto fez por Anápolis – convivi com a nobre Deputada durante 2 mandatos e lembro que S.Exa. e o Deputado Pedro Canedo viravam o Congresso Nacional pelo avesso para conseguir recursos para a construção de Anápolis; o ex-Prefeito Wolney Martins, amigo, irmão; Sr. Fernando Cunha, que representa Anápolis tão bem no Governo Marconi Perillo; Sr. Ridoval Chiarelloto, que desenvolve trabalho extraordinário na Secretaria de Indústria e Comércio; Sr. Adhemar Santillo, ex-Prefeito e ex-Deputado, representante de Anápolis; Sra. Onaide Santillo, Deputada Estadual; Sr. Olimpio Ferreira, ex-Prefeito; Sr. Raul Balduino, ex-Prefeito; Sr. Elcival Caiado, ex-Prefeito; Sr. Haroldo Silva Duarte, ex-Deputado; Sr. Henrique Fanstone, ex-Deputado; Sr. José Batista, ex-Prefeito; Padre Paulo Assiol, representante da Igreja Católica e do Arcebispo de Anápolis.

Anápolis do DAIA; da FOJOP, onde estudei e tornei-me cirurgião dentista; da Faculdade de Direito de Anápolis – FADA; da Universidade Estadual do Goiás – UEG, construída recentemente, mas de muita importância para o Estado; da Santa Casa; do Hospital Evangélico; do Xata, clube de futebol da Associação Atlética Anapolina, do Pedro Canedo e do Ruitter, colega dentista; do Anápolis Futebol Clube, do Bezinho, Vereador da cidade; do Rotary; do Lions; da Igreja Evangélica, que sempre esteve presente na cidade.

Saudamos essa cidade, considerada a pérola do Centro-Oeste brasileiro, pelos seus 98º aniversário. Todas as pessoas por mim mencionadas e muitas outras representam Anápolis. Saúdo também os anônimos que trabalham pela cidade.

Anápolis representa o que há de mais importante na economia do Estado de Goiás, com uma história de muito trabalho em prol do povo goiano.

Parabenizo o Deputado Pedro Canedo por esta iniciativa. Lembro ao povo de Anápolis que o nobre Deputado é o seu verdadeiro representante, pois não

há uma reunião em que S.Exa. não incluía discussão sobre a cidade.

Parabéns Anápolis pelo seu aniversário!

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Muito obrigado, Deputado Jovair Arantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Registro a presença dos advogados Joviano Fonseca e Baltazar José dos Santos; do ex-Vereador João Canedo; de Roni Jaime; Leandro Garcia; Ricardo Cacá; Maximiliano Fernandes; Washington Barbosa; Valda Leite; Beatriz; Marcelo Alexandre; do ex-candidato a Vereador, Jean; da nossa querida Tânia Diniz Duarte; Izabela Duarte, Presidente do Fórum de Desenvolvimento de Anápolis, promotora do II Festival de Inverno de Anápolis.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto, que falará pelo PSB.

**O SR. BARBOSA NETO** (PSB – GO. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, parabenizo o Deputado Pedro Canedo, na qualidade de autor do requerimento de homenagem aos 98 anos da cidade de Anápolis e que preside esta sessão. Cumprimento as seguintes personalidades: o Prefeito Municipal da cidade de Anápolis, Prof. Pedro Fernando Sahium; o Vice-Prefeito, Sr. Atair Pio; o Vice-Governador, que foi interventor no Município de Anápolis, Dr. Alcides Rodrigues Filho, que aqui representa o Governador Marconi Perillo; os Secretários de Estado, na pessoa do Dr. Fernando Cunha, Ridoval; os ex-Prefeitos aqui presentes na pessoa do Dr. Ademar Santillo; o ex-Deputado Federal Wolney Martins; o ex-Deputado Haroldo Silva Duarte; minha colega e querida amiga Lídia Quinan; os Vereadores, na pessoa do Presidente da Câmara, Dr. Achiles Mendes; os empresários, na pessoa do Presidente da Associação Comercial e do companheiro e amigo Dr. Munir Naum; a Primeira-Dama Rosana; o Reitor da UniEvangélica, Carlos Mendes; as senhoras e os senhores presentes; o Padre Paulo; os Deputados Sergio Caiado, Jovair Arantes, Ronaldo Caiado, João Campos, Sandes Júnior, Rubens Otoni, Luiz Bittencourt e outros.

É grande a satisfação de participar desta sessão solene em homenagem aos 98 anos de Anápolis. Sem sombra de dúvida, é a história de uma cidade importante no contexto sociopolítico e econômico de Goiás.

Anápolis, nos seus quadros, vem dando diversas demonstrações de ousadia, de determinação e de importância.

Cortada por duas rodovias federais, a BR-153 e a BR-060, por algumas rodovias estaduais, pela nossa sonhada Ferrovia Norte – Sul, Anápolis, além de toda a pujança do seu povo, é local estratégico de desenvolvimento econômico.

Neste momento, ao homenagear seu fundador, ao lado de Gomes de Souza Ramos e das diversas outras famílias que para lá foram, podemos citar dezenas: da Silva, Ribeiro, Lobo, Oliveira, Pereira, Santana, Canedo, Duarte, os Santillos, e ainda aqueles que vieram: os Abdala, Bittar, Ciccillo, Naun, Ajar, Quinan, Sahium e também outros, como Sato, Onita, Nagano, Perine, Tronconi, Sabadine e outras centenas de famílias.

Nesses dias, o Prefeito Pedro Sahium enumerava a importância da convergência de raças e de povos na cidade de Anápolis que a tornam competitiva e faz com que tenha, sem sombra de dúvida, importância do ponto de vista econômico, social e político para todos nós goianos. E é por isso que Anápolis tem se desenvolvido.

Saúdo todas essas famílias em uma figura, para que não tenhamos dúvida da importância da participação política do seu povo, com a eleição do Prefeito e amigo, Vice-Presidente do PSB, Pedro Fernando Sahium.

Sem sombra de dúvida, esta sessão solene tem muito a ver com o momento político que vive Anápolis, com o momento político que V.Exa. vem implementando, despertando toda a classe política goiana no sentido de efetivamente trabalhar na construção da cidade que todos queremos, que é inclusive a logomarca da Prefeitura Municipal de Anápolis.

É importante mencionar a Subestação de Pirineus, a maior obra da CELG em Goiás, sediada no Município de Anápolis; a ampliação da Rede Piancó, no valor de mais de 6 milhões de reais; outras obras de saneamento, ultrapassando a casa dos 7 milhões de reais; a revitalização da Av. Brasil, ontem anunciada, e já com o primeiro 1 milhão de reais creditados na Prefeitura Municipal de Anápolis para esse fim; a conclusão do Hospital de Urgência Dr. Henrique Santillo, ontem entregue equipado e funcionando, a partir de hoje, para atender a população de Anápolis; o término da reforma do Teatro Municipal, tão sonhada e batalhada pela Secretária Marisa Espíndola; os recursos de 1 milhão e meio de reais para aterro sanitário; o programa de asfalto novo; o Centro de Convivência da Igreja Católica; o convênio da SEPLAN com a Prefeitura de 3 milhões de reais; a reforma e ampliação do presídio; os recursos federais incluídos pela bancada federal, por sugestão do Deputado que vos fala, da ordem de mais de 13 milhões de reais, que teve apoio de todos os Deputados Federais, para asfaltar os bairros da cidade de Anápolis; os recursos do PROINFRA, de mais 5 milhões de reais, destinados ao asfaltamento de mais de 18 bairros.

É importante mencionar tudo isso para que tenhamos consciência da participação política dos cidadãos

de Anápolis, da escolha adequada e correta daquele que dirige localmente seus destinos. Por isso, apesar de estarem presentes representantes de diversos segmentos, de diversas famílias, ao parabenizar Anápolis pelos 98 anos, o faço na figura do Prefeito Pedro Sahium. Que você Pedro, nos seus 40 anos, possa entender o que representa para Goiás e para sua cidade neste momento, convergindo diversos partidos políticos, todos em disputa ferrenha para contribuir no sentido do desenvolvimento e da melhoria de qualidade de vida do povo Anápolis.

Hoje, na qualidade de cidadão anapolino – título que me honra, concedido por unanimidade pela Câmara Municipal –, venho aqui dizer que foi honraria muito grande participar do processo político de Anápolis. Em momento de frustração pessoal, quando derrotado nas prévias para concorrer à Prefeitura Municipal, encontrei na figura de Pedro Sahium, meu companheiro de partido, a possibilidade de realizar sonhos e concretizar ideais importantes para a cidade de Anápolis.

Parabéns Anápolis! Meus agradecimentos pela forma carinhosa com que seu povo tem me recebido nesses últimos meses, com a minha participação em eventos, em momentos importantes na concretização daquilo que julgamos necessário para essa cidade.

Tenham certeza de que enquanto Deus me der vida, enquanto a população de Goiás me der um mandato, honrarei e dignificarei essa relação política estabelecida recentemente, que tem como único objetivo fortalecer o Município de Anápolis, com participação do Governo de Goiás, do Governo Federal, em particular da Prefeitura Municipal de Anápolis, a fim de efetivamente levarmos aos seus mais de 300 mil habitantes a qualidade de vida que todos esperam.

Deus abençoe toda a população anapolina na pessoa do Padre Paulo. Que possamos juntos construir a cidade que queremos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Registramos com muito orgulho a presença de três bravas companheiras: Nininha, de Olímpio Ferreira Sobrinho; Terezinha, de Fernando Cunha, e Irene, de Henrique Fanstone.

Registramos também a presença de Ana Maria de Castro, Míriam Simeão Bueno, Diretora do PROCON de Anápolis, e de meu amigo Manuelzinho, Chefe de Gabinete da Secretária de Indústria e Comércio de Anápolis.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Carlos Nader, do Rio de Janeiro, que falará em nome do Partido Liberal.

**O SR. CARLOS NADER** (PL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Pedro Canedo, a quem parabeno pela iniciativa desta homenagem à cidade de Anápolis; Sr. Alcides Rodrigues Filho, Vice-Governador do Estado de Goiás; Sr. Pedro Sahium, Prefeito de Anápolis; Sr. Atair Pio, Vice-Prefeito de Anápolis, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, é uma honra falar em nome do Partido Liberal e em nome dos Deputados Sandro Mabel e Enio Tatico.

Ouç com prazer o Deputado Barbosa Neto.

**O Sr. Barbosa Neto** – Deputado Carlos Nader, permita-me interrompê-lo para fazer breve registro que, devido a meu entusiasmo e emoção, ficou esquecido. A Deputada Lídia Quinan saiu desta Casa, mas o exercício político não saiu de seu coração: recebi de S.Sa. a sugestão de aqui cumprimentar o Sr. Henrique Fanstone e ressaltar o pioneirismo de Anápolis no setor de saúde, uma vez que James Fanstone fez em Anápolis, há 68 anos, no Hospital Evangélico, a primeira cirurgia realizada no Estado de Goiás, em mesa de madeira por ele próprio construída. Foi também fundador da Escola de Enfermagem Florence Nightingale, onde estudou Lídia Quinan. Em nome do povo brasileiro, parabéns à família Fanstone. *(Palmas.)*

**O SR. CARLOS NADER** – Sr. Presidente, por que Belém – Brasília? O certo seria Belém – Anápolis. E o certíssimo, Anápolis – Belém. Afinal, a famosa estrada de Juscelino, começa, a rigor, na cidade que tão merecidamente se homenageia.

E não só. A BR-020 liga Anápolis a Fortaleza; a BR-153, a Curitiba; a Ferrovia Centro – Atlântica, ao Sudeste; e também será em Anápolis que terá lugar o quilômetro zero da Ferrovia Norte – Sul. Sobram razões para que a homenageada seja conhecida como Trevo do Brasil.

Sr. Presidente, o interior do Brasil desponta. Não apenas a fluminense Macaé, no Sudeste; a gaúcha Caxias, no Sul; a paraibana Campina Grande, no Nordeste. Surge no cenário nacional, como estrela de brilho próprio, a cidade goiana de Anápolis, no Centro-Oeste. *(Palmas.)*

Muitos elogios se podem traçar ao maior pólo farmacêutico do interior do País, localidade cujo primeiro morador foi não menos que o sábio francês Auguste de Saint-Hilaire.

Em termos econômicos, o Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA é um bom exemplo. São mais de 100 empresas instaladas, com milhares de empregos diretos, afora os decorrentes da conseqüente demanda na construção civil.

Ademais, a aniversariante foi considerada o Município mais competitivo de Goiás, em 2003, salvo a Capital. Em outros indicadores, porém, foi a primeira

do Estado em PIB, em receita municipal, em massa salarial, em infra-estrutura e em localização.

O fato não causa espécie, bastando para isso considerar o acelerado processo de diferenciação da base industrial. Muito para além da indústria farmacêutica, e só isso basta para dar toda uma dimensão empreendedora da brava gente anapolina, competente e trabalhadora.

Em termos geográficos, o Município fundado pelo inesquecível tropeiro Gomes de Souza Ramos é pródigo em belezas naturais e apelos turísticos. Tão aprazível que diz a lenda que uma imagem da própria Mãe de Deus, Sant'Ana, ali perdeu-se, como se a própria veneranda, em símbolo, desejasse para sempre ali ficar.

A Praça Bom Jesus e a Praça das Mães são eloqüentes alusões ao fato. Junto a elas, encontram-se o Parque JK e o Jardim das Nações, entre tantas outras opções de lazer.

No campo da cultura, a cidade tem oferecido cada vez mais opções. São exemplos disso: o Encontro Nacional de Corais, o ENCOA; e o Concurso Nacional de Piano Orestes Farinello; sem esquecer o mais recente Festival de Inverno, que, juntamente com outras atrações, tem atraído visitantes e turistas não só de Goiás e do Distrito Federal, mas de todo o Brasil.

Porém, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, a mencionada abundância de inquestionáveis realizações econômicas, a par de ambiente físico dos mais aprazíveis, aliado à existência de vida cultural que nada deixa a desejar a qualquer cidade de porte médio do País, está longe de dizer tudo sobre a vida anapolina. Como já se disse, pode a economia ir bem, e o povo ir mal: sem condições de usufruir dos atrativos turísticos e dos apelos culturais da região.

Anápolis é o oposto disso!

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH seguido pela ONU é de 0,788, contra uma média nacional de 0,757; a expectativa de vida é de 70,2 anos, contra 68,6; a mortalidade infantil é de 20,7 óbitos por mil nascimentos, contra 33,8, e por aí vai.

Assim, de modo algum é de se estranhar que o comprometimento das receitas do Município com a folha de pagamento do funcionalismo é de admiráveis 29,2%, vale dizer, cerca da metade do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Um sucesso que, como se sabe, não é qualquer Município que alcança, ainda mais nesse nível. Mais um exemplo a seguir para o Brasil.

Enfim, lembro ainda que a Plataforma Logística Multimodal Anapolitana – a inaugurar-se aos 100 anos da nobre cidade – promoverá pela primeira vez no País o conceito de central de inteligência logística,

combinando multimodalidade, telemática e otimização de fretes, marco de progresso e prêmio para a acolhedora população anapolina.

Parabéns, Anápolis! O Brasil precisa de belos exemplos como esses da encantadora cidade Trevo do Brasil.

Muito obrigado (*Palmas.*).

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Registro com muita satisfação a presença da Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás, Deputada Professora Raquel Teixeira, mulher brava, guerreira, que tem feito espetacular trabalho em prol do Estado.

Registro mais uma vez a presença do Diretor-Geral da Faculdade Latino-Americana, José Odilon de Oliveira, e do querido ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de Ceres, ex-Deputado Estadual, ex-Secretário de Saúde, Carlos Hassel Mendes, Reitor da UniEVANGÉLICA.

Para finalizar esta sessão, ouviremos agora, prazerosamente e com orgulho, o patrimônio cultural vivo da nossa cidade, o Coral Madrigal Bel Canto, sob a regência do grande maestro Carlos Henrique Coutinho Rodrigues Costa, que interpretará as músicas *Haja Paz na Terra* e *Noites Goianas*.

A Secretária Raquel Teixeira ouvirá essa interpretação ao nosso lado, sentada à mesa.

(*Sã O executadas as músicas Haja Paz na Terra e Noite Goiânia. Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Agradecemos a todos os componentes do Madrigal Bel Canto, principalmente os mais antigos, seus fundadores, e ao maestro Carlos. É uma satisfação, um orgulho para todos nós, de Anápolis, o Madrigal Bel Canto, que enriquece a cultura não somente de Anápolis e de Goiás, mas do Brasil.

Agradeço ao cerimonial da Câmara dos Deputados, que possibilitou que esta sessão transcorresse na maior normalidade e com organização, ao Vice-Governador Alcides Rodrigues, que nos honra com sua presença. S.Exa. tem um vínculo muito grande com a cidade de Anápolis. Em momento difícil, prontificou-se a cumprir importante missão de Estado, a de ser interventor de Anápolis, a fim de devolver a normalidade administrativa à cidade, normalidade que tem continuidade hoje, por meio da competência e da bravura do querido Pedro Sahium, de família tradicional da nossa cidade.

Agradeço também aos oradores que homenagearam nossa cidade, aos homenageados, à única mulher homenageada, não é pelo número, pela quantidade, mas pela qualidade que essa mulher representou e representa na vida de Goiás, de Anápolis e da família, a ex-Deputada Lídia Quinan.

Faço um agradecimento especial a todos os profissionais de saúde da minha cidade: médicos, odontólogos, psicólogos, nutricionistas, enfermeiros, fisioterapeutas, técnicos em radiologia e enfermagem, auxiliares de enfermagem, enfim, aqueles que fazem da saúde um sacerdócio. Trabalhar em saúde é muito difícil, mas os profissionais anapolinos da área são verdadeiros leões e sacerdotes. Orgulho-me de ser e de ter um filho também profissional da saúde.

Cumprimento ainda a Meire, filha de Atair Pio, a Cristiane e o Sidney Ferreira.

Finalmente, faço uma saudação a uma mulher. Se não fosse por ela e, evidentemente, por seu marido, não teria hoje minha esposa e 4 filhos maravilhosos. Falo de dona Teresinha Barbosa Caiado, minha sogra.

Encerro esta sessão agradecendo ao Prefeito Pedro Sahium, ao Vice-Governador Alcides Rodrigues

Filho, ao Vice-Prefeito Atair Pio de Oliveira, aos nossos Vereadores, aos ex-Prefeitos, aos ex-Deputados Federais, aos Secretários de Estado e às demais pessoas pela presença. Enquanto aqui estivermos, continuaremos dando a vida por essa cidade e seguiremos o exemplo que os senhores deram e continuam dando: de amar muito nossa querida cidade de Anápolis. (*Palmas.*)

#### V – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Canedo) – Está encerrada a sessão.

(*Encerra-se a sessão às 13 horas e 29 minutos.*)

## Ata da 194ª Sessão, em 03 de agosto de 2005

*Presidência dos Srs. Severino Cavalcanti, Presidente José Thomaz Nonô,  
1º Vice-Presidente Inocêncio Oliveira, 1º Secretário*

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA  
OS SRS.:

Severino Cavalcanti  
José Thomaz Nonô  
Ciro Nogueira  
Inocêncio Oliveira  
Eduardo Gomes  
Givaldo Carimbão  
Jorge Alberto  
Geraldo Resende  
Mário Heringer

#### RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA PMDB  
ALMIR SÁ PL  
DR. RODOLFO PEREIRA PDT  
FRANCISCO RODRIGUES PFL  
PASTOR FRANKEMBERGEN PTB  
**Total de Roraima: 5**

#### AMAPÁ

BADU PICANÇO PL  
CORONEL ALVES PL  
DR. BENEDITO DIAS PP  
EDUARDO SEABRA PTB  
HÉLIO ESTEVES PT  
JANETE CAPIBERIBE PSB  
**Total de Amapá: 6**

#### PARÁ

ANIVALDO VALE PSDB  
ANN PONTES PMDB  
ASDRUBAL BENTES PMDB  
BABÁ S.PART.  
JOSUÉ BENGTON PTB  
NILSON PINTO PSDB  
PAULO ROCHA PT  
RAIMUNDO SANTOS PL  
WLADIMIR COSTA PMDB  
ZÉ GERALDO PT  
ZENALDO COUTINHO PSDB  
ZEQUINHA MARINHO PSC  
**Total de Pará: 12**

#### AMAZONAS

ÁTILA LINS PPS  
CARLOS SOUZA PP  
FRANCISCO GARCIA PP  
HUMBERTO MICHILES PL  
PAUDERNEY AVELINO PFL  
VANESSA GRAZZIOTIN PCdoB  
**Total de Amazonas: 6**

#### RONDONIA

AGNALDO MUNIZ PP  
ANSELMO PT  
EDUARDO VALVERDE PT  
HAMILTON CASARA PL



MIGUEL DE SOUZA PL  
NATAN DONADON PMDB  
**Total de Rondonia: 6**

**ACRE**

HENRIQUE AFONSO PT  
JOÃO CORREIA PMDB  
JÚNIOR BETÃO PL  
NILSON MOURÃO PT  
RONIVON SANTIAGO PP  
**Total de Acre: 5**

**TOCANTINS**

DARCI COELHO PP  
HOMERO BARRETO PTB  
MAURÍCIO RABELO PL  
OSVALDO REIS PMDB  
RONALDO DIMAS PSDB  
**Total de Tocantins: 5**

**MARANHÃO**

CÉSAR BANDEIRA PFL  
COSTA FERREIRA PSC  
GASTÃO VIEIRA PMDB  
JOÃO CASTELO PSDB  
PAULO MARINHO PL  
PEDRO FERNANDES PTB  
PEDRO NOVAIS PMDB  
SARNEY FILHO PV  
SEBASTIÃO MADEIRA PSDB  
TEREZINHA FERNANDES PT  
WAGNER LAGO PP  
**Total de Maranhão: 11**

**CEARÁ**

ALMEIDA DE JESUS PL  
ANDRÉ FIGUEIREDO PDT  
ANÍBAL GOMES PMDB  
ANTENOR NASPOLINI PSDB  
ANTONIO CAMBRAIA PSDB  
ARIOSTO HOLANDA PSB  
ARNON BEZERRA PTB  
BISMARCK MAIA PSDB  
EUNÍCIO OLIVEIRA PMDB  
GONZAGA MOTA PSDB  
JOÃO ALFREDO PT  
JOSÉ LINHARES PP  
LÉO ALCÂNTARA PSDB  
MARCELO TEIXEIRA PMDB  
MAURO BENEVIDES PMDB  
MORONI TORGAN PFL  
ZÉ GERARDO PMDB  
**Total de Ceará: 17**

**PIAUI**

ÁTILA LIRA PSDB  
B. SÁ PSB  
JÚLIO CESAR PFL  
MARCELO CASTRO PMDB  
MORAES SOUZA PMDB  
MUSSA DEMES PFL  
NAZARENO FONTELES PT  
**Total de Piauí: 7**

**RIO GRANDE DO NORTE**

BETINHO ROSADO PFL  
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB  
IBERÊ FERREIRA PTB  
SANDRA ROSADO PSB  
**Total de Rio Grande do Norte: 4**

**PARAÍBA**

BENJAMIN MARANHÃO PMDB  
CARLOS DUNGA PTB  
DOMICIANO CABRAL PSDB  
ENIVALDO RIBEIRO PP  
INALDO LEITÃO PL  
LUIZ COUTO PT  
MARCONDES GADELHA PTB  
PHILEMON RODRIGUES PTB  
WILSON SANTIAGO PMDB  
**Total de Paraíba: 9**

**PERNAMBUCO**

ANDRÉ DE PAULA PFL  
GONZAGA PATRIOTA PSB  
JOAQUIM FRANCISCO PTB  
JORGE GOMES PSB  
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA PFL  
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO PTB  
LUIZ PIAUHYLINO PDT  
MARCOS DE JESUS PL  
PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO PSB  
PAULO RUBEM SANTIAGO PT  
RAUL JUNGSMANN PPS  
ROBERTO MAGALHÃES PFL  
**Total de Pernambuco: 12**

**ALAGOAS**

BENEDITO DE LIRA PP  
JURANDIR BOIA PDT  
ROGÉRIO TEÓFILO PPS  
**Total de Alagoas: 3**

**SERGIPE**

BOSCO COSTA PSDB  
CLEONÂNCIO FONSECA PP  
HELENO SILVA PL

IVAN PAIXÃO PPS  
JACKSON BARRETO PTB  
JOÃO FONTES PDT  
JOSÉ CARLOS MACHADO PFL  
**Total de Sergipe: 7**

**BAHIA**

ALICE PORTUGAL PCdoB  
AROLDI CEDRAZ PFL  
DANIEL ALMEIDA PCdoB  
FÁBIO SOUTO PFL  
FÉLIX MENDONÇA PFL  
FERNANDO DE FABINHO PFL  
GEDDEL VIEIRA LIMA PMDB  
GUILHERME MENEZES PT  
JAIRO CARNEIRO PFL  
JOÃO ALMEIDA PSDB  
JOÃO LEÃO PL  
JONIVAL LUCAS JUNIOR PTB  
JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL  
JOSÉ CARLOS ARAÚJO PL  
JOSÉ ROCHA PFL  
JOSIAS GOMES PT  
JUTAHY JUNIOR PSDB  
LUIZ ALBERTO PT  
LUIZ BASSUMA PT  
LUIZ CARREIRA PFL  
MARCELO GUIMARÃES FILHO PL  
MÁRIO NEGROMONTE PP  
NELSON PELLEGRINO PT  
PAULO MAGALHÃES PFL  
PEDRO IRUJO S.PART.  
REGINALDO GERMANO PP  
ROBÉRIO NUNES PFL  
SEVERIANO ALVES PDT  
WALTER PINHEIRO PT  
ZELINDA NOVAES PFL  
**Total de Bahia: 30**

**MINAS GERAIS**

ADEMIR CAMILO PL  
ALEXANDRE MAIA PMDB  
ANA GUERRA PT  
CARLOS MELLES PFL  
CÉSAR MEDEIROS PT  
CLEUBER CARNEIRO PTB  
DR. FRANCISCO GONÇALVES PTB  
EDMAR MOREIRA PL  
EDUARDO BARBOSA PSDB  
ELISEU RESENDE PFL  
GILMAR MACHADO PT  
IBRAHIM ABI-ACKEL PP  
ISAÍAS SILVESTRE PSB

IVO JOSÉ PT  
JAIME MARTINS PL  
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA PL  
JOSÉ MILITÃO PTB  
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS PL  
JÚLIO DELGADO PSB  
LAEL VARELLA PFL  
LEONARDO MATTOS PV  
LINCOLN PORTELA PL  
MARCELLO SIQUEIRA PMDB  
MARIA DO CARMO LARA PT  
MÁRIO ASSAD JÚNIOR PL  
MAURO LOPES PMDB  
NARCIO RODRIGUES PSDB  
ODAIR CUNHA PT  
OSMÂNIO PEREIRA S.PART.  
PAULO DELGADO PT  
RAFAEL GUERRA PSDB  
REGINALDO LOPES PT  
ROMEU QUEIROZ PTB  
SÉRGIO MIRANDA PCdoB  
VADINHO BAIÃO PT  
VITTORIO MEDIOLI PV  
**Total de Minas Gerais: 36**

**ESPÍRITO SANTO**

FEU ROSA PP  
JAIR DE OLIVEIRA PMDB  
MANATO PDT  
MARCELINO FRAGA PMDB  
MARCUS VICENTE PTB  
NILTON BAIANO PP  
RENATO CASAGRANDE PSB  
**Total de Espírito Santo: 7**

**RIO DE JANEIRO**

ALDIR CABRAL PFL  
ALEXANDRE CARDOSO PSB  
ALEXANDRE SANTOS PMDB  
ALMERINDA DE CARVALHO PMDB  
ANDRÉ COSTA PT  
ANTONIO CARLOS BISCAIA PT  
BERNARDO ARISTON PMDB  
CARLOS NADER PL  
CARLOS SANTANA PT  
CHICO ALENCAR PT  
DELEY PMDB  
DR. HELENO PMDB  
EDUARDO CUNHA PMDB  
EDUARDO PAES PSDB  
ELAINE COSTA PTB  
FERNANDO GABEIRA PV  
FRANCISCO DORNELLES PP

ITAMAR SERPA PSDB  
 JAIR BOLSONARO PP  
 JANDIRA FEGHALI PCdoB  
 JOÃO MENDES DE JESUS S.PART.  
 JORGE BITTAR PT  
 JOSIAS QUINTAL PMDB  
 JULIO LOPES PP  
 LEONARDO PICCIANI PMDB  
 LUIZ SÉRGIO PT  
 MÁRCIO FORTES PSDB  
 MOREIRA FRANCO PMDB  
 PAULO BALTAZAR PSB  
 PAULO FEIJÓ PSDB  
 REINALDO BETÃO PL  
 RODRIGO MAIA PFL  
 SANDRO MATOS PTB  
 SIMÃO SESSIM PP

**Total de Rio de Janeiro: 34**

### SÃO PAULO

ALBERTO GOLDMAN PSDB  
 AMAURI GASQUES PL  
 ANGELA GUADAGNIN PT  
 ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB  
 ANTONIO CARLOS PANNUNZIO PSDB  
 ARLINDO CHINAGLIA PT  
 ARNALDO FARIA DE SÁ PTB  
 ARY KARA PTB  
 CELSO RUSSOMANNO PP  
 CHICO SARDELLI PFL  
 CLÁUDIO MAGRÃO PPS  
 CORAUCI SOBRINHO PFL  
 DELFIM NETTO PP  
 DEVANIR RIBEIRO PT  
 DURVAL ORLATO PT  
 EDINHO MONTEMOR PL  
 EDNA MACEDO PTB  
 ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO PRONA  
 ENÉAS PRONA  
 GILBERTO NASCIMENTO PMDB  
 IARA BERNARDI PT  
 ILDEU ARAUJO PP  
 IVAN VALENTE PT  
 JAMIL MURAD PCdoB  
 JEFFERSON CAMPOS PMDB  
 JOÃO BATISTA PFL  
 JOÃO HERRMANN NETO PDT  
 JOÃO PAULO CUNHA PT  
 JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT  
 JULIO SEMEGHINI PSDB  
 LOBBE NETO PSDB  
 LUCIANO ZICA PT  
 LUIZ ANTONIO FLEURY PTB

LUIZ CARLOS SANTOS PFL  
 LUIZ EDUARDO GREENHALGH PT  
 MARCELO BARBIERI PMDB  
 MARCELO ORTIZ PV  
 MARCOS ABRAMO PFL  
 MEDEIROS PL  
 MICHEL TEMER PMDB  
 NELSON MARQUEZELLI PTB  
 NEUTON LIMA PTB  
 ORLANDO FANTAZZINI PT  
 PROFESSOR LUIZINHO PT  
 RICARDO BERZOINI PT  
 RICARDO IZAR PTB  
 ROBERTO GOUVEIA PT  
 ROBSON TUMA PFL  
 SALVADOR ZIMBALDI S.PART.  
 SILVIO TORRES PSDB  
 TELMA DE SOUZA PT  
 VICENTINHO PT  
 XICO GRAZIANO PSDB  
 ZULAIÊ COBRA PSDB

**Total de São Paulo: 54**

### MATO GROSSO

CARLOS ABICALIL PT  
 CELCITA PINHEIRO PFL  
 LINO ROSSI PP  
 RICARTE DE FREITAS PTB  
 THELMA DE OLIVEIRA PSDB

**Total de Mato Grosso: 5**

### DISTRITO FEDERAL

ALBERTO FRAGA PFL  
 JORGE PINHEIRO PL  
 OSÓRIO ADRIANO PFL  
 SIGMARINGA SEIXAS PT  
 WASNY DE ROURE PT

**Total de Distrito Federal: 5**

### GOIÁS

BARBOSA NETO PSB  
 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB  
 ENIO TATICO PL  
 JOÃO CAMPOS PSDB  
 JOVAIR ARANTES PTB  
 LUIZ BITTENCOURT PMDB  
 NEYDE APARECIDA PT  
 PEDRO CANEDO PP  
 PEDRO CHAVES PMDB  
 RONALDO CAIADO PFL  
 RUBENS OTONI PT  
 SANDES JÚNIOR PP  
 SANDRO MABEL PL  
 SÉRGIO CAIADO PP

**Total de Goiás: 14**

**MATO GROSSO DO SUL**

ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT  
ANTONIO CRUZ PP  
MURILO ZAUITH PFL  
NELSON TRAD PMDB  
VANDER LOUBET PT  
WALDEMIR MOKA PMDB

**Total de Mato Grosso do Sul: 6**

**PARANÁ**

ABELARDO LUPION PFL  
AFFONSO CAMARGO PSDB  
AIRTON ROVEDA PTB  
ALEX CANZIANI PTB  
ANDRÉ ZACHAROW PSB  
ASSIS MIGUEL DO COUTO PT  
CHICO DA PRINCESA PL  
DR. ROSINHA PT  
EDUARDO SCIARRA PFL  
GUSTAVO FRUET PSDB  
LUIZ CARLOS HAULY PSDB  
MAX ROSENMANN PMDB  
MOACIR MICHELETTO PMDB  
NELSON MEURER PP  
ODÍLIO BALBINOTTI PMDB  
OLIVEIRA FILHO PL  
RICARDO BARROS PP  
SELMA SCHONS PT  
TAKAYAMA PMDB  
VITORASSI PT

**Total de Paraná: 20**

**SANTA CATARINA**

CARLITO MERSS PT  
EDINHO BEZ PMDB  
EDISON ANDRINO PMDB  
FERNANDO CORUJA PPS  
JOÃO PIZZOLATTI PP  
MAURO PASSOS PT  
PAULO AFONSO PMDB  
PAULO BAUER PSDB  
VIGNATTI PT  
ZONTA PP

**Total de Santa Catarina: 10**

**RIO GRANDE DO SUL**

ALCEU COLLARES PDT  
AUGUSTO NARDES PP  
CEZAR SCHIRMER PMDB  
ELISEU PADILHA PMDB  
ÉRICO RIBEIRO PP  
FRANCISCO TURRA PP

HENRIQUE FONTANA PT  
KELLY MORAES PTB  
LUCIANA GENRO S.PART.  
LUIS CARLOS HEINZE PP  
MARIA DO ROSÁRIO PT  
MENDES RIBEIRO FILHO PMDB  
MILTON CARDIAS PTB  
NELSON PROENÇA PPS  
ONYX LORENZONI PFL  
ORLANDO DESCONSI PT  
PASTOR REINALDO PTB  
PAULO GOUVÊA PL  
PAULO PIMENTA PT  
TARCÍSIO ZIMMERMANN PT  
YEDA CRUSIUS PSDB

**Total de Rio Grande do Sul: 21**

**I – ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 366 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

**II – LEITURA DA ATA**

**O SR. GONZAGA PATRIOTA**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

**III – EXPEDIENTE**

Não há expediente a ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

**IV – PEQUENO EXPEDIENTE**

**O SR. FRANCISCO RODRIGUES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FRANCISCO RODRIGUES** (PFL – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabeno a direção do Banco do Brasil pela decisão de implantar em nosso Estado uma agência, com todos os instrumentos necessários para a operacionalização de negócios entre o nosso País e a República Bolivariana da Venezuela, na cidade de Pacaraima, na linha de fronteira. Isso beneficiará diretamente ex-

portadores e importadores, a transferência de câmbio, a população.

Verificamos, ao longo dos anos, que era muito grande a ansiedade da população roraimense para que aquele ponto de união entre o Brasil e a Venezuela tivesse uma agência bancária, de preferência do nosso Banco do Brasil.

Portanto, estão de parabéns nosso Estado e a direção do Banco do Brasil, por essa visão geoestratégica e geopolítica da necessidade de uma agência que facilitará sobremaneira os negócios entre os 2 países.

É importante dizer que a cada dia que passa se ampliam as relações entre o Brasil e a Venezuela. Em Pacaraima, com a ação do Governo de Ottomar de Sousa Pinto, poderemos agora dar maior conforto e melhores condições aos usuários de serviços do Banco do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. WALTER PINHEIRO** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apelo, no momento em que o Presidente da República abriu espaço para debater com os segmentos da sociedade civil organizada, com entidades sindicais, como fez com os taxistas, com os aposentados e pensionistas, ao Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o baiano Jaques Wagner, para que abra esse canal de negociação com os servidores da Previdência, atualmente em greve. Sei que houve negociação. Participei da conversa com o Ministro do Planejamento. No entanto, chegamos a um ponto de estrangulamento, embora os servidores da Previdência queiram chegar a um bom termo.

Devemos aproveitar esse momento em que o Presidente abriu sua agenda aos movimentos populares para buscar entendimento com esses trabalhadores, a fim de resolvermos de uma vez por todas o grave problema da Previdência e reabrirmos os postos de atendimento à população, que tem sofrido bastante. É fundamental atendermos às reivindicações da categoria.

Sr. Presidente, fica esse chamamento. A proposta apresentada, segundo os trabalhadores, é insuficiente. Houve uma tentativa por meio de ofício enviado à mesa de negociação, mas chegou-se a um impasse. Cabe agora decisão política do Governo.

É preciso colocar os trabalhadores em greve, que inclusive fazem parte da nossa articulação política, frente a frente com o Presidente da República. Isso é importante para solucionar de uma vez por todas

esse problema da Previdência Social, como também discutir plano de carreira dos servidores da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CARLOS SANTANA** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. CARLOS SANTANA** (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada, ferroviários ligados à central logística e ao bondinho fizeram uma greve com bastante sucesso. Registro, portanto, a participação desses companheiros e, ao mesmo tempo, elogio a volta do trem de passageiros que sai de Visconde de Itaboraí e vai a Niterói. Esse trem ficou parado por vários meses. É importante para aquela população tão sofrida ter esse fundamental meio de transporte. Esperamos, cada vez mais, que isso se concretize no País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tarcisio Zimmermann.

**O SR. TARCISIO ZIMMERMANN** (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, abordo hoje o tema da Medida Provisória nº 258, editada pelo Governo, no dia 21 de julho de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil, mediante a fusão da atual Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária.

Esse tema já vinha sendo debatido no interior do Governo, porém sem diálogo efetivo com os trabalhadores envolvidos nas atividades de ambas as Secretarias, tampouco com os membros da Advocacia-Geral da União, que vêm executando a Procuradoria Previdenciária.

No entanto, de forma surpreendente, sem nenhum diálogo anterior, o Governo baixa a Medida Provisória nº 258, que afeta profundamente o funcionamento da Receita Federal e cria dúvidas sobre inúmeros temas relacionados com a administração tributária do nosso País.

Causa-me espanto essa medida provisória, uma vez que a Secretaria da Receita Federal existe há quase 40 anos e funciona adequadamente, sem sinal de crise ou de mau funcionamento que exigisse intervenção de medida provisória caracterizada pela urgência.

Mais estranho ainda é o fato de a Secretaria da Receita Previdenciária haver sido constituída também por medida provisória há menos de 12 meses. Vinha se estruturando, organizando-se e, repentinamente, tem sua estrutura modificada por nova medida provisória que funde os 2 órgãos.

Que urgência pode ter uma medida dessa natureza? Por que esta Casa legislativa, os trabalhadores, a sociedade brasileira, mais uma vez precisam ser atropelados por uma medida provisória sobre matéria que poderia perfeitamente ser encaminhada para cá como projeto, para o qual haveria a possibilidade de o Executivo utilizar o mecanismo da urgência constitucional de que dispõe? Havia, diga-se de passagem, inclusive acordo nesse sentido! Mas, apesar disso, o Governo usou da prerrogativa de editar medida provisória, instrumento que cria fatos consumados.

Aliás, mais estranho ainda é o fato de, apesar de em tese ser urgente, a medida provisória ter data para entrar em vigência: dia 15 deste mês, agosto, ou seja, mais de 20 dias após a sua edição. Essa é a primeira medida que eu conheço editada nesses termos. Até essa data esta Casa não poderá examiná-la, a sociedade não poderá debatê-la. E vejam V.Exas. que ela afeta grande número de trabalhadores, além de atingir conceitos fundamentais da política tributária brasileira. Apesar disso, não poderemos debatê-la antes de sua vigência.

Sr. Presidente, é realmente lamentável que estejamos frente a tal circunstância. É fundamental que esta Casa se posicione o mais rapidamente possível acerca do problema.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou, ainda no primeiro semestre, quando contávamos com a possibilidade de um diálogo democrático sobre o tema, requerimentos de realização de audiências públicas, a primeira das quais será realizada no dia 10, portanto, na próxima semana. Mais uma vez, no entanto, fomos tolhidos na nossa vontade de antecipar o debate e contribuir com uma proposição sobre o tema, antes que ele se tornasse fato consumado.

Com a preocupação de debater mais profundamente o assunto, o Deputado Walter Pinheiro e eu tomamos a iniciativa de convidar para um debate a ser realizado hoje, às 17h, no Plenário 13 da Câmara dos Deputados, todas as entidades de trabalhadores envolvidas tanto na Receita Federal quanto na Receita Previdenciária. Na oportunidade, examinaremos os diferentes sentimentos dos trabalhadores e tentaremos elaborar uma estratégia para enfrentar o problema, que considero indevida intromissão na prerrogativa desta Casa de leis.

Convido os Srs. Parlamentares para esta reunião, Sr. Presidente, para que possamos iniciar um diálogo e uma ação, os quais talvez sensibilizem o Governo no sentido de encontrar alternativa que não o fato consumado da fusão da Receita Federal com a Receita Previdenciária, sem qualquer diálogo com

esta Casa, com os servidores dos órgãos e com a sociedade brasileira.

Estão todos convidados para o debate.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a generosidade.

**O SR. LAEL VARELLA** (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante da crise política que estamos atravessando, julgo da maior importância as considerações serenas e argutas a respeito da sensibilidade do povo brasileiro, feitas pelo príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança, tetranelo do imperador Dom Pedro I e diretor de relações institucionais da TFP – Fundadores, na **Folha de S. Paulo** do dia 1º de agosto próximo passado. Peço, portanto, sua transcrição nos Anais desta Casa.

#### *MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR*

#### **Paz, paz, paz**

Ninguém mais nega que a situação nacional se tornou um atoleiro, no sentido preciso e sinistro do termo. Ampliam-se a cada dia os contornos de uma crise político-ideológica, cujas consequências, ainda não de todo previsíveis, poderão tornar-se abruptas.

Não é minha intenção vasculhar os labirintos da chamada corrupção ou tecer considerações a propósito de certos mecanismos do poder político. Prefiro atentar para uma faixa da realidade que tem pouco realce na seqüência frenética do noticiário. Refiro-me ao Brasil profundo, que há muito o mundo político-publicitário parece relegar, na prática, ao descaso, e que a esquerda, dos mais diversos matizes, em seu imenso projeto ideológico de poder, quase por completo ignorou... e continua a ignorar.

Ao longo da história, o brasileiro sempre se mostrou ameno e afetivo. Por sua índole cordata, vive ele mais voltado para sua família e sua casa, das quais cuida com afinco, enquanto considera com algum desinteresse e descrença o mundo político e as disputas da vida pública.

Galgada ao poder por certos artifícios publicitários, a esquerda açoitou-se em implantar as políticas ditas “sociais”, inspiradas por seu utopismo nivelador e de indistigável caráter autoritário. O Brasil profundo, frustrado em seu desejo de distensão, presenciou, de início silencioso, depois agastado, o suceder inexorável de planos, projetos, leis, reformas, controles, conselhos etc.

Certo tipo de esquerda hoje influente no Estado e na estrutura da Igreja demonstra uma falta de senso da realidade que preocupa. Insiste na idéia de uma luta

de classes e de um confronto social para atingir seus fins utópicos e niveladores.

Nesse contexto, preocupam as declarações – daqui, de lá e de acolá – sobre a luta que continua, os companheiros de armas, o levante das massas, o golpe das “elites”.

Talvez as mais alarmantes tenham provindo do novo presidente do PT, Tarso Genro, quando ainda ministro da Educação, em entrevista a esta Folha: “Se as classes populares não tiverem um mediador democrático dentro do Estado de Direito, como o PT (...) o Brasil pode entrar numa situação de anomia semelhante à da Colômbia. A destruição ou a diluição do partido pode levar para uma desesperança radical e aguçar de maneira irracional os conflitos de classe do Brasil, uma radicalização dos confrontos de classe”.

Quem conhece o brasileiro sabe que é ele infenso a rixas e a soluções violentas. Ande-se pelas ruas e facilmente se verá que não é propenso às psicoexplosões com as quais doentamente sonham muitos elementos da esquerda. Nosso povo se habituou a considerar com otimismo as várias crises, inclusive econômicas, pelas quais tem passado. Crente que “Deus é brasileiro” (como afirma um velho ditado), confia em que, com “jeitinho”, bonomia e paciência, vencerá as dificuldades.

Que significado encerram, então, as declarações de Tarso Genro? Parece estar subjacente a elas a idéia de que, na Colômbia, a anomia, ou seja, o debilitamento da ordem legal, é fruto do descontentamento popular. Ora, é de sobejo conhecido que resulta da ação criminoso de grupos narco-guerrilheiros de índole marxista, como as Farc (que, sintomaticamente, nosso governo se recusa a qualificar de organização terrorista), os quais não gozam de apoio da população. Assim, é explicável que alguém se questione se tais declarações não encerram uma velada ameaça do recurso a forças e métodos não muito claros para tentar lançar uma luta fratricida no país.

Paro para reler estas linhas. Enquanto o faço, uma dúvida me assalta e faz em torno de mim sua dança macabra: diante de um projeto ideológico que se exauriu e não vingou neste sossegado Brasil, estaria certa esquerda disposta à aventura de um golpe de força? Que sentido teria a “anomia” de que fala Tarso Genro? Assistiríamos à proliferação do crime (assaltos, seqüestros, invasões de propriedades urbanas e rurais etc.), proliferação esta apresentada por certas tubas publicitárias como expressão de um “furor popular” incontido?

A referência à Colômbia ganha realce no momento em que se delineiam os vínculos entre terroristas das Farc e grupos do crime organizado (como PCC

ou Comando Vermelho), de acordo com afirmações de um juiz de Mato Grosso do Sul, surgidas há dias na imprensa.

Estupefato, ante essa ciranda de considerações e perspectivas tenho vontade de exclamar: senhores da esquerda, se não fostes capazes de entender os verdadeiros anseios de nosso povo, entendi-os pelo menos agora! Observai sua repulsa surda mas profunda às explosões sociais e o anseio de estabilidade que do seio de nossa gente clama: paz, paz, paz!

Não imagineis dilacerar este Brasil que, sob o manto protetor da Senhora Aparecida, deverá atravessar esta crise uno e irmanado, como já atravessou muitas outras, rumo ao futuro glorioso e pacífico que a Providência Divina lhe destinou entre as nações.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PPS – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as Comissões da Casa e o próprio plenário estão um tanto quanto mornos, pois o escândalo político tratado na CPI tomou conta das discussões políticas no Brasil e, em especial, no Congresso Nacional.

Enquanto não elucidarmos as denúncias, que começaram pelo Deputado Roberto Jefferson, não conseguiremos dar prosseguimento normal aos nossos trabalhos.

Temos a denúncia, que vem sendo investigada, de que, por intermédio de uma agência de publicidade, uma quantidade de dinheiro era distribuída a determinadas pessoas. O dinheiro saía das contas da DNA e da SMP&B, agências do publicitário Marcos Valério, por sua determinação, mas quem informava os destinatários dos recursos era o Tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Alegam Marcos Valério e Delúbio Soares que o dinheiro viria de empréstimos feito às agências pelo Banco Rural e pelo BMG, embora, na verdade, os recursos fossem destinados ao PT.

No entanto, fica cada vez mais evidente, pelos depoimentos, que os recursos não são oriundos apenas desses empréstimos, mas vêm também de empresas privadas que, de alguma forma, têm negociações com o Governo – nesta hipótese estão incluídos o próprio Banco Rural e o BMG, que foi contemplado pela medida provisória que permitiu o crédito consignado – e também de contratos superfaturados, fundamentalmente na área de publicidade de estatais, os quais beneficiaram as duas agências envolvidas. Elas, possivelmente, recebiam um valor “x” e pagavam menos para veicular os comerciais. A quantia que sobrava servia para pagar a própria produção dos anúncios e uma quantidade maior ainda para ser devolvida, na forma de caixa dois, a partidos políticos.

A segunda questão é para onde esse dinheiro era destinado. Temos aí grandes sacadores, e a CPI começa a demonstrar que agentes do PL e do PP buscavam recursos e os entregavam ao Presidente dos partidos. O dinheiro era, então, distribuído entre Parlamentares, sob 2 argumentações.

A primeira, alegada pelos Srs. Marcos Valério e Delúbio Soares, era a de que os recursos serviam para pagar contas de campanha. Agora, inclusive, apareceram 15 milhões de reais destinados ao Sr. Duda Mendonça, os quais, ao que parece, serviram para pagar a conta da campanha do próprio Presidente Lula, em 2002.

Também fica cada vez mais evidente que a outra parte, a denominada “mensalão”, ia para Parlamentares. Os 30 mil reais não eram um valor destinado ao Parlamentar a cada final de mês. Eles serviam, às vezes, para fazer a pessoa mudar de partido, passar para a base do Governo, ou eram repassados de forma mais esporádica, mas quem distribuía esse dinheiro eram os Presidentes ou alguns cardeais de determinados partidos.

Temos que esclarecer 2 pontos: de onde vinha o dinheiro e quem o recebeu, na outra ponta da linha. Por isso, entre as várias listas que aí estão, temos que analisar a do Sr. Genu e a do Sr. Jacinto Lamas, pois elas nos mostrarão para onde foi o dinheiro e quem o recebeu.

Sr. Presidente, mais do que nunca este Parlamento precisa esclarecer os fatos e punir os culpados. É preciso fazer justiça, como tantos estão dizendo, e justiça significa punir os culpados e absolver os inocentes. É preciso separar o joio do trigo, determinando claramente quem recebia o dinheiro. Esse esforço deverá ser realizado pela CPMI do Mensalão, que amanhã começará a ouvir os envolvidos.

Muito obrigado.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio a expressivas solenidades litúrgicas, tomou posse, domingo, na Diocese de Itapipoca, em meu Estado, Dom Antônio Roberto Cavuto, da Ordem dos Padres Capuchinhos, que ali substituirá Dom Benedito Albuquerque, o qual, por 20 anos, esteve à frente de seus jurisdicionados, levando a efeito notável trabalho de evangelização, que o tornou credor da admiração e do respeito do clero e da população daquela faixa territorial do Ceará.

Tendo alcançado a idade limite, o antigo titular resignou à árdua missão, dando lugar a que o Papa Bento XVI nomeasse o seu substituto, investido, agora, em seu encargo pastoral, com o apoio de todos os integrantes da Província Eclesiástica, da qual é

Metropolita Dom José Antônio Tosi Marques, que se fez presente à concelebração levada a efeito neste domingo, na praça fronteira à Matriz de Nossa Senhora das Mercês.

Dom Antônio Cavuto, aos 61 anos, é natural de São Paulo, tendo estudado no Seminário dos Capuchinhos de Ouro Fino, Minas Gerais, revelando, desde logo, as suas aptidões para o sacerdócio, fazendo votos perpétuos no ano de 1965, passando a cursar a Universidade Federal daquele Estado, onde se graduou, em filosofia, no ano de 1971.

A seguir, esteve à frente de várias paróquias, exercendo o vicariato de forma exemplar, fazendo transparecer, nitidamente, as suas excepcionais virtudes, direcionadas para um apostolado dinâmico, que lhe permitiu, também, dirigir os Frades Menores Capuchinhos nas Alterosas.

Dentro da programação cumprida no último domingo, um longo cortejo de veículos foi recepcionado no Município de Tururu, que integra a diocese, seguindo diretamente para a sede, quando o Prefeito e demais autoridades lhe prestaram as primeiras homenagens, sob o impacto do calor humano que muito o sensibilizou.

A celebração, presidida por Dom José Antônio Tosi Marques, teve a colaboração dos demais bispos diocesanos, além dos 17 Municípios que compõem o âmbito de atuação que estará submetido à sua orientação episcopal.

Durante a missa gratulatória, Dom Antônio Roberto Cavuto proferiu a sua primeira saudação aos fiéis, detalhando as linhas mestras em que se assentarão as suas diretrizes, não faltando a preocupação constante de lutar contra as desigualdades sociais, oferecendo assistência permanente aos carentes e marginalizados, que reclamam maior atenção dos Poderes Públicos e da própria Igreja.

Agradecendo a sua nomeação ao Santo Padre, Bento XVI, o substituto de Dom Benedito deixou clara a sua intenção de cumprir, com fidelidade, os preceitos emanados do Vaticano, fazendo-o em perfeita sintonia com a hierarquia e o laicato – este representado pelas várias associações instituídas ao tempo da gestão de seu antecessor.

Ao receber a chave da cidade, entregue pelo Perfeito João Barroso e por membros da Câmara local, o novo Antístite reenfatizou o seu propósito de integrar-se ao esforço comum para um maior desenvolvimento da comunidade, tentando eliminar as disparidades atualmente existentes em todo o Nordeste brasileiro.

A impressão recolhida pela massa presente ao magno acontecimento foi a mais favorável, pela simplicidade que Dom Cavuto demonstrou ter no primeiro



contato com aqueles que se inserirão no seu numeroso rebanho, naquela área geográfica do Ceará.

Cumprimento, desta tribuna, Dom Antônio Roberto Cavuto pelo múnus que exercerá a partir de agora, ao mesmo tempo em que testemunho o esforço despendido por Dom Benedito Albuquerque, o qual soube legar aos que com ele conviveram lições magistrais de sensibilidade para assimilar as necessidades mais prementes da população.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PP – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, ontem estive no Conselho de Ética e, infelizmente, não pude inquirir o Deputado José Dirceu. Em vários momentos ele citou sua história, sua biografia e em especial sua luta, que chamava de combate à ditadura militar.

O que me surpreende, Sr. Presidente, é que para combater o que ele chamava de ditadura militar, aqueles grupelhos de esquerda, o qual ele se integrava, recebiam dinheiro de Cuba, vindo da União Soviética. Países que jamais podiam admitir liberdade em seu solo pátrio estavam colaborando com recursos financeiros com aqueles grupelhos para levar este País à democracia.

Realmente, isso é meio esquisito. Como esquisito é se entendemos que o PT, o partido da ética, está agora recebendo recursos de funcionários e servidores corruptos para combater a corrupção. Repito: realmente é muito esquisito corrupto ajudando o PT a combater a corrupção!

Por várias vezes o Deputado José Dirceu disse que nunca respondeu a um processo. Realmente, desconheço que ele tenha respondido a algum processo. Mas, de forma direta ou indireta, tem suas mãos sujas de sangue de inocentes, do tempo em que lutava, dizia ele, combatendo o que chama de ditadura militar.

Aconteceram vários atos terroristas no País, mas parece que a juventude não se lembra disso: seqüestro de aviões; explosão de carros-bomba, como aquele que matou Mário Kozel Filho, em São Paulo; explosão de bombas no Aeroporto dos Guararapes, que mataram um almirante e um jornalista; seqüestro de autoridades, assaltos a bancos, a carros-fortes e por aí vai. Segundo ele, tudo em nome da luta pela democracia.

A ficha ainda não caiu para mim. Não acredito que os recursos, fruto da corrupção, eram para pagar despesas de campanha. Qualquer candidato a Deputado, Senador ou Vereador não consegue mandar fazer fiado mil santinhos em uma gráfica. Os donos das gráficas sabem que levarão calote.

Não aceito a idéia de que desviaram dezenas de milhões de reais – de acordo com o que foi levanta-

do até agora – para pagamento das campanhas dos Parlamentares. Isso não existe. Ninguém trabalha de graça para candidato em lugar nenhum.

Não aceito também a história do Lula e do Deputado José Dirceu, de que não sabiam de nada. Uma das maneiras de se conseguir voto aqui – e sempre foi assim – é liberar recursos de emendas Parlamentares. Se o Governo do PT não liberava emendas, como justificar o apoio de uma grande quantidade de Parlamentares para aprovar as propostas do Governo, como a PEC nº 40, a mais conhecida, que tratava da reforma previdenciária? O que será que passa na cabeça dos Parlamentares que votaram em troca de recursos?

E quem está pagando essa conta é o servidor público, o inativo da União, do Estado e do Município que foi taxado, é a desgraçada da viúva, a infortunada, que teve a sua pensão reduzida, é também o servidor público que teve seu tempo de contribuição aumentado. O Congresso Nacional, lamentavelmente, só votava o que o Governo queria e para prejudicar o povo brasileiro, como estão sendo prejudicados agora os militares das Forças Armadas. Não podemos discutir aqui recomposição salarial para os militares das Forças Armadas. E as manifestações vão continuar até quando?

A verdade, Sr. Presidente, é que o PT tinha – acho que isso está realmente chegando ao final – um projeto de poder, qual seja: o Parlamentar que votava em troca de recursos não tinha apoio da base, da comunidade, não tinha voto, e o que votasse por emendas poderia receber dinheiro e teria o apoio, o voto da comunidade. O PT optou pelo mensalão por quê? Os Deputados que não eram do PT não teriam votos por ocasião das eleições do próximo ano. Assim, o PT poderia colocar 300 Parlamentares aqui dentro e impor a ditadura pelo voto, a exemplo de Cuba. O Deputado José Dirceu bem disse ontem que regularmente visita aquele país, com toda certeza, para se oxigenar de democracia cubana.

Complemento dizendo que não justifica ele dizer que o PL votava favoravelmente ao Governo em troca do Ministério da Defesa, um Ministério jogado às traças que ninguém quer. Lamentavelmente, nosso querido José Alencar ainda está lá aceitando ser desgastado e ser o Ministro do “não” aos militares.

Espero que isso acabe o mais rápido possível. Infelizmente, nosso Congresso está fechado. Se fosse fechado pela força, seria muito mais digno para nós, mas está fechado por falta de caráter e moral de alguns de nossos companheiros.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive na semana passada no Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia, para discutir uma

série de questões que dizem respeito aos interesses daquela região. Visitei também o extremo sul do Estado da Bahia, os Municípios de Itanhém e Teixeira de Freitas. Assumi o compromisso, no Município de Paulo Afonso, de expor o problema da BR-110, estrada fundamental no processo de integração não só da região nordeste do Estado da Bahia, mas também da Região Nordeste do País, como uma opção também às BRs-116 e 101.

Sr. Presidente, hoje as pessoas se dirigem ao Município de Paulo Afonso via Aracaju, porque a estrada naquele trecho está em melhores condições de trafegabilidade. É melhor enfrentar os 280 quilômetros que separam essas duas cidades, passando por Alagoas, para chegar ao Estado da Bahia do que enfrentar os quase 500 quilômetros de estradas estragadas que vão de Salvador a Paulo Afonso.

É uma situação complexa. Há informação de que em junho o Governo lançou concorrência pública para a recuperação do trecho de Paulo Afonso a Jeremoabo. Mas o trecho de Jeremoabo ao Município de Ribeira do Pombal, um dos mais prejudicados, foi repassado ao Governo do Estado da Bahia, naquele acordo feito no final do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e início do Governo do Presidente Lula, em que algumas estradas federais foram repassadas aos Governos Estaduais em troca do compromisso com a sua manutenção, com o repasse de recursos pelo Governo Federal. O Governo da Bahia alega que só recebeu duas parcelas do total de 4 e não há recursos para recuperar a estrada.

Vários Perfeitos da região têm-se reunido para discutir essa matéria. Estamos dispostos a dar essa contribuição, não só para acompanhar esse processo de licitação, para que esse trecho de Paulo Afonso a Jeremoabo seja efetivamente recuperado, mas também para encontrar, com o Governo do Estado, uma solução para o outro trecho, que é fundamental.

Aproveito a oportunidade para manifestar minha preocupação com a necessidade de recuperar as estradas federais do Estado da Bahia, que tem a segunda malha viária do País, porém, é a mais prejudicada. No caminho de Porto Seguro a Teixeira de Freitas vi que parte da estrada foi recuperada pelo programa de recuperação de estradas do Governo Federal. Mas precisamos conversar com o Governador Paulo Souto, a fim de encontrar uma solução para essa rodovia, fundamental para os interesses do Estado da Bahia, porque liga a região central à região nordeste do Estado e à Região Nordeste do País. Sei que há movimentação de diversos Prefeitos da região, a que queremos nos incorporar, para buscar soluções.

Sr. Presidente, também havia a expectativa, no extremo sul do Estado, da extensão da universidade que está sendo criada no Vale do Jequitinhonha para Porto Seguro e Teixeira. Infelizmente, a emenda não foi aprovada, mas há necessidade de se discutir a criação de uma universidade no extremo sul da Bahia.

Também participei de debates sobre importantes projetos de geração de empregos que o Governo Lula vem desenvolvendo no Vale do Jequitinhonha, região muito pobre, que se localiza em Minas Gerais e na Bahia. A agência que está sendo criada tem uma série de projetos importantes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, virei a esta tribuna, em breve, discorrer sobre esse assunto, porque hoje, na verdade, o que me trouxe aqui foi a preocupação com as estradas federais que cortam a Bahia. O Governo Federal já iniciou a recuperação de parte da BR-101, mas é preciso acelerar esse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, por permuta com o Deputado Onyx Lorenzoni, ao nobre Deputado Manato. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. MANATO** (PDT – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, gostaria de, juntamente com a bancada do Espírito Santo, unir voz aos agricultores e munícipes que lutam contra a criação da reserva de Pontão. Querem fazer o absurdo no nosso Estado de criar uma reserva sem consultar os principais interessados.

Naquela região moram diversos agricultores que fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que concordam com a criação de uma área de proteção ambiental, mas que seja discutida com a sociedade civil organizada. O que não pode é haver uma decisão de cima para baixo, sem ouvir quem conhece a região. Não aceitamos isso e vamos lutar até às últimas conseqüências para que a reserva não seja implantada nem que prejudique diversos agricultores que sustentam sua família, que cuidam do meio ambiente.

Daqui, pedimos ao Ministério do Meio Ambiente, ao IBAMA e aos órgãos congêneres que voltem a discutir a criação da APA, sem que os agricultores, que estão lá há dezenas de anos, saiam prejudicados de seus lugares.

Sr. Presidente, ontem fiquei 9 horas de castigo – um castigo bom – no Conselho de Ética. Assisti a alguns fatos que me deixaram preocupados. O ex-Ministro José Dirceu começou seu depoimento dizendo que foi Ministro por 30 meses. Então, não estava quebrando decoro parlamentar? Mas assinou um documento dizendo quealaria a verdade.

Para ser sincero, Sr. Presidente, observei bem o depoimento e não consigo – estou fazendo um esforço de memória, de consciência – acreditar que, nesse esquema montado pela cúpula do PT, não tenha o dedo, a mão, o corpo inteiro de outras pessoas, no caso, o ex-Ministro José Dirceu.

Tenho certeza de que, pelas características do PT – em conversas com a Senadora Heloísa Helena e com o Deputado João Fontes, S.Exas. sempre me disseram tratar-se de um partido democrático, que faz discussões internas, que vai às últimas conseqüências, que as questões são decididas no voto –, isso tudo só pode ter saído da cabeça de um único homem.

O ex-Ministro José Dirceu disse, no Conselho de Ética, que não há enriquecimento ilícito. Pergunto: o Land Rover caiu do céu? Não significa enriquecimento ilícito? Tudo bem. Existe empobrecimento ilícito, porque alguns Deputados receberam 20 mil reais. Se tivessem falado conosco, poderíamos ter feito até uma rifa! Se recebeu 1 real ou 1 milhão não faz diferença?

Sr. Presidente, a partir do momento em que o ex-Ministro assinou um documento no Conselho de Ética dizendo que falaria a verdade, se for comprovado que faltou com a palavra, será caracterizada quebra de decoro parlamentar. Nesse caso, teremos de ir às últimas conseqüências, sem precisar do Judiciário. Nossa preocupação é essa, porque existem processos que tramitam naquele Poder há mais de 20 anos, sem desfecho.

Muito obrigado.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (PSC – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto à tribuna para trazer a público algumas manchetes de jornais brasileiros.

O **Diário do Pará** de 29 de julho declarou que perda de verba atinge a Transamazônica e a Santarém – Cuiabá, mostrando que eclusas e rodovias perdem investimentos devido ao remanejamento proposto pela Medida Provisória nº 256.

O mesmo jornal, no dia seguinte, disse que o País pagou mais de 80 bilhões de reais de juros no primeiro semestre de 2005.

Edição recente do **Correio Braziliense** divulgou a seguinte manchete: *Tudo para as dívidas*.

É um negócio calamitoso. Assusta ver o que este País paga de juros, principalmente os da dívida interna. Dá para 10 bancos o que poderia converter em serviços para a sociedade brasileira.

Estive na Transamazônica. Fiz, recentemente, 850 quilômetros, entre Marabá e Rurópolis. A situação é de abandono, deprimente. Percorri a BR-163, extensão de 780 quilômetros. A estrada é uma verdadeira

calamidade pública. De Altamira até Santarém, tem um pedacinho asfaltado.

Informo ao Ministro dos Transportes que a estiação no Pará não é muito longa. Ainda bem que S.Exa. tira o dinheiro de um lugar e põe em outro dentro do Estado. Vamos agilizar rapidamente a recuperação da Transamazônica e da BR-163, a Cuiabá – Santarém, ou daqui a alguns dias não se passa nem de helicóptero. De Novo Progresso até Trairão, é um perigo trafegar.

Mas não tem jeito de sobrar dinheiro: em 2003, pagamos 146 bilhões de reais de juros e investimos 4,5 bilhões; no ano passado, 2004, pagamos 128 bilhões de reais e investimos em torno de 10,8 bilhões; neste ano, devemos pagar 150 bilhões e investir menos de 10 bilhões. É uma relação criminosa.

O Governo precisa ter coragem de enfrentar a situação, renegociar as dívidas e congelar a taxa de juros em patamar justo, para que sobre alguma coisa para investimento.

Os recursos que o Estado do Pará perde neste momento vão para o pagamento de juros e para fazer superávit primário, ambos nocivos à sociedade brasileira.

Lamento que o Congresso Nacional não veja isso. Não prego moratória, calote, mas admiro a coragem dos argentinos. Um dia desses, declararam que só pagariam um terço de cada dólar da dívida. Muita gente reclamou, mas eles estão se ajustando.

A dívida pública interna brasileira chegará a 1 trilhão de reais no final deste ano, e estamos fechando 1 trilhão de reais em pagamento de juros. Quer dizer, já pagamos 1 trilhão e ainda devemos 1 trilhão. Isso é um saque aos cofres públicos pior do que o mensalão, por do que qualquer coisa.

Faço um apelo ao Ministro Antonio Palocci, homem sereno, calmo e competente, no sentido de que enfrente o problema, chame os credores para a conversa e renegocie a dívida e os juros, para que a hemorragia nos cofres públicos diminua um pouco e sobre algum recurso para o social e a infra-estrutura.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CARREIRA** (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pelo que estamos presenciando nas últimas semanas, só podemos ser levados a concluir que as práticas de corrupção, que transtornam e maculam a vida pública nacional, em grande parte revelam a fragilidade e a ineficiência do Sistema de Controle Interno do Governo Federal.

O que vem sendo divulgado amplamente pela mídia e pelos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito vai aos poucos desvelando que foi montado no País, sob o patrocínio explícito do Partido dos Tra-

balhadores, ou do “Partido do Governo”, um esquema fraudulento de captação de recursos junto a empresas governamentais, integrantes da Administração Pública, empresas prestadoras de serviço para o Governo, tudo para, aparentemente, financiamentos irregulares de campanhas eleitorais, o tão conhecido caixa 2, cujos recursos não são contabilizados e, por isso, não integram as contas prestadas à Justiça Eleitoral.

Na verdade, Sr. Presidente, qualquer empresa, seja pública, seja sociedade anônima, está sujeita ao sistema de controle interno do Poder Executivo a que se vinculam, tanto na consecução dos resultados sociais e econômicos previstos nas políticas públicas que executam, como na utilização dos fundos públicos ou dos recursos auferidos em decorrência do desempenho de suas atividades.

O controle, como se sabe, é uma das funções da administração. Juntamente com o planejamento, a coordenação, a gestão de pessoal e do orçamento, sua finalidade é assegurar, pela averiguação sistemática, a correspondência entre a execução e os resultados dos programas, projetos e ações e determinados padrões de avaliação estabelecidos, assim como a regularidade dos atos de gestão.

Está na Constituição, em seus arts. 74 e 31, a existência de 2 sistemas de controle, que devem operar de forma articulada: o Controle Externo, exercido pelo Poder Legislativo, por este Poder, com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o Controle Interno, enfatize-se imperativo, exercido pela própria Administração, no âmbito de cada Poder do Estado.

A finalidade da existência desse Sistema de Controle Interno é permitir que o Governo avalie o cumprimento das metas previstas, tanto no Orçamento como nos Planos Plurianuais; comprove a legalidade dos resultados executados pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial da coisa pública, tanto na Administração Direta, quanto nas Estatais, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; controle operações de crédito, avais e garantias (estas, por sinal, tão em moda nos últimos dias), assim como os direitos e haveres das diversas esferas de governo.

Saliento, Sras. e Srs. Deputados, que, no âmbito da Administração Pública Federal, essa competência é exercida pela Controladoria-Geral da União, chefiada pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, através da Secretaria Federal de Controle Interno, órgão que, embora criado no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi muito propalado no Governo Lula, pelo menos no início, como o grande garantidor de “zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”.

Pois bem. No desempenho dessa importante competência, o Sistema de Controle Interno deveria, independentemente de provocação, ter realizado a contento a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, primando por garantir legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas. Ao que parece, nesse aparente “desgoverno Delúbio – Marcos Valério”, esses itens foram realmente observados, só que no mau sentido.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante de tão amplas e relevantes funções, causa espécie que esse órgão, chefiado pelo Ministro Waldir Pires, que tem demonstrado tanto “serviço” quando se trata de inspecionar Municípios, submetendo Prefeitos a constrangimentos antes mesmo de apurar indícios, que se transformam prontamente em propaladas notícias, não tenha sido tão diligente e prestimoso no acompanhamento dos atos de gestão dos órgãos e entidades federais, fazendo com que, com sua omissão, vicejem práticas das mais estarrecedoras no uso de recursos públicos. Talvez devamos pensar que o Ministro Waldir Pires corrobore com a opinião do Presidente Lula de que essas coisas que estamos presenciando foram corriqueiras e usuais no passado e, portanto, não devem ser coibidas com tanta veemência agora. Pelo visto, conceitos de ética e transparência também variam com os tempos.

O Ministro faria muito bem se aprofundasse as investigações sobre a chamada Operação PROER do PT, uma operação feita com a aprovação desta Casa, beneficiando os bancos no final do ano passado, envolvendo cerca de 1,4 bilhão de reais, com intervenção, segundo a revista **ISTOÉ**, do próprio Delúbio Soares.

Essa, sim, é a tarefa essencial que deve vencer a Controladoria-Geral da União.

Muito obrigado.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa homenageou, hoje pela manhã, os 20 anos do Programa Criança Esperança, organizado pela *TV Globo*, que reúne os esforços de milhões de cidadãos e cidadãs brasileiras para dar uma perspectiva de vida melhor a milhares de crianças em todo o País.

Como não pude fazê-lo pela manhã, quero me congratular com todas as empresas, entidades e pessoas que fazem existir o Criança Esperança. Com trabalho, contribuição e esforço elas preenchem as lacunas da ação do Poder Público por todo o País.

Para contribuir com esse esforço, apresentei, em 2003, nesta Casa, a Proposta de Emenda à Consti-

tuição nº 105, sobre criação do Fundo Nacional de Educação Infantil, para atender crianças de zero a 3 anos, em período integral, garantindo, como é o propósito do Criança Esperança e como tem defendido a UNESCO, o atendimento à formação integral das crianças, dando-lhes novas perspectivas de vida a partir da mais tenra idade.

A proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e permitirá o aporte de cerca de R\$7 bilhões a cada ano para as instituições de ensino e as creches.

Cabe agora o esforço desta Casa para mudar a realidade das crianças brasileiras, atendendo-as, em conjunto com o FUNDEB, do nascimento até a conclusão do 2º grau.

Temos a certeza de que podemos contar com a cooperação, a solidariedade, o esforço dos nobres pares e de todos aqueles que tornam realidade o Criança Esperança, como tem sido seu cotidiano para dar um futuro melhor às crianças brasileiras. O presente e o futuro do Brasil saberão retribuir esse nosso esforço.

Muito obrigada.

**O SR. CLÁUDIO MAGRÃO** (PPS – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que tomo a palavra hoje para parabenizar a Central Força Sindical pela realização do seu 5º Congresso Nacional, que começou ontem, na Praia Grande, litoral de São Paulo.

A Força Sindical, uma das maiores e mais importantes centrais sindicais do País, não podia escolher momento mais oportuno para a realização desse evento, pois é preciso definir a direção que vai tomar diante da turbulência política que chocou o Brasil e a postura daqui em diante, até o próximo congresso, daqui a 4 anos.

E o evento será grande, não só em importância como em números e representação.

Serão 2.500 sindicalistas de todo o País. Desse total, 683 são delegados (1 para cada 2.971 associados). Praticamente todas as áreas da economia estarão representadas no Congresso: administração pública, alimentação, aposentados, comerciários, construção civil, educação, cultura, esporte, financeira, metalúrgicos, químicos, rural, saúde, serviços, têxtil, transporte e urbanitários, num total de 2 milhões, 29 mil, 264 trabalhadores representados.

Nesse congresso, além de discutir os principais problemas nacionais, nós, sindicalistas, iremos eleger a nova direção nacional, a executiva nacional, o conselho fiscal e seus respectivos suplentes e realizar a tarefa mais importante: discutir e aprovar uma agenda programática da Central relacionada à ação sindical no País.

Políticas de retomada do desenvolvimento, de geração de emprego e renda, formação profissional com conseqüente redução do desemprego, itens da reforma sindical e propostas para um novo estatuto da Força Sindical serão discutidos e votados.

Essas diretrizes irão nortear as bandeiras de luta da nossa central, que serão: redução da jornada, organização de secretarias nacionais por ramo de atividade, mobilizações contra as altas taxas de juros, entre outras. Cada bandeira será alvo de ações unitárias e organizadas, em todo o País.

O evento irá possibilitar a integração dos diversos setores envolvidos, além importantíssimas trocas de experiências, pois haverá representantes de influentes organizações sindicais de várias partes do mundo, Governadores, entre outras autoridades.

Por todos esses motivos, não é exagero dizer que o Congresso Nacional da Força Sindical, nos dias 2, 3 e 4 de agosto, na Praia Grande (litoral de São Paulo), vai definir novos caminhos para o sindicalismo brasileiro. Como sindicalista e Secretário Nacional de Formação Profissional da Força Sindical, tenho orgulho de participar ativamente deste momento tão importante para a Central e para o sindicalismo nacional.

Toda a sociedade e principalmente os trabalhadores devem ficar atentos ao que discutiremos na Praia Grande.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência solicita aos Srs. Deputados que, quando forem dar como lidos os seus pronunciamentos, o façam rapidamente, porque às 15h teremos uma parte da sessão em que será homenageado o Presidente do Parlamento europeu, já presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Simão Sessim.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me manifestar de público a minha satisfação pessoal diante da decisão do Juiz Federal Substituto da 2ª Vara Federal aqui de Brasília, meritíssimo Charles Renaud Frazão de Moraes, que num gesto de grandeza concedeu liminar, na última segunda-feira, impedindo que as concessionárias de telefonia fixa, entre elas a Telemar, a Telefônica e a Brasil Telecom, cobrem assinatura mensal de seus clientes em todas as regiões do País.

A medida, que chega em boa hora, atende a um apelo antigo da população brasileira, sobretudo do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), formulado que foi, agora, através de ação civil pública. Até porque, Sr. Presidente, o que a gente observa com a famigerada cobrança da assinatura básica mensal

da telefonia fixa, que chega a custar cerca de R\$40, é que há uma inversão de valores com o projeto de universalização dos serviços previstos na privatização.

Lembro uma decisão parecida tomada em janeiro deste ano, por ilustríssimo juiz, também substituto, só que na 2ª Vara Federal de Itajaí, em Santa Catarina, que, da mesma forma, atendendo ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e pelo PRO-CON local, mandou suspender a cobrança da assinatura básica mensal de telefones fixos para todos os clientes da Brasil Telecom, que opera para mais de 9 milhões de linhas em 9 Estados e aqui no Distrito Federal, exatamente por considerá-la ilegal.

Para o magistrado de Santa Catarina, jamais a cobrança da assinatura poderia ser compulsória, uma vez que o cidadão usuário do serviço não é obrigado a consumir a quantidade de serviços (ou seja, pulsos) imposta pela concessionária. Na verdade, o que se constata hoje é que os consumidores de baixa renda estão preferindo manter um telefone celular pré-pago para não terem que pagar compulsoriamente a assinatura básica, enquanto a telefonia fixa tem milhares de linhas sobrando.

A Telemar, que opera o sistema de telefonia fixa no Rio de Janeiro e em Estados do Nordeste, alega que o modelo estruturado na cobrança da assinatura viabilizou o que chama de “forte desenvolvimento” das telecomunicações no País, igualando a rede e os serviços de telefonia do Brasil aos dos países desenvolvidos em todo o mundo. Diz ainda que o principal objetivo dessa tarifa é assegurar a viabilidade da infraestrutura de telecomunicações desenvolvida no Brasil, que prevê universalização do acesso à telefonia em todo o território brasileiro, disponibilização permanente de direito ao uso do telefone, sustentação de níveis adequados de qualidade e garantia da manutenção dos serviços na casa dos consumidores.

Mas, na concepção do meritíssimo Juiz Charles Frazão, as empresas não podem, de maneira alguma, fazer a cobrança, porque ela não se traduz na contraprestação por serviço prestado, entendendo, por isso mesmo, que as concessionárias devem sujeitar-se aos riscos inerentes à atividade empresarial, remunerando-se pela cobrança de tarifas do usuário.

Fico feliz, Sr. Presidente, por saber que o Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, também é contrário à cobrança da assinatura mensal para os usuários do sistema de telefonia fixa, por entender, como assim também analisamos, que essa cobrança compulsória é muito, é demais, principalmente para quem vive com 1 ou 2 salários mínimos.

Portanto, Sr. Presidente e nobres Deputados, há um clamor popular pela eliminação da assinatura bási-

ca, por ser ela ilegal e injusta, já que trata de um serviço não prestado, no caso os 100 pulsos da franquia obrigatória. Como bem frisou o Juiz Charles Frazão, a cobrança, para telefones residenciais ou comerciais, não tem respaldo legal. Ate porque a tarifa imposta no Serviço de Telefonia Fixa Comutada não finca raízes na legalidade.

Era o que eu tinha a dizer no momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO FEIJÓ** (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito triste para nós, Parlamentares que temos a preocupação de exercer nosso mandato com correção, ética e dedicação, na defesa de assuntos do interesse do País como dos Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, ter que presenciar, no retorno de nossas atividades legislativas, o Congresso Nacional envolvido ainda na mesma crise política que assola o Brasil, e, pior, com dimensões ainda mais fortes, o que muito nos entristece e, ao mesmo tempo, nos preocupa.

É lamentável sob todos aspectos que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontre neste momento paralisado, em função da crise e de seus desdobramentos, que infelizmente envolvem a realidade de Deputados desta egrégia Casa de Leis, o que expõe para a sociedade brasileira uma imagem muito negativa do Poder Legislativo. Em nosso entendimento, demanda esforço para que todas as denúncias possam ser apuradas com o máximo de empenho possível, para prestar à opinião pública os esclarecimentos que se fazem necessários.

É inadmissível que se adote, nesta Casa de Leis, um comportamento que vise preservar este ou aquele político da apuração dos escândalos de corrupção no Governo do Presidente Lula, e por isso defendemos, com racionalidade, sem qualquer tipo de paixão neste comentário, que se manifeste a Presidência do Congresso Nacional, de maneira formal, à sociedade brasileira favorável à continuidade das investigações em curso neste momento, tanto pelas Comissões Parlamentares de Inquérito instituídas como pela Polícia Federal e pela Justiça Federal.

Desejo abordar neste pronunciamento a compreensão que tenho de que é importante, para todos nós, brasileiros, que o Governo Federal não se deixe paralisar por questões de ordem política envolvendo o surgimento de denúncias contra membros do primeiro escalão, no sentido de que o comprometimento com a investigação cuidadosa e transparente possa oferecer à sociedade as respostas necessárias, sem

que se interrompa o ciclo de equilíbrio e controle fiscal do País.

Para o cidadão comum, a compreensão de que o Presidente Lula não estaria envolvido diretamente com os escândalos não pode servir como atenuante, primeiro, para que o Governo contribua com as investigações e, segundo, para que este não retome a linha de investimentos em projetos prioritários para a sociedade.

Entendemos que não deve o Governo Federal fazer dessas denúncias um obstáculo que venha trazer prejuízos ao programa econômico em andamento, que segue em ritmo considerado satisfatório e precisa, na realidade, ter resultados ainda mais expressivos se considerarmos a demanda existente em segmento como o do desenvolvimento da atividade rural, empresarial e do pequeno empreendedorismo.

Esperamos que o nobre colega de Parlamento ex-Ministro José Dirceu possa, em pronunciamento a membros desta Casa de Leis, manifestar-se com clareza a respeito das denúncias que envolvem o seu nome, e de membros do PT, com ligações junto ao Governo Federal, na captação irregular de recursos para campanha eleitoral, e que faça isso tendo como premissa a certeza de que milhões de brasileiros irão acompanhar seu depoimento, ansiosos por explicações e não por divagações.

Por ser Parlamentar de orientação partidária não alinhada à base de sustentação do Governo Federal, muitos podem esperar de mim uma postura de oposição ferrenha e incontrolada, aos moldes do que o PT sempre fez, principalmente em momentos críticos, contra o PSDB e o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para estes, digo que a minha coerência me impede de usar essa conduta revanchista e raivosa.

Entendemos que o Governo Federal, na atual gestão do PT, tem como mérito principal a manutenção da economia brasileira em níveis aceitáveis, mas acho que é preciso avançar mais, principalmente na geração de empregos e em investimentos sociais, e vejo que o Presidente Lula se esquece desses compromissos, na mesma proporção em que sua gestão busca hoje dedicar-se ao processo de debelar a crise política vigente.

Ao concluir este pronunciamento, enfatizo a minha postura de coerência mantida nesses anos todos, em que não me furto a votar, neste Parlamento, em matérias do Governo que tragam benefícios inquestionáveis, sem que, para isso, me veja forçado a negar minha conduta de criticar aquilo que considero errado e apontar o que pode ser feito para corrigir esta ou aquela situação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos assistindo, dia a dia, aos depoimentos nas várias CPIs, no Conselho de Ética, na Corregedoria Geral da República. Até agora tivemos apenas uma novidade: a renúncia do Presidente o PL, Valdemar Costa Neto, chamando para si toda a responsabilidade por haver recebido vários recursos financeiros para o PL. Infelizmente, o Congresso Nacional perde a oportunidade de levar à frente pedido de cassação de Parlamentar que pode estar envolvido em algumas das denúncias feitas pelo Deputado Roberto Jefferson.

A cada dia tomamos conhecimento de novas denúncias, de novos fatos, da apresentação de mais documentos, como ocorreu ontem durante o depoimento do Deputado José Dirceu, quando o Deputado Roberto Jefferson fez mais uma acusação, agora relacionada com a Portugal Telecom.

S .Exa. disse que membros do Governo fizeram uma visita à Portugal Telecom, o que foi confirmado pelo empresário Marcos Valério. Pelos dados que nos chegam, o Sr. Emerson Palmieri também esteve em Lisboa no dia 24 de janeiro, cuja volta se deu no dia 26. Isso terá de ser muito bem investigado. O próprio Presidente Lula recebeu o presidente dessa companhia no seu gabinete.

O PSDB acompanhará *pari passu* todas essas denúncias para averiguar a sua veracidade. Caso confirmadas, tomaremos providências cabíveis no Conselho de Ética contra membros do Governo, para acabarmos com algumas mentiras que pairam sobre vários depoimentos. Ou faltam com a verdade ou não dizem nada, com a proteção de *habeas corpus*, conforme recomendado pelos seus advogados. Jogam a culpa no ex-tesoureiro do PT, dizendo que tudo não passa de dinheiro de campanha.

Mas, com os vários cruzamentos de dados pela CPI, tenho certeza de que isso não ficará assim. A população terá respostas sobre esse “valerioduto” ocorrido no País durante o Governo Lula.

**O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO** (PFL – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no início de 2004, tomamos conhecimento de que a PETROBRAS havia decidido duplicar parte do gasoduto do Nordeste, principalmente no trecho entre a cidade de Pilar, em Alagoas, e Madre de Deus, na Bahia, portanto, cortando todo o Estado de Sergipe.

Analisamos profundamente a situação e fomos conversar com o Diretor-Presidente da SERGAS, empresa sergipana que faz a distribuição de gás natural, de quem ouvimos algumas sugestões.

O projeto da PETROBRAS não contemplava a interiorização do gás natural no Estado de Sergipe, o que para nós é fundamental. Atendendo a sugestão do Presidente da SERGAS, encaminhamos em agosto de 2004 ao Presidente da PETROBRAS apelo no sentido de que analisasse a possibilidade de alterar o projeto e assim atender a alguns Municípios que estavam distantes do traçado inicial do gasoduto, já que a idéia era construir um gasoduto paralelo ao que já existia.

Sabíamos que isso acarretaria acréscimos financeiros. Conversamos com o Governador do Estado, que se responsabilizou por eles, mas, lamentavelmente, a PETROBRAS argumentou que tinha pressa na execução do projeto e que novo estudo para mudança de traçado demandaria tempo, pois seria necessário novo estudo de impacto ambiental.

Fomos à PETROBRAS na companhia do Governador. Recebemos do seu Presidente a afirmativa de que seria constituído um grupo de trabalho, o que foi feito. Esse grupo, em março deste ano, concluiu pela viabilidade de atender, de imediato, a alguns Municípios. Ficou decidido que, com o apoio da PETROBRAS, com a participação da empresa sergipana de gás e do Governo do Estado de Sergipe, seria construído, inicialmente, um gasoduto até a cidade de Itabaiana, que, por estar no centro geográfico de Sergipe, seria o ponto central de distribuição de gás natural naquele Estado.

Esperávamos que essa decisão fosse anunciada pelo então Presidente da PETROBRAS, Sr. José Eduardo Dutra, quando esteve em Sergipe, homenageado na Assembléia Legislativa. Mas isso não ocorreu. S.Sa. esteve em Itabaiana para participar de uma solenidade, mas também não fez menção a esse compromisso.

Por isso, quero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apelar ao novo Presidente da PETROBRAS, Sr. Sérgio Gabrielli, para que não se esqueça desse compromisso que a empresa tem com o povo do Estado de Sergipe. Não se trata de um compromisso do ex-Presidente José Eduardo Dutra, mas de um compromisso da PETROBRAS com o povo do Estado de Sergipe.

Estamos vendo uma grande obra da PETROBRAS, um duto paralelo ao que já existe, mas apenas algumas cidades bem próximas terão acesso a esse gás.

O grupo de estudo mostrou que nossa sugestão é viável. A SERGAS, empresa distribuidora de gás, está disposta a participar, assim como o Governo do Estado. Por uma questão de justiça, estou absolutamente convicto de que o novo Presidente da PETROBRAS vai executar esse sonho da população de Sergipe, principalmente da população da cidade de Itabaiana.

Muito obrigado.

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar que faleceu hoje pela manhã, em Fortaleza, Ceará, Glícea Furtado Bedê, esposa de Moacir Bedê, figura tradicional da nossa sociedade.

A extinta era filha do saudoso médico Amadeu Furtado, uma das maiores figuras da medicina cearense, que exerceu mandato de Deputado Estadual e ascendeu à Presidência da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

As nossas condolências à família.

É a homenagem da bancada cearense.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem a palavra o Sr. Deputado Jurandir Boia.

**O SR. JURANDIR BOIA** (PDT – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, venho a esta tribuna tratar de um tema que está entre os 5 maiores problemas enfrentados pela população brasileira. A questão do déficit habitacional no nosso País é histórica. Entre suas principais causas estão as altas taxas de crescimento vegetativo da população, os movimentos migratórios, o desemprego, a queda da renda e o principal: a falta de uma política habitacional séria e consistente.

No início dos anos 50, começou em nosso País um processo migratório que levou para a cidade grande parte da população que antes residia no campo. Antes disso, 80% da população brasileira estava concentrada nas zonas rurais. Nos dias atuais, apenas 14% dos brasileiros estão no campo. Acontece que esse êxodo rural se deu de forma totalmente desordenada.

Somando-se a isso o crescimento da população e a falta de respostas dos governos às necessidades básicas dessas pessoas, como emprego, saúde, educação e a própria moradia, temos a causa da enorme dívida social apresentada hoje pelo Brasil. Atualmente, 85% do déficit habitacional está entre as pessoas ou famílias que recebem até 5 salários mínimos. A Região Nordeste responde pela metade do índice nacional da falta de moradia.

A moradia não é apenas um bem material, mas sim uma questão de dignidade humana, um bem social. É impressionante ver que, ainda hoje, grande parte dos brasileiros moram em condições precárias. No nosso Nordeste, quase 20% das casas não possuem rede de esgoto. Vivemos uma situação preocupante, em que uma grande parcela da população brasileira reside em favelas e áreas de risco.



Para se ter uma idéia disso, não é preciso ir muito longe. Mal começaram as chuvas no meu Estado de Alagoas este ano, e 5 mortes foram contabilizadas, sendo 4 delas de crianças. Apenas em Maceió, 780 casas foram apontadas como áreas de risco para acidentes com queda de barreira. Isso em apenas 15 das 76 grotas que a cidade possui.

Esse é um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo Ministério das Cidades, criado pelo Governo Lula em janeiro de 2003, com o objetivo de “*combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte*”. Essa é uma antiga reivindicação dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana.

O Governo do Estado de Alagoas também vem combatendo a falta de moradia. Nos últimos 6 anos do Governo de Ronaldo Lessa, foram construídas cerca de 4 mil casas populares, fez-se o loteamento Cidade Verdejante, foi feita a doação de terreno e infra-estrutura para a construção, em parceria com a Caixa, de mais 790 casas populares, foram implantados os Programas Habita Servidor e Subsídio Habitacional, além da aprovação, pela Caixa Econômica, da construção de 720 casas no Craibeiras II para servidores públicos.

Outras iniciativas são os projetos para construção de 1.104 apartamentos no Craibeiras I e 2.128 no Craibeiras III e os convênios com Prefeituras para a construção de casas no interior, entre outras ações. Para Cacimbinhas foi aprovada a construção de outras 30 casas.

Muito está sendo feito. No entanto, ainda não podemos perceber concretamente os resultados de todas essas ações. É preciso resolver a questão em definitivo, reconhecendo que se trata de problemas estruturais da sociedade brasileira, advindos de décadas atrás, portanto, de difícil solução. Não tenho dúvida de que a resolução definitiva da questão passa pela implementação de uma política habitacional séria, consistente e abrangente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. MARCELO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MARCELO TEIXEIRA** (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, no Ceará, completa mais um ano de fundação o Lar Torre de Melo, entidade que muito tem ajudado os necessitados do Estado.

Solicito a V.Exa. que autorize a divulgação desta comunicação no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – V.Exa. será atendido, nobre Deputado Marcelo Teixeira.

*O Sr. Inocência Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Severino Cavalcanti, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Nader.

**O SR. CARLOS NADER** (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para crescer, um país necessita de diversas condições capazes de permitir novos investimentos. Para gerar empregos, um país precisa de investimentos novos, pois nem sempre a ampliação de uma fábrica ou de uma loja significa mais empregos, ainda mais nestes tempos em que a tecnologia suprime vagas de trabalho.

Entre as condições para que o País se desenvolva, com novos empreendimentos, estão dinheiro a custo barato e carga tributária sensata. Infelizmente, esses dois itens não fazem parte do cenário nacional, em que o dinheiro é caro, os juros são elevadíssimos e a carga tributária é um pecado mortal nas nossas pretensões de crescimento.

Se não conseguirmos reverter esse quadro, o Brasil jamais vai crescer o suficiente para atender às necessidades de emprego do nosso povo. Não é retórica, é a realidade. No que diz respeito à questão tributária, o que temos visto é, ao longo dos anos, a sociedade – e aí se inclui todo o setor produtivo – massacrada por uma voracidade sem limites, uma sanha arrecadatória que pune o Brasil de forma inaceitável.

Investir, no País, não é tarefa fácil. O emprego tem custo elevado, embora tenhamos um dos salários mínimos mais baixos do mundo. Mas esse salário mínimo, que é realmente mínimo para quem o recebe, acaba sendo pesado dependendo de quem paga, ainda mais quando se sabe que o custo é o mesmo, independentemente se o patrão é um pequeno ou um megaempresário.

A incidência de taxas sobre a produção e a venda é tamanha que o consumidor acaba pagando um preço por demais elevado, sendo que boa parte do valor final é resultado de impostos e outros tributos inseridos. Dessa forma, ocorre sacrifício para sustentar uma máquina pública pesada e, quase sempre, ineficiente.

Se o Brasil não pensar nessas questões urgentemente, estamos fadados ao atraso no desenvolvimento mundial e seremos engolidos por países menores e não tão desenvolvidos quanto o nosso, mas que não têm a gula tributária que o Brasil ostenta.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para a divulgação de meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. CARLOS SOUZA** (PP – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha presença nesta tribuna tem por objetivo, em primeiro lugar, demonstrar minha preocupação com a situação no meio rural brasileiro, onde a escalada dos conflitos por terra aumenta, a cada dia, as chances de novas catástrofes. Em segundo lugar, Sr. Presidente, solicitar a V.Exa. todo o apoio no sentido de priorizar a tramitação da PEC nº 143, de 2003, de minha autoria, que trata da criação da Justiça Agrária, providência que julgo da maior importância para a rápida solução dos conflitos no campo.

Fiquei perplexo ao tomar conhecimento dos números levantados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT a respeito dos conflitos por terra em 2004. Foram registrados no ano passado, em todo o Brasil, 1.801 conflitos, o maior número dos 20 anos de pesquisas da CPT, envolvendo mais de 1 milhão de pessoas. O que deixa claro que os conflitos e a violência no campo se mantêm em patamares muito elevados e que as ações do Governo não estão conseguindo dirimir o problema.

Segundo a CPT, no meu Estado, o Amazonas, o crescimento do número de conflitos foi alarmante, um aumento da ordem de 71,4% em relação a 2003. Ocorreram conflitos em 11 Municípios do Estado, entre os quais Tapauá, Manacapuru e Itacoatiara, envolvendo mais de 1.400 famílias e com uma área em jogo de 37 mil hectares.

Os números do Amazonas não são tão expressivos se comparados aos de outros Estados da Federação. No entanto, o que me preocupa, Sr. Presidente, é o fato de estarem aumentando, o que significa que também está crescendo a violência, assim como a probabilidade de acabarem em tragédia.

Sras. e Srs. Deputados, somente do ano passado para cá, já vivenciamos 3 desastres. Quem não tem ainda na memória os brutais massacres ocorridos em Minas Gerais no ano passado: o dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unaí, e o de 5 sem-terra em Felisburgo? Quem já se esqueceu do bárbaro assassinato da missionária Dorothy, ocorrido em fevereiro deste ano no Pará? Pergunto: diante da realidade da violência no campo brasileiro, escancarada no crescente número de conflitos por terra, quantas outras tragédias teremos de presenciar?

Tenho consciência de que o problema fundiário brasileiro é histórico e complexo. E também sei que só poderá ser resolvido se todos trabalharem na mesma

direção. Nesse sentido, não é de hoje que se reivindica a criação de uma Justiça Agrária no Brasil. Muitas das reclamações concernentes a decisões duvidosas e à morosidade da Justiça brasileira, no que tange às questões agrárias, decorrem da não existência de uma justiça especializada.

Sabedor da importância social da reforma agrária para o País, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 143/03, instituindo a Justiça Agrária, criando, entre outros, os Tribunais e os Juizes Agrários, incluindo o Tribunal Superior Agrário. As relações jurídicas emergentes do campo, os movimentos sociais objetivando acesso à terra, os processos de desapropriação por interesse social, entre outros motivos, justificam plenamente a criação de uma justiça especializada.

Não é suficiente a criação de varas especializadas ou entrâncias especiais, pois estas, dentro da estrutura judiciária existente, não resolverão o problema. Precisamos, sim, de uma Justiça Agrária com estrutura completa, menos burocrática do que as outras, o que se obterá com a adoção de um rito processual próprio, capaz de compatibilizar o Direito com a realidade social. E que seja este órgão judiciário composto por juizes, promotores e técnicos especializados em Direito Agrário e, o que é mais importante, com mentalidade agrarista.

O momento que vive o campo brasileiro exige seriedade e equilíbrio. Exige decisões que levem em conta as especificidades do meio rural e o homem do campo. Sei que não será a Justiça Agrária o instrumento adequado para erradicar todas as mazelas que assolam o campo, mas, certamente, sua criação dará um grande passo nessa direção.

Esta Casa tem o dever constitucional e, acima de tudo, moral de lutar contra a pobreza e a violência que afligem uma parcela significativa da população brasileira, e creio que a aprovação da PEC nº 143/2003 será uma grande contribuição do Legislativo para atingir esse objetivo. Temos que resgatar a dívida antiga que o Estado tem para com o meio rural, onde, ao longo de nossa infeliz história fundiária, sempre prevaleceu a lei do mais forte. Por isso, Sr. Presidente, peço a V.Exa., novamente, todo o empenho na tramitação dessa PEC.

Muito obrigado.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar desta tribuna voto de congratulações com o Monsenhor José Aírton Guedes, titular da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, no Recife, Pernambuco, que, na data de 2 de agosto, comemorou, junto com a comunidade religiosa de todo

o País e da Igreja Católica, 99 anos de vida e 77 anos de atividades sacerdotais.

Missa em Ação de Graças concelebrada no final de semana na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade pelo Arcebispo Emérito de João Pessoa, D. Marcelo Carvalheira, e por diversos sacerdotes, com a presença do Arcebispo do Recife e Olinda, D. José Cardoso Sobrinho, abriu as comemorações pelo centenário vindouro do Monsenhor José Airton Guedes, padre católico mais idoso do mundo, ainda hoje no exercício de suas funções sacerdotais. Ainda lúcido, o Monsenhor Guedes, como é carinhosamente conhecido pelos fiéis, concelebra Missa diariamente em sua cadeira de rodas. A limitação da mobilidade física não comprometeu a sua lucidez intelectual, nem a vivacidade de espírito e o fervor religioso.

Natural de Bezerras, no Agreste de Pernambuco, o Monsenhor Guedes estudou no Colégio Pio Latino, em Roma, e foi ordenado sacerdote em 1928, aos 22 anos. Foi nomeado titular da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, na Rua do Lima, Bairro de Santo Amaro, pelo Papa Pio 12, em 1942, permanecendo no cargo até hoje. Ao completar 75 anos, renunciou à Paróquia, conforme os preceitos do Direito Canônico, mas o então Arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara, pediu que continuasse em sua missão apostólica e pastoral na Igreja.

A vida do Monsenhor José Airton Guedes tem sido uma dádiva em generosidade humana e devoção religiosa. Depois de ter sido ordenado sacerdote em Roma, retornou ao Brasil e aqui fundou a Escola Dom Bosco, no bairro de Peixinho, em Olinda. A escola hoje é administrada pela Organização do Auxílio Fraternal, entidade ligada à Arquidiocese de Olinda e Recife. Suas atividades religiosas mais profícuas desenvolvem-se na Paróquia da qual é titular.

Figura admirável que desfruta da amizade de bispos, cardeais e sacerdotes da Igreja Católica no Brasil e em Roma e mantinha bom relacionamento com o Papa João Paulo II, o Monsenhor Guedes é personagem querido e reverenciado pela comunidade religiosa do Recife e em especial pelos fiéis da sua Paróquia. Diariamente é visitado por fiéis anônimos e figuras preeminentes da sociedade pernambucana, na casa paroquial onde reside e mantém uma modesta vida cristã.

Um dado que merece ser assinalado: o Monsenhor José Airton Guedes é irmão do ex-Deputado pernambucano Geraldo Guedes, figura cavalheiresca que exerceu vários mandatos nesta Casa e ainda hoje desfruta da admiração e da estima dos seus pares, sendo também professor da Universidade de Brasília.

No ano do jubileu do centenário do Monsenhor Guedes serão realizados vários eventos em sua homenagem. Desde já, este Parlamentar associa-se às merecidas celebrações pelo significativo evento. O conteúdo destas congratulações deve ser comunicado ao Arcebispo de Olinda e Recife, D. José Cardoso Sobrinho, e ao homenageado.

Muito obrigado.

**O SR. NELSON BORNIER** (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a globalização é percebida como fenômeno inevitável, inquestionável, ao qual se devem adaptar todos os países, independentemente de suas circunstâncias políticas ou econômicas em particular.

Consequência da desorganização do mundo socialista, que vem servindo de argumento cabal contra as economias planejadas nacionais, sem que se questione o modelo que ora se impõe.

Ocorre, porém, e esta, sim, é uma realidade palpável e inquestionável, que, para um país que precisa crescer pelo menos 4,5% ao ano, o Brasil tornou-se uma grande decepção nos últimos anos. Apesar dos espasmos de crescimento registrados em alguns anos, o nosso País contabilizou expansão média de apenas 3,4% em 2005.

Uma realidade estatística, demonstrada pelo Ministério do Planejamento, descrita por números indiscutíveis. Como se conclui, a respeito do Brasil, “o baixo crescimento econômico leva ao aumento do desemprego e à manutenção das disparidades sociais”. O índice brasileiro de desemprego contribuiu para o aumento da pobreza no continente, que hoje abrange mais de 200 milhões de pessoas.

Se o valor de nossa renda *per capita* parece alto se comparado com o de alguns países, é porque ele esconde nosso inaceitável índice de concentração de riqueza.

A conclusão, a respeito, é que “apesar de importantes melhoras nos indicadores sociais, nas últimas décadas, a região permanece com um quadro pior do que seria de esperar para seu nível de renda”.

A análise do desempenho brasileiro, de fato, demonstra o agravamento de nossas dificuldades, ao contrário do que querem nos fazer crer as autoridades econômicas. A verdade é que o conjunto de reformas políticas, somado à rápida abertura da economia, resultou em números medíocres, mesmo quando comparados aos dos demais países latino-americanos.

Como se vê, Sr. Presidente, estamos muito distantes dos patamares próprios do Primeiro Mundo, que sempre nos foi prometido. Ao contrário, estamos verificando que aumentam as diferenças sociais, na medida em que a riqueza produzida acaba sendo canalizada

para os países desenvolvidos. Do mesmo modo, a ausência de investimentos maciços em educação e saúde tem efeitos absolutamente cruéis, na medida em que deixa milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho, em péssimas condições de vida e sem qualquer possibilidade de ascensão social.

Esses resultados apenas confirmam a óbvia lógica pela qual a riqueza deve ser acumulada e não dividida, em proveito das próprias empresas e não da população.

Finalizando, Sr. Presidente, esperamos que a Nação se dê conta dessa situação e passe a exigir de nossos governantes soluções que interessem, prioritariamente, à nossa realidade. Temos de investir no País, em nossa agricultura, em nossa educação, melhorando com objetividade a qualidade de vida da população.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (PTB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o financiamento da educação pública é um tema que está na ordem do dia, com o encaminhamento a esta Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 415/05, que trata da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, denominado FUNDEB.

Essa discussão insere-se, necessariamente, no debate mais amplo do pacto federativo. A Federação, ao distribuir encargos aos entes, deve simultaneamente proporcionar-lhes os meios necessários para atender a essas obrigações, de maneira equilibrada.

O arranjo federativo pressupõe que cabe aos entes de maior capacidade financeira redistribuir recursos aos demais, de menor capacidade.

Por essa razão, a Constituição Federal, ao tratar da educação, prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizem seus sistemas de ensino em regime de colaboração. A Carta Magna prevê, ainda, que a União deve exercer a chamada função supletiva.

É nesse contexto que se torna mais grave o descumprimento, por parte dos Governos da União – passado e atual –, da regra estabelecida pela Lei do FUNDEF para o cálculo da valor mínimo a ser investido por aluno anualmente.

O desequilíbrio à luz do pacto federativo é tanto, que, segundo estudo do Banco Mundial, a União era, em 1995, responsável por cerca de 24,9% dos investimentos educacionais – patamar que despencou para 17,9% em 2000 e vem se mantendo sem grandes alterações. No mesmo período, a participação dos Estados manteve-se, com pequena oscilação, no patamar de 45%, enquanto a dos Municípios cresceu, de 27,3% para 37,6%.

O Estado do Pará – tenho o orgulho de dizer – foi pioneiro, foi o ente que primeiro implantou o FUNDEF, mostrando ao resto do País a sua viabilidade, que seria tanto maior se a lei fosse cumprida plenamente.

Entre 1998 e 2004, o descumprimento da legislação implicou uma perda de 2,3 bilhões de reais para a educação do Estado do Pará.

A escassez de recursos federais levou a Secretaria da Educação do nosso Estado a declarar, em legítimo desabafo, que o Pará já cortou na própria carne, no osso e está alcançando o tutano.

De 2001 a 2004, o Estado do Pará aportou 1,6 bilhão de reais para o setor educacional, enquanto o Governo Federal colaborou com apenas 775,4 milhões de reais.

Trata-se de grave distorção que deve ser corrigida.

Esse cenário traz dificuldades concretas para o cumprimento satisfatório dos objetivos contidos no Plano Nacional de Educação – PNE. Apesar dessas dificuldades, o Governo e o povo do Pará seguem apoiando o fortalecimento da educação em todas as dimensões essenciais, do acesso, da equidade e da qualidade.

Esperamos, portanto, que o espírito a presidir a discussão da substituição do FUNDEF – pelo FUNDEB, por fundos específicos ou por qualquer mecanismo que venha a ser proposto e implementado – corresponda à efetiva prioridade conferida à educação e ao equilíbrio do pacto federativo em matéria educacional.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. MAX ROSENMAN** (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil atravessa mais uma crise política de grandes proporções, e a cada dia uma nova revelação de desmando e imoralidade indigna e horroriza a Nação. Vivemos uma crise de credibilidade que atinge as instituições democráticas e provoca novamente um sentimento de revolta contra a classe política, por conta dos escândalos que se acumulam no noticiário.

Grande parte dessa situação é fruto da decepção causada pelo fracasso do atual Governo no enfrentamento da corrupção e na moralização dos costumes políticos, missão atribuída na última eleição ao PT, que porém se mostrou incapaz de cumpri-la. A decepção, aliás, é alimentada pelas expectativas geradas por anos de discursos em defesa da ética, que se revelaram vazios, diante das práticas do partido no Poder.

Em duas décadas de atividade parlamentar que cumprimos no Congresso Nacional, desde a Assem-

bléia Constituinte, nunca assistimos a um cenário tão degradado. Mas, neste momento difícil, torna-se ainda mais necessário que os homens de bem de nosso País não se deixem abater pelo desânimo, e ajudem a Nação a tirar lições dessa crise, pois, como bem lembra o ditado, mais vale um fim com tragédia do que uma tragédia sem fim.

Precisamos canalizar essa indignação, direcionando-a não contra a democracia, mas em seu favor, para que se dê fim à impunidade, realizando-se um processo exemplar de apuração e punição daqueles que se utilizam da atividade pública para assaltar o Estado, promovendo-se a limpeza das nossas instituições.

Ao mesmo tempo, é preciso fortalecer o Estado de Direito, não permitindo que o clima de caça às bruxas se torne pretexto para que se atropelem as garantias constitucionais.

É preocupante, nesse sentido, a disseminação indiscriminada da arapongagem, com a utilização abusiva de grampos telefônicos e gravações clandestinas, que muitas vezes servem para alimentar a verdadeira indústria da chantagem que se instalou no País. Criou-se um clima em que todos são suspeitos até prova em contrário, e, ao invés de ajudar a combater a corrupção, esse clima só contribui para a impunidade, ao criar uma cortina de fumaça que nivela por baixo e dá a falsa impressão de que todos são igualmente culpados.

Não se constrói uma grande Nação sem respeito entre as pessoas. Não se pode apostar, por interesse particular ou partidário, contra o País. O Brasil é maior do que suas mazelas, e temos todas as condições de superar este momento. Basta acreditar, e agir no sentido de dar respaldo às forças que ainda carregam em suas vidas os princípios básicos da cidadania e do respeito ao interesse público.

Temos que levar as investigações até as últimas conseqüências, com a devida rapidez, e ao mesmo tempo com o respeito à legalidade. Mas, mais do que isso, é preciso mudar a mentalidade de que o espaço público é terra de ninguém, onde cada um só age para auferir benefícios pessoais.

Essa mudança inclui a própria forma de pensar do eleitor, que na hora do voto deve escolher de acordo com sua própria consciência e apostando no interesse coletivo, e não no benefício imediato que possa advir de eventuais favores oferecidos por esse ou aquele candidato inescrupuloso, porque ao aceitar esse jogo o eleitor abre a porta para que os corruptos tomem posições de decisão e poder.

E nesse sentido, não há melhor arma do que o exemplo. Não esse pregado atualmente pela ridícula e contraproducente campanha publicitária oficial, mas

aquele de verdade, que começa em casa, e passa de pai para filho.

Cabe a nós, brasileiros, tomarmos as rédeas da história e mostrarmos que a nossa indignação não é só da boca para fora, mas sim um instrumento para que possamos dar o primeiro passo e virar a página, inaugurando um novo momento, em que todos assumam sua parte neste desafio de construir o Brasil que queremos para nós e nossos filhos.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. MARCELO BARBIERI** (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para manifestar, mais do que a indignação de um Parlamentar, entre tantos que assim já se manifestaram, diante do assassinato bárbaro e covarde de um brasileiro por parte da polícia inglesa, supostamente para “caçar um terrorista”, com 7 tiros na nuca, à queima-roupa. A vítima foi o jovem brasileiro Jean Charles de Menezes, natural de Minas Gerais e que vivia em Londres há 3 anos, trabalhando como eletricitista. Antes de ser sumariamente executado com tiros na nuca, Jean foi alcançado e derrubado no chão pelos policiais ingleses, enquanto os passageiros tinham que se jogar no chão, em pânico.

Indignamo-nos também diante do fato de que, depois da constatação de que haviam assassinado um inocente, a mídia divulgou a versão da Scotland Yard de que o morto era “de aparência asiática”, usando uma “grossa jaqueta”, “pulado uma catraca” e corrido para o trem do metrô. “Suas roupas e seu comportamento aumentaram as suspeitas”, diz um comunicado da Scotland Yard, que não pode mais ser apagado.

Apenas por essa descrição já é possível estabelecer o motivo último do assassinato: o racismo, como, aliás, registrou um primo da vítima, Alex Alves Pereira, que fez o reconhecimento do corpo e que também vive em Londres. Após o assassinato a sangue frio, a polícia chegou a assegurar que o morto era “um íntimo cúmplice da célula (terrorista)”.

As informações confirmadas posteriormente indicavam que Jean estava em situação legal, tinha emprego fixo como eletricitista, falava fluentemente o inglês e não teria motivo algum para fugir da polícia. Posteriormente, tentaram alegar que seu visto estaria vencido, mas a mentira não se sustentou por mais de algumas horas, com o próprio Chanceler inglês admitindo que estava em dia.

A Inglaterra já havia presenciado crimes dessa monta, desde o final da década de 60, quando era co-

mum a tropa de ocupação na Irlanda do Norte executar com tiros na nuca patriotas que lutavam pela libertação. Também era costume a polícia inglesa atribuir a qualquer irlandês azarado, e que nada tinha com isso, as ações do IRA, como no escândalo dos “Quatro de Guildford”, que inclusive deu origem a um conhecido filme. Fabricavam “culpados” a todo momento, condenados por tribunais de fãncaria.

No momento atual, qualquer muçulmano é “suspeito”. E, se não for muçulmano, basta ser estrangeiro para ser suspeito – e, inclusive, executado com tiros na nuca, como aconteceu com Jean.

Como afirmou o escritor Tariq Ali, foi a participação de Blair na invasão do Iraque, junto com Bush, que trouxe esse risco para a Inglaterra. Na véspera do assassinato do brasileiro, em estranho incidente, 4 homens teriam tentado, sem conseguir, explodir bombas em Londres, sendo que no último dia 7 de julho um atentado até aqui não explicado matou 52 pessoas e feriu dezenas, atingindo 3 estações de metrô e 1 ônibus de passageiros.

Não podemos, Sr. Presidente, pois não é admissível no concerto das nações e do mundo civilizado, que um determinado Estado, alegando razões de segurança nacional, continue ostentando uma legislação que serve de manto à impunidade e permitindo ou sendo conivente com ações policiais como a que verificamos em Londres, que tirou a vida de um brasileiro que ali trabalhava de forma digna e legal.

Gostaríamos, nessa oportunidade, de registrar o firme posicionamento do Governo brasileiro frente a mais esse incidente internacional, marcado pelos pretextos de “combate ao terrorismo”, usados, invariavelmente, pelos Governos dos EUA e da Inglaterra, cujas vítimas são sempre pessoas inocentes, como o jovem Jean.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, em visita a Londres para articulação da reforma do Conselho de Segurança da ONU, se reuniu com o Chanceler Straw, a quem manifestou o “choque e surpresa” do Governo brasileiro, exigindo apuração do incidente, imediata liberação do corpo de Jean e indenização à família da vítima.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assim como o Governo brasileiro, esta Casa também deve pronunciar-se na mesma direção, manifestando a justa solidariedade à família de Jean e condenando esses atos absolutamente injustificáveis, expressão de um tipo de terrorismo de Estado, algo execrado pela humanidade e por todos aqueles que querem construir um mundo de paz e de convivência fraternal.

Muito obrigado.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a agricultura mundial e, por consequência, a brasileira esperam com muita expectativa os desdobramentos da Rodada da Organização Mundial de Comércio, que será realizada em Hong Kong, em meados de dezembro deste ano.

Já ressaltamos diversas vezes da tribuna da Câmara dos Deputados os escandalosos subsídios aplicados pelos países desenvolvidos na agricultura, além de um outro ponto importante para a maioria dos países produtores e exportadores de produtos agrícolas: o acesso ao mercado consumidor da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos.

Os mercados estão sempre fechados, e o Banco Mundial demonstra que os mercados fechados dos países desenvolvidos representam um dano 10 vezes maior que os subsídios aplicados na agricultura.

Os acordos para a criação da ALCA e do MERCOSUL com a União Européia estão em compasso de espera. Sem decisão política, não iremos avançar, principalmente por entender que as negociações regionais fatalmente irão discutir a eliminação de subsídios internos dos Estados Unidos e da Europa, e isso é o que eles menos querem, os europeus pelo revés da plena implantação da Constituição européia.

O Brasil tem que encarar a Rodada de Hong Kong como uma das mais importantes para o nosso agronegócio, principalmente para aproveitarmos as nossas vantagens competitivas.

Instamos o Parlamento para que se debruce nesse tema importante para o País e que cheguemos a Hong Kong com propostas firmes para a redução substancial dos subsídios agrícolas no mundo e principalmente uma clara oferta de acesso a mercados pelos países desenvolvidos.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ BITTENCOURT** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui o Relator do projeto de lei que extingue a assinatura da telefonia fixa, na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados. A matéria foi aprovada com exceção de apenas um voto e hoje está sendo examinada por uma Comissão Especial instituída pelo Presidente da Casa, Deputado Severino Cavalcante, que se comprometeu a colocar o referido projeto de lei em votação no plenário, no prazo mais curto possível.

Pois bem, Sr. Presidente. Enquanto a Câmara dos Deputados não acaba de uma vez por todas com essa famigerada tarifa obrigatória, que se configura como um verdadeiro assalto ao bolso do povo brasileiro, outra frente contra a assinatura básica, aberta pelo Ins-

tituto Nacional de Defesa do Consumidor – INADEC, acaba de registrar uma expressiva vitória, o que, sem dúvida alguma, alenta a todos nós no prosseguimento na luta pela defesa dos direitos dos consumidores brasileiros.

Por iniciativa do INADEC, o juiz substituto da 2ª Vara Federal de Brasília, Charles Renaud Frazão de Moraes, concedeu nesta segunda-feira, dia 1º de agosto, liminar impedindo a cobrança da tarifa pelas concessionárias dos serviços telefônicos comutados. A decisão, é bom que se ressalte, pode desdobrar outros procedimentos, inclusive com a obrigação de as empresas de telefonia devolverem os valores cobrados irregularmente.

A Comissão de Defesa do Consumidor e os institutos de defesa do consumidor, como o INADEC, compraram essa briga e vão até as últimas consequências para proteger os usuários da telefonia fixa do Brasil contra os abusos das empresas. A decisão do juiz federal de Brasília é reparadora dos direitos dos consumidores brasileiros. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, os valores cobrados indevidamente podem ter que ser devolvidos até em dobro.

Pelos cálculos da Comissão de Defesa do Consumidor, as concessionárias dos serviços de telefonia fixa faturam mais de R\$2,5 bilhões por mês com a tarifa obrigatória mensal. O Brasil é o único país do mundo que cobra esse tipo de serviço. O preço médio da assinatura é de R\$40. A regra de consumo deve ser universal: só se paga por aquilo que efetivamente se consome. Daí, a ilegalidade da assinatura básica.

A decisão do juiz substituto da 2ª Vara Federal de Brasília, Charles Renaud Frazão de Moraes, que concedeu liminar impedindo que as concessionárias de telefonia fixa – Telemar, Telefonica e Brasil Telecom – cobrem assinatura mensal de seus clientes, é válida para todas as concessionárias em todas as regiões do País. Se as empresas descumprirem a decisão da Justiça, serão multadas em R\$100 mil.

O argumento do juiz federal de Brasília para conceder a liminar é cristalino sob o ponto de vista jurídico: as empresas não podem cobrar a tarifa obrigatória porque ela “não se traduz em contraprestação por serviço prestado” e as concessionárias devem “se sujeitar aos riscos inerentes à atividade empresarial, remunerando-se pela cobrança de tarifas do usuário”. O juiz federal determinou ainda que a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL tome providências para que as empresas suspendam de imediato a cobrança da assinatura.

Portanto, Sr. Presidente, os consumidores brasileiros, através do INADEC, conquistaram uma grande vitória contra um dos maiores abusos perpetrados nas

relações de consumo no País: a cobrança da assinatura básica nas contas dos telefones fixos. Isso reforça a nossa disposição de avançar nessa luta, sobretudo levando ao exame do plenário da Câmara dos Deputados o projeto de lei que proíbe definitivamente a cobrança da tarifa obrigatória.

É esse o importante registro que faço em nome dos consumidores brasileiros, nesta tarde, na tribuna desta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. VITTORIO MEDIOLI (PV – MG. Pronuncia o seguinte discurso.)** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a noção de sustentabilidade tem-se firmado como o novo paradigma do desenvolvimento humano. E, nesse sentido, a Agenda 21 tem enorme papel a desempenhar.

Sintetiza o compromisso planetário assumido na Conferência Rio-92 de conciliar justiça social, equilíbrio ambiental e eficiência econômica. Com essa finalidade, busca promover, em âmbitos global, nacional e local, políticas públicas sustentáveis, baseadas na cooperação entre Governo e sociedade.

Trata-se, portanto, de elemento indispensável do processo de planejamento participativo, além de se constituir instrumento fundamental para a construção da cidadania e para o verdadeiro exercício da democracia direta.

Tais reflexões se inserem no contexto da Agenda 21 brasileira, elaborada de 1996 a 2002 e incluída no Plano Plurianual 2004/2007, pelo atual Governo. Dessa forma, adquire maior força política e institucional, condições essenciais para a implantação dos 6 temas centrais que a constituem: agricultura sustentável; cidades sustentáveis; infra-estrutura e integração regional; gestão dos recursos naturais; redução das desigualdades sociais; e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Agora, é muito importante que os Municípios sejam estimulados a implantar essas diretrizes em âmbito local, de modo a viabilizar as bases do desenvolvimento sustentável em nosso País.

A esse respeito, Betim, em Minas Gerais, vem dando um ótimo exemplo. Lá, a construção da Agenda 21 teve início em 24 de maio, por meio da realização de várias oficinas, destinadas a chamar a população a se envolver no processo.

De acordo com a Secretária-Adjunta de Meio Ambiente, Cleide Pedrosa, cada cidadão pode ser um multiplicador na busca de soluções dos problemas ambientais, sociais, econômicos e políticos. Por isso, há uma grande preocupação em esclarecer aos betinenses a responsabilidade e os compromissos de

todos nas ações voltadas a assegurar a qualidade de vida da sociedade.

Conforme a Secretária-Adjunta, *“a Agenda pode, então, ser aplicada em casa, na rua, no trabalho, escola ou cidade. Nossa meta principal é garantir uma vida melhor para as atuais e futuras gerações”*.

O Presidente da Associação Comunitária do Paulo Camilo 3, Anselmo Paulon, também acredita na importância de conscientizar a população, obrigada, em muitos lugares da cidade, a conviver com a depredação de áreas verdes, entre outras situações de degradação ambiental.

Segundo ele, *“a Agenda 21 irá proporcionar mais segurança à comunidade. É necessário que haja união de todos em prol de um só objetivo, o meio ambiente”*.

A elaboração da Agenda de Betim deve se estender até o fim de setembro, mas novas demandas poderão ser acrescentadas, se houver necessidade. E as ações já incluídas, embora aparentemente simples, ao alcance de todos, podem fazer a diferença: separar o lixo em casa; cuidar das árvores de ruas e praças; plantar hortas e economizar água.

Afinal, essas pequenas ações indicam mudanças de nosso comportamento em relação à natureza, tão necessárias à sua preservação, quanto à distribuição mais justa de seus recursos.

Assim, a partir de nossas próprias casas e dos Municípios em que vivemos, estaremos nos educando para assegurar condições dignas de vida a todos os habitantes do planeta, objetivo último da economia sustentável preconizada pela Agenda 21.

Muito obrigado.

**O SR. FERNANDO DE FABINHO (PFL – BA.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, importante decisão foi tomada pelo juiz federal substituto da 2ª Vara de Brasília, Charles Renaud Frazão de Moraes, ao conceder liminar na ação civil proposta pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – INADEC, que atende a liminar do órgão de defesa do consumidor que diz respeito às concessionárias de telefonia fixa – Telemar, Telefonica e Brasil Telecom —, que, diante da decisão, estão impedidas de cobrar taxa de assinatura mensal de seus clientes em todo o País. Caso descumpram a decisão judicial, poderão ser multadas em R\$100 mil.

Para o juiz, essas empresas não podem fazer a cobrança da assinatura porque esta *“não se traduz em contraprestação por serviço prestado”*. Ou seja, não se trata de uma tarifa. Ele acrescentou que as concessionárias devem se sujeitar aos riscos inerentes à atividade empresarial, remunerando-se pela cobrança normal de tarifas ao usuário.

Na liminar, o juiz determina que a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL tome providências para que as empresas suspendam a cobrança. De acordo com o juiz, a ANATEL afirma no processo que a assinatura mensal é usada para a *“manutenção de toda a rede de telefones, decorrente da instalação de um terminal individual para cada usuário”*. Entretanto, numa atitude que beneficia os consumidores, o juiz não aceitou esse argumento. Na ação, o INADEC afirma que a cobrança da taxa *“viola preceitos do Código do Consumidor, da Constituição Federal e da Lei Geral das Telecomunicações”*.

Para termos uma idéia, a assinatura média é de R\$39, o que equivale a 13,1% do salário mínimo, contra 1,55% cobrado em países como a França.

Essa é uma luta que temos travado em defesa do consumidor. Está tramitando nessa Casa, Projeto de Lei de nossa autoria que determina que as ligações telefônicas franqueadas mensalmente ao assinante pelos planos de serviço pós-pago oferecidos pelas empresas prestadoras do Serviço Móvel Celular, do Serviço Móvel Pessoal e do Serviço Telefônico Fixo Comutado sejam acumuladas para os meses subsequentes quando não forem utilizadas pelo usuário.

Projetos semelhantes estão tramitando, como o que veda às empresas operadoras de telefonia celular de impor aos usuários de telefones celulares pré-pagos limite de tempo para a utilização de créditos ativados.

Sabemos que as telecomunicações, em geral, e a telefonia celular, em particular, são negócios de alta lucratividade e com um horizonte de crescimento quase infinito. Contudo, a despeito do bom posicionamento econômico-financeiro que ocupam e das possibilidades de crescimento, as empresas operadoras, mesmo assim, buscam meios indevidos, para não dizer ilegais, de aumentar suas margens de lucro com a venda de seus produtos e serviços.

Demos entrada também a um projeto que dispõe sobre a inclusão dos números nas contas telefônicas, pois é necessário que as empresas do setor dêem a atenção necessária às reclamações de seus usuários e melhorem o atendimento, através dos chamados *call centers*, principalmente para evitar cobranças indevidas, casos difíceis de serem solucionados.

Outro caso a mencionar é a dificuldade que os usuários enfrentam para encerrar os contratos com as prestadoras. É de se estranhar, mas fica cada vez mais difícil romper os contratos com as empresas a não ser com a intervenção de algum órgão de defesa do consumidor.

Nesse momento, Sr. Presidente, gostaríamos de listar os projetos de nossa autoria sobre o tema: o que



obriga as empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado a utilizarem tarifação local para ligações telefônicas originadas e terminadas em um mesmo Município; o que modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, limitando o reajuste das tarifas aplicáveis aos serviços de telecomunicações prestados em regime público e proibindo o reajuste das tarifas com índices superiores aos da inflação; o que estabelece a vedação à cobrança de assinatura básica na prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço Móvel Celular e do Serviço Móvel Pessoal, alterando a Lei nº 9.472, de 1997; o que modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando idêntica tarifa para serviços similares prestados por meio de telefonia fixa e telefonia móvel; o que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, proibindo a prestação de informação falsa a órgãos de segurança por meio de serviço de telecomunicações.

Todas essas proposições são importantes para que o consumidor saiba exatamente o que está pagando, e com transparência.

Por isso, gostaríamos de louvar a decisão de suspensão de cobrança de assinatura telefônica.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Já falamos outras vezes sobre a violência que assola o nosso País, e hoje aqui volto novamente para apresentar algumas estatísticas est arrecedoras sobre a violência com armas de fogo, além de fazer um balanço de como anda a campanha do desarmamento.

No dia 23 de julho terminou o prazo para aqueles que ainda não tinham regularizado sua situação com a Justiça Eleitoral. Quem deixou de tirar o título ou comunicar a transferência de domicílio eleitoral, assim como os portadores de deficiência, não poderão votar no referendo que perguntará à população se concorda ou não com a proibição de venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional. Os tribunais regionais de todas as unidades da Federação funcionaram em regime de plantão nesse fim de semana, e pudemos presenciar o ato de patriotismo do cidadão que se preocupa com a sua própria segurança, cumprindo com o dever cívico ao colocar a documentação em ordem para poder dar sua opinião. No dia 23 de outubro os brasileiros deverão digitar nas urnas eletrônicas “sim” ou “não” em resposta à pergunta: “*O comércio de armas deve ser proibido no Brasil?*”. A votação é obrigatória para maiores de 18 anos e facultativa para jovens de 16 a 18 anos. Analfabetos e pessoas com mais de 70 anos também podem escolher se querem ou não participar do referendo do desarmamento.

Quem não votar no referendo fica proibido de sair do País, não conseguirá se matricular em universidades públicas e terão que se justificar perante a Justiça

Eleitoral. O eleitor que estiver fora do País na data do referendo tem até 30 dias, após o seu retorno, para justificar a ausência perante a Justiça Eleitoral. Quem estiver no País, mas fora de seu domicílio eleitoral no dia do referendo, terá 60 dias para também justificar a ausência.

Na intenção de que o processo eleitoral seja o mais transparente possível, no Congresso Nacional foram criadas duas Frentes Parlamentares, uma a favor e a outra contra o desarmamento. Já registradas no Tribunal Superior Eleitoral, as duas Frentes Parlamentares reunirão entidades representativas da sociedade civil para representar as correntes favoráveis e contrárias à venda de armas.

A Frente contra o Desarmamento faz a campanha Pelo Direito da Legítima Defesa. Nós, como Presidente da Frente Parlamentar pela Paz e Desarmamento, estaremos engajados na campanha Por um Brasil sem Armas, pois acreditamos que é preciso acabar com a violência e a impunidade que assola nossas cidades. É importante que somemos com movimentos sociais como o Movimento pela Paz e não Violência – MOVPAZ, que nasceu em minha cidade, Feira de Santana, Bahia, em 1992, depois de uma manifestação que foi chamada “Caminhada pela Paz”, tornando-se um dos eventos mais importantes da Região Nordeste do Brasil. Todo ano são feitas manifestações em favor da paz.

As duas Frentes vão preparar suas campanhas para os horários reservados ao debate sobre o tema nas emissoras de rádio e televisão. Serão promovidas pesquisas, debates e estudos sobre o desarmamento, além de instalação de *outdoors* nas cidades para convencer a população sobre a proibição, ou não, do comércio de armas de fogo.

Temos recebido inúmeros *e-mails*, cartas, telefonemas, telegramas, enfim, comunicações de todo tipo, no sentido de que façamos políticas pontuais com o objetivo de conter essa onda de violência que assola as nossas cidades. O que está acontecendo é um desgoverno, uma falta de políticas realmente eficazes para combater esse aumento exacerbado da violência em nosso País. A cada dia 104 pessoas são mortas por arma de fogo no Brasil. Em 2002, houve 38.084 vítimas. O referendo popular sobre a proibição da venda de armas e munições em todo o território nacional, previsto pelo Estatuto do Desarmamento (art. 35 da Lei nº 10.826, de 23 de dezembro de 2003), é um instrumento democrático da maior importância para que o povo decida, confirmando ou não a proibição estabelecida pelo Congresso. Calar a voz do eleitorado é inadmissível! A Lei precisa ser implementada já!

O que temos percebido também é que a sociedade está se insurgindo contra os malfeitores, se

pronunciando, denunciando e fazendo sua parte. Em nosso entender, é por aí que começa tudo. Pelo comprometimento de todos em prol de uma causa. Nosso povo nunca foi omissivo. É impossível ficar indiferente e não se pronunciar.

É urgente que nós, Parlamentares, façamos a nossa parte.

Mesmo distantes do conflito, somos influenciados pelo medo coletivo; portanto, cada indivíduo terá alguma reação com relação ao destino da humanidade, porque se preocupar com a espécie faz parte da nossa natureza. De acordo com sua história particular, cada pessoa tenderá a se envolver mais ou menos com a situação.

A cada dia que passa percebemos que a violência está mais perto. Achávamos que nunca aconteceria nada com a gente. Ledo engano. Não estamos livres de atrocidade nenhuma. E por isso conclamo o povo brasileiro a um “levante”, no sentido de se unir para combater a violência. Não podemos mais ficar só no discurso. Temos que tomar atitudes, seja fazendo leis que punam com mais rigor, seja solidarizando ou pronunciando.

O que estamos vendo é a nossa população assustada e acuada diante dessas imagens terríveis que temos visto em nosso cotidiano.

Nós, como Presidente da Frente Parlamentar sobre o Desarmamento, lembramos que a Lei nº 8.072/90 regulamenta o art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, que equipara os crimes hediondos aos de tortura, terrorismo e tráfico de entorpecentes, proibindo que a seus mandantes, executores e àqueles que, podendo evitá-los, se omitem, sejam garantidos benefícios concedidos a presos por crimes comuns. A própria Constituição já determinou que os crimes hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de benefícios, como graça ou anistia.

Consideram-se crimes hediondos: o homicídio qualificado e aquele praticado em atividade típica de grupo de extermínio, mesmo que executado por uma só pessoa; o latrocínio (roubo seguido de morte); a extorsão qualificada por morte e a extorsão mediante seqüestro; o estupro; o atentado violento ao pudor; e o genocídio, tentado ou consumado.

Segundo estatísticas, nos últimos 10 anos, uma média de 32.555 pessoas morreram vitimadas por armas de fogo. Vejam que esses números são maiores do que os 26 principais conflitos armados no mundo, como a Guerra do Golfo e a disputa territorial entre Israel e Palestina. Por outro lado, o número de suicídios com armas de fogo aumentou em 75%.

O Brasil é campeão mundial por homicídios com armas de fogo, que vitimaram em 24 anos 550 mil pes-

soas e que vêm crescendo em 461,8%, enquanto a população aumentou 51,8%. Dessas mortes, 44,1% foram de jovens entre 15 e 24 anos. E os jovens representam 20% da população total do País. Proporcionalmente, nessa faixa etária morre-se por arma de fogo mais que o dobro das outras faixas.

Outro dado muito sério é de que o Brasil, que tem 2,8% da população mundial, responde por 7% dos homicídios com armas de fogo em todo o mundo. É o país onde mais se morre e mais se mata com armas de fogo em todo o mundo!

Desde o início da campanha, quase 300 mil armas foram entregues voluntariamente em todo o País. Somente na Bahia foram arrecadadas 9.950 armas, posicionado-se em 8º lugar no *ranking* dos Estados.

É importante, volto a dizer, Sr. Presidente, que todo brasileiro cumpra com seu dever e esse posicionamento sobre o referendo, pois cerca de 500 mil pessoas morrem no mundo, a cada ano, vítimas de ferimentos causados por armas pequenas, usadas para solucionar conflitos, no crime e em outros eventos violentos. Desse total, 300 mil morrem em conflitos que envolvem armas e 200 mil em homicídios, crimes, suicídios e acidentes envolvendo armas de fogo. Segundo essas estatísticas, morre uma pessoa no mundo a cada minuto devido a armas de fogo.

A campanha pelo “sim” no referendo do desarmamento foi lançada ontem, dia 1º de agosto, em Campinas, São Paulo, por ser considerada uma das cidades mais violentas do País. O primeiro grande evento da campanha, um showmício no Rio, está previsto para o dia 11 de agosto. O referendo está marcado para o dia 23 de outubro e custará cerca de R\$210 milhões aos cofres públicos.

O nosso movimento deverá contar com o apoio popular e funcionará como um recado claro de que a sociedade está atenta e mobilizada. Mesmo sem verbas para propaganda gratuita em rádio e TV, que começa em 23 de setembro, a campanha pelo “sim” (contra a venda de armas) começa a articular doações de agências de publicidade, gravadoras, além da participação de vários artistas. Segundo as normas do Tribunal Superior Eleitoral, cada campanha – a do “sim” e a do “não” – terá o mesmo tempo de propaganda.

Por um país menos violento!

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

O povo baiano é conhecido por sua fé e religiosidade, e o cidadão de Feira de Santana demonstrou a força da fé durante a realização da procissão de Senhora Santana, Padroeira da cidade.

No dia dedicado à Mãe de Maria e avó de Jesus Cristo (26 de julho), mais de 50 mil fiéis participaram de uma verdadeira apoteose. As principais ruas e ave-

nidas do centro ficaram repletas de pessoas acompanhando mais de 40 andores com imagens de santos procedentes de várias paróquias da cidade e da zona rural. Um trio elétrico puxou o cordão, tendo ao lado um animado grupo de devotos entoando cânticos vertidos de sucessos da música baiana.

Este ano, a novidade foi a presença da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima.

Sob a coordenação do Arcebispo Diocesano D. Itamar Vian e o cura da Catedral, Padre Pedro Júlio, durante 10 dias o Templo de Santana ficou repleto de fiéis para assistir ao novenário e à celebração de missas, acompanhadas pelo Coral Sant'Ana Mestra. O encerramento da procissão culminou com a bênção do Santíssimo Sacramento e um belo espetáculo de fogos de artifício.

Tudo começou quando foi erguida uma capela em homenagem à Nossa Senhora Santana, erguida na Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água, de propriedade de Domingo Barbosa de Araújo e sua mulher, Ana Brandoa. Esse evento simboliza o marco inicial daquela que viria a se transformar numa grande metrópole. Ao redor do templo nasceu um ponto de encontro de muitos viajantes que ali faziam parada obrigatória, principalmente aqueles que vinham de outros Estados em direção ao porto de Cachoeira, à época, a vila mais importante da Bahia.

Nessa época, por volta da metade do século XVIII, surgia ali um próspero comércio de gado, ao lado de uma feira periódica. O desenvolvimento do povoado motivou a construção de ruas largas, onde começaram a ser instalados casas comerciais em grande quantidade, para atender à população que crescia e aos feirenses procedentes de todas as partes.

O crescente ritmo de desenvolvimento levou o povo a reivindicar a criação do Município. Foi então que o conselho do governo da província baixou uma resolução, datada de 9 de maio de 1833, criando o Município e a vila, com a denominação de Villa do Arraial de Sant'Anna da Feira. O território foi desmembrado de Cachoeira, passando a constituir-se pelas Freguesias de São José das Itaporocas (sede), Sagrado Coração de Jesus do Perdão e Santana do Camisão, atual Município de Ipirá.

O novo Município foi instalado solenemente a 18 de setembro de 1833. Nessa data foi instalada a Câmara de Vereadores, sendo empossados o Capitão Manoel da Paixão Bacellar e Castro (primeiro Presidente), os reverendos Luiz José Antônio Manoel Vitorino e Antônio Manoel Paulino Nascimento, o Capitão Joaquim José Pedreira Mangabeira e Joaquim Caribé Meretova. O primeiro intendente, a partir da Proclamação da República, chamava-se Joaquim de Melo Sampaio.

A Lei Provincial nº 1.320, de 16 de junho de 1873, elevou a vila à categoria de cidade. A partir daí passou a ser chamada de Cidade Comercial de Feira de Santana. Mas os Decretos Estaduais nºs 7.455 e 7.479, de 23 de junho e 8 de agosto de 1931, respectivamente, simplificaram o nome para Feira; entretanto, a denominação definitiva passaria a Feira de Santana, de acordo com o Decreto Estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938.

O vertiginoso crescimento da cidade, em função de sua localização privilegiada, chegou a impressionar figuras de destaque no cenário nacional, como o baiano Ruy Barbosa, que, ao fazer uma visita, em 1919, denominou-a de “Princesa do Sertão”.

Feira de Santana localiza-se numa zona de planície, entre o Recôncavo e os tabuleiros semi-áridos do Nordeste, numa extensão de 1.344 quilômetros quadrados, sendo que 111 quilômetros quadrados cobrem a sede municipal. São 7 os Distritos: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (ex-Ipuaçu), Humildes, Jaguará, Jaíba (ex-São Vicente), Maria Quitéria (ex-São José das Itaporocas) e Tiquaruçu. Limita-se com os seguintes Municípios: Norte: Tanquinho, Santa Bárbara e Santanópolis; Sul: Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos e Santo Amaro; Leste: Santa Bárbara e Coração de Maria; Oeste: Angüera, Serra Preta e Antônio Cardoso.

Feira de Santana é a segunda cidade do Estado, depois da Capital, constituindo-se na sede de uma microrregião formada por 19 Municípios, onde predominam as atividades agropecuárias. A altitude é de 324 metros acima do nível do mar, tomando como ponto de referência a Igreja de Senhor dos Passos, na avenida do mesmo nome. A distância da Capital é de 108 quilômetros, pela rodovia BR-324.

Nossa cidade é abençoada por sua Padroeira Santana e o povo segue com sua fé festejando e rendendo homenagens à Excelsa Padroeira.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. MARCUS VICENTE** (PTB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de regozijar-me com os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo pela vitória alcançada com a aprovação de plano de carreira que regulamenta o ingresso e as promoções de praças e oficiais no seu quadro administrativo. Esse é um exemplo prático da maior homenagem que se pode prestar a esses servidores como reconhecimento do difícil, grandioso e patriótico trabalho por eles executado.

Enfatizo que esse reconhecimento é, na verdade, especialmente dirigido aos homens e às mulheres que conformam esse quadro dessas nobres instituições mi-

litares – oficiais e praças – que, anonimamente, velam para que seus pares tenham condições de cuidar da ordem legal, de norte a sul e de leste a oeste do Estado do Espírito Santo, da sua Capital aos seus mais singelos rincões.

Essa conquista fundamentou-se na necessidade de modernização da estrutura dessas corporações militares, preservando e respeitando a sua essência, de modo a valorizar o papel desempenhado pelos seus integrantes, policiais e bombeiros, agilizando suas ações em proveito da segurança pública.

A conquista que ora é realidade para esses servidores do Estado foi fruto de intensos estudos e debates que contaram com a participação das diversas associações que representaram os policiais e bombeiros militares do Estado.

É o passar do tempo e o desenvolvimento da sociedade brasileira que demandam modificações em instituições tão tradicionais e antigas. Essa necessidade é mais um indicador da inquestionável importância da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, cujas ações se dão precipuamente em proveito da manutenção da ordem pública e do bem-estar dos capixabas.

Esse diploma legal corrigiu um descuido que se perpetuava em não valorizar adequadamente os níveis hierárquicos iniciais da carreira e que são de importância fundamental para o cumprimento das atividades policiais e de bombeiros militares.

Oferecer uma perspectiva de carreira digna é o mínimo que o Estado e a sociedade podem apresentar aos nossos heróis fardados. A falta de perspectiva de progressão funcional para os níveis iniciais constituía-se em um grave problema para a gestão dessas corporações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a realidade de agora é outra. O ingresso nos quadros de praças da Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar se dá de uma única forma, isonômica e democrática: no nível inicial de soldado, podendo todos chegarem ao posto de capitão. Essa conquista tem uma dimensão de incomensurável valor e amplitude para muitos policiais e bombeiros militares, pois corrigiu uma distorção que atingia cerca de 80% do efetivo das corporações, proporcionando justa e merecida perspectiva de carreira.

Já não era mais possível conviver com um ordenamento jurídico estadual que não atendia aos anseios institucionais e funcionais dos órgãos militares e às pretensões pessoais de seus integrantes. A ausência de perspectivas profissionais mina a vontade de trabalhar e a preterição de promoções semeia o descontentamento nessas instituições onde a hierarquia e a

disciplina são fundamentais para o bom andamento de suas atividades.

Para finalizar, parabeno o Governador Paulo Hartung e o Secretário de Segurança Rodney Miranda, que trabalharam para a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual nº 321, de 19 de maio de 2005, modernizando sua Força Policial Militar e seu Corpo de Bombeiros Militar, o que bem evidencia o olhar atento do Governo do Estado para com as necessidades de seus órgãos de segurança pública.

De certo modo é uma forma de dizer muito obrigado aos que, no seu dia-a-dia, comprovam a excelência do material humano dessas instituições, superando toda a sorte de óbices para bem servir os capixabas.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI** (PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em pronunciamento realizado ontem nesta Casa manifestei a importância do fortalecimento do arranjo produtivo da madeira, pedindo apoio do Ministério da Integração Nacional para viabilizar a expansão das florestas exóticas em Mato Grosso do Sul. Hoje gostaria de mostrar as conseqüências da falta de uma política mais agressiva para esse setor.

Os telejornais da Rede Mato-Grossense de Televisão, a nossa *TV Morena*, afiliada da Rede Globo, vêm exibindo reportagens que nos entristecem: o ressurgimento do trabalho escravo, agora nas carvoarias de Bonito. As reportagens mostram, mais uma vez, uma trajetória que já é do conhecimento de todos. Trabalhadores deixam seu Estado de origem, grande parte de Minas Gerais, em busca de uma chance de emprego nas carvoarias de Mato Grosso do Sul. Eles são atraídos por promessas de bons salários, comida e moradias adequadas. Mas, ao contrário, quando lá chegam, eles deparam com uma realidade degradante. São submetidos a trabalhar sem salário fixo, sem registro em carteira, sem comida e até sem água potável, e em locais de difícil acesso. Enfrentam jornadas de mais de 12 horas de trabalho pesado todos os dias, e na hora de descansar nada de conforto. Ficam abrigados em barracões de lona, com fogões a lenha improvisados, à luz de lamparinas, sem cobertas e colchões finos, quando têm, pois algumas camas são feitas de palha de um coqueiro típico da região. Famílias inteiras estão sendo exploradas por empresas terceirizadas, os chamados “coopergatos”.

Segundo o sítio na Internet RMT *On-Line*, existem 36 carvoarias na região de Bonito, sem contar as que funcionam sem autorização. Boa parte do carvão produzido é destinado às siderúrgicas de Corumbá e do interior de Minas, em razão do baixo custo de produção.

Sendo assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solicito ao INCRA que inclua no processo de desapropriação, urgentemente, as propriedades que insistem em manter essas condições subumanas de trabalho, burlando a atual legislação e mostrando uma imagem negativa do meu Estado, cujos índices de vida têm melhorado de forma significativa. Também solicitarei ao IBAMA e ao IMAP ações mais enérgicas quanto ao controle do desmatamento, visto que vem crescendo, de forma incontrolável, o desmatamento da região pantaneira, cujo bioma é sensível e depende da consciência da população. Além disso, requeiro às ONGs que atuam no meu Estado que promovam campanhas de esclarecimento e façam pressão junto às empresas siderúrgicas para que optem pelo replantio e o aproveitamento de carvão oriundo de espécies exóticas, evitando dessa forma o desmatamento do cerrado.

Para que possamos chegar ao fim desse triste episódio, conto com o apoio do Poder Executivo e desta Casa de leis em todas as ações que visem ao fim do desmatamento criminoso em nosso País.

**O SR. LEANDRO VILELA (PMDB – GO.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se há uma cidade que merece atenção especial em Goiás essa cidade é Jaraguá, que, no dia 29 de julho, completou mais um ano de existência, chegando à marca de 123. Afirmando isso por vários motivos, mas, certamente, a principal razão de estar aqui homenageando esse Município é por sua força produtiva e respeito a tradições de décadas.

Jaraguá, há muito tempo, é considerada a capital brasileira das confecções e há muito se destaca por essa importante característica econômica com suas mais de 400 fábricas, sendo hoje um dos principais pólos confeccionistas do Estado, o que é motivo de extremo orgulho para a população da cidade. Lá se realiza uma das mais importantes feiras de moda do País: a Jaraguá Expo Fashion.

A cidade está distante de Goiânia 120 quilômetros e se localiza no Vale do São Patrício, local próprio para produção agrícola, destacando-se como grande produtora de abacaxi (a maior do Estado). Tem um Prefeito dedicado e trabalhador, o Sr. Lineu Olímpio de Souza; sua esposa, Glades Maria de Oliveira Souza; seu Vice-Prefeito, Fabiano Cassiano Dutra; o Presidente da Câmara, Diógenes de Castro Ribeiro; além dos Vereadores que têm dado uma contribuição especial para o crescimento do Município.

Foi no dia 29 de julho de 1882 que o então povoado foi elevado à categoria de Município e passou a ser chamado apenas de Jaraguá. No final da década de 60 e início da década de 70, com a política nacional de integração, a cidade foi contemplada com a

construção de um eixo viário fundamental, a BR-153, a famosa rodovia Belém – Brasília, que a integrou no contexto econômico e social do Estado e do Brasil.

Além de sua importância no contexto da economia, Jaraguá oferece aos seus habitantes e aos goianos, em geral, inúmeras possibilidades para a prática do turismo ecológico. O Rio das Almas passa por Jaraguá, onde corta o Município e se apresenta como um símbolo de beleza natural. A Serra de Jaraguá é uma opção para aqueles que curtem a prática de esportes radicais.

Como se vê, Jaraguá é mesmo uma cidade abençoada. Além da sua vocação para a agricultura e pecuária, da sua força no ramo das confecções, ainda oferece inúmeras oportunidades com a sua natureza. Os casarões e as igrejas centenárias são outra característica marcante da cidade.

Mas Jaraguá ainda tem outra característica marcante. Por ser uma cidade antiga, é repleta de costumes e lendas que povoam o imaginário popular. Temos ainda festas tradicionais, como a de Folia de Reis, realizada no dia 6 de janeiro; Dia de São Sebastião, 20 de janeiro; Festa do Divino Espírito Santo, 49 dias após o Domingo de Páscoa; e a Festa do Divino, com suas Cavalhadas.

Sobre as cavalhadas tenho que abrir um parêntese especial. Trata-se de um costume que é passado de pai para filho e que permanece intacto. Esse ritual é completo com a Festa do Divino Espírito Santo, que antecede as cavalhadas. Para informação a todo Brasil, trata-se de uma festa trazida pelos portugueses e que representa a luta entre mouros, de religião muçulmana, que invadiram a Península Ibérica em 711, e cristãos, que os expulsaram no ano de 1139. Em poucas localidades do Brasil a Festa do Divino acontece de forma tão tradicional como em Jaraguá.

Sr. Presidente, quero registrar ainda que a tradição e a cultura de Jaraguá são riquíssimas. A cidade é repleta de igrejas históricas. Uma das mais antigas é a Igreja do Rosário, construída por escravos em 1776 e ainda hoje totalmente conservada. Há ainda a Igreja Nossa Senhora da Penha (Matriz), construída em 1748, demolida em 1918, reconstruída em 1950 e recentemente remodelada.

Por tudo isso, quero homenagear de forma entusiástica essa cidade tão importante para Goiás e para o Brasil. Quero agradecer à sua população pela força de trabalho, pela capacidade de gerar empregos e renda. Por fim, quero dizer que Goiás se sente muito bem representado no País com Municípios com tamanha força e dedicação ao trabalho.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Falar sobre os 132 anos da cidade de Caiapônia, no meu Estado de Goiás, é reverenciar parte dos meus ancestrais que fincaram raízes naquele Município antes mesmo da minha cidade, Jataí, existir. Portanto, Caiapônia tem um significado especial para mim, para o seu povo e para Goiás, pois se trata de um Município de importância ímpar em todos os aspectos que se analisa: econômico, social, histórico e cultural.

Caiapônia completou no dia 29 de julho 132 anos de existência. Poucas são as cidades em Goiás que têm essa idade e que marcaram tão profundamente a história do Estado.

Mas a importância da cidade ultrapassa as fronteiras da política e da cultura para buscar assento na economia, sendo considerado o Município como um dos maiores produtores de gado de todo o Estado, com o terceiro maior rebanho. Caiapônia foi construída na região da Serra do Caiapó, estando assentada há mais de 700 metros de altitude.

A cidade chama a atenção ainda por suas belas e incomparáveis cachoeiras, além das exóticas silhuetas da Torre, da Freira e do Gigante Adormecido, um verdadeiro cartão postal. Tudo isso nos permite dizer que o Município é um verdadeiro santuário para a prática do chamado turismo ecológico.

Sr. Presidente, chamo atenção para um detalhe sobre Caiapônia que considero de extrema importância. A cidade, nas últimas administrações, foi contemplada com governos que não deixaram a desejar; ao contrário, fizeram muitas obras e garantiram qualidade de vida à população. Falo de prefeitos ligados ao meu partido, o PMDB. Hoje temos lá um excelente administrador, o Prefeito Edson Rosa Cabral, que conta com apoio da Primeira-Dama, Rosângela Moraes Rosa, do Vice-Prefeito, João Bosco Carneiro Vilela, além da Presidente da Câmara, Marlene de França Araújo Borges, bem como de todos os demais integrantes do Poder Legislativo daquele Município.

Quando um Prefeito acerta e trata o dinheiro público com responsabilidade e transparência, como acontece em Caiapônia, quem ganha é a população. São as famílias carentes as que mais esperam do administrador a devolução dos impostos em forma de muitas obras e benefícios. E foi exatamente isso que aconteceu em Caiapônia, cidade transformada nos últimos anos em verdadeiro canteiro de obras.

Falar sobre a população de Caiapônia não é tarefa complicada, Sr. Presidente. Poucos são os goianos que têm a determinação e a coragem de enfrentar o trabalho e as adversidades como o povo dessa cidade, que merece a nossa total aprovação e respeito.

Falo sobre isso com conhecimento de causa pois conheço a realidade do Município e o comportamento

da comunidade. O Município parece ter sido talhado para superar os obstáculos e dar respostas. A distância que separa Caiapônia da capital, Goiânia, nunca foi e, pelo visto, nunca será obstáculo para a população dessa cidade, considerada uma das melhores em qualidade de vida e geração de oportunidades.

Quero finalizar, dizendo que Caiapônia é um marco para Goiás. Localizada na região oeste do Estado, próximo à divisa com o Estado de Mato Grosso, a cidade se consolidou como pólo de criação de gado e tem no aspecto cultural uma das suas pilastras. Parabéns, Caiapônia! Parabéns aos seus 132 anos de muito brilho e dinamismo!

Era o que tinha a dizer.

**O SR. COSTA FERREIRA** (PSC – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresento a este Plenário breve relatório de missão em que representei esta Casa parlamentar na cidade de Genebra, Suíça, entre os dias 23 e 29 de julho próximo passado, no seminário sobre o tema *Aplicação da Legislação Relativa aos Direitos dos Povos Autóctones*, evento promovido pela União Interparlamentar e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Os povos autóctones são os grupos humanos “oriundos da terra onde se encontram, sem resultar de imigração ou importação, os aborígenes, indígenas, nativos”. No Brasil são representados principalmente pelas populações indígenas e quilombolas.

Muito devemos e temos a fazer por esses povos, vítimas históricas da exploração, da invasão de suas terras e da carência de políticas públicas que lhes permita acesso, espontaneamente, aos benefícios da modernidade, sem que para tanto abdicuem de sua cultura e dignidade.

O seminário buscou alcançar a melhora da condição de vida dos povos autóctones por meio da discussão da atual condição de vida desses povos e propor legislações modernas e definir ações mais objetivas na busca do objetivo fim de promover a isonomia de direitos com relação às classes dominantes.

Certamente a conferência no ONU potencializou nossas responsabilidades. Apresentei à secretaria do evento um estudo sobre a legislação referente aos índios brasileiros e a relação dos principais problemas que enfrentam, como aculturação, perda de terras e recursos naturais.

Dispomos no Brasil de uma legislação abrangente quanto à letra, mas cujos resultados não se fizeram sentir de forma satisfatória. Para tanto, é fundamental a ação dos Governos para a execução fiel da legislação, sem se prescindir da participação da sociedade num amplo projeto humanitário.

Creio que, como eu, este Parlamento está disposto a continuar a luta pela igualdade social de todos os grupos étnicos brasileiros, de forma a permitir a sobrevivência de suas culturas e tradições em plena dignidade.

Muito obrigado.

**O SR. JEFFERSON CAMPOS** (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se para alguns analistas a doença deve ser erradicada desde o nascedouro; se para estudiosos as mazelas mais tristes devem ser tratadas com medicamentos mais eficientes; se para as autoridades dos Três Poderes da República o repouso deve ser repudiado enquanto em nosso País existir 54 milhões de compatriotas sobrevivendo abaixo da linha de pobreza, sem instrução, sem renda, sem ocupação, não haverá linguagem de paz nem de solidariedade que possa acalmar a miséria e a atenuar a fome, pois ela não tem pátria nem fronteira!

Muitos de nossos notáveis escritores já produziram valiosos documentos e livros que registram a tragédia vivenciada pelos pobres, que não sonham nem almejam melhoria de vida por ignorar seus direitos de cidadania, como educação, saúde, moradia, alimentação, segurança pública, dentre outros.

Registro a idéia do ilustre Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da criação do Programa Fome Zero, que, infelizmente, ainda não chegou aos necessitados por estar enfrentando uma série de entraves. Mas ressaltar a iniciativa de milhares de instituições e de voluntários brasileiros que assistem diariamente a milhões de necessitados.

Não percamos a fé no Senhor que tudo pode; unamos nossas preces e entrelacemos nossas mãos em favor desses irmãos sofridos e sofredores que estão com suas mentes turvas e seus corpos carentes, principalmente de esperança de conhecer a língua dos anjos, a linguagem da fraternidade, e que ainda não morreram para receberem de cada um de nós a mão estendida à solidariedade – que salva e engrandece a humanidade.

Se o pobre chora é sinal de que ainda está vivo e não quer morrer; por isso, pode ser salvo da miséria não apenas por palavras ditas ou escritas, como também por atitudes emergenciais e fraternas, misericordiosas, caridosas.

Registro que o escritor latino Sêneca (4a.C.-65AD), no livro *Cartas a Lucílio*, teceu: “*A fome não é exigente: basta contentá-la; como, não importa*”.

Que Deus, com sua infinita bondade, ilumine nossa mentes e nossos corações, como autoridades que somos, eis que representamos os nossos brasileiros, para que possamos recorrer de nossos ofícios

e salvar nossos compatriotas desfavorecidos que ainda continuam padecendo de fome num mundo globalizado, rico e próspero, mas que, com egoísmo, mais exclui do que inclui.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Em pleno século XXI, o Brasil é um país de desigualdades sociais, culturais e econômicas, embora esteja melhorando em termos de condições de alimentação e nível de escolaridade. É notório que, na hora de pagar as contas básicas, o brasileiro continua passando apertado pela excessiva carga tributária e as crescentes taxas de juros. Ora, desde 1997 o rendimento do trabalhador não diminuía tanto. Sua remuneração média caiu de R\$747, em 2002, para R\$692, em 2003, descontada a inflação. A queda nos salários ocorreu simultaneamente ao aumento do contingente de desempregados, que subiu de 9,2% da população economicamente ativa, em 2002, para 9,7%, em 2003.

Não é possível imaginar uma economia saudável quando a classe média sofre reduções gradativas no poder aquisitivo. Exemplifico: há pouco, os ganhos de mais de 1 milhão de servidores públicos federais inativos foram reduzidos em 11%. E é a classe média que garante a movimentação da riqueza mediante taxas de consumo compatíveis. Antes, com renda mensal média acima de R\$1.000, ela despencou do índice de 42,53% da população economicamente ativa (PEA) para 36%, o que significa a expulsão de 11 milhões de pessoas dessa classe social em apenas duas décadas.

Verifica-se que as camadas mais pobres crescem devido ao fato de a classe média encolher. Esse movimento de renda é para baixo porque decorre do empobrecimento da população, de um lado, e da forte concentração de renda, do outro.

Observa-se que a renda média dos brasileiros vem caindo ano após ano: R\$852, em 1996; R\$776, em 1999; R\$766, em 2001; e de R\$692, em 2003.

A participação dos mais ricos na população brasileira, que em 1980 representava cerca de 1,89%, elevou-se para 2,4% em 2000; sendo que 1% dos mais ricos respondeu por 75% do consumo familiar nacional em 2004.

Ora, o aumento da população rica só amplia a desigualdade no Brasil. Em 1980, ela tinha renda média equivalente a 10 vezes a da população geral. Em 2004, os ricos ganharam 14 vezes mais que a média. Além disso, na participação sobre a renda nacional, o índice subiu de 20% para 33% nesse período.

Acredito que a solução para o Brasil é fortalecer a classe média, criar novos consumidores para que se possa crescer, de forma sustentada, a uma taxa superior a 5% ao ano, e promover efetivamente a tão sonhada justiça social.

Espero que as autoridades econômicas do Governo do ilustre Presidente Luiz Inácio Lula da Silva continuem seus trabalhos hercúlanos, objetivando reduzir os excessos da pirâmide de remunerações e elevar o número de empregos no Brasil.

Passo a abordar ainda outro assunto, Sr. Presidente.

Deus criou o homem à sua semelhança, e dele, a mulher, para que ambos pudessem conhecer os bens da Natureza, ora preservando-os para uma coexistência pacífica, ora descobrindo tesouros existentes dentro de si e de outrem, para que seja mantido o equilíbrio dos ecossistemas em favor da população mundial.

As pessoas que viveram e vivem no interior do País sabem um pouco mais do que as cidadinas como é importante a água cristalina – a que brota da fonte – bem como o solo, que suporta as plantas e os animais, e o Sol, que produz a luz necessária à fotossíntese, que faz o dia e a noite. E elas agradecem por tudo isso, sobretudo pela solidariedade entre os concidadãos.

Desde cedo aprendi com meus pais, Berenice e Zarias Alves, que o cristão é aquele que respeita as lições das Sagradas Escrituras, pratica as virtudes registradas pelos discípulos do Senhor e consegue, com humildade, servir ao próximo, controlando suas paixões ou afogando seus desejos ímpios, pois tudo em excesso ofende ao Mestre de Todos os Mestres.

Também aprendi na juventude, freqüentando a Escola Dominical, que a voz, utilizando-se a língua e a boca, só deve expressar o que vem do coração, porque nele é que habita o amor – símbolo da fraternidade e que externa a caridade que une irmãos que têm sede da palavra de Cristo e fome que pode ser alimentada pelos frutos da terra – graças aos esforços dos agricultores.

Hoje, amadurecido, juntamente com outros irmãos da Igreja do Evangelho Quadrangular, presidida pelo nobre Pastor Mário de Oliveira (grande luz do Senhor), que, com sabedoria, sabe iluminar cotidianamente nossos corações com suas inusitadas mensagens, fortalecendo nossa energia em defesa de Adonai diante de todos, para que possamos continuar nossa missão evangelizadora, efetuar obras dirigidas por Sua Vontade, alegrar os injustiçados e despertar em todos o sonho da felicidade – que deve ser compartilhada entre nós para uma vivência digna longe da escuridão e do pecado.

Como fiéis seguidores e protagonistas do Plano de Deus, acreditamos na salvação pelo Batismo, nos arrependemos de nossas falhas, pregamos a fé em El Shaddai, cremos na cura definitiva de chagas íntimas, repudiamos os vícios do mundo e abominamos

as desigualdades raciais, culturais, sociais e econômicas, porque todos nós somos gotas do mesmo orvalho divino.

Sr. Presidente, é um prazer registrar o sucesso da nossa 54ª Convenção Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, realizada em junho deste ano, ocorrida na próspera cidade paranaense de Foz do Iguaçu.

Um notável evento recheado pelo afeto a Deus, respeito ao próximo, um símbolo de fraternidade entre irmãos e um emblema de solidariedade entre cidadãos, um encontro que exaltou a justiça social e enalteceu a humanidade.

Que Cristo continue fortalecendo os laços de amizade e de respeito que nos unem para a glória eterna do nosso grandioso Pai!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa.

Muito obrigado.

**O SR. FEU ROSA** (PP – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a propaganda feita pelos órgãos públicos pode representar uma importante fonte de esclarecimento da população, desde que tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social e observe a impessoalidade exigida pela Carta Magna.

Desejo registrar nesta Casa matéria publicada no dia 11 de maio pelo jornal **Valor Econômico**, mostrando que o Governo Federal está conseguindo anunciar a custos menores e, em consequência, dispondo de mais recursos para atingir com sua publicidade também o interior do País.

Conforme o jornal, começa a apresentar resultados a reorganização dos investimentos publicitários anunciada poucos meses após a posse do Presidente Lula. Comprometendo-se a evitar os habituais atrasos nos pagamentos, que geravam aumento de custos e dificuldades para as agências e veículos, o Executivo tem obtido maiores descontos e prazos mais adequados.

Além disso, informa o **Valor Econômico**, estão sendo levadas em conta a circulação efetiva de jornais e revistas e a audiência e a penetração de programas de TV e rádio.

O principal efeito prático dessas iniciativas é que o Governo está pagando menos para anunciar. Assim, enquanto em 2002 os descontos obtidos junto às emissoras de TV eram, em média, de 19%, este ano devem elevar-se a 42%. Em jornais e rádios os descontos também chegaram a dobrar, e em revistas subiram de 25% para 41%.

Os recursos economizados dessa forma vêm permitindo, por outro lado, que a programação seja



ampliada, com mais anúncios na mídia do interior, que antes ficava fora da maioria das campanhas.

Números fornecidos ao jornal por Caio Barsotti, Subsecretário de Publicidade da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (SECOM), indicam que há 5 anos 3.100 Municípios recebiam investimentos publicitários federais. No ano passado, 5.020 Municípios foram programados, o que corresponde a um aumento de 29%.

São dados importantes, pois significam que mais brasileiros estão recebendo informações oficiais veiculadas por meio de publicidade. Se tais informações têm relevância – e se espera que tenham; inclusive por conterem, em muitos casos, mensagens educativas –, é claro que devem alcançar o máximo possível de cidadãos. Essa é também uma forma de inclusão de populações das áreas mais distantes e isoladas.

Outro aspecto a merecer registro é a declaração do Subsecretário de que a SECOM considera satisfatórios os patamares de descontos já obtidos, e que não pretende forçar percentuais ainda mais elevados, capazes de criar constrangimentos econômicos para veículos e agências. Isso é bom, pois o Governo Federal, com investimento publicitário total de R\$867,1 milhões no ano passado, faz bem em buscar descontos, mas não deve usar seu grande peso como anunciante até o ponto de inviabilizar os fornecedores.

Um dos publicitários que participaram das negociações com o Executivo fez um comentário para o **Valor Econômico** que quero assinalar aqui, ao concluir este pronunciamento. Segundo ele, sendo mantido o gasto publicitário (o anunciante obtendo mais descontos e reaplicando os recursos economizados em mais propaganda), a situação das agências e da mídia não se altera substancialmente; quem ganha é o Governo e a sociedade. Se de fato isso está acontecendo, merece nosso aplauso, já que os recursos públicos devem ser sempre aplicados em benefício da população.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. NILSON MOURÃO** (PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço este pronunciamento para cumprimentar a direção da PETROBRAS pelos projetos sociais e ambientais que vem financiando. Essa empresa, que completou 50 anos e é um orgulho dos brasileiros por ter desenvolvido tecnologia na produção de petróleo sem igual no mundo, mostra uma outra face que precisa ser conhecida em todo o País: sua responsabilidade social e ambiental, demonstrada nos investimentos relevantes para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Os projetos patrocinados usam o esporte, a cultura e a educação como fatores de mobilização e integração de adolescentes e jovens em situação de

risco social. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), através dos indicadores de renda, saúde e educação, é utilizado como parâmetro para avaliação dos resultados que devem gerar ações socialmente transformadoras. Hoje, o principal projeto social da companhia é o Programa PETROBRAS Fome Zero, que terá recursos totais de R\$303 milhões nos próximos 4 anos e pretende atender aproximadamente 4,5 milhões de pessoas.

O Programa destaca-se pelo enfrentamento de 3 problemas importantes: disponibilizar água para uso humano, animal e agrícola na região do semi-árido, beneficiando 27 mil pessoas até o final de 2006; capacitar 1.600 alfabetizadores e 160 coordenadores regionais para que sejam alfabetizadas 40 mil pessoas, entre jovens e adultos nos próximos 3 anos; e realizar um trabalho de esclarecimento e sensibilização dos caminhoneiros para combater a prostituição e o trabalho infantil, beneficiando cerca de 6.500 crianças e adolescentes até dezembro de 2006.

A PETROBRAS vem se revelando uma empresa altamente comprometida com o desenvolvimento sustentável, e, ao interagir com o meio ambiente e consumir seus recursos naturais, entende que deve prestar contas à sociedade sobre o impacto de suas atividades na biosfera, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida da população. Nesse sentido, a empresa vem investindo em programas que, além de defenderem a preservação do meio ambiente, incentivam o desenvolvimento de uma consciência ecológica junto às comunidades.

São projetos como o TAMAR, que atua em 8 Estados, possui 20 bases e emprega cerca de 1.500 pessoas – em sua maioria, oriundas das comunidades em que atua. Seu objetivo principal é preservar as tartarugas-marinhas, e, nos seus 23 anos de existência, já devolveu à natureza 5 milhões de filhotes.

Outro projeto que recebe patrocínio da estatal desde 1995 direciona recursos para a preservação da baleia jubarte. O Instituto Baleia Jubarte, responsável pelo projeto, tem obtido índices bastantes positivos na procriação desses mamíferos que são uma das espécies mais raras existentes nos oceanos. Além disso, a parceria possibilita a criação de atividades culturais e sociais junto aos habitantes do sul da Bahia – em especial os de Caravelas –, bem como incentiva a realização de programas direcionados à educação ambiental.

Sr. Presidente, é importante que o povo brasileiro saiba que o compromisso assumido pelo Presidente Lula de resgatar a secular dívida social que o Governo brasileiro tem com a sociedade vem contando com a parceria das empresas estatais. A responsabilidade

social dessas empresas é um bom exemplo para a iniciativa privada. O momento é de união de forças para alcançarmos o objetivo comum: a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 29 de julho de 1925, Irineu Marinho, então diretor de *A Noite*, fundava no Rio de Janeiro *O Globo*, para ser um jornal nacional, e não apenas da Guanabara, independente, informativo e ágil, com o caráter de participação ativa na vida do País. Era a sua última contribuição ao aprimoramento das instituições republicanas e democráticas, ao Estado de Direito e ao respeito à liberdade de imprensa e de pensamento assegurados na Constituição Federal.

Não chegou, porém, a ver concretizados esses objetivos, que sempre defendera, desde a mocidade, por ter falecido subitamente 21 dias após o lançamento da edição nº 1 de **O Globo**.

Mas seu ambicioso projeto não foi interrompido. Coube ao seu filho, o jornalista Roberto Marinho, por decisão familiar, a responsabilidade de dar-lhe continuidade, o que fez com competência profissional e reconhecido tirocínio empresarial, culminando com a formação do poderoso império de comunicações dos nossos dias, as Organizações Globo, constituídas por jornais, rádios, televisão e editoras que honram a mídia brasileira pelo primoroso nível de qualidade que oferecem.

Ao Dr. Roberto Marinho deve-se reconhecer sobretudo o mérito de haver sabido recrutar para suas empresas os melhores talentos, os profissionais de maior experiência e qualificação, o que fez, como disse em depoimento para a história do jornalismo brasileiro, inspirado na lição recebida do pai, o jornalista Irineu Marinho, de que *“um empreendimento só pode progredir, qualquer que seja a sua finalidade, editorial ou não, se, além da vontade do dono e do capital investido, existir também a capacidade de atrair os melhores profissionais e lhes oferecer ambiente e meios para se realizarem pessoalmente”*.

Foi o que o Dr. Roberto Marinho fez ao longo de sua vida, como salientou o seu filho, o Dr. João Roberto Marinho, em comovido pronunciamento, ao ensejo das comemorações dos 30 anos do *Jornal Nacional* da *TV Globo*, um dos seus sonhos mais ousados.

Tinha o Dr. Roberto Marinho a consciência de que um jornal moderno, informativo e ágil exige primordialmente pessoal de talento e da melhor qualificação profissional. E aparelhado com equipamentos de última geração, em sua época, *O Globo* foi o primeiro jornal da América Latina a dispor de radiofotos, telefotos e

telefotos em cores. Foi também pioneiro na informatização, um processo que se estende da redação ao parque gráfico.

O jornal foi para Roberto Marinho sua grande paixão na área das comunicações. Após a morte de seu fundador, a primeira grande transformação em *O Globo* ocorreu em 1945, com transferência da redação e do parque gráfico para um prédio mais amplo, no centro do Rio, na atual Rua Irineu Marinho, onde, além do edifício sede, no qual se localizaram a redação e o setor administrativo-gerencial, foi instalado um moderno complexo gráfico, ocupando uma área construída de 10.300 metros quadrados.

Em 1978, novas conquistas, com o ingresso de *O Globo* na era do *off-set*, uma Goss Metroliner com 18 unidades impressoras foi adquirida, deixando para trás a era da impressão a seco. Em 1986 veio a substituição das máquinas de escrever, com a informatização da redação e do setor administrativo, com a instalação de terminais e a utilização de equipamentos de última geração para sistema editoriais. São terminais com telas coloridas e *softwares* para usos e funções sofisticados de edição de texto. Atualmente o jornal conta com recursos ainda mais avançados, no mundo da informática e da tecnologia de ponta, o que coloca *O Globo* entre os grandes jornais do chamado Primeiro Mundo. Igual procedimento deu-se com relação aos demais componentes das Organizações Globo, assegurando-lhes reconhecida e marcante liderança na área das comunicações.

O extraordinário sucesso empresarial do Dr. Roberto Marinho nunca alterou o procedimento simples do grande comandante das Organizações Globo, que em depoimento para a história da imprensa brasileira, pouco tempo antes de sua morte, fez uma confissão emocionada: *“Nasci homem de Imprensa. Fui, sou, terno sido e só serei, enquanto tiver vida e capacidade de trabalho, apenas e tão-somente homem de Imprensa. Este é o meu destino. Esta é a minha vocação. Nenhum título, nenhuma honraria, nada importa mais para mim do que o exercício diário, ininterrupto, constante, das funções profissionais que, ao longo da vida, venho exercendo no jornal que se honra de ter sido fundado e continua a ser inspirado por Irineu Marinho”*.

Passados 8 lustros da fundação de *O Globo*, deve-se reconhecer que o jornal idealizado por Irineu Marinho não se afastou dos elevados objetivos por ele definidos no editorial da edição nº 1. *O Globo* manteve-se fiel ao programa estabelecido, tanto sob o comando de Roberto Marinho e dos seus irmãos, os jornalistas Ricardo e Rogério Marinho, como nos dias atuais, tão bem conduzido pelo tirocínio de João Roberto Marinho e dos seus irmãos Roberto Irineu e José Roberto, for-

mados na redação de **O Globo**, onde por muitos anos se prepararam para assumir a gestão das Organizações Globo, o que aconteceu com a morte do pai, o sempre lembrado jornalista Roberto Marinho.

É significativo registrar que os 80 anos de existência de **O Globo** são comemorados com merecida efusão não apenas pelos que a ele estão diretamente ligados mas por toda imprensa brasileira, e também pelos mais representativos segmentos da sociedade brasileira. E, compartilhando desse mesmo sentimento de reconhecimento da trajetória vitoriosa do jornal fundado nos idos de 1925 por Irineu Marinho, venho a esta tribuna, com muita honra, saudar a auspiciosa efeméride, certo de interpretar a solidariedade também de todo o Congresso Nacional.

É de justiça reconhecer, afinal, que a imprensa e o Poder Legislativo têm sido em todos os tempos os sustentáculos do Estado de Direito e as trincheiras de defesa das liberdades fundamentais, princípios que somente subsistem com a existência de uma imprensa livre e democrática e de um Congresso funcionando plenamente no exercício de suas prerrogativas constitucionais.

Parabéns, portanto, aos jornalistas João Roberto Marinho, Roberto Irineu e José Roberto, e a todos os que fazem **O Globo**, pelos 80 anos de fecunda existência.

Passo a outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a dengue voltou a ser motivo de preocupação em meu Estado, o Ceará, em face dos surtos epidêmicos registrados em todas as regiões, com elevado número de óbitos. Segundo dados divulgados pelo Núcleo de Epidemiologia da Secretaria de Saúde do Governo do Estado, até o dia 17 de julho próximo passado, o número de casos de dengue hemorrágica, a forma mais grave da doença, já era 324% superior ao registrado em 2004, ano em que o Ceará enfrentou uma situação igualmente difícil. Há a considerar ainda que, enquanto em 2004 apenas 14 casos de dengue hemorrágica foram confirmados, com uma morte, no ano corrente já são 62 os oficialmente reconhecidos, com 10 mortes. A forma hemorrágica já ocorreu em 11 Municípios do Ceará, com 35 casos em Fortaleza. Foram também confirmados 7 casos em Crato, 6 em Caucaia, 4 em Maracanaú, 3 em Russas e 2 em Crateús, entre outros Municípios da região do Vale do Cariri, no sul do Estado.

A região metropolitana de Fortaleza, apesar de dispor de maiores recursos assistenciais na área de saúde pública, tem sido das mais afetadas, com registro, até a primeira quinzena do mês em curso, de 44 casos, com 10 óbitos, número considerado bastante elevado pelas autoridades epidemiológicas.

Já o número de casos da dengue clássica é 120% superior ao de todo o período de 2004. Foram contabilizados 15.054 casos em menos de 7 meses, o que bem demonstra o caráter epidêmico da doença, oficialmente confirmada pelos órgãos de saúde pública em 6.738 pacientes, conforme os exames de laboratório; 1.746 casos foram registrados em maio e 1.957 no mês de junho, indicando um considerável aumento da dengue na Capital e no interior do Estado.

Ainda de acordo com dados da Secretaria de Saúde do Ceará, o maior número de casos foi registrado em Fortaleza: 1.534. O levantamento estatístico constatou ainda 693 casos em Icó, no sertão central, 408 em Caucaia, na região metropolitana da Capital, 404 em Tauá, no norte do Estado, 307 em Quixeramobim, 288 em Maracanaú e 252 em Crateús. Os números são ainda mais preocupantes considerando-se que somente na primeira quinzena do mês de julho foram confirmados 310 casos.

Deve-se ressaltar também que a pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado indica uma incidência acentuada de casos em 72 Municípios no período de janeiro a julho do corrente ano. Em Fortaleza o índice de infestação, de 314%, ultrapassou em 1% o tolerado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, o que configura uma situação de incontestável gravidade.

Os números admitidos pelos organismos governamentais levaram as autoridades sanitárias do Estado a promover mutirões de combate ao mosquito transmissor da dengue em todos os Municípios cearenses, com o envio de agentes sanitários para as cidades onde a ocorrência de casos vem sendo mais acentuada. Agentes sanitários percorrem os Municípios cearenses ensinando como extinguir os focos geradores da dengue.

Em Juazeiro do Norte, no sul do Estado, a declaração de alerta já está surtindo efeito prático, tendo sido realizada no último final de semana uma concentração de milhares de pessoas em praça pública e nas principais ruas da cidade. Os estudantes da terra do venerado Padre Cícero Romão Batista aderiram ao movimento contra a dengue, participando da caminhada com faixas e cartazes, e fez-se a distribuição de folhetos contendo informações sobre os riscos de contaminação pelo mosquito transmissor. Participaram da marcha antidengue mais de duas mil pessoas.

O exemplo de Juazeiro está sendo seguido por outras comunidades das cidades do Vale do Cariri, e assume assim a campanha um caráter de mobilização geral, evidenciando a conscientização coletiva de que a epidemia é uma ameaça para todos, independentemente da condição social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao ocupar esta tribuna para um relato fiel da epidemia de dengue em meu Estado, dirijo-me em especial ao Ministro da Saúde Saraiva Felipe, ao quem faço um apelo no sentido de que se amplie, tanto quanto possível, a colaboração de sua Pasta à luta que vem sendo desenvolvida pelos órgãos de saúde pública do Ceará, cujos recursos financeiros são insuficientes, dado o vulto da epidemia.

**O SR. REINALDO BETÃO** (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos 11 meses o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, importante ferramenta de incentivo à educação do Ministério da Educação, atendendo a 22% da população, recebeu prioridade do Governo Federal.

Criado em 1955 e operado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, o programa avançou consideravelmente ao longo dos anos: ganhou um sistema de controle e acompanhamento, realizou a capacitação de gestores, técnicos, conselheiros e representantes nos Estados e Municípios onde é executado e obteve a recuperação do poder de compra, com reajuste em torno de 20%.

O PNAE tem caráter suplementar, e durante 10 anos o valor *per capita* repassado pela União ficou congelado em R\$0,13 para o ensino fundamental e em R\$0,06 para as creches. Em agosto de 2004 esses valores passaram para R\$0,15, o que significou um reajuste de 20%. Em maio de 2005 foi aplicado um novo reajuste, aumentando o valor de R\$0,15 para R\$0,18 por aluno/dia, num índice de 38,5%.

O FNDE desenvolve um trabalho com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA para implementar mudanças no referido programa, como o atendimento às comunidades quilombolas e indígenas. O PNAE também igualou o valor *per capita* da pré-escola com o ensino fundamental, de R\$0,06 para R\$0,13, benefício estendido às creches, que passaram a receber R\$0,18 por criança. Cerca de 870 mil alunos de até 3 anos de idade foram contemplados com a medida. Alunos das comunidades quilombolas e indígenas também estão sendo beneficiados com valor diferenciado de R\$0,34 por aluno/dia, porque essas comunidades têm um índice de insegurança alimentar maior.

O reajuste do valor *per capita* beneficiou quase 36 milhões de estudantes. A medida representou um gasto adicional de R\$14,3 milhões por mês, totalizando em 2004 R\$57,4 milhões.

O PNAE, Sr. Presidente, é um exemplo de programa de sucesso na alimentação escolar para os princi-

pais organismos internacionais. No início deste ano foi apresentado na 31ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, em Roma, Itália, e em julho no Instituto Social Brasil-Argentina.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, mais do que cumprindo o dever de viabilizar a alimentação para os estudantes brasileiros, o Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, atua como um veículo de promoção da cidadania e de respeito ao ser humano.

Passo a outro assunto.

Sr. Presidente, o outro motivo que me traz hoje a esta tribuna é o fato de os Correios estarem retirando sua agência da localidade de Santa Cruz da Serra. A referida agência vinha funcionando em um prédio alugado por R\$3 mil, onde funcionavam não apenas os Correios, mas vários outros comércios, numa espécie de centro comercial. Além de enviar correspondências e encomendas, aquele era o único estabelecimento com que a população podia contar para efetuar também o pagamento de suas contas, e servia também como um banco, um ponto de referência e de encontro. Aliás, o aspecto socioeconômico da agência era o que mais marcava as pessoas. Os diversos tipos de comércio instalados próximos daquela agência viviam em função da movimentação dos Correios. Com a inesperada transferência, alguns estabelecimentos poderão até ser fechados, por falta de clientes. Isso é um fato.

De acordo com o proprietário do imóvel, a agência de Santa Cruz da Serra seria transferida para o Bairro Jardim Primavera, onde já existe outra agência dos Correios, e a rua não é asfaltada, apresentando vários buracos, o que dificulta o acesso de veículos.

É estranho, Sr. Presidente, que se transfira uma agência tão importante como a de Santa Cruz da Serra para outro lugar, para um local sem as devidas condições tanto de estrutura física como de acesso pela comunidade, sem falar no valor do novo aluguel, que passará dos módicos R\$3 mil para o absurdo de R\$14.600,00.

O proprietário da loja em Santa Cruz da Serra tentou de todas as maneiras que a agência continuasse ali, mas não obteve sucesso. Propôs-se até a disponibilizar mais espaço físico para que a agência ficasse mais bem instalada. E estava disposto a cumprir outras exigências dos Correios, mesmo comprometendo parte do valor arrecadado com o aluguel. Mas nada disso adiantou.

Não estou querendo com isso dizer que os moradores do Jardim Primavera não merecem a instalação de mais uma agência. O que quero é alertar para o fato de que lá já existem melhores condições de pres-

tação de serviços públicos do que em Santa Cruz da Serra. Chega a ser uma covardia tirar a única agência daquela localidade e instalá-la em outro lugar que já dispõe daquele serviço.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo aos dirigentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no sentido que repensem essa questão. Não transfiram a agência de Santa Cruz da Serra para o Bairro Jardim Primavera, pois a vida e o emprego de muitas pessoas estão em jogo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. ZELINDA NOVAES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 28, comemoramos na Região Metropolitana de Salvador o 43º aniversário de emancipação política do Município de Lauro de Freitas.

A história da bela Lauro de Freitas, cujo topônimo é uma homenagem ao grande político e engenheiro Lauro Farani Pedreira de Freitas, falecido durante campanha eleitoral ao governo do Estado, em 1950, registra a existência de inúmeros engenhos de açúcar que fomentou um grande comércio que perdeu até os idos de 1855. Ainda como distrito, no início deste século, abrigou o primeiro campo de aviação da Bahia, construído pelos franceses, na antiga Vargem Grande (Fazenda Portela).

No princípio da década de 60 inicia-se o movimento pró-emancipação do distrito de Salvador que se concretiza em 1962. Em 1973, foi declarada Zona de Segurança Nacional, passando a ser governada por Prefeitos nomeados, porém mantendo o Poder Legislativo ativo, até que em 1985 recuperou sua autonomia política.

Lauro de Freitas, apesar da redução de seu território original, a partir da década de 70 povoou-se rapidamente, com taxas de crescimento de até 12,5% anuais, e hoje é um importante vetor de expansão urbana da RMS, destacando-se por inúmeros e importantes loteamentos, condomínios, por suas belas praias e pela implantação de instituições educacionais particulares e públicas, a exemplo da Escola Estadual Hermano Gouveia Neto, que através do Projeto de Educação Tecnológica do Ensino Fundamental, lançado neste mês pela Secretaria de Educação do Estado, utiliza uma experiência desenvolvida na Dinamarca, promovendo a aprendizagem dos alunos na construção de novos conceitos e novas habilidades.

A cidade possui um belo kartódromo, que já sediou o Campeonato Brasileiro de Kart, numa competição que reuniu cerca de 140 pilotos e trouxe à Bahia grandes nomes do automobilismo.

Nessa data, desejamos aos seus habitantes, governantes e demais autoridades, uma vida pautada no que expressa a legenda do Brasão Municipal: “*Nós confiamos em Deus*”.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há exatamente 60 anos a humanidade foi colocada à frente de um exemplo concreto e assustador de seu poder de autodestruição. A explosão da primeira bomba atômica sobre a cidade japonesa de Hiroshima colocou o ser humano diante de seu recém-adquirido poder de não apenas acabar com toda espécie de vida sobre a face do planeta, mas também de destruir o próprio planeta. Essa perspectiva seria ainda reforçada alguns dias depois com a explosão do segundo artefato, lançado sobre a cidade de Nagasaki.

Pode-se ver nesses 2 episódios somente a marca de ações militares que determinaram de vez o fim da 2ª Guerra Mundial. No entanto, as explosões dessas duas bombas nucleares significaram e continuam significando bem mais para a História passada, presente e futura da humanidade. O poder de destruição logo depois seria amplificado ao extremo, já que as superpotências transformaram a construção de arsenais nucleares em prioridades de governo. O diálogo diplomático passou a incluir um novo jargão, a chamada “paz armada”, determinante de uma nova era, onde as possibilidades de conflitos estariam definitivamente afastadas com base nas nefastas conseqüências que uma guerra atômica acarretaria.

O que se viu, contudo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não foi isso. Se mais nenhum conflito nuclear foi registrado desde então, a supremacia atômica de nações acabou, na verdade, estabelecendo novas e mais desiguais relações de dominação entre os países. Logo esse desequilíbrio geraria inúmeros conflitos, que se disseminaram rapidamente pelos 4 cantos do mundo. Esses conflitos foram e até agora continuam sendo travados sob as táticas da guerra convencional, onde os armamentos, embora cada vez mais sofisticados e com poder de destruição sempre crescente, não incluem o componente nuclear, que, porém, continua presente, como um fantasma que continua a assombrar e ameaçar a sobrevivência da espécie humana. E ressalta-se, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tal ameaça torna-se novamente cada vez mais próxima da materialização, já que a situação de insegurança mundial é hoje por demais crítica.

A política econômica que foi sendo estabelecida em escala planetária, batizada de globalização, aprofundou o quadro de desigualdades mundiais estabelecido e mantido há décadas pelo poder bélico de algumas poucas nações. Esse cenário da economia, acrescido

de altas doses de ingredientes como o racismo e a intolerância religiosa, tem propiciado o acirramento das desigualdades sociais e das divergências culturais e religiosas, culminando não apenas com um incremento dos conflitos armados tradicionais, mas também com o aparecimento de novas formas de insurgência, como o terrorismo suicida, que é colocado hoje como a grande ameaça contemporânea nos 4 cantos do mundo. E persistem indícios de que os grupos que defendem e perpetram essas ações buscam também o poderio nuclear.

A questão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que a “paz armada”, surgida após o evento das explosões das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, não trouxe segurança, mas expandiu e diversificou a ameaça de autodestruição do ser humano, já que aprofundou a desigualdade e, em outro extremo, multiplicou *ad infinitum* a potência dos arsenais de guerra espalhados por todo o mundo. Trata-se de uma tendência irreversível, enquanto não se expandir a consciência de que são necessárias alterações profundas para amenizar as desigualdades que hoje condenam grande parte da humanidade à morte por inanição ou condições sociais e doenças dela decorrentes, simplesmente porque a atual ordem econômica continua tendo como uma das suas prioridades a preservação da “paz armada”, com todas as implicações que dela decorrem.

Essas são algumas das reflexões que me vieram à mente ao relembrar a explosão da primeira bomba atômica sobre Hiroshima. Podem parecer fora do contexto, diante da gravíssima crise política que esta Casa enfrenta. Contudo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os motivos que me trouxeram a este Parlamento, pelos quais me tornei merecedora dos votos daqueles que em mim depositaram sua confiança, permanecem sendo exatamente os mesmos que norteiam minha trajetória desde o momento em que pela primeira vez, em meu primeiro mandato, tomei assento neste Plenário. E esses motivos incluem a luta contra as desigualdades, a luta contra a dominação dos mais fortes sobre os mais fracos, a luta contra o preconceito, a luta contra a intolerância, a luta contra a corrupção, a luta contra a violência, a luta contra todas as formas de ação que ameacem a dignidade e a sobrevivência da espécie humana, que, apesar de tantos revezes e incertezas, continua demonstrando uma incrível – e, espero eu, inesgotável – capacidade de resistir, de sobreviver e de buscar uma convivência mais plena, pacífica e satisfatória sobre a face do Planeta Terra.

As crises, como as pessoas, passam, mas as idéias e os ideais permanecem, independentemente da vontade daqueles que querem decretar a morte da

esperança que nos impulsionou desde o primeiro momento e que continuará a nortear nossos passos.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento nos meios de Comunicação, especialmente no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. MAURÍCIO RABELO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MAURÍCIO RABELO** (PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Severino Cavalcanti, gostaria de externar minha alegria em vê-lo novamente presidindo os trabalhos desta Casa. V.Exa. tem primado pelo zelo com os nossos Parlamentares e trabalhos nesta Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, registro neste momento o nosso encontro com o ex-Governador Siqueira Campos, ocorrido anteontem na cidade de Arraias, quando da celebração de seu aniversário, comemorado com uma festa muito bonita. S.Exa. tem gozado de muita saúde e inteligência para ajudar o nosso Tocantins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Passa-se à

## V – HOMENAGEM

Neste momento, no período que seria destinado ao Grande Expediente, passaremos à homenagem ao Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles,

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Solicito a todos que fiquem de pé para recebermos o Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles, a quem convido para compor a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Deputado Josep Borrell Fontelles e Excelentíssima comitiva, Sras. e Srs. Deputados, o Parlamento europeu, cujo Presidente temos a honra de receber neste momento, representa pelo voto 455 milhões de cidadãos de 25 nacionalidades. Como símbolo, porém, é ainda maior, pois sintetiza os desejos mundiais de paz, integração e solidariedade que, felizmente, vêm ganhando vigor desde as últimas décadas do século passado.

O Deputado Josep Borrell Fontelles, convidado por esta Casa para vir ao Brasil, é um político de larga experiência no Congresso espanhol, onde representou Barcelona entre os anos de 1986 e 2004. Sempre atento às grandes questões européias, chegou com méritos à Assembléia Continental e à sua Presidência no ano passado.

O Parlamento europeu tem sido para nós um interessante exemplo na modelagem de seu similar do

MERCOSUL e o interlocutor nas gestões pela concretização de um acordo comercial inter-regional. À Câmara dos Deputados, especialmente, propiciou também a idéia da Comissão Permanente de Legislação Participativa inspirada em seu sistema de petições.

Esses fatos, aliados à presença entre nós de um homem público do porte do Deputado Josep Borrell Fontelles, indicam a crescente importância da chamada “diplomacia parlamentar”, uma adaptação dos legisladores aos novos tempos em que as decisões são tomadas cada vez mais numa perspectiva internacional.

Nesse sentido, já está prevista para setembro, em Nova Iorque, a realização do 2º Encontro Mundial de Presidentes de Parlamentos, sob a chancela da União Parlamentar Internacional.

Assim, com intercâmbio, formação de redes interparlamentares e parcerias, poderemos nos tornar mais aptos a atender as demandas do mundo globalizado. A visita do Presidente do Parlamento Europeu faz parte desse processo, que exige naturalmente maior conhecimento mútuo e melhor compreensão das características de cada país ou região.

Por tudo isso e por suas qualidades pessoais é que, em nome da Câmara, digo ao Deputado Josep Borrell Fontelles que seja bem-vindo e tenha uma ótima estada no Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Convido o Deputado Ney Lopes, Presidente do Parlamento Latino-Americano, para fazer parte da Mesa.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Fantazzini, que representará o Líder da Maioria.

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles.

**O SR. JOSEP BORRELL FONTELLES** – *(Exposição em espanhol. Palmas.)*

*(O discurso do Sr. Josep Borrell Fontelles encontra-se na Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, conforme Memorando nº 84/2005, emitido pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – art. 98, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Presidente do Parlamento Latino-Americano, Deputado Ney Lopes.

**O SR. NEY LOPES** (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente Severino Cavalcanti, Exmo. Sr. Presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrell, Membros da Mesa, ilustre Comitativa, Corpo Diplomático, colegas Parlamentares, a visita do Sr. Presidente Josep Borrell a esta Casa tem, de um lado, a demonstração da alegria e regozijo de todos nós em recebê-lo. Porém, tem um significado particular: o Presidente do Parlamento Europeu traz a experiência vitoriosa do seu continente em matéria de legislação comunitária e de integração entre os países da Europa. E isso, para nós, brasileiros, significa não apenas o aplauso ao sucesso da integração europeia; significa muito mais: lembrar a esta Casa o compromisso constitucional que temos de apressar a legislação para disciplinar o art. 4º, parágrafo único, da Constituição brasileira. Está escrito na Constituição Federal de 1988 que o Brasil fará todos os esforços em prol da comunidade latino-americana de nações. E, realmente, na hora em que temos à frente do Parlamento Europeu um ibero-americano como o espanhol Josep Borrell, é um dado importante para aproveitarmos o momento e nos integrarmos ainda mais com a União Europeia e podermos sentir a experiência que ela nos transmite.

A Europa demonstra, Sr. Presidente, que é possível, por intermédio de um Estado transnacional, que nações compartilhem suas aflições e soluções comuns sem que haja perda da autonomia de nenhuma delas. A legislação comunitária que o Parlamento Europeu ensina a nós e ao mundo é, nada mais, nada menos, que princípios e normas que se aplicam a vários Estados soberanos. Além do mais, estabelecem a confirmação de que é possível encontrar alternativas e opções pela união comum de parlamentos e governos.

Fico muito agradecido pela oportunidade que o Presidente Severino Cavalcanti gentilmente me dá de dirigir essas breves palavras de saudação ao Presidente Josep Borrell. Mas, sobretudo, fico gratificado em ter mais uma oportunidade, Sr. Presidente, de nesta tribuna defender aquilo por que tenho praticamente dedicado a minha vida parlamentar nos últimos anos: a integração da América Latina.

No mundo globalizado, o Parlamento não pode ser só nacional. O Parlamento tem de ter uma visão de mundo, tem de se somar na discussão das questões, sobretudo com os nossos vizinhos continentais e regionais.

Com relação à Europa, a tradição tem demonstrado que a União Europeia e o Parlamento Europeu procuram se vincular a nós, latino-americanos. Digo isso como Presidente do PARLATINO, uma instituição de 40 anos, 28 dos quais em parceria com o Parlamento Europeu em vários setores, inclusive com reu-

niões bianuais de Parlamentares latino-americanos e europeus.

Pois está na hora, como disse o Presidente Borrell, de o Governo brasileiro e os demais Estados do MERCOSUL definirem a parceria com os europeus, para tanto assinando o Acordo União Européia/MERCOSUL. Será um passo concreto para que o MERCOSUL adquira um braço de colaboração que não o coloque ao sabor das tempestades políticas que caem nos países que o compõem. A União Européia teria uma contribuição a dar como parceira, de acordo com aquela visão global referida pelo Deputado Orlando Fantazzini, de que não se trata apenas de uma união comercial, mas de uma união integral na busca efetiva de melhoria dos padrões de vida do povo latino-americano.

Por fim, destaco essa extraordinária idéia do Presidente Borrell de criar uma Assembléia Parlamentar Euro-Latino-Americana. Será, sem dúvida, uma oportunidade de unir todos os Parlamentos da América Latina e do Caribe, a exemplo do que já ocorreu com a Assembléia Euro-Mediterrânea, recentemente criada pelo Parlamento Europeu.

Essas idéias de integração e essa aproximação buscam um Estado transnacional, sonho de uma emenda constitucional que tramita na Casa, para que o Deputado latino-americano seja diretamente eleito e não nomeado pela Presidência dos Congressos. Hoje só há um exemplo disso na América Latina: a Venezuela.

O Brasil poderia apressar os passos e aprovar a emenda para eleger um Deputado latino-americano. Só assim realmente poderemos trilhar os caminhos desenhados pelo Presidente Josep Borrell, que são os da integração, da solidariedade e, sobretudo, da formação da sonhada pátria grande de Bolívar, que nada mais será do que a Comunidade Latino-Americana de Nações.

Seja bem-vindo, Presidente Borrell Fontelles! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, nobre Deputado Aroldo Cedraz.

**O SR. AROLDO CEDRAZ** (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado Severino Cavalcanti; Exmo. Sr. Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles; Sras. e Srs. Deputados; membros da Mesa; Sr. Embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró, que muito nos honra com sua presença; membros da representação da Comunidade Européia, minhas saudações.

Inicialmente, quero expressar a imensa satisfação em apresentar ao ilustre Deputado Josep Borrell Fontelles e a sua comitiva oficial as boas-vindas, em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. É uma honra muito grande recepcionar a autoridade máxima da Casa que representa as altas aspirações do povo europeu.

O Parlamento é a instituição política maior, é a cúpula para o debate de todas as grandes questões que afetam ou preocupam a sociedade. A construção do Parlamento europeu espelha o compromisso de aprofundar a integração que sempre esteve presente na formação do povo europeu.

Muito podemos apreender dessa experiência. Com efeito, o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, o mais bem-sucedido experimento de integração do Cone Sul, é inspirado na União Européia. Não poderia ser diferente. Temos com a Europa uma comunidade de idéias e valores. Nossa história é compartilhada, e os fundadores da nossa Pátria seguiram os exemplos dos ideais europeus, já que foram formados pelos grandes centros de ensino universitários daquele Continente.

Na atualidade, mantemos com o continente europeu relações bilaterais e multilaterais bastante profícuas. A Europa é o mais importante parceiro comercial brasileiro, bem como o nosso maior centro provedor de investimentos.

Além disso, compactuamos valores comuns nas relações exteriores, como a busca de soluções pacíficas e a eleição do Direito Internacional como solução dos conflitos internacionais.

Atravessamos período de grandes decisões em nossa política externa. Procuramos estreitar nossos laços de integração com os demais países da América do Sul, por meio do MERCOSUL. Ao mesmo tempo, negociamos também a aproximação entre MERCOSUL e União Européia.

Temos certeza de que a parceria nos trará êxitos. Contudo, ainda existem arestas a aparar, como, por exemplo, a questão dos subsídios agrícolas, eterno dilema na agenda de discussão entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

Embora seja possível compreender que são difíceis as decisões em política agrícola e que estas envolvem pontos extremamente sensíveis nos âmbitos nacionais, os princípios do livre mercado e da competição internacional não podem nem devem ser renegados. A diplomacia brasileira tem atuado bravamente nesse campo, e esperamos chegar a bom termo em nossas negociações.

A nossa diplomacia parlamentar está cada vez mais ativa e participativa. Entre nossos objetivos está a promoção do comércio exterior como finalidade última



de apelar os graves problemas econômicos e as disparidades sociais que ocorrem em nosso Continente.

Nesse contexto, o aprendizado a partir da experiência européia será também proveitoso, pois naquela região se localizam os países que mais se destacam na solução dos problemas de desigualdades internas.

Também no instante em que o mundo, perplexo, assiste à morte pela polícia britânica de Jean Charles de Menezes, um brasileiro que lá residia e trabalhava, por ser confundido com suspeito de terrorismo no metrô londrino, é evidente que o episódio marca os povos e Governos de 2 países amigos e serve para indicar o grau de insegurança coletiva a que se chegou em todo o globo.

É um momento em que os Parlamentos devem trocar experiências, de modo que, no âmbito de suas competências, possam buscar alternativas que reprimam essa forma brutal de violência do terrorismo internacional, que inclusive já paralisou seu país de origem, a Espanha.

A rigor, a segurança pública dos nossos povos e a defesa nacional de todos os países estão profundamente comprometidas por essa forma de luta insidiosa e cruel, exigindo que haja efetiva troca de colaboração e de experiências não só no plano legislativo, mas também entre os Poderes Judiciários e ainda os serviços de inteligência, as polícias e as Forças Armadas dos diferentes países, tudo com o objetivo de prevenir, combater e eliminar o terrorismo em contínuo esforço com a comunidade internacional.

Diante desse cenário, é imprescindível a troca de experiências parlamentares. É no Parlamento que as idéias são debatidas e as soluções de consenso são encontradas. Como representantes da sociedade, estamos acostumados a encontrar saídas para emaranhados que parecem indecifráveis.

Amanhã, teremos nova oportunidade de aprendizado e de novos debates com a honrosa presença de V.Exa. e toda sua comitiva na nossa Comissão.

Seja bem-vindo, Sr. Presidente Josep Borrell. Desejamos deixá-lo à vontade para a discussão de todos os temas de interesse para a aproximação entre as Casas parlamentares do Brasil e a desse exemplo de iniciativa de integração política e econômica que é a União Européia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria, Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Parlamento Europeu, engenheiro Josep Fontelles, falo de engenheiro

para engenheiro. É uma satisfação muito grande ver mais um engenheiro na política.

No Brasil, a política é muito mais habitada por advogados e médicos do que por engenheiros. V.Exa. é engenheiro aeronáutico e eu sou engenheiro electricista.

Quero saudá-lo em nome da Minoria, que represento neste Parlamento, que se tem firmado neste País de tantas dificuldades e desigualdades, de tantas crises, mas onde temos preservado a democracia. V.Exa. poderá levar a mensagem de que a democracia no Brasil é forte suficiente para, cumprindo-se a Constituição e as leis, superar todas as dificuldades que se nos apresentam.

Quero saudar V.Exa. pelo que tenho lido de sua preocupação em voltar os olhos para a América Latina.

Sendo V.Exa. um mediterrâneo, não poderia deixar de enxergar a América Latina e o continente africano.

Nós, da Oposição, nos ressentimos um pouco nos primeiros anos do atual Governo brasileiro, quando o ritmo de negociações com a União Européia, que vinha sendo mantido pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi, de certa forma, descontinuado. Isso não significa absolutamente indisposição do atual Governo em negociar, mas muito mais retomada de posição: um novo Governo, um novo momento. É natural que houvesse alguma descontinuidade.

Por isso jogamos todas as nossas esperanças para que no próximo encontro, se não me falhe a memória, agora em setembro, avancemos nos entendimentos do MERCOSUL com a União Européia. Eles avançarão na medida em que nós, latinos e europeus, estejamos dispostos a negociar, e V.Exa. e seus pares sejam flexíveis, sobretudo os agricultores europeus.

V.Exa. e o mundo todo sabe que os subsídios já não são justificáveis em nenhum espaço, no volume e na forma como são feitos.

Temos nos esforçado para respeitar o que é fundamental aos países desenvolvidos. Recordo-me da luta travada neste Parlamento para que o Brasil aderisse com força à propriedade intelectual. Avançamos muito nesse aspecto, mas não obtivemos ainda as contrapartidas que desejaríamos no campo da agricultura.

A visita de V.Exa. não lhe permitirá conhecer bem este País, mas as potencialidades agrícolas do Brasil são ilimitadas. Nossas possibilidades de produção de alimentos são de tal ordem que nos situam como o grande celeiro da humanidade nos próximos anos.

Trata-se de agricultura praticamente sem apoio. Enquanto os países desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos investem fortemente no subsídio agrícola, nossos agricultores são submetidos a elevados juros e impostos e à infra-estrutura deficiente. Portanto, o que

temos mesmo é capacidade e competitividade, decorrentes dos recursos naturais, de aportes tecnológicos e da vocação agrícola do Brasil.

Não me quero alongar muito, mas afirmo a V.Exa. que nós, partidos de oposição – posteriormente deverá falar alguém em nome do Governo –, todos nós, desejamos estreitar os laços com a Europa, que, em grande parte, é mãe da civilização latino-americana. Não somos uma civilização européia, não somos uma civilização da América do Norte; somos uma civilização diferente, formados por um pouco da África, um pouco da Europa e um bocado da América Latina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra à nobre Presidente da Comissão Parlamentar das Américas, Deputada Maninha.

**A SRA. MANINHA** (PT – DF. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrell, demais componentes da Mesa, autoridades presentes, Srs. e Sras. Deputados, boa-tarde.

Sr. Josep Borrell, é uma felicidade reencontrá-lo neste momento, pois ao visitar a Espanha tive a honra e o prazer de ser recebida por V.Exa. ainda Deputado do Parlamento espanhol.

Sr. Presidente Josep Borrell, gostaria de fazer um discurso não em nome do Governo de cuja base de sustentação faço parte na condição de Deputada, tampouco em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, mas em nome da Confederação Parlamentar das Américas, da qual fui Presidenta até há poucos meses e que agora está sendo presidida por Guillermo Landázuri, Presidente do Parlamento equatoriano.

Ouvi atentamente sua fala e percebi sua preocupação não só com a política européia, mas com a dos demais países, principalmente os da América Latina. Referiu-se V.Exa. ao sonho bolivariano.

Estamos vivendo neste momento uma crise política sem precedentes no País, uma crise que talvez vários países da Europa já tenham vivido, como, por exemplo, a Itália ou a própria Espanha. Analisamos essa experiência da Europa, para, quem sabe, também formar uma nova realidade política em nosso País a partir da situação que vivemos no momento.

Também temos o sonho bolivariano na América Latina, onde as nações sejam iguais e as barreiras de fronteiras, eliminadas; um sonho onde todos os cidadãos e cidadãs tenham vida melhor; em que não haja politicagem e as instituições sejam fortes e representem o povo de cada um desses países.

Sr. Presidente, faço referências ao Parlamento europeu na expectativa de estreitarmos nossas relações. Muito se falou das relações comerciais, da ne-

gociação do MERCOSUL com a União Européia. Mas, para que essas negociações avancem, é preciso, de lado a lado, haver concessões.

E nesse novo modelo de democracia esperamos que o Parlamento europeu se traduza no elemento que possibilite um resultado positivo a essas negociações, que não torne o mais fraco dependente do mais forte.

Sr. Presidente, talvez possamos estabelecer, quem sabe, aquilo que a União Européia concedeu e que transformou Espanha e Portugal em grandes potências econômicas, porque se constituíram num fundo de compensações, para permitir que nações menos avançadas se tornassem desenvolvidas.

Para nós, a negociação com a União Européia tem de ser nesse patamar. É necessário que o Parlamento europeu seja o intermediador para se chegar a essa realidade, a fim de que não haja perdas. A ALCA não avançou, e nossas negociações comerciais com a União Européia prendem-se também aos mesmos fatores.

Saúdo mais uma vez a vinda de V.Exa. ao Brasil neste momento, o que nos permite refletir um pouco e traduzir nossos sentimentos, a fim de estabelecermos com a União Européia relação fraterna, de igual para igual. Espero que esta visita de V.Exa. concretize o estreitamento de nossas relações.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Thomaz Nonô, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ** (PFL – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Severino Cavalcanti, ilustres membros da Mesa, Presidente Josep Borrell Fontelles, senhoras e senhores, boa-tarde.

Sr. Presidente do Parlamento Europeu Josep Borrell Fontelles, registramos com muita satisfação a presença de V.Exa. entre nós. Sou um antigo militante da União Interparlamentar, organização em que atuo desde 1986, e tive a oportunidade, ao longo dos anos, de estreitar laços de amizade e de trabalho com Parlamentares espanhóis. Aliás, no âmbito parlamentar, a Espanha realiza com o Brasil um trabalho de grande sintonia. O ex-Embaixador espanhol José Coderch, que relembro com muita saudade nesta sessão, era um verdadeiro **gentleman** na condução do estreitamento desses laços. Da União Interparlamentar, lembro-me ainda de Miguel Angel Martinez, um companheiro de muita luta, de muito trabalho.

Nós, no Brasil, falamos apenas uma língua, e nesta Casa somos 513. Nem por isso a nossa tarefa é fácil: este País continental tem problemas também continentais. Temos hoje uma posição de destaque no

contexto da América Latina, mas uma posição ainda muito aquém disso no contexto da economia mundial, e precisamos estreitar nossos laços com outros países, notadamente com a União Européia, porque nós brasileiros somos descendentes dos portugueses e, como todos os demais países latino-americanos, filhos de Espanha. Nossos laços culturais aproximam-nos muito mais da União Européia do que propriamente de outros pólos de desenvolvimento.

Saúdo V.Exa. por ter vindo ao Brasil, pois tenho a clara visão, que V.Exa. também manifestou em seu discurso, de ser necessário incrementar o que chamamos de diplomacia parlamentar. Governos têm cautela, prudência, e seguem uma série de ritos muito próprios, os quais às vezes impedem a conversa mais franca, mas objetiva, mais aberta que temos nós Parlamentares. O Brasil é um país presidencialista e isso dificulta a formação de bons quadros no Executivo. Países europeus, todos ou quase todos de formação parlamentarista, onde o Executivo e o Legislativo estão doutrinária e politicamente muito mais próximos, têm mais facilidade de exercer a diplomacia parlamentar. Este País apenas engatinha nessas tratativas.

Temos o PARLATINO – e aqui falou seu Presidente, o Deputado Ney Lopes –, uma organização que se assemelha um pouco ao Parlamento Europeu dos anos 50 e 60. Temos um longo trabalho pela frente. O MERCOSUL é ainda apenas um acordo aduaneiro, ou talvez pouco mais do que isso. Para que possamos encontrar uma fonte de progresso recíproco, de troca positiva de experiências, é necessário que visitas como esta que faz V.Exa. se amiúdem, e que outros Chefes de Parlamentos europeus também venham aqui, para que possamos, como políticos, representantes do povo que somos, conversar de forma mais aberta, intensa e freqüente.

V.Exa. diz que é a primeira vez que visita um país latino-americano. Nós também temos nossas idiossincrasias e nossas diferenças. Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Venezuela, Bolívia, Colômbia, todos têm suas características próprias, e este País, que é sem dúvida a potência maior no continente sul-americano, sofre também pelo isolamento da língua, visto que fala um idioma distinto de todos os que nos cercam.

O Presidente Severino Cavalcanti e todos nós que fazemos a Câmara dos Deputados sentimos-nos felizes com a presença de V.Exa. Espero que seu trato com os Parlamentares desta Casa e sua vivência nos dias que passará neste País façam com que V.Exa. tenha uma idéia mais clara das nossas dificuldades e dos nossos anseios.

O Brasil é hospitaleiro. Nós, Parlamentares brasileiros, estreitamos no maior nível possível nosso

relacionamento com os parlamentos nacionais da Europa. Com o Parlamento Europeu esperamos ter uma parceria produtiva e contar com V.Exa. para facilitar o acesso aos parlamentares nacionais. O exemplo do Parlamento Europeu é extraordinário, porque cada país que faz a União abdicou um pouco de sua soberania, a exemplo da moeda, um dos mais claros símbolos de nacionalidade, para juntos construírem um bloco econômico, político e cultural em que, sem perderem suas características nacionais e específicas, sinalizam para o mundo que é possível que pessoas de credo, religião, cultura, música e origem bastante diferentes sejam capazes de fazer uma política uniforme para todo um continente tão díspar.

Nós queremos aprender. Queremos aprender com o Parlamento Europeu como fazer convergirem tantas posições diferentes para uma posição única transnacional. Sabemos o papel fundamental dos europarlamentares nas suas visões internas nacionais, e entendemos que só esse trabalho pode aproximar de forma efetiva nossos povos e nossos parlamentos.

É com esse sentimento que a Casa lhe dá as boas-vindas e faz votos, com absoluta clareza, de que esta visita não seja apenas um momento simbólico de nossas relações, e sim o início do estreitamento das práticas parlamentares entre o Parlamento Europeu e o Parlamento brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – A Mesa da Câmara agradece a visita do ilustre Presidente do Parlamento Europeu e convida os Srs. Deputados a nos acompanharem até a saída.

Presidente Josep Borrell Fontelles, que V.Exa. leve do Brasil a mensagem de que somos contra o terrorismo. Não aceitamos o terrorismo. Queremos a paz, o carinho e o amor.

*O Sr. Severino Cavalcanti, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. IVAN VALENTE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. IVAN VALENTE** (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo hoje à tribuna para anunciar um ato político que petistas farão na sexta-feira, dia 5 de agosto, às 19h, no Clube Transmontano, em São Paulo, bem perto da sede do Partido dos Trabalhadores.

Esse ato político será a forma de os petistas que estão indignados protestarem contra a política eco-

nômica adotada pelo Governo e as alianças espúrias aqui feitas, contrariando o programa partidário, e se manifestarem em defesa da ética na política e contra a corrupção. Nesse ato também estarão os petistas defendendo as bandeiras históricas do PT e fazendo a defesa do socialismo.

Assinam 20 Deputados Federais do PT que estão convidando militantes, sindicalistas, estudantes, movimentos sociais e populares, intelectuais do partido, para participarem desse grande ato na cidade de São Paulo. Estarão presentes também dezenas de Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores e vários Senadores, entre os quais quero destacar: Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Saturnino Braga e Ana Júlia Carepa. Também irão intelectuais do partido, Fábio Comparato, Maria Vitória Benevides, João Pedro Stédile, Manoel da Conceição representando os movimentos pela terra no Brasil, e os candidatos a presidente – pelo menos 2 confirmados: o ex-Deputado Plínio de Arruda Sampaio e o ex-Prefeito de Porto Alegre Raul Ponte.

Esse ato será um momento de reflexão para todo o Partido dos Trabalhadores e se realizará na véspera da reunião do diretório nacional do partido, que deverá deliberar sobre o processo de eleições diretas e sobre a conjuntura do País.

Sr. Presidente, o depoimento do Deputado José Dirceu, ex-Ministro da Casa Civil, ontem, com a presença do Sr. Roberto Jefferson, só confirma o que a esquerda partidária do PT vem falando desde o primeiro dia do Governo Lula: não é possível fazer mudança social com um programa conservador como esse tocado pelo Ministro Antonio Palocci. Porque, em torno dele, se junta uma base social, com partidos políticos e uma cúpula partidária, que parasita na máquina do Estado como um todo e sempre, em todos os Governos.

É muito triste ver o Deputado Roberto Jefferson, que foi recebido pelo menos 14 ou 15 vezes pelo Presidente da República, em confiança, dizer que houve quebra de confiança porque havia investigação sobre os Correios e o IRB. Houve quebra de confiança porque o Sr. Roberto Jefferson queria capturar o Estado, acusar o ex-Ministro José Dirceu.

E o ex-Ministro José Dirceu teve poucas condições de se defender, porque recebeu o Deputado Roberto Jefferson, em confiança, 15 vezes. Ele, que tinha sido da tropa de choque do Collor, que representava oligarquias, que representa um projeto conservador no País, tratado em confiança. A bancada do Partido dos Trabalhadores não é recebida no Palácio do Planalto nem em reunião com o Presidente da República, desde outubro de 2003. Desde essa época não há reunião da bancada do PT com o Sr. Presidente da República.

Por isso, os petistas que acompanham esta crise têm compromisso com a igualdade social, com o socialismo, com a ética na política, esses petistas chamam esse ato público e querem ver tudo passado a limpo, querem a apuração e a punição exemplar.

Vou encaminhar uma representação ao Conselho de Ética do partido, onde estão os 800 mil filiados, os milhares de militantes traídos por essa política, que vão cobrar, com mais rigor ainda, que haja punição exemplar.

Por isso, estamos convidando todos os petistas que nos ouvem a acompanhar esse grande ato de resgate do Partido dos Trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Como são muitos os inscritos, vamos dar aos oradores um tempo mais curto, para que todos tenham a honra e o privilégio de falar.

**O SR. ZONTA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ZONTA** (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, funcionários da Casa, visitantes, vivemos no Brasil um período muito delicado nos aspectos político, ético e moral, uma situação que envolve o Parlamento e o Executivo. O momento é realmente de atenção, de cuidado e de muito prejuízo político.

Isso todo mundo sabe. Quero reportar-me nesta tribuna ao momento crítico que o Brasil começa a passar pela falta de tomada de decisões. Há áreas que não podem esperar que sejam apuradas as irregularidades e que os responsáveis sejam punidos.

Refiro-me à agricultura, setor que tem fases sazonais. O agricultor de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e demais Estados já começou a plantar, Deputado Leodegar Tiscoski, e começou a plantar, pasmem V.Exas., sem ter ainda o plano de safra oficialmente definido e as resoluções sobre quanto de dinheiro o produtor vai poder contar para fazer sua lavoura. Ainda não há nada definido.

O Banco do Brasil, até o final da tarde de ontem, sequer tinha recursos para repor o Pronafinho, que é automático para a agricultura familiar. Anunciaram que há R\$51 bilhões. Mas o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Murilo Portugal, disse que mais de R\$50 bilhões serão repactuados e, se houver repactuação, não haverá dinheiro novo.

E como fica a lavoura? O prejuízo econômico e social em decorrência da falta de decisão é infinitamente superior ao prejuízo ético e moral que a política brasileira começa a enfrentar.

Providências urgentes são necessárias, caro Ministro da Fazenda. Não dá para esperar mais uma decisão do Conselho Monetário Nacional. O agricultor quer plantar. Para tanto, há que se dar condições.

Este é o apelo desesperado que fazemos para S.Exa. E essa providência não deve ser feita na próxima semana. Nesta semana tem que estar à disposição do agricultor brasileiro o dinheiro para que ele possa plantar e continuar a manter a economia e a sociedade brasileiras.

Muito obrigado.

**O SR. JORGE ALBERTO** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JORGE ALBERTO** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho nesta tarde à tribuna informar ao Plenário que, nos dias 25 e 26 de julho do corrente ano, participei em Genebra, Suíça, como representante da Câmara dos Deputados, do Seminário para Membros do Parlamento sobre a Aplicação da Legislação sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O evento foi organizado pela União Interparlamentar em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Participaram do importante evento 19 países e o Hawai, representando os Estados Unidos. Debateu-se nos 2 dias a questão constitucional e a legislação específica para as populações indígenas e autóctones e povos tribais.

Como já disse, participei do seminário na condição de representante oficial da Câmara dos Deputados. Elaborei relatório para apresentar à Presidência da Casa e aos Srs. Parlamentares, na forma regimental.

Mostramos que no Brasil existem programas específicos para as áreas de saúde, educação e demarcação de terras. Temos problemas, sim, com relação à causa indígena. Mas ficou claro que não só nós os temos, mesmo as nações com grande percentual de povos de origem indígena em sua população também os têm.

Foi um momento rico e oportuno. Participei dos debates nesses 2 dias, representando a Câmara dos Deputados. Estou dando satisfação ao Plenário do que lá fiz.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa Diretora relatório conciso sobre minha viagem à Genebra, Suíça.

Muito obrigado.

*RELATÓRIO A QUE SE REFERE O ORADOR*

Brasília, 3 de agosto de 2005

## **RELATÓRIO SOBRE A VIAGEM A GENEBRA – SUÍÇA JULHO DE 2005**

Nos dias 25 e 26 de Julho de 2005, estive em Genebra – Suíça, participando, como representante da Câmara dos Deputados, do Seminário para Membros do Parlamento sobre a Aplicação da Legislação sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O evento foi Organizado pela União Interparlamentar em parceria com o Alto Comissariado da Nações Unidas para os Direitos Humanos.

O assunto foi dividido em dois grandes temas o estabelecimento do marco legal nacional sobre a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas; e a aplicação da legislação. Na ocasião não foi disponibilizada tradução simultânea ou documentação em português, apenas em espanhol. Houve a participação de 19 países, a saber Brasil, Equador, Canadá, Romênia, Guatemala, Estados Unidos, México, Austrália, Senegal, Colômbia, Camboja, Finlândia, Suíça, Portugal, Panamá, Rússia, Venezuela, Argélia, Noruega, e mais o estado norte-americano do Hawai.

Os trabalhos do primeiro dia tiveram início com o pronunciamento do senhor Anders B. Johnsson, Secretário-Geral da União Interparlamentar, que versou sobre os direitos dos povos indígenas e suas alterações culturais e raízes, assim como o estabelecimento de um marco nacional sobre a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas no âmbito das Nações Unidas. Neste contexto, a participação dos parlamentares é de grande importância.

Conclusões:

- 1) Os povos indígenas são os mais excluídos, segundo declarações do representante da Guatemala, Dra Otilia Lux de Coti;
- 2) Segundo o Relator Especial há necessidade de adaptação das legislações (Leis e artigos constitucionais) que favoreçam aos índios;
- 3) Críticas à concessão florestal;
- 4) Diversos participantes emitiram comentários sobre a situação dos povos indígenas em seus países, que deixaram claro que o tratamento aos indígenas nas diversas nações representadas no evento é problemático para todos;
- 5) Nenhuma das nações conseguiu solucionar de forma satisfatória os problemas que atingem as populações indígenas;
- 6) O Sr. Aldoz, representante do México, defendeu a universalização dos direitos entre os cidadãos por meio da elaboração de pro-

gramas de governo e leis que contem com a participação dos povos indígenas;

**7)** Ainda foi defendida a universalização das oportunidades ofertadas sociedade moderna;

**8)** Acesso dos indígenas aos meios de comunicação para atender aos seus interesses como forma de combate à discriminações;

**9)** O único tema a não alcançar consenso durante o evento foi o direito dos povos indígenas à livre determinação.

No segundo dia de trabalho foram ministradas duas palestras enfocando as condições de vida dos povos indígenas e populações autóctones caracterizados pela discriminação entre os povos ditos desenvolvidos e as precárias condições de vida. Como exemplo do temas tratados vemos que o modo de vida dos africanos de Burundi é bastante distinta dos negros brasileiros que tem os mesmo deveres e obrigações dos demais brasileiros.

Conclusões:

**1)** Poucos indígenas chegam ao Parlamento em seus países, em virtude das dificuldades sócio-econômicas e culturais destes povos. Este fato restringe a aprovação de legislações específicas que proporcionem a melhoria das condições de vida dos indígenas como desejariam que ocorresse em seus países;

**2)** A representante do Hawaii enfatizou de forma emocionada, chegando às lágrimas, a luta dos povos indígenas e a esperança de melhoria destes povos nos demais países. Enfatizou ainda a importância do seminário para a troca de informações entre os diversos parlamentares, enfocando as suas experiências;

**3)** A aculturação dos povos indígenas é dificultada pelas precárias condições socioeconômicas, tornando-os parte da população de excluídos;

**4)** Organismos da ONU tem que ser mais eficientes na fiscalização da aplicação dos acordos internacionais estabelecidos entre os países, OIT e

ONU;

**5)** O representante do Panamá informou que a participação dos povos indígenas nos poderes constituídos é grande, bem como em todos os segmentos da sociedade;

**6)** Otília Conti conclamou os parlamentares indígenas a exercerem maior influência na liberação de recursos para os seus povos.

Exemplos fornecidos por este parlamentar para discussão e identificação de soluções para a temática:

Políticas Públicas:

- 1)** Pronaf A e B;
- 2)** Pro-Uni;
- 3)** PETI;
- 4)** Bolsa Família(1/2 s.m);
- 5)** Cotas universitárias;
- 6)** Programas específicos de saúde;
- 7)** Programas específicos de educação;
- 8)** Proteção Social.

Política Partidária:

- 1)** Formação de Partidos Políticos;
- 2)** Cotas nos Partidos;
- 3)** Cláusula de barreira(2% a 5%).

Conclusões pessoais:

Entendo que devemos trabalhar pela Universalização dos Direitos Humanos dos povos indígenas propiciando-lhes a oportunidade de se transformarem em cidadãos do mundo. Oportunidade esta garantida às diversas sociedade em torno do globo terrestre.

**Jorge Alberto** Deputado Federal – PMDB/SE, 2º Suplente da Mesa Diretora

**O SR. NEY LOPES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. NEY LOPES** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não farei comentários, por ser óbvia, sobre a gravidade do quadro político-institucional do País. Mas apresento à Casa, até para receber o iluminado apoio dos colegas, duas propostas para debate, aperfeiçoamento e aprimoramento da questão. Não podemos esperar que o doente chegue ao estado terminal para encontrar o remédio.

A reforma político-partidária é inadiável. Não será possível realizar eleições gerais em 2006 com a legislação atual em vigor. Ou nos convencemos disso, ou vamos eleger Parlamento faz-de-conta para apresentar novos espetáculos em CPIs, com capítulos inéditos todos os dias na televisão brasileira.

Mas há um obstáculo para a aceitação da minha proposta: o art. 16 da Constituição Federal, segundo o qual “a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência”. Ou seja, setembro deste ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou colhendo assinaturas para a apresentação de PEC que

prorroga até 31 de dezembro de 2005 o prazo para alteração do processo eleitoral.

A reforma política não é nada nova. Há 10 anos é discutida na Casa, e o projeto aprovado no Senado Federal está prestes a ser votado.

Mas ainda tenho uma segunda alternativa, a título de sugestão para o debate político em busca da estabilidade nacional, na impossibilidade de prorrogação do prazo para a alteração do processo eleitoral: por meio de PEC, antecipar as eleições de 2006 para o final deste ano e convocar a Assembléia Nacional Constituinte, para debater as grandes questões nacionais, ou seja, as reformas política, tributária e administrativa.

No momento, é possível, a exemplo de muitas nações desenvolvidas, fazer eleições. Sei que isso é mais aplicável ao parlamentarismo, mas, diante da crise que vivemos, poderíamos aplicar subsídios e experiências parlamentaristas ao quadro brasileiro.

Proponho a antecipação das eleições gerais previstas para 2006 e a manutenção do instituto da reeleição. Seriam também submetidos a votos os cargos de Presidente da República, de Deputados e de Senadores cujo mandato termina em 2006, menos Prefeitos e Vereadores. Ao final do mandato de Prefeitos e Vereadores, em 1º de janeiro de 2008, a Assembléia Nacional Constituinte já deveria ter deliberado, por disposição transitória, sobre as eleições gerais, para evitar o carnaval eleitoral a cada 2 anos, que atrofia a democracia brasileira e colabora para a sua deficiência.

Submeto à Casa, Sr. Presidente, essas duas propostas que, sei, provocam polêmica. Não pretendo obter unanimidade, mas é uma tentativa de me somar a tantos outros colegas na busca por solução que assegure a estabilidade e a tranquilidade da Nação.

Obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD** (PPS – RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, caros colegas, com saudade do plenário, venho apenas preferir uma pequenina nota a respeito da nossa CPI.

Estabelecemos na CPI o desenho de impressionante organização criminosa, constituída com o objetivo evidente da captura do poder pelo poder. Descobrimos o operador desse sistema na caminhada para a captura do poder, Marcos Valério, o grande lavador dos dinheiros.

Dinheiros que vêm de onde? Alguns são legais, vêm de empresas; mas outros, não se sabe. Quem comprou o Brasil? Quem quer o poder? A quem inte-

ressa a compra dos votos aqui, neste plenário? Quem foi comprado não é tão interessante. A repostagem é: a quem interessa a captura do poder?

Quem é sócio do Brasil? Quem comprou? De onde vem o dinheiro? A Nação espera a resposta para essas perguntas. Ela não quer pressa na CPI. Não vamos, açodadamente, finalizá-la. A sociedade espera que nos aprofundemos nessa prova para descobrir quem são os sócios do Brasil na compra dos votos no Parlamento, na compra dos mandatos legislativos, na compra das Prefeituras Municipais, na compra do poder.

Diante do depoimento do Deputado José Dirceu, ontem, quando S.Exa. disse que não sabia do mensalão, que não sabia quem comprou nem quem dava dinheiro, agora pergunto: a quem interessa a compra daqui? Só pode interessar a duas pessoas: ao poder constituído ou a quem o quer. Pergunto: será que Marcos Valério, meus colegas, é candidato a Presidente da República? Será que D. Simone Vasconcelos, sua diretora financeira, que ganha 13 mil reais, é candidata a Chefe da Casa Civil?

Sr. Presidente, meus colegas, não vamos menosprezar nossa inteligência. A quem interessa a compra dos mandatos? A quem interessa a compra das decisões?

Sr. Presidente, V.Exa. se lembra de que, uma noite, neste microfone, em sessão presidida pelo Deputado João Paulo Cunha, recebi, na votação da reforma da Previdência, um papel quente, que era a última forma. E nada de se votar aquilo. Disse a S.Exa.: Sr. Presidente, recebi este papel agora. O que é isso? Isso é um relatório de como é a lei que vamos votar? Peço a V.Exa. – disse a ele naquela oportunidade – o prazo que eu dava aos meus réus. S.Exa. me respondeu: “*A senhora tem uma hora*”. Agora entendo: era o tempo para os acordos das compras dos mandatos, das compras das votações.

Ou vamos até o fim, Sr. Presidente, sem a pressa de um possível acordo, em que não acredito – não tenho base de que o Presidente da Comissão faria isso, ao contrário, ele me inspira o sentimento oposto, assim como o Relator, tenho neles pessoas de bem – ou esta Casa acaba. E isso, não vamos permitir.

Muito obrigada, Sr. Presidente e meus pares.

**O SR. ANTONIO CAMBRAIA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ANTONIO CAMBRAIA** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, da tribuna desta Casa, fiz um pronunciamento preocupado com a atual crise que

atravessa o nosso País, não só pela crise em si, mas por tudo o que ela traz no seu bojo.

Dentre as preocupações que manifestei, externei o sentimento de descrédito que se forma no seio da sociedade brasileira com relação ao Congresso Nacional, mais ainda no que tange a esta Casa, a Câmara dos Deputados.

A idéia em ebulição é a de que, atualmente, esta Casa não tem condições de votar as importantes matérias em tramitação. Isso não é verdade. Se há – e há, neste momento – Deputados que não têm condições de permanecer na Casa, é uma minoria.

A grande maioria, quase a totalidade dos membros desta Casa, é formada por políticos vocacionados, preocupados com o bem comum do povo brasileiro, com a qualidade de vida, que lutam por mais empregos, por melhores dias, para que o bem-estar chegue à casa de cada um.

Os Deputados que aqui estão têm moral suficiente e estão prontos para continuar trabalhando, produzindo, votando as leis que o País precisa e a sociedade exige.

Portanto, o Congresso não está com a sua imagem como um todo prejudicada. Ao contrário, praticamente a totalidade dos seus membros está forte, firme, querendo o bem-estar do seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o quadro político nacional, por suas graves implicações, tem sido objeto de pronunciamentos nesta tribuna e nas colunas da imprensa brasileira, com análises percucientes que buscam sensibilizar as nossas lideranças para que apurem as responsabilidades e promovam a exemplar punição daqueles que se mantiveram à margem de princípios éticos inarredáveis.

Diariamente, os principais órgãos de comunicação social abrem espaço para acolher artigos de figuras exponenciais de nossos círculos intelectuais, todos verberando contra o comportamento adotado pelos que se distanciaram de seus deveres no Executivo e no Legislativo.

No último domingo, um dos mais brilhantes juristas cearenses, Ernando Uchôa Lima, que já chegou a presidir, com notável competência, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, reportou-se ao tema, em matéria divulgada na página nobre do jornal *O Povo*, que se edita na Capital do meu Estado.

Ressalta o ilustre causídico, enfaticamente, que *“somente quando o eleitorado tiver o direito de destituir os mandatários que se revelarem desonestos alcançaremos a purificação dos costumes políticos”*.

Os conceitos emitidos por Ernando Uchôa repercutiram intensamente em nossos meios culturais, daí por que entendi de meu dever transcrever o referenciado artigo em nossos Anais, na forma assegurada pelo nosso Regimento Interno.

Aliás, o articulista já exerceu, em Legislatura anterior, o mandato senatorial, mesmo que por breve período, revelando o seu talento fulgurante e inexcusável espírito público.

Eis o texto citado, Sr. Presidente, que passa a integrar o presente discurso:

“Democracia direta

A Nação acompanha, estarecida, o desdobramento da crise política que se agrava dia após dia, provocada pela onda gigantesca de corrupção que avassala o País. Não há negar que se não trata de fato recente, pois a corrupção é bem antiga na vida brasileira, notadamente nos meandros da política. Mas nunca foi tão desmedida e descarada quanto hoje, certamente porque os protagonistas das falcaturas, encastelados no governo federal, julgavam-se intocáveis.

Diversos e conhecidos fatores concorrem para o cometimento desses escândalos, dentre os quais sobressaem o financiamento privado das elevadas despesas das campanhas eleitorais, que o eleito pagará com a concessão de negócios espúrios, à custa do dinheiro e do sacrifício do povo, e o desregramento das nomeações, por indicação política, dos 21 mil cargos de confiança, cujos ocupantes estarão a serviço dos interesses inconfessáveis de seus protetores. Daí as licitações fraudulentas, os superfaturamentos nas compras e obras públicas, o tráfico de influência, a roubalheira, em benefício de tais financiadores, de políticos e partidos envolvidos na maracutaia.

Essa simbiose nociva entre agentes públicos e privados encontra terreno fértil no próprio ambiente promíscuo de Brasília, onde figurões da política, do governo, do empresariado e da sociedade civil freqüentam habitualmente os mesmos lugares.

Diante desse panorama sombrio e obscuro, a consciência nacional está a exigir o fim dessas práticas criminosas, não só com a condenação exemplar dos culpados, mas, também, com a adoção da democracia direta,



haja vista que a representativa, no caso brasileiro, além de ineficaz, propicia a formação desses quadrilheiros da corrupção.

Com efeito, somente quando a sociedade participar efetiva e diretamente do processo democrático – garantia prevista na Lei Maior – de sorte que o eleitorado tenha o direito de destituir os mandatários que se revelarem desonestos e, por isso, indignos do mandato que lhes foi outorgado, alcançaremos a purificação dos costumes políticos e o aperfeiçoamento do exercício democrático. Se assim não se fizer – e desgraçadamente tudo indica que o legislador não empreenderá essa substituição manifestamente necessária, em face de seu interesse na manutenção do status quo – será inútil qualquer reforma política e do Estado. E a mesmice continuará, para gáudio dos corruptos e corruptores e prejuízo deste País digno de melhor sorte”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CHICO ALENCAR** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham: no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, os protagonistas principais são o processado (no caso presente, o Deputado Roberto Jefferson) e o depoente (ontem, o Deputado José Dirceu). Não considero eficaz discursos bombásticos nessas situações, estimulados pelas luzes das TVs: estamos ali para buscar informações. E o fundamental é o cruzamento delas, com suas contradições e mentiras, sem os holofotes.

O que procuro fazer é, de forma objetiva, perguntar e não, ali, avaliar (o que não é muito comum por aqui, com a “espetacularização” da política). A análise que é imprescindível, deve ser feita posteriormente, pelos titulares do Conselho, construindo a conclusão do processo disciplinar.

Ontem, inquiri 11 vezes a testemunha José Dirceu sobre a denúncia nova (Portugal/Telecom), a relação dele com o PT, a não reação judicial contra Roberto Jefferson, a surpreendente saída do Governo, os reparos – também inexistentes – ao comportamento de seus pares Delúbio e companhia, as denúncias que a Casa Civil recebeu e encaminhou, a oposição dele às CPIs, os “pingos nos is” do caso Waldomiro, meios e fins na política, relação partido/governo, público/privado e razões da carga de Valério e esposa contra ele.

As respostas – muitas delas insuficientes e inverossímeis, como essa de “culpar os mordomos” – não são de minha responsabilidade!

Nós, Deputados da esquerda petista, acabamos de voltar da Procuradoria-Geral da República: ainda há muito o que investigar. É evidente que queremos o esclarecimento de todos os fatos, e reafirmamos isso no Ministério Público.

Transcrevo, por fim, ainda a propósito do depoimento de José Dirceu, a excelente coluna política de Teresa Cruvinel, em *O Globo* de hoje, 3 de agosto de 2005, pág. 2.

“Sem mortos

Nenhum dos dois saiu morto, como se esperou, do confronto no Conselho de Ética. Em junho, Roberto Jefferson apresentou-se ali com voz de tenor. Ontem ela soou como falsete. Já Dirceu, ator de outra escola, abraçou para o que der e vier a temerária estratégia de tudo negar, arrancando de Jefferson a confissão lamentável de que é fustigado pelos “instintos mais primitivos”.

Sabemos que estes se relacionam ao ego, sangue e vingança. Dirceu, sem dizer, invocou o princípio de que aos acusadores cabe apresentar as provas. Ele também atendeu a um instinto, o da sobrevivência, mas a de sua própria lenda, valendo-se do autodomínio, da frieza e da retórica superior para preservar uma persona política para ele certamente mais valiosa que o mandato ou os direitos políticos. Estes, poderia ter preservado com a renúncia que rejeitou – e por isso foi louvado até por um dos falcões do PFL, José Carlos Aleluia. Se perder o mandato, não perderá a lenda, poderá até enriquecê-la com a lembrança da altivez no combate, atribuindo a cassação, para usar sua própria expressão, a um linchamento moral motivado pelo que representa. Ou, nesta altura, representava.

O que Dirceu sustentou não foi sequer a insustentável versão do PT, de que o esquema Delúbio-Valério funcionou apenas como uma caixa dois de campanha. Não se apegou a ela. Não admitiu sequer, como muitos esperavam, que o PT, precisando de maioria, deu ajuda de campanha aos aliados, desconhecendo ele, Dirceu, onde e como Delúbio arranhou o dinheiro. Nem isso. Concentrou-se apenas em assegurar que de nada soube: nem dos empréstimos bancários, nem do mensalão ou de qualquer forma de repasse financeiro a par-

lamentares, com o quê, repetiu várias vezes, 'jamais concordaria'.

Teve uma passagem lamentável nesta apresentação do homem de Estado distante das ninharias partidárias. Desconversou e por fim recusou-se terminantemente, quando cobrado pelo petista Chico Alencar, a condenar aos que seriam então os únicos responsáveis pela montagem do esquema inominável, de tantos braços e fins, formado por recursos públicos e privados, estes oriundos de empresas com interesses ainda não revelados. Nenhuma palavra contra Delúbio Soares ou Silvio Pereira, assunto de que, disse a Chico, prefere tratar dentro do PT. Não, este assunto agora não diz respeito só ao PT mas a toda a horrorizada sociedade brasileira. E poupando Delúbio, Dirceu deu a impressão de temê-lo.

Jefferson, em sua fala, certamente tocou a indignação e o imaginário popular com suas tiradas. Mas esgotou sua munição e ela não continha bombas. Fez apenas duas revelações importantes que não atingiram letalmente o ex-ministro ou o presidente Lula. Valério e Flávio Palmier, do PTB, teriam ido mesmo a Lisboa tentar arrancar dinheiro da Portugal Telecom. Provar que agiram a mando de Dirceu ou do presidente são outros quinhentos. Talvez a história complique mais o PTB de Jefferson. Que se investigue isso. Mais grave é a história de que, a poucos metros de Lula, conversaram sobre a troca do comando de Furnas, prometido a Jefferson. Se Dirceu ofereceu em troca um mensalão ou uma mala de dinheiro, terá que aparecer uma testemunha. Com a palavra de um contra outro, teremos outro anticlímax como o de ontem.

No dia D, ninguém morreu por antecipação, por renúncia ou confissão de culpa. Muitos, na Câmara, inclusive na oposição, desejaram a renúncia em grupo, que os livraria do difícil papel de verdugos. A crise vai se alongar mas com isso teremos mais do que importa: investigação e mais investigação.

O dilema dos fundos

A CPI dos Correios adiou para quinta-feira a discussão da medida mais delicada que está sobre a mesa, a convocação dos dirigentes de fundos de pensão, acompanhada de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico deles e da análise de suas operações financeiras. São fortes os indícios de que recursos dos fundos desaguarão no valerioduto.

Alguns deles fizeram aplicações arriscadas, que resultaram em perdas, em bancos como o Santos e o Rural.

Quando o assunto começou a ser discutido ontem, o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral, pediu o adiamento e falou abertamente que mexer com os fundos pode afetar a economia e os investimentos.

Está em curso uma operação política transpartidária para manter os fundos longe da CPI. Ouve-se que o estrondo seria tão grande que provocaria abalo sísmico, atingindo não apenas o atual governo.

Renilda, a mulher de Marcos Valério, não admite a hipótese de seu marido levar calote do PT. Ela o teria pressionado a vaziar as recentes informações que comprometem Dirceu, na crença de que isso pode forçar um acordo quanto à dívida que está sendo cobrada pelo Banco Rural. Já o BMG, que teria sido beneficiado pela MP do crédito consignado, não está falando em cobrança judicial dos empréstimos.

A última de Valério é a de que líderes petistas – João Paulo, Paulo Rocha e outros – teriam negociado a MP com dirigentes do banco. Mas este é um tiro fraco. Líderes da oposição, como Rodrigo Maia, do PFL, também receberam telefonemas de dirigentes do BMG, empenhados em modificar a MP, dela tirando a mediação dos sindicatos na concessão dos empréstimos descontados em folha.

Os governadores Germano Rigotto (RS), Luiz Henrique da Silveira (SC), Roberto Requião (PR) e Zeca do PT (MS) vão juntos hoje ao STF protocolar ação contra a União, por perdas com a Lei Kandir, que desonera as exportações. Como a reforma tributária pendente não aprovou o fundo compensador, vão buscar o dinheiro na Justiça.”

Sr. Presidente, nesse quadro da espetacularização da política, ontem, durante o evento que foi o depoimento do Deputado José Dirceu no Conselho de Ética, tivemos pouco tempo para refletir e fazer considerações, mas quero reforçar que nada deve ser tratado, na atual crise, apenas no âmbito partidário.

Portanto, se dirigentes do PT cometeram graves erros – e cometeram –, isso não é assunto intrapartidário, como disse meu colega José Dirceu. É assunto que deve ser discutido aqui. Por isso, hoje, repito, um grupo de Parlamentares dirigiu-se ao Ministério Público, reuniu-se com o Procurador-Geral da República, para reiterar a necessidade de uma investigação isen-

ta, profunda, radical para desmontar o esquema que a Deputada Juíza Denise Frossard aqui denunciou.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço a todos a atenção.

**O SR. DR. HELENO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DR. HELENO** (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o impasse entre as Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro e da minha cidade de Duque de Caxias, conhecido como a guerra do lixo, tem como foco principal a falta de compreensão do Governo do Rio, maior depositário de lixo no aterro sanitário de Gramacho, em Caxias, o qual se nega em atender a uma simples reivindicação do Prefeito de Duque de Caxias, Sr. Washington Reis, que deseja ajuda para amparar os moradores que vivem em torno daquele aterro sanitário, e que sofrem por falta de moradia decente, além da implantação de um serviço de assistência médico-social àquela população tão carente.

Sucessivos pedidos e apelos foram feitos pela Associação de Moradores sem nenhum êxito. Nós, na condição de Deputado Federal, já batemos à porta de S.Exa. o Prefeito Cesar Maia, mas a resposta por nós ouvida foi sempre um frio “não”; daí a decisão tomada pelo Prefeito Washington Reis que, apoiado pela comunidade caxiense, decidiu não mais permitir o acesso dos pesados caminhões de lixo ao local de despejo.

Inteligente e legítima, a meu ver, foi essa decisão porque o objetivo final visa a trazer benefícios reais à comunidade carente daquela região.

Problema é que, como não havia local adequado para depositar o lixo, Duque de Caxias passou a ser a privada do Rio, o que é impossível um Deputado e os políticos do Município conceberem, mesmo que ainda existam aqueles políticos que têm verdadeiro título de xerifes.

Os jornais abriram manchetes diante da situação, chamando a atenção do Alcaide do Rio sobre a situação, alertando-o para o fato de que o recolhimento do lixo poderia afetar a limpeza do Rio.

O Prefeito Washington Reis tem recuperado as principais vias de acesso ao Jardim Gramacho onde se encontra o aterro. Segundo o Prefeito, não é justo que os caminhões da Prefeitura do Rio destruam tudo. Também entendemos que, como a COMLURB é a principal usuária do aterro, deveria asfaltar a avenida.

Ainda na terça-feira, após decisão precipitada da COMLURB fechando o aterro para que os caminhões de outros Municípios não tivessem acesso, obrigou a procuradoria jurídica da Prefeitura de Caxias a exibir

decisão judicial garantindo o acesso a qualquer caminho ao aterro.

Apelamos para o entendimento. Não desejamos, e esse também é o pensamento do Prefeito Washington Reis, que as populações do Rio e Grande Rio sejam prejudicadas.

Esperamos que o Prefeito Cesar Maia, a quem muito admiramos, venha para o diálogo e que a conclusão seja boa para ambas as partes.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. LINCOLN PORTELA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para falar mais uma vez sobre a reforma política. Há 1 ano das eleições, temos menos de 60 dias para colocar a casa em ordem.

Registro antiga preocupação, tema dos meus pronunciamentos nesta Casa, sobre a proposta de reforma política. Fala-se ainda hoje de listas fechadas de candidatos e de financiamento público de campanhas. Temos percebido que o eleitor não está nada satisfeito nem com a possibilidade de adoção do sistema de lista fechada – aliás, mal entende do assunto –, muito menos com o financiamento público de campanhas.

A proposta de reforma política, do jeito que está, não foi devidamente apresentada à sociedade. Não houve debate nas universidades, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais ou em outros segmentos da sociedade, como sindicatos etc. O assunto ficou entre 4 paredes, salvo uma ou outra exceção.

A imprensa, até então influenciada por muitos cientistas políticos, também era favorável à adoção da lista fechada e do financiamento público de campanhas. Porém, o jogo foi invertido depois que as denúncias de corrupção atingiram o Palácio do Planalto e especialmente esta Casa. Ficou bem claro que financiamento público de campanhas, neste momento, seria a pior alternativa para a Nação brasileira. A afirmação de que combateria a corrupção nos partidos não representa a verdade. Chega-se a falar até de financiamento de campanhas por bicheiros e traficantes. Na realidade, essa seria mais uma forma de arrecadação de dinheiro para engrossar o bolso de quem disputa algum cargo político.

Continuo francamente contrário ao financiamento público de campanhas e às listas fechadas de candidatos, pois acredito que as oligarquias partidárias se manteriam no poder.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO MAGALHÃES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. PAULO MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui estive há um mês alertando o Plenário que estávamos vivenciando uma crise institucional e que chegávamos perto de uma crise moral.

Agora volto a esta tribuna para rememorar algumas posições por nós assumidas desta tribuna desde o primeiro momento da vitória do Presidente Lula, com 53 milhões de votos, a maior vitória da história política do País.

Hoje podemos dizer que, em função dessa maior vitória da história política do Brasil, temos condições de dizer que sentimos a maior vergonha republicana. Nunca se passou tanto vexame como agora.

E a desfaçatez dos membros do partido do Governo é extremamente hilariante.

Os Deputados da base governista que usaram esta tribuna para falar em ética, em moral, em dignidade, estão todos silentes, preocupados com as consequências das denúncias que aí estão.

Temos a tranqüilidade de vir a esta tribuna sem preocupação alguma. Nós nos sentimos extremamente à vontade para cobrar dos Deputados do partido do Governo, dos Deputados que sustentaram aqui suas teses, enganando o povo brasileiro, dos Deputados que apoiaram as propostas do Governo, aliás, do Governo que nós...

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Deputado Paulo Magalhães, peço a V.Exa. que aguarde o som voltar ao seu microfone. Conclua, por favor.

**O SR. PAULO MAGALHÃES** – Sr. Presidente, até o som eles querem tirar, porque estamos ao lado do povo brasileiro que não agüenta mais ser enganado por esses petistas. E são os mesmos que disseram que venceram o medo.

A esperança venceu o medo. E hoje, Sr. Presidente, podemos dizer que a desesperança e a vergonha do povo brasileiro se encontram com esses que tanto pregaram a moralidade pública. Onde está moralidade? Está no mensalão, Sr. Presidente, está nessas jogadas escusas que todos eles fizeram, o que ninguém contesta neste momento.

Estamos à vontade para dizer ao Brasil, para alertar o povo brasileiro, que tínhamos razão, quando desta tribuna confrontamos posições e assumimos posições contrárias.

Hoje podemos dizer que o povo brasileiro vai para as eleições e eles jamais terão a oportunidade de voltar ao Governo, porque roubaram tanto.

Como eu disse no passado, Sr. Presidente, nunca se roubou tanto em tão pouco tempo, com essa quadrilha que foi montada em cima da esperança; essa quadrilha que roubou, primeiro, a consciência do povo brasileiro e, agora, é o dinheiro dos brasileiros que está sendo surrupiado por eles, que montaram com tanta desfaçatez a maior quadrilha já vista na política brasileira.

Eles estão silentes. Ninguém diz nada, porque não podem dizer nada. Quem vai dizer é o povo brasileiro. As CPMIs estão aí. Mas a maior CPMI, Sr. Presidente, quem faz é o povo brasileiro. Será o povo brasileiro que irá execrar aqueles que querem continuar enganando o povo brasileiro, posando de sérios. Não, vocês não têm mais condições de se confrontar com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, vou concluir, principalmente porque, quando estamos ao lado do povo, nos sentimos mais motivados. Estamos motivados a compelir e a refutar essa roubaheira armada por essa quadrilha montada pelo PT e por seus ajudantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez queremos manifestar a nossa opinião a respeito do ambiente de crise que vivenciamos. Naturalmente, já demos conhecimento ao Plenário da Casa e à sociedade brasileira do nosso posicionamento, mas reitero que o Partido Socialista Brasileiro trabalhará, incansavelmente, para a apuração de todas as denúncias e a tomada das providências necessárias para que os responsáveis por desvios de recursos públicos sejam punidos.

Se for membro desta Casa, que sofra as penalidades decorrentes da legislação específica. Precisamos dar o exemplo e demonstrar que temos condições de representar a população brasileira. O nível de desgaste dos Parlamentares aumentou nos últimos meses. Portanto, é fundamental que não vacilemos no nosso posicionamento, independentemente da opção partidária, ou seja, Oposição ou Situação.

Avançando no processo de investigação, será possível tomar as medidas necessárias para a depuração não só do Congresso Nacional, mas também de órgãos públicos envolvidos nas denúncias de desvio de recursos públicos.

Sr. Presidente, Deputado José Thomaz Nonô, atuam diretamente nas duas CPMI de maior relevância da Casa, bem como no Conselho de Ética e

Decoro Parlamentar e na Corregedoria, no máximo, 60 Deputados. Mais de 400 colegas não têm função definida no processo de investigação. Proponho, por isso, a realização de reunião do Colégio de Líderes, para definição de agenda positiva para a retomada dos trabalhos da Casa. Mesmo que seja numa velocidade menor e com dias demarcados, é preciso definir a pauta de votações, pois há matérias importantes a serem apreciadas. Temos de votar a PEC do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; de cobrar do Governo o envio da proposta da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Além disso, projetos de iniciativa dos Parlamentares e de interesse da sociedade brasileira precisam ser votados. Os Parlamentares que não têm atuação direta nas CPMIs e no Conselho de Ética devem dar a sua contribuição votando os projetos em plenário.

É necessário que o Presidente da Casa, os Líderes e os Parlamentares se esforcem para definir a agenda positiva dos trabalhos. Além da investigação das denúncias e da fiscalização dos órgãos públicos, devemos cumprir o nosso papel de legisladores, inerte ao mandato para o qual fomos eleitos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Nobre Líder do PSB, Deputado Renato Casagrande, a Mesa Diretora esclarece que hoje à noite se reunirá com o Presidente Severino Cavalcanti para acertar, o quanto antes, o funcionamento da Casa.

Para mim é constrangedor – faço questão de afirmar –, na quarta-feira da primeira semana de trabalhos legislativos após o recesso branco, ver a Casa e o plenário semidesérticos. Mas creio que será impossível conciliar os trabalhos das Comissões e do plenário sem ajuste definido entre as Lideranças e a Mesa Diretora da Casa.

V.Exa. tem razão no que diz e será atendido brevemente.

**O SR. IVAN PAIXÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. IVAN PAIXÃO** (PPS – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Exmo. Sr. Deputado José Thomaz Nonô, Sras. e Srs. Deputados, o objetivo da minha presença neste plenário hoje é o de homenagear a memória de um grande companheiro de lutas políticas, do exercício da profissão de médico e da militância, falecido há 2 anos, no dia 2 de agosto de 2003: o Deputado Sérgio Arouca, por todos respeitado desde a sua filiação ao antigo Partido Co-

munista, o Partidão, e mais recentemente ao Partido Popular Socialista.

A alma de Sérgio Arouca está por inteira agregada aos destinos da Fundação Oswaldo Cruz, a sua FIOCRUZ, que presidiu de 1985 a 1989. Ali tomou por princípio o retorno ao Brasil de cientistas perseguidos e exilados que se viram obrigados a colocar à disposição de Governos de outros países os conhecimentos de que tanto necessitava a nossa gente e que, antes do regime de repressão e arbítrio, eram a razão da existência da Fundação.

Sérgio Arouca enfrentou barreiras, incompreensões e intolerâncias, mas conseguiu fazer com que as pesquisas e a produção de bens e serviços tomassem o rumo do progresso e, daí em diante, fossem disponibilizadas ao povo brasileiro.

A carreira política o atraiu como forma de agir numa frente mais ampla de luta popular e progressista. Foi candidato a Vice-Presidente da República na chapa do hoje Deputado e companheiro Roberto Freire, nas eleições de 1989. Elegeu-se e reelegeu-se Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro e, nesta Casa, foi o batalhador incansável das causas que, vitoriosas, atenderiam a carências e urgências da nossa gente.

Nesse ponto há de se destacar a criação do SUS – Sistema Único de Saúde, iniciativa das mais avançadas da história do Brasil e que, infelizmente, tem sido relegada a total descaso pelas autoridades, que desconhecem ou que não querem conhecer o que ocorre e deve ser enfrentado da área de saúde pública.

Fica, assim, difícil afastar o nome de Sérgio Arouca das questões que envolvem saúde pública no Brasil. Mas não vamos citar uma a uma as suas iniciativas. Queremos apenas, em nome da bancada do Partido Popular Socialista, prestar homenagem simples à sua memória, registrar que muito sentimos a sua falta e que sempre serão necessários os seus exemplos para seguirmos nessa luta que, comprova a nossa história, é de todos.

Esta é a homenagem do Partido Popular Socialista à memória do companheiro e ilustre cientista da Fundação Oswaldo Cruz, Sérgio Arouca, ao transcurso dos 2 anos de seu falecimento. Que Deus o mantenha em bom lugar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Encontra-se presente o Sr. Fernando Ricardo Galbiati Estima, representante do Estado de São Paulo, eleito pela coligação PPB/PL/PSDC/PTN, que tomará posse em virtude de vaga na coligação decorrente de renúncia do titular.

Convido S.Exa. a prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as galerias de pé.

(*Comparece à Mesa o Sr. Fernando Ricardo Galbiati Estima e presta o seguinte compromisso*):

**“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Declaro empossado o Sr. Fernando Ricardo Galbiati Estima. (*Palmas.*)

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queremos trabalhar, queremos buscar o *modus operandi*, conforme disse V.Exa. ainda há pouco, da agenda positiva da Câmara dos Deputados. Não podemos simplesmente olhar a locomotiva em que se transformou a CPMI dos Correios passar, enquanto o plenário fica sem atividade. Nesta Casa não funcionam apenas CPIs.

É claro que temos de investigar as denúncias. Isso também faz parte da agenda positiva. Mas também queremos apreciar as proposições em pauta, em favor do País.

A propósito, Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 251, que tranca a pauta, não poderá ser apreciada hoje nem amanhã, provavelmente, porque somente agora foi designado o Relator, embora trate de matéria extremamente importante: o PROUNI. E não podemos acreditar que o Relator terá capacidade para analisar, em 24 horas, as mais de 40 emendas apresentadas à medida provisória.

Além do mais, Sr. Presidente, as Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados estão funcionando, apesar da paralisação das votações no plenário. Hoje, na Comissão de Finanças e Tributação, aprovamos alguns projetos e um requerimento para realização de audiência pública com a presença dos Ministros da Fazenda e da Previdência Social e do ex-Diretor-Presidente Substituto do INSS, para prestarem esclarecimentos sobre denúncia veiculada pela revista *ISTOÉ* nesta semana, relativa a pagamento de dívidas atrasadas em forma de títulos públicos federais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano passado fui Relator de projeto de lei que previa abertura de crédito suplementar exatamente para o pagamento dos benefícios previdenciários pelo sistema bancário. Qual não foi minha a surpresa a ver que o montante da dívida, de 1,5 bilhão de reais – a revista cita 1,3 bilhão

de reais –, foi liquidado por meio de *lobby* do Sr. Delúbio Soares. Requeri auditoria ao Tribunal de Contas da União, pois, apesar de serem utilizados títulos públicos federais, a dívida foi paga ao sistema bancário.

Os bancos não fazem questão alguma de receber esses recursos porque o que fica no caixa, resultante da sobra dos pagamentos ou do fato de alguns beneficiários não retirarem o dinheiro no dia seguinte ou no segundo e terceiro após o vencimento, é mais do que suficiente para que se sintam satisfeitos na prestação do serviço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, no embate entre os Deputados José Dirceu e Roberto Jefferson, surgiu informação que, a meu ver, precisa ser analisada com muito cuidado. Ela é muito grave e, se for verdadeira, as responsabilidades do ex-Ministro da Casa Civil e Deputado Federal José Dirceu e do Presidente Lula ficam extremamente evidenciadas no relacionamento com o operador dessa montanha de dinheiro, o Sr. Marcos Valério.

A edição de hoje do jornal **O Globo** diz que o ex-Ministro de Obras Públicas, Transportes e Comunicações de Portugal, António Mexia, afirmou em recente entrevista ao jornal português *Expresso*, concedida no dia 16 do mês passado, que recebeu o Sr. Marcos Valério na qualidade de consultor do Presidente do Brasil e a pedido de Miguel Horta e Costa, Presidente-Executivo da empresa Portugal Telecom.

Vejam bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados: o ex-Ministro de Portugal recebeu Marcos Valério na condição de consultor do Presidente da República. Nenhum Ministro, de qualquer país do mundo, recebe alguém se não tiver informação de quem é e da finalidade do contato.

António Mexia, que exerceu o cargo de Ministro de julho do ano passado a março deste ano, disse que o citado encontro de cortesia durou de 10 a 15 minutos e que foi mantida conversa de circunstância. “*Não houve nenhum tópico específico, muito menos algo que não tivesse nada a ver com a minha função de Ministro*”, afirmou Mexia ao jornal. Disse ainda que, se for convocado pela CPMI dos Correios – como quer o Deputado Arnaldo Faria de Sá –, estará à disposição para prestar esclarecimentos.

O Deputado Roberto Jefferson acusou também o ex-Ministro José Dirceu de ter intermediado encontro com emissários do PTB. E a ida do Tesoureiro do

PTB, Emerson Palmieri, a Portugal foi confirmada pelo Sr. Marcos Valério.

Antônio Luís Guerra Nunes Mexia foi administrador do Banco Espírito Santo de 1990 a 1998. Teria havido – e isso não está confirmado – tentativa de transferência para o banco, segundo acusações anteriores, de reservas internacionais do Instituto de Resseguros do Brasil, transação que renderia comissão para o PT e o PTB.

De uma forma ou de outra, o Sr. Marcos Valério passou-se por consultor do Presidente do Brasil. V.Exas. podem imaginar que o homem que opera dezenas de milhões de reais, que transfere recursos para partidos políticos, campanhas eleitorais e empresários que prestam serviços de publicidade ao Governo – como é o caso de Duda Mendonça, em relação ao PT – foi recebido pelo Ministro português, por indicação da Portugal Telecom, como consultor do Presidente da República do Brasil? V.Exas. acreditam que esse Ministro recebeu o consultor do Presidente da República do Brasil sem que alguém do Governo lhe tenha dito que realmente era homem próximo de Lula? Alguém neste plenário acredita que o Sr. Marcos Valério foi recebido pelo Ministro pura e simplesmente porque pediu o encontro para tratar de questões circunstanciais, para um bate-papo, ou – quem sabe? – para comer um delicioso doce português?

Pois ontem ouvimos o ex-Ministro José Dirceu dizer que nada sabia a respeito, nem o Presidente Lula, que está hoje em Garanhuns discursando como candidato à reeleição, dizendo que vão ter de engolir sua vitória. Essa é a linguagem de Zagallo! A única coisa que S.Exa. sabe fazer é paródia de frases futebolísticas. Quanto ao que se passa no Brasil, nem José Dirceu, nem Lula sabiam de nada. Dezenas de milhões de reais foram utilizados de todas as formas, certamente indevidas, irregulares, ilegais, mas o Presidente da República de nada sabia. Obviamente não saberia porque não se preocupa com o País. S.Exa. vive em outra realidade, em outro mundo. Embora seja homem simples, do povo, com este, hoje, não se preocupa, a não ser para usá-lo indevidamente em seu próprio interesse de se manter no poder. Essa é a realidade.

Cada vez mais fica evidenciado quem é Luiz Inácio Lula da Silva: não é aquele homem que imaginávamos – inclusive nós, da Oposição – e respeitávamos. E S.Exa. nos cobra respeito. Que peça o respeito da população, porque, da forma como age, absolutamente nada restará de respeito sobre a sua história.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado José Thomaz Nonô, dirijo-me a V.Exa. e ao Deputado Inocêncio Oliveira, importantes membros da Mesa Diretora, para protestar contra fato que ocorre nesta tarde, muito desfavorável para a Câmara dos Deputados, já assolada por crise política e moral.

Ora, Deputado Inocêncio Oliveira, é dever do Presidente desta Casa designar o Relator das medidas provisórias que chegam à Casa, quando a designação não é feita pelo Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional. Estamos aqui para votar, mas acabamos de ser informados – corrija-me, Sr. Presidente, se não for verdade – de que só hoje o Presidente Severino Cavalcanti designou o Relator da medida provisória que tranca a pauta há mais de duas semanas, o que é inaceitável! Se enfrentamos dificuldades, deveríamos trabalhar para passar à sociedade a idéia de que, mesmo em crise, somos capazes de produzir legislações.

Essa observação introdutória à minha exposição é grave e já havia sido feita pelo Deputado Pauderney Avelino. Na condição de Líder da Minoria, informo que, se não estamos trabalhando, não é por responsabilidade da Oposição – e entendo que, de forma explícita, nem mesmo do Governo –, mas por falta de eficiência da Mesa Diretora. Com todo o respeito que devo ao Presidente Severino Cavalcanti, creio que S.Exa. tem o dever de designar com antecedência o Relator das medidas provisórias.

Sr. Presidente, por outro lado, não há como subir à tribuna e não falar da crise política e do depoimento do Deputado José Dirceu perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, bem como de outros múltiplos ocorridos nas diversas CPMLs em funcionamento.

Todos estão perplexos. O Presidente Lula, o grande responsável pela montagem da atual administração federal, no mínimo permitiu que se formasse em seu Governo e em seu partido uma máquina de corrupção jamais vista na história da República brasileira.

Mas vou dar ao Presidente Lula o benefício da dúvida. Quando ontem interpelei o ex-Ministro José Dirceu – e por diversas vezes S.Exa. afirmou não ter nenhum conhecimento da corrupção que se instalara no Governo e do mar de lama em que se envolveu o Partido dos Trabalhadores –, disse-lhe, de forma resumida, que, conforme se apurou até o momento, existiam 3 tipos de informações disponíveis no Governo: as informações disponíveis para o Presidente da República;

as informações disponíveis para o Chefe da Casa Civil; e as informações disponíveis para os operadores do mensalão e da corrupção, ou seja, Diretores da Empresa de Correios e Telégrafos, antigos dirigentes do PT e de estatais, e Ministros que recebiam o dinheiro por intermédio de seus Secretários-Executivos.

Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, a cada hora cai mais um mito. Ontem foi a vez do homem de confiança do Ministro Ciro Gomes. S.Exa. dizia ser o homem mais sério deste País. Mas tinha ao seu lado alguém que recebeu mensalão e deu recibo. É muito simples: Ciro Gomes diz que o homem da sua confiança está certo, mas não o quer mais junto de si.

Meu querido Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Deputadas e Deputados, não somos nós, da Oposição que criamos essa crise, mas, sim, o Governo, que se esqueceu de cumprir seus deveres republicanos e a Constituição que jurou defender, pretendendo, em vez disso, como disse ontem o Deputado José Dirceu, instalar República permanente, perpetuar-se no poder por intermédio da combinação macabra entre corrupção, autoritarismo e demagogia. Foi este o erro básico do Governo do Presidente Lula: a pretensão de assegurar a Maioria no Congresso Nacional, com dinheiro, Deputada Laura Carneiro!

Se não fosse descoberto esse esquema de corrupção, concorreríamos com Deputados remunerados pelo mensalão, os maiores compradores de votos já vistos. E alguns que reputo sérios certamente foram corrompidos por esse sistema montado por Lula e sua equipe.

Não podemos parar de trabalhar. Não podemos aceitar que a Câmara fique fechada, como se apresenta agora. Hoje recebemos a visita do Presidente do Parlamento Europeu, e havia 4 ou 5 Deputados em plenário.

Todos estamos desanimados, mas não há outra forma de animar o Parlamento a não ser votando e debatendo propostas, mostrando à Nação que vamos resolver os nossos problemas, que vamos afastar os Deputados que não devem estar entre nós. Mas não devemos parar de trabalhar e de produzir.

Os problemas chegam ao Presidente Severino Cavalcanti. Cito a desastrosa e irracional disputa entre membros do PL e do PTB na apresentação de representação por quebra de decoro parlamentar, o que não engrandece esta Casa. A Mesa Diretora, o Conselho de Ética e todos nós temos de repudiar a tentativa de generalização de acusações, cujo intuito é salvar os culpados. Vamos manter a serenidade!

Acho que foi um erro, Presidente, aceitar a denúncia contra o Deputado Roberto Jefferson e abrir processo no Conselho de Ética. Creio que o caso deveria ter

sido encaminhado para a CPMI, a exemplo dos demais. Depois, para o Conselho de Ética, para a Comissão de Constituição e Justiça e, por fim, para o Plenário. O erro inicial foi tentar amedrontar o Deputado Roberto Jefferson com a representação contra S.Exa.

Ontem o seu partido ingressou com representação contra mais 2 Deputados. Hoje o PL apresentou denúncia contra outros 7. Isso não é bom. Os verdadeiros Líderes desta Casa, mulheres e homens de bem, devem conversar sobre o assunto e chegar ao consenso.

Vamos arquivar o que deve ser arquivado; apurar o que deve ser apurado; e cassar quem deve ser cassado.

*O Sr. José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência anuncia, com muita satisfação, a presença em plenário do Srs. Benedito Machado Neto e José Giocundo Rossi, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito de Porangaba, Estado de São Paulo, acompanhados do ilustre Deputado Edinho Montemor.

Esta Presidência saúda os visitantes e deseja-lhes felicidade na estada em Brasília. S.Exas. vieram até a Capital em busca de recursos para investimento em programas de desenvolvimento social e econômico do Município.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz apelo verbal ao Presidente Severino Cavalcanti e o faço agora por escrito. Em ofício, solicito ao Presidente desta Casa que interceda junto ao Presidente da República para que seja retirada da pauta de votações da Câmara dos Deputados a Medida Provisória nº 258, que trata da criação de Supersecretaria cujo objetivo é reorganizar a administração tributária da União, hoje a cargo da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgãos do Ministério da Fazenda, e da Secretaria da Receita Previdenciária, órgão do Ministério da Previdência Social.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que encaminhe o meu apelo ao Sr. Presidente Severino Cavalcanti. O papel da Oposição não é o de conversar com o Presidente da República, mas, sim, com o Presidente desta Casa.



A medida entrará em vigor no dia 15 de agosto. Tenho sido procurado tanto por representantes do UNAFISCO quanto da Previdência Social, que alegam a necessidade de tempo para a discussão da proposta governamental. O nosso apelo é que se transforme em projeto de lei o conteúdo da medida provisória, uma vez que não votaríamos contrariamente, dependendo do que nele vier contido.

*OFÍCIO A QUE SE REFERE O ORADOR*

Brasília, 3 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Deputado Severino Cavalcanti  
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Medida Provisória nº 258 trata da criação de uma supersecretaria como o objetivo de reorganizar a administração tributária da União, hoje a cargo da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgãos do Ministério da Fazenda, e da Secretaria da Receita Previdenciária, órgão do Ministério da Previdência Social. Esta situação traz como consequência a adoção de medidas de aglutinação das competências dos entes estatais e de racionalização das suas atribuições, além de ensejar uma ampla reorganização no âmbito administrativo em face da justaposição desses órgãos.

Tendo em vista a relevância que essa matéria encerra e os efeitos que essa medida trará, seria oportuno que fosse debatida com mais intensidade no Congresso Nacional, dando a legitimidade que ele merece. Assim sendo, solicito a retirada de tramitação dessa medida provisória para que o governo envie ao Congresso Nacional a matéria em forma de projeto de lei.

Na oportunidade, renovo meus protestos de estima e apreço.

Respeitosamente, – Deputado **Pauderney Avellino**, PFL/AM.

**O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO** (PTB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje o Partido Liberal encaminhou representação contra 6 companheiros nossos, alegando recebimento de ajuda financeira nas campanhas eleitorais.

É consensual a opinião de que todos os Deputados conhecem a ajuda financeira a campanhas eleitorais. Para a nossa felicidade, o PL reconhece que

os nossos companheiros foram ajudados apenas no período da campanha eleitoral. Infelizmente, Sr. Presidente, acordos e compromissos eleitorais não foram cumpridos.

Assim, o Presidente licenciado do PTB, Deputado Roberto Jefferson, pediu que avisássemos ao atual ocupante do cargo e aos companheiros em plenário que amanhã, no seu depoimento, previsto para ocorrer na primeira reunião da CPMI do Mensalão, isentará todos os companheiros representados no Conselho de Ética e que assumirá a total responsabilidade sobre os fatos, declarando que nenhum Deputado Federal do partido recebeu ajuda financeira na campanha.

Faço isso até porque o instituto da representação pode ficar desmoralizado. Daqui a pouco todos serão representados, que sairão de lá inocentados. Não hesitaremos em buscar os culpados, mas não será fustigando a vida e a família dos inocentes que limparemos a imagem dos membros desta Legislatura.

**O SR. ROBERTO MAGALHÃES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ROBERTO MAGALHÃES** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, oportunamente me pronunciarei sobre a representação hoje apresentada pelo PL contra um colega nosso, um Deputado que foi Ministro, Prefeito de Recife e Governador de Pernambuco, nomeado por mim, quando assumi o Governo pernambucano. Oportunamente, eu o dasagravarei desta tribuna.

Sr. Presidente, neste momento falarei sobre fato auspicioso. Começou hoje, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, debate sobre proposta de emenda constitucional de autoria do Deputado Luiz Carlos Santos, que propõe a realização de revisão constitucional, a partir de 1º de janeiro de 2007, por Senadores e Deputados eleitos em 2006.

A revisão constitucional teria duração prevista de 1 ano, começaria em 1º de janeiro e terminaria em 31 de dezembro de 2007. Com ela se pretende tudo rever, mas com ressalva das cláusulas pétreas aprovadas pelos Constituintes de 1988, para se ter, finalmente, a reforma do Estado, basicamente dos sistemas político, eleitoral e partidário.

Não adianta, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, remendar a Constituição, criar CPIs e cassar mandatos. É preciso reformar o Estado e não o homem, porque isso é impossível, ainda mais em curto espaço de tempo. É preciso que a nossa lei básica e o nosso ordenamento jurídico acabem de vez por todas com este presidencialismo imperial, com o excesso de poder, com a movimentação de bilhões e bilhões pela

vontade de um homem só. Os partidos não devem ser meras legendas. A vida pública não deve ser um balcão de negócios e não podem ser eleitos apenas aqueles que têm como mérito o dinheiro para comprar consciências.

No primeiro ano deste mandato, fiz 3 pronunciamentos nesta Casa: o primeiro contra as emendas constitucionais pontuais que se fazem diuturnamente, levando insegurança aos cidadãos brasileiros; o segundo sobre a necessidade de revisão constitucional para adoção do modelo português de revisões periódicas; e o terceiro, que denominei de “uma luz no fim do túnel”, para tratar da proposta de emenda constitucional de autoria do Deputado Luiz Carlos Santos, cujo Relator é o Deputado Michel Temer, professor de Direito Constitucional, ex-Presidente desta Casa e político experiente.

Espero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que esta revisão venha a ser convocada, que este Plenário aprove a proposta de emenda constitucional, para que aqueles que aqui voltarem e os que aqui estiverem façam remodelação profunda, harmônica, sistemática e patriótica da Carta de 1988; para que o Brasil deixe de ser o teatro de crises que se sucedem para ser finalmente o País do futuro e, assim, tornar-se o País do presente.

Muito obrigado.

*O Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Severino Cavalcanti, Presidente.*

**O SR. BETO ALBUQUERQUE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. BETO ALBUQUERQUE** (PSB – RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna homenagear o Município de Santana do Livramento e seus 96.002 habitantes, pelo transcurso, no último dia 30 de julho, dos 182 anos de emancipação político-administrativa.

Santana do Livramento faz fronteira com Rivera, na República Federativa do Uruguai, distando 480 quilômetros de Porto Alegre, 500 quilômetros de Montevideu e 720 quilômetros de Buenos Aires. Fronteira Seca, separada por uma única linha imaginária, as duas cidades se confundem parecendo uma só. Usos, costumes relacionados familiares, idiomas, tudo isso somado a outras coisas faz desta uma fronteira muito especial. Como os habitantes locais ressaltam, tanto os brasileiros como os uruguaios, a compreensão daquele local só pode se dar a partir da união das duas cidades. O desenvolvimento delas só foi e continua

sendo possível graças às ações conjuntas que ali se desenrolam, onde as deficiências de uma são supridas pela outra.

O Município de Santana do Livramento, pelas características de clima e solo, é hoje conhecido mundialmente como produtor dos melhores vinhos finos, cujos destaques são Almadén e Santa Colina. Possui um dos maiores rebanhos de ovinos do Brasil, com fazendas e estâncias seculares, onde o gaúcho desponta cavalgando pelos campos verdes, com suas pilchas a rigor.

A pecuária é a atividade econômica predominante, seguindo-se o comércio, a indústria e a agricultura. A pecuária é das mais importantes do Estado. Os rebanhos selecionados para corte e cria estão entre os melhores do Estado. A criação de bovinos é feita em bases racionais com o fito de fornecer gado para corte.

Os principais pontos turísticos do Município são: Parque Internacional; Balneário Santa Rita; Clube Campestre; Parque Augusto Pereira de Carvalho; Cerro de Palomas; Parque Municipal do Batuva; Museu Municipal David Canabarro; Museu Folha Popular; Casa de David Canabarro; Porto Seco; e Cerro do Marco.

Livramento está situada sobre o Aquífero Guaraní e hoje trabalha com o *slogan Melhor Água do Mundo*.

Santana do Livramento é caminho para os vizinhos uruguaios, argentinos e chilenos que visitam o Brasil. É hoje o segundo maior portão de entrada de estrangeiros no Rio Grande do Sul. Somente em janeiro foram mais de 50 mil pessoas. A baixa cotação do dólar tem influenciado este fluxo, tornando economicamente atrativos os produtos oferecidos pelos *free-shops* da vizinha Rivera.

Na fronteira mais irmã do mundo parece que as duas cidades estão abraçadas, impressão causada desde o início da criação de ambas, como já disse o renomado historiador Ivo Caggiani. O trânsito de pessoas e de mercadorias se dá naturalmente, confundindo o observador desavisado, já que a linha de demarcação entre elas é tênue, facilitando o acesso de um lado para o outro, causando indiferença nas vindas e idas dos habitantes locais. Encontra-se nas calçadas, nos estabelecimentos comerciais, nas empresas de ambas a presença de brasileiros e uruguaios, que desfrutam inclusive de dupla cidadania (*dobble chapa*, como são chamados), cujos pais ou avós têm nacionalidade distinta: uma brasileira e outra uruguaia.

Desde janeiro deste ano a Prefeitura de Santana do Livramento é administrada pelo incansável Wainer Machado, Prefeito Municipal e companheiro do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que homenageio neste

momento, bem como a Primeira-Dama do Município, Chefe de Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Resende.

Apesar de ter herdado dívida de R\$19.908.314,10, a atual administração está procurando sanear as finanças do Município. Já houve aumento de arrecadação em aproximadamente 15%. Santana foi o primeiro Município gaúcho a realizar audiência pública do PPA (Plano Plurianual), contando com a participação de mais de 6 mil pessoas envolvidas na elaboração das prioridades para o período de 2006 a 2009.

Já são mais de 25 projetos elaborados pela nova gestão para captação de recursos federais e estaduais. O Município já realizou a Conferência Municipal das Cidades, debatendo as políticas públicas que se relacionam com o Ministério das Cidades.

Foram criados o Conselho do Idoso e da Habitação e o Centro de Referência para Mulheres. Estão em andamento projetos como Convivência Cidadã, Casa Abrigo e a Ronda da Solidariedade (transferência de moradores de rua para albergues e disponibilização de duas refeições).

Além dessas realizações, cabe destacar outras, na área da agricultura: o convênio com a CONAB (merenda escolar), fomentando a compra dos produtores locais cooperativados; aumento de recursos para retenção de matrizes (pecuária), de R\$5 milhões para R\$8 milhões; parceria com o Banco do Brasil; reativação da Granja Municipal; produção para refeitório público; e merenda escolar.

Na área de indústria e comércio: apoio a microempresas, com disponibilização de R\$5 milhões; produção do Calendário Mensal de Eventos; cadastramento de 64 trabalhadores informais; reforma e modernização do distrito industrial; levantamento dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço do Município; cursos de qualificação de mão-de-obra.

Na Secretaria de Obras: limpeza dos arroios; manutenção de mais de 100 ruas e restauração de mais de 500 quilômetros de estradas rurais; construção de 3 pontes; reativação da Carpintaria Municipal; recuperação da fábrica de tubos; melhoria do sistema de coleta de lixo do Município.

Na área de saúde, a nova administração agilizou, em parceria público-privada, a confecção de 117 óculos para crianças carentes (a segunda maior do Estado). Realizou o Seminário Municipal da Hidatidose; repassou R\$165.000,00 para a Santa Casa; promoveu a melhoria da qualidade do atendimento nos postos de saúde e no pronto-socorro; aderiu ao Programa Primeira Infância Melhor Atendimento, preventivo, para crianças de 0 a 6 anos de idade, combatendo a mortalidade infantil em parceria com o Governo do Estado.

Livramento foi a primeira cidade do Rio Grande do Sul a realizar a Conferência da Saúde do Trabalhador. O Município vem realizando ações para reduzir até o final deste ano o índice de mortalidade infantil de 28,51 para 15 a cada mil nascidos.

Na área de educação, a Prefeitura realizou convênio com a UFSM para o curso de graduação (40 vagas) e de pós-graduação (13 vagas) em educação especial. Já realizado o vestibular, o início das aulas no Município está previsto para agosto. Em conjunto com funcionários e professores, a Secretaria de Educação realizou a manutenção nas escolas municipais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, são muitas as realizações desta gestão de reconstrução de Santana do Livramento. Deixo o meu abraço a toda a população, que sempre nos acolheu com muito carinho, ao Prefeito Wainer Machado; à Primeira-Dama e Chefe de Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia, Mari Machado, e aos Vereadores de Livramento, em nome dos meus companheiros de partido, os Vereadores Germano Mendes, João Batista Conceição e Luiz Claudio Coronel.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY** (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última segunda-feira, dia 1º, começou a funcionar a Frente Parlamentar por um Brasil sem armas. E já começou muito mal.

Comunico a V.Exa. que amanhã entrarei com representação no Tribunal Superior Eleitoral porque essa Frente foi lançada em Campinas, no Paço Municipal, com convite impresso pela Prefeitura daquela cidade.

Isso contraria frontalmente a Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que diz:

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I – ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios”.

Portanto, Sr. Presidente, amanhã, estarei representando ao Tribunal Superior Eleitoral para que seja aplicada pena por analogia, já que o candidato beneficiado, quando há candidato, fica sujeito à cassação

do registro. Estarei pedindo a cassação do registro da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas porque tem que ser aplicada a legislação eleitoral de forma subsidiária.

Queremos igualdade no debate sem o uso do dinheiro público, como ocorreu no lançamento dessa Frente. Isso desequilibra o debate e faz com que as pessoas sejam induzidas ao erro.

Amanhã, representarei ao Tribunal Superior Eleitoral para que se apure a responsabilidade, seja puni-

do pela Lei de Improbidade Administrativa o Prefeito que realizou o ato e principalmente seja cassado o registro da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, que começa muito mal, que começa atirando no próprio pé.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

**APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:**

Autor	Proposição	Ementa
Carlos Nader	REQ 3121/2005	Requer a Convocação de Sessão Solene para o dia 21 (vinte e um) de Setembro de 2005, quarta-feira, às 10:00hs (dez horas), com o propósito de homenagear o dia do Radialista.
Durval Orlato	PL 5678/2005	Altera a Lei nº 9.504, de 1997, para diminuir o gasto com propaganda eleitoral, proibir o uso de outdoors, regulamentar a distribuição de material de publicidade, encurtar para 60 dias o período de campanha eleitoral e dá outras providências.
Fábio Souto	RIC 3082/2005	Requer que sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Integração Nacional informações sobre o projeto de integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do semi-árido do Nordeste setentrional.
Mendes Ribeiro Filho	PRC 255/2005	Altera o inciso I do art. 201 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para permitir que as propostas de emenda à Constituição possam ser apresentadas por Líderes que representem a terça parte, no mínimo, dos Deputados.
Milton Cardias	INC 5740/2005	Sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a necessidade de ampliação dos aportes de recursos para os programas de qualificação profissional e intermediação de mão - de - obra do Governo Federal.
Milton Cardias	INC 5741/2005	Sugere ao Ministério da Fazenda a necessidade de ampliação dos aportes de recursos para os programas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra do Governo Federal.
Marcelo Barbieri	PL 5679/2005	Altera as Leis nº 5.070, de 5 de julho de 1966, e nº 9.472, de 16 de julho de 1997, destinando o mínimo de vinte por cento dos recursos do Fistel para as atividades e demais despesas do órgão regulador dos serviços de telecomunicações, e dá outras providências.
Carlos Santana	PL 5680/2005	Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que "Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências".
Durval Orlato	PL 5681/2005	Altera os arts. 472 e 473 da Consolidação das Leis do Trabalho para prever regras específicas para o empregado candidato a mandato eleitoral.
Sérgio Caiado	REQ 3122/2005	Requer a realização de Sessão Solene em homenagem à Cidade de Goiás, Patrimônio Histórico da Humanidade.
Vanessa Grazziotin	RIC 3083/2005	Solicita ao Senhor Ministro da Defesa informações sobre as denúncias publicadas na imprensa brasileira a respeito de possível interesse do governo norte americano em intervir na América do Sul, inclusive no Brasil.
André Figueiredo	PL 5682/2005	Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, com as modificações promovidas pelas Leis nºs 8.541, de 1992, 9.250, de 1995, e 11.052, de 2004, para incluir a pneumonia intersticial fibrosante nas hipóteses de isenção previstas na lei.
Sandro Mabel	INC 5742/2005	Sugere que o Ministério da Saúde adote providências para a criação de unidades de saúde de referência para os idosos, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
Sandro Mabel	PLP 284/2005	Altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal", para incluir o Município de Vila Propício na área de atuação desta RIDE.

Carlos Souza	INC 5743/2005	Sugere ao Ministério dos Transportes a formação de parceria operacional entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT - e a Polícia Rodoviária Federal.
Fernando Lopes	PL 5683/2005	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, e dá outras providências.
Fernando Lopes	PL 5684/2005	Dá nova redação ao inciso II, do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 8.183 de 11 de abril de 1991.
Fernando Lopes	PL 5685/2005	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 regulando os recolhimentos em títulos federais efetuados pelas instituições financeiras a favor do Banco Central do Brasil objeto do inciso XIV, do caput do art. 4º da Lei nº 4.595 supra referida.
Zulaiê Cobra	PLP 285/2005	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 - Código Tributário Nacional - vedando a suspensão ou o cancelamento de inscrição de pessoas físicas e jurídicas pela Administração Pública em cadastros de contribuintes, salvo a hipótese que especifica.
Marcondes Gadelha	PL 5686/2005	Acrescenta o § 4º ao Art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre registro de frequência de empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Carlos Souza	RIC 3084/2005	Solicita informações ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre os benefícios sociais instituídos pelas empresas beneficiadas por incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus.
Carlos Souza	INC 5744/2005	Sugere ao Ministério dos Transportes a tomada de providências para a elaboração dos projetos executivos de engenharia do subtrecho da BR-319, entre o Km 655,7; no Estado do Amazonas.
Carlos Santana	PL 5687/2005	Institui o Dia Nacional da Umbanda.
Vittorio Medioli	PL 5688/2005	Estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica.
Eduardo Valverde	PLP 286/2005	Dispõe sobre os procedimentos de criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme determina o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.
Eduardo Valverde	PL 5689/2005	Altera os artigos 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268 da CLT, disciplinando o trabalho avulso e dá outras providências.
Eduardo Valverde	PDC 1796/2005	Autoriza o Governo Federal a instituir a Fundação Universidade Federal do Centro Oeste de Rondônia - UFCO, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UFRO, e dá outras providências.
Betinho Rosado	PL 5690/2005	Insera o parágrafo 4º no art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.
Luiz Antonio Fleury	PRC 256/2005	Dispõe sobre a declaração anual de bens e o demonstrativo de variação patrimonial dos deputados federais, alterando o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.
Luiz Antonio Fleury	PL 5691/2005	Dispõe sobre propaganda, campanha eleitoral e seu financiamento, alterando os artigos 23, 44, 81 e criando os artigos 25A, 27A, 28A e 41A todos na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral).
Jaime Martins	PL 5692/2005	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal de Divinópolis.

Edson Duarte	INC 5745/2005	Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, a criação da Biblioteca da Cidadania.
Edson Duarte	PRC 257/2005	Institui a Biblioteca da Cidadania.
Edson Duarte	RIC 3085/2005	Solicita ao Sr. ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Resende, informações sobre correspondência enviada pela CTNBio às empresas de biotecnologia.
Edson Duarte	RIC 3086/2005	Solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça, Márcio Tomás Bastos, sobre denúncias efetuadas na Polícia Federal quanto a entrada no país de sementes transgênicas contrabandeadas.
Babá	INC 5747/2005	Sugere ao poder executivo, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o projeto de lei em anexo, que dispõe sobre o enquadramento dos servidores dos ex-territórios Federais nos ministérios afins.
Carlos Abicalil	INC 5746/2005	Sugere ao Ministro do Estado das Comunicações, Hélio Costa, no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, a instalação de uma agência em Nova Lacerda - Mato Grosso.
Vanessa Grazziotin	INC 5748/2005	Sugere ao Ministro da Defesa que sejam tomadas medidas urgentes, no sentido de resolver a falta de vôos para transporte de cargas no Pólo Industrial de Manaus - PIM.
Vanessa Grazziotin	RIC 3087/2005	Solicita ao Senhor Ministro da Defesa, no âmbito do Departamento de Aviação Civil – DAC, informações referente ao transporte de passageiros e de cargas a partir do Aeroporto Eduardo Gomes, em Manaus/Amazonas.
Onyx Lorenzoni	RIC 3088/2005	Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Banco Central do Brasil sobre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul-Banrisul.
Marcelo Ortiz	RIC 3089/2005	Solicita informações ao Sr Ministro da Defesa da aquisição de aeronaves usadas, de segunda mão, para a defesa do território nacional.
Francisco Garcia	RIC 3090/2005	Solicita ao presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informações sobre inventário hidrelétrico do rio Ituxi, realizado sem a autorização da agência pelo grupo Cassol, em Lábrea, Amazonas.
Francisco Garcia	RIC 3091/2005	Solicita a Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente, informações sobre o Programa de Desenvolvimento Sócioambiental da Produção Familiar Rural no Amazonas
Francisco Garcia	RIC 3092/2005	Solicita a Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente, informações sobre o Programa de Manejo Sustentado para o gado bubolino da Reserva Extrativista Verde para Sempre, em Porto de Moz, no Pará.
Francisco Garcia	RIC 3093/2005	Solicita a Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente, informações sobre o Programa de Plantio Comercial de Florestas (Propflora) e de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PronafFloresta).
Comissão de Educação e Cultura	RIC 3094/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a atual política pública da educação.
Selma Schons	REQ 3123/2005	Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados para o dia 21 de setembro de 2005, a fim de comemorarmos a passagem do Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.
Selma Schons	PLP 287/2005	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**VI – ORDEM DO DIA**

*PRESENTES OS SEGUINTE SRS.  
DEPUTADOS:*

**RORAIMA**

Alceste Almeida PMDB  
Dr. Rodolfo Pereira PDT  
Francisco Rodrigues PFL  
Pastor Frankembergen PTB  
Suely Campos PP

**Total de Roraima: 5**

**AMAPÁ**

Dr. Benedito Dias PP  
Eduardo Seabra PTB  
Gervásio Oliveira PMDB  
Hélio Esteves PT  
Janete Capiberibe PSB

**Total de Amapá: 5**

**PARÁ**

Anivaldo Vale PSDB  
Ann Pontes PMDB  
Asdrubal Bentes PMDB  
Babá S.Part.  
José Priante PMDB  
Josué Bengtson PTB  
Nicias Ribeiro PSDB  
Paulo Rocha PT  
Vic Pires Franco PFL  
Wladimir Costa PMDB  
Zé Geraldo PT  
Zé Lima PP

Zenaldo Coutinho PSDB  
Zequinha Marinho PSC

**Total de Pará: 14**

**AMAZONAS**

Átila Lins PPS  
Carlos Souza PP  
Francisco Garcia PP  
Humberto Michiles PL  
Lupércio Ramos PMDB  
Pauderney Avelino PFL  
Vanessa Grazziotin PCdoB

**Total de Amazonas: 7**

**RONDONIA**

Agnaldo Muniz PP  
Anselmo PT  
Eduardo Valverde PT  
Miguel de Souza PL  
Natan Donadon PMDB

**Total de Rondonia: 5**

**ACRE**

Henrique Afonso PT  
João Correia PMDB  
João Tota PP  
Júnior Betão PL  
Nilson Mourão PT  
Ronivon Santiago PP  
Zico Bronzeado PT

**Total de Acre: 7**

**TOCANTINS**

Eduardo Gomes PSDB  
Maurício Rabelo PL  
Osvaldo Reis PMDB  
Pastor Amarildo PMDB  
Ronaldo Dimas PSDB

**Total de Tocantins: 5**

**MARANHÃO**

César Bandeira PFL  
Clóvis Fecury PFL  
Costa Ferreira PSC  
Gastão Vieira PMDB  
João Castelo PSDB  
Nice Lobão PFL  
Paulo Marinho PL  
Pedro Fernandes PTB  
Pedro Novais PMDB  
Sarney Filho PV  
Sebastião Madeira PSDB  
Wagner Lago PP

**Total de Maranhão: 12**

**CEARÁ**

Almeida de Jesus PL  
André Figueiredo PDT  
Antenor Napolini PSDB  
Antonio Cambraia PSDB  
Ariosto Holanda PSB  
Arnon Bezerra PTB  
Eunício Oliveira PMDB  
Gonzaga Mota PSDB  
José Linhares PP  
José Pimentel PT  
Léo Alcântara PSDB  
Manoel Salviano PSDB  
Marcelo Teixeira PMDB  
Mauro Benevides PMDB  
Moroni Torgan PFL  
Zé Gerardo PMDB

**Total de Ceará: 16**

**PIAUI**

Átila Lira PSDB  
 B. Sá PSB  
 Júlio Cesar PFL  
 Marcelo Castro PMDB  
 Mussa Demes PFL  
 Nazareno Fonteles PT  
**Total de Piauí: 6**

**RIO GRANDE DO NORTE**

Henrique Eduardo Alves PMDB  
 Iberê Ferreira PTB  
 Nélio Dias PP  
 Ney Lopes PFL  
 Sandra Rosado PSB  
**Total de Rio Grande do Norte: 5**

**PARAÍBA**

Benjamin Maranhão PMDB  
 Carlos Dunga PTB  
 Enivaldo Ribeiro PP  
 Inaldo Leitão PL  
 Luiz Couto PT  
 Marcondes Gadelha PTB  
 Philemon Rodrigues PTB  
 Wellington Roberto PL  
 Wilson Santiago PMDB  
**Total de Paraíba: 9**

**PERNAMBUCO**

André de Paula PFL  
 Carlos Eduardo Cadoca PMDB  
 Gonzaga Patriota PSB  
 Inocêncio Oliveira PMDB  
 Joaquim Francisco PTB  
 Jorge Gomes PSB  
 José Chaves PTB  
 José Mendonça Bezerra PFL  
 José Múcio Monteiro PTB  
 Luiz Piauhyllino PDT  
 Marcos de Jesus PL  
 Maurício Rands PT  
 Osvaldo Coelho PFL  
 Pastor Francisco Olímpio PSB  
 Roberto Magalhães PFL  
 Severino Cavalcanti PP  
**Total de Pernambuco: 16**

**ALAGOAS**

Benedito de Lira PP  
 João Lyra PTB  
 José Thomaz Nonô PFL  
 Jurandir Boia PDT

Rogério Teófilo PPS  
**Total de Alagoas: 5**

**SERGIPE**

Bosco Costa PSDB  
 Cleonânicio Fonseca PP  
 Heleno Silva PL  
 Ivan Paixão PPS  
 Jackson Barreto PTB  
 João Fontes PDT  
 Jorge Alberto PMDB  
 José Carlos Machado PFL  
**Total de Sergipe: 8**

**BAHIA**

Alice Portugal PCdoB  
 Antonio Carlos Magalhães Neto PFL  
 Claudio Cajado PFL  
 Colbert Martins PPS  
 Coriolano Sales PFL  
 Daniel Almeida PCdoB  
 Fábio Souto PFL  
 Félix Mendonça PFL  
 Fernando de Fabinho PFL  
 Geddel Vieira Lima PMDB  
 Gerson Gabrielli PFL  
 Guilherme Menezes PT  
 João Almeida PSDB  
 João Leão PL  
 Jonival Lucas Junior PTB  
 José Carlos Aleluia PFL  
 José Carlos Araújo PL  
 José Rocha PFL  
 Josias Gomes PT  
 Jutahy Junior PSDB  
 Luiz Alberto PT  
 Luiz Bassuma PT  
 Luiz Carreira PFL  
 Marcelo Guimarães Filho PL  
 Nelson Pellegrino PT  
 Pedro Irujo S.Part.  
 Reginaldo Germano PP  
 Severiano Alves PDT  
 Zelinda Novaes PFL  
 Zezéu Ribeiro PT  
**Total de Bahia: 30**

**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PL  
 Alexandre Maia PMDB  
 Ana Guerra PT  
 Aracely de Paula PL  
 Bonifácio de Andrada PSDB  
 Cabo Júlio PMDB



Carlos Melles PFL  
 Carlos Mota PL  
 César Medeiros PT  
 Cleuber Carneiro PTB  
 Custódio Mattos PSDB  
 Edmar Moreira PL  
 Eduardo Barbosa PSDB  
 Eliseu Resende PFL  
 Gilmar Machado PT  
 Ibrahim Abi-Ackel PP  
 Isaías Silvestre PSB  
 Ivo José PT  
 Jaime Martins PL  
 João Magno PT  
 João Paulo Gomes da Silva PL  
 José Militão PTB  
 José Santana de Vasconcellos PL  
 Júlio Delgado PSB  
 Lael Varella PFL  
 Lincoln Portela PL  
 Marcello Siqueira PMDB  
 Márcio Reinaldo Moreira PP  
 Maria do Carmo Lara PT  
 Maria Lúcia Cardoso PMDB  
 Mário Assad Júnior PL  
 Mário Heringer PDT  
 Narcio Rodrigues PSDB  
 Odair Cunha PT  
 Osmânio Pereira S.Part.  
 Paulo Delgado PT  
 Rafael Guerra PSDB  
 Reginaldo Lopes PT  
 Romeu Queiroz PTB  
 Sérgio Miranda PCdoB  
 Vadinho Baião PT  
 Vittorio Mediolini PV

**Total de Minas Gerais: 42**

### ESPÍRITO SANTO

Feu Rosa PP  
 Iriny Lopes PT  
 Jair de Oliveira PMDB  
 Manato PDT  
 Marcelino Fraga PMDB  
 Marcus Vicente PTB  
 Nilton Baiano PP  
 Renato Casagrande PSB

**Total de Espírito Santo: 8**

### RIO DE JANEIRO

Aldir Cabral PFL  
 Alexandre Cardoso PSB  
 Almerinda de Carvalho PMDB

Antonio Carlos Biscaia PT  
 Carlos Nader PL  
 Carlos Santana PT  
 Chico Alencar PT  
 Deley PMDB  
 Dr. Heleno PMDB  
 Edson Ezequiel PMDB  
 Eduardo Cunha PMDB  
 Elaine Costa PTB  
 Fernando Gabeira PV  
 Fernando Lopes PMDB  
 Itamar Serpa PSDB  
 Jair Bolsonaro PP  
 Jandira Feghali PCdoB  
 João Mendes de Jesus S.Part.  
 Jorge Bittar PT  
 José Divino PMDB  
 Josias Quintal PMDB  
 Juíza Denise Frossard PPS  
 Julio Lopes PP  
 Laura Carneiro PFL  
 Leonardo Picciani PMDB  
 Luiz Sérgio PT  
 Márcio Fortes PSDB  
 Miro Teixeira PT  
 Moreira Franco PMDB  
 Nelson Bornier PMDB  
 Paulo Baltazar PSB  
 Paulo Feijó PSDB  
 Renato Cozzolino PRP  
 Rodrigo Maia PFL  
 Sandro Matos PTB  
 Simão Sessim PP  
 Vieira Reis PMDB

**Total de Rio de Janeiro: 37**

### SÃO PAULO

Aldo Rebelo PCdoB  
 Angela Guadagnin PT  
 Antonio Carlos Mendes Thame PSDB  
 Antonio Carlos Pannunzio PSDB  
 Arlindo Chinaglia PT  
 Arnaldo Faria de Sá PTB  
 Ary Kara PTB  
 Cláudio Magrão PPS  
 Corauci Sobrinho PFL  
 Devanir Ribeiro PT  
 Dimas Ramalho PPS  
 Durval Orlato PT  
 Edinho Montemor PL  
 Edna Macedo PTB  
 Elimar Máximo Damasceno PRONA  
 Enéas PRONA

Fernando Estima PL  
 Gilberto Nascimento PMDB  
 Ildeu Araujo PP  
 Ivan Valente PT  
 Jamil Murad PCdoB  
 Jefferson Campos PMDB  
 João Batista PFL  
 João Herrmann Neto PDT  
 José Mentor PT  
 Jovino Cândido PV  
 Lobbe Neto PSDB  
 Luiz Antonio Fleury PTB  
 Luiz Carlos Santos PFL  
 Luiz Eduardo Greenhalgh PT  
 Luiza Erundina PSB  
 Marcelo Barbieri PMDB  
 Medeiros PL  
 Milton Monti PL  
 Nelson Marquezelli PTB  
 Neuton Lima PTB  
 Orlando Fantazzini PT  
 Professor Irapuan Teixeira PP  
 Professor Luizinho PT  
 Ricardo Berzoini PT  
 Ricardo Izar PTB  
 Roberto Gouveia PT  
 Robson Tuma PFL  
 Salvador Zimbaldi S.Part.  
 Silvio Torres PSDB  
 Vanderlei Assis PP  
 Zulaiê Cobra PSDB  
**Total de São Paulo: 47**

**MATO GROSSO**

Carlos Abicalil PT  
 Celcita Pinheiro PFL  
 Lino Rossi PP  
 Ricarte de Freitas PTB  
 Teté Bezerra PMDB  
 Thelma de Oliveira PSDB  
**Total de Mato Grosso: 6**

**DISTRITO FEDERAL**

José Roberto Arruda PFL  
 Maninha PT  
 Sigmaringa Seixas PT  
 Wasny de Roure PT  
**Total de Distrito Federal: 4**

**GOIÁS**

Carlos Alberto Leréia PSDB  
 Enio Tatico PL  
 João Campos PSDB  
 Jovair Arantes PTB

Leandro Vilela PMDB  
 Luiz Bittencourt PMDB  
 Neyde Aparecida PT  
 Pedro Canedo PP  
 Pedro Chaves PMDB  
 Ronaldo Caiado PFL  
 Rubens Otoni PT  
 Sandes Júnior PP  
 Sandro Mabel PL  
 Sergio Caiado PP  
 Vilmar Rocha PFL

**Total de Goiás: 15****MATO GROSSO DO SUL**

Antônio Carlos Biffi PT  
 Antonio Cruz PP  
 Geraldo Resende PPS  
 Murilo Zauith PFL  
 Nelson Trad PMDB  
 Vander Loubet PT  
 Waldemir Moka PMDB

**Total de Mato Grosso do Sul: 7****PARANÁ**

Abelardo Lupion PFL  
 Affonso Camargo PSDB  
 Airton Roveda PTB  
 Alex Canziani PTB  
 André Zacharow PSB  
 Chico da Princesa PL  
 Colombo PT  
 Dilceu Sperafico PP  
 Giacobbo PL  
 Gustavo Fruet PSDB  
 Hermes Parcianello PMDB  
 Luiz Carlos Haully PSDB  
 Max Rosenmann PMDB  
 Moacir Micheletto PMDB  
 Nelson Meurer PP  
 Odílio Balbinotti PMDB  
 Oliveira Filho PL  
 Ricardo Barros PP  
 Selma Schons PT  
 Takayama PMDB  
 Vitorassi PT

**Total de Paraná: 21****SANTA CATARINA**

Carlito Merss PT  
 Edinho Bez PMDB  
 Fernando Coruja PPS  
 Gervásio Silva PFL  
 Ivan Ranzolin PP  
 João Pizzolatti PP

Leodegar Tiscoski PP  
 Mauro Passos PT  
 Paulo Afonso PMDB  
 Vignatti PT  
 Zonta PP

**Total de Santa Catarina: 11**

### RIO GRANDE DO SUL

Alceu Collares PDT  
 Augusto Nardes PP  
 Beto Albuquerque PSB  
 Cezar Schirmer PMDB  
 Eliseu Padilha PMDB  
 Enio Bacci PDT  
 Francisco Turra PP  
 Henrique Fontana PT  
 Júlio Redecker PSDB  
 Kelly Moraes PTB  
 Luciana Genro S.Part.  
 Luis Carlos Heinze PP  
 Marco Maia PT  
 Maria do Rosário PT  
 Mendes Ribeiro Filho PMDB  
 Milton Cardias PTB  
 Onyx Lorenzoni PFL  
 Orlando Desconsi PT  
 Pastor Reinaldo PTB  
 Paulo Pimenta PT  
 Tarcísio Zimmermann PT  
 Wilson Cignachi PMDB  
 Yeda Crusius PSDB

**Total de Rio Grande do Sul: 23**

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – A lista de presença registra o comparecimento de 376 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Passa-se à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Item 1.

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, DE 2005

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 251, de 2005, que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá**

**outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.**

**PRAZO NA COMISSÃO MISTA:** 28-6-05

**PRAZO NA CÂMARA:** 12-7-05

**SOBRESTA A PAUTA EM:** 30-7-05 (46º

DIA)

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória, em substituição à Comissão Mista, ao Sr. Deputado Antônio Carlos Biffi.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI** (PT – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço o prazo de uma sessão para oferecer o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – O pedido é regimental. Deferido.

A matéria retornará à pauta da sessão ordinária de amanhã.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, chegou-nos a informação de que a matéria teria sido distribuída hoje ao Relator, Deputado Antônio Carlos Biffi. Entendíamos que, para a apreciação desta medida provisória, não seria contado prazo equivalente ao recesso parlamentar, ou seja, acreditávamos que o prazo se estenderia pelo mês de agosto, já que, no caso de medida provisória, o recesso não é computado no prazo de 45 dias, para travamento da pauta. Mesmo assim, os trabalhos do Congresso Nacional continuaram durante o recesso. Todos estivemos aqui no mês de julho.

Na nossa opinião, Sr. Presidente, V.Exa. deveria se antecipar ao Presidente Lula, no caso de envio de medida provisória a esta Casa – e espero que o faça só por motivos relevantes –, designando de imediato o Relator da matéria, para quem se torna impossível emitir parecer em 24 horas, principalmente quando há mais de 40 emendas. Essa é a reclamação que dirijo à Mesa.

Gostaríamos ainda que V.Exa. pedisse ao Presidente da República, nas conversas que terá com S.Exa., que evite a edição de medidas provisórias, a fim de que possamos conduzir a pauta de votações da Câmara dos Deputados. Caso sejam editadas e enviadas a esta Casa, que V.Exa. as distribua de imediato.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Deputado Pauderney Avelino, V.Exa. tem razão. Se falha houve, foi deste Presidente, que, querendo usar a democracia, solicitou ao Líder do PT, de quem era a vez, que indicasse um nome. S.Exa. só o indicou hoje.

Poderia ter agido diferente. No entanto, como procuro fazer tudo a partir de princípios democráticos, acatei a indicação do nobre Líder da Maioria na Casa e fiz a indicação do Relator, que solicitou 24 horas de prazo para emitir seu parecer.

Espero que V.Exa. não duvide de sua inteligência e capacidade. Tenho certeza absoluta de que amanhã o Relator trará o parecer e votaremos a matéria.

**O SR. BETINHO ROSADO** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. BETINHO ROSADO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresentei à Casa projeto de lei que modifica a Lei nº 11.097, sancionada neste ano pelo Presidente Lula, sobre o Programa do *Biodiesel* em nosso País.

Em verdade, fui o Relator da proposta inicial, na qual foi incluída reserva de demanda para as Regiões Norte e Nordeste. Ficou estabelecido que 20% do *biodiesel* produzido no Brasil deveriam ter origem nas palmeiras a serem plantadas no Amazonas do Deputado Pauderney Avelino. Lamentavelmente, quando o projeto passou pelo Senado Federal, esse artigo foi suprimido. Portanto, na lei aprovada e sancionada pelo Presidente da República faltou a reserva de demanda.

É absolutamente importante que reservemos às regiões mais atrasadas e menos desenvolvidas do País essa demanda que representa cerca de 800 bilhões de litros de *biodiesel*, para promover a justiça social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. WASNY DE ROURE** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. WASNY DE ROURE** (PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peça a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa da *Mensagem da CNBB ao Povo Brasileiro*, sobre este doloroso momento da vida pública brasileira e o sentimento da população.

Nessa mensagem assinada pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e Secretário-Geral da CNBB, há um clamor pelo restabelecimento dos valores morais e éticos na vida pública brasileira. Trata-se de nota que aponta o horizonte para o Congresso Nacional, sobretudo em patamares de dignidade e responsabilidade por parte das pessoas que atuam no Poder Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**MENSAGEM A QUE SE REFERE O ORADOR**

### **Mensagem da CNBB ao Povo Brasileiro**

O Brasil, uma vez mais, está desafiado a combater a corrupção política que se nutre da impunidade. Ela é acobertada pela convivência, que se torna cumplicidade, usando as estruturas do Poder Público em benefício de interesses privados.

A apuração das recentes denúncias é imprescindível. Não pode ser esvaziada, sob qualquer pretexto. A corrupção consiste não apenas em delitos individuais, mas em práticas existentes em estruturas da sociedade, sobretudo no funcionamento do sistema político.

O poder econômico, a multiplicidade de partidos políticos sem programas definidos e a falta de fidelidade partidária fragilizam sempre mais o nobre sentido da política e frustram o voto do eleitor. O atual sistema administrativo e eleitoral brasileiro favorece o clientelismo e a corrupção.

A responsabilização, a punição dos culpados bem como a restituição dos bens subtraídos não deverão, pois, relegar ao esquecimento o desafio maior: a reforma do Estado e do próprio sistema político.

Normas institucionais, por si mesmas, não são suficientes para frear os vícios exacerbados pela busca de poder. A sociedade, através de suas organizações, deve exercer o controle social, vigiando e cobrando a atuação dos poderes públicos.

Nesse sentido, um passo importante é a urgente regulamentação do art. 14 da Constituição Federal sobre plebiscito, referendo e iniciativa popular. Isso constitui complemento fundamental à reforma institucional, contribuindo para a mudança da cultura política no País.

A parceria entre um governo democraticamente eleito e a sociedade é para colocar o País no caminho da dignidade e da respeitabilidade. Confiamos, para isso, no discernimento e firmeza da Presidência da República e demais instituições públicas.

É motivo de esperança reconhecer em nosso País a existência de iniciativas e de movimentos, com destacada presença de cristãos, desempenhando papel relevante, através de mobilizações e novas práticas sociais.

Lembramos aos nossos políticos o que o Espírito nos diz no Livro da Sabedoria:

*“Amai a justiça vós que governais a terra” [Sb 1, 1].* Conclamamos todo o povo brasileiro a que se una no grande mutirão pela ética e pela cidadania, para debelar a corrupção e consolidar a democracia.

Brasília, 23 de Junho de 2005. – Pelo Conselho Permanente: Cardeal **Geraldo Majella Agnelo**, Arcebispo de São Salvador – BA, Presidente da CNBB – Dom **Antônio Celso Queirós**, Bispo de Catanduva – SP, Vice-Presidente da CNBB – Dom **Odilo Pedro**

**Scherer**, Bispo Auxiliar de São Paulo – SP, Secretário-Geral da CNBB.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Hélio Esteves.

**O SR. HÉLIO ESTEVES** (PT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito este momento histórico da visita do Presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrell Fontelles, a convite da Casa, para parabenizar a iniciativa e destacar a importância da aproximação entre os Parlamentos brasileiro, Europeu e Latino-americano.

A fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, pelo Estado do Amapá, representa diplomaticamente uma fronteira com a França e, conseqüentemente, com a União Européia.

Apelamos para os Parlamentos Europeu e Latino-Americano no sentido de que nos ajudem a desenvolver a fronteira econômica entre o MERCOSUL e a União Européia. Os espaços geográfico, diplomático, político, cultural, científico e econômico precisam ser trabalhados entre os países.

Passo importante foi dado pelo Presidente Lula, no dia 14 de julho, quando visitou a França. Lá foi confirmado o protocolo de intenções para a construção da ponte de interligação entre o Amapá e a Guiana Francesa, conseqüentemente, entre Brasil e França. A obra servirá justamente para estreitar os laços entre os continentes sul-americano e europeu.

Sr. Presidente, o Governo brasileiro, além das obras de asfaltamento da BR-156, que vai até a fronteira com a Guiana Francesa, no meu Estado, e de ampliação do Aeroporto Internacional de Macapá, deve tomar outras medidas no setor de infra-estrutura do Amapá, preparando-o para se integrar a essa aproximação entre os 2 blocos econômicos.

Para isso, é preciso mais investimentos, principalmente no setor de infra-estrutura, não só na Capital, Macapá, mas também nos demais Municípios, especialmente o de Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, onde o fluxo migratório é muito grande em virtude do advento da construção da ponte sobre o Rio Oiapoque. Além do mais, o Município é muito procurado pelos habitantes da Guiana Francesa para a compra de produtos brasileiros, principalmente gêneros alimentícios, aproveitando a alta do euro.

Reiteramos o nosso apelo para que o Governo e o Parlamento brasileiros, bem como o Parlamento Latino-Americano intercedam em favor do Estado do Amapá, altamente preservado hoje, sem conflitos de terra, com áreas indígenas totalmente demarcadas e reservas ecológicas, como é o caso do Parque das Montanhas dos Tumucumaque. É preciso promover o

desenvolvimento sustentável do Estado, levando em conta a preservação ambiental.

E vem a calhar a estratégica posição geográfica do Amapá, que faz fronteira com a Guiana Francesa, por se tratar de área de grande interesse da União Européia. Lá está a base de lançamento de foguetes e de satélites, mais especificamente a Base de Kourou, na Guiana Francesa.

Peço a atenção de todos os Poderes Públicos para o Estado do Amapá no sentido de propiciarem a aproximação do MERCOSUL com a União Européia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. COLBERT MARTINS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. COLBERT MARTINS** (PPS – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome da Liderança e da Presidência do PPS, cumprimento o Deputado Fernando Estima, filho do Vereador Edivaldo Estima, do PPS de São Paulo, que acaba de assumir o mandato de Deputado Federal na Câmara dos Deputados, embora ainda sem partido. Independentemente desse fato, nós, do PPS, desejamos a S.Exa. muito sucesso na missão que ora assume nesta Casa.

Ressalto igualmente a presença no plenário do jornalista Jozailto Lima, do jornal *CINFORM*, de Aracaju. Ele nasceu na minha cidade, Feira de Santana, somos feirenses, e hoje é diretor de um dos semanários de maior influência da Capital sergipana. A Jozailto Lima os nossos cumprimentos.

Sr. Presidente, a situação do Congresso Nacional, que já se desdobra há mais de 60 dias, é extremamente grave e precisa se definir o mais rapidamente possível. Estamos no início do mês de agosto, e o desgaste do Parlamento é cada vez maior.

Acompanhei, em boa parte do dia, o depoimento da Sra. Simone Vasconcelos à CPMI dos Correios. As informações dadas por S.Sa. devem ser rapidamente elucidadas porque, com a demora, a responsabilidade e o descrédito acompanharão todos os Parlamentares nas próximas eleições.

Não entendemos por que depoimentos como o que ouvimos hoje pela manhã ainda não representam o avanço das apurações, necessário à CPMI, que deve analisar informações e documentos, bem como providenciar a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos envolvidos, a fim de que não haja apenas debates, mas efetivo trabalho de investigação, e que os responsáveis pelos escândalos sejam punidos.

Tomamos conhecimento hoje de denúncias do PTB e do PL contra Parlamentares. Dessa forma, po-

derá ser criada suspeição praticamente generalizada sobre os Parlamentares, o que não representa a verdade em relação a esta Casa. As duas CPMIs e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados precisam de um banho de verdades, a fim de que seja recuperada pelo menos em parte a credibilidade que todos estamos perdendo.

O PPS participa das investigações e acha necessário que sejam aprofundadas. De nada adiantará ficarmos apenas nos discursos e nos embates com os egos que precisam ser enfrentados. A imprensa procura dar espaço cada vez maior às denúncias, de modo que o desgaste atinge todos: uns mais, outros menos, mas certamente atinge todos.

Quaisquer circunstâncias relativas às investigações e aos fatos apurados têm de ser tratadas publicamente. De nada adiantam conversas particulares ou entre Líderes. Neste momento, todos nós, Deputados responsáveis por este Parlamento, de forma aberta e transparente temos de desenvolver ações e não só aproveitar o alcance do rádio, da televisão e da Internet, enfim, dos meios de comunicação. Precisamos entender que não são apenas os meios de comunicação que chegam até a população, mas também os nossos atos, que nos permitem, da forma mais rápida, atingir os nossos objetivos.

Sr. Presidente, o PPS está aberto ao diálogo. As ações que precisamos empreender, além de serem objeto de diálogos, devem ser claras e bem desenvolvidas, a fim de mostrarmos à sociedade que o Congresso Nacional não está envolvido nas circunstâncias de corrupção ora denunciadas.

Queremos apurações firmes e decisivas, principalmente rápidas. Esta Casa não tem justificativa para deixar de trabalhar. Ora, temos matérias a apreciar. Devemos trabalhar e votar tais matérias. As Comissões também, paralelamente, devem levar adiante os seus trabalhos. Esse é o nosso interesse, Sr. Presidente.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

*O Sr. Severino Cavalcanti, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.*

**O SR. HELENO SILVA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. HELENO SILVA** (PL – SE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, gostaria nesta tarde de parabenizar o Presidente Lula pela implantação do Conselho Nacional da Juventude, em solenidade realizada ontem no Palácio do Planalto.

A criação do Conselho foi reivindicação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude da Câmara dos Deputados, da qual fiz parte, atendendo a sugestão de várias entidades e movimentos sociais através de audiências públicas realizadas em diversos Estados do País, inclusive no meu Estado, onde fui o coordenador do encontro.

O Conselho tem a missão de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, na formulação de diretrizes e políticas voltadas para a população jovem, além de promover estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens.

Os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos de idade são atualmente no Brasil cerca de 34 milhões, segundo dados do IBGE. Com a inclusão da faixa etária de 25 a 29 anos de idade, o total é de mais de 47 milhões de jovens. De acordo com a ONU, o Brasil é o quinto país do mundo com o maior percentual de jovens na população.

Daí a importância da implantação desse Conselho e da Secretaria Nacional de Juventude: para que os programas sociais voltados para o atendimento das necessidades da juventude sejam priorizados na elaboração e na execução das políticas públicas do Governo Federal.

Entendemos que muitas necessidades da juventude ainda devem ser supridas, entre elas acesso ao mercado de trabalho; ampliação do crédito educativo para propiciar o acesso ao ensino superior, principalmente de estudantes das camadas sociais mais pobres; incentivos na área do esporte; e criação de uma universidade rural, entre outras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. JAIR DE OLIVEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JAIR DE OLIVEIRA** (PMDB – ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda são imprevisíveis as conseqüências da série de denúncias a que o País tem assistido nos últimos tempos, mas já há pelo menos uma lição muito clara a tirar desta imensa crise: o melhor meio de prevenir e de combater a corrupção é buscar sempre mais transparência nos órgãos públicos, na relação dos Governos com a iniciativa privada, no comportamento das autoridades e dos políticos em geral.

Não vou citar um a um os episódios que surpreenderam o Brasil desde o mês de maio, pois são de conhecimento geral. Quero ressaltar, entretanto, que

por trás de cada um desses casos há uma zona de sombra que permite a ocorrência de irregularidades, seja por falha da legislação, seja por impropriedade do sistema político, seja por ineficiência dos instrumentos de controle dos gastos estatais.

Falemos, por exemplo, da acusação que nos espanta e entristece da existência de “mensalão” para beneficiar Congressistas. Trata-se de suspeita gravíssima que exige profunda investigação e completo esclarecimento e que, no entanto, dificilmente poderia subsistir se houvesse sido feita, no tempo certo, a reformas político-eleitoral de que o País tanto necessita. Aliás, lembro-me de ter alertado para a urgência dessas mudanças já em meu primeiro pronunciamento nesta Casa, no mês de fevereiro passado.

Precisamos modificar as regras de financiamento das campanhas eleitorais, dar mais consistência aos partidos políticos e, principalmente, levar o eleitor a acompanhar com redobrada atenção o desempenho dos Parlamentares, o que certamente ajudará a evitar possíveis desvios.

Da mesma forma, se concorrências públicas são fraudadas e tudo não passa de um jogo de cartas marcadas, como se supõe tenha ocorrido em vários órgãos federais, está evidente que a Lei de Licitações, considerada importante inovação na época em que foi aprovada, já pede aperfeiçoamento. Editais e contratos devem ser tornados mais explícitos; aditamentos e alterações de valores só podem ser admitidos em situações muito específicas; e a conferência do fornecimento dos bens e serviços precisa ser implacável.

Acima de tudo temos de impedir o relacionamento viciado entre Estado, partidos políticos e área privada, pois quem paga a conta da promiscuidade é sempre o Erário, ou seja, todos nós. Quando malas cheias de dinheiro passeiam pelo País sem que se saiba de onde saíram e para onde vão, é certo que em algum momento o bolso do cidadão honesto já foi ou será prejudicado.

Porém, mesmo com tanto a lamentar neste momento, podemos enxergar 2 aspectos positivos que se revelam em meio à sucessão de escândalos. O primeiro é que, apesar de tudo, não se vislumbra na crise política que nos envolve sinal de risco para o regime democrático. As instituições seguem funcionando, e nenhuma pessoa com um mínimo de responsabilidade sequer cogita de propor saída que não seja rigorosamente legal. O outro aspecto animador é que há hoje, tanto na sociedade quanto no Parlamento – e creio que também no Executivo –, forte desejo de que tudo seja devidamente elucidado.

No Congresso, vemos trabalhando o Conselho de Ética e as Comissões Parlamentares de Inquérito.

No Executivo, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da República fazem suas investigações. Além disso, movimenta-se o Ministério Público, e a imprensa está atenta a tudo, cumprindo o seu papel.

Podemos esperar, portanto, que a verdade sobre todas as denúncias apareça e que os culpados recebam a merecida punição. Para isso, será indispensável que também o Judiciário atue de forma ágil, afastando de vez a idéia de impunidade ainda hoje relacionada com esse tipo de crime.

Não podemos esquecer, contudo, que culpados são os 2 lados – o que corrompe e o que se deixa corromper – e que, ao contrário do que foi feito em outras ocasiões, a punição deve atingir ambos. Pois, como disse o grande Rui Barbosa, “*o suborno envilece tanto a mão que o paga como a que o recebe*”.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Pedro Fernandes.

**O SR. PEDRO FERNANDES** (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna fazer um apelo ao Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Nascimento.

São Luís, Capital do nosso Estado do Maranhão, é uma ilha com população de mais de 1 milhão de habitantes. A ela só temos acesso por duas pontes ferroviárias, em pleno funcionamento, e por duas pontes rodoviárias, uma das quais há muito tempo apresenta problemas e a outra ainda está em construção. As obras estavam paradas até pouco tempo. Há 1 ano a primeira ponte foi definitivamente interditada. Foram necessários serviços imediatos de reparação. Na ocasião, finalmente recomeçaram as obras da outra ponte.

O que nos chama a atenção é o fato de que foi realizado serviço emergencial de recuperação de parte da ponte. O restante da construção continua interditado há quase 1 ano – no dia 21 deste mês faz 1 ano que ela foi fechada –, o que tem causado enormes transtornos para a população de São Luís.

Faço apelo ao Ministro Alfredo Nascimento e ao DNIT no sentido de que determinem urgência na conclusão da ponte. Afinal de contas, mais de 1 milhão de pessoas a utilizam, e São Luís precisa ser abastecida. O Porto do Itaqui precisa desse suporte.

A classe empresarial, revoltadíssima, promove várias manifestações. Todos os segmentos organizados da Capital estão preocupados com o andamento da obra, pois a segunda parte ainda nem licitada foi. Foram habilitadas outras empresas, mas o processo foi anulado e agora marcaram nova licitação para o dia 23 – 1 ano depois de iniciada a construção da ponte.

Como disse, Sr. Presidente, necessitamos do apoio do Ministro dos Transportes no sentido de que determine urgência na conclusão da obra. Estamos utilizando precariamente a ponte, com limitação de carga. Muitos veículos estão passando, com grande dificuldade, por uma ponte ferroviária. Para que isso se tornasse possível, foi preciso criar um acesso para a ponte, que é antiga, de 1906, e não merece muita confiança. Estamos com medo, Sr. Presidente, de a ponte ferroviária não dar conta do fluxo do tráfego e complicar mais ainda a situação em São Luís.

Apelo, portanto, para a sensibilidade do Sr. Ministro dos Transportes, que foi ao Maranhão e prometeu resolver o problema em 6 meses. No entanto, no próximo dia 21 ele vai completar 1 ano sem solução.

Muito obrigado.

**O SR. WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, preocupa-me a situação do Congresso Nacional, em especial da Câmara dos Deputados.

As CPMI estão instaladas, os fatos estão sendo apurados, mas é preciso avançar na votação dos itens da pauta. Seria importante o esforço da Presidência da Câmara dos Deputados e das Lideranças partidárias para que retomássemos as votações. O País não pode sofrer as conseqüências dessa paralisação.

Deputado Inocêncio Oliveira, peço o apoio de V.Exa., que exerce grande liderança na Casa e é 1º Secretário da Mesa Diretora, embora, evidentemente, quem a comande seja o Presidente Severino Cavalcanti. Urge reunião da Mesa Diretora com as Lideranças dos partidos, para que os trabalhos da Câmara dos Deputados evoluam.

**O SR. FERNANDO DE FABINHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FERNANDO DE FABINHO** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez venho a esta tribuna triste e preocupado. O Brasil não trabalha, esta Casa não exerce as suas funções e o Governo Federal até agora não disse ao que veio, principalmente no tocante à recuperação das estradas brasileiras, em especial as da Bahia, totalmente sucateadas. Lembro que a Bahia é o terceiro Estado em quilometragem rodoviária do País. As rodovias BR-116 e BR-324, cortam de norte a sul o Estado.

É comum, logo depois de vir à tribuna, receber fax do DNIT ou do Ministério dos Transportes sobre a liberação de recursos para a recuperação das rodovias. Mas nada é feito.

Enquanto isso, as manifestações sociais já começaram nas rodovias federais da Bahia. O trecho sul da BR-116, próximo ao Município de Santo Estêvão, ficou interditado por 3 horas, durante manifestação promovidas por motoristas e Prefeitos da região, com a presença do Presidente da União das Prefeituras Baianas, Prefeito José Ronaldo de Carvalho, e deste Deputado. O intuito era o de chamar a atenção da imprensa nacional e do Governo brasileiro para o fato de as más condições de trafegabilidade das nossas estradas causarem prejuízo enorme àqueles que delas dependem, a exemplo dos caminhoneiros que vivem de fretes e têm as cargas roubadas e os caminhões dilapidados.

Na BR-324, principalmente no trecho entre os Municípios de Tanquinho e Capim Grosso, outra manifestação, que durou 5 horas, formou filas quilométricas de carros e engarrafou o trânsito. Tudo isso para chamar a atenção do Governo Federal para a necessidade de liberação de recursos para a recuperação das rodovias federais, o que poderia acalantar o povo da Bahia, que tantos votos deu ao Presidente Lula.

Por último, parabenizamos o INADEC – Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, que tem como Presidente o Deputado Celso Russomanno. O Juiz Substituto da 2ª Vara da Justiça Federal em Brasília, Charles Frazão de Moraes, concedeu liminar que suspende a cobrança da assinatura básica da telefonia fixa em todo o País.

A tarifa atinge o bolso de cidadãos comuns e de empresários, neste caso com as assinaturas comerciais. Pagamos atualmente de 35 a 60 reais de assinatura básica, sem nenhum serviço prestado. No passado a tarifa até se justificava, mas no presente, com linhas telefônicas à vontade, não podemos continuar pagando-a sem receber nenhum serviço em troca.

Espero que seja aprovado o mais rapidamente possível projeto de lei de minha autoria, que tramita em Comissão Especial da Casa, que dispõe sobre o fim da assinatura básica da telefonia fixa.

Muito obrigado.

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (PSB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo, nos últimos meses, sob o torpor dos escândalos que envolvem as nossas



instituições públicas. Enquanto isso este Parlamento estupefato se encontra quase paralisado, meio perdido nas entranhas da crise que nos assola. Contudo, a sociedade espera um comportamento de responsabilidade e de compromisso com os destinos do País, principalmente em momentos tão graves quanto esses.

Não quero, Sras. e Srs. Deputados, falar da necessidade de envidarmos todos os esforços possíveis para que essas graves denúncias sejam apuradas, sobretudo porque toda a sociedade encontra-se em estado de sobressalto diante de tudo o que está acontecendo. O que não concebo é que isso tudo leve à paralisação de nossas atividades legislativas, como se já não fossem suficientes as obstruções regimentais e corriqueiras a que normalmente assistimos. As repercussões de tudo isso podem ser extremamente danosas para nossa imagem.

Vejo, portanto, com muito bons olhos, Sr. Presidente, a proposta de uma agenda produtiva para os trabalhos desta Casa. A pauta prevista para esta semana já nos traz grande alento pela sua substância. A inclusão de matérias tão importantes quanto a Política Nacional de Saneamento e a Reforma Tributária já indicam claro propósito de que os acontecimentos não se sobrepõem aos interesses da sociedade.

Não creio que hajam impedimentos para que os nossos trabalhos continuem normalmente enquanto funcionam os outros órgãos encarregados de apuração das denúncias até o momento apresentadas.

As eleições do próximo ano já nos obrigará a diminuir o ritmo dos trabalhos. Imperiosamente, sere-mos impelidos a peregrinar pelas bases eleitorais em busca dos votos que possam nos reconduzir a esta Casa, principalmente nos 3 meses que antecederem ao pleito. Isso é perfeitamente normal e previsível. Só nos resta, portanto, este ano e os primeiros meses do próximo para votarmos as matérias de relevância para a população.

Os trabalhos da Casa têm de prosseguir. Assim não pode continuar. As investigações passaram a ser o grande foco e os projetos não estão sendo votados nesta Casa.

Então, faço um apelo nesse sentido.

O Congresso Nacional é hoje uma espécie de *big brother*. Se antes a sociedade encarava as nossas atividades com certo grau de surpresa, hoje nos encontramos no olho do furacão. Todas as nossos movimentos estão sendo diuturnamente acompanhados por todos. Diante disso, votar, votar e votar deve ser o nosso único objetivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores funcionários da Casa, o Brasil vive momento de muita conturbação que assusta a todos. O País não sabe que caminho tomar e o que será do amanhã. Mas existe uma elite que está muito tranqüila quanto a isso, passando ao largo desses problemas. São os banqueiros, que já ganharam muito dinheiro em outras épocas e agora ganham mais do que nunca.

Vejamos as publicações e balanços dos bancos. O Banco Itaú, por exemplo, em 2005, teve um aumento de 34% nos lucros em relação aos 6 meses de 2004, ou seja, faturou 2,6 bilhões de lucro líquido nos últimos 6 meses.

Enquanto isso, infelizmente, o número de títulos protestados aumentou muito; o número de pessoas que entraram no cheque especial aumentou muito; o número de cheques devolvidos aumentou muito; o número de falências também aumentou muito. Mas o lucro dos bancos só aumenta.

O BICBanco está lançando debêntures no mercado externo a 8%. Ou seja, traz o dinheiro a 8% e o empresta para o coitado do aposentado, no crédito pessoal, a 160%.

Será que o Banco Central não consegue ver isso? E isso não acontece só com os bancos particulares. Os bancos oficiais, que deveriam ter um projeto social de empréstimos mais baratos, de financiar a produção, infelizmente, também entraram na mesma ciranda financeira. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e os bancos estaduais não são diferentes dos comerciais, que não têm nenhum compromisso social, simplesmente se beneficiando de um sistema financeiro, comandado pelo Presidente do Banco Central, que infelizmente nada mais faz do que proteger banqueiros e a agiotagem no País.

Sr. Presidente, não posso acreditar que um país possa desenvolver-se com a agiotagem correndo solta. O País, infelizmente, já não consegue financiar sua produção, porque as empresas não conseguem mais pegar dinheiro nos bancos, porque o lucro já nada representa em relação aos juros que elas chegam a pagar.

Sr. Presidente, há necessidade de se mudar esse quadro. O Presidente da República, neste momento tão conturbado que o País vive, deve chamar o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda e dizer-lhes que essa situação não pode durar por muito tempo.

Daqui a pouco, o que haverá? Um número muito grande de ricos e muito ricos e uma grande fatia da população na miserabilidade. Exatamente porque os

juros que se pagam infelizmente são escorchantes, vergonhosos. O povo brasileiro paga a maior carga tributária e a maior taxa de juros do mundo.

Queremos deixar aqui nosso protesto. Não podemos ver empresas quebrando, bancos acionando os pobres credores na Justiça, quando cobram escorchantes taxas de 160% de juros ao ano e têm lucros vergonhosos.

Não pode um Governo, que veio para mudar, que tem compromisso social, deixar esses bancos ganharem tanto dinheiro. Daqui a pouco até os banqueiros vão ficar assustados, achando que estão ganhando demais – mas continuam cobrando juros escorchantes. É contra isso que protestamos.

Agora aplicou-se o golpe no aposentado, fazendo-o ir buscar dinheiro nesses bancos, que estão muito próximos do Governo. Mas ele também já não tem mais como pagar, porque pegou seu pequeno salário da Previdência Social e comprometeu-se com taxas muito altas de juros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. VADINHO BAIÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. VADINHO BAIÃO** (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, infelizmente, peço seja registrado o falecimento, no último domingo, do Dr. Julio César Dadalti Barroso, enterrado, ontem, em São João Nepomuceno, Minas Gerais.

Dr. Júlio César era médico e trabalhava no hospital da também cidade mineira de Ervália. Vai deixar uma lacuna muito grande naquele Município. Deixo minha solidariedade aos familiares, principalmente ao povo ervalense, especificamente o mais humilde.

Conheci Dr. Júlio César recentemente e percebi o carinho, o profissionalismo e principalmente a atenção que dedicava aos mais pobres. Tenho certeza de que Ervália, o Hospital Jorge Caetano de Mattos e a Zona da Mata Mineira vão sentir muito sua falta.

Muito obrigado.

**O SR. JOÃO FONTES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO FONTES** (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo sofredor do Brasil que nos acompanha pela *TV Câmara*, é lamentável que a cada hora surja um fato novo neste bolo de denúncias de corrupção no País.

Tenho acompanhado a CPMI dos Correios. Para tristeza nossa, mais um acontecimento surge. O Se-

nador Demóstenes Torres fez a denúncia de que o esquema Valério, esquema PT ou esquema cúpula do PT, que já levou muitos nessa enxurrada de denúncias, traz fato novo.

Quem poderia imaginar que esse esquema também patrocinava orgias aqui, em Brasília! Imagine, povo brasileiro, que está estarecido com todas essas denúncias: o esquema Valério/PT promovia, por intermédio de uma cafetina famosa do Distrito Federal, a Sra. Jane, a contratação de mulheres, de garotas que atendiam em 14 apartamentos alugados nos grandes hotéis de luxo. Inclusive o Blue Tree, onde foram expulsos do PT Heloísa Helena, Babá e Luciana Genro – aquela fatídica expulsão a que fomos submetidos. Havia 14 apartamentos alugados naquele hotel, a fim de que a Sra. Simone Vasconcelos pagasse à Dona Jane pela contratação de mulheres para esse esquema do mensalão.

Mais grave ainda, Sr. Presidente, é a nota recém-publicada pelo Ministro de Minas e Energia de Portugal, que recebeu o Sr. Marcos Valério como representante do Governo Lula. Imaginem! Realmente, Marcos Valério tinha grande prestígio com este Governo. Ele foi recebido por um Ministro de Portugal na condição de Assessor do Presidente Lula, representante do Governo brasileiro. A que ponto chegamos!

O povo brasileiro exige que sejam apuradas essas denúncias. Aqueles Deputados que se vangloriam do passado guerrilheiro, da luta contra a ditadura podem acrescentar aos seus currículos cassação e prisão por corrupção, porque o povo não mais agüenta assistir a esse mar de impunidade num Brasil que só leva para a cadeia os ladrões de galinhas e de xampus, os pobres.

O povo quer ver na cadeia essa quadrilha montada para assaltar o País, para saquear e tirar o dinheiro dos cofres públicos que seria destinado para as estradas, que estão acabadas, para a área de saúde, que é ineficaz, e para a educação, que foi usurpada por esse grupo que se arvorou, no passado, de paladinos da moralidade, gritando, o tempo inteiro, pela ética e a decência. Agora, a máscara caiu.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço a Deus que abençoe este País, que dê rumo à cabeça dos nossos governantes. O povo não mais aceita acordão, *pizza*, impunidade; quer ver na cadeia esses vampiros que tiraram seu dinheiro. É lamentável abrir os jornais e ler manchetes, na *Folha de S. Paulo*, por exemplo, divulgando que a cafetina Jane patrocinava orgia nos hotéis de Brasília para integrantes do esquema do mensalão, Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Marcos Valério.

O povo brasileiro não agüenta a idéia de que Sílvio Pereira, que mal sabe falar o nome, ou Delúbio Soares sejam os artífices desse mensalão. Aliás, criou-se, agora, na República, o grupo daqueles que não sabiam. Poderíamos batizar o PT de partido dos que não sabiam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de ler trechos de nota que reflete bem o momento pelo qual estamos passando:

“Brasil em crise

Com o país estagnado, o desemprego subindo, as condições de vida da população deteriorando-se, era natural que a crise econômica e social transbordasse para a política. E o Governo Lula, infelizmente, vai sendo conduzido para a armadilha que ele e o próprio PT construíram. Deu as costas aos seus eleitores enquanto, frente aos grupos poderosos daqui e de fora, adotou uma postura servil.

(...)

Em meio a estas forças, espreme-se um Governo fraco, incompetente, que superestimou sua cooptação política. Julgou que estava dominando, mas teceu as teias de sua própria dominação. A desastrada política dos governadores, a empáfia da dupla Genoíno-Dirceu, o excesso de poder e as concessões à equipe econômica, tudo foi tornando o Governo refém de métodos que jamais poderiam dar certo. Não atacaram a natureza do modelo econômico, julgavam-se tão competentes que poderiam administrá-lo!

Num país como o nosso, o Presidente da República – e Lula, mais do que qualquer outro – é um símbolo, um líder, um norte para toda a Nação. Quando este símbolo é forte, quando tem um significado inequívoco para todos, quando representa um caminho, um destino, todo o País nele se espelha e se orienta. Foi assim com Vargas, foi assim com Juscelino e poderia ser assim com Lula.

Mas a verdade é que temos um Presidente fraco, confuso e, porque não dizer, que contradiz aquilo que sempre significou para a população. Em lugar de líder, torna-se, por fraqueza e incoerência, ele próprio, um prisioneiro das pressões e interesses poderosos.

Rei fraco, disse o poeta, faz fraca a forte gente. O Brasil e o povo brasileiro não sairão da crise com um Governo incapaz de enfrentar a espoliação que este País vem sofrendo. O Governo Lula não vem tendo esta coragem e, infelizmente, parece estar perdendo até mesmo este objetivo, que deveria ser ponto de partida.

Sr. Presidente, essa nota foi escrita por Leonel Brizola, em 31 de julho de 2003. A atualidade dessas palavras parece ser uma visão do que aconteceria numa época em que apenas o modelo econômico poderia se condenar, mas hoje podemos ver que, por trás do sistema de cooptação, havia um mar de lama que precisa ser devidamente varrido da história do País.

Para isso, Sr. Presidente, PDT, PPS, PV, P-SOL, PCB e PSTU estão programando uma série de atos. O primeiro deles ocorrerá em Fortaleza, dia 5 de agosto, na Praça do Ferreira, um símbolo das lutas políticas da Capital cearense.

Estamos convidando todos os companheiros Parlamentares que não se conformam e que se sentem indignados com o mar de lama que aí está a se unirem à voz uníssona da população e dizer: Basta! Definitivamente, basta!

Temos plena convicção de que o Brasil é bem maior do que essa crise. E, sem dúvida, saberemos usá-la como uma ruptura desse modelo econômico e desse sistema político que precisam ser imediatamente modificados, para que o Brasil volte a ser o País dos nossos sonhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MILTON CARDIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MILTON CARDIAS** (PTB – RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que o modal rodoviário é a principal forma de transporte utilizada no Brasil, por onde passa grande parte da nossa riqueza. No Estado do Rio Grande do Sul não é diferente, pois sua economia depende fortemente das condições do transporte rodoviário. Não obstante a importância desse modal para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, a situação das rodovias é crítica, sendo o principal problema, justamente, a falta de manutenção.

Uma das rodovias mais importantes é a BR-386, que corta todo o território gaúcho para transportar os grãos lá produzidos, principalmente, na região norte. Essa rodovia, fundamental para o crescimento do Rio Grande do Sul, encontra-se hoje em péssimas condições de trafegabilidade, principalmente no trecho que

liga as cidades de Iraí e Sarandi, resultando no aumento do custo do frete e do número de acidentes.

Depois de vários anos sem obras de restauração, em 2004, o Governo Federal começou a recuperar aquele trecho da rodovia no âmbito do Plano Integrado de Revitalização – PIR. As obras, no entanto, foram paralisadas em razão da falta de solução para o problema gerado pela edição da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, que delegou parte daquele trecho para o Governo do Rio Grande do Sul e do veto total ao seu projeto de lei de conversão, em maio de 2003. Hoje, parte da rodovia está sob jurisdição da União e outra parte sob a responsabilidade do Estado.

Portanto, existe hoje sério embate entre a União e o Governo gaúcho que envolve boa parte da malha rodoviária entregue ao Estado por meio da MP nº 82, de 2002. No meio dessa indefinição institucional encontra-se a comunidade servida por essas rodovias que, sem a proteção de qualquer uma das esferas de Governo, continua obrigada a conviver com as precárias condições da malha rodoviária.

Diante disso, Sr. Presidente, encaminhei à Mesa desta Casa indicação ao Poder Executivo exigindo solução da pendência institucional causada pela edição dessa medida provisória e o veto ao seu projeto de lei de conversão, para que possam ser retomadas imediatamente as obras de recuperação da BR-386, principalmente no trecho entre as cidades de Iraí e Sarandi, no Estado do Rio Grande do Sul.

Que Deus continue nos abençoando.

**O SR. GERALDO RESENDE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GERALDO RESENDE** (PPS – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, matéria publicada hoje, pela **Folha de S.Paulo**, denuncia os indicadores de saúde desfavoráveis que atingem a população negra brasileira.

Como é de conhecimento dos nobres Parlamentares com quem convivo nesta Casa, tenho atribuído interesse especial à temática da saúde em meu mandato, até por conta de minha formação e atuação profissional na condição de médico e ex-gestor estadual de saúde.

A reportagem a que me refiro, intitulada *Mortalidade de negros é maior do que a de brancos*, do caderno *COTIDIANO* desse prestigiado jornal, baseou-se em pesquisas feitas a partir de dados coletados em 1999, frutos da análise dos óbitos de 236.025 pessoas em São Paulo.

Sou Parlamentar do PPS, por Mato Grosso do Sul. Portanto, meu interesse nesses dados reside sobretudo em interpretar que o quadro preocupante não se resume ao Estado de São Paulo.

Essas informações podem ser compreendidas como símbolo de uma situação que alcança várias regiões brasileiras, inclusive meu Mato Grosso do Sul. Particularmente, o caso de Dourados, com a morte de várias crianças indígenas, despertou interesse nacional e espaço na grande mídia. Em ambos os casos, há um fator semelhante, ou seja, a necessidade de políticas específicas, ditas afirmativas, voltadas para segmentos étnicos desfavorecidos, as chamadas minorias.

As políticas públicas de saúde merecem cuidado e devem estar voltadas para atender à população em geral. No entanto, a denúncia que traz hoje a **Folha de S.Paulo** serve para evidenciar que alguns casos específicos continuam a demandar a sensibilidade do setor público brasileiro.

No caso dos negros, por exemplo, ainda é incipiente o diagnóstico e as informações sobre a anemia falciforme, doença que atinge preferencialmente descendentes de africanos no Brasil e que em alguns casos mais graves pode levar à morte.

Segundo a jornalista Luísa Brito, responsável pela matéria da **Folha de S.Paulo**, a taxa de mortalidade de negros é, em muito, superior a de brancos. Além disso, a incidência de morte por AIDS é duas vezes maior entre os afro-descendentes. Da mesma forma surpreendente, a pesquisa serve para mostrar que a mortalidade entre gestantes negras representa mais de 6 vezes a de grávidas de cor branca.

É praticamente certo que se outras pesquisas de escopo equivalentes forem feitas em outros Estados, teremos resultados iguais ou talvez ainda mais perversos.

Nesse ponto, retomo o foco sobre o meu Mato Grosso do Sul, Estado pelo qual fui eleito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho utilizado invariavelmente esta tribuna para denunciar o desvio de recursos que vem ocorrendo em Mato Grosso do Sul por meio da chamada Lei do Rateio, maquinação jurídica que tem permitido aplicar dinheiro que a Constituição determina para as áreas de cunho social, saúde, educação, em ações de ordem administrativa. O prejuízo atinge a cifra dos milhões. Isso anualmente. Infelizmente, é um equívoco que permanece ocorrendo.

Se a saúde brasileira é frágil, como aponta a reportagem que acabo de citar – e isso em vários pontos do País –, quanto mais no meu Estado, onde o dinheiro tem tomado destinos equivocados, prejudicando as

vítimas de sempre, a população carente, aí incluídos brancos, negros e indígenas.

Na condição de Parlamentar, tenho esperança de que dias melhores virão para a saúde pública nacional e, sobretudo, para o meu Mato Grosso do Sul.

**O SR. ZÉ GERALDO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, quero deixar registrado desta tribuna que hoje sai de Belém, uma caravana de lideranças do movimento social, representantes de Câmaras de Vereadores e de Prefeituras da região oeste do Pará, mais precisamente da Transamazônica, pólo Santarém – Itaituba – Altamira, para, na próxima semana, fazer uma rodada de negociação com os Ministérios que estão discutindo o plano da BR-163, que tem uma ampliação para toda aquela região que envolve também a BR-230, conhecida como Rodovia Transamazônica.

Nos últimos 30 anos, essa região ficou abandonada, mais ainda nos últimos 10 anos, em que as rodovias, durante os Governos passados, sequer recebiam recuperação, sequer tinham contratos regulares assinados com as empresas ou com as Prefeituras. O Governo começa a agir naquela região com o entendimento de que ainda se deve acelerar a estruturação dos órgãos federais, principalmente INCRA, IBAMA e INSS.

É preciso também que o Ministério dos Transportes acelere a conclusão do seu projeto básico ambiental, para que no próximo ano já possamos dar início à construção da BR-163, como também a continuidade da construção da Rodovia Transamazônica. Queremos, ainda neste ano, iniciar a construção de alguns trechos.

Essas lideranças chegarão a Brasília na sexta-feira, ficarão acampados na CONTAG e permanecerão por aqui alguns dias. Elas pretendem sair daqui com algumas negociações feitas com os Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, da Educação, com o INCRA e com o IBAMA, para que realmente aquela região possa sair daquele sufoco que nos impuseram durante tantos anos.

O Congresso vive um momento difícil e o Governo também. Tenho certeza de que nos próximos dias vamos sair dessa agenda só de CPIs e de denúncias, para avançarmos no sentido de fazer com que os recursos públicos, que já estão aprovados no Orçamento, possam ser aplicados. Aliás, o povo brasileiro já mostrou, segundo as últimas pesquisas, que aprova o Governo e que está com o Presidente Lula. A Opo-

sição já chegou à conclusão de que o **impeachment** do Presidente Lula – como pensavam – caiu por terra. O brasileiro é um povo inteligente, está acompanhando os fatos. Quem errou que pague pelo erro. O Parlamentar que mereça ser cassado, que o seja. Aquele que necessita fazer sua defesa, que o faça.

Espero que não tenhamos aqui cassações políticas, mas cassações daqueles que realmente cometeram erros e precisam ser punidos.

Era este o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. GERVÁSIO SILVA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GERVÁSIO SILVA** (PFL – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito triste vermos o plenário vazio e não votarmos nesta tarde. O acordo que precisa ser feito no Congresso é o seguinte: os Parlamentares membros das CPMIs devem fazer seu trabalho, mas os Plenários da Câmara e do Senado deverão continuar apreciando as matérias que estão em tramitação. O País não pode parar em razão da indecisão e da falta de ação do Congresso neste momento.

Podem ter certeza de que a conta será paga por todos nós, envolvidos e não envolvidos nesse mar de lama. Estamos aqui, sim, para servir ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, vários Parlamentares que me antecederam falaram das rodovias federais nos seus Estados. Em Santa Catarina não é diferente.

No nosso Estado, temos 8 rodovias federais: BRs 280, 282, 470, 101, 116, 153, 158 e 163 – praticamente 3 mil quilômetros de rodovias federais, Deputado Ivan Ranzolin, e somente 216 duplicados. Mas o pior não é isso, todas em péssimo estado de conservação, sem sinalização, esburacadas. Realmente, é uma tragédia as rodovias federais no Estado de Santa Catarina, sem falar na duplicação da BR-101, palco de tantos discursos políticos. As coisas não andam, não se sabe como estão.

Na verdade, quero falar de emenda que apresentemos à Medida Provisória nº 252. Apelei para o Líder do meu partido, o PFL, no sentido de que só a votemos se estendermos o ato cooperativo às cooperativas de transporte rodoviário de carga. Esta é a única maneira que temos de fazer com que o caminhoneiro autônomo sobreviva.

Uma das piores profissões que temos no País é a de caminhoneiro. Não tem segurança, como disse anteriormente, além de estradas em péssimas condições, carga tributária insuportável, roubo de cargas e

de caminhões a todo momento. Essa é a única maneira de pararmos com a discriminação a esse setor que não está atendido pelo ato cooperativo.

Em termos de recolhimento de impostos, não haverá significativa diminuição de arrecadação de tributos federais, mas irá fazer justiça a uma categoria marginalizada, desprotegida, que pertence a um setor estratégico para a sobrevivência da atividade econômica do País, que é o transporte rodoviário de cargas. Irá fazer justiça a uma categoria sofrida, como já disse antes, que enfrenta a desproteção até das polícias estaduais e da própria Polícia Federal; a uma categoria que está a mercê de assaltos, que não tem o reconhecimento do Poder Público. A sobrevivência dessa categoria está em nossas mãos, na Medida Provisória nº 252, ou seja, estendermos o ato cooperativo às cooperativas de transporte, para amenizar a carga tributária, fazendo justiça a um setor tão importante para a economia do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ORLANDO FANTAZZINI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

**O SR. MAURO PASSOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MAURO PASSOS** (PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na linha da manifestação do Deputado Orlando Fantazzini, ressalto que também participei ativamente das discussões havidas, e na visita que fizemos hoje ao Procurador-Geral da República levamos a preocupação não só deste grupo, mas de todos os Deputados que querem a apuração dos fatos, querem que as pessoas envolvidas neste escândalo sejam devidamente punidas, querem que esta Casa não caminhe, eventualmente, na direção de composição, um pacto, uma arrumação. Não é hora de arrumar nem de ajustar; é hora, sim, de levarmos às últimas conseqüências as apurações desses fatos que estão sendo noticiados dia após dia, semana após semana.

Mostramos nossa preocupação ao Sr. Procurador, que nos informou as condições em que a sua equipe, dentro da Procuradoria, está trabalhando. É um trabalho responsável, de fôlego, pois tem de ser feita uma triangulação, uma comparação não apenas dos depoimentos, mas principalmente dos documentos. O

Ministério Público trabalha com base na documentação e no cruzamento das informações sobre as pessoas que estão sendo citadas nos depoimentos, e o Procurador-Geral, Deputado Adelor Vieira, fez-nos essa ponderação, que nos pareceu muito apropriada, neste momento, para que não se produzam vítimas nesse processo. Precisamos manter a imparcialidade, mas não podemos criar vítimas, e sabemos o prejuízo que acarretará uma falsa acusação, uma falsa identificação, não só no aspecto político como no plano familiar, para qualquer pessoa envolvida nesse processo. Então, pareceu-nos que o procedimento do Ministério Público está em sintonia com o da Receita Federal e o da Polícia Federal, e esses órgãos estão tendo condição de analisar não só os depoimentos, mas todos os documentos até agora apresentados. Portanto, Sr. Presidente, esperamos que esta Casa tenha a mesma responsabilidade, a mesma preocupação.

Não nos parece, repito, oportuno qualquer movimento no sentido de buscar um pacto. Este é um momento em que todos devemos estar atentos e fazer com muita responsabilidade as devidas investigações, inclusive no plano legal, para darmos a resposta que a sociedade nos está cobrando. Assim sendo, deixo este chamamento, que, eu diria, é até coletivo: esta não é hora para pacto, e sim para a apuração rigorosa de todos os fatos, com as devidas conseqüências em função do que vier a ser apurado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência informa aos telespectadores da *TV Câmara* e ao Plenário que cada membro da Mesa tem direito a indicar um representante para receber a Ordem do Mérito Legislativo. Assim sendo, a Presidência pediu o *currículum vitae* do Dr. Dorany Sampaio, que é há mais de 10 anos é presidente regional do PMDB de Pernambuco, onde exerceu vários mandatos como Deputado estadual, também pelo PMDB, e foi ainda superintendente da SUDENE e Secretário de Estado, cargos em que se houve muito bem. Foi também presidente da OAB por longo período, tendo-se havido aiosamente na função, e hoje é Chefe da Assessoria Jurídica do Governador Jarbas Vasconcelos. Por tudo isso, a Presidência fez justiça a esse que é um dos grandes homens públicos do nosso Estado.

O 1º Secretário da Mesa tem o direito de indicar uma personalidade com relevantes serviços prestados ao País. Portanto, estou indicando o Presidente regional do PMDB. Para isso pedi seu *currículum vitae*, e dou conhecimento ao Plenário da importância desse homem público para a vida política do nosso País.

**A SRA. LUCIANA GENRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. LUCIANA GENRO** (Sem Partido – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, os últimos noticiários têm sido bastante fartos em novidades no que se refere às denúncias que se avolumam, no mar de lama que toma conta do nosso País, do Governo e particularmente do PT. No dia de hoje a imprensa noticiou que o PT do Rio Grande do Sul, o meu Estado, recebeu, por intermédio do seu tesoureiro Marcelino Pies e do Sr. Paulo Antônio Bassotto, a quantia de R\$1,2 milhão.

Faço este registro não só por ser gaúcha e por ter militado no PT durante quase 20 anos antes de ser expulsa, com muita honra, por aqueles que hoje estão sentados no banco dos réus, mas também porque o PT gaúcho é dirigido pela esquerda do PT. O Presidente do PT no Estado, Davi Estival, é da articulação de esquerda. O candidato a Prefeito de Porto Alegre nas eleições de 2004, Deputado Raul Pont, é da DS. Portanto, é muito grave o que está acontecendo. A esquerda petista, que nada tem a ver com o “valerio-duto”, com os esquemas montados para fazer caixa 2 para as campanhas eleitorais, que nada tem a ver com os atos dos Srs. Delúbio, Silvinho e José Dirceu – e, na minha opinião, também do Presidente Lula –, porque não participou desses esquemas, acaba também sendo engolfada por esta crise, porque o dinheiro arrecadado pelo esquema Delúbio Soares, José Dirceu e companhia acabou indo parar nas campanhas eleitorais de vários candidatos do PT, inclusive os da esquerda, como é o caso do Deputado Raul Pont, que concorreu à Prefeitura de Porto Alegre. O Diretório Nacional do partido repassava esses valores para algumas campanhas.

A situação é muito crítica. Saúdo os companheiros que formaram o grupo PT Livre. Devem decidir, e com urgência, os problemas com o Partido dos Trabalhadores, porque está cada vez mais evidente que não há salvação para o PT, já que o problema do partido não é somente ético e moral, não é somente o comportamento de alguns dirigentes, que poderão ser expurgados; é um problema político. O comando nacional do PT resolveu governar com e para a burguesia e acabou utilizando-se dos mesmos métodos dela, baseados na filosofia de que o dinheiro compra tudo e todos. Foi assim que eles operaram nos últimos anos, desde o tempo da denúncia do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, que foi injustamente expulso do PT. Na ocasião, aquele companheiro, que era da minha corrente no Diretório Nacional e votei contra a sua expulsão, denunciou, porque então já estava claro, que havia um esquema

de arrecadação ilícita de recursos, mas o Presidente Lula protegeu seu compadre Roberto Teixeira e determinou a expulsão do Sr. Venceslau.

Portanto, há uma doença espalhada por todo o PT, e essa doença começa a contaminar todos os seus membros; mesmo aqueles cujas biografias nada têm em comum com os esquemas de Marcos Valério também serão atingidos e enlameados. Por isso é fundamental a construção de uma alternativa de esquerda para o Brasil que possa mostrar ao nosso povo que não é necessário continuar sustentando Lula para impedir a volta de Fernando Henrique, do PSDB e do PFL – porque, além de seu próprio carisma, esta é a explicação para os índices de popularidade que o Presidente Lula ainda detém: o povo teme a volta do PFL e do PSDB, da turma de Fernando Henrique. Nosso povo já teve essa experiência e não quer repeti-la.

Se não apresentarmos uma alternativa urgente para ocupar esse enorme espaço vazio à esquerda que o PT está deixando no seu processo de degeneração e morte como partido que representa os interesses da classe trabalhadora, estaremos correndo risco de um retrocesso político no País. E não podemos permitir que aqueles que já governaram, que já fizeram as mesmas falcatruas, voltem ao poder fazendo-se passar agora por defensores da moralidade.

Sr. Presidente, deixo aqui meu lamento e minha perplexidade por ver o Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul envolvido nessas denúncias de corrupção, e também meu apelo àqueles militantes socialistas honestos que ainda estão no PT: não permitam que suas biografias sejam enlameadas! Não permitam que seus nomes sejam utilizados em prol de um projeto que nada mais tem a ver com o socialismo nem com a defesa dos interesses dos trabalhadores!

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – A Presidência quer, de público, prestar solidariedade ao Deputado João Paulo Cunha, que exerceu a Presidência da Câmara na Legislatura anterior, tendo sido eu o seu 1º Vice-Presidente e testemunhado sua lisura, sua seriedade, seu espírito público e a dignidade com que dirigiu esta Casa, com sua maneira correta e decente de agir. Trata-se de uma pessoa da melhor qualificação, de um dos melhores Presidentes que esta Casa já teve, e sinto-me no dever, nesta hora, de ressaltar o homem público sério e correto que S.Exa. é. (*Palmas.*)

**O SR. ADELOR VIEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra por 3 minutos.

**O SR. ADELOR VIEIRA** (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, chamo a atenção do Ministério responsável pela Delegacia Regional do Trabalho em Joinville. Não há necessidade de citar nominalmente o Ministro nem a Pasta.

Estranha-me muito o fato de estar sendo levada a efeito uma campanha para doação de móveis e equipamentos para a Delegacia Regional do Trabalho em Joinville. Isso pode deixar os servidores daquela repartição em uma situação muito constrangedora. Por exemplo, suponhamos que, ao chegar a alguma empresa para fiscalizá-la, o fiscal ouça do diretor dessa empresa que a escrivanhinha ou a mesa de reuniões da repartição daquele funcionário foi presente da empresa. Ora, o País não precisa disso!

Quem não se lembra da visita de um grupo de empresários ao Planalto com o objetivo de avaliar o quanto seria investido na reforma do Palácio do Governo Federal? Não seria essa a ante-sala da corrupção? Ora, por que não seguirmos o procedimento correto? Repito: o Governo do Brasil não precisa disso! Para as instalações públicas existe dotação orçamentária. Lembremos que sempre se cria um compromisso entre quem faz o mimo e quem o recebe; por isso, Sr. Ministro, Sr. Delegado Regional do Trabalho, por favor, nem que insinuado seja, não aceitem esse tipo de procedimento! Vamos dar um exemplo de que estamos dispostos a ter um Brasil diferente!

Já existe legislação específica que proíbe a autoridade brasileira de receber presentes, mas estou, juntamente com minha assessoria, preparando um projeto de lei que proíba o Governo como um todo, na Administração Direta ou Indireta, nas autarquias, de receber qualquer benefício em termos de contribuição, de instalação, de reforma, de melhoria, de máquina, de equipamento, de móveis, de utensílios ou de qualquer espécie. Entendo que essa é a porta que se abre para a corrupção que grassa neste País.

Sr. Presidente, vamos apresentar esse projeto, sim, mas quero, mais uma vez, lembrar ao Sr. Ministro e aos senhores responsáveis que esta não é apenas mais uma manifestação, e sim uma declaração da sociedade catarinense, particularmente da minha região, Joinville. A matéria que hoje está estampada no jornal *A Notícia*, na parte que toca ao anexo AN Cidade, informa que a Delegacia Regional do Trabalho de Joinville está, Deputado Ivan Ranzolin, angariando móveis e equipamentos junto aos empresários do comércio e da indústria para aquela repartição pública, e isso não é admissível. Temos recursos suficientes para equipar os órgãos públicos, ou deveríamos ter; se não, que fique a repartição sem móveis, sem equipamentos, mas não receba essas doações, porque isso enseja uma ante-sala para a corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. REINALDO BETÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. REINALDO BETÃO** (PL – RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabéns a Comissão de Defesa do Consumidor, que aprovou na última quarta-feira o Projeto de Lei nº 5.476/01, de autoria do Deputado Marcelo Teixeira, do PMDB do Ceará, projeto esse que propõe o fim da cobrança de assinatura básica nas contas telefônicas. Não resta dúvida que a taxa é abusiva, pois cobra-se um valor fixo, independentemente do número de ligações feitas pelo usuário. Apesar de a matéria ainda ter de passar por 3 comissões na Câmara e pelo Senado, além de ter de ser sancionada pelo Presidente Lula antes de entrar em vigor, estou certo de que as duas Casas farão justiça e o povo sairá ganhando.

Outra boa notícia é a de que a Justiça Federal de Brasília suspendeu ontem, dia 1º, por liminar, a cobrança dessa assinatura básica mensal por todas as concessionárias que operam os serviços locais: TELEMAR, Telefônica, Brasil TELECOM, SERCOMTEL e CTBC Telecom. A decisão do juiz substituto da 2ª Vara Federal de Brasília, Charles Renaud de Moraes, foi a resposta ao pedido do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – INADEC, formulado em ação civil pública.

Um fato interessante, que merece destaque: outrora, o consumidor também pagava a assinatura básica mas era o dono da sua linha telefônica. Hoje a situação é bem diferente: o cidadão apenas aluga a linha. Assim, só quem leva vantagem são as companhias de telefonia.

Além da redução das contas telefônicas para o serviço de telefonia fixa, o fim da assinatura básica terá ainda impacto positivo no preço do pulso telefônico das ligações feitas a partir de telefones públicos.

Contudo, Sr. Presidente, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Pedro Jaime Ziller, fez um alerta aos Deputados da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa. Ele explicou que uma eventual redução ou mesmo o fim da assinatura mensal forçaria a uma revisão tarifária. A estrutura de cobrança pelos serviços, de acordo com os contratos e com a própria lei, considera a média ponderada entre os custos da assinatura, do pulso, do valor de instalação e outros itens. Temos que ficar atentos para que o pulso não fique mais caro. A assinatura básica, que varia entre R\$30 e R\$35, dependendo de cada Estado, corresponde hoje a 40% das receitas das em-



presas de telefonia local e representou R\$13 bilhões no faturamento das teles no ano de 2004. Não há nenhuma justificativa para se cobrar R\$0,34 por pulso na assinatura básica e R\$0,13 por pulso excedente nas chamadas locais. Nota-se que se está cobrando pelo mesmo serviço valores diferenciados sem qualquer justificativa.

Quanto à cobrança de assinatura básica, estamos diante de uma verdadeira venda casada, pois o consumidor está sendo obrigado a pagar por um serviço independentemente de sua utilização, e o valor não lhe é devolvido nem compensado nas faturas seguintes se ele desse serviço não se utilizar no período válido de faturamento, que é de 30 dias, o que viola o art. 39, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor.

Portanto, parabênizo os integrantes da Comissão de Defesa do Consumidor, e o Deputado Federal Celso Russomanno pelo excelente trabalho que fizeram em prol de milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ainda referir-me ao *Plenarinho*, site infantil da Câmara dos Deputados, dedicado à política e à cidadania, que completa 1 ano no próximo dia 6 de agosto. Para comemorar a data com o público de internautas mirins foram programadas atividades virtuais, como a Ginca na do Plenarinho, uma brincadeira interativa de caráter informativo e educativo. A competição, que ocorrerá no período de 1º a 10 de agosto e terá o resultado divulgado no dia 12 de agosto, será composta de 4 etapas sucessivas: Cadastramento no Clubinho, Corrida da Matemática, Teste do Sabe-tudo – com questões relativas aos personagens da Turma do Plenarinho, conhecimentos gerais, História do Brasil, Geografia e Ciências – e Concurso de Textos. Os vencedores serão premiados com livros, CDs e DVDs infanto-juvenis.

Outra novidade é a história animada “*Viva o Plenarinho*”, que será lançada na página eletrônica no dia 8 de agosto, contendo o histórico e objetivos do site, experiências positivas, entrevistas com crianças e professores e um bate-papo virtual das crianças com todos os personagens do *Plenarinho*, entre outras novidades que também estão na programação.

O *Plenarinho* é o principal canal de interação entre a Câmara dos Deputados e o universo infantil, formado por crianças, pais e educadores. Por meio de linguagem acessível, o site leva ao público noções de política, cidadania, democracia, processo legislativo e atuação parlamentar. Fornece ainda subsídios para pesquisas e notícias sobre assuntos diversos, como História do Brasil e do Parlamento, saúde, educação, cultura e meio ambiente. Uma de suas seções, o “Clubinho”, já conta com cerca de 8 mil usuários cadastrados.

Lançado em agosto de 2004, o *Plenarinho* chegou a atingir a média de 4 mil acessos por dia. Logo nos primeiros meses de existência foi indicado para o prêmio IBEST em duas categorias: infantil e educacional. Em janeiro deste ano ganhou reconhecimento internacional por intermédio da Rede Direitos Humanos e Cultura, que premia as melhores páginas da Internet em língua portuguesa.

Parabênizo, portanto, os idealizados do site *Plenarinho*, bem como o Presidente Severino Cavalcante por valorizar, incentivar e proporcionar as condições de acesso a esse instrumento em todo o País.

Era só para o momento. Muito obrigado.

**O SR. RAIMUNDO SANTOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RAIMUNDO SANTOS** (PL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo a esta Casa no sentido de que seja votado o Projeto de Lei nº 3.009, de autoria do Senado Federal, que está tramitando no Congresso Nacional há 8 anos. O projeto estabelece que as barragens para geração de energia elétrica e as eclusas devem ser construídas simultaneamente, para que a navegação dos rios não seja interrompida.

Sr. Presidente, há hoje no País uma perversa e irracional utilização dos modais de transporte. Utiliza-se muito pouco o modal hidroviário, o mais barato e justamente aquele que menos afeta o ambiente. As obras de construção de algumas eclusas arrastam-se há 20 anos. Só para citar alguns exemplos, a de Tucuruí, no Estado do Pará, acaba de receber cortes do valor já empenhado; a de Boa esperança, no Rio Parnaíba, Piauí, e a de Lajeado, no Estado do Tocantins, já se arrastam há 6 anos. Há vários rios em que a navegação está impedida por falta de eclusas, a despeito de as barragens terem sido construídas, como, por exemplo, os Rios Paranaíba, Grande e Paranapanema.

Minha preocupação é a seguinte: há mais 4 projetos hidrelétricos em andamento, e sabemos que eles não contemplam a construção de eclusas, e sim apenas de barragens, o que configura um crime contra a economia nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nome do Dr. Martinho Cândido Veloso dos Santos foi submetido à apreciação da Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado Federal, no dia 15 de março de 2005, para ocupar o cargo de Diretor de Infra-estrutura Aquaviária do DNIT. Sabatinado por aquela insigne Comissão, o Dr. Martinho Cândido, além de destacar, com equilíbrio e vasto conhecimento de causa, a missão da Diretoria em questão, que envolve “as atribui-

*ções de implantar e manter as estruturas portuárias e as vias navegáveis interiores”, fez um precioso alerta sobre o perfil da matriz de transportes no Brasil. Com seu vasto conhecimento, aprofundou-se na questão hidroviária, enfatizando:*

“Somente por meio da utilização racional das hidrovias interiores será possível modificar o perfil da matriz de transporte do País. A perversa e irracional distribuição entre os modos de transporte faz com que, absurdamente, o crescimento do País no que tange à expansão do transporte de sua produção esteja calcado quase que exclusivamente nos modais terrestres, majoritariamente no rodoviário, destruindo, muitas das vezes desnecessariamente, um patrimônio de valor inestimável representado pelas nossas estradas de rodagem, cuja implantação e manutenção implicam elevados custos para o País. Adicionalmente, há de se considerar que o transporte por via aquaviária, para grande volume de cargas, sobretudo a grandes distâncias, é imbatível em seus custos. A hidrovia, ao contrário dos demais modais, não se deteriora pela utilização crescente, até pelo contrário. Diferentemente do que muitos afirmam, de forma precipitada ou por desconhecimento, esse é, sem dúvida, o modal de menor impacto ambiental, além do mais seguro para movimentação de cargas perigosas, especialmente pelo reduzido risco de acidentes, preservando não somente os bens e o meio ambiente, mas, sobretudo, a vida humana. Não obstante, menos de 3% das cargas transitam pelas hidrovias.”

Oportunamente, ressaltou o sabatinado:

“Entre os principais problemas do sub-setor hidroviário brasileiro, está, indiscutivelmente, o uso concorrente dos rios pelo setor hidrelétrico. Ao contrário da prática corrente em vários países do mundo desenvolvido, na Europa e na América do Norte, onde a implantação das barragens contempla também investimentos no uso múltiplo dos recursos hídricos, no Brasil, são sistematicamente construídas barragens, principalmente para fins de geração de energia elétrica, sem que, concomitantemente, sejam implantadas as eclusas de navegação. Quando muito, é deixado ao setor de transporte o encargo e o ônus de construí-las. Como resultado, estão aí as eclusas de Boa Esperança, no rio Paranaíba, no Estado do Piauí, e de Tucuruí, no rio

Tocantins, no Estado do Pará, já há mais de duas décadas, disputando, no Orçamento da União, os limitados recursos que contemplam o setor transporte. As obras da eclusa de Lajeado, no mesmo rio Tocantins, no Estado de Tocantins, foram iniciadas em 1999 e, portanto, já caminham para o sexto ano de execução. É importante destacar que, pela mesma razão, temos hoje rios, como Paranaíba, Grande e Paranapanema, entre outros, inviabilizados à navegação interior, posto existirem inúmeras barragens implantadas, impedindo a navegação ao longo de seus cursos. Eixos, como os formados pelos rios Tocantins-Araguaia, Tapajós, Teles Pires, Guaporé/Mamoré/Madeira, que atingem regiões de potencial produtivo superior a oitenta milhões de toneladas/ano de grãos, poderão vir a ser, total ou parcialmente, inviabilizados para a navegação.

Atualmente, existem concedidos, em processo de concessão e estudo, inúmeros projetos hidroelétricos a serem implantados que não contemplam a construção simultânea de eclusas de navegação. Entre os mais importantes, vale destacar as usinas hidroelétricas de Marabá, Serra Quebrada e Estreito, no rio Tocantins, entre Tucuruí e Lajeado, e a usina de Poeiras, a montante de Lajeado. Vale destacar que a eclusa de Lajeado, da mesma forma que Tucuruí, encontra-se em execução pelo DNIT.

Além destas, estão previstas quatro usinas no complexo do rio Teles Pires-Tapajós e duas no montante de Porto Velho no rio Madeira. Aliás, essas duas usinas, se dotadas de eclusas, poderiam interligar a já extraordinária hidrovia do Madeira aos rios Mamoré e Guaporé, formando uma soberba via fluvial de mais de 3.000 quilômetros de extensão, atingindo não só comunidades distantes como Guajará-mirim, Costamar e Vila Bela da Santíssima Trindade, como também assegurando à Bolívia uma saída para o Atlântico, via Amazonas, objeto inclusive de tratados internacionais.

É evidente o potencial de movimentação de cargas, indutor de desenvolvimento para a região em questão.

Vale destacar que as obras de transposição, ou seja, a construção de eclusas corresponde, via de regra, de 3% a 6% do investimento global se implantadas simultaneamente às obras das usinas hidroelétricas, sem considerar os custos da transmissão e da distribui-

ção, que, se incluídos, fazem com que esses percentuais atinjam valores irrisórios.

Também vale salientar ainda que os custos dessas eclusas são conseqüência dos grandes desníveis decorrentes das obras das barragens hidroelétricas, uma vez que, em linhas gerais, quanto mais alta a barragem mais alto o seu potencial de geração.”

Com vistas a dar uma solução ao problema das barragens, o Dr. Martinho mostrou a premência da aprovação do Projeto de Lei nº 3.009, de 1997, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, e no papel de Presidente da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais quero somar-me ao ilustre sabatinado, no alerta que faz quanto à necessidade da aprovação imediata desse PL, que, com a redação mais adequada conferida pela ilustre Relatora na Comissão de Transportes da Câmara, a Deputada Telma de Souza, estabelece em seu art. 1º: *“É obrigatória a implantação de eclusas ou dispositivos equivalentes de transposição, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis”*.

Adotando-se as medidas de atenção e prioridade em relação às nossas hidrovias, realça o Dr. Maninho que *“ao subsetor hidroviário caberia concentrar-se na implantação e manutenção da infra-estrutura básica hidroviária, que rapidamente poderia passar dos atuais cerca de 10.000 quilômetros de vias utilizadas para o dobro ou até bem mais”*, e aduz ainda que são *“destinados à manutenção das hidrovias hoje utilizadas no País cerca de R\$28 milhões por ano, incluindo as despesas de custeio, estimando-se contudo como adequado um valor mínimo em torno de R\$45 milhões por ano. Assim, mesmo que duplicada a rede hidroviária, representaria muito pouco comparando-se ao valor de uma única obra de transposição de cerca de R\$400 milhões, ou seja, uma eclusa de normais dimensões de 25 por 210, para um desnível de 30 metros.”*

O ilustre sabatinado concluiu seu pronunciamento afirmando ter a convicção *“de que é de importância vital, como estratégia para o desenvolvimento nacional, a inclusão do pouco explorado transporte aquaviário, em especial nas vias interiores, integrando quando possível a logística de transporte do País, utilizando as potencialidades disponíveis, como evidentes vantagens econômicas e sociais. Para tanto, é indispensável assegurar a navegabilidade da grande rede fluvial ainda remanescente nas Regiões Norte e Centro-Oeste.”*

O texto da alteração do Dr. Martinho Cândido Veloso dos Santos, no Senado, foi aplaudido e apoiado pela Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais,

pelo que requeiro sua inserção, no seu inteiro teor, nos Anais desta Casa.

Que Deus abençoe a todos!

Era o que tinha a dizer.

*DISCURSO A QUE SE REFERE O  
ORADOR*

**O SR. MARTINHO CÂNDIDO VELLOSO DOS SANTOS** – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, Exmº Sr. Alberto Silva, Vice-Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Exmº Sr. Senador-Relator Aelton Freitas, Exmªs Srªs. e Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores, antecedendo ao início desta apresentação, quero registrar os meus agradecimentos ao Exmº Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pela indicação do meu nome, para apreciação desta Comissão de Serviços de Infra-estrutura, para ocupar a Diretoria de Infra-estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DNIT.

A Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT tem as atribuições de implantar e manter as estruturas portuárias e as vias navegáveis interiores. No que se refere ao subsetor portuário, que responde por mais de 90% da movimentação das cargas de importações e exportações, a ação do Departamento tem um caráter complementar, atuando na implantação de novos portos, no movimento e na ampliação das instalações da infra-estrutura básica e dos chamados portos delegados pela União, pelos Estados e pelos Municípios, quando configurado relevante interesse público. Vale salientar que os demais portos que integram as Companhias Docas recebem os investimentos na sua infraestrutura preferencialmente diretamente do Ministério dos Transportes, na forma de acréscimo da participação da União no capital dessas empresas estatais, ou mediante recursos próprios, resultantes das suas atividades operacionais.

Nesse segmento, o DNIT está atuando em obras importantes, de forma a integrar e complementar as ações do Ministério dos Transportes, inclusive nas medidas de caráter prioritário que fizeram parte da Agenda Portos, concebida para minimizar os gargalos existentes em alguns dos principais portos brasileiros, a exemplo de Rio Grande, São Francisco do Sul, Itajaí, Paranaguá, Santos, Sepetiba, Rio de Janeiro, Vitória e Itaquí. A partir de 2005, inclusive com a inserção do denominado Projeto Piloto, o investimento do DNIT no subsetor portuário excederá a cerca de R\$ 345 milhões, incluído R\$61 milhões do referido projeto.

Não obstante, há questões de extrema relevância para os rumos do setor transporte, relacionadas às hidrovias interiores, que estão por merecer uma con-

sideração especial. Aproveito o ensejo da excelência desta audiência para abordá-las.

Tenho a convicção de que somente por meio da utilização racional das hidrovias interiores será possível modificar o perfil da matriz de transporte do País. A perversa e irracional distribuição entre os modos de transporte faz com que, absurdamente, o crescimento do País no que tange à expansão do transporte de sua produção esteja calcado quase que exclusivamente nos modais terrestres, majoritariamente no rodoviário, destruindo, muitas das vezes desnecessariamente, um patrimônio de valor inestimável representado pelas nossas estradas de rodagem, cuja implantação e manutenção implicam elevados custos para o País. Adicionalmente, há que se considerar que o transporte por via aquaviária, para grande volume de cargas, sobretudo a grandes distâncias, é imbatível em seus custos. A hidrovia, ao contrário dos demais modais, não se deteriora pela utilização crescente, até pelo contrário. Diferentemente do que muitos afirmam, de forma precipitada ou por desconhecimento, esse é, sem dúvida, o modal de menor impacto ambiental, além do mais seguro para movimentação de cargas perigosas, especialmente pelo reduzido risco de acidentes, preservando não somente os bens e o meio ambiente, mas, sobretudo, a vida humana.

Não obstante, menos de 3% das cargas transitam pelas hidrovias. Entre os principais problemas do subsetor hidroviário brasileiro, está, indiscutivelmente, o uso concorrente dos rios pelo setor hidrelétrico. Ao contrário da prática corrente em vários países do mundo desenvolvido, na Europa e na América do Norte, onde a implantação das barragens contempla também investimentos no uso múltiplo dos recursos hídricos, no Brasil, são sistematicamente construídas barragens, principalmente para fins de geração de energia elétrica, sem que, concomitantemente, sejam implantadas as eclusas de navegação. Quando muito, é deixado ao setor transporte o encargo e o ônus de construí-las. Como resultado, estão aí as eclusas de Boa Esperança, no rio Parnaíba no Estado do Piauí, e de Tucuruí, no rio Tocantins, no Estado do Pará, já há mais de duas décadas, disputando, no Orçamento da União, os limitados recursos que contemplam o setor transporte. As obras da eclusa de Lajeado, no mesmo rio Tocantins, no Estado de Tocantins, foram iniciadas em 1999 e, portanto, já caminham para o sexto ano de execução. É importante destacar que, pela mesma razão, temos hoje rios, como Paranaíba, Grande, Paranapanema, entre outros, inviabilizados à navegação interior, posto existirem inúmeras barragens implantadas, impedindo a navegação ao longo de seus cursos. Eixos, como os formados pelos rios Tocantins-Araguaia, Tapajós-Teles

Pires, Guaporé-Mamoré/Madeira, que atingem regiões de potencial produtivo superior a oitenta milhões de toneladas/ano de grão, poderão vir a ser, total ou parcialmente, inviabilizados para a navegação.

Atualmente, existem concedidos, em processo de concessão e estudo, inúmeros projetos hidroelétricos a serem implantados que não contemplam a construção simultânea de eclusas de navegação. Entre os mais importantes, vale destacar as usinas hidroelétricas de Marabá, Serra Quebrada e Estreito, no rio Tocantins, entre Tucuruí e Lajeado, e a usina de Poeiras, à montante de Lajeado. Vale destacar que a eclusa de Lajeado, da mesma forma que Tucuruí, encontra-se em execução pelo DNIT.

Além destas, estão previstas 4 usinas no complexo do rio Teles Pires Tapajós e duas no montante de Porto Velho no rio Madeira. Aliás, essas duas usinas, se dotadas de eclusas, poderiam interligar a já extraordinária hidrovia do Madeira aos rios Mamoré e Guaporé, formando uma soberba via fluvial de mais de 3.000 quilômetros de extensão, atingindo não só comunidades distantes como Guajará-mirim, Costamar e Vila Bela da Santíssima Trindade, como também assegurando à Bolívia uma saída para o Atlântico, via Amazonas, objeto inclusive de tratados internacionais.

É evidente o potencial de movimentação de cargas, indutor de desenvolvimento para a região em questão.

Vale destacar que as obras de transposição, ou seja, a construção de eclusas corresponde, via de regra, de 3% a 6% do investimento global, se implantadas simultaneamente às obras das usinas hidroelétricas, sem considerar os custos da transmissão e da distribuição, que, se incluídos, fazem com que esses percentuais atinjam valores irrisórios.

Também vale salientar ainda que os custos dessas eclusas são conseqüência dos grandes desníveis decorrentes das obras das barragens hidroelétricas, uma vez que, em linhas gerais, quanto mais alta a barragem mais alta o seu potencial de geração.

Mesmo em trechos onde o rio eventualmente possua obstáculo natural à navegação que exija a construção de uma barragem eclusada, com a finalidade exclusiva de assegurar a sua navegabilidade esta, certamente, teria dimensões muito menores do que uma outra no mesmo local projetada para otimizar a produção de energia.

O aparato legal disponível, a começar pelo Código de Águas, objeto do Decreto nº. 24.643, de 1934, e mesmo pela Lei nº. 9.433, de 1997, que instituiu a política nacional de recursos hídricos e um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, tem-se demonstrado ineficaz nessa questão em particular.

Portanto, ou há uma mudança de enfoque no âmbito das políticas públicas, ou se criam leis que, de forma inequívoca, atribuam a obrigatoriedade da implantação simultânea e concomitante das obras necessárias a garantir o pleno aproveitamento das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis.

No tocante à questão legal, inclusive transitam, neste Congresso Nacional, dois projetos de lei que objetivam corrigir essa grave falha, o PL nº 3.009, de 1997, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, do PFL do Estado do Tocantins e o PL nº 4.693, de 2004, do Deputado Federal Zequinha Marinho, do PSC do Estado do Pará.

É importante mencionar que o sistema Tietê-Paraná pode ser considerado como exemplo bem próximo da implantação concomitante, ou quase, do aproveitamento múltiplo transporte-geração, formando uma hidrovia que abranja o Tietê, desde o reservatório de Barra Bonita até a sua foz, no rio Paraná, passando por Ibitinga, Promissão, Vandava e Três Irmãos, todas com as suas obras de transposição e ligada ao tramo norte do rio Paraná pelo canal Pereira Barreto, atingindo o tramo sul do rio Paraná até a barragem de Itaipu, infelizmente sem eclusa, após passar por Jupia e Porto Primavera, ambas também eclusadas, formando uma hidrovia de cerca de 1.200 quilômetros.

Na hipótese de logarmos êxito nessas medidas, ao subsetor hidroviário caberia concentrar-se na implantação e manutenção da infra-estrutura básica hidroviária, que rapidamente poderia passar dos atuais cerca de 10.000 quilômetros de vias utilizadas para o dobro ou até bem mais.

Apenas para raciocínio, sabemos serem destinadas à manutenção das hidrovias hoje utilizadas no País cerca de 28 milhões por ano, incluindo as despesas de custeio, estimando-se contudo como adequado um valor mínimo em torno de 45 milhões por ano.

Assim, mesmo que duplicada a rede hidroviária, representaria muito pouco comparando-se ao valor de uma única obra de transposição de cerca de 400 milhões, ou seja, uma eclusa de normais dimensões de 25 por 210, para um desnível de 30 metros.

Ao concluir esta apresentação que tive a honra de trazer ao elevado critério de V. Ex<sup>as.</sup>, nesta Comissão de ilustres Parlamentares, ousou afirmar-lhes que tenho a convicção de que é de importância vital como estratégia para o desenvolvimento nacional, a inclusão do pouco explorado transporte aquaviário, em especial nas vias interiores, integrando, quando possível, a logística de transporte do País, utilizando as potencialidades disponíveis, com evidentes vantagens econômicas e sociais.

Para tanto, é indispensável assegurar a navegabilidade da grande rede fluvial ainda remanescente nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

Reafirmo a minha expectativa e confiança de que o Congresso Nacional será, mais uma vez, a mola mestra impulsionadora dessa necessária e urgente reforma.

Muito obrigado.

(Palmas.)

**O SR. PAULO FEIJÓ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. PAULO FEIJÓ** (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável o momento de graves denúncias que vivemos em nosso País, grande parte delas verdadeiras. Com certeza as Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas vão saber apurá-las – só que não podemos transformar as apurações numa novela sem fim.

Faço à Mesa da Câmara um apelo no sentido de que os prazos regimentais sejam rigorosamente cumpridos. Essas apurações, repito, não podem transformar-se em novela. Por quê? Porque o Brasil está parado. O Governo Federal mergulha nessa paralisia, e o mesmo acontece com o Congresso Nacional. Vejam o exemplo que temos agora: numa quarta-feira, às 19h05min, a Ordem do Dia foi encerrada e o plenário está praticamente vazio. Não votamos nada! Amanhã com certeza vai acontecer o mesmo, e na próxima semana *idem*. Temos de apurar todas as denúncias, sim, mas o País precisa trabalhar, o Governo Federal precisa produzir, o Congresso Nacional precisa discutir e votar matérias de importância para a Nação.

Lamentamos o ocorrido, Sr. Presidente, mas também não queremos torcer pelo “quanto pior, melhor”. Sou Deputado pelo PSDB, mas considero-me um Parlamentar equilibrado. Sinto -me triste com toda a situação em que se envolveram o País e o Congresso Nacional – e aproveito a manifestação de solidariedade do nosso Presidente Inocêncio Oliveira ao ex-Presidente João Paulo Cunha para fazer minhas as suas palavras. Sinto tristeza diante da situação de vários companheiros Deputados que se envolveram nesse trágico episódio, muitos deles até por imaturidade, e hoje passam por um momento difícil, que não pode ser explorado por aqueles colegas que querem ver o circo pegar fogo. Infelizmente, nossa Casa passa por um momento de brigas sem fim. É Deputado querendo apunhalar Deputado, um torcendo para que o outro se envolva em escândalos, e isso é muito ruim para a nossa instituição.

É exatamente por isso, Sr. Presidente, que faço este apelo aos membros das Comissões Parlamentares de Inquérito, incumbidas de apurar todas as denúncias, no sentido de que cumpram rigorosamente os prazos determinados. Esperamos que tudo se resolva, a fim de que o Congresso Nacional e o País possam voltar a funcionar. Lamento muito pelos Deputados que querem aproveitar-se de determinados episódios para aparecer na mídia nacional. Temos de condenar essa postura. Todas as denúncias devem ser apuradas e os culpados punidos.

É o apelo que deixo, Sr. Presidente, na certeza de que a Mesa da Câmara dos Deputados fará com que as Comissões cumpram seus prazos.

Muito obrigado.

**O SR. BABÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. BABÁ** (Sem Partido – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros trabalhadores, infelizmente, no Estado do Pará têm ocorrido muitos assassinatos de trabalhadores rurais e de líderes sindicais, a exemplo da chacina em Eldorado dos Carajás, quando mais de 700 trabalhadores do campo foram mortos. E hoje venho à tribuna fazer outra grave denúncia.

O companheiro Douglas Diniz, Presidente Regional do P-SOL no Pará, além de assessor parlamentar do meu gabinete, tem uma longa história de luta. Foi rodoviário, e recentemente, junto com outros companheiros, coordenou a eleição da diretoria do importante Sindicato de Rodoviários de Ananindeua e Marituba, na região da Grande Belém.

Há poucos dias o companheiro Douglas Diniz recebeu um telefonema anônimo. A pessoa ao telefone alguma avisou-lhe que tomasse muito cuidado com o Sr. Antonio Toleo Garrido, um dos proprietários da Rápido Dom Manuel, empresa que atua tanto em Belém como na Grande Belém. Coincidentemente, o companheiro Douglas Diniz foi cobrador de ônibus na empresa desse cidadão. Na época, era dirigente da CIPA, foi demitido, e entrou com um processo na Justiça, processo esse que vem rolando há anos, tendo em vista os intermináveis recursos que infelizmente ainda existem na Justiça do Trabalho, mas hoje está na reta final; a empresa Rápido Dom Manuel, do Sr. Antonio Toleo Garrido, foi condenada e teve 2 de seus ônibus penhorados. A Rápido Dom Manuel, repito, atua também na região da Grande Belém, e o cidadão que telefonou para o companheiro Douglas avisou-o de que o proprietário da empresa estaria para contratar um pistoleiro para assassinar o companheiro Douglas.

Ficamos bastante preocupados. Por isso fazemos esta denúncia neste momento. Solicitaremos providências à Polícia Federal. O pessoal do Pará já apresentou a denúncia àquela instituição e pediu proteção para o companheiro Douglas. Não podemos omitir-nos, porque, segundo a pessoa ao telefone, o Sr. Antonio Toleo Garrido teria comentado que ao contratar alguém para assassinar o companheiro Douglas na verdade estaria matando 2 coelhos com uma só cajadada. Por quê? Primeiro, porque o companheiro Douglas comprou essa briga na Justiça Trabalhista, quando foi demitido irregularmente por aquela empresa. Entrou com uma ação na Justiça e ganhou em todas as instâncias. A empresa, que, como dissemos, está com 2 ônibus penhorados, hoje deve cerca de R\$100 mil reais ao companheiro Douglas, já que o processo se arrasta há 12 anos. E mais: o companheiro Douglas foi o responsável, junto com outros, pela vitória da Chapa 2 para a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários em Ananindeua e Marituba, justamente a área onde a empresa desse cidadão atua.

Na época em que eu era Parlamentar no Pará, sempre atuei junto à categoria rodoviária. Dirigimos inúmeras greves. Fui inclusive preso por estar, com outros dirigentes sindicais, comandando uma poderosa greve do sindicato dos rodoviários. Agora, segundo esse cidadão, os empresários da região não vão permitir que um emissário do Deputado Babá vá infernizar a vida deles.

Quero avisar ao Sr. Antonio Toleo Garrido que ele será acusado se tocarem num dedo no companheiro Douglas. Portanto, que pense mil vezes antes de cometer qualquer ataque contra o companheiro Douglas.

Revolta-me ver como é a relação patrão/empregado em nosso Estado. Na verdade, esse cidadão quer acabar com a vida de um dirigente histórico do Pará, hoje Presidente Regional do P-SOL, o companheiro Douglas. Portanto, nós e todos os dirigentes sindicais do Estado do Pará estamos pedindo apoio para denunciá-lo internacionalmente. Não podemos aceitar esse tipo de procedimento, e estamos, repito, pedindo providências à Polícia Federal, no sentido de investigue os fatos. Esse caso não pode ficar relegado a segundo plano, como ficaram alguns assassinatos ocorridos no Estado do Pará.

Enfatizo que não permitiremos que esse cidadão toque num dedo do nosso bravo companheiro. Faça esta denúncia desta tribuna, avisando mais uma vez ao Sr. Antonio Toleo Garrido: não insista! Não tente atacar o companheiro Douglas, porque será acusado de qualquer coisa que aconteça a ele.

Muito obrigado.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saúdo a comunidade do Município de Barreiras, no oeste da Bahia, região de fronteira agrícola. Barreiras é um dos maiores produtores de soja do Brasil, e até recentemente não tinha uma universidade federal. Há poucos dias o Plenário desta Casa aprovou a expansão das universidades federais brasileiras, com a criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, e por iniciativa da Universidade Federal da Bahia, acatada pelo Ministério da Educação, foi decidida a criação de um novo campus universitário em Barreiras.

A Universidade Federal da Bahia, criada na década de 40, está há quase 60 anos solitária naquele Estado, sem conseguir interiorizar-se. Essa decisão do Ministério da Educação é extraordinária, porque permite que uma universidade que se solidificou apenas na Capital baiana tenha agora a possibilidade de chegar aos mais longínquos rincões do Estado.

Na última quinta-feira, em solenidade dirigida pelo Prefeito do Município de Barreiras, o Dr. Saulo Pedrosa, ex-Deputado Federal, contando com a presença do Magnífico Reitor Naomar de Almeida, do Diretor da Faculdade de Ciências Politécnicas, o Dr. Caiuby, de Deputados Federais como o Deputado João Almeida e o Deputado Jutahy Junior, além de mim, de Deputados Estaduais da Bahia, da Presidenta da Câmara Municipal de Barreiras, da Vereadora pelo PCdoB Kelly Magalhães, enfim, de mais de mil pessoas, saudamos a ida da Universidade Federal da Bahia para aquele Município, que de fato precisa da expansão dos cursos universitários para impedir o êxodo da sua juventude e para garantir a inclusão daqueles que não podem sair para estudar em outras cidades e ao terminarem o 2º grau encerram a sua vida escolar.

Portanto, saúdo a Direção da Universidade Federal da Bahia, a minha universidade; saúdo também a iniciativa parlamentar, porque já firmamos um pacto para garantir orçamento para essa nova unidade da UFBA; e acima de tudo saúdo novamente a comunidade barreirense, que terá uma opção universitária a mais, e uma opção qualificada, oferecida pela Universidade Federal da Bahia.

Muito obrigada.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a minha intervenção é para lembrar os 10 anos de falecimento do então Deputado Federal pelo Ceará João Jackson de Albuquerque Pereira, conhecido por Jackson Pereira.

Após ter feito um pronunciamento na CPMI dos Correios, recebi do filho dele um *e-mail* muito simpático, no qual me elogiava e lembrava a amizade que tinha com Jackson.

Jackson Pereira teve 2 mandatos. O primeiro de 1991 a 1995. Reeleito, infelizmente faleceu em 26 de julho de 1995, aos 48 anos. No último dia 26, então, completaram-se 10 anos do seu falecimento.

Jackson Pereira teve atuação exemplar: foi Vice-Líder do PSDB e do Governo; jornalista do *Diário do Nordeste*, em Fortaleza; radialista da *Rádio Assunção*, em Fortaleza; bancário; agente de viagem; e administrador de empresa.

Presto esta homenagem a um companheiro que lutou e trabalhou muito nesta Casa, principalmente na CPI que culminou no *impeachment* do Presidente Collor e na CPI do Sistema Único de Saúde – SUS, que teve tantas e tantas repercussões positivas.

Portanto, neste momento, faço as minhas homenagens à pessoa de Jackson Pereira lembrando o seu filho Jackson Pereira Junior, que mora em Fortaleza e ressaltando que vale a pena a luta de homens e mulheres de bem deste País, vale a pena lutar, vale a pena ser honesto, vale a pena fazer o bem. Temos que exaltar essas atitudes e procurar dar valor às coisas boas.

Neste momento terrível do Brasil, um dos piores da nossa história política, quero dizer que há nesta Casa pessoas dignas, honradas, Parlamentares que não podem deixar a situação ir para o caminho que está indo. Temos que punir aqueles que têm que ser punidos e colocar o Congresso Nacional no conceito que deve ter junto à população como representante do povo brasileiro. Temos que ter a cabeça erguida para manter um padrão ético e moral em nosso País.

Sr. Presidente, ao tempo em que faço essa homenagem ao Jackson Pereira, aproveito para lembrar grandes personalidades que conviveram nesta Casa, tais como Franco Montoro e Ulysses Guimarães. Essas pessoas passaram por aqui e deixaram sua marca para todos nós.

Tive oportunidade de conviver aqui com Roberto Campos e muitas outras importantes personalidades do Brasil.

Agora, precisamos separar o joio do trigo, o que não presta do que presta, para dar o exemplo à população brasileira.

Esse é o grande compromisso da maioria deste Congresso Nacional, a qual nada tem a ver com essa sujeira que está acontecendo no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. IVAN RANZOLIN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. IVAN RANZOLIN** (PP – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a imprensa divulgou ontem e continua abordando hoje a questão da liminar que suspendeu a assinatura básica do telefone.

O *Jornal do Brasil* de ontem traz a seguinte matéria:

“A Justiça Federal de Brasília suspendeu ontem, por meio de liminar, a cobrança da assinatura básica mensal da telefonia fixa. A decisão vale para todas as concessionárias de telefonia fixa que operam o serviço local: Telefônica, Telemar, Brasil Telecom, Sercomtel, CTDC Telecom. A decisão do juiz substituto da 2ª Vara Federal de Brasília, Charles Renaud Frazão de Moraes, atende a pedido do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), formulado em uma ação civil pública”.

Trago essa notícia, Sr. Presidente, porque nós, Parlamentares, já discutimos muito sobre a cobrança dessa tarifa, que está em torno de 40 reais por mês, sem a contraprestação de serviço.

O preceito constitucional é claríssimo ao dizer que ninguém é obrigado a pagar nada a não ser em virtude de uma contraprestação de serviço. O povo brasileiro está pagando às multinacionais da telefonia a importância de 40 reais por mês a título de quê? Que tipo de serviço prestam à população brasileira para cobrar essa importância?

Há também os impulsos cobrados de forma exagerada nas faturas mensais.

Sr. Presidente, a situação está insustentável. Não é mais possível que a população brasileira pague tanto por tão pouca prestação de serviço. A decisão tem que ter o amparo da Casa, porque somos representantes do povo. Houve uma liminar. Temos de partir para o mérito, porque as concessionárias estão tendo lucros astronômicos, em detrimento do povo brasileiro, que faz o pagamento.

O que causa espécie, Deputado Edison Andriano, é a atuação da ANATEL, a agência que veio para regularizar o setor. A lei criou a agência para proteger o consumidor. No entanto, ela entrará com ação para

justificar que a cobrança é absolutamente legal porque consta do contrato.

De que lado está esse órgão? Por que ele defende os interesses das multinacionais, que têm lucros astronômicos, contra a população brasileira?

Quero associar-me ao órgão de defesa do consumidor no caso dessas empresas de telefonia. Nesta Casa, temos que defender o consumidor, para que haja equilíbrio em relação àquelas empresas que prestam serviços concedidos.

Não podemos esquecer-nos de que há um verdadeiro desequilíbrio nessa relação. O povo paga tudo, enquanto as empresas ficam riquíssimas. Os dados mostram que as tarifas telefônicas cresceram nos últimos 10 anos 742%, enquanto a inflação não chegou a 200%.

Por isso, quero dizer aos Srs. Parlamentares que estou cumprimentando o juiz que concedeu essa liminar e pedindo que ela se transforme em vitória no mérito.

É justo. Ninguém pode pagar aquilo que não deve. No caso, não há prestação de serviço por parte das telefônicas.

**O SR. REGINALDO GERMANO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. REGINALDO GERMANO** (PP – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no mês passado, ao folhear o jornal **O Globo**, meditei que o povo do Estado do Rio de Janeiro deve estar com grande saudade do ex-caudilho Leonel Brizola. É que encontrei matéria dizendo que o Ministério Público decidiu passar uma lupa nas planilhas de custo das empresas de ônibus porque havia suspeita de que estariam superfaturando preços. E realmente encontrou o preço do pneu 4 vezes maior do que o normal. Quando mergulhou nessa investigação, pasmem, a 4ª ou a 6ª Câmara Cível do Estado do Rio de Janeiro determinou que parasse imediatamente de investigar as planilhas.

Nas capitais, Sr. Presidente, principalmente nas grandes, as passagens de ônibus são majoradas 3 ou 4 vezes por ano, e a culpa sempre é colocada no material usado: pneu, vidro, plástico, enfim, tudo aquilo que compõe as planilhas de custo das empresas. O Ministério Público, desconfiado, foi investigar.

Amanhã, trarei por escrito a Câmara Cível do Estado do Rio de Janeiro que determinou ao Ministério Público que deixasse de investigar as planilhas de custo das empresas de ônibus.

Ora, estamos vivendo num país em que tudo é suspeito, e uma Câmara Cível, acredito que composta por juizes ou desembargadores, determina que o



Ministério Público deixe de fiscalizar as planilhas das empresas de ônibus. Os mais atingidos com essa atitude são os usuários, assalariados que têm de acordar às 4h e chegam em casa à meia-noite, passando grande parte do tempo viajando para o trabalho. Às vezes, o preço da passagem do coletivo é majorado 4 vezes ao ano.

Sr. Presidente, não sei se poderíamos propor a criação de Comissão Externa simples – não uma CPI, uma vez que já existem muitas nesta Casa, o que é vergonhoso – para investigar, com o Ministério Público do Rio de Janeiro e de outras capitais, as planilhas das empresas de ônibus. Desse modo, decidiríamos se lhes damos ou não razão e faríamos justiça ao usuário, ao mais pobre, àquele que precisa do transporte coletivo para o trabalho, a fim de que pague um preço justo.

Amanhã, apresentarei requerimento que propõe a criação de Comissão para investigar de perto o assunto.

Muito obrigado.

**A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO** (PMDB – RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao longo dos quase 7 anos em que estou nesta Casa, jamais retomamos nossos mandatos parlamentares diante de tamanha perplexidade.

Mesmo aqueles que de forma demagógica pregam o “quanto pior melhor” encontram-se à vontade para fazer seus julgamentos e comentários precipitados, pois o quadro político atual, no mínimo, nos remete a uma reflexão e uma profunda análise do papel parlamentar, sob pena de vermos prevalecer uma generalização da imoralidade, em que justos e pecadores serão julgados de forma igual.

Ponho-me totalmente contrária aos que nos impuseram esse estado de coisas e entendo que deverão ser investigados a fundo e, se comprovada sua participação, punidos na forma da lei.

Porém, não vislumbro que o momento seja de comemoração e de se tirar proveito da situação, pois, perante a opinião pública, não resta só o nome daqueles envolvidos e sim de todos e, o que é pior, de nosso Parlamento, que tem de estar a salvo, pois é o marco principal de uma civilização democrática, não pode e não deve ser condenado por causa de alguns de seus membros, porque eles passam e a instituição tem de ficar, sob pena de estarmos contribuindo para voltarmos àqueles tempos que não queremos sequer lembrar.

Registre-se que o período a que me referi no item anterior foi vivido e experimentado por muitos de nossos colegas Parlamentares atuais, que por certo não gostariam de contribuir para retornarmos àqueles tempos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna manifestar minha preocupação com o atual quadro político, apelando aos nobres pares para que ajam com prudência, cautela e justiça, pois o momento é muito mais de preocupação que de comemoração, ante o desgaste da nossa classe perante a opinião pública de forma generalizada.

Muito obrigada.

**O SR. VIGNATTI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. VIGNATTI** (PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Conselho Nacional de Juventude, cujos membros tomaram posse ontem, em cerimônia com o Presidente Lula, aprovou há pouco, durante a primeira reunião deliberativa, pelas entidades representadas, moção na qual é expressa a opinião favorável ao “sim” no referendo do desarmamento.

Sr. Presidente, como membro titular do Conselho e representante da Frente Parlamentar da Juventude na Câmara dos Deputados, propus essa moção, entre as várias deliberações realizadas no dia de hoje.

Reafirmando seus compromissos com a democracia e o direito à vida segura e sem violência, o Conselho Nacional de Juventude vem a público manifestar sua posição favorável ao “sim” no referendo do desarmamento, participando, desta forma, da luta pela proibição da venda de armas de fogo e munição no Brasil.

As armas têm enorme poder de destruição, no campo e na cidade, e o acesso a elas torna o combate à violência um desafio de difícil solução. Temos claro que a arma não é a causa da violência, mas sim seu vetor mais perigoso, oferecendo grande letalidade em qualquer tipo de conflito em que é usada, causando sofrimento e dor à população brasileira.

As juventudes despontam como o segmento da população mais atingido pelo fenômeno da violência, em especial aquela já intensamente vitimada pela flagrante desigualdade social verificada no Brasil. Essa situação colabora para limitar o direito à participação da juventude que em função da violência armada adquire algum tipo de deficiência. Com o intuito de ampliar e proteger as condições de vida dos jovens, justificamos nossa decisão de votar “sim” no referendo de outubro de 2005.

Para assegurar a plena participação social, reiteramos a importância do referendo como instrumento positivo da democracia direta. Desse modo, os signatários do documento se comprometem a difundir a campanha em seus Estados, através de suas redes, ampliando a discussão e a mobilização da sociedade em geral, mas em particular das juventudes, por uma efetiva cultura de paz.

Apostar na juventude é garantir um Brasil sem armas.

Sr. Presidente, quero dizer que o primeiro grupo de trabalho foi formalizado, com 15 representantes, para participar, de forma direta, no referendo do desarmamento.

Estamos discutindo temas de relevância nacional e que ajudarão a traçar os destinos dos mais de 48 milhões de jovens brasileiros. A moção, nesse sentido, foi uma forma de expressar a opinião dos mais diferentes representantes do setor juvenil no Brasil.

O Conselho Nacional de Juventude constituiu comissão com 40 participantes, uma das primeiras instituídas, para participar, de forma ativa, do debate nacional sobre o referendo. Participará de forma direta do debate da Frente Parlamentar no Congresso Nacional, da articulação da sociedade civil e do envolvimento de todas as entidades que trabalham com a faixa juvenil em âmbito nacional. Nos próximos dias, deve acontecer reunião desse grupo de trabalho.

Essa moção foi a primeira e, com certeza, é muito importante para a República brasileira nesse momento.

Com certeza, o Conselho Nacional de Juventude, que debaterá na sua próxima pauta o regimento interno, a definição de políticas e sua funcionalidade, avançará de forma significativa, principalmente naquilo que também é de sua responsabilidade, conscientizar a população brasileira.

Não tenho dúvida de que o referendo sobre o desarmamento precisa da efetiva participação da juventude brasileira, que pode dar um rumo importante a esse processo, principalmente na conscientização dos jovens sobre os prejuízos causados pelo armamento.

Essa questão diz respeito às gerações. Meu avô andava armado. Meu pai tinha arma em casa. Nunca tive arma. Essa é a compreensão em que avança a sociedade brasileira.

Com certeza, vamos realizar esse debate. Amanhã, o TSE deverá votar as regras no Pleno, baseado no relatório do Ministro Carlos Velloso, com 12 proposições na regulamentação. Futuramente será sorteada a data do plebiscito e definida a ordem da cédula. Vamos envolver-nos de forma direta nesse processo nacional de conscientização.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. DR. FRANCISCO GONÇALVES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DR. FRANCISCO GONÇALVES** (PTB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável a insensatez do Presidente do PL Valdemar Canalha Neto – não pode ser outro o adjetivo para qualificar esse indivíduo, que faz infundadas acusações com o objetivo de atingir um Parlamentar de primeiro mandato. Quero dizer ao povo de Minas Gerais que, se estou aqui, é em honra ao voto de confiança, à dignidade, ao trabalho, à justiça no meu Estado.

Não podemos admitir que um indivíduo que era mensalista e, posteriormente, tornou-se diarista, porque verificamos, pela imprensa nacional, que havia saques quase diários do Sr. Valdemar Costa Neto, saques estes que iriam beneficiá-lo e talvez a alguns apaniguados do seu partido, não todos, porque já recebi a solidariedade de pelo menos 10 Deputados do PL lamentando o ocorrido, o ato de insensatez desse indivíduo, até então Presidente do PL...

O Sr. Valdemar Costa Neto, num ato de covardia, renunciou ao mandato, com o intuito de, talvez num futuro próximo, estar aqui novamente.

Por isso, Sr. Presidente, dirijo minhas palavras a todo o País, principalmente ao Estado-irmão São Paulo, no sentido de que todos gravem bem este nome: Valdemar Costa Neto. Escrevam o nome dele em seus cadernos, não lhe dêem a oportunidade de voltar a esta Casa e dirigir o mensalão, como fazia, na Presidência do PL.

Muito obrigado.

**O SR. FRANCISCO TURRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FRANCISCO TURRA** (PP – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro Deputado Inocência Oliveira; Sras. e Srs. Deputados, há algum tempo, pronunciei-me desta tribuna antevendo iminente crise, mas não imaginei que seria dessa extensão. Ela não nos pega de surpresa, mas certamente nos deixa a todos muito angustiados. Trata-se de uma crise institucional, política e também partidária. Mas temos de ter equilíbrio, bom senso, para não deixar que ela prejudique a discussão de temas importantes para o País e que são da nossa responsabilidade.

Por exemplo, a agropecuária vive uma das mais pesadas e trágicas crises dos últimos anos. Estamos

no mês de agosto e ainda não temos um Plano Safra. Estamos sem definição, sem rumo. O Sr. Ministro da Agricultura – e todos nós, ao seu lado – tem batido às portas da área econômica, mas não há resposta, não há rumo, e o produtor, que visitamos a cada final de semana, está hoje efetivamente perdido, sem qualquer norte, pois está plantando sem saber se terá tecnologia, sem saber em que cultura apostar. Não existem definições. Esse é o pior dos mundos. E vejam V.Exas. que estou me referindo ao setor que sustentou nossa economia, gerou empregos, renda, riqueza. Lamentavelmente, está faltando uma resposta. Nunca vi tamanha insensibilidade.

Acompanhamos o “tratoção”, fantástico e organizado movimento. Imaginei que o Presidente Lula teria sensibilidade para reagir ou mandar reagir. Não. Nada de positivo ou de concreto aconteceu. Apenas notícias lançadas ao vento.

Numa das pontas, vemos o produtor ser cobrado, pois sua dívida não tem sido rolada, o que seria seu direito. Além disso, sua safra está sendo perdida por conta da estiagem.

E, pior, estamos observando que, se prosseguirmos nesse caminho, voltará a haver o endividamento do setor. Já tínhamos feito um bom trabalho, e o Brasil tinha avançado rumo à libertação da dependência do Governo. Já tínhamos feito com que os mercados pudessem absorver da forma mais serena e tranqüila – como qualquer país do mundo faz – essa atividade fantástica, com o suprimento das exportações e a comercialização dos produtos agrícolas. Agora, no entanto, nem o Governo nem o mercado assumem tal tarefa, porque está havendo a desestruturação do setor. E daí? O que vamos fazer?

Esta crise tem profunda dimensão e não pode ser abafada pela atual crise política, que temos de enfrentar, sim, investigando as denúncias, chegando à verdade e, naturalmente, fazendo justiça, sendo absolutamente corretos e justos ao punir ou absolver. Somente dessa forma poderemos fazer com que a democracia e os partidos políticos voltem a ter vitalidade e a nossa instituição volte a ser respeitada por esta Nação.

Muito obrigado.

**O SR. EDINHO BEZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. EDINHO BEZ** (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, falo nesta oportunidade sobre a redução da previsão do PIB brasileiro.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE publicou, no final de maio, os resul-

tados referentes ao Produto Interno Bruto do primeiro trimestre deste ano. A comparação do PIB do primeiro trimestre de 2005 com o do primeiro trimestre de 2004 aponta crescimento de 3%, o que, à primeira vista, pode parecer uma taxa razoável, alinhada com as previsões até então correntes sobre o crescimento da economia para este ano. No entanto, se comparado com o último trimestre de 2004, o crescimento é de apenas 0,3%, o que indica desaceleração da expansão da economia. É o que consta da publicação *Revista Autor*, ano V, nº 49, de julho de 2005.

Pela previsão do Ministério do Planejamento, o País não deve crescer 4% este ano, e, sim, 3,4%. Isso corresponde a menos 21 bilhões de reais de riqueza este ano, conforme noticia o jornal *Diário Catarinense*, veiculado dia 27 de julho próximo passado. Nos contatos mantidos com integrantes dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, falamos da preocupação com a redução do nosso PIB, fato que se deve à alta dos juros e à crise política, que, indubitavelmente, também foi um indicador no processo de decréscimo do Produto Interno Bruto. Além disso, o Ministério do Planejamento reduziu em 500 milhões de reais a previsão de crescimento do superávit primário, conforme dados do Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas do Orçamento de 2005.

A estimativa de receitas, que são as arrecadações administradas pela Receita Federal – Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados e COFINS –, foi reduzida em 666 milhões de reais. Em contrapartida, a perspectiva de arrecadação do Imposto de Renda e da Contribuição sobre Lucro Líquido foi aumentada. Hoje, Sr. Presidente, estivemos com o Secretário da Receita Federal e tratamos da carga tributária, das isenções e do que realmente poderemos, juntos, fazer para melhorar a arrecadação, sem comprometer nosso PIB.

Estima ainda o Ministério do Planejamento que o déficit da Previdência seja reduzido em 623 milhões de reais, já que a arrecadação no mês de junho foi satisfatória e prevê a elevação nas despesas de execução obrigatória de 279 milhões de reais, oriunda da incorporação de despesas de pessoal.

Meus colegas Parlamentares, o que sentimos é novamente uma crise política influenciando a economia brasileira. E, por certo, mais implicações haverá. Precisamos estar atentos para evitar que isso ocorra.

Muito obrigado.

**O SR. LÉO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LÉO ALCÂNTARA** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros companheiros Deputados e Deputadas, o que me traz hoje a esta tribuna é uma reflexão a respeito da necessidade de votarmos a reforma política, que está na Casa há muitos anos e recentemente tem vindo à tona.

Conversamos sobre o tema com alguns companheiros Deputados e constatamos que muitos deles têm receio de fazer a reforma. Alguns porque dizem que nada aprovado de afogadilho é feito corretamente, e, se assim agirmos, depois teremos que remendar a reforma. Outros argumentam que chegamos aqui graças à legislação atual e, se a alterarmos, poderemos não voltar.

Mas ainda não nos conscientizamos de que ou fazemos essa mudança ou certamente não voltaremos para esta Casa, porque todos os dias o que se vê nas televisões, nos jornais, nas rádios, nas revistas são novas denúncias envolvendo Parlamentares, umas injustas, outras justas. Esta Casa certamente saberá distinguir os corretos dos errados. Mas o fato é que tais denúncias fazem que com que corramos o sério risco de, nas próximas eleições, testemunharmos uma grande renovação no Congresso Nacional. Por isso temos que fazer a reforma política, que será uma espécie de resposta ao povo. Afinal, chegamos aqui – alguns com grande número de votos, outros com folga menor – porque o povo acreditou que poderíamos fazer alguma diferença. E, de repente, a população pode achar que, se estamos fazendo diferença, é para pior.

No entanto, não é bem assim. A Câmara, como toda organização, tem um lado ruim e um lado bom. Há Parlamentares que infelizmente denigrem a imagem da Casa, mas a grande maioria não age assim. Temos que saber diferenciar o joio do trigo. Por isso é importante a reforma política. Que ela determine a fidelidade partidária – a meu ver, necessária –, com ou sem a tal da lista partidária. Aliás, sobre essa lista temos que debater um pouco mais, para definir se ela vai ser pura e simplesmente uma lista fechada, elaborada pelos cardeais partidários, ou se adotaremos um sistema misto, que preveja lista partidária e número de Deputados Federais a serem eleitos pelo voto distrital.

Então, precisamos fazer esta importante reflexão. Se não for possível adotar essas medidas já nas próximas eleições, que elas passem a valer nas eleições seguintes.

Sr. Presidente, precisamos nos conscientizar da importância da reforma política, para que, em breve espaço de tempo, possamos votá-la. É a saída para podermos sobreviver e enfrentar o povo brasileiro de

cabeça erguida, porque estamos cortando na própria carne.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDISON ANDRINO** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. EDISON ANDRINO** (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, vivemos um momento muito difícil para a Casa, o Governo e o Brasil. O momento é de se apurar tudo e punir os responsáveis.

Em relação à reforma política, temos que pensar muito de cabeça fria, para sabermos o que fazer, se essa é a reforma de que o Brasil precisa, de que o Governo precisa e de que a Casa precisa, ou se é simplesmente a reforma que queremos para manter nossos mandatos. Por isso temos que ter muito cuidado. Neste momento, a imagem do Congresso Nacional está muita comprometida para que possamos discutir abertamente essa reforma.

Sr. Presidente, trago porém à tribuna um outro assunto mais ameno. Trata-se de um fato positivo para o Brasil, especialmente para Florianópolis e a comunidade de Barra da Lagoa, em Santa Catarina. É sobre o Projeto TAMAR, que o IBAMA realiza em todo o Brasil.

Lembro-me de que há alguns anos, os Estados Unidos, sob a alegação de que o Brasil não preservava as tartarugas, de que as matava ao arrastar os barcos da pesca de camarão, exigiram que as embarcações brasileiras usassem um instrumento chamado TED, só fabricado por eles. Na verdade, foi uma manobra usada pelo Governo norte-americano para criar barreiras alfandegárias e não importar o camarão brasileiro.

O Projeto TAMAR é um exemplo para a preservação das nossas tartarugas. Na Barra da Lagoa, no ano passado, teve início um projeto inovador, que aproveita a comunidade jovem, a mão-de-obra local. O projeto tem a parceria da PETROBRAS como patrocinadora de tão importante iniciativa para a educação, o respeito e a preservação da natureza.

Por isso, neste momento triste e difícil por que passa o Brasil, quero trazer a público esse bonito exemplo de preservação dessa importante e rara espécie, que é a tartaruga-marinha brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs.

Parlamentares, sei que o Brasil ferve hoje, ferveu ontem e continuará a ferver amanhã por conta das diferentes comissões que tentam passar a limpo tantas denúncias: a CPMI dos Correios, a CPMI do Mensalão, a CPI dos Bingos e o Conselho de Ética.

Enquanto discutem quem pegou quanto, de quem, para onde levou e o que fez – esse esquema que lamentavelmente existe na República e cuja ampliação o PT se encarregou de fazer ao chegar ao poder, escancarar as portas e ajudar a reativar um esquema ao melhor estilo de Fernando Collor de Mello –, enquanto se discute isso, a caravana passa, Sr. Presidente, e deixamos de fazer importantes debates de grande interesse para a Nação brasileira. Um deles diz respeito ao desarmamento.

O Governo alimenta a convicção de, que desarmando a população, pode acabar com a criminalidade, a bandidagem, as mortes, a matança e os incidentes com armas, e que o Brasil ficará um paraíso. Isso não é verdade, Sr. Presidente, e temos que desmistificar. Tanto não é verdade que a Lei do Desarmamento foi criada há mais de 2 anos, e o cidadão de bem continua desarmado e o ladrão, armado. Aliás, armado até os dentes. E alguns, nem tão armados, estão mais ataçados, pois não encontram resistência para a perpetração de sua sanha criminosa.

Por meio de uma campanha, o Governo comprou as armas da população. Por algumas, pagou o que não valiam, pois elas não prestavam; e as que foram pagas pelo que valiam, porque eram boas, foram destruídas por um rolo compressor, a despeito de as nossas polícias estarem sem armas suficientes.

Este é o mesmo Governo que já jogou dinheiro fora e que agora quer jogar no lixo meio bilhão de reais para fazer um plebiscito fora de hora, extemporâneo. Não sou contra plebiscitos. Pelo contrário, sou a favor deles; é bom consultar o povo, faz bem. Vejam que o povo está sendo consultado na CPMI, na medida em que as audiências são transmitidas ao vivo e eleitores telefonam aos Parlamentares. Já me telefonaram do Rio Grande do Sul e do Paraná. Agora mesmo, alguém do Paraná me ligou pedindo que eu perguntasse isso e aquilo. O povo então quer participar. Vamos fazer esse referendo, mas no próximo ano, quando das eleições para Deputado Estadual e Federal, para Senador da República, para Governador de Estado e para Presidente da República. O cidadão vota para escolher o seu candidato e, ao mesmo tempo, participa do referendo sobre as armas de fogo. E poderiam aproveitar a oportunidade eleitoral para fazer outras consultas populares, como, por exemplo, sobre casamento *gay*, pena de morte, maioria penal, eutanásia etc. Em

todas essas questões teríamos expressão da opinião pública. É isso que defendo.

Não tenho o rei na barriga, não sou o dono da verdade, não sou sabe-tudo, mas também não sou bobo. Porque essa questão nos provoca. Estamos fazendo uma bobagem, jogando dinheiro fora, como se essa solução fosse capaz de resolver o problema da violência. Ora, nós sabemos que, ao desarmarmos o cidadão, os bandidos, ali na esquina, assaltarão empresas, apartamentos, prédios, chácaras ainda mais à vontade!

Sou contra o cidadão andar armado. Não se deve dar porte de armas para todo o mundo. Só poderão tê-las as autoridades, especialmente as da área de segurança. Mas não podemos impedir o cidadão de bem de manter sua arma em casa, desde que habilitado para tanto.

O bandido tem arma, mas não tem nome, não tem endereço, não tem trabalho, não tem profissão, não tem lenço nem documento; aliás, nem cara tem. Já o cidadão de bem tem nome, endereço, telefone, profissão, local de trabalho, família, identidade, e precisa de uma arma para a proteção de sua casa. Para isso, ele a compra, a documenta, a registra, e faz o curso necessário para usá-la. Assim como para guiar um carro é necessário tirar a carteira de motorista, para usar uma arma é preciso ter uma autorização. Não estou falando de o cidadão portar arma, mas de possuí-la em sua propriedade. Essa é a diferença.

Por isso, votarei “não” nesse plebiscito. E o povo que acorde, senão ficará refém dos bandidos!

**O SR. JORGE VI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JORGE VI** (PSDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada trouxemos alguns dados a respeito dos empréstimos consignados em folhas de pagamentos que alguns bancos estão oferecendo aos aposentados brasileiros. Cerca de 17% já aderiram a esse tipo de empréstimo. Significa que existem 3 milhões de aposentados brasileiros endividados. Quando o Governo autorizou esse tipo de operação, não poupeu nem esse segmento da sociedade.

Por isso, informo à Casa que estamos elaborando amplo estudo jurídico para tentar anular os empréstimos feitos por telefone, porque, depois das denúncias na CPMI dos Correios, depois da ligação entre o favorecimento do ex-Ministro José Dirceu e o BMG e outros bancos, como ficou comprovado, com a presença de Marcos Valério, é que modificaram as regras: agora,

para esse tipo de empréstimo, é preciso um contrato; antes fazia-se por telefone.

Sr. Presidente, refiro-me a casos como o do neto que fez empréstimo em nome e por conta do aposentado, que nem sabia disso. É preciso lembrar também que era impossível a qualquer um calcular a carga de juros e a correção embutidas nesse tipo de empréstimo.

Trata-se de má-fé desses bancos e do Governo, que autorizou essa prática. Vamos tentar, pois, anulá-la, baseados na idéia de que houve má-fé ao se oferecer esse tipo de empréstimo para uma população que não sabe calcular por telefone a carga de juros e a correção embutidas – armadilha em que 3 milhões de aposentados caíram, endividando sua única renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. BETO ALBUQUERQUE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. BETO ALBUQUERQUE** (PSB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estive nesta tribuna ontem e retorno hoje para insistir na tese de que a Casa não pode deixar de cumprir seu papel institucional de deliberar.

Estamos acompanhando a crise ética na qual dirigentes de partidos, Deputados se meteram. Quem errou que pague! A CPMI que crie as condições para punir exemplarmente tantos quantos forem os envolvidos nessas denúncias que aí estão!

Aliás, sobre quem detém mandato e errou, que haja provas e documentos capazes de permitir que pós-CPI, mais do que pena política, também sofra o rigor da Justiça. Muitas vezes, perda do mandato ou renúncia é pouco para corrigir esses desmandos. Insisto: o motor da corrupção é a impunidade. Precisamos ser implacáveis nessa questão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Casa precisa votar. Não há mais que 60 Deputados cumprindo a tarefa institucional nas CPMIs, determinados que foram por seus partidos para as integrarem. Portanto, outros 450 devem, a nosso juízo, atender ao chamado da Mesa, das Lideranças, porque temos matérias importantes para deliberar. O Brasil está esperando!

Essa mesma cobrança que faço ao Plenário da Casa endereço ao Governo. Tenho percebido generalizada má vontade de Ministros, nesta Esplanada, que não atendem Parlamentares e não cumprem sua tarefa institucional, contrariando a orientação do Presidente Lula. Eles não têm agenda para ninguém, em hora nenhuma!

Portanto, este também não é, obviamente, o melhor dos ambientes para se tratar de coisas importantes para o Brasil, porque os Deputados, quando solicitam

audiência para tratar de assuntos de seu Estado, ou do seu Município, também vão tratar do País. É inaceitável que Ministros fiquem enrolando e não os recebam, como que não querendo ouvir as reivindicações.

Também é inaceitável a Casa ficar paralisada ou até atônita por conta das investigações, que, repito, têm de prosseguir, têm de ser rigorosas. Não queremos passar a mão na cabeça de ninguém. Quem errou que pague! Agora, temos de continuar com a nossa tarefa de deliberar matérias, votar a LDO, a medida provisória que versa sobre a questão tributária, o Plano Nacional de Habitação, a política de saneamento básico, assuntos tão importantes para o País. É preciso que tanto cá quanto lá voltem a trabalhar.

Fica meu protesto aos Ministros de má vontade. É inaceitável que alguns deste Governo fiquem fazendo onda para receber Parlamentares, os legítimos representantes da sociedade, e que, portanto, precisam ser respeitados por cada Ministro que compõe e representa o Governo, nas diferentes áreas!

Sr. Presidente, é o registro que faço, na esperança de que possamos engrenar no trabalho. Sei da vontade de V.Exa., Deputado Inocência Oliveira, e do Presidente Severino Cavalcanti de fazer a pauta andar. No entanto, precisamos fazer um pacto de responsabilidade, a fim de que a Casa delibere e, assim, possa exigir do Governo reciprocidade e respeito de tratamento.

Que as CPMIs cumpram suas tarefas, apurem os responsáveis e ofereçam exemplares punições. É o que País espera.

**O SR. MARCELO GUIMARÃES FILHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MARCELO GUIMARÃES FILHO** (PL – BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi, neste último dia 22 de julho, expediente do magnífico reitor da Universidade Federal da Bahia, por meio do qual é noticiada a caótica situação que vem atravessando aquela importante instituição de ensino superior mercê da total inexistência de recursos para manutenção predial.

Segundo relata, desde a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, que a UFBA não recebe um único centavo proveniente das emendas de bancada.

Destaca que a situação vem se tornando insustentável em face da insensibilidade do Governo Federal, que inexplicavelmente deixou de liberar as emendas aprovadas em 2002, 2003 e 2004, no total de 11 milhões e 450 mil reais, 10 milhões de reais e 8 milhões de reais, respectivamente.

Diante dessa lamentável constatação, Sr. Presidente, a universidade apela para o apoio político esperando contar com a sensibilidade de todos nós, Parlamentares da Bahia, para que envidemos todos os esforços necessários à liberação das emendas de 2005, visando possibilitar a manutenção mínima do campus universitário, bem assim a imediata retomada das obras de um pavilhão que se encontram paralisadas por absoluta falta de verba orçamentária.

O mais grave é constatar que o Ministério da Educação tem pleno conhecimento da situação, eis que formalmente ressaltada a necessária conclusão das obras com vistas à consolidação do processo de modernização e racionalização do campus da UFBA, sob pena, inclusive, de o magnífico reitor, na qualidade de gestor público, vir a ser responsabilizado pelo abandono de equipamentos para cuja aquisição foram investidos vultosos recursos.

Do detalhado relato que faz acerca do avançado estado de deterioração da edificação se destaca, por inusitada e grave, a necessidade de imediata intervenção para preservação das estacas de concreto e blocos de fundação que já estão sofrendo processo de oxidação em suas armaduras, entre outros comprometimentos diante do abandono e da exposição ao tempo.

Finaliza destacando a necessidade de conclusão do Pavilhão de Aulas da Federação III, destinado a *“abrigar 38 salas de aula, um auditório com capacidade para 157 lugares, uma sala de vídeo conferência com capacidade para 30 lugares e o Serviço de Educação a Distância da UFBA, uma sala de informática, e todo apoio administrativo”*.

Apenas para que pudéssemos dimensionar a importância desse complexo administrativo, Sr. Presidente, informou o magnífico reitor que o edifício tem uma área total de 4.783 metros quadrados, onde já foram aplicados 42,7% dos recursos necessários.

É inegável a importância da Universidade Federal da Bahia para a comunidade acadêmica nacional.

Somente na área de graduação, a UFBA conta com 57 cursos, distribuídos nas áreas de ciências físicas, matemáticas e tecnológicas (16), ciências biológicas e de saúde (11), filosofia e ciências humanas (16), letras (2) e artes (12), além de inúmeros cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado *stricto sensu* e de especialização e aperfeiçoamento *lato sensu*.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço minhas as palavras do eminente reitor e conclamo a todos meus pares nesta Casa do Congresso Nacional para apoiarem sua justa reivindicação, no sentido de fazer gestões perante o Governo Federal

para a liberação, com a urgência que o caso requer, das emendas de nossa bancada pendentes para este ano de 2005, evitando, por meio dessa singela providência, o agravamento do já delicado quadro relatado pelo diligente Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho, a quem, nesta oportunidade, rendo minhas efusivas homenagens pelo brilhante trabalho desempenhado a despeito das adversidades enfrentadas nesses 3 anos de profícua gestão à frente da Universidade Federal da Bahia, uma das pioneiras no Brasil, que muito orgulha a todos nós baianos.

Era esse, Sr. Presidente, o meu registro.

Muito obrigado.

**O SR. ALEX CANZIANI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALEX CANZIANI** (PTB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, nesta manhã, fui surpreendido por um amigo, que me telefonou para dizer que soube que o ex-Deputado Federal Valdemar Costa Neto entrou com pedido de cassação de 6 Deputados do partido, tendo em vista que 4 deles foram candidatos a Prefeito, na última eleição.

Ora, Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, demais pares, isso é um desrespeito com nosso mandato, com as milhares de pessoas que acreditaram no nosso trabalho e nos trouxeram para esta Casa; é um desrespeito com a Câmara dos Deputados.

Essa representação é leviana. Não existe nenhum depoimento, nenhuma lista, nem qualquer acusação de que tenhamos recebido recursos de Marcos Valério, Delúbio Soares ou de quem quer que seja. Não aceitamos a pecha de que renunciou ao mandato, porque seria cassado. Ele, sim, recebeu mais de 10 milhões de reais de Marcos Valério.

Não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente, de que o Conselho de Ética e a própria Mesa da Casa vai arquivar esse pedido, porque não podemos desqualificar esse instituto da representação, não podemos incluir Deputados que não tiveram qualquer participação nesse lodo que estamos vendo no cenário nacional.

Deixo registrada minha indignação, minha surpresa. Vamos processar o desqualificado do Valdemar Costa Neto, a partir do momento em que a Câmara arquivar esse processo. Isso é um desrespeito para com um Deputado que tem trabalhado bastante, modéstia à parte, com dignidade, para representar a sua cidade e a sua região do Estado do Paraná.

Deixo registrada nossa indignação e esperamos que a Mesa desta Casa ou a Comissão de Ética tome rapidamente as providências. Caso contrário vai pairar

uma dúvida na população brasileira, muito especialmente no Estado do Paraná, o que não queremos de forma alguma que aconteça.

Fica, então, Sr. Presidente, o nosso lamento, o nosso registro dessa leviandade que fez não o PL, porque vários companheiros do PL vieram a este plenário se solidarizar conosco, mas esse desqualificado ex-Deputado que não merece estar nesta Casa: Valdemar Costa Neto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. SELMA SCHONS** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. SELMA SCHONS** (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é sempre bom podermos nos comunicar com a nossa população neste espaço. Claro, gostaríamos de estar votando neste momento, temos muitas matérias importantes, mas, de qualquer forma, não deixamos de trabalhar.

Hoje, estamos registrando nesta Casa proposta de emenda à Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela ainda não está completa, mas deu um avanço muito importante na administração pública, especialmente no tocante aos Municípios.

Os Municípios são bastante frágeis no contexto da nossa política, uma vez que só foram considerados entes federativos após 1988. Mas, de qualquer forma, a inscrição do princípio da descentralização e a Lei de Responsabilidade Fiscal fazem com que o nosso Município, cada vez mais, seja um espaço de construção, mais firmado na nossa República e democracia brasileira.

Dessa forma, estamos contribuindo para isso ao apresentar uma emenda ao projeto, que prevê o mesmo cuidado atribuído em relação à responsabilidade fiscal que seja também em relação à patrimonial.

Explico ao público que nos assiste, ao povo brasileiro, ao nobre Presidente, que o fazemos porque, infelizmente, constatamos seguidamente nos Municípios, inclusive na última tomada de posse na Prefeitura, Prefeitos em busca de informações. Muitos deles tiveram de procurar máquinas que deveriam estar nas secretarias de obras equipadas no mato, ou encontraram os seus computadores com os dados literalmente apagados, sem informação. Às vezes passavam de 2 a 3 meses procurando dados sobre o Município, ou serem procurados por agentes dos Municípios, para saber qual a real situação.

Essa emenda que ora protocolamos é uma contribuição nesse sentido, para a boa administração patrimonial, também de dados dos administradores públicos, não constantes especialmente nos Municípios.

Protocolamos requerimento – já que em julho foi criado o Dia Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência, dia 21 de setembro – para realização de sessão solene, para que no começo da primavera a sociedade se mobilize e garanta a igualdade de oportunidade às pessoas portadoras de deficiência. Esse dia simbolizará a esperança e a renovação do olhar da sociedade para esse grupo.

Hoje, tivemos importante encontro com o Presidente da CNBB. Levamos a nossa preocupação com o atual contexto político. Desejamos que mais entidades brasileiras se somem a nós, para que possamos ter representação na sociedade e sairmos da crise. O povo brasileiro precisa ter esperança.

Parabenizamos a CNBB, pois terça-feira da semana que vem terá início importante assembléia, que irá durar cerca de 9 dias, para discutir a realidade da Igreja brasileira, a fim de que continue dando sua contribuição ao País.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Teve início, nesta segunda-feira, o processo de publicidade que antecede o referendo em que a população decidirá sobre a venda de armas de fogo e munição no Brasil. Será a primeira vez que acontecerá um referendo no País e, também, que se faz uma consulta popular sobre esse tema no mundo. Assim como a maioria das cidadãs e dos cidadãos, também defendo a proibição do comércio desses produtos. Esta tendência foi confirmada por pesquisa do Instituto Datafolha, realizada no dia 21 de julho e que mostrou que 8 em cada 10 brasileiros defendem a proibição. Apenas 17% afirmaram ser contra esse impedimento.

Sr. Presidente, é muito importante que todos os que acreditamos nas alternativas pacíficas para a resolução dos conflitos nos engajemos na campanha pelo desarmamento. A nossa realidade nos impulsiona a uma ação coletiva para mudarmos a atual situação de violência por arma de fogo, que torna vítimas a cada ano cerca de 25 mil brasileiros. Precisamos aproveitar para debater a problemática da violência urbana no contexto de uma sociedade globalizada, onde a violência afeta principalmente os jovens mais pobres, moradores das periferias das metrópoles. Precisamos ajudar na construção de uma sociedade solidária, onde os valores da justiça sejam norteadores de uma prática comum, abolindo as diversas formas de violência, entre as quais, o uso da arma de fogo. O referendo que vai ser realizado em outubro pode ser transformado em um instrumento poderoso na conquista de uma sociedade de paz.

O desarmamento está direcionado à proteção da segurança coletiva. Com ele, o Brasil vai reafirmar sua preocupação com esta questão, englobando valores



fundamentais como a vida, a integridade física, a liberdade e o patrimônio do indivíduo. O Estatuto do Desarmamento, aprovado neste Congresso Nacional, foi uma das leis mais festejadas pela sociedade brasileira. O povo brasileiro percebeu que ele veio para reduzir o alto índice de homicídios causados por armas de fogo, que hoje atinge a casa de 70%, sendo que boa parte desta porcentagem por motivos fúteis.

Está comprovado: armas de fogo transformam conflitos banais em tragédias para a vida toda. A maioria dos homicídios é cometida por desentendimentos e agressões entre parentes ou conhecidos, em brigas em boates, bares, trânsito, torcidas de futebol ou mesmo em casa, momentos em que as agressões físicas são substituídas por tiros, e o cidadão comum pode se transformar num assassino!

Por outro lado, o Estado não pode descuidar de sua obrigação constitucional de desarmar os criminosos. A maioria dos artigos do Estatuto do Desarmamento garante os meios para que a polícia possa combater o crime organizado, prevendo, por exemplo, penas mais altas para o contrabando, marcação de arma e munição e a criação do banco nacional de dados. Menos armas legais em circulação também significa menos armas nas mãos dos bandidos.

Pesquisa do Instituto Viva Rio mostrou que, a cada ano, só no Estado de São Paulo, 11 mil armas legais são roubadas ou furtadas e passam para as mãos de criminosos. Em todo o Brasil, apenas em 2003, 40 mil armas legais foram roubadas ou furtadas passando para as mãos de criminosos. Com menos armas legais em circulação no País, a polícia também encontrará mais facilidades para fiscalizar o contrabando e o comércio ilegal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colocando em vigor o Estatuto do Desarmamento e reforçando as ações que visam a diminuir as desigualdades sociais, o Brasil mostrará ao mundo sua intenção de romper com o sistema que deixa milhões de brasileiros excluídos. Para deixar claro o meu compromisso com o desarmamento, estou buscando parcerias para realizar debates e outras ações concretas que impulsionem a Campanha pelo Sim ao Desarmamento, no Paraná. Tenho certeza de que, ao optar pela proibição da venda de armas, o Brasil, de mãos dadas, terá votado pela vida!

Muito obrigada.

## VII – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, antes lembrando que amanhã, às 9 horas, haverá Sessão

Solene em memória dos 60 anos do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – *COMPARECEM MAIS À SESSÃO OS SRS.:*

### RORAIMA

Almir Sá PL  
Maria Helena PPS  
**Total de Roraima: 2**

### AMAPÁ

Badu Picanço PL  
Coronel Alves PL  
**Total de Amapá: 2**

### PARÁ

Jader Barbalho PMDB  
Nilson Pinto PSDB  
Raimundo Santos PL  
**Total de Pará: 3**

### RONDÔNIA

Hamilton Casara PL  
Nilton Capixaba PTB  
**Total de Rondônia: 2**

### ACRE

Perpétua Almeida PCdoB  
**Total de Acre: 1**

### TOCANTINS

Darci Coelho PP  
Homero Barreto PTB  
**Total de Tocantins: 2**

### MARANHÃO

Antonio Joaquim PTB  
Dr. Ribamar Alves PSB  
Terezinha Fernandes PT  
**Total de Maranhão: 3**

### CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB  
João Alfredo PT  
**Total de Ceará: 2**

### PIAUI

Moraes Souza PMDB  
**Total de Piauí: 1**

### RIO GRANDE DO NORTE

Álvaro Dias PDT  
Betinho Rosado PFL  
**Total de Rio Grande do Norte: 2**

**PARAÍBA**

Domiciano Cabral PSDB  
Ricardo Rique PL

**Total de Paraíba: 2**

**PERNAMBUCO**

Armando Monteiro PTB  
Paulo Rubem Santiago PT  
Renildo Calheiros PCdoB

**Total de Pernambuco: 3**

**ALAGOAS**

Givaldo Carimbão PSB  
Jorge VI PSDB

Olavo Calheiros PMDB

**Total de Alagoas: 3**

**BAHIA**

Aroldo Cedraz PFL  
Edson Duarte PV  
Jairo Carneiro PFL  
Mário Negromonte PP  
Milton Barbosa PFL  
Paulo Magalhães PFL  
Robério Nunes PFL  
Walter Pinheiro PT

**Total de Bahia: 8**

**MINAS GERAIS**

Dr. Francisco Gonçalves PTB  
João Magalhães PMDB  
Virgílio Guimarães PT

**Total de Minas Gerais: 3**

**ESPÍRITO SANTO**

Rose de Freitas PMDB

**Total de Espírito Santo: 1**

**RIO DE JANEIRO**

Bernardo Ariston PMDB  
Reinaldo Betão PL

**Total de Rio de Janeiro: 2**

**SÃO PAULO**

Alberto Goldman PSDB  
Amauri Gasques PL  
Celso Russomanno PP  
Chico Sardelli PFL  
Iara Bernardi PT  
João Paulo Cunha PT  
José Dirceu PT  
Julio Semeghini PSDB

Luciano Zica PT  
Marcelo Ortiz PV  
Michel Temer PMDB  
Telma de Souza PT  
Vicente Cascione PTB  
Vicentinho PT  
Xico Graziano PSDB

**Total de São Paulo: 15**

**MATO GROSSO**

Pedro Henry PP  
Welinton Fagundes PL

**Total de Mato Grosso: 2**

**DISTRITO FEDERAL**

Jorge Pinheiro PL  
Osório Adriano PFL

**Total de Distrito Federal: 2**

**GOIÁS**

Capitão Wayne PSDB

**Total de Goiás: 1**

**PARANÁ**

Eduardo Sciarra PFL  
Osmar Serraglio PMDB

**Total de Paraná: 2**

**SANTA CATARINA**

Adelor Vieira PMDB  
Edison Andrino PMDB  
Jorge Boeira PT  
Luci Choinacki PT  
Paulo Bauer PSDB

**Total de Santa Catarina: 5**

**RIO GRANDE DO SUL**

Darcísio Perondi PMDB  
Érico Ribeiro PP  
Nelson Proença PPS  
Paulo Gouvêa PL  
Pompeo de Mattos PDT

**Total de Rio Grande do Sul: 5**

*DEIXAM DE COMPARECER À SESSÃO  
OS SRS.:*

**RORAIMA**

Luciano Castro PL

**Total de Roraima: 1**

**AMAPÁ**

Davi Alcolumbre PFL

**Total de Amapá: 1**

**AMAZONAS**

Silas Câmara PTB

**Total de Amazonas: 1****RONDONIA**

Marinha Raupp PMDB

**Total de Rondonia: 1****TOCANTINS**

Kátia Abreu PFL

**Total de Tocantins: 1****MARANHÃO**

Luciano Leitoa PSB

Neiva Moreira PDT

Remi Trinta PL

**Total de Maranhão: 3****CEARÁ**

Bismarck Maia PSDB

Inácio Arruda PCdoB

Pastor Pedro Ribeiro PMDB

Vicente Arruda PSDB

**Total de Ceará: 4****PIAUI**

Ciro Nogueira PP

Paes Landim PTB

Simplício Mário PT

**Total de Piauí: 3****RIO GRANDE DO NORTE**

Fátima Bezerra PT

**Total de Rio Grande do Norte: 1****PARAÍBA**

Lúcia Braga PMDB

**Total de Paraíba: 1****PERNAMBUCO**

Eduardo Campos PSB

Fernando Ferro PT

Pedro Corrêa PP

Raul Jungmann PPS

Ricardo Fiuza PP

Roberto Freire PPS

**Total de Pernambuco: 6****ALAGOAS**

João Caldas PL

**Total de Alagoas: 1****BAHIA**

João Carlos Bacelar PL

**Total de Bahia: 1****MINAS GERAIS**

Carlos Willian PMDB

Fernando Diniz PMDB

Geraldo Thadeu PPS

Leonardo Mattos PV

Leonardo Monteiro PT

Mauro Lopes PMDB

Roberto Brant PFL

Romel Anizio PP

**Total de Minas Gerais: 8****ESPÍRITO SANTO**

Neucimar Fraga PL

**Total de Espírito Santo: 1****RIO DE JANEIRO**

Alexandre Santos PMDB

Almir Moura PMDB

André Costa PT

Carlos Rodrigues PL

Eduardo Paes PSDB

Francisco Dornelles PP

Roberto Jefferson PTB

**Total de Rio de Janeiro: 7****SÃO PAULO**

Carlos Sampaio PSDB

Delfim Netto PP

José Eduardo Cardozo PT

Marcos Abramo PFL

Paulo Lima PMDB

Vadão Gomes PP

Walter Barelli PSDB

Wanderval Santos PL

**Total de São Paulo: 8****DISTRITO FEDERAL**

Alberto Fraga PFL

Tatico PL

**Total de Distrito Federal: 2****GOIÁS**

Barbosa Neto PSB

**Total de Goiás: 1****MATO GROSSO DO SUL**

João Grandão PT

**Total de Mato Grosso do Sul: 1****PARANÁ**

Assis Miguel do Couto PT

Cezar Silvestri PPS

Dr. Rosinha PT

Dra. Clair PT

Iris Simões PTB

José Borba PMDB

José Janene PP

**Total de Paraná: 7**

**RIO GRANDE DO SUL**

Adão Pretto PT  
Francisco Appio PP  
Oswaldo Biolchi PMDB

**Total de Rio Grande do Sul: 3**

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Encerrou a sessão, designando para amanhã, quinta-feira, dia 4, às 14h, a seguinte

**ORDEM DO DIA****URGÊNCIA**

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

**Discussão**

1

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, DE 2005**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 251, de 2005, que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.**

**PRAZO NA COMISSÃO MISTA:** 28-6-05

**PRAZO NA CÂMARA:** 12-7-05

**SOBRESTA A PAUTA EM:** 30-7-05  
(46º DIA)

2

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 252, DE 2005**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.**

**PRAZO NA COMISSÃO MISTA:** 29-6-05

**PRAZO NA CÂMARA:** 13-7-05

**SOBRESTA A PAUTA EM:** 31-7-05

(46º DIA)

**URGÊNCIA**

(Artigo 64, § 2º da Constituição Federal, c/c art. 204, I, do Regimento Interno)

**Discussão**

3

**PROJETO DE LEI Nº 1.144-A, DE 2003**

(Da Sra. Maria do Carmo Lara)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.144-A, de 2003, que institui a Política Nacional de Saneamento Ambiental, define diretrizes para a prestação dos serviços públicos de água e esgoto, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Especial. Tendo apensados os PLs nºs 1.772/03, 2.627/03, 4.092/04, 5.296/05 e 5.578/05.**

**SOBRESTA A PAUTA EM (46º DIA):**  
8-7-05

4

**PROJETO DE LEI Nº 5.463-B, DE 2005**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.463-B, de 2005, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação pela adequação financeira e orçamentária deste, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das emendas nºs 1, 3, 4, 5, 6 e 7 apresentadas em Plenário e pela inadequação financeira e orçamentária da emenda nº 2 apresentada em Plenário (Relator: Dep. Nazareno Fonteles, Relator Substituto: Dep. Carlito Merss). Pendente de pareceres das Comissões: de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.**

**SOBRESTA A PAUTA EM (46º DIA):**  
2-8-05

**URGÊNCIA**

(Art. 155 do Regimento Interno)

**Discussão****5****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR****Nº 187-A, DE 1997**

(Do Sr. Mário Negromonte)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 187-A, de 1997, que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação, com emenda (Relator: Dep. Pedro Valadares); da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação deste, com emendas, e da emenda adotada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (Relator: Dep. Aírton Cascavel); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária deste e das emendas adotadas pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Viação e Transportes (Relator: Dep. Félix Mendonça); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e das emendas das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Viação e Transportes (Relator: Dep. Zénelo Coutinho).**

**6****PROJETO DE LEI Nº 5.610, DE 2005**

(Da Mesa Diretora)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.610, de 2005, que reorganiza o Plano de Carreira da Câmara dos Deputados e aplica aos seus servidores efetivos, no que couber, Gratificação de Representação instituída pela Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, convalidada pela Lei nº 10.863, de 29 de abril de 2004. Pendente de pareceres das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.**

**7****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 251, DE 2005**

(Da Mesa Diretora)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 251, de 2005, que fixa limi-**

**te para a complementação de vencimento instituída pelo art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e dá outras providências.**

**PRIORIDADE****Discussão****8****PROJETO DE LEI Nº 1-A, DE 2003**

(Do Tribunal Superior do Trabalho)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1-A, de 2003, que dispõe sobre a alteração do art. 670 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda (Relator: Dep. Cláudio Magrão); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Relator: Dep. Maurício Rands).**

**MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

(Art. 202 c/c Art. 191, I, do Regimento Interno)

**Discussão****9****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 285, DE 2004**

(Do Poder Executivo)

**Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, contendo os arts. 22, VIII, 34, V, c, 36, V, 61, § 3º; 100, § 1º, 105, III, d, 149-A, parágrafo único, 150, § 6º; 152-A, 153, § 3º, V; 155, § 2º, II, c, IV, a, b, V, a, b, c, d, e, VI, a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, VII, a, b, c, d, VIII, IX, a, c, X, e, XI, XII, a, b, f, g, h, i, j, l, m, n, o, XIII, a, b, c, d, e, § 7º, I, II, 158, III, 17 constantes do art. 1º, os arts. 95, 96, parágrafo único I, II, III e 97 constantes do art. 2º, que trata do Ato das Disposições Transitórias, a integra dos arts. 3º, 8º e 9º); tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade quando da apreciação da PEC nº 228/04, com emendas (Relator: Dep. Osmar Serraglio); da Comissão Especial, pelo desmembra-**

mento da de nº 255/04 nesta e na de nº 293/04, acompanhadas das respectivas emendas referentes aos dispositivos nelas contidos; pela aprovação desta e pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação das emendas de nºs 21, 24, 31, 34, 40, 54, 67 e 68, com substitutivo; e pela rejeição, na parte em que versem sobre os dispositivos apreciados, das emendas de nºs 2, 3, 5, 6, 8, 11, 15, 20, 26, 28, 38, 44, 45, 46, 47, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 66, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 88, 89 e 94 (Relator: Dep. Virgílio Guimarães).

#### AVISOS

### PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

#### I – EMENDAS

#### II – RECURSOS

#### 1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RI

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 3º, combinado com ART. 132, § 2º, DO RI

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 1º, DO RI

#### 1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

#### PROJETO DE LEI:

**Nº 2.170-C/03 (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO)** – Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 9-8-05

#### ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE AGOSTO DE 2005

#### Dia 4, 5ª-feira

15:00 LUPÉRCIO RAMOS (PMDB – AM)  
15:25 ANDRÉ COSTA (PT – RJ)

#### Dia 5, 6ª-feira

10:00 GERVÁSIO OLIVEIRA (PMDB – AP)  
10:25 CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)  
10:50 VIGNATTI (PT – SC)  
11:15 ANA GUERRA (PT – MG)  
11:40 LUCI CHOINACKI (PT – SC)  
12:05 NILSON MOURÃO (PT – AC)  
12:30 JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ)  
12:55 ARY KARA (PTB – SP)  
13:20 FERNANDO LOPES (PMDB – RJ)

#### Dia 8, 2ª-feira

15:00 PEDRO CANEDO (PP – GO)  
15:25 RICARDO BERZOINI (PT – SP)  
15:50 HOMERO BARRETO (PTB – TO)  
16:15 MÁRCIO REINALDO MOREIRA (PP – MG)  
16:40 JULIO SEMEGHINI (PSDB – SP)  
17:05 ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)  
17:30 DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)  
17:55 MAURÍCIO RABELO (PL – TO)  
18:20 NÉLIO DIAS (PP – RN)

#### Dia 9, 3ª-feira

15:00 ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT – PR)  
15:25 JOAQUIM FRANCISCO (PTB – PE)

#### Dia 10, 4ª-feira

15:00 ROSE DE FREITAS (PMDB – ES)  
15:25 LEONARDO MATTOS (PV – MG)

#### Dia 11, 5ª-feira

15:00 CABO JÚLIO (PMDB – MG)  
15:25 TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT – RS)

#### Dia 12, 6ª-feira

10:00 PAULO PIMENTA (PT – RS)  
10:25 LEODEGAR TISCOSKI (PP – SC)  
10:50 DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)  
11:15 MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR)  
11:40 SARNEY FILHO (PV – MA)  
12:05 ANGELA GUADAGNIN (PT – SP)  
12:30 BETINHO ROSADO (PFL – RN)  
12:55 RUBENS OTONI (PT – GO)  
13:20 CHICO ALENCAR (PT – RJ)

#### Dia 15, 2ª-feira

15:00 OLAVO CALHEIROS (PMDB – AL)  
15:25 JOSÉ DIRCEU (PT – SP)  
15:50 CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS)  
16:15 ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE)  
16:40 HUMBERTO MICHILES (PL – AM)  
17:05 CARLITO MERSS (PT – SC)  
17:30 PASTOR AMARILDO (PMDB – TO)  
17:55 ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)  
18:20 HÉLIO ESTEVES (PT – AP)

#### Dia 16, 3ª-feira

15:00 JOSÉ ROCHA (PFL – BA)  
15:25 MARCELO GUIMARÃES FILHO (PL – BA)

#### Dia 17, 4ª-feira

15:00 LINO ROSSI (PP – MT)  
15:25 ITAMAR SERPA (PSDB – RJ)

**Dia 18, 5ª-feira**

15:00 CARLOS MOTA (PL – MG)  
15:25 DOMICIANO CABRAL (PSDB – PB)

**Dia 19, 6ª-feira**

10:00 VICENTINHO (PT – SP)  
10:25 ZENALDO COUTINHO (PSDB – PA)  
10:50 LUCIANO CASTRO (PL – RR)  
11:15 GONZAGA MOTA (PSDB – CE)  
11:40 JOÃO MENDES DE JESUS (S.PART. – RJ)  
12:05 ADÃO PRETTO (PT – RS)  
12:30 ELISEU RESENDE (PFL – MG)  
12:55 PAULO BAUER (PSDB – SC)  
13:20 FEU ROSA (PP – ES)

**Dia 22, 2ª-feira**

15:00 COLOMBO (PT – PR)  
15:25 REMI TRINTA (PL – MA)  
15:50 JOSÉ DIVINO (PMDB – RJ)  
16:15 SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG)  
16:40 JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL)  
17:05 POMPEO DE MATTOS (PDT – RS)  
17:30 DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB – MG)  
17:55 MAURÍCIO RANDS (PT – PE)  
18:20 BABÁ (S.PART. – PA)

**Dia 23, 3ª-feira**

15:00 FÉLIX MENDONÇA (PFL – BA)  
15:25 JORGE BITTAR (PT – RJ)

**Dia 24, 4ª-feira**

15:00 REGINALDO GERMANO (PP – BA)  
15:25 MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ)

**Dia 25, 5ª-feira**

15:00 JACKSON BARRETO (PTB – SE)  
15:25 LUIZ SÉRGIO (PT – RJ)

**Dia 26, 6ª-feira**

10:00 ANSELMO (PT – RO)  
10:25 ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)  
10:50 DARCI COELHO (PP – TO)  
11:15 JOVINO CÂNDIDO (PV – SP)  
11:40 JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA)  
12:05 MARCO MAIA (PT – RS)  
12:30 JOSÉ PIMENTEL (PT – CE)  
12:55 SIMPLÍCIO MÁRIO (PT – PI)  
13:20 PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB – CE)

**Dia 29, 2ª-feira**

15:00 ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA – SP)  
15:25 NICE LOBÃO (PFL – MA)  
15:50 KÁTIA ABREU (PFL – TO)

16:15 ROBÉRIO NUNES (PFL – BA)  
16:40 NAZARENO FONTELES (PT – PI)  
17:05 EDSON DUARTE (PV – BA)  
17:30 MARIA HELENA (PPS – RR)  
17:55 LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO)  
18:20 MARCOS DE JESUS (PL – PE)

**Dia 30, 3ª-feira**

15:00 MILTON CARDIAS (PTB – RS)  
15:25 ALCESTE ALMEIDA (PMDB – RR)

**Dia 31, 4ª-feira**

15:00 LÉO ALCÂNTARA (PSDB – CE)  
15:25 PEDRO HENRY (PP – MT)

**ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES****I – COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

LOCAL: Plenário 01 do Anexo II  
HORÁRIO: 10h

**REUNIÃO ORDINÁRIA****A – Recursos:**

RECURSO Nº 88/03 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “recorre contra decisão da Presidência em Questão de Ordem, questionando a alteração, por projeto de lei, de Medida Provisória editada antes da Emenda Constitucional nº 32/01, pendente de apreciação do Congresso Nacional, a propósito da votação do Projeto de Lei nº 7.058, de 2002”.

RELATOR: Deputado VICENTE ARRUDA.  
PARECER: pelo não provimento.

**B – Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 185/05 Do Sr. José Eduardo Cardozo e outros – que “Requer a realização de audiência pública, em data a ser agendada, com a participação dos Srs.: Dr. Fábio Konder Comparato; Professora Maria Victoria de Mesquita Benevides; da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; do CONIC – Conselho Nacional de Igrejas; da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de discutir a Regulamentação do Art. 14º da Constituição Federal, em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular.”

**C – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:****URGÊNCIA**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.628/05 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC nº 682/2004) – que “submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Protocolo de

Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, assinado em Brasília, em 21 de outubro de 2003”.

RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

#### **URGÊNCIA ART. 155 RICD**

PROJETO DE LEI Nº 1.238/03 – Do Sr. Luiz Antonio Fleury – que “modifica os artigos 291, em seu parágrafo único, 306 e 308 e revoga o artigo 292 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997)”.

RELATOR: Deputado CARLOS RODRIGUES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Adiada a discussão, por 2 sessões, a requerimento do Deputado José Eduardo Cardozo, em 18-5-2005.

#### **PRIORIDADE**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 629/98 – Do Senado Federal – (PDS nº 1/1998) – que “aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 1998”.

RELATOR: Deputado PROFESSOR LUIZINHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

EMENDA DO SENADO AO PROJETO DE LEI Nº 4.476/94 – que “autoriza o Poder Executivo Federal a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos, no Estado de São Paulo, o imóvel que menciona”

RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da Emenda do Senado Federal.

Vista conjunta aos Deputados André de Paula e José Eduardo Cardozo, em 16/03/2005.

O Deputado Osmar Serraglio apresentou voto em separado em 13-6-2005.

PROJETO DE LEI Nº 1.937/96 – Do Senado Federal – Pedro Simon – (PLS nº 264/1995) – que “altera a redação da alínea “e” do artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MAURO BENEVIDES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.

PROJETO DE LEI Nº 2.740/00 – Do Senado Federal – Gilvam Borges – (PLS nº 258/1999) – que “institui a obrigatoriedade de prestação de atendimento cirúrgico-plástico a portadores de defeitos físicos causa-

dores de sofrimento moral relevante”. (Apensado: PL nº 612/1999)

RELATORA: Deputada ANN PONTES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com emendas; e pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL nº 612/1999, apensado.

Vista ao Deputado Odair Cunha, em 16-6-2005.

Discussão iniciada, em 16-6-2005.

PROJETO DE LEI Nº 1.712/03 – da REFPOKIT – que “altera os artigos 9º e 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e acrescenta o art. 9º-A à mesma Lei, dispondo sobre prazos de filiação partidária e de domicílio eleitoral”.

RELATOR: Deputado RUBENS OTONI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

Vista conjunta aos Deputados Benedito de Lira, Jorge Vi, Rubinelli e Vicente Arruda, em 5-7-2005.

Discussão iniciada, em 5-7-2005.

PROJETO DE LEI Nº 2.632/03 – Do Senado Federal – Demóstenes Torres – que “altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”. (Apensado: PL nº 511/2003 (Apensados: PL nº 1.908/2003, PL nº 2.340/2003, PL nº 2.357/2003 e PL nº 2.543/2003))

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL nº 511/2003, do PL nº 1.908/2003, do PL nº 2.340/2003, do PL nº 2.357/2003, e do PL nº 2.543/2003, apensados.

Vista ao Deputado Luiz Couto, em 18-5-2005.

PROJETO DE LEI Nº 5.022/05 – da Sra. Mariângela Duarte – que “altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a fim de disciplinar a disponibilização dos boletins de urnas em Rede Pública de Dados”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 170/04 – Do Sr. Zarattini – que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



Vista ao Deputado Maurício Rands, em 18-5-2005.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 178/04 – da Sra. Luciana Genro – que “altera a redação do art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional” e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo; e pela inconstitucionalidade do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 124/03 – Do MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. – que “modifica os arts 17, 34, 139, 146, 189, 197, 201 e 202, do Regimento Interno, limitando a criação de Comissões Especiais e estabelece novo rito para tramitação das Propostas de Emenda Constitucional”.

RELATOR: Deputado INALDO LEITÃO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e das emendas de Plenário nºs 2, 3, e 5, com substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das emendas de Plenário nºs 1, 4, 6, 8, 10 e 11; e pela constitucionalidade, injuridicidade e anti-regimentalidade das emendas de Plenário nºs 7 e 9.

Vista conjunta aos Deputados Bosco Costa, José Eduardo Cardozo, Luiz Eduardo Greenhalgh, Roberto Magalhães e Sérgio Miranda, em 12-5-2005.

Adiada a discussão, por 10 sessões, a requerimento do Deputado José Eduardo Cardozo, em 17-5-2005.

### ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 135/95 – da Sra. Laura Carneiro – que “acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista à Deputada Juíza Denise Frossard, em 18-5-2005.

A Deputada Juíza Denise Frossard apresentou voto em separado em 7-6-2005.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 328/01 – Do Sr. Pedro Henry – que “dá nova redação ao art. 5º, XIII, da Constituição Federal”. (Apensado: PEC nº 185/2003)

RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES.

PARECER: pela inadmissibilidade desta e pela admissibilidade da PEC nº 185/2003, apensada.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 469/01 – Do Sr. Ivan Valente – que “dispõe sobre a expansão do ensino superior público”.

RELATORA: Deputada EDNA MACEDO.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 499/02 – Do Sr. Alceu Collares – que “acrescenta o art. 14-A e seus parágrafos ao texto da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES.

PARECER: pela inadmissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 510/02 – Do Sr. Dr. Rosinha – que “inclui § 11 no art. 37 e § 5º no art. 41 da Constituição Federal”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70/03 – Do Sr. Ney Lopes – que “altera os arts. 49 e 84 da Constituição Federal e acrescenta o art. 69-A, visando estabelecer autorização prévia do Congresso Nacional para negociação de tratados, acordos e atos internacionais”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81/03 – Do Sr. João Alfredo – que “altera os incisos II, III e IV do art. 93 da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157/03 – Do Sr. Luiz Carlos Santos e outros – que “convoca Assembléia de Revisão Constitucional e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MICHEL TEMER.

PARECER: pela admissibilidade.

Vista conjunta aos Deputados Luciano Zica, Paulo Magalhães e Roberto Magalhães, em 3-8-2005.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 181/03 – Do Sr. Josias Quintal e outros – que “altera o art. 144 da Constituição Federal relativo a Segurança Pública e acrescenta o art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias”.

RELATOR: Deputado RUBINELLI.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 216/03 – Do Sr. Carlos Abicalil e outros – que “modifica o inciso V do Art. 206 da Constituição Federal e acrescenta o inciso VIII ao mesmo Artigo, com a finalidade de incluir o Piso Salarial Profissional dos Profissionais da Educa-

ção Escolar, como princípio geral do ensino no País”. (Apensados: PEC nº 247/2004 e PEC nº 415/2005)

RELATORA: Deputada IARA BERNARDI.

PARECER: a proferir.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 238/04 – da Sra. Iriny Lopes e outros – que “modifica o art. 57 da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado CARLOS RODRIGUES.

PARECER: pela admissibilidade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 294/04 – Do Sr. Agnaldo Muniz e outros – que “acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 89 do ADCT”. (Apensados: PEC nº 295/2004 e PEC nº 343/2004)

RELATOR: Deputado PROFESSOR LUIZINHO.

PARECER: pela admissibilidade desta, da PEC nº 295/2004 e da PEC nº 343/2004, apensadas.

### TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 3.372/97 – da Sra. Marinha Raupp – que “concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência física e aos idosos no sistema de transporte público coletivo intermunicipal”. (Apensados: PL nº 1970/2003 e PL nº 3802/2004)

RELATOR: Deputado JOSÉ DIVINO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e dos apensados, PL nº 1.970/2003, com substitutivo, e PL nº 3.802/2004, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 3.627/97 – Do Sr. Vic Pires Franco – que “obriga as Companhias Aéreas a divulgar informações sobre a aeronave de embarque, e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 2.979/2000)

RELATOR: Deputado RICARDO BARROS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, da Emenda da Comissão Viação e Transportes, com subemenda, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, com subemenda, e do PL nº 2.979/2000, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 1.663/99 – Do Sr. Enio Bacci – que “proíbe a fabricação, comercialização e utilização, em todo o Território Nacional, de redes de pesca, com malha inferior a 05”.

RELATOR: Deputado BOSCO COSTA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

Vista ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 16-6-2005.

O Deputado Marcelo Ortiz apresentou voto em separado em 21-6-2005.

Concedido prazo ao relator, nos termos do art. 57, inciso XI, do Regimento Interno, em 30-6-2005.

PROJETO DE LEI Nº 2.358/00 – Do Sr. Nelson Proença – que “altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral por meio de Serviço de Valor Adicionado, inclusive Internet, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação.

Vista conjunta aos Deputados Bispo Wanderval, Bosco Costa, Inaldo Leitão, José Eduardo Cardozo, Luiz Antonio Fleury, Marcelo Ortiz e Vicente Arruda, em 21-8-2003.

PROJETO DE LEI Nº 2.773/00 – Do Sr. Alceste Almeida – que “altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia”.

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, nos termos da emenda da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 3.011/00 – Do Sr. Osvaldo Biolchi – que “altera o art. 315 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e acrescenta o inciso VI ao art. 323, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal”. (Apensados: PL nº 3065/2000 e PL nº 780/2003)

RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e do PL nº 3.065/00, apensado, e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 780/03, apensado.

Vista conjunta aos Deputados Darci Coelho, Fernando Coruja e Inaldo Leitão, em 31-3-2005.

PROJETO DE LEI Nº 3.855/00 – Do Sr. Paulo José Gouvêa – que “acrece parágrafo ao art. 92 do Código Penal”.

RELATOR: Deputado CEZAR SCHIRMER.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e no mérito, pela aprovação, com substitutivo. Vista conjunta aos Deputados Darci Coelho, Fernando Coruja, Inaldo Leitão, José Eduardo Cardozo, Luiz Eduardo Greenhalgh, Moroni Torgan e Vicente Arruda, em 31-3-2005.

PROJETO DE LEI Nº 4.732/01 – Do Sr. Serafim Venzon – que “dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde”. (Apensado: PL nº 587/2003)

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão

de Seguridade Social e Família e do PL nº 587/2003, apensado, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 149/03 – Do Sr. Alberto Fraga – que “altera o Decreto – lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, tipificando o crime de terrorismo e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 235/03 – da Sra. Sandra Rosado – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento, à população de baixa renda, de gás liqüefeito de petróleo em vasilhames de pequena capacidade volumétrica”.

RELATOR: Deputado REGINALDO GERMANO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor.

Vista conjunta aos Deputados Darci Coelho e Inaldo Leitão, em 16-6-2005.

PROJETO DE LEI Nº 269/03 – Do Sr. Roberto Magalhães – que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis Assistenciais e disciplina o processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência”.

RELATOR: Deputado VILMAR ROCHA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

PROJETO DE LEI Nº 347/03 – da CPITRAFI – que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998”. (Apensados: PL nº 1.090/2003, PL nº 3.240/2004 e PL nº 4.184/2004)

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e da emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL nº 1.090/2003, do PL nº 3.240/2004 e do PL nº 4.184/2004, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 1.206/03 – Do Sr. Julio Lopes – que “altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – Código de Propriedade Industrial”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS SANTOS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Rubinelli, em 19-5-2005.

O Deputado Maurício Rands apresentou voto em separado em 30-5-2005.

PROJETO DE LEI Nº 1.336/03 – Do Sr. Alceu Collares – que “acrescente-se o art. 175 – A ao Decreto – Lei

nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal)”. (Apensado: PL nº 2.498/2003)

RELATOR: Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, do PL nº 2.498/2003, apensado, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 2.729/03 – Do Sr. Leonardo Picciani – que “altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; da Lei nº 9.279, de 1996 – Código de Propriedade Industrial; da Lei nº 9.610, de 1998 – Lei de Direitos Autorais e Lei nº 9.609, de 1998 – Lei de Proteção da Propriedade Intelectual de Programa de Computador”.

RELATORA: Deputada JUÍZA DENISE FROSSARD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.109/04 – Do Sr. Severino Cavalcanti – que “altera a redação do art. 61 do Código Penal, que trata do conceito de reincidência para efeitos penais”.

RELATOR: Deputado WAGNER LAGO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Aginaldo Muniz, José Eduardo Cardozo e Luiz Eduardo Greenhalgh, em 01-6-2005.

PROJETO DE LEI Nº 3.966/04 – da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal. – que “modifica a Lei nº 9.609, de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador”.

RELATORA: Deputada ZULAIÊ COBRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, com emenda, e, no mérito, pela aprovação.

## **D – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:**

### **PRIORIDADE**

PROJETO DE LEI Nº 3.778/97 – Do Senado Federal – Jefferson Peres – (PLS nº 233/1996) – que “altera o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União – para determinar a obrigatoriedade da realização de concurso público por entidade estranha ao órgão da Administração Pública cujos cargos serão objeto desse concurso”.

RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

PROJETO DE LEI Nº 4.253/98 – Do Senado Federal – Pedro Simon – (PLS nº 181/1997) – que “autoriza a União a assumir, como depositário legal, o acervo histórico e pessoal do ex-Presidente Getúlio Vargas”.

RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

PARECER: pela constitucionalidade e injuridicidade. Vista ao Deputado Roberto Magalhães, em 31-3-2005.

PROJETO DE LEI Nº 1.860/99 – Do Senado Federal – Benedita da Silva – (PLS nº 273/1996) – que “institui o estudo dos direitos humanos na formação policial”.

RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com Substitutivo, e das Emendas apresentadas nesta Comissão e na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 2.550/00 – Do Poder Executivo – (MSC nº 272/2000) – que “dispõe sobre as ações ordinárias e preferenciais não reclamadas correspondentes a participação acionária em sociedades anônimas de capital aberto”.

RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Paulo Magalhães, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas das Comissões de Economia, Indústria e Comércio e de Finanças e Tributação, com substitutivo; pela inconstitucionalidade e anti-regimentalidade das oito emendas apresentadas nesta Comissão ao projeto; e pela injuridicidade e anti-regimentalidade da emenda apresentada nesta Comissão ao substitutivo do relator.

Adiada a Discussão, por 10 sessões, a requerimento do Deputado Paes Landim, em 20-11-2002.

PROJETO DE LEI Nº 3.983/00 – Do Senado Federal – Hugo Napoleão – (PLS nº 138/2000) – que “autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí, o imóvel que especifica”.

RELATORA: Deputada EDNA MACEDO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 4.632/01 – Do Senado Federal – Osmar Dias – (PLS nº 23/2000) – que “altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo cri-

térios de transparência para a exploração de concessões públicas”.

RELATOR: Deputado JOÃO ALMEIDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

PROJETO DE LEI Nº 7.316/02 – Do Poder Executivo – (MSC nº 962/2002) – que “disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com emendas; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das emendas apresentadas nesta Comissão de nºs 1, com subemenda, 2, com subemenda, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.

PROJETO DE LEI Nº 4.726/04 – Do Poder Executivo – (MSC nº 867/2004) – que “altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependências, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos, e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 4.728/04 – Do Poder Executivo – (MSC nº 869/2004) – que “acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativo à racionalização do julgamento de processos repetitivos”.

RELATOR: Deputado JOÃO ALMEIDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda apresentada nesta Comissão, com substitutivo, e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Darci Coelho, em 29/06/2005.

O Deputado Darci Coelho apresentou voto em separado em 7-7-2005.

Suspensa a discussão em virtude da ausência do relator, em 6-7-2005.

Discussão iniciada, em 29-6-2005.

PROJETO DE LEI Nº 4.838/05 – Do Senado Federal – Papaléo Paes – (PLS nº 149/2003) – que “altera os arts. 53 e 67 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994,

que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)".

RELATOR: Deputado DARCI COELHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista conjunta aos Deputados Bosco Costa, Nelson Pellegrino e Roberto Magalhães, em 30/06/2005.

PROJETO DE LEI Nº 4.957/05 – Do Poder Executivo – (MSC nº 967/2004) – que “dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado EDMAR MOREIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas; e pela inconstitucionalidade das emendas de nºs 1 e 2 apresentadas nesta Comissão.

### TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 3.124/97 – Do Sr. Barbosa Neto – que “dispõe sobre a regulamentação da profissão de Psicopedagogo, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicopedagogia e determina outras providências”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com Substitutivo, das Emendas 1, 2, 3, 4, 5, com Subemenda, e 6 da Comissão de Educação e Cultura.

O Deputado José Eduardo Cardozo apresentou voto em separado em 15-9-2004.

PROJETO DE LEI Nº 3.653/97 – Do Sr. Arlindo Chinaglia – que “dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e das emendas apresentadas nesta Comissão, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Vista conjunta aos Deputados Darci Coelho e Luiz Eduardo Greenhalgh, em 30-6-2005.

Suspensa a discussão em virtude do início da Ordem do Dia do Plenário, em 29-6-2005.

PROJETO DE LEI Nº 4.088/98 – Do Sr. Enio Bacci – que “dispõe sobre a realização de exames bacteriológicos para servidores do setor de limpeza pública”.

RELATOR: Deputado PAULO AFONSO.

PARECER: pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

PROJETO DE LEI Nº 45/99 – Do Sr. Paulo Rocha – que “veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela CLT”.

RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

PROJETO DE LEI Nº 62/99 – da Sra. Iara Bernardi – que “altera os arts. 482, 483 e 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”. (Apensados: PL nº 1.265/1999 e PL nº 1.831/1999)

RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Laura Carneiro (PFL – RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e do PL nº 1831/1999, apensado, e pela inconstitucionalidade do PL nº 1265/1999, apensado.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto, Fernando Coruja, João Paulo Gomes da Silva, José Eduardo Cardozo e Vicente Arruda, em 27-10-2004.

Suspensa a discussão em virtude do início da Ordem do Dia do Plenário, em 6-7-2005.

Discussão iniciada, em 27-10-2004.

PROJETO DE LEI Nº 1.949/99 – Do Sr. Arlindo Chinaglia – que “institui o contrato-padrão para a prestação dos serviços de telecomunicações, energia elétrica, gás, água e saneamento por empresas públicas ou privadas, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

PROJETO DE LEI Nº 2.462/00 – Do Sr. Inácio Arruda – que “dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra da Meruoca, no Estado do Ceará, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Sérgio Miranda (PCdoB – MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e da Emenda nº 02 da Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda substitutiva, e pela inconstitucionalidade da Emenda nº 01 da Comissão de Defesa do Consumidor.

Vista conjunta aos Deputados Antonio Carlos Biscaia, Inaldo Leitão e Vicente Arruda, em 9-6-2004.

O Deputado Antonio Carlos Biscaia apresentou voto em separado em 15-6-2004.

Adiada a votação, por 5 sessões, a requerimento do relator, em 16-3-2005.

PROJETO DE LEI Nº 2.566/00 – Do Sr. Nilson Mourão – que “acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente”. (Apensado: PL nº 3.611/2000)

RELATOR: Deputado RUBINELLI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL nº 3.611/2000, apensado, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Vista ao Deputado Vicente Arruda, em 15-3-2005.

Discussão iniciada, em 15-3-2005.

PROJETO DE LEI Nº 2.914/00 – Do Sr. Bispo Wanderval – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias”. (Apensados: PL nº 3.306/2000 e PL nº 5.790/2001)

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL nº 3.306/2000 e do PL nº 5.790/2001, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 3.001/00 – Do Sr. Paulo Octávio – que “altera os arts. 1º, 6º, 7º e 10 da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, que “dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências””. (Apensado: PL nº 3.472/2000)

RELATOR: Deputado VILMAR ROCHA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, da Emenda e do Substitutivo aprovados pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda, e do PL nº 3.472/2000, apensado.

Vista ao Deputado José Eduardo Cardozo, em 11-12-2003.

PROJETO DE LEI Nº 3.249/00 – Do Sr. Dr. Hélio – que “obriga aos médicos e instituições credenciadas pelo Sistema Único de Saúde a prescreverem medicamentos com sua denominação genérica”. (Apensados: PL nº 3.333/2000, PL nº 3.385/2000 e PL nº 4.104/2001)

RELATOR: Deputado ALCEU COLLARES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, do PL

nº 3333/2000, com emenda, do PL nº 3385/2000 e do PL nº 4.104/2001, apensados.

Vista conjunta aos Deputados Ademir Camilo, José Eduardo Cardozo, Mendes Ribeiro Filho e Nelson Pellegrino, em 18-5-2005. O Deputado Ademir Camilo apresentou declaração de voto, em 30-6-05.

PROJETO DE LEI Nº 3.544/00 – Do Sr. Djalma Paes – que “estabelece a obrigação do uso de etiquetas de orientação sobre a prevenção do câncer de próstata na roupas íntimas masculinas fabricadas ou comercializadas no Brasil”. (Apensados: PL nº 3.864/2000 e PL nº 4.571/2001)

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PARECER: pela inconstitucionalidade deste, do PL nº 3.864/2000 e do PL nº 4.571/2001, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 4.049/01 – Do Sr. Léo Alcântara – que “acrescenta inciso ao §2º do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: pela inconstitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 4.121/01 – Do Sr. Alberto Fraga – que “altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”.

RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

Vista ao Deputado Vicente Arruda, em 31-3-2005.

PROJETO DE LEI Nº 4.318/01 – Do Sr. Orlando Fantazzini – que “altera o art. 97 do Decreto-Lei nº 2848, de 1940 (Código Penal), modificando as condições de aplicação da medida de segurança”. (Apensado: PL nº 5.813/2001)

RELATORA: Deputada JUÍZA DENISE FROSSARD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL nº 5.813/2001, apensado, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Inaldo Leitão e José Eduardo Cardozo, em 20-4-2005.

PROJETO DE LEI Nº 4.412/01 – Do Sr. Cezar Schirmer – que “regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ONYX LORENZONI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.

PROJETO DE LEI Nº 4.735/01 – Do Sr. Ivan Valente – que “dá nova redação ao art. 30, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO MIRANDA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.

PROJETO DE LEI Nº 5.578/01 – Do Sr. Osmar Serraglio – que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a Carteira Nacional de Habilitação das pessoas portadoras de Diabetes Mellitus”.

RELATOR: Deputado ALEXANDRE CARDOSO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Vista ao Deputado Coriolano Sales, em 26-10-2004.

Discussão iniciada, em 26-10-2004.

PROJETO DE LEI Nº 5.696/01 – Do Sr. Pedro Fernandes – que “altera o § 2º, do art. 3º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, faculta a aplicação do rito sumaríssimo da referida Lei às causas que especifica e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 599/2003 e PL nº 1.415/2003)

RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL nº 599/2003 e do PL nº 1.415/2003, apensados, com substitutivo.

Adiada a discussão, por 10 sessões, a requerimento do Deputado José Eduardo Cardozo, em 15-9-2004.

Adiada a votação por falta de **quorum**, em 26-10/2004.

PROJETO DE LEI Nº 5.788/01 – Do Sr. Celso Rusomanno – que “institui o Dia Nacional da Esclerose Múltipla”.

RELATORA: Deputada IARA BERNARDI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Educação e Cultura.

PROJETO DE LEI Nº 6.990/02 – Do Sr. João Magno – que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro””.

RELATOR: Deputado ODAIR CUNHA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, com emendas, e, no mérito, pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 48/03 – Do Sr. Alceu Collares – que “altera o art. 111 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente”.

RELATOR: Deputado RUBINELLI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.

PROJETO DE LEI Nº 52/03 – Do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que “dispõe sobre os limites da receita bruta anual das empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de

que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

PROJETO DE LEI Nº 72/03 – Do Sr. Dimas Ramalho – que “dá nova redação ao artigo 10º da Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951) e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Darci Coelho, Inaldo Leitão, José Eduardo Cardozo e Vicente Arruda, em 30-3-2005.

Discussão iniciada, em 30-3-2005.

PROJETO DE LEI Nº 127/03 – Do Sr. Antonio Carlos Biscaia – que “dispõe sobre a efetivação de pagamentos e recebimentos da remuneração do trabalho e dos benefícios previdenciários efetuados mediante depósito bancário, por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado”.

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo e da Subemenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Vista ao Deputado Zenaldo Coutinho, em 3-8-2005.

PROJETO DE LEI Nº 416/03 – Do Sr. Carlos Mota – que “altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994”.

RELATOR: Deputado VICENTE CASCIONE.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Sérgio Miranda, em 3-6-2004.

O Deputado Darci Coelho apresentou voto em separado em 24-6-2005.

Adiada a votação por falta de quorum, em 17-3-2005.

PROJETO DE LEI Nº 911/03 – Do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que “acrescenta dispositivo ao art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõe sobre equipamentos obrigatórios dos veículos”.

RELATOR: Deputado VILMAR ROCHA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com Emenda.

Vista conjunta aos Deputados Bosco Costa, Luiz Couto e Luiz Eduardo Greenhalgh, em 5-5-2004.

PROJETO DE LEI Nº 922/03 – Do Sr. Davi Alcolumbre – que “denomina “Aeroporto Internacional de Macapá –

Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá”. (Apensado: PL nº 2.873/2004)

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes, e do PL nº 2.873/2004, apensado.

Vista ao Deputado José Eduardo Cardozo, em 19-4-2005.

Discussão iniciada, em 19-4-2005.

PROJETO DE LEI Nº 1.281/03 – Do Sr. Inaldo Leitão – que “dispõe sobre assistência em processos de interesse da Administração Pública”.

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, com substitutivo, e, no mérito, pela aprovação.

Vista ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, em 24-5-2005.

PROJETO DE LEI Nº 1.369/03 – Do Sr. Inácio Arruda – que “dá nova redação ao inciso III, do artigo 82, da Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)”. (Apensado: PL nº 1.371/2003)

RELATOR: Deputado ANTONIO CRUZ.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL nº 1.371/2003, apensado.

O Deputado Paes Landim apresentou voto em separado em 14-10-2004.

Suspensa a discussão em virtude da ausência do relator, em 9-6-2004.

PROJETO DE LEI Nº 1.523/03 – Do Sr. Carlos Sampaio – que “altera a Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa)”.

RELATOR: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

PARECER: pela inconstitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 2.285/03 – Do Sr. Sandes Júnior – que “dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias”.

RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Vista ao Deputado Inaldo Leitão, em 12-5-2005.

O Deputado Marcelo Ortiz apresentou voto em separado em 05-7-2005.

Discussão iniciada, em 12-5-2005.

PROJETO DE LEI Nº 2.822/03 – Do Sr. Sandro Mabel – que “acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho”.

RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Vista ao Deputado Roberto Magalhães, em 6-4-2005.

Suspensa a discussão em virtude do início da Ordem do Dia do Plenário, em 24-5-2005.

PROJETO DE LEI Nº 2.997/04 – Do Sr. Antonio Carlos Biscaia – que “dispõe sobre o regime jurídico aplicável às lojas de conveniência e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado SIGMARINGA SEIXAS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

PROJETO DE LEI Nº 3.096/04 – Do Sr. Max Rosenmann – que “denomina “Rodovia Governador José Richa” o trecho da rodovia BR-476, entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná”.

RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 3.174/04 – Do Sr. Daniel Almeida – que “institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa”.

RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 3.432/04 – Do Sr. Welinton Fagundes – que “dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, Internet ou outro meio similar”.

RELATOR: Deputado NELSON TRAD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 3.685/04 – Do Sr. Gustavo Fruet – que “altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil”.

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado José Eduardo Cardozo, em 5-5-2005.

Concedido prazo ao relator, nos termos do art. 57, inciso XI, do Regimento Interno, em 12-5-2005.



PROJETO DE LEI Nº 3.762/04 – Do Sr. Carlos Abicalil – que “define o acórdão de Tribunal de Contas como título executivo extrajudicial”.

RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL.

PARECER: constitucionalidade, injuridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 3.840/04 – Do Sr. Mendes Ribeiro Filho – que “dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos”.

RELATOR: Deputado PAULO AFONSO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.883/04 – Do Sr. Celso Russomanno – que “acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO RANDS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

## AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 5-8-2005)

#### Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

#### A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 5.100/05 – Do Sr. Maurício Rands – que “altera o inciso V e o parágrafo único do art. 1º, o caput do art. 4º, o inciso II do art. 5º e o caput do art. 16 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga o art. 2º – A, e seu parágrafo único, da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-08-05

## Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

#### A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.277/02 – Do Sr. José Carlos Coutinho – (PL 4.928/2001) – que “institui o piso salarial dos Farmacêuticos e a jornada de trabalho dos farmacêuticos”.

PROJETO DE LEI Nº 6.459/02 – Do Sr. José Carlos Coutinho – (PL 4928/2001) – que “fixa a jornada de trabalho semanal à categoria profissional de farmacêutico”.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-08-05

#### Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

#### A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 493/99 – Do Sr. Enio Bacci – que “altera inciso III do artigo 506 do C.P.C. e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado POMPEO DE MATTOS.

PROJETO DE LEI Nº 5.330/05 – Do Sr. João Batista – que “acrescenta os artigos 1.336 – A e 1.336 – B na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Novo Código Civil – dispondo sobre a reparabilidade pelo condomínio em caso de furto ou roubo de veículo automotor, motocicleta ou bicicleta de condômino, ocorrido na garagem ou estacionamento interno”.

RELATOR: Deputado JOSÉ DIVINO.

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 05/08/2005)

#### Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 728/99 – Do Sr. Corauci Sobrinho – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras bancárias demonstrarem, nos extratos de movimentação de seus clientes, todos os encargos, des-

pesas e taxas, e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 1412/1999, PL nº 3425/2000, PL nº 978/2003, PL nº 2113/2003 (Apensado: PL nº 4755/2005), PL nº 3824/2004 e PL nº 4808/2005)

RELATOR: Deputado LUIZ BITTENCOURT.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**AVISOS**

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO  
DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ  
(DIA 05/08/2005)**

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 2.775/03 – da Sra. Terezinha Fernandes – que “dispõe sobre a compensação financeira pelo resultado da exploração de atividades econômicas aeroespaciais e afins, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LÉO ALCÂNTARA.

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO  
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 2ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 09-08-05

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 4.710/04 – Do Sr. Carlos Melles – que “dispõe sobre o comércio exterior brasileiro”.

RELATOR: Deputado FERNANDO DE FABINHO.

PROJETO DE LEI Nº 5.386/05 – Do Sr. Robson Tuma – que “dispõe sobre a substituição do IGP-DI pelo IPCA como indexador dos preços administrados”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO CAIADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.405/05 – Do Sr. Jovino Cândido – que “obriga a manutenção dos calibradores de pressão de pneumáticos e a sua aferição periódica por órgão federal competente”.

RELATOR: Deputado EDSON EZEQUIEL.

PROJETO DE LEI Nº 5.408/05 – Do Sr. Luiz Carlos Haully – que “autoriza, nos termos do § 3º do art. 164 da Constituição Federal, que até cinco por cento das disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sejam depositadas em cooperativas de crédito”.

RELATOR: Deputado FERNANDO DE FABINHO.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**AVISOS**

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO  
DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ  
(DIA 05/08/2005)**

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 4.513/04 – Do Sr. Luiz Carreira – que “denomina Rodovia Celso Furtado trecho da BR-101, na fronteira entre os Estados do Espírito Santo e Bahia até a cidade de Touros, no Rio Grande do Norte”.

RELATOR: Deputado GASTÃO VIEIRA.

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO  
DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 1ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 10-08-05

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 4.022/04 – Do Senado Federal – Maguito Vilela – (PLS nº 493/2003) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano (UFSOG), por desmembramento do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Jataí, e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 2.611/2003 e PL nº 4.663/2004)

RELATOR: Deputado LUIZ BITTENCOURT.

**DECURSO:** 4ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 05-08-05

**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 5.570/01 – Do Sr. Paulo Lima – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detectores de metais em casas de diversões”. (Apensados: PL nº 5.897/2001, PL nº 5.968/2001 e PL nº 4.206/2004)

RELATOR: Deputado ÁTILA LIRA.

PROJETO DE LEI Nº 615/03 – dos Srs. Murilo Zauith e Murilo Zauith – (PL nº 73/1999) – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas para índios que forem classificados em processo seletivo, sem prejuízo das vagas abertas para os demais alunos”. (Apensado: PL nº 1.313/2003)

PROJETO DE LEI Nº 1.444/03 – Do Sr. Abelardo Lupon – que “altera lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, a fim de dispor sobre o exame de suficiência para o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional”.

PROJETO DE LEI Nº 3.587/04 – Do Sr. Gilberto Nascimento – que “dispõe sobre a divulgação e a implantação de noções do Código Nacional de Trânsito, a partir das escolas de ensino fundamental e eventos culturais”.

RELATOR: Deputado NEUTON LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 3.675/04 – da Sra. Professora Raquel Teixeira – que “altera a redação dos art. 29, art. 30, inciso II, art. 32, caput, e art. 87, § 2º e § 3º, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, dispondo sobre a duração mínima de 09 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 06 anos de idade”. (Apensados: PL nº 4381/2004 e PL nº 5452/2005)

RELATOR: Deputado CARLOS ABICALIL.

PROJETO DE LEI Nº 3.687/04 – Do Sr. Rubens Otoni – que “denomina “Viaduto Governador Henrique Santillo” o viaduto localizado no km 432 da BR-153, no Município de Anápolis – GO”.

RELATORA: Deputada CELCITA PINHEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.350/04 – Do Sr. José Divino – que “confere à BR-356 a denominação “Rodovia Deputado Alair Ferreira””.

RELATOR: Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.626/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “Cria o programa Bombeiro Professor.”

RELATOR: Deputado PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.830/05 – Do Sr. Rodrigo Maia – que “denomina “Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes” o viaduto a ser construído no trevo entre a BR-116 e a RJ – 130, no Município de Teresópolis – RJ”.

RELATOR: Deputado ITAMAR SERPA.

PROJETO DE LEI Nº 5.237/05 – Do Sr. Carlos Nader – que “Torna obrigatória a exibição de informe publicitário em todas as salas de cinema do Território Nacional, antes das sessões, esclarecendo as consequências do uso de drogas ilícitas.”

RELATOR: Deputado ZÉ LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 5.313/05 – Do Sr. Hélio Esteves – que “dispõe sobre descontos para profissionais do magistério em exercício na educação básica para aquisição de material didático e de ingressos para eventos científicos, artísticos e culturais”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 5.333/05 – Do Sr. Carlos Nader – que “Institui o programa de alfabetização de adultos, e dá outras providências.”

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PROJETO DE LEI Nº 5.361/05 – Do Sr. Eduardo Valverde – que “altera os artigos 3, 24, 26 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, instituindo nos currículos escolares do ensino fundamental, conhecimento sobre a língua, usos, costumes e a cultura dos povos tradicionais e minorias étnicas formadores dos povo brasileiro”.

RELATOR: Deputado ÁTILA LIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.362/05 – Do Sr. Pastor Francisco Olímpio – que “altera o artigo 6º da lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.377/05 – Do Sr. Carlos Nader – que “cria o Programa de Saúde Vocal do Professor e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ÁLVARO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.418/05 – da Sra. Luiza Erundina – que “declara o Educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira”.

RELATOR: Deputado CARLOS ABICALIL.

PROJETO DE LEI Nº 5.429/05 – Do Senado Federal – João Ribeiro – (PLS nº 360/2004) – que “institui o Dia Nacional do Fonoaudiólogo”. (Apensado: PL nº 5243/2005)

RELATORA: Deputada ELAINE COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 5.434/05 – Do Sr. Eduardo Gomes – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional””.

RELATOR: Deputado PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.438/05 – da Sra. Ann Pontes – que “introduz parágrafo único na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998”.

RELATOR: Deputado ÁLVARO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.467/05 – Do Sr. Carlos Nader – que “cria o Programa de Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula, como atividade extracurricular, e fixa outras providências”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.501/05 – Do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que “declara Dr. Rinaldo De Lamare Patrono da Pediatria Brasileira”.

RELATOR: Deputado RAFAEL GUERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.506/05 – Do Senado Federal – Aloizio Mercadante – (PLS nº 298/2004) – que “acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes”.

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 5.540/05 – Do Sr. Ary Kara – que “institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Radiologia”.

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

### AVISOS

#### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 05/08/2005)

##### Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

#### A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.369/04 – Do Sr. Moreira Franco – que “institui isenção de tributos federais incidentes sobre produtos destinados à alimentação humana”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY.

PROJETO DE LEI Nº 1.450/99 – Do Sr. João Grandão – que “altera a redação do art. 29, do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.411, de 21 de janeiro de 1988, dispondo sobre a destinação e utilização de bens e mercadorias apreendidas por contrabando ou descaminho”. (Apensado: PL nº 4.166/2001)

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 2.077/03 – Do Sr. José Divino – que “dispõe sobre a fixação dos valores das contribuições anuais devidos às entidades de fiscalização de exercício profissional”. (Apensado: PL nº 3.330/2004)

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 4.642/04 – Do Sr. Alex Canziani – que “altera o art. 1º da Lei 8989, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.690, de 2003”.

RELATOR: Deputado SILVIO TORRES.

#### B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 3.142/00 – da Sra. Marinha Raupp – que “dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados para a educação indígena”.

RELATOR: Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES.

PROJETO DE LEI Nº 6.085/02 – da Sra. Angela Guadagnin – que “modifica o “caput” e acrescenta parágrafos no artigo 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro

de 1997, Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL nº 524/2003 e PL nº 803/2003)

RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 4.220/04 – Do Sr. Alberto Fraga – que “suprime o artigo 35 da Lei nº 10.826 de 2003 e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 4341/2004 (Apensados: PL nº 4758/2005 e PL nº 4979/2005))

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LOCAL: Plenário 12 – Anexo II

HORÁRIO: 10h

### EUNIÃO

#### A – Outros Eventos:

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE QUIOTO E TRATAR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PAUTA:

- 1) Participação da Subcomissão Permanente na Reunião de Montreal a ser realizada em novembro/2005;
- 2) Definição de um roteiro de trabalho

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

LOCAL: Plenário 03 do Anexo II

HORÁRIO: 11h

### REUNIÃO

#### A – Outros Eventos:

Encontro com o Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Josep Borrell Fontelles, e Comitiva.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### AVISOS

#### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-08-05

##### Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.416/05 – da Sra. Edna Macedo – que “Dispõe sobre a gratuidade para policiais militares e bombeiros militares no sistema de transporte coletivo interestadual terrestre”.

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA****LOCAL: Plenário 7 – Anexo II****HORÁRIO: 09h30min****REUNIÃO ORDINÁRIA****A – Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 231/05 – Do Sr. Guilherme Menezes – que “requeiro que a Comissão de Seguridade Social e Família em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Viação e Transportes realize Audiência Pública para debater PL nº 5.263/2005, de autoria do Sr. Feu Rosa, dispõe sobre obrigatoriedade de inspeção da água de lastro nos navios que utilizem os portos nacionais”.

**B – Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário:****PRIORIDADE**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 311/02 – da Comissão de Legislação Participativa – (SUG nº 3/2001) – que “dispõe sobre revisão, reposição de valores e manutenção dos seguros da Previdência Social e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CARLOS MOTA.

PARECER: pela rejeição.

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

PROJETO DE LEI Nº 3.350/97 – Do Sr. José Linhares – que “dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Apoio à Saúde – PRONASA, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor saúde”. (Apensado: PL nº 1.318/1999)

RELATOR: Deputado HENRIQUE FONTANA.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL nº 1.318/1999, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 2.575/03 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que “altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”.

RELATOR: Deputado GERALDO THADEU.

PARECER: pela aprovação, com emendas.

PROJETO DE LEI Nº 4.478/04 – Do Sr. Enio Bacci – que “acresce parágrafo único ao artigo 243 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MARCELO ORTIZ.

PARECER: pela aprovação.

**C – Proposições Sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões:****TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

PROJETO DE LEI Nº 3.647/00 – Do Sr. Lincoln Portela – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de consultas aos trabalhadores e servidores públicos do sexo masculino, nas situações que especifica”. (Apensados: PL nº 3.890/2000 e PL nº 3.902/2000)

RELATORA: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO.  
PARECER: pela rejeição deste, do PL nº 3.890/2000, e do PL nº 3.902/2000, apensados.

PROJETO DE LEI Nº 431/03 – Do Sr. Paes Landim – que “altera a redação do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho”. (Apensado: PL nº 1.889/2003)

RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL nº 1.889/2003, apensado, com substitutivo.

Vista ao Deputado Amauri Gasques, em 14-12-2004.

PROJETO DE LEI Nº 846/03 – Do Sr. Feu Rosa – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de advertência sobre a presença de substâncias potencialmente cancerígenas nos rótulos de produtos para consumo humano ou animal”. (Apensado: PL nº 948/2003)

RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL nº 948/2003, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 873/03 – Do Sr. Armando Monteiro – que “institui o Programa Nacional de Incentivo a Atividades Educacionais, Sociais e de Combate à Pobreza – PAES e cria o Certificado Nacional Empresa-Cidadã”.

RELATOR: Deputado DARCÍSIO PERONDI.

PARECER: pela aprovação.

Vista à Deputada Angela Guadagnin, em 1-6-2005.

PROJETO DE LEI Nº 934/03 – Do Sr. Rogério Silva – que “institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas”. (Apensado: PL nº 1.802/2003)

RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação deste, do Substitutivo da CEIC, e do PL nº 1.802/2003, apensado, com emendas ao Substitutivo da CEIC.

PROJETO DE LEI Nº 1.244/03 – Do Sr. João Alfredo – que “altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ROBERTO GOUVEIA.

PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 1.602/03 – Do Sr. Leonardo Mattos – que “dispõe sobre o financiamento de veículos para o transporte público de passageiros, com recursos governamentais”.

RELATOR: Deputado OSMÂNIO PEREIRA.

PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 1.761/03 – Do Sr. Coronel Alves – que “estabelece a obrigatoriedade das farmácias, drogarias e congêneres a venderem comprimidos e pílulas por unidade e dá outras providências”. (Apensados: PL

nº 2.073/2003, PL nº 2.728/2003, PL nº 2.935/2004 e PL nº 3.323/2004)

RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.

PARECER: pela aprovação parcial deste, do PL nº 2073/2003, do PL nº 2.728/2003, do PL nº 2.935/2004, e do PL nº 3.323/2004, apensados, com substitutivo.

Vista à Deputada Teté Bezerra, em 11-5-2005.

A Deputada Laura Carneiro apresentou voto em separado em 19-5-2005.

PROJETO DE LEI Nº 1.965/03 – Do Sr. Edson Duarte – que “altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde causados pelos pesticidas sobre a saúde humana”.

RELATOR: Deputado DR. ROSINHA.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 2.414/03 – Do Sr. Benjamin Maranhão – que “altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para modificar o Auxílio-Reclusão e prever proteção aos dependentes de vítima de homicídio”.

RELATOR: Deputado GERALDO THADEU.

PARECER: pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 2.472/03 – Do Sr. Pompeo de Mattos – que “acrescenta incisos I e II, ao art. 3º, da Lei Federal nº 10.754, de 31 de outubro 2003”.

RELATOR: Deputado MANATO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Guilherme Menezes, em 15-6-2005.

PROJETO DE LEI Nº 3.233/04 – Do Sr. Confúcio Moura – que “dispõe sobre a destinação dos prêmios prescritos de concursos de prognósticos e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA.

PARECER: pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 3.339/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “altera a Lei nº 6.009, de 1973, para dispor sobre o repasse de parte da receita arrecadada com a cobrança de tarifa de embarque nos aeroportos para fundo destinado a custear as despesas do Sistema Único de Saúde – SUS com deslocamento aéreo de pacientes que necessitem de tratamento fora de seu domicílio”.

RELATOR: Deputado CARLOS MOTA.

PARECER: pela aprovação, com emendas.

PROJETO DE LEI Nº 3.354/04 – Do Sr. Reinaldo Betão – que “dispõe sobre exame oftalmológico preventivo em crianças antes dos quatro anos de idade”.

RELATOR: Deputado RAFAEL GUERRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 3.630/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “Define diretriz para a política de atenção integral aos portadores da doença de Alzheimer no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências.”

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PARECER: pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 3.661/04 – Do Sr. Luiz Carlos Santos – que “acrescenta artigo à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, obrigando a sua divulgação”.

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 3.761/04 – Do Sr. Wilson Santos – que “cria o Fundo Nacional de Prevenção e de Combate ao Alcoolismo, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE LEI Nº 3.776/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “Institui o Programa de Atendimento Geriátrico nos hospitais da rede pública e dá outras providências.” (Apensado: PL nº 3987/2004)

RELATOR: Deputado HENRIQUE FONTANA.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL nº 3987/2004, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 4.175/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “Estabelece a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizante para a saúde dos humanos nas dependências de academia de ginástica, “sport center”, “fitness”, clube esportivo ou similar, e dá outras providências.”

RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 4.187/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “Estabelece políticas públicas visando a conscientização e combate ao câncer em crianças e adolescentes.”

RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PARECER: pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 4.233/04 – Do Sr. Carlos Rodrigues – que “dá nova redação ao parágrafo único do art. 1.573 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil”.

RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 4.255/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “Torna obrigatória a reserva de leitos nos estabelecimentos hospitalares públicos ou particulares, para os pacientes que estão recebendo soro, ou qualquer medicamento intravenoso e dá outras providências.”

RELATORA: Deputada MANINHA.

PARECER: pela rejeição.

PROJETO DE LEI Nº 4.372/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “Dispõe sobre a reserva de vagas para gestantes nos estacionamentos, e dá outras providências.”

RELATORA: Deputada MANINHA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 4.479/04 – Do Sr. Enio Bacci – que “proíbe a venda de armas e similares, mesmo que de brinquedos, às crianças, e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 4826/2005)

RELATOR: Deputado BENJAMIN MARANHÃO.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL nº 4826/2005, apensado.

PROJETO DE LEI Nº 4.627/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “Dispõe sobre o Programa de Alimentação Escolar da Rede Pública Federal de Ensino.”

RELATORA: Deputada MANINHA.

PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 4.664/04 – Do Sr. Antonio Cambraia – que “proíbe a venda de álcool etílico 96° GL no País”.

RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO.

PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 4.762/05 – Do Sr. Edson Duarte – que “proíbe os produtos agrotóxicos que têm como componentes ingredientes ativos pertencentes ao grupo químico organoclorado, sendo vedado seu emprego na agricultura, no tratamento de madeiras, ou em qualquer outra finalidade”.

RELATOR: Deputado WALDEMIER MOKA.

PARECER: pela aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 5.196/05 – da Sra. Laura Carneiro – que “introduz alteração no artigo 396 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”.

RELATORA: Deputada CELCITA PINHEIRO.

PARECER: pela aprovação.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 35/04 – Do Sr. Celso Russomanno – que “propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família fiscalize o Governo Federal, em especial o Ministério da Fazenda, no que diz respeito aos procedimentos de repasse, para o Ministério da Previdência Social, dos recursos arrecadados a título de COFINS, CSLL e PIS”.

RELATOR: Deputado EDUARDO PAES.

RELATÓRIO PRÉVIO: pela aprovação.

#### AVISOS

#### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 04-08-05

#### Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 2.808/97 – Do Sr. Jair Bolsonaro – que “altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências””. (Apensado: PL nº 1596/2003)

RELATORA: Deputada SUELY CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 2.291/00 – Do Senado Federal – Luzia Toledo – (PLS nº 152/1999) – que “altera dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da concessão de salário-maternidade e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 2.360/2000, PL nº 2.520/2000, PL nº 2.600/2000, PL nº 2.735/2000, PL nº 2928/2000, PL nº 3216/2000, PL nº 3406/2000, PL nº 4428/1998 (Apensados: PL nº 1090/1999 e PL nº 4716/1998), PL nº 2112/1999 (Apensados: PL nº 223/2003 e PL nº 2.393/2003), PL nº 246/1999, PL nº 1.456/1999, PL nº 2.593/2000 (Apensado: PL nº 3.404/2000), PL nº 3.904/2000, PL nº 6.432/2002, PL nº 187/2003 e PL nº 4.653/2004)

RELATOR: Deputado JORGE ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 374/03 – Do Sr. Lincoln Portela – que “assegura aos idosos o direito de dispor, prioritariamente, de assentos em estações e terminais de transporte de passageiros”.

RELATOR: Deputado AMAURI GASQUES.

PROJETO DE LEI Nº 528/03 – Do Sr. Carlos Nader – que “Acrescenta o parágrafo único ao art. 169 do Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho.”

RELATOR: Deputado MÁRIO HERINGER.

#### COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

#### AVISOS

#### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 5-8-2005)

#### Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.370/02 – Do Sr. Luiz Antonio Fleury – que “acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998”.

RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

#### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-08-05

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 167/99 – Do Sr. Jaques Wagner – que “dá nova redação ao art. 19, inciso IV, da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995”. (Apensados: PL nº 3.842/2000 e PL nº 6.231/2002 (Apensados: PL nº 6.587/2002, PL nº 7.216/2002, PL nº 7.263/2002, PL nº 1.693/2003 e PL nº 3.523/2004))

RELATORA: Deputada DRA. CLAIR.

PROJETO DE LEI Nº 2.784/03 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 3579/2004 e PL nº 4925/2005)

RELATORA: Deputada DRA. CLAIR.

**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

**DECURSO:** 3ª SESSÃO

**ÚLTIMA SESSÃO:** 08-08-05

**Substitutivo (Art. 119, II e §1º)**

*AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO*

PROJETO DE LEI Nº 685/03 – Do Sr. Paulo Pimenta – que “altera a redação dos arts. 126 e 243 que tratam respectivamente da baixa de registro de veículos e das obrigações das empresas seguradoras nas ocorrências de perda total, na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL nº 1654/2003, PL nº 1769/2003, PL nº 1791/2003 e PL nº 4937/2005)

RELATOR: Deputado DEVANIR RIBEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 3.569/04 – Do Sr. Fernando de Fabinho – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de

instalação de detector de metais em veículos utilizados no transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros”

RELATOR: Deputado NELSON BORNIER.

PROJETO DE LEI Nº 4.315/04 – Do Sr. Orlando Desconsi – que “altera o art. 2º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para prever a utilização do Vale - Transporte em serviços seletivos e especiais de transporte coletivo”.

RELATOR: Deputado CHICO DA PRINCESA.

**II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”.**

**LOCAL:** Plenário 13 do Anexo II

**HORÁRIO:** 10h

**REUNIÃO ORDINÁRIA  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**A – Audiência Pública:**

**Tema:**

Depoimentos sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI.

**Testemunhas:**

Sr. ELIELSON SOARES DE FARIAS – Gerente do IBAMA, em Altamira/PA;

Sr. BRUNO LOURENÇO KEMPNER – Executor do INCRA, em Altamira/PA;

Sr. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Analista Ambiental do IBAMA, em Altamira/PA; e

Sr. FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu/PA.

**B – Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 112/05 – Do Sr. Zé Geraldo – que “solicita a convocação dos Senhores Leonardo Coutinho e André Riseck, jornalistas da revista “Veja”, para prestarem esclarecimentos acerca dos fatos relacionados com o objeto desta CPI”.

REQUERIMENTO Nº 113/05 – Do Sr. Zé Geraldo – que “requer sejam requisitadas informações ao Sindicato dos Produtores Florestais e Reflorestadores do Estado do Pará – SINDIFLORESTA”.

REQUERIMENTO Nº 114/05 – Do Sr. Zé Geraldo – que “requer sejam requisitadas informações a União



de Empresas de Reflorestadores do Estado do Pará – UNIFLOR”.

REQUERIMENTO Nº 115/05 – Do Sr. Sarney Filho – que “requer ao IBAMA cópia do processo de investigação levado a efeito para apurar a existência e origem do adesivo “Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004””

REQUERIMENTO Nº 116/05 – Do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento como testemunhas, perante esta CPIBIOPI, as pessoas que indica”.

REQUERIMENTO Nº 117/05 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “requer a realização de diligência desta CPI no Estado de Rondônia para averiguar as denúncias de tráfico de madeira na localidade de Vista Alegre do Abunã”.

REQUERIMENTO Nº 118/05 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “requer que seja solicitado ao Instituto de Meio Ambiente no Estado do Amazonas as informações que especifica”.

REQUERIMENTO Nº 122/05 – Do Sr. Sarney Filho – que “requer a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Senhor Leivino Ribeiro de Sousa e da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajás”.

REQUERIMENTO Nº 123/05 – Do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento como testemunhas, perante esta CPIBIOPI, as pessoas que indica: – Cássio Henrique Giusti Cezare – Contratado do PNUD, trabalhando para o IBAMA no escritório de Santarém/PA, e – Luís Furtado da Silva – Fiscal do IBAMA no Piauí, participante da Operação Anapu”.

REQUERIMENTO Nº 124/05 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “solicita que seja convidado a prestar informações à esta CPI o Sr. Ricardo Stoppe Junior”.

REQUERIMENTO Nº 119/05 – Do Sr. Sarney Filho – “requerimento reservado”.

REQUERIMENTO Nº 120/05 – Do Sr. Sarney Filho – “requerimento reservado”.

REQUERIMENTO Nº 121/05 – Do Sr. Sarney Filho – “requerimento reservado”.

### III – COMISSÕES MISTAS

#### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

#### REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Plenário 2, Anexo II

Horário: 10 h

## PAUTA

### A – Relatórios

AVISO Nº 08/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 300, de 2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria nas obras de construção da Barragem de Berizal, Estado de Minas Gerais -TC 008.577/2004-2).”

RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA.

VOTO: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo anexo.

MENSAGEM Nº 21/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, em cumprimento ao § 8º do art. 72 da Lei n.º 10.934, de 11 de agosto de 2004”.

RELATORA: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

VOTO: Pelo arquivamento da matéria.

MENSAGEM Nº 88/2004-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do artigo 15 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário.

MENSAGEM Nº 193/2004-CN – que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 15 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário”.

MENSAGEM Nº 17/2005-CN – que “Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário”.

Voto: Pela aprovação do Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário do Governo Federal por esta Comissão, recomendando que cópia seja enviada à Comissão Especial que está examinando sugestões de alteração das regras de apreciação, elaboração e tramitação do orçamento, visando subsidiar a inclusão de norma específica quanto à margem de tolerância a maior de execução pelo Poder Executivo da meta de superávit primário.

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA.

VOTO: Pela aprovação do Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário do Governo Federal por esta Comissão, recomendando que cópia seja enviada à Comissão Especial que está examinando sugestões de alteração das regras de apreciação, elaboração e tramitação do orçamento, visando subsidiar a inclusão de norma específica quanto à margem de tolerância a maior de execução pelo Poder Executivo da meta de superávit primário.

MENSAGEM Nº 247/2004-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional o demonstrativo da atualização

dos parâmetros para a elaboração do Orçamento de 2005”.

RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO.

VOTO: Sugere-se a apensação ao PL nº 51/2004-CN, e que doravante este procedimento seja automático, dispensando-se a indicação de Relator, recomenda-se o arquivamento do processo.

AVISO Nº 34/2004 – CN, que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1048, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, concernente ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2004, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e do inciso I do artigo 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 (Lei de Crimes Fiscais). (TC 008.076/2004-8). Mensagem nº 83/2004-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 111 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao período de janeiro a abril de 2004”. Ofício nº 17/2004-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2004, tendo em vista o que determina o inciso I do Artigo 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000”. Ofício nº 18/2004-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União referente ao período de maio de 2003 a abril de 2004, cumprindo determinação expressa no artigo 111 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003”. Ofício nº 19/2004-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2003 a abril de 2004, em cumprimento ao disposto no caput do art. 111 da Lei 10.707, de 30.07.2003 (LDO/2004), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19.10.2000.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

VOTO: Pelo arquivamento da matéria.

MENSAGEM Nº 117/2003-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do inciso I, do artigo 101, da Lei 10524, de 25 de julho de 2002, o Relatório de Gestão Fiscal, da Presidência da República, referente ao segundo quadrimestre de 2003”;

OFÍCIO Nº 18/2003-CN – que “encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no artigo 111 da Lei 10707, de 30 de julho de 2003, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União”.

OFÍCIO Nº 19/2003-CN – que, “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 101 da Lei 10524, de 25.07.2002

(LDO/2003) e no inciso I do artigo 5º da Lei 10.028, de 19.10.2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2002 a agosto de 2003”;

OFÍCIO Nº 20/2003-CN – que “encaminha ao Congresso Nacional, tendo em vista o que determina o artigo 5º, inciso I da Lei nº 10028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, do Supremo Tribunal Federal, instituído pela Lei Complementar nº 101/2000, artigo 54 inciso III, referente ao segundo quadrimestre de 2003”.

RELATOR: Deputado PEDRO NOVAIS.

VOTO: Pela solicitação ao Poder Executivo de esclarecimentos a respeito da observância aos limites disciplinados na mencionada Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

OFÍCIO Nº 03/2005-CN – que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao Art. 20, § 4º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, exemplar do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, no exercício de 2003”.

RELATORA: Senadora SERYS SLHESARENKO.

VOTO: Pelo arquivamento da matéria.

OFÍCIO Nº 20/2004-CN, – “Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao primeiro semestre de 2004, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989”.

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA.

VOTO: Pelo arquivamento da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 04/2005-CN – que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

VOTO: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 02/2005-CN – que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão, e duzentos milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO.

VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 11/2005-CN – que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

RELATOR: Deputado JÚLIO CÉSAR.

Voto: Favorável, nos termos do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 12/2005-CN – que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$ 19.342.918,00 (dezenove milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e dezoito reais), para os fins que especifica”.

RELATOR: Senador GERALDO MESQUITA JUNIOR.  
VOTO: Favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 18/2005- CN – que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 254.200.000,00 (duzentos e cinqüenta e quatro milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

RELATOR: DEPUTADO NELSON MEURER.  
VOTO: Favorável, nos termos do Projeto.

AVISO Nº 22/2005-CN – que “encaminho ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 006.558/2003-0 – (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre o Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção do Edifício Anexo ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife/PE”.

RELATOR: Deputado ANIVALDO VALE.

VOTO: Pela inclusão no Anexo VI da Lei nº 11.100 de 2005, (Orçamento para 2005), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em anexo. (vedada a execução).

AVISO Nº 61/2004-CN – que “encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1838, de 2004-TCU (Plenário), aprovado por aquela Corte, em 24 de novembro de 2004, ao apreciar o TC-015.311/2004-0, que versa sobre o acompanhamento das publicações e do envio daquele Tribunal dos Relatórios de Gestão Fiscal concernentes ao 2º quadrimestre de 2004”.

MENSAGEM Nº 196/2004-CN – que “encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 111 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2004”.

OFÍCIO Nº 22/2004-CN – que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento à determinação expressa no art. 116 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União referente ao período de setembro de 2003 a agosto de 2004”.

OFÍCIO Nº 23/2004-CN – que “encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 111 da Lei 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO/2004), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2003 a agosto de 2004”.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

VOTO: Pelo arquivamento da matéria.

OFÍCIO Nº 21/2004-CN que “encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras daquele Banco Central referentes ao 1º semestre de 2004, conforme determina o art. 104 da Lei 10.707, de 30 de julho de 2003 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004)”.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

VOTO: Pelo arquivamento da matéria, recomendando que cópia do parecer seja encaminhada ao Banco Central e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## AVISOS

### PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (8 DIAS)

**Decurso: 1º Dia**

**Último Dia: 11-8-2005**

PROJETO DE LEI Nº 23/2005-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 1.431.743,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três reais), para o fim que especifica.”

PROJETO DE LEI Nº 24/2005-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 16.374.000,00 (dezesseis milhões, trezentos e setenta e quatro mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária.”

PROJETO DE LEI Nº 25/2005-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 10.898.000,00 (dez milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais), para os fins que especifica.”

PROJETO DE LEI Nº 26/2005-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil reais), para reforço de dotações constante da Lei Orçamentária.”

## IV – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

### ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

**EM 03/08/2005:**

**Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:**

PROJETO DE LEI Nº 3.024/2004

*(Encerra-se a sessão às 20 horas e 16 minutos.)*

## ATO DA PRESIDÊNCIA

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea “a”, do inciso III, do art. 17 do Regimento Interno, resolve constituir, nos termos do art. 15 da Resolução nº 29, de 1993, que “dispõe sobre documentos sigilosos na Câmara dos Deputados”, a

### COMISSÃO ESPECIAL DE DOCUMENTOS SIGILOSOS,

com a finalidade de apreciar as solicitações de acesso a informações sigilosas produzidas ou recebidas pela Câmara dos Deputados no exercício de suas funções parlamentares e administrativas, assim como sobre o cancelamento ou redução de prazos de sigilo e outras atribuições previstas na Resolução em epígrafe, designando para compô-la, com mandato de 2 (dois) anos, os Srs. Deputados CARLOS MELLES (PFL/MG), BENEDITO DE LIRA (PP/AL) e ELAINE COSTA (PTB/RJ).

Publique-se

Brasília, 03 de agosto de 2005.

  
**SEVERINO CAVALCANTI**  
Presidente da Câmara dos Deputados

## COMISSÕES

## ATAS

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

## 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

## Ata da 20ª Reunião Ordinária Realizada em 22 de Junho de 2005.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, no plenário nº 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente; e com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, respectivamente 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes; Coriolano Sales, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, Gonzaga Mota, João Magalhães, José Carlos Machado, José Militão, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Moreira Franco, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Osório Adriano, Pedro Novais, Roberto Brant, Silvio Torres, Vignatti, Wasny de Roure e Yeda Crusius (Titulares); Ademir Camilo, André Figueiredo, Antonio Cambraia, Benedito de Lira, Eliseu Padilha, Eliseu Resende, Feu Rosa, Geraldo Thadeu, João Batista, Júlio Cesar, Nelson Bornier, Odílio Balbinoti e Paulo Rubem Santiago (Suplentes). Deixaram de comparecer os Deputados Armando Monteiro, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, José Priante, Max Rosenmann, Pauderney Avelino e Virgílio Guimarães. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Dispensada a leitura da ata e não havendo quem quisesse discuti-la, em votação, foi aprovada, unanimemente, a ata da 19ª reunião. **EXPEDIENTE:** O Presidente levou ao conhecimento da Comissão as designações efetuadas em 16 de junho. **ORDEM DO DIA:** Por acordo dos membros da Comissão, foram votadas preferencialmente e em bloco as seguintes matérias. **Bloco I – Projetos pela incompatibilidade e/ou inadequação financeira e orçamentária:** **12) PROJETO DE LEI Nº 188-A/03** – Do Sr. Maurício Rabelo – que “prevê o pagamento de auxílio-funeral aos segurados da Previdência Social”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. **13) PROJETO DE LEI Nº 1.565-A/03** – Do Sr. Júlio Redecker – que “revoga o parágrafo único do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, acrescido pelo art. 21 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003”. RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO. **18) PROJETO DE LEI Nº 2.673-A/03** – Do Sr. Átila Lira – que “autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba, Funcarnaúba, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado LUIZ CARREIRA. **19)**

**PROJETO DE LEI Nº 2.987/04** – Do Sr. Francisco Dornelles – que “altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, autorizando as empresas locadoras de máquinas e equipamentos a descontarem créditos do PIS e da COFINS relativos à depreciação das máquinas e equipamentos alugados”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. **20) PROJETO DE LEI Nº 2.988/04** – Do Sr. Francisco Dornelles – que “dispõe sobre o desconto de créditos relativos ao pagamento dos juros sobre o capital próprio na determinação dos valores das contribuições não-cumulativas da COFINS e do PIS/PASEP de que tratam as Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. **21) PROJETO DE LEI Nº 3.361-A/04** – Do Sr. Gustavo Fruet – que “institui o Programa de Habitação de Interesse Social – PHIS – e define os critérios de utilização dos recursos da poupança popular, como instrumentos da política habitacional”. RELATOR: Deputado MAX ROSENMANN. **22) PROJETO DE LEI Nº 3.565/04** – Do Sr. Marcondes Gadelha – que “dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e dá outras providências”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. O Deputado Vignatti solicitou a discussão em separado do item 18; requereu ainda a retirada de pauta dos itens 19 e 20 para que os projetos fossem incluídos dentre as atribuições da Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação da Execução e Gestão Financeira e Tributária. Ao item 22, foi concedida vista ao Deputado Eduardo Cunha. O Deputado Luiz Carlos Hauly solicitou a discussão em separado dos itens 13 e 21. Sobre a mesa **REQUERIMENTO** – Do Sr. Ademir Camilo – para que “seja retirado de pauta o item 12”. **EM VOTAÇÃO:** aprovado, unanimemente, o requerimento. O Presidente indagou ao autor dos itens 19 e 20, Deputado Francisco Dornelles, se ele concordava com a inclusão dos projetos no âmbito daquela Subcomissão Permanente. O autor concordou e os itens foram retirados de pauta. O bloco I foi desfeito. **Bloco II – Projetos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação:** **04) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 231/05** – Do Sr. Gerson Gabrielli – que “estabelece normas gerais em matéria de direitos e garantias dos contribuintes e dá outras providências”. RELATOR: Deputado SILVIO TORRES. **14) PROJETO DE LEI Nº 1.640/03** – Do Sr. Eduardo Cunha – que “dispõe sobre a separação pela instituição bancária do limite do cheque especial do valor do saldo disponível em conta corrente”. RELATOR: Deputado CAR-

LOS WILLIAN. **23) PROJETO DE LEI Nº 3.635-A/04** – Do Sr. Léo Alcântara – que “altera o inciso V do art. 1º da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001”. RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. **24) PROJETO DE LEI Nº 3.794-A/04** – da Sra. Laura Carneiro – que “dispõe sobre a dação de imóveis, bens e serviços passíveis de utilização em programas habitacionais como forma de extinção de créditos tributários, destinando os recursos para o programa ‘Casa Digna para Todos’ “. RELATOR: Deputado SILVIO TORRES. O Deputado Silvio Torres requereu a retirada de pauta do item 04 na qualidade de relator. O Deputado Vignatti solicitou a discussão em separado dos itens 23 e 24. Seguiu-se a votação do item 14. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer. **Bloco III – Projetos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo: 03) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 126/04** – Do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre a punição a gestores públicos municipais que atrasem o pagamento dos salários dos servidores públicos municipais”. RELATOR: Deputado PAUDERNEY AVELINO. **05) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 234/05** – Do Sr. Jorge Alberto – que “dispõe sobre as diretrizes para a fixação da taxa básica de juros”. RELATOR: Deputado JOSÉ MILITÃO. **06) PROJETO DE LEI Nº 5.760/01** – Do Senado Federal (PLS nº 255/00) – que “dá nova redação ao art. 6º e acrescenta o art. 10-A à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional 30, de 2000, e o teor da Lei nº 10.099, de 19 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, (...), conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado-precatório”. (Apensados: PLs nºs 3.535/00 e 7.362/02). RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. O Deputado Eduardo Cunha solicitou a discussão em separado dos itens 03 e 06, e o Deputado Fernando Coruja, do item 05. Desfeito o bloco III. **Bloco IV – Projetos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição: 02) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 166/00** – Do Sr. Walter Pinheiro e outros – que “dispõe sobre a cobrança de taxa, pelos

Municípios, em casos de exercícios do poder de polícia que especifica”. RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. **07) PROJETO DE LEI Nº 1.076/03** – Do Senado Federal (PLS nº 66/02) – que “altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências, e outros diplomas legais, para assegurar aos apostadores de loterias, bingos e sorteios, informação prévia sobre as probabilidades de sucesso”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. **11) PROJETO DE LEI Nº 513-B/99** – Do Sr. Cunha Bueno e outros – que “institui o ressarcimento obrigatório aos estabelecimentos públicos de saúde, pelas indústrias de cigarros e derivados do tabaco, das despesas com o tratamento de pacientes portadores de doenças provocadas ou agravadas pelo fumo e seus derivados”. (Apensados: PLs nºs 708/99, 798/99 e 3.129/00). RELATOR: Deputado MUSSA DEMES. **25) PROJETO DE LEI Nº 4.764/05** – Do Sr. Carlos Souza – que “acrescenta o § 6º ao art. 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito da Administração Pública”. RELATOR: Deputado MOREIRA FRANCO. Ao item 07, foi concedida vista ao Deputado João Magalhães. O Deputado Eduardo Cunha solicitou discussão em separado do item 25; requereu ainda a retirada de pauta do item 11. O item 02 foi retirado de pauta a pedido do Deputado Fernando Coruja. Desfeito o bloco IV. Encerradas as votações em bloco, seguiu-se a votação dos demais itens da pauta. **01) PROJETO DE LEI Nº 4.107/04** – da Comissão de Seguridade Social e Família – que “acrescenta artigo a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.” RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo. Retirado de pauta pelo relator por duas reuniões. **03) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 126/04** – Do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre a punição a gestores públicos municipais que atrasem o pagamento dos salários dos servidores públicos municipais”. RELATOR: Deputado PAUDERNEY AVELINO. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo. Retirado de pauta em virtude da ausência do relator. **05) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 234/05** – Do Sr. Jorge Alberto – que “dispõe sobre as diretrizes para a fixação da taxa básica de juros”. RELATOR: Deputado JOSÉ MILITÃO. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orça-

mentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo. Retirado de pauta em virtude da ausência do relator. **06) PROJETO DE LEI Nº 5.760/01** – Do Senado Federal (PLS nº 255/00) – que “dá nova redação ao art. 6º e acrescenta o art. 10-A à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional 30, de 2000, e o teor da Lei nº 10.099, de 19 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, (...), conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado-precatório”. (Apensados: PLs nºs 3.535/00 e 7.362/02). RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto e dos PLs nºs 3.535/00 e 7.362/02, apensados, com Substitutivo. Retirado de pauta pelo relator. Nos termos do art. 52, § 5º, do Regimento Interno, foi aprovado, por unanimidade, em votação nominal, o requerimento para apreciação *extrapauta* do **PROJETO DE LEI Nº 4.957/05** – Do Poder Executivo – que “dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto; pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda nº 8 apresentada na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e pela inadequação financeira e orçamentária das emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10 apresentadas na CTASP e das emendas nºs 1, 2 e 3 apresentadas na Comissão. Discutiram a matéria os Deputados Eliseu Padilha, Francisco Dornelles e Wasny de Roure. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer. Os itens 08, 09, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 24 e 25, a seguir, não foram deliberados em face do encerramento da reunião. **08) PROJETO DE LEI Nº 2.272-B/03** – Do Poder Executivo (MSC nº 507/02) – que “dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB”. RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária. Não

deliberado. **09) PROJETO DE LEI Nº 4.547-A/98** – Do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os preparados anti-solares”. RELATORA: Deputada YEDA CRUSIUS. PARECER: pela compatibilidade financeira e orçamentária do Projeto, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família e da emenda apresentada na Comissão e, no mérito, pela aprovação do Projeto e pela rejeição do Substitutivo da CSSF e da emenda apresentada na Comissão. Não deliberado. **10) PROJETO DE LEI Nº 237-A/99** – dos Srs. Ricardo Berzoini e Wellington Dias – que “estabelece sanções administrativas às instituições financeiras que pratiquem abusos ou infrações no atendimento ao usuário de serviços bancários”. (Apensados: PLs nºs 3.592/00, 4.558/01 e 882/03). RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, dos PLs nºs 3.592/00, 4.558/01 e 882/03, apensados, das emendas nºs 1 a 6 da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, do Substitutivo da CDCMAM, das emendas nºs 1 a 8 apresentadas na Comissão e da emenda ao Substitutivo; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, dos PLs nºs 3.592/00 e 882/03, apensados, das emendas nºs 1 e 2 da CDCMAM, do Substitutivo da CDCMAM, com Substitutivo, e pela rejeição do PL nº 4.558/01, apensado, das emendas nºs 3, 4, 5 e 6 da CDCMAM, das emendas nºs 1 a 8 apresentadas na Comissão e da emenda ao Substitutivo. Não deliberado. **13) PROJETO DE LEI Nº 1.565-A/03** - do Sr. Júlio Redecker – que “revoga o parágrafo único do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, acrescido pelo art. 21 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003”. RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Não deliberado. **15) PROJETO DE LEI Nº 1.694-A/03** – Do Sr. Walter Pinheiro – que “altera o art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição. **16) PROJETO DE LEI Nº 1.910/03** – Do Sr. Reinaldo Betão – que “cria o Fundo de Financiamento Habitacional para Policiais e Bombeiros Militares (FHBPM) de menor precedência hierárquica e dá outras providências”. RELATOR: Deputado PEDRO NOVAIS. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emendas. Não deliberado. **17) PROJETO DE LEI**

**Nº 1.952/03** – Do Sr. Wellington Roberto – que “dispõe sobre a elevação para dezoito por cento a alíquota da CSLL devida pelas instituições financeiras”. (Apensado: PL nº 3.441/04). RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, do PL nº 3.441/04, apensado, e das emendas nºs 2 e 3 ao Substitutivo, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda nº 1 ao Substitutivo; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, do PL nº 3.441/04, apensado, e da emenda nº 3 ao Substitutivo, com Substitutivo, e pela rejeição das emendas nºs 1 e 2 ao Substitutivo. Não deliberado.

**18) PROJETO DE LEI Nº 2.673-A/03**

– Do Sr. Átila Lira – que “autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba, Funcarnaúba, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado LUIZ CARREIRA. PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária. Não deliberado.

**21) PROJETO DE LEI Nº 3.361-A/04**

– Do Sr. Gustavo Fruet – que “institui o Programa de Habitação de Interesse Social – PHIS – e define os critérios de utilização dos recursos da poupança popular, como instrumentos da política habitacional”. RELATOR: Deputado MAX ROSENMANN. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Não deliberado.

**23) PROJETO DE LEI Nº 3.635-A/04**

- do Sr. Léo Alcântara – que “altera o inciso V do art. 1º da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001”. RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da

receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. Não deliberado.

**24) PROJETO DE LEI Nº 3.794-A/04**

– da Sra. Laura Carneiro – que “dispõe sobre a dação de imóveis, bens e serviços passíveis de utilização em programas habitacionais como forma de extinção de créditos tributários, destinando os recursos para o programa ‘Casa Digna para Todos’ “. RELATOR: Deputado SILVIO TORRES. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CDU. Não deliberado.

**25) PROJETO DE LEI Nº 4.764/05** – Do Sr. Carlos Souza – que “acrescenta o § 6º ao art. 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito da Administração Pública”.

RELATOR: Deputado MOREIRA FRANCO. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição. Não deliberado. **ENCERRAMENTO:** Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Casa, o Presidente encerrou os trabalhos às onze horas, antes convocando as seguintes reuniões: reunião de audiência pública, dia 28 de junho próximo, terça-feira, às 14h30, no plenário nº 4, para discutir a mudança na estrutura dos órgãos de defesa da concorrência; reunião mensal com os técnicos da receita federal, dia 29 de junho próximo, quarta-feira, às 9h, na sala da presidência desta Comissão, a fim de discutir os dados divulgados da arrecadação de tributos e contribuições de competência da União, referentes ao mês anterior; logo após, reunião ordinária deliberativa, no plenário nº 4; e por fim, reunião de audiência pública conjunta das comissões temáticas do Congresso Nacional, no dia 29 de junho próximo, quarta-feira, às 15h, no plenário nº 2, com o Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, para, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, avaliar os objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços. E, para constar, eu, Marcelle R. Campello Cavalcanti, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**, Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

**Ata da 21ª Reunião Ordinária de Audiência Pública, Realizada em 28 de Junho de 2005.**

Às quinze horas do dia vinte e oito de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, no Plenário nº 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência alternadamente dos Deputados Antonio Cambraia e Luiz Carlos Haully, 2º Vice-Presidente e autor do requerimento; e com a presença dos Senhores Deputados Enivaldo Ribeiro, Félix Mendonça, Fernando Coruja, José Militão, José Pimentel, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Max Rosenmann, Nazareno Fonteles, Silvio Torres e Vignatti (Titulares); Ademir Camilo, Antonio Cambraia e Júlio Cesar (Suplentes). Deixaram de comparecer os Deputados Armando Monteiro, Carlito Merss, Coriolano Sales, Delfim Netto, Eduardo Cunha, Francisco Dornelles, Geddel Vieira Lima, Gonzaga Mota, João Magalhães, José Carlos Machado, José Priante, Moreira Franco, Mussa Demes, Osório Adriano, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Roberto Brant, Virgílio Guimarães, Wasny



de Roure e Yeda Crusius. Abertos os trabalhos, o Presidente informou que a audiência pública destinava-se a obter esclarecimentos sobre o processo de mudança na estrutura dos órgãos de defesa da concorrência. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Daniel Krepel, Secretário de Direito Econômico. Falaram sucessivamente os Senhores Patrícia Agra, Assessora da Dra. Elisabeth Farina, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE; e Gesner Oliveira, ex-Presidente do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE. O Presidente registrou ainda a presença do Sr. Rodrigo Surcan dos Santos também representando a Presidente do CADE. Após, manifestou-se o Deputado Félix Mendonça. O inteiro teor da reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o acervo documental desta reunião. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e vinte e um minutos, antes agradecendo a participação dos convidados e dos demais presentes. E, para constar, eu, Marcelle R. Campello Cavalcanti, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**, Deputado **Luiz Carlos Haluly**, Presidente em exercício

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

##### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

##### Ata da 22ª Reunião Ordinária Realizada em 29 de Junho de 2005.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, no plenário nº 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência alternadamente dos Deputados Geddel Vieira Lima, Presidente e Eduardo Cunha, 1º Vice-Presidente; e com a presença dos Senhores Deputados Luiz Carlos Haully e Carlito Meross, respectivamente 2º e 3º Vice-Presidentes; Coriolano Sales, Enivaldo Ribeiro, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, João Magalhães, José Militão, José Pimentel, Marcelino Fraga, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Osório Adriano, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Silvio Torres e Vignatti (Titulares); André Figueiredo, Antonio Cambraia, Carlos Willian, Eliseu Padilha, Feu Rosa, Geraldo Thadeu, João Batista, José Carlos Araújo, Júlio Cesar e Zonta (Suplentes). Deixaram de comparecer os Deputados Armando Monteiro, Delfim Netto,

Gonzaga Mota, José Carlos Machado, José Priante, Luiz Carreira, Max Rosenmann, Moreira Franco, Roberto Brant, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Yeda Crusius. Justificaram ausência, por motivo político-partidário, os Deputados José Carlos Machado e Wasny de Roure. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Dispensada a leitura das atas e não havendo quem quisesse discutilas, em votação, foram aprovadas, unanimemente, as atas da 20ª e 21ª reuniões. **EXPEDIENTE:** O Presidente levou ao conhecimento da Comissão as designações efetuadas em 22 de junho. **ORDEM DO DIA:** Por acordo dos membros da Comissão, foram votadas preferencialmente e em bloco as seguintes matérias. **Bloco I – Projetos pela incompatibilidade e/ou inadequação financeira e orçamentária: 14) PROJETO DE LEI Nº 188-A/03** – Do Sr. Maurício Rabelo – que “prevê o pagamento de auxílio-funeral aos segurados da Previdência Social”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. **15) PROJETO DE LEI Nº 1.565-A/03** – Do Sr. Júlio Redecker – que “revoga o parágrafo único do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, acrescido pelo art. 21 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003”. RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO. **19) PROJETO DE LEI Nº 2.673-A/03** – Do Sr. Áttila Lira – que “autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba, Funcarnaúba, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado LUIZ CARREIRA. **20) PROJETO DE LEI Nº 3.361-A/04** – Do Sr. Gustavo Fruet – que “institui o Programa de Habitação de Interesse Social – PHIS – e define os critérios de utilização dos recursos da poupança popular, como instrumentos da política habitacional”. RELATOR: Deputado MAX ROSENMAN. **21) PROJETO DE LEI Nº 3.565/04** – Do Sr. Marcondes Gadelha – que “dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e dá outras providências”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. O Deputado Eduardo Cunha solicitou vista ao item 14 e a discussão em separado dos itens 20 e 21. O Deputado Carlos Willian solicitou a discussão em separado dos itens 15 e 19. O bloco I foi desfeito. **Bloco II – Projetos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação: 05) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 231/05** – Do Sr. Gerson Gabrielli – que “estabelece normas gerais em matéria de direitos e garantias dos contribuintes e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado SILVIO TORRES. **07) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 244/05** – Do Senado Federal (PLS nº 247/04) – que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. **22) PROJETO DE LEI Nº 3.635-A/04** – Do Sr. Léo Alcântara – que “altera o inciso V do art. 1º da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001”. RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. **23) PROJETO DE LEI Nº 3.794-A/04** – da Sra. Laura Carneiro – que “dispõe sobre a dação de imóveis, bens e serviços passíveis de utilização em programas habitacionais como forma de extinção de créditos tributários, destinando os recursos para o programa ‘Casa Digna para Todos’ “. RELATOR: Deputado SILVIO TORRES. Ao item 07 foi concedida vista conjunta aos Deputados Vignatti e Eduardo Cunha. O item 05 foi retirado de pauta a pedido do Deputado Silvio Torres, na qualidade de relator. Seguiram-se as votações dos itens 22 e 23. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, os pareceres. O Deputado Nazareno Fonteles apresentou voto em separado ao item 23. **Bloco III – Projetos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo: 04) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 126/04** – Do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre a punição a gestores públicos municipais que atrasem o pagamento dos salários dos servidores públicos municipais”. RELATOR: Deputado PAUDERNEY AVELINO. **06) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 234/05** – Do Sr. Jorge Alberto – que “dispõe sobre as diretrizes para a fixação da taxa básica de juros”. RELATOR: Deputado JOSÉ MILITÃO. **08) PROJETO DE LEI Nº 5.760/01** – Do Senado Federal (PLS nº 255/00) – que “dá nova redação ao art. 6º e acrescenta o art. 10-A à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional 30, de 2000, e o teor da Lei nº 10.099, de 19 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, (...), conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamen-

to de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado-precatório”. (Apensados: PLs nºs 3.535/00 e 7.362/02). RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. O Deputado Eduardo Cunha solicitou a discussão em separado do item 04, e o Deputado Vignatti, a discussão em separado do item 08. Seguiu-se a votação do item 06. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer. **Bloco IV – Projetos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição: 03) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 166/00** – Do Sr. Walter Pinheiro e outros – que “dispõe sobre a cobrança de taxa, pelos Municípios, em casos de exercícios do poder de polícia que especifica”. RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. **09) PROJETO DE LEI Nº 1.076/03** – Do Senado Federal (PLS nº 66/02) – que “altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências, e outros diplomas legais, para assegurar aos apostadores de loterias, bingos e sorteios, informação prévia sobre as probabilidades de sucesso”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. **13) PROJETO DE LEI Nº 513-B/99** – Do Sr. Cunha Bueno e outros – que “institui o ressarcimento obrigatório aos estabelecimentos públicos de saúde, pelas indústrias de cigarros e derivados do tabaco, das despesas com o tratamento de pacientes portadores de doenças provocadas ou agravadas pelo fumo e seus derivados”. (Apensados: PLs nºs 708/99, 798/99 e 3.129/00). RELATOR: Deputado MUSSA DEMES. **24) PROJETO DE LEI Nº 4.764/05** – Do Sr. Carlos Souza – que “acrescenta o § 6º ao art. 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito da Administração Pública”. RELATOR: Deputado MOREIRA FRANCO. O Deputado Eduardo Cunha solicitou a discussão em separado do item 09 e a retirada de pauta do item 13. Ao item 24, foi concedida vista ao Deputado Eduardo Cunha. Sobre a mesa **REQUERIMENTO** – Do Sr. Walter Pinheiro – para que “seja retirado de pauta o item 03”. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o requerimento. Retirado de pauta o item 03. Desfeito o bloco IV. Encerradas as votações em bloco, seguiu-se a votação dos demais itens da pauta. **01) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.423/04** – da Comissão de Relações Ex-

teriores e de Defesa Nacional – que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004”. RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. Retirado de pauta em virtude da ausência do relator. **02) PROJETO DE LEI Nº 3.248/04** – Do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – que “dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios”. RELATOR: Deputado MOREIRA FRANCO. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, com emendas, e pela inadequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em virtude da ausência do relator, o Presidente designou como relator-substituto o Deputado Eduardo Cunha, que acatou integralmente o parecer do relator. Discutiram a matéria os Deputados Eduardo Cunha e Vignatti. Vista conjunta aos Deputados José Pimentel e Vignatti. **04) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 126/04** – Do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre a punição a gestores públicos municipais que atrasem o pagamento dos salários dos servidores públicos municipais”. RELATOR: Deputado PAUDERNEY AVELINO. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo. Retirado de pauta em virtude da ausência do relator. **08) PROJETO DE LEI Nº 5.760/01** – Do Senado Federal (PLS nº 255/00) – que “dá nova redação ao art. 6º e acrescenta o art. 10-A à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional 30, de 2000, e o teor da Lei nº 10.099, de 19 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, (...), conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado-precatório”. (Apensados: PLs nºs 3.535/00 e 7.362/02). RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto e dos PLs nºs 3.535/00 e 7.362/02, apensados, com Substitutivo. Discutiram a

matéria os Deputados Luiz Carlos Hauly e Eduardo Cunha. O Deputado Eduardo Cunha sugeriu que fosse incluído o § 4º ao art. 6º da Lei, a fim de vincular o pagamento previsto na alínea a do inciso I à dotação orçamentária do ente destinada ao custeio de precatórios, limitando-se o montante a ser pago em até 50% da referida destinação. A sugestão foi acolhida pelo relator, que complementou o voto. Nos termos regimentais assumiu a Presidência o Deputado Eduardo Cunha. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer, com complementação de voto. **09) PROJETO DE LEI Nº 1.076/03** – Do Senado Federal (PLS nº 66/02) – que “altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências, e outros diplomas legais, para assegurar aos apostadores de loterias, bingos e sorteios, informação prévia sobre as probabilidades de sucesso”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer. **10) PROJETO DE LEI Nº 2.272-B/03** – Do Poder Executivo (MSC nº 507/02) – que “dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB”. RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer. **11) PROJETO DE LEI Nº 4.547-A/98** – Do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os preparados anti-solares”. RELATORA: Deputada YEDA CRUSIUS. PARECER: pela compatibilidade financeira e orçamentária do Projeto, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família e da emenda apresentada na Comissão e, no mérito, pela aprovação do Projeto e pela rejeição do Substitutivo da CSSF e da emenda apresentada na Comissão. Vista ao Deputado Vignatti. **12) PROJETO DE LEI Nº 237-A/99** – dos Srs. Ricardo Berzoini e Wellington Dias – que “estabelece sanções administrativas às instituições financeiras que pratiquem abusos ou infrações no atendimento ao usuário de serviços bancários”. (Apensados: PLs nºs 3.592/00, 4.558/01 e 882/03). RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, dos PLs nºs 3.592/00, 4.558/01 e 882/03, apensados, das emendas nºs 1 a 6 da Co-

missão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, do Substitutivo da CDCMAM, das emendas nºs 1 a 8 apresentadas na Comissão e da emenda ao Substitutivo; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, dos PLs nºs 3.592/00 e 882/03, apensados, das emendas nºs 1 e 2 da CDCMAM, do Substitutivo da CDCMAM, com Substitutivo, e pela rejeição do PL nº 4.558/01, apensado, das emendas nºs 3, 4, 5 e 6 da CDCMAM, das emendas nºs 1 a 8 apresentadas na Comissão e da emenda ao Substitutivo. Retirado de pauta pelo relator. **13) PROJETO DE LEI Nº 513-B/99** – Do Sr. Cunha Bueno e outros – que “institui o ressarcimento obrigatório aos estabelecimentos públicos de saúde, pelas indústrias de cigarros e derivados do tabaco, das despesas com o tratamento de pacientes portadores de doenças provocadas ou agravadas pelo fumo e seus derivados”. (Apensados: PLs nºs 708/99, 798/99 e 3.129/00). RELATOR: Deputado MUSSA DEMES. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do Projeto, dos PLs nºs 708/99, 798/99 e 3.129/00, apensados, do Substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e das subemendas nºs 1 a 4 da Comissão de Seguridade Social e Família ao Substitutivo da CEIC. Retirado de pauta. **15) PROJETO DE LEI Nº 1.565-A/03** - do Sr. Júlio Redecker – que “revoga o parágrafo único do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, acrescido pelo art. 21 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003”. RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta. Sobre a mesa **REQUERIMENTO** – Do Sr. Walter Pinheiro – para que “seja retirado de pauta o item 16”. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o requerimento. **16) PROJETO DE LEI Nº 1.694-A/03** – Do Sr. Walter Pinheiro – que “altera o art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição. Retirado de pauta pelo autor. Sobre a mesa **REQUERIMENTO** – Do Sr. Ademir Camilo – para que “seja retirado de pauta o item 17”. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o requerimento. **17) PROJETO DE LEI Nº 1.910/03** – Do Sr. Reinaldo Betão – que “cria o Fundo de Financiamento Habitacional para Policiais e Bombeiros Militares (FHBPM) de menor precedência hierárquica e dá outras providências”. RELATOR: Deputado PEDRO NOVAIS. PARECER:

pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emendas. Retirado de pauta. Sobre a mesa **REQUERIMENTO** – Do Sr. Eduardo Cunha – para que “seja retirado de pauta o item 18”. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o requerimento. **18) PROJETO DE LEI Nº 1.952/03** – Do Sr. Wellington Roberto – que “dispõe sobre a elevação para dezoito por cento a alíquota da CSLL devida pelas instituições financeiras”. (Apensado: PL nº 3.441/04). RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, do PL nº 3.441/04, apensado, e das emendas nºs 2 e 3 ao Substitutivo, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda nº 1 ao Substitutivo; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, do PL nº 3.441/04, apensado, e da emenda nº 3 ao Substitutivo, com Substitutivo, e pela rejeição das emendas nºs 1 e 2 ao Substitutivo. Retirado de pauta pelo relator. **19) PROJETO DE LEI Nº 2.673-A/03** - do Sr. Átila Lira – que “autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba, Funcarnaúba, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado LUIZ CARREIRA. PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária. Retirado de pauta em virtude da ausência do relator. **20) PROJETO DE LEI Nº 3.361-A/04** - do Sr. Gustavo Fruet – que “institui o Programa de Habitação de Interesse Social – PHIS – e define os critérios de utilização dos recursos da poupança popular, como instrumentos da política habitacional”. RELATOR: Deputado MAX ROSENMANN. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Retirado de pauta em virtude da ausência do relator. **21) PROJETO DE LEI Nº 3.565/04** – Do Sr. Marcondes Gadelha – que “dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e dá outras providências”. RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL. PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dez horas e cinquenta e seis minutos, antes convocando as seguintes reuniões: reunião de audiência pública conjunta das comissões temáticas do Congresso Nacional, dia 30 de junho próximo, quinta-feira, às 15h, no plenário nº 2, com o Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, para, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, avaliar os objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados

demonstrados nos balanços; e reunião ordinária deliberativa, dia 3 de agosto próximo, quarta-feira, às 10h, no plenário nº 4, para apreciar projetos. E, para constar, eu, Marcelle R. Campello Cavalcanti, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**., Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

## COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

### 52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### Ata da 14ª Reunião Ordinária Realizada em 22 de Junho de 2005.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Turismo e Desporto, no Plenário 05 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Cambraia – Presidente. Compareceram os Deputados André Figueiredo e Marcelo Teixeira – Vice-Presidentes; Alex Canziani, Cleuber Carneiro, Deley, Gilmar Machado, Josué Bengtson e Vadinho Baião – Titulares; Eduardo Sciarra, Hamilton Casara, Ildeu Araujo, José Militão, José Rocha, Luiz Bittencourt, Marcelo Guimarães Filho, Marcus Vicente e Silvio Torres – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Alberto Goldman, Alceste Almeida, Bismarck Maia, Claudio Cajado, Edinho Montemor, Ivo José, José Chaves e Márcio Reinaldo Moreira. Justificou a ausência o Deputado Bismarck Maia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em votação as Atas das décima segunda e décima terceira reuniões, que foram aprovadas unanimemente. **EXPEDIENTE:** O Presidente consultou o plenário da Comissão sobre o acolhimento, ou não, de pleito enviado por meio do ofício nº 93/SE/ME, de 25/05/2005 pelo Senhor Orlando Silva, Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, solicitando remanejamento de crédito orçamentário no valor de R\$ 15.000.000,00 do GND 4 (investimento) para GND 3 (outras despesas correntes), de um total de R\$ 29.448.000,00, oriundos de emenda apresentada por esta Comissão. A solicitação foi acolhida. **ORDEM DO DIA: 1 – REQUERIMENTO Nº 90/05** – Do Sr. José Militão – que “solicita que seja realizado o *VIII Fórum Nacional de Capoeira* sob a promoção da Comissão de Turismo e Desporto, quando se debaterá o desenvolvimento da capoeira como manifestação cultural, desporto de criação nacional e identidade cultural brasileira, objetivando formular e consolidar a política nacional de desenvolvimento da capoeira.” Em votação, foi aprovado unanimemente o requerimento. **2 – REQUERIMENTO Nº 91/05** – Do

Sr. José Militão – “para que a Comissão de Turismo e Desporto envie ofício ao Comitê Olímpico Brasileiro e à Comissão Organizadora dos Jogos Pan-americanos de dois mil e sete, solicitando inclusão da comissão representativa do desporto capoeira na programação dos referidos jogos, como modalidade de desporto de criação nacional e identidade cultural brasileira”. Em votação, foi aprovado unanimemente o requerimento. **3 – REQUERIMENTO Nº 92/05** – Do Sr. Antonio Cambraia – que “solicita que sejam convidados os Srs. José Wellington Barroso de Araújo, Governador do Estado do Piauí; José Reinaldo Carneiro Tavares, Governador do Estado do Maranhão; Lúcio Gonçalo de Alcântara, Governador do Estado do Ceará; Walfrido dos Mares Guia Neto, Ministro do Turismo; e Carlos Wilson Campos, Presidente da Infraero, para participarem de audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de discutir a internacionalização do aeroporto de Parnaíba/PI”. O Deputado Antonio Cambraia, ao justificar seu requerimento, informou ao plenário da Comissão que existe uma faixa litorânea no Brasil que vai de Jericoacoara, no Ceará, até os Lençóis Maranhenses, de grande potencial turístico já reconhecido e que tem despertado interesse de grupos econômicos na área do turismo, tanto do exterior, quanto nacionais. Lembrou também que os governadores dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão assinaram, no final do ano passado, protocolo de intenções de um consórcio para desenvolver esse potencial turístico lá existente, e doado ao Brasil e àquela região do Nordeste, pela própria natureza. Registrou ainda que dentre as ações para o desenvolvimento desta área está prevista a internacionalização do aeroporto de Parnaíba, no Piauí. Mas o que se tem verificado é que após a assinatura deste protocolo de intenções, as ações subseqüentes não têm acontecido com a celeridade esperada, sendo necessário dar efetivo andamento aos atos pertinentes. Os grupos internacionais econômicos interessados em investir ali estão clamando para que de fato essas ações, que dependem dos poderes públicos, sejam adotadas. Propôs que se solicitasse a um dos governadores uma apresentação sobre esse protocolo de intenções. Em votação, foi aprovado unanimemente o requerimento. **4 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.627/05** – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC nº 621/04) – que “aprova o texto do Acordo de Cooperação, na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli, em 25 de janeiro de 2004”. **RELATOR:** Deputado CLEUBER CARNEIRO. **PARECER:** pela aprovação (lido pelo Deputado José

Militão). Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. **5 – PROJETO DE LEI Nº 1.367/03** – Do Sr. Bismarck Maia – que “dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências”. (Apensados: PLs nºs 1.663/03, 2.331/03, 4.207/04 e 4.306/04) RELATOR: Deputado JOSUÉ BENGTON. PARECER: pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.367/03 e dos PLs nºs 1.663/03, 4.207/04, e 4.306/04, apensados, e pela aprovação do PL nº 2.331/03, apensado, com Substitutivo. O Presidente informou ao Relator que foi procurado pelos autores dos Projetos que haviam sido rejeitados e que eles sugeriram a aprovação de todos, uma vez que são idênticos e que o Substitutivo apresentado pelo Relator contemplava todos os Projetos. O Relator acatou a sugestão. Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator, com complementação de voto.

**6 – PROJETO DE LEI Nº 4.644-A/04** – Do Senado Federal – (PLS nº 230/03) – que “altera os arts. 75 e 76 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira”. RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação (lido pelo Deputado Vadinho Baião). Vista concedida ao Deputado Vadinho Baião.

**7 – PROJETO DE LEI Nº 4.783/05** – Do Sr. Bismarck Maia – que “dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Microcrédito do Turismo”. RELATOR: Deputado ALEX CANZIANI. PARECER: pela rejeição. Vista concedida ao Deputado Josué Bengtson.

**8 – PROJETO DE LEI Nº 4.903/05** – da Sra. Maninha – que “dispõe sobre as cores do uniforme de atletas e seleções que representem o Brasil em competições internacionais”. RELATOR: Deputado GILMAR MACHADO. PARECER: pela aprovação (lido pelo Deputado André Figueiredo). Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer do relator. O Deputado Alex Canziani informou que, no início de junho, participou, em São Paulo, do Salão do Turismo, como representante da Comissão e que o evento alcançou o sucesso esperado. Lembrou também sobre o convite do Sindicato dos Parques Temáticos para que os membros da Comissão conheçam alguns dos parques instalados no país. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e dezesseis minutos, antes convocando reunião ordinária para o dia vinte e nove de junho, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Iracema Marques, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Antonio Cambraia, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

## DESIGNAÇÕES

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

#### DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

##### Ao Deputado Fernando Coruja

**PROJETO DE LEI Nº 1.450/99** – Do Sr. João Grandão – que “altera a redação do art. 29, do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.411, de 21 de janeiro de 1988, dispondo sobre a destinação e utilização de bens e mercadorias apreendidas por contrabando ou descaminho”. (Apensado: PL 4166/2001)

**PROJETO DE LEI Nº 2.077/03** – Do Sr. José Divino – que “dispõe sobre a fixação dos valores das contribuições anuais devidos às entidades de fiscalização de exercício profissional”. (Apensado: PL nº 3.330/2004)

**PROJETO DE LEI Nº 4.220/04** – Do Sr. Alberto Fraga – que “suprime o artigo 35 da Lei nº 10.826 de 2003 e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 4.341/2004 (Apensados: PL nº 4.758/2005 e PL nº 4.979/2005))

##### Ao Deputado João Magalhães

**PROJETO DE LEI Nº 6.085/02** – da Sra. Angela Guadagnin – que “modifica o “caput” e acrescenta parágrafos no artigo 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL nº 524/2003 e PL nº 803/2003)

##### Ao Deputado José Carlos Machado

**PROJETO DE LEI Nº 3.521/04** – Do Senado Federal – Comissão de Educação – (PLS nº 516/2003) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Cariri (UFCARIRI)”.

##### Ao Deputado José Pimentel

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 40/03** – Do Sr. Wilson Santos – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Mato Grosso / Rondônia e o Programa Especial de Desenvolvimento do Noroeste de Mato Grosso e Cone Sul de Rondônia e dá outras providências”.

##### Ao Deputado Luiz Carlos Haully

**PROJETO DE LEI Nº 4.369/04** – Do Sr. Moreira Franco – que “institui isenção de tributos federais incidentes sobre produtos destinados à alimentação humana”.

##### Ao Deputado Silvio Torres

**PROJETO DE LEI Nº 4.642/04** – Do Sr. Alex Canziani – que “altera o art.1º da Lei 8989, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.690, de 2003”.

**Ao Deputado Virgílio Guimarães**

**PROJETO DE LEI Nº 3.142/00** – da Sra. Marinha Raupp – que “dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados para a educação indígena”.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Coronel Alves

**PROJETO DE LEI Nº 4.835/05** – Do Poder Executivo – (MSC nº 115/2005) – que “Institui a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a reorganização e a remuneração da Carreira Policial Civil dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências”.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005 – **Enio Bacci**, Presidente.

## SEÇÃO II

### ATOS DO PRESIDENTE

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

**EXONERAR**, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **GILCELLY GLAUCY DE SOUSA MARTINS**, ponto nº 116.478, do cargo em comissão de Assessor Administrativo Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Diretoria Legislativa.

**EXONERAR**, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **HUGO UBIRAJARA CARDOSO NOVAIS**, ponto nº 117.144,

do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **DARLEY DE SOUZA GOUVEIA** para exercer, na Diretoria Legislativa, o cargo em comissão de Assessor Administrativo Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 1º da Resolução nº 23, de 17 de junho de 1980, combinado com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992, e com o Ato da Mesa nº 1, de 24 de fevereiro de 1999.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA SUELI DE OLIVEIRA RODRIGUES** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo Ato da Mesa nº 11, de 1º de abril de 2003.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **MARTA ÂNGELA DA SILVA RODRIGUES** para exercer, na Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo artigo 1º do Ato da Mesa nº 76, de 7 de junho de 2001, combinado com o parágrafo único do artigo 5º do Ato da Mesa nº 27, de 20 de agosto de 2003.

**NOMEAR**, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **MICHELE FERREIRA NACFUR PEÇANHA** para exercer, na Diretoria-Geral, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 1º do Ato da Mesa nº 10, de 28 de abril de 1991, combinado com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992, e com o artigo 1º do Ato da Mesa nº 1, de 24 de fevereiro de 1999.

Câmara dos Deputados, 3 de agosto de 2005. – Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente.

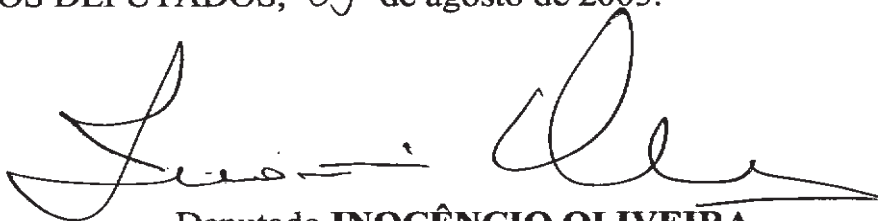
## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 071/05

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar a Senhora **KELEN VIVIANA CECI PILLAR ROSA** como Representante da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE / CNT**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 de agosto de 2005.



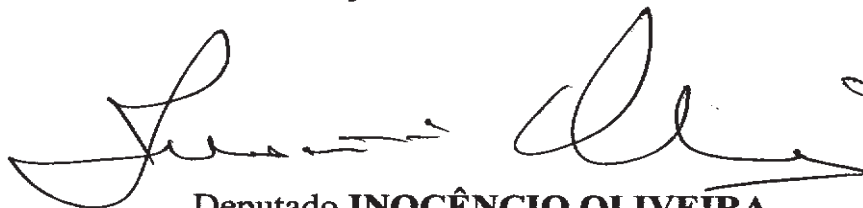
Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**  
Primeiro-Secretário

### PORTARIA Nº 072/05

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **SYNÉSIO BATISTA DA COSTA** como Representante da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BRINQUEDOS / ABRINQ**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 de agosto de 2005.



Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**  
Primeiro-Secretário

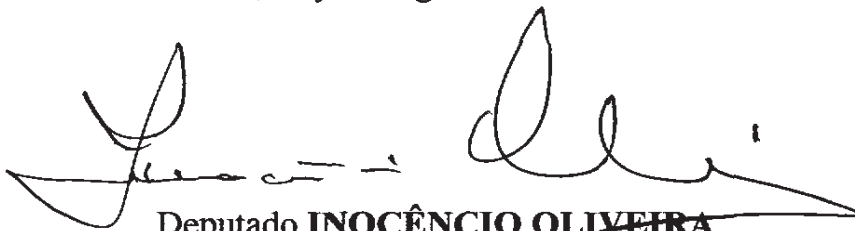


**PORTARIA Nº 073/05**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **RODOLFO FONSECA DOS SANTOS** como Representante da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / ANFIP**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 de agosto de 2005.



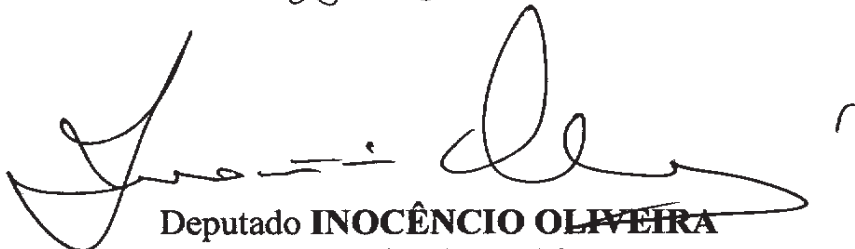
Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**  
Primeiro-Secretário

**PORTARIA Nº 074/05**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar o Senhor **RAMON GAMOEDA BELISÁRIO** como Representante do **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO / SESCOOP**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 de agosto de 2005.



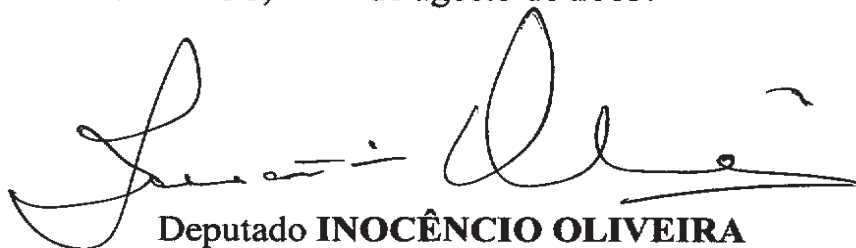
Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**  
Primeiro-Secretário

**PORTARIA Nº 075/05**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, **RESOLVE:**

Credenciar a Senhora **VIVIAN ENCINAS COSTA** como Representante da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES / ACEL**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 de agosto de 2005.



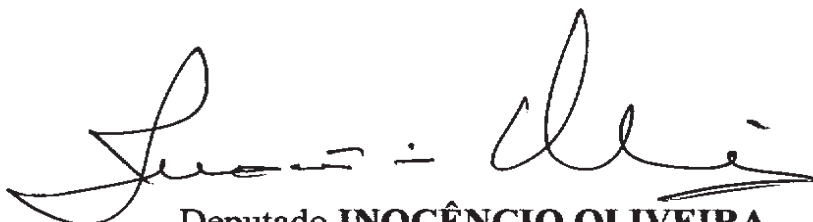
Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**  
Primeiro-Secretário

**PORTARIA Nº 076/05**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, **RESOLVE:**

Renovar o credenciamento do Senhor **ALBERTO ALVES** como Representante da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES / ANFAVEA**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 de agosto de 2005.



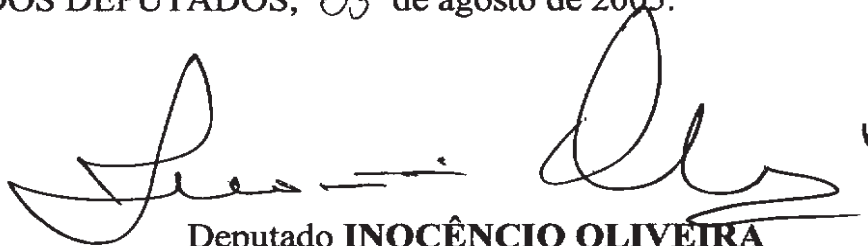
Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**  
Primeiro-Secretário

**PORTARIA Nº 077/05**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar o Senhor **LUCIANO ATHAYDE CHAVES** como Representante da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO / ANAMATRA**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 03 de agosto de 2005.



Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**  
Primeiro-Secretário

### MESA DIRETORA

**Presidente:**

SEVERINO CAVALCANTI - PP - PE

**1º Vice-Presidente:**

JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL

**2º Vice-Presidente:**

CIRO NOGUEIRA - PP - PI

**1º Secretário:**

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PMDB - PE

**2º Secretário:**

NILTON CAPIXABA - PTB - RO

**3º Secretário:**

EDUARDO GOMES - PSDB - TO

**4º Secretário:**

JOÃO CALDAS - PL - AL

**1º Suplente de Secretário:**

GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL

**2º Suplente de Secretário:**

JORGE ALBERTO - PMDB - SE

**3º Suplente de Secretário:**

GERALDO RESENDE - PPS - MS

**4º Suplente de Secretário:**

MÁRIO HERINGER - PDT - MG

### LÍDERES E VICE-LÍDERES

**PT**

Líder: PAULO ROCHA

**Vice-Líderes:**

Colombo, Fernando Ferro, Henrique Fontana, Iara Bernardi, João Grandão, Jorge Bittar, José Eduardo Cardozo, Luciano Zica, Luiz Alberto, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Sérgio, Maninha, Miro Teixeira, Neyde Aparecida, Odair Cunha, Telma de Souza, Terezinha Fernandes, Vignatti, Walter Pinheiro, Zezéu Ribeiro, Zico Bronzeado, José Mentor e Vicentinho.

**PMDB**

Líder: JOSÉ BORBA

**Vice-Líderes:**

Wilson Santiago (1º Vice), Mendes Ribeiro Filho, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Zé Gerardo, Rose de Freitas, Max Rosenmann, Marcelino Fraga, Pedro Novais, José Divino, Wladimir Costa, Moreira Franco, Waldemir Moka, Eliseu Padilha, Eduardo Cunha, Paulo Afonso, Jorge Alberto e Hermes Parciannello.

**PFL**

Líder: RODRIGO MAIA

**Vice-Líderes:**

Roberto Brant (1º Vice), Murilo Zauith, Kátia Abreu, Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Abelardo Lupion, Pauderney Avelino, Nice Lobão, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Corauci Sobrinho, Félix Mendonça, Júlio Cesar, Gervásio Silva e Alberto Fraga.

**PP**

Líder: JOSÉ JANENE

**Vice-Líderes:**

Mário Negromonte (1º Vice), José Linhares, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Francisco Appio, Nélio Dias, Professor Irapuan Teixeira, Reginaldo Germano, Julio Lopes, João Pizzolatti, Simão Sessim, Benedito de Lira e Celso Russomanno.

**PL**

Líder: SANDRO MABEL

**Vice-Líderes:**

Miguel de Souza (1º Vice), Almir Sá, Amauri Gasques, Aracely de Paula, Carlos Rodrigues, Giacobbo, Heleno Silva, Inaldo Leitão,

João Paulo Gomes da Silva, José Carlos Araújo, Lincoln Portela, Neucimar Fraga e Paulo Marinho.

**PSDB**

Líder: ALBERTO GOLDMAN

**Vice-Líderes:**

Eduardo Paes (1º Vice), Jutahy Junior, Yeda Crusius, Ronaldo Dimas, Lobbe Neto, Carlos Alberto Leréia, Antonio Carlos Mendes Thame, João Almeida, Antonio Carlos Pannunzio, Eduardo Barbosa, Nilson Pinto, Vicente Arruda e Zulaiê Cobra.

**PTB**

Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

**Vice-Líderes:**

Ricarte de Freitas (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquzelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, Ricardo Izar, Pastor Reinaldo, Marcondes Gadelha, Iris Simões, Paes Landim, Jackson Barreto e Elaine Costa.

**PSB**

Líder: RENATO CASAGRANDE

**Vice-Líderes:**

Dr. Ribamar Alves, Isaías Silvestre, Barbosa Neto e Jorge Gomes.

**PPS**

Líder: DIMAS RAMALHO

**Vice-Líderes:**

Rogério Teófilo (1º Vice), Raul Jungmann, Fernando Coruja e Geraldo Thadeu.

**PDT**

Líder: SEVERIANO ALVES

**Vice-Líderes:**

Álvaro Dias (1º Vice), Manato, Pompeo de Mattos e João Fontes.

**PCdoB**

Líder: RENILDO CALHEIROS

**Vice-Líderes:**

Jamil Murad, Perpétua Almeida e Inácio Arruda.

**PV**

Líder: MARCELO ORTIZ

**Vice-Líderes:**

Leonardo Mattos e Jovino Cândido.

### Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

**PRONA**

Repr.: ENÉAS

**PSC**

Repr.:

**PRP**

Repr.:

**Liderança do Governo**

Líder: ARLINDO CHINAGLIA

**Vice-Líderes:**

Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

**Liderança da Minoria**

Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

**DEPUTADOS EM EXERCÍCIO****Roraima**

Alceste Almeida - PMDB  
Almir Sá - PL  
Dr. Rodolfo Pereira - PDT  
Francisco Rodrigues - PFL  
Luciano Castro - PL  
Maria Helena - PPS  
Pastor Frankembergen - PTB  
Suely Campos - PP

**Amapá**

Badu Picanço - PL  
Coronel Alves - PL  
Davi Alcolumbre - PFL  
Dr. Benedito Dias - PP  
Eduardo Seabra - PTB  
Gervásio Oliveira - PMDB  
Hélio Esteves - PT  
Janete Capiberibe - PSB

**Pará**

Anivaldo Vale - PSDB  
Ann Pontes - PMDB  
Asdrubal Bentes - PMDB  
Babá - S.PART.  
Jader Barbalho - PMDB  
José Priante - PMDB  
Josué Bengtson - PTB  
Nicias Ribeiro - PSDB  
Nilson Pinto - PSDB  
Paulo Rocha - PT  
Raimundo Santos - PL  
Vic Pires Franco - PFL  
Wladimir Costa - PMDB  
Zé Geraldo - PT  
Zé Lima - PP  
Zenaldo Coutinho - PSDB  
Zequinha Marinho - PSC

**Amazonas**

Átila Lins - PPS  
Carlos Souza - PP  
Francisco Garcia - PP  
Humberto Michiles - PL  
Lupércio Ramos - PMDB  
Pauderney Avelino - PFL  
Silas Câmara - PTB  
Vanessa Grazziotin - PCdoB

**Rondônia**

Agnaldo Muniz - PP  
Anselmo - PT  
Eduardo Valverde - PT  
Hamilton Casara - PL  
Marinha Raupp - PMDB  
Miguel de Souza - PL  
Natan Donadon - PMDB  
Nilton Capixaba - PTB

**Acre**

Henrique Afonso - PT  
João Correia - PMDB  
João Tota - PP  
Júnior Betão - PL  
Nilson Mourão - PT  
Perpétua Almeida - PCdoB  
Ronivon Santiago - PP  
Zico Bronzeado - PT

**Tocantins**

Darci Coelho - PP  
Eduardo Gomes - PSDB  
Homero Barreto - PTB  
Kátia Abreu - PFL

Maurício Rabelo - PL  
Osvaldo Reis - PMDB  
Pastor Amarildo - PMDB  
Ronaldo Dimas - PSDB

**Maranhão**

Antonio Joaquim - PTB  
César Bandeira - PFL  
Clóvis Fecury - PFL  
Costa Ferreira - PSC  
Dr. Ribamar Alves - PSB  
Gastão Vieira - PMDB  
João Castelo - PSDB  
Luciano Leitoa - PSB  
Neiva Moreira - PDT  
Nice Lobão - PFL  
Paulo Marinho - PL  
Pedro Fernandes - PTB  
Pedro Novais - PMDB  
Remi Trinta - PL  
Sarney Filho - PV  
Sebastião Madeira - PSDB  
Terezinha Fernandes - PT  
Wagner Lago - PP

**Ceará**

Almeida de Jesus - PL  
André Figueiredo - PDT  
Anibal Gomes - PMDB  
Antenor Napolini - PSDB  
Antonio Cambraia - PSDB  
Ariosto Holanda - PSB  
Arnon Bezerra - PTB  
Bismarck Maia - PSDB  
Eunício Oliveira - PMDB  
Gonzaga Mota - PSDB  
Inácio Arruda - PCdoB  
João Alfredo - PT  
José Linhares - PP  
José Pimentel - PT  
Léo Alcântara - PSDB  
Manoel Salviano - PSDB  
Marcelo Teixeira - PMDB  
Mauro Benevides - PMDB  
Moroni Torgan - PFL  
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB  
Vicente Arruda - PSDB  
Zé Gerardo - PMDB

**Piauí**

Átila Lira - PSDB  
B. Sá - PSB  
Ciro Nogueira - PP  
Júlio Cesar - PFL  
Marcelo Castro - PMDB  
Moraes Souza - PMDB  
Mussa Demes - PFL  
Nazareno Fonteles - PT  
Paes Landim - PTB  
Simplício Mário - PT

**Rio Grande do Norte**

Álvaro Dias - PDT  
Betinho Rosado - PFL  
Fátima Bezerra - PT  
Henrique Eduardo Alves - PMDB  
Iberê Ferreira - PTB  
Nélio Dias - PP  
Ney Lopes - PFL  
Sandra Rosado - PSB

**Paraíba**

Benjamin Maranhão - PMDB  
Carlos Dunga - PTB  
Domiciano Cabral - PSDB

Enivaldo Ribeiro - PP  
Inaldo Leitão - PL  
Lúcia Braga - PMDB  
Luiz Couto - PT  
Marcondes Gadelha - PTB  
Philemon Rodrigues - PTB  
Ricardo Rique - PL  
Wellington Roberto - PL  
Wilson Santiago - PMDB

#### **Pernambuco**

André de Paula - PFL  
Armando Monteiro - PTB  
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB  
Eduardo Campos - PSB  
Fernando Ferro - PT  
Gonzaga Patriota - PSB  
Inocêncio Oliveira - PMDB  
Joaquim Francisco - PTB  
Jorge Gomes - PSB  
José Chaves - PTB  
José Mendonça Bezerra - PFL  
José Múcio Monteiro - PTB  
Luiz Piauhyllino - PDT  
Marcos de Jesus - PL  
Maurício Rands - PT  
Osvaldo Coelho - PFL  
Pastor Francisco Olímpio - PSB  
Paulo Rubem Santiago - PT  
Pedro Corrêa - PP  
Raul Jungmann - PPS  
Renildo Calheiros - PCdoB  
Ricardo Fiuzza - PP  
Roberto Freire - PPS  
Roberto Magalhães - PFL  
Severino Cavalcanti - PP

#### **Alagoas**

Benedito de Lira - PP  
Givaldo Carimbão - PSB  
João Caldas - PL  
João Lyra - PTB  
Jorge Vi - PSDB  
José Thomaz Nonô - PFL  
Jurandir Boia - PDT  
Olavo Calheiros - PMDB  
Rogério Teófilo - PPS

#### **Sergipe**

Bosco Costa - PSDB  
Cleonânicio Fonseca - PP  
Helena Silva - PL  
Ivan Paixão - PPS  
Jackson Barreto - PTB  
João Fontes - PDT  
Jorge Alberto - PMDB  
José Carlos Machado - PFL

#### **Bahia**

Alice Portugal - PCdoB  
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL  
Aroldo Cedraz - PFL  
Claudio Cajado - PFL  
Colbert Martins - PPS  
Coriolano Sales - PFL  
Daniel Almeida - PCdoB  
Edson Duarte - PV  
Fábio Souto - PFL  
Félix Mendonça - PFL  
Fernando de Fabinho - PFL  
Geddel Vieira Lima - PMDB  
Gerson Gabrielli - PFL  
Guilherme Menezes - PT  
Jairo Carneiro - PFL

João Almeida - PSDB  
João Carlos Bacelar - PL  
João Leão - PL  
Jonival Lucas Junior - PTB  
José Carlos Aleluia - PFL  
José Carlos Araújo - PL  
José Rocha - PFL  
Josias Gomes - PT  
Jutahy Junior - PSDB  
Luiz Alberto - PT  
Luiz Bassuma - PT  
Luiz Carreira - PFL  
Marcelo Guimarães Filho - PL  
Mário Negromonte - PP  
Milton Barbosa - PFL  
Nelson Pellegrino - PT  
Paulo Magalhães - PFL  
Pedro Irujo - S.PART.  
Reginaldo Germano - PP  
Robério Nunes - PFL  
Severiano Alves - PDT  
Walter Pinheiro - PT  
Zelinda Novaes - PFL  
Zezéu Ribeiro - PT

#### **Minas Gerais**

Ademir Camilo - PL  
Alexandre Maia - PMDB  
Ana Guerra - PT  
Aracely de Paula - PL  
Bonifácio de Andrada - PSDB  
Cabo Júlio - PMDB  
Carlos Melles - PFL  
Carlos Mota - PL  
Carlos Willian - PMDB  
César Medeiros - PT  
Cleuber Carneiro - PTB  
Custódio Mattos - PSDB  
Dr. Francisco Gonçalves - PTB  
Edmar Moreira - PL  
Eduardo Barbosa - PSDB  
Eliseu Resende - PFL  
Fernando Diniz - PMDB  
Geraldo Thadeu - PPS  
Gilmar Machado - PT  
Ibrahim Abi-ackel - PP  
Isaías Silvestre - PSB  
Ivo José - PT  
Jaime Martins - PL  
João Magalhães - PMDB  
João Magno - PT  
João Paulo Gomes da Silva - PL  
José Militão - PTB  
José Santana de Vasconcellos - PL  
Júlio Delgado - PSB  
Lael Varella - PFL  
Leonardo Mattos - PV  
Leonardo Monteiro - PT  
Lincoln Portela - PL  
Marcello Siqueira - PMDB  
Márcio Reinaldo Moreira - PP  
Maria do Carmo Lara - PT  
Maria Lúcia Cardoso - PMDB  
Mário Assad Júnior - PL  
Mário Heringer - PDT  
Mauro Lopes - PMDB  
Narcio Rodrigues - PSDB  
Odair Cunha - PT  
Osmânio Pereira - S.PART.  
Paulo Delgado - PT  
Rafael Guerra - PSDB

Reginaldo Lopes - PT  
Roberto Brant - PFL  
Romel Anizio - PP  
Romeu Queiroz - PTB  
Sérgio Miranda - PCdoB  
Vadinho Baião - PT  
Virgílio Guimarães - PT  
Vittorio Medioli - PV

#### **Espírito Santo**

Feu Rosa - PP  
Irieny Lopes - PT  
Jair de Oliveira - PMDB  
Manato - PDT  
Marcelino Fraga - PMDB  
Marcus Vicente - PTB  
Neucimar Fraga - PL  
Nilton Baiano - PP  
Renato Casagrande - PSB  
Rose de Freitas - PMDB

#### **Rio de Janeiro**

Aldir Cabral - PFL  
Alexandre Cardoso - PSB  
Alexandre Santos - PMDB  
Almerinda de Carvalho - PMDB  
Almir Moura - PMDB  
André Costa - PT  
Antonio Carlos Biscaia - PT  
Bernardo Ariston - PMDB  
Carlos Nader - PL  
Carlos Rodrigues - PL  
Carlos Santana - PT  
Chico Alencar - PT  
Deley - PMDB  
Dr. Heleno - PMDB  
Edson Ezequiel - PMDB  
Eduardo Cunha - PMDB  
Eduardo Paes - PSDB  
Elaine Costa - PTB  
Fernando Gabeira - PV  
Fernando Lopes - PMDB  
Francisco Dornelles - PP  
Itamar Serpa - PSDB  
Jair Bolsonaro - PP  
Jandira Feghali - PCdoB  
João Mendes de Jesus - S.PART.  
Jorge Bittar - PT  
José Divino - PMDB  
Josias Quintal - PMDB  
Júfza Denise Frossard - PPS  
Julio Lopes - PP  
Laura Carneiro - PFL  
Leonardo Picciani - PMDB  
Luiz Sérgio - PT  
Márcio Fortes - PSDB  
Miro Teixeira - PT  
Moreira Franco - PMDB  
Nelson Bornier - PMDB  
Paulo Baltazar - PSB  
Paulo Feijó - PSDB  
Reinaldo Betão - PL  
Renato Cozzolino - PRP  
Roberto Jefferson - PTB  
Rodrigo Maia - PFL  
Sandro Matos - PTB  
Simão Sessim - PP  
Vieira Reis - PMDB

#### **São Paulo**

Alberto Goldman - PSDB  
Aldo Rebelo - PCdoB  
Amauri Gasques - PL

Angela Guadagnin - PT  
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB  
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB  
Arlindo Chinaglia - PT  
Arnaldo Faria de Sá - PTB  
Ary Kara - PTB  
Carlos Sampaio - PSDB  
Celso Russomanno - PP  
Chico Sardelli - PFL  
Cláudio Magrão - PPS  
Corauci Sobrinho - PFL  
Delfim Netto - PP  
Devanir Ribeiro - PT  
Dimas Ramalho - PPS  
Durval Orlato - PT  
Edinho Montemor - PL  
Edna Macedo - PTB  
Elimar Máximo Damasceno - PRONA  
Enéas - PRONA  
Fernando Estima - PL  
Gilberto Nascimento - PMDB  
Iara Bernardi - PT  
Ildeu Araujo - PP  
Ivan Valente - PT  
Jamil Murad - PCdoB  
Jefferson Campos - PMDB  
João Batista - PFL  
João Herrmann Neto - PDT  
João Paulo Cunha - PT  
José Dirceu - PT  
José Eduardo Cardozo - PT  
José Mentor - PT  
Jovino Cândido - PV  
Julio Semeghini - PSDB  
Lobbe Neto - PSDB  
Luciano Zica - PT  
Luiz Antonio Fleury - PTB  
Luiz Carlos Santos - PFL  
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT  
Luiza Erundina - PSB  
Marcelo Barbieri - PMDB  
Marcelo Ortiz - PV  
Marcos Abramo - PFL  
Medeiros - PL  
Michel Temer - PMDB  
Milton Monti - PL  
Nelson Marquezelli - PTB  
Neuton Lima - PTB  
Orlando Fantazzini - PT  
Paulo Lima - PMDB  
Professor Irapuan Teixeira - PP  
Professor Luizinho - PT  
Ricardo Berzoini - PT  
Ricardo Izar - PTB  
Roberto Gouveia - PT  
Robson Tuma - PFL  
Salvador Zimbaldi - S.PART.  
Silvio Torres - PSDB  
Telma de Souza - PT  
Vadão Gomes - PP  
Vanderlei Assis - PP  
Vicente Cascione - PTB  
Vicentinho - PT  
Walter Barelli - PSDB  
Wanderval Santos - PL  
Xico Graziano - PSDB  
Zulaiê Cobra - PSDB

#### **Mato Grosso**

Carlos Abicalil - PT  
Celcita Pinheiro - PFL

Lino Rossi - PP  
Pedro Henry - PP  
Ricarte de Freitas - PTB  
Teté Bezerra - PMDB  
Thelma de Oliveira - PSDB  
Welinton Fagundes - PL

**Distrito Federal**

Alberto Fraga - PFL  
Jorge Pinheiro - PL  
José Roberto Arruda - PFL  
Maninha - PT  
Osório Adriano - PFL  
Sigmaringa Seixas - PT  
Tatico - PL  
Wasny de Roure - PT

**Goiás**

Barbosa Neto - PSB  
Capitão Wayne - PSDB  
Carlos Alberto Leréia - PSDB  
Enio Tatico - PL  
João Campos - PSDB  
Jovair Arantes - PTB  
Leandro Vilela - PMDB  
Luiz Bittencourt - PMDB  
Neyde Aparecida - PT  
Pedro Canedo - PP  
Pedro Chaves - PMDB  
Ronaldo Caiado - PFL  
Rubens Otoni - PT  
Sandes Júnior - PP  
Sandro Mabel - PL  
Sérgio Caiado - PP  
Vilmar Rocha - PFL

**Mato Grosso do Sul**

Antônio Carlos Biffi - PT  
Antonio Cruz - PP  
Geraldo Resende - PPS  
João Grandão - PT  
Murilo Zauith - PFL  
Nelson Trad - PMDB  
Vander Loubet - PT  
Waldemir Moka - PMDB

**Paraná**

Abelardo Lupion - PFL  
Affonso Camargo - PSDB  
Airton Roveda - PTB  
Alex Canziani - PTB  
André Zacharow - PSB  
Assis Miguel do Couto - PT  
Cezar Silvestri - PPS  
Chico da Princesa - PL  
Colombo - PT  
Dilceu Sperafico - PP  
Dr. Rosinha - PT  
Dra. Clair - PT  
Eduardo Sciarra - PFL  
Giacobo - PL  
Gustavo Fruet - PSDB  
Hermes Parcianello - PMDB  
Iris Simões - PTB  
José Borba - PMDB  
José Janene - PP  
Luiz Carlos Haully - PSDB  
Max Rosenmann - PMDB  
Moacir Micheletto - PMDB  
Nelson Meurer - PP  
Odílio Balbinotti - PMDB  
Oliveira Filho - PL  
Osmar Serraglio - PMDB  
Ricardo Barros - PP

Selma Schons - PT  
Takayama - PMDB  
Vitorassi - PT

**Santa Catarina**

Adelor Vieira - PMDB  
Carlito Merss - PT  
Edinho Bez - PMDB  
Edison Andrino - PMDB  
Fernando Coruja - PPS  
Gervásio Silva - PFL  
Ivan Ranzolin - PP  
João Pizzolatti - PP  
Jorge Boeira - PT  
Leodegar Tiscoski - PP  
Luci Choinacki - PT  
Mauro Passos - PT  
Paulo Afonso - PMDB  
Paulo Bauer - PSDB  
Vignatti - PT  
Zonta - PP

**Rio Grande do Sul**

Adão Pretto - PT  
Alceu Collares - PDT  
Augusto Nardes - PP  
Beto Albuquerque - PSB  
Cezar Schirmer - PMDB  
Darcísio Perondi - PMDB  
Eliseu Padilha - PMDB  
Enio Bacci - PDT  
Érico Ribeiro - PP  
Francisco Appio - PP  
Francisco Turra - PP  
Henrique Fontana - PT  
Júlio Redecker - PSDB  
Kelly Moraes - PTB  
Luciana Genro - S.PART.  
Luis Carlos Heinze - PP  
Marco Maia - PT  
Maria do Rosário - PT  
Mendes Ribeiro Filho - PMDB  
Milton Cardias - PTB  
Nelson Proença - PPS  
Onyx Lorenzoni - PFL  
Orlando Desconsi - PT  
Oswaldo Biolchi - PMDB  
Pastor Reinaldo - PTB  
Paulo Gouvêa - PL  
Paulo Pimenta - PT  
Pompeo de Mattos - PDT  
Tarcísio Zimmermann - PT  
Wilson Cignachi - PMDB  
Yeda Crusius - PSDB



**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,  
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)  
 1º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)  
 2º Vice-Presidente: Francisco Turra (PP)  
 3º Vice-Presidente: Assis Miguel do Couto (PT)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Adão Pretto		Guilherme Menezes
Anselmo		Luci Choinacki
Assis Miguel do Couto		Odair Cunha
João Grandão		Reginaldo Lopes
Josias Gomes		Vadinho Baião
Orlando Desconsi		Vignatti
Vander Loubet		Zé Geraldo
	<b>PMDB</b>	
Alexandre Maia <small>vaga do PL</small>		Marcelino Fraga
Gervásio Oliveira		Mauro Lopes
Leandro Vilela		Oswaldo Reis
Moacir Micheletto		Pedro Chaves
Odílio Balbinotti		Rose de Freitas
Waldemir Moka		2 vagas
Wilson Cignachi		
Zé Gerardo		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Abelardo Lupion		Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small>
Carlos Melles		Betinho Rosado
Enéas		Eduardo Sciarra
Kátia Abreu		Félix Mendonça
Oswaldo Coelho <small>vaga do PC do B</small>		Francisco Rodrigues
Ronaldo Caiado		Lael Varella
	<b>PSDB</b>	
Anivaldo Vale		Antonio Carlos Mendes Thame
Xico Graziano		Carlos Alberto Leréia
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Júlio Redecker
(Dep. do PP ocupa a vaga)		1 vaga
	<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico		Augusto Nardes
Francisco Turra		Benedito de Lira <small>vaga do PL</small>
Luis Carlos Heinze		Érico Ribeiro
Nélio Dias <small>vaga do S.PART.</small>		Nelson Meurer
Zé Lima <small>vaga do PSDB</small>		Sérgio Caiado
Zonta		
	<b>PTB</b>	
Carlos Dunga		Airton Roveda
Iberê Ferreira		Dr. Francisco Gonçalves
João Lyra		Josué Bengtson
Nelson Marquzelli		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
	<b>PL</b>	
Almir Sá <small>vaga do PSDB</small>		Tatico
Heleno Silva		(Dep. do PP ocupa a vaga)
João Carlos Bacelar <small>vaga do PV</small>		1 vaga
Welinton Fagundes		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
	<b>PPS</b>	
Cezar Silvestri		Geraldo Thadeu
	<b>PSB</b>	
Luciano Leitoa		1 vaga
	<b>PDT</b>	
Dr. Rodolfo Pereira		Pompeo de Mattos
	<b>PC do B</b>	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		1 vaga
	<b>PV</b>	
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Edson Duarte
	<b>S.PART.</b>	
(Dep. do PP ocupa a vaga)		1 vaga

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha  
 Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36  
 Telefones: 216-6403/6404/6406  
 FAX: 216-6415

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Presidente: Maria Helena (PPS)  
 1º Vice-Presidente: Átila Lins (PPS)  
 2º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)  
 3º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Carlos Abicalil		Anselmo
Henrique Afonso		Nilson Mourão
Zé Geraldo		2 vagas
Zico Bronzeado		
	<b>PMDB</b>	
Ann Pontes		Asdrubal Bentes
Lupércio Ramos		Gervásio Oliveira
Natan Donadon		Marcelo Castro
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Davi Alcolumbre		Marcos Abramo
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)		1 vaga
	<b>PSDB</b>	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Anivaldo Vale
1 vaga		Zenaldo Coutinho
	<b>PP</b>	
Agnaldo Muniz		Suely Campos
Carlos Souza		(Dep. do PL ocupa a vaga)
	<b>PTB</b>	
Roberto Jefferson		2 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		
	<b>PL</b>	
Júnior Betão		Coronel Alves
Miguel de Souza		Hamilton Casara <small>vaga do PP</small>
		Raimundo Santos
	<b>PPS</b>	
Átila Lins <small>vaga do PSDB</small>		1 vaga
Maria Helena		
	<b>PSB</b>	
Janete Capiberibe		(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
	<b>PDT</b>	
Severiano Alves		Dr. Rodolfo Pereira
	<b>PCdoB</b>	
Perpétua Almeida <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Vanessa Grazziotin <small>vaga do PSB</small>
	<b>PSC</b>	
Zequinha Marinho <small>vaga do PTB</small>		
Secretário(a): Cristiano Ferri Soares de Faria		
Local: Anexo II - Sala T- 59		
Telefones: 216-6432		
FAX: 216-6440		
	<b>COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA</b>	
Presidente: Jader Barbalho (PMDB)		
1º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)		
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)		
3º Vice-Presidente: Silas Câmara (PTB)		
	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Durval Orlato		Angela Guadagnin
Jorge Bittar		César Medeiros
Miro Teixeira		Fernando Ferro
Walter Pinheiro		Henrique Afonso
(Dep. do PL ocupa a vaga)		José Dirceu
2 vagas		Vicentinho
		Wasny de Roure
	<b>PMDB</b>	

Adelor Vieira		Gastão Vieira		José Mentor		Iriny Lopes
Gilberto Nascimento		Henrique Eduardo Alves		Luiz Eduardo Greenhalgh		José Pimentel
Hermes Parcianello		Luiz Bittencourt		Maurício Rands		Luciano Zica
Jader Barbalho		Marinha Raupp		Nelson Pellegrino		Luiz Alberto
Marcelo Barbieri		Pastor Pedro Ribeiro		Odair Cunha		Luiz Couto
Pedro Chaves		Vieira Reis		Professor Luizinho		Miro Teixeira
Takayama		Wladimir Costa		Sigmaringa Seixas		Rubens Otoni
				1 vaga		1 vaga
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>				<b>PMDB</b>	
Corauci Sobrinho		Aldir Cabral		Cezar Schirmer		Alceste Almeida
Eduardo Sciarra		César Bandeira		Jefferson Campos		Aníbal Gomes
João Batista		Davi Alcolumbre		José Divino		Ann Pontes
José Mendonça Bezerra <small>vaga do PTB</small>		Robson Tuma		Mendes Ribeiro Filho		Leonardo Picciani
José Rocha		(Dep. do PL ocupa a vaga)		Michel Temer		Maria Lúcia Cardoso
Júlio Cesar				Nelson Trad		Mauro Benevides
	<b>PSDB</b>			Osmar Serraglio		Mauro Lopes
Gustavo Fruet		João Campos		Paulo Afonso		Moraes Souza
Julio Semeghini		João Castelo		Wilson Santiago		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Narcio Rodrigues		Lobbe Neto		2 vagas		2 vagas
1 vaga		Manoel Salviano			<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
	<b>PP</b>			Antonio Carlos Magalhães Neto		André de Paula
Pedro Canedo		Antonio Cruz <small>vaga do PTB</small>		José Roberto Arruda		Coriolano Sales
Ricardo Barros		Enivaldo Ribeiro		Luiz Carlos Santos		Enéas
Sandes Júnior		Leodegar Tiscoski		Ney Lopes		Laura Carneiro
Vanderlei Assis		Romel Anizio		Paulo Magalhães		Moroni Torgan
	<b>PTB</b>	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		Roberto Magalhães		Mussa Demes
Iris Simões		Antonio Joaquim		Robson Tuma <small>vaga do PTB</small>		Onyx Lorenzoni
Silas Câmara		Arnon Bezerra		Vic Pires Franco		Ronaldo Caiado
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Pastor Reinaldo		Vilmar Rocha		
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		(Dep. do PP ocupa a vaga)			<b>PSDB</b>	
	<b>PL</b>			Bosco Costa		Antonio Carlos Pannunzio
Badu Picanço <small>vaga do PT</small>		Amauri Gasques		João Almeida		Átila Lira
Carlos Nader <small>vaga do PTB</small>		Carlos Rodrigues		Jutahy Junior		Bonifácio de Andrada
Maurício Rabelo		Inaldo Leitão		Vicente Arruda		Custódio Mattos
Raimundo Santos		José Carlos Araújo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Zenaldo Coutinho		Jorge Vi
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		José Santana de Vasconcellos <small>vaga do PSL</small>		Zulaiê Cobra		Léo Alcântara
	<b>PPS</b>				<b>PP</b>	
Nelson Proença		Raul Jungmann		Antonio Cruz <small>vaga do PTB</small>		Agnaldo Muniz
	<b>PSB</b>			Benedito de Lira		Celso Russomanno
Jorge Gomes <small>vaga do PC do B</small>		André Zacharow		Cleonânicio Fonseca		Professor Irapuan Teixeira
Luíza Erundina				Darci Coelho		Ricardo Barros
	<b>PDT</b>			Ibrahim Abi-ackel		Sandes Júnior
Jurandir Boia		Luiz Piauhyllino		Mário Negromonte		Sérgio Caiado
	<b>PC do B</b>			Reginaldo Germano		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Inácio Arruda		Wagner Lago <small>vaga do PTB</small>		
	<b>PV</b>				<b>PTB</b>	
Jovino Cândido		Leonardo Mattos		Edna Macedo		Alex Canziani
	<b>PSL</b>			Paes Landim		Ary Kara
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		(Dep. do PL ocupa a vaga)		Vicente Cascione		Cleuber Carneiro
	<b>S.PART.</b>			(Dep. do PP ocupa a vaga)		Luiz Antonio Fleury
João Mendes de Jesus <small>vaga do PSL</small>		Salvador Zimbaldi <small>vaga do PP</small>		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		(Dep. do PL ocupa a vaga)
Pedro Irujo <small>vaga do PL</small>				(Dep. do PP ocupa a vaga)		(Dep. do PL ocupa a vaga)
Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira					<b>PL</b>	
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49				Ademir Camilo		Almeida de Jesus
Telefones: 216-6452 A 6458				Carlos Mota		Badu Picanço <small>vaga do PTB</small>
FAX: 216-6465				Carlos Rodrigues		Enio Tatico
				Edmar Moreira		Jaime Martins
				Inaldo Leitão		Neucimar Fraga <small>vaga do PTB</small>
						(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
						(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
					<b>PPS</b>	
				Juíza Denise Frossard		Colbert Martins
				Roberto Freire		Fernando Coruja
					<b>PSB</b>	
	<b>PT</b>			Sandra Rosado		Alexandre Cardoso
Antonio Carlos Biscaia		Antônio Carlos Biffi		(Dep. do PC do B ocupa a vaga)		Isaías Silvestre
João Paulo Cunha		Dr. Rosinha				Júlio Delgado <small>vaga do PMDB</small>
José Eduardo Cardozo		Iara Bernardi				

Alceu Collares Luiz Piauhyllino	<b>PDT</b>	João Fontes Pompeo de Mattos	
Jamil Murad <small>vaga do PSB</small> Sérgio Miranda	<b>PC do B</b>	Alice Portugal	
Marcelo Ortiz	<b>PV</b>	Sarney Filho	
	<b>S.PART.</b>	João Mendes de Jesus <small>vaga do PL</small> Pedro Irujo <small>vaga do PL</small>	
Secretário(a): Rejane Salete Marques Local: Anexo II, Térreo, Ala , sala 21 Telefones: 216-6494 FAX: 216-6499			
<b>COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b>			
Presidente: Luiz Antonio Fleury (PTB) 1º Vice-Presidente: Eduardo Seabra (PTB) 2º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB) 3º Vice-Presidente: Júlio Delgado (PSB)			
	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	
Ana Guerra Selma Schons Simplicio Mário (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	<b>PT</b>	João Grandão Luiz Bassuma Maria do Carmo Lara 1 vaga	
Luiz Bittencourt Paulo Lima Wladimir Costa <small>vaga do PT</small> (Dep. do PRP ocupa a vaga)	<b>PMDB</b>	José Divino Leandro Vilela Max Rosenmann	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>			
Chico Sardelli Robério Nunes (Dep. do PTB ocupa a vaga)		Fernando de Fabinho <small>vaga do PPS</small> Kátia Abreu Zelinda Novaes (Dep. do PTB ocupa a vaga)	
Carlos Sampaio Márcio Fortes	<b>PSDB</b>	Yeda Crusius (Dep. do PL ocupa a vaga)	
Celso Russomanno Pedro Corrêa	<b>PP</b>	Julio Lopes Ricardo Fiuza	
Eduardo Seabra Jonival Lucas Junior <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	<b>PTB</b>	Alex Canziani <small>vaga do PDT</small> Neuton Lima	
Luiz Antonio Fleury	<b>PL</b>	Ricardo Izar <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Sandro Matos	
Almeida de Jesus		João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do PSDB</small>	
José Carlos Araújo Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do PDT</small>	<b>PPS</b>	Marcos de Jesus Remi Trinta (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
Givaldo Carimbão Júlio Delgado <small>vaga do PPS</small>	<b>PSB</b>	Paulo Baltazar	
(Dep. do PL ocupa a vaga)	<b>PDT</b>	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
Renato Cozzolino <small>vaga do PMDB</small>	<b>PRP</b>		
Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152 Telefones: 216-6920 A 6922 FAX: 216-6925			
<b>COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b>			
Presidente: Romeu Queiroz (PTB) 1º Vice-Presidente: Ildeu Araujo (PP) 2º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT) 3º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)			
	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	
Jorge Boeira Reginaldo Lopes Rubens Otoni	<b>PT</b>	Jorge Bittar Josias Gomes (Dep. do PL ocupa a vaga)	
Bernardo Ariston Carlos Eduardo Cadoca Edson Ezequiel	<b>PMDB</b>	Lupércio Ramos Wilson Cignachi 1 vaga	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>			
Fernando de Fabinho Gerson Gabrielli		Murilo Zauith <small>vaga do PV</small> Osório Adriano (Dep. do PDT ocupa a vaga)	
Júlio Redecker Léo Alcântara <small>vaga do PV</small> Ronaldo Dimas	<b>PSDB</b>	Gonzaga Mota Yeda Crusius	
Ildeu Araujo Sérgio Caiado	<b>PP</b>	Augusto Nardes <small>vaga do PL</small> Delfim Netto <small>vaga do S.PART.</small> Nélio Dias	
Joaquim Francisco Romeu Queiroz	<b>PTB</b>	Armando Monteiro Nelson Marquenezelli	
Reinaldo Betão	<b>PL</b>	Giacobo <small>vaga do PT</small> (Dep. do PP ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	<b>PV</b>	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
Luciana Genro	<b>S.PART.</b>	(Dep. do PP ocupa a vaga)	
	<b>PDT</b>	André Figueiredo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	
Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33 Telefones: 216-6601 A 6609 FAX: 216-6610			
<b>COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>			
Presidente: Julio Lopes (PP) 1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL) 2º Vice-Presidente: Colbert Martins (PPS) 3º Vice-Presidente: Jaime Martins (PL)			
	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	
João Magno Maria do Carmo Lara Zezéu Ribeiro	<b>PT</b>	Roberto Gouveia Terezinha Fernandes Vitorassi	
Alexandre Santos Marinha Raupp (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	<b>PMDB</b>	Zé Gerardo 2 vagas	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>			
Elimar Máximo Damasceno Fábio Souto		Milton Barbosa Nice Lobão	
Custódio Mattos 1 vaga	<b>PSDB</b>	Domiciano Cabral Gustavo Fruet	
Augusto Nardes Julio Lopes	<b>PP</b>	Darci Coelho Mário Negromonte	

Jackson Barreto Pedro Fernandes	<b>PTB</b>	José Chaves Pastor Frankembergen Silas Câmara <small>vaga do PL</small>	Antônio Carlos Biffi Iara Bernardi Ivan Valente <small>vaga do PL</small> Maria do Rosário Neyde Aparecida Paulo Delgado Paulo Rubem Santiago	<b>PT</b>	Carlos Abicalil Chico Alencar Colombo Fátima Bezerra Gilmar Machado Walter Pinheiro <small>vaga do PPS</small> 1 vaga
Jaime Martins Paulo Gouvêa	<b>PL</b>	Chico da Princesa (Dep. do PTB ocupa a vaga)	Gastão Vieira João Correia João Matos (Licenciado) Osvaldo Biolchi Pastor Pedro Ribeiro (Dep. do PPS ocupa a vaga)	<b>PMDB</b>	Dr. Heleno Jefferson Campos Luiz Bittencourt Osmar Serraglio Paulo Lima 1 vaga
Colbert Martins	<b>PPS</b>	1 vaga	Celcita Pinheiro César Bandeira <small>vaga do PP</small> Clóvis Fecury <small>vaga do PTB</small> Marcos Abramo Murilo Zauith <small>vaga do PL</small> Nice Lobão Onyx Lorenzoni <small>vaga do PL</small>	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	José Roberto Arruda Osvaldo Coelho Paulo Magalhães Roberto Magalhães
Barbosa Neto	<b>PSB</b>	Jorge Gomes	Antenor Naspolini <small>vaga do PL</small> Átila Lira Bonifácio de Andrada <small>vaga do PP</small> Lobbe Neto Nilson Pinto	<b>PSDB</b>	Itamar Serpa Rafael Guerra Thelma de Oliveira
Inácio Arruda <small>vaga do PMDB</small> Secretário(a): Romulo de Sousa Mesquita Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188 Telefones: 216-6551/ 6554 FAX: 216-6560	<b>PCdoB</b>		Professor Irapuan Teixeira (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	<b>PP</b>	José Linhares Márcio Reinaldo Moreira Zé Lima
<b>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS</b>			Neuton Lima Ricardo Izar (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	<b>PTB</b>	Elaine Costa Jonival Lucas Junior Kelly Moraes
Presidente: Iriny Lopes (PT) 1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT) 2º Vice-Presidente: Pompeo de Mattos (PDT) 3º Vice-Presidente: Chico Alencar (PT)			Geraldo Resende <small>vaga do PSB</small> Ivan Paixão <small>vaga do PMDB</small> Rogério Teófilo	<b>PL</b>	Carlos Nader <small>vaga do PC do B</small> Humberto Michiles Medeiros Milton Monti
<b>Titulares</b>			(Dep. do PT ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	<b>PPS</b>	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Chico Alencar Iriny Lopes Luci Choinacki Luiz Alberto <small>vaga do PSDB</small> Luiz Couto <small>vaga do PMDB</small> Orlando Fantazzini <small>vaga do PL</small>	<b>PT</b>	Adão Pretto Ana Guerra <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> João Alfredo <small>vaga do PTB</small> Luiz Eduardo Greenhalgh Maria do Rosário	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	<b>PSB</b>	Luciano Leitoa
(Dep. do PT ocupa a vaga) 2 vagas	<b>PMDB</b>	Alceste Almeida Bernardo Ariston 1 vaga	(Dep. do PPS ocupa a vaga)	<b>PDT</b>	Severiano Alves
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small> (Dep. do PDT ocupa a vaga) 2 vagas	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	Jairo Carneiro (Dep. do PT ocupa a vaga) 1 vaga	(Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	<b>PC do B</b>	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Sebastião Madeira (Dep. do PT ocupa a vaga)	<b>PSDB</b>	Eduardo Barbosa João Almeida	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	<b>PT</b>	Henrique Fontana João Paulo Cunha Jorge Boeira
(Dep. do PDT ocupa a vaga) 1 vaga	<b>PP</b>	José Linhares Nilton Baiano	(Dep. do PPS ocupa a vaga)	<b>PT</b>	
Pastor Reinaldo (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	<b>PTB</b>		(Dep. do PPS ocupa a vaga)	<b>PT</b>	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	<b>PL</b>	Paulo Gouvêa		<b>PT</b>	
1 vaga	<b>PPS</b>	Geraldo Thadeu <small>vaga do PTB</small> Roberto Freire		<b>PT</b>	
Leonardo Mattos	<b>PV</b>	Jovino Cândido		<b>PT</b>	
Mário Heringer <small>vaga do PP</small> Pompeo de Mattos <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Secretário(a): Márcio Marques de Araújo Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185 Telefones: 216-6575 FAX: 216-6580	<b>PDT</b>			<b>PT</b>	
<b>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>			<b>COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO</b>		
Presidente: Paulo Delgado (PT) 1º Vice-Presidente: Maria do Rosário (PT) 2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) 3º Vice-Presidente: João Correia (PMDB)			Presidente: Geddel Vieira Lima (PMDB) 1º Vice-Presidente: Eduardo Cunha (PMDB) 2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB) 3º Vice-Presidente: Carlito Merss (PT)		
<b>Titulares</b>			<b>Titulares</b>		
<b>Suplentes</b>			<b>Suplentes</b>		



<p>(Dep. do PT ocupa a vaga)</p> <p><b>PPS</b> 1 vaga</p> <p><b>PSB</b> 1 vaga</p> <p>Luiza Erundina</p> <p>Secretário(a): Ruy dos Santos Siqueira Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122 Telefones: 216-6692 / 6693 FAX: 216-6700</p> <p><b>COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b></p> <p>Presidente: Luciano Castro (PL) 1º Vice-Presidente: Jorge Pinheiro (PL) 2º Vice-Presidente: Paulo Baltazar (PSB) 3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p><b>PT</b></p> <p>César Medeiros João Alfredo Leonardo Monteiro Luciano Zica</p> <p><b>PMDB</b></p> <p>Carlos Willian Maria Lúcia Cardoso (Dep. do PV ocupa a vaga)</p> <p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p> <p>(Dep. do PV ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Antonio Carlos Mendes Thame (Dep. do PV ocupa a vaga)</p> <p><b>PP</b></p> <p>(Dep. S.PART. ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p><b>PTB</b></p> <p>Kelly Moraes Sandro Matos</p> <p><b>PL</b></p> <p>Jorge Pinheiro Luciano Castro</p> <p>Oliveira Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Paulo Marinho <small>vaga do PP</small></p> <p><b>PPS</b></p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p><b>PSB</b></p> <p>Paulo Baltazar <small>vaga do PPS</small></p> <p><b>PV</b></p> <p>Edson Duarte <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Fernando Gabeira <small>vaga do PSDB</small> Sarney Filho <small>vaga do PMDB</small></p> <p><b>PRP</b></p> <p>Renato Cozzolino <small>vaga do PMDB</small></p> <p><b>S.PART.</b></p> <p>Babá <small>vaga do PP</small></p> <p>Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150 Telefones: 216-6521 A 6526 FAX: 216-6535</p> <p><b>COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA</b></p> <p>Presidente: Nícias Ribeiro (PSDB) 1º Vice-Presidente: Paulo Feijó (PSDB) 2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB) 3º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)</p>	<p><b>Titulares</b></p> <p><b>PT</b></p> <p>Eduardo Valverde Fernando Ferro Luiz Bassuma Luiz Sérgio Mauro Passos</p> <p><b>PMDB</b></p> <p>Dr. Heleno Marcello Siqueira Pastor Amarildo Rose de Freitas 1 vaga</p> <p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p> <p>Betinho Rosado <small>vaga do PC do B</small> Gervásio Silva (Dep. do PTB ocupa a vaga) 2 vagas</p> <p><b>PSDB</b></p> <p>Jorge Vi Nícias Ribeiro Paulo Feijó</p> <p><b>PP</b></p> <p>João Pizzolatti João Tota Nelson Meurer Romel Anizio <small>vaga do PDT</small></p> <p><b>PTB</b></p> <p>Airton Roveda <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Marcus Vicente (Dep. S.PART. ocupa a vaga) (Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p> <p><b>PL</b></p> <p>Aracely de Paula José Santana de Vasconcelos Tatico</p> <p><b>PPS</b></p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p><b>PSB</b></p> <p>B. Sá <small>vaga do PPS</small> Renato Casagrande</p> <p><b>PDT</b></p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p><b>PC do B</b></p> <p>(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p> <p><b>S.PART.</b></p> <p>Osmânio Pereira <small>vaga do PTB</small> Salvador Zimbaldi <small>vaga do PTB</small> Secretário(a): Damaci Pires de Miranda Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56 Telefones: 216-6711 / 6713 FAX: 216-6720</p> <p><b>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b></p> <p>Presidente: Aroldo Cedraz (PFL) 1º Vice-Presidente: Jairo Carneiro (PFL) 2º Vice-Presidente: Nilson Mourão (PT) 3º Vice-Presidente: João Castelo (PSDB)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p><b>PT</b></p> <p>André Costa José Dirceu Maninha Nilson Mourão Terezinha Fernandes</p> <p><b>Suplentes</b></p> <p>André Costa Hélio Esteves Ivo José João Magno Vander Loubet</p> <p>Alexandre Santos Deley <small>vaga do PL</small> Edinho Bez Josias Quintal Marinha Raupp Moreira Franco</p> <p>Aroldo Cedraz Gerson Gabrielli Luiz Carlos Santos Pauderney Avelino</p> <p>Capitão Wayne João Almeida Ronaldo Dimas</p> <p>Dilceu Sperafico <small>vaga do PTB</small> Francisco Appio Reginaldo Germano Simão Sessim <small>vaga do PTB</small> Vadão Gomes</p> <p>Edna Macedo (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>Edinho Montemor Maurício Rabelo (Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p>1 vaga</p> <p>1 vaga</p> <p>Jurandir Boia</p> <p>1 vaga</p> <p>Ivan Valente José Eduardo Cardozo Orlando Fantazzini Paulo Delgado Zico Bronzeado</p>
--	--

Edison Andrino Vieira Reis (Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga	<b>PMDB</b>	Edinho Bez Edson Ezequiel Paulo Afonso Takayama (Dep. do PV ocupa a vaga)	<b>PSDB</b>	Capitão Wayne <sup>vaga do PT</sup> Carlos Sampaio João Campos	Bosco Costa Zulaiê Cobra
André de Paula Aroldo Cedraz Francisco Rodrigues Jairo Carneiro	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	Antonio Carlos Magalhães Neto Carlos Melles Robério Nunes <sup>vaga do PTB</sup> Vilmar Rocha (Dep. do PPS ocupa a vaga)	<b>PP</b>	Jair Bolsonaro <sup>vaga do Bloco PFL, PRONA</sup> Lino Rossi Reginaldo Germano	Ricardo Barros (Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Antonio Carlos Pannunzio Itamar Serpa João Castelo	<b>PSDB</b>	Antonio Carlos Mendes Thame Luiz Carlos Haully Paulo Bauer <sup>vaga do PTB</sup> Zulaiê Cobra	<b>PTB</b>	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Luiz Antonio Fleury Pastor Reinaldo
Feu Rosa Vadão Gomes (Dep. do PL ocupa a vaga)	<b>PP</b>	Francisco Dornelles Jair Bolsonaro João Tota	<b>PL</b>	Coronel Alves Wanderval Santos	Almir Sá <sup>vaga do PMDB</sup> Edmar Moreira Neucimar Fraga
Arnon Bezerra Marcondes Gadelha Pastor Frankembergen	<b>PTB</b>	Jackson Barreto (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	<b>PPS</b>	Raul Jungmann	Juíza Denise Frossard
Hamilton Casara João Paulo Gomes da Silva Lincoln Portela Marcos de Jesus <sup>vaga do PP</sup> Medeiros <sup>vaga do PMDB</sup>	<b>PL</b>	Almir Sá Júnior Betão Miguel de Souza	<b>PSB</b>	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Givaldo Carimbão
Dimas Ramalho	<b>PPS</b>	Rogério Teófilo <sup>vaga do Bloco PFL, PRONA</sup> (Dep. do PSB ocupa a vaga)	<b>PDT</b>	Enio Bacci <sup>vaga do PSB</sup> Perpétua Almeida <sup>vaga do PTB</sup>	
André Zacharow	<b>PSB</b>	Júlio Delgado <sup>vaga do PPS</sup> Luiza Erundina	<b>PCdoB</b>		Luciana Genro <sup>vaga do PP</sup>
João Herrmann Neto <sup>vaga do PMDB</sup> Neiva Moreira	<b>PDT</b>	Manato	<b>S.PART.</b>	Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C Telefones: 216-6761 / 6762 FAX: 216-6770	
Renildo Calheiros	<b>PC do B</b>	Perpétua Almeida	<b>COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA</b>		
Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125 Telefones: 216-6739 / 6738 / 6737 FAX: 216-6745	<b>PV</b>	Fernando Gabeira <sup>vaga do PMDB</sup>	Presidente: Dr. Benedito Dias (PP) 1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB) 2º Vice-Presidente: Guilherme Menezes (PT) 3º Vice-Presidente: Almerinda de Carvalho (PMDB)		
<b>COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO</b>			<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	
Presidente: Enio Bacci (PDT) 1º Vice-Presidente: João Campos (PSDB) 2º Vice-Presidente: Alberto Fraga (PFL) 3º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB)			Angela Guadagnin Dr. Rosinha Guilherme Menezes Henrique Fontana Roberto Gouveia 1 vaga	Assis Miguel do Couto Durval Orlato Maninha Nazareno Fonteles <sup>vaga do PL</sup> Selma Schons Telma de Souza (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
<b>Titulares</b>	<b>PT</b>			<b>PMDB</b>	
Paulo Pimenta Paulo Rubem Santiago (Dep. do PSDB ocupa a vaga)		Antonio Carlos Biscaia Luiz Couto Nelson Pellegrino	Almerinda de Carvalho Benjamin Maranhão Darcísio Perondi Jorge Alberto Saraiva Felipe (Licenciado) Teté Bezerra	Lúcia Braga Waldemir Moka (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga) 2 vagas	
Cabo Júlio Gilberto Nascimento Josias Quintal	<b>PMDB</b>	(Dep. do PL ocupa a vaga) 2 vagas			
Alberto Fraga <sup>vaga do PTB</sup> Moroni Torgan (Dep. do PP ocupa a vaga)	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	Laura Carneiro Vic Pires Franco	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
			Laura Carneiro Milton Barbosa Zelinda Novaes (Dep. do PP ocupa a vaga)	Celcita Pinheiro Elimar Máximo Damasceno José Mendonça Bezerra Roberto Brant <sup>vaga do PT</sup> (Dep. do PPS ocupa a vaga)	
			Eduardo Barbosa Rafael Guerra Thelma de Oliveira	<b>PSDB</b>	Eduardo Paes Walter Barelli 1 vaga
			Dr. Benedito Dias José Linhares Nilton Baiano Suely Campos	<b>PP</b>	Pedro Canedo Vanderlei Assis 1 vaga
				<b>PTB</b>	

Antonio Joaquim	Homero Barreto <small>vaga do PMDB</small>	<b>PDT</b>	Alceu Collares
Arnaldo Faria de Sá	Marcondes Gadelha	<b>PCdoB</b>	Alice Portugal <small>vaga do PMDB</small>
Dr. Francisco Gonçalves	Milton Cardias (Dep. S.PART. ocupa a vaga)		
	<b>PL</b>		
Amauri Gasques	Carlos Mota		
Remi Trinta	Jorge Pinheiro (Dep. do PT ocupa a vaga)		
1 vaga			
	<b>PPS</b>		
Geraldo Thadeu	Geraldo Resende <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		
	<b>PSB</b>		
Dr. Ribamar Alves	Jorge Gomes Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>		
	<b>PDT</b>		
Manato	Mário Heringer		
	<b>PC do B</b>		
Jandira Feghali	Jamil Murad		
	<b>PV</b>		
1 vaga	Marcelo Ortiz		
	<b>S.PART.</b>		
	Osmânio Pereira <small>vaga do PTB</small>		
Secretário(a): Gardene Aguiar Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145 Telefones: 216-6787 / 6781 A 6786 FAX: 216-6790			
<b>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</b>			
Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB) 1º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB) 2º Vice-Presidente: Enio Tatiko (PL) 3º Vice-Presidente: Marco Maia (PT)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	<b>PT</b>		
Dra. Clair	Carlos Santana		
Marco Maia	Leonardo Monteiro		
Paulo Pimenta	Maurício Rands		
Tarcísio Zimmermann	Neyde Aparecida		
Vicentinho	Professor Luizinho		
	<b>PMDB</b>		
Henrique Eduardo Alves	Ann Pontes		
Leonardo Picciani	Benjamin Maranhão		
Lúcia Braga	Luiz Bittencourt		
Moraes Souza	Marcelo Barbieri		
Osvaldo Reis	Paulo Lima <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
José Carlos Aleluia	Laura Carneiro		
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)		
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
	<b>PSDB</b>		
Carlos Alberto Leréia	Eduardo Barbosa		
Walter Barelli	Narcio Rodrigues		
1 vaga	1 vaga		
	<b>PP</b>		
Érico Ribeiro	Pedro Corrêa		
Pedro Henry	Ronivon Santiago		
	<b>PTB</b>		
Jovair Arantes	Arnaldo Faria de Sá		
Milton Cardias	Homero Barreto <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Ricarte de Freitas		
	<b>PL</b>		
Enio Tatiko	Sandro Mabel		
Ricardo Rique	1 vaga		
	<b>PPS</b>		
Cláudio Magrão	1 vaga		
	<b>PSB</b>		
Isaías Silvestre	Pastor Francisco Olímpio		
João Fontes			
Daniel Almeida <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			
Vanessa Grazziotin <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			
Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo Local: Anexo II, Sala T 50 Telefones: 216-6805 / 6806 / 6807 FAX: 216-6815			
<b>COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO</b>			
Presidente: Antonio Cambraia (PSDB) 1º Vice-Presidente: André Figueiredo (PDT) 2º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PMDB) 3º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	<b>PT</b>		
Gilmar Machado		Orlando Desconsi	
Ivo José		Simplicio Mário	
Vadinho Baião		1 vaga	
	<b>PMDB</b>		
Alceste Almeida		Edison Andrino <small>vaga do PPS</small>	
Deley		Luiz Bittencourt	
Marcelo Teixeira		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
		(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
Claudio Cajado		Eduardo Sciarra <small>vaga do PMDB</small>	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Fábio Souto	
		José Rocha	
	<b>PSDB</b>		
Alberto Goldman		Jutahy Junior	
Antonio Cambraia		Silvio Torres	
Bismarck Maia <small>vaga do PPS</small>			
	<b>PP</b>		
Márcio Reinaldo Moreira		Ildeu Araujo	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Pedro Henry	
	<b>PTB</b>		
Alex Canziani <small>vaga do PP</small>		José Militão	
Cleuber Carneiro <small>vaga do PL</small>		Jovair Arantes	
José Chaves		Marcus Vicente <small>vaga do PL</small>	
Josué Bengtson		Philemon Rodrigues <small>vaga do PMDB</small>	
Ricarte de Freitas <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			
	<b>PL</b>		
Edinho Montemor		Hamilton Casara	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do PDT</small>	
		(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
	<b>PPS</b>		
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
	<b>PSB</b>		
1 vaga		Dr. Ribamar Alves	
	<b>PDT</b>		
André Figueiredo		(Dep. do PL ocupa a vaga)	
Secretário(a): Iracema Marques Local: Anexo II, Ala A, Sala 5, Térreo Telefones: 216-6831 / 6832 / 6833			
<b>COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES</b>			
Presidente: Mário Assad Júnior (PL) 1º Vice-Presidente: Humberto Michiles (PL) 2º Vice-Presidente: Homero Barreto (PTB) 3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PMDB)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	<b>PT</b>		
Carlos Santana		Carlito Merss	
Devanir Ribeiro		Marco Maia	
Hélio Esteves		Paulo Pimenta	
Telma de Souza		Vitorassi	



(Dep. do PL ocupa a vaga)		Zezéu Ribeiro	Ney Lopes	3 vagas
<b>PMDB</b>			Pauderney Avelino	
Edinho Bez		Marcello Siqueira	Ronaldo Caiado	
Eliseu Padilha		Marcelo Teixeira	<b>PMDB</b>	
Jair de Oliveira		Pedro Chaves	Cezar Schirmer	Bernardo Ariston
Marcelo Castro <small>vaga do PPS</small>		2 vagas	Edson Ezequiel	Moacir Micheletto
Mauro Lopes			Max Rosenmann	2 vagas
Nelson Bornier			Silas Brasileiro (Licenciado)	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>			<b>PSDB</b>	
Eliseu Resende		Claudio Cajado	Alberto Goldman	Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)
Lael Varella		3 vagas	Antonio Carlos Mendes Thame	Luiz Carlos Haully
(Dep. do PL ocupa a vaga)			Antonio Carlos Pannunzio	Nilson Pinto
(Dep. do PL ocupa a vaga)			Yeda Crusius	1 vaga
<b>PSDB</b>			<b>PP</b>	
Afonso Camargo		Narcio Rodrigues	Feu Rosa	Francisco Dornelles
Domiciano Cabral		Paulo Feijó	Francisco Garcia	Leodegar Tiscoski
(Dep. do PV ocupa a vaga)		Silvio Torres	Francisco Turra	Vadão Gomes
<b>PP</b>			<b>PTB</b>	
Francisco Appio		João Tota	Jackson Barreto	Arnaldo Faria de Sá
Leodegar Tiscoski		(Dep. do PL ocupa a vaga)	Roberto Jefferson	Arnon Bezerra
1 vaga		1 vaga		Paes Landim <small>vaga do PFL</small>
<b>PTB</b>			<b>PL</b>	
Ary Kara		Carlos Dunga	João Paulo Gomes da Silva	Humberto Michiles
Homero Barreto		Pedro Fernandes	1 vaga	Paulo Marinho
Philemon Rodrigues		Romeu Queiroz	<b>PSB</b>	
<b>PL</b>			Alexandre Cardoso	Janete Capiberibe
Chico da Princesa <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Aracely de Paula	Luiza Erundina	Renato Casagrande
Giacobo		João Leão	<b>PPS</b>	
Humberto Michiles <small>vaga do PT</small>		Oliveira Filho <small>vaga do PP</small>	Nelson Proença	Fernando Coruja
Mário Assad Júnior		Reinaldo Betão	<b>PDT</b>	
Milton Monti <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			Severiano Alves	Manato
Neucimar Fraga <small>vaga do PC do B</small>			<b>PC do B</b>	
Wellington Roberto			Jamil Murad	Inácio Arruda
<b>PPS</b>			<b>PRONA</b>	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Átila Lins	1 vaga	Elimar Máximo Damasceno
<b>PSB</b>			Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho	
Beto Albuquerque		Gonzaga Patriota	Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
<b>PDT</b>			Telefones: 216-6203 / 6232	
1 vaga		Jurandir Boia	FAX: 216-6225	
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Jandira Feghali	<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROPOR DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS RELATIVAS AO TRATAMENTO A SER DADO AOS ARQUIVOS GOVERNAMENTAIS DADOS COMO CONFIDENCIAIS, RESERVADOS E/OU SECRETOS, BEM COMO PROMOVER A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS E LEGISLAÇÃO EXISTENTES SOBRE O MESMO ASSUNTO.</b>	
<b>PC do B</b>			Presidente: Mário Heringer (PDT)	
<b>PV</b>			1º Vice-Presidente:	
Vittorio Medioli <small>vaga do PSDB</small>			2º Vice-Presidente:	
Secretário(a): Ruy Omar Prudencio da Silva			3º Vice-Presidente:	
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175			Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)	
Telefones: 216-6853 A 6856			<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
FAX: 216-6860				
<b>COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>			Luiz Eduardo Greenhalgh	<b>PT</b>
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A "ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS".</b>			Mauro Benevides	<b>PMDB</b>
Presidente:			Vilmar Rocha	<b>PFL</b>
1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)			Lincoln Portela	<b>PL</b>
2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB)			Vicente Cascione	<b>PTB</b>
3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)			Mário Heringer	<b>PDT</b>
Relator: Maninha (PT)			Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz	
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
<b>PT</b>			Telefones: 216-6201/6232	
José Pimentel		Dra. Clair	FAX: 216-6225	
Maninha		Henrique Fontana		
Paulo Delgado		Ivan Valente		
Rubens Otoni		Luci Choinacki		
Tarcísio Zimmermann		Paulo Pimenta		
1 vaga		1 vaga		
<b>PFL</b>				
Fábio Souto		Robério Nunes		
Marcos Abramo		(Dep. do PTB ocupa a vaga)		

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO DE PROJETOS E AÇÕES COM VISTAS À TRANSPOSIÇÃO E À INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA A REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO.**

Presidente: José Carlos Machado (PFL)  
 1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)  
 2º Vice-Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)  
 3º Vice-Presidente:  
 Relator: Marcondes Gadelha (PTB)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Fátima Bezerra		Zezéu Ribeiro
Fernando Ferro		5 vagas
José Pimentel		
Josias Gomes		
Luiz Couto		
Nazareno Fonteles		
	<b>PFL</b>	
Fernando de Fabinho	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
José Carlos Machado	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
José Rocha		3 vagas
Luiz Carreira		
Oswaldo Coelho		
	<b>PMDB</b>	
Benjamin Maranhão		Aníbal Gomes
Henrique Eduardo Alves	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
Jorge Alberto		2 vagas
Marcelo Castro		
	<b>PSDB</b>	
Antonio Carlos Mendes Thame		Bosco Costa
Átila Lira		Eduardo Barbosa
Helenildo Ribeiro (Licenciado)		Gonzaga Mota
Manoel Salviano		João Castelo
	<b>PP</b>	
Benedito de Lira		Mário Negromonte
Cleonânio Fonseca		Nélio Dias
Enivaldo Ribeiro		1 vaga
	<b>PTB</b>	
Jackson Barreto		Carlos Dunga
Marcondes Gadelha		Paes Landim <sup>vaga do PFL</sup>
		1 vaga
	<b>PL</b>	
Almeida de Jesus		2 vagas
Helena Silva		
	<b>PSB</b>	
B. Sá <sup>vaga do PPS</sup>		Isaías Silvestre
Gonzaga Patriota		Luciano Leitoa <sup>vaga do PDT</sup>
Pastor Francisco Olímpio		Sandra Rosado <sup>vaga do PMDB</sup>
		1 vaga
	<b>PPS</b>	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Colbert Martins
	<b>PDT</b>	
Severiano Alves		João Fontes <sup>vaga do PFL</sup>
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
	<b>PC do B</b>	
Daniel Almeida		1 vaga
	<b>PV</b>	
Edson Duarte		Samery Filho
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6209/6232		
FAX: 216-6225		

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA**

**LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O ÓRGÃO CESSIONÁRIO".**

Presidente: Reinaldo Betão (PL)  
 1º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)  
 2º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)  
 3º Vice-Presidente:  
 Relator: Philemon Rodrigues (PTB)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Eduardo Valverde		Iara Bernardi
Wasny de Roure		5 vagas
Zé Geraldo		
3 vagas		
	<b>PMDB</b>	
Cabo Júlio <sup>vaga do PSC</sup>		Jefferson Campos
Marcelo Castro		4 vagas
Mauro Benevides		
Oswaldo Reis		
Wilson Santiago		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Gervásio Silva		4 vagas
Laura Carneiro		
Milton Barbosa		
Vilmar Rocha		
	<b>PP</b>	
Érico Ribeiro		Leodegar Tiscoski
Mário Negromonte		Vadão Gomes
Pedro Corrêa		1 vaga
	<b>PSDB</b>	
Carlos Alberto Leréia		Itamar Serpa
Nícias Ribeiro		João Campos
Zenaldo Coutinho		1 vaga
	<b>PTB</b>	
Jovair Arantes		José Militão
Nelson Marquezelli		2 vagas
Philemon Rodrigues		
	<b>Bloco PL, PSL</b>	
Júnior Betão		Almeida de Jesus
Reinaldo Betão		Luciano Castro
Ricardo Rique		Medeiros
	<b>PPS</b>	
Geraldo Thadeu		Ivan Paixão
	<b>PSB</b>	
Gonzaga Patriota		Luciano Leitoa
Sandra Rosado <sup>vaga do PMDB</sup>		
	<b>PDT</b>	
Pompeo de Mattos		Alceu Collares
	<b>PC do B</b>	
Sérgio Miranda		1 vaga
	<b>PSC</b>	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PRP ocupa a vaga)	
	<b>PV</b>	
Marcelo Ortiz		1 vaga
	<b>PRP</b>	
		Renato Cozzolino <sup>vaga do PSC</sup>
Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6214/6232		
FAX: 216-6225		

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.**

Presidente: Affonso Camargo (PSDB)  
 1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)

2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT) 3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) Relator: Eduardo Sciarra (PFL)		Henrique Fontana José Pimentel Maurício Rands Neyde Aparecida Walter Pinheiro	Guilherme Menezes Roberto Gouveia Selma Schons Simplicio Mário Terezinha Fernandes
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>		
<b>PT</b>		<b>PMDB</b>	
Chico Alencar José Eduardo Cardozo Paulo Delgado Paulo Rocha Rubens Otoni 1 vaga	Luiz Couto Maria do Carmo Lara 4 vagas	Almerinda de Carvalho Benjamin Maranhão Jorge Alberto Marcelo Barbieri Teté Bezerra	Leandro Vilela 4 vagas
<b>PFL</b>		<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
André de Paula Eduardo Sciarra Jairo Carneiro Mendonça Prado (Licenciado) Nice Lobão Roberto Magalhães <sup>vaga do PTB</sup>	Davi Alcolumbre <sup>vaga do PDT</sup> Fernando de Fabinho Rodrigo Maia Ronaldo Caiado (Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga	Celcita Pinheiro Fernando de Fabinho Luiz Carreira Robério Nunes	4 vagas
<b>PMDB</b>		<b>PSDB</b>	
Cezar Schirmer Eliseu Padilha Henrique Eduardo Alves Jefferson Campos	Marcelo Castro 3 vagas	Domiciano Cabral Rafael Guerra Sebastião Madeira	Eduardo Barbosa João Campos 1 vaga
<b>PSDB</b>		<b>PP</b>	
Affonso Camargo Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Rafael Guerra Vicente Arruda	Antonio Carlos Pannunzio Bonifácio de Andrada Bosco Costa Zenaldo Coutinho	Mário Negromonte Pedro Corrêa Vadão Gomes	Dr. Benedito Dias Érico Ribeiro 1 vaga
<b>PP</b>		<b>PTB</b>	
Enivaldo Ribeiro Pedro Corrêa Romel Anizio	Leodegar Tiscoski Mário Negromonte 1 vaga	Jackson Barreto Pedro Fernandes 1 vaga	Arnaldo Faria de Sá Jovair Arantes 1 vaga
<b>PTB</b>		<b>PL</b>	
Vicente Cascione (Dep. do PFL ocupa a vaga)	Arnaldo Faria de Sá Luiz Antonio Fleury	Ademir Camilo Carlos Mota Júnior Betão	Amauri Gasques Neucimar Fraga Remi Trinta
<b>PL</b>		<b>PPS</b>	
João Paulo Gomes da Silva Lincoln Portela	Carlos Nader <sup>vaga do PFL</sup> Oliveira Filho 1 vaga	Geraldo Resende	Ivan Paixão
<b>PSB</b>		<b>PSB</b>	
Pastor Francisco Olímpio 1 vaga		Dr. Ribamar Alves	Jorge Gomes
<b>PPS</b>		<b>PDT</b>	
Raul Jungmann	Colbert Martins	Mário Heringer	Dr. Rodolfo Pereira
<b>PDT</b>		<b>PC do B</b>	
Manato (Dep. do PFL ocupa a vaga)		Daniel Almeida	1 vaga
<b>PC do B</b>		<b>PV</b>	
Renildo Calheiros 1 vaga		Edson Duarte Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225	Sarney Filho
<b>PV</b>		<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).</b>	
Jovino Cândido Secretário(a): Ana Lucia R. Marques Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A Telefones: 261-6214/6232 FAX: 216-6225	Marcelo Ortiz	Presidente: Laura Carneiro (PFL) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB) Relator: Átila Lira (PSDB)	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 007-A, DE 2003, QUE "ALTERA O INCISO II DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PERMITINDO A CONTRATAÇÃO, PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO".</b>		<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Almerinda de Carvalho (PMDB) 1º Vice-Presidente: Ademir Camilo (PL) 2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL) Relator: Walter Pinheiro (PT)		<b>PT</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	Carlos Abicalil Fátima Bezerra Jorge Boeira Odair Cunha Tarcisio Zimmermann 1 vaga	6 vagas
Fátima Bezerra	Eduardo Valverde	<b>PFL</b>	



Luiz Carlos Santos (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)	3 vagas		
<b>PMDB</b>			
Carlos Willian <sup>vaga do PSB</sup> José Divino Marcelino Fraga Nelson Trad 1 vaga	Ann Pontes Osmar Serraglio 2 vagas		
<b>PSDB</b>			
Carlos Sampaio Nicias Ribeiro Vicente Arruda (Dep. do PPS ocupa a vaga)	Bonifácio de Andrada Helenildo Ribeiro (Licenciado) Zenaldo Coutinho 1 vaga		
<b>PP</b>			
Cleonânio Fonseca Darci Coelho <sup>vaga do PFL</sup> Dilceu Sperafico Ricardo Fiuza Wagner Lago <sup>vaga do PDT</sup>	Antonio Cruz <sup>vaga do PTB</sup> 3 vagas		
<b>PTB</b>			
Luiz Antonio Fleury Vicente Cascione	Paes Landim <sup>vaga do PFL</sup> (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga		
<b>PL</b>			
Edmar Moreira Marcelo Guimarães Filho <sup>vaga do PFL</sup> Mário Assad Júnior	José Santana de Vasconcellos Raimundo Santos		
<b>PSB</b>			
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) 1 vaga	2 vagas		
<b>PPS</b>			
Cezar Silvestri Juíza Denise Frossard <sup>vaga do PSDB</sup>	Dimas Ramalho		
<b>PDT</b>			
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Severiano Alves		
<b>PC do B</b>			
Jamil Murad	1 vaga		
<b>PV</b>			
Sarney Filho Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205 / 6232 FAX: 216-6225	Marcelo Ortiz		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).</b>			
Presidente: Arlindo Chinaglia (PT) 1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL) 2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB) 3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT) Relator: Paes Landim (PTB)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
<b>PT</b>			
Arlindo Chinaglia José Pimentel Luiz Sérgio Professor Luizinho Rubens Otoni 1 vaga	Devanir Ribeiro Fernando Ferro Neyde Aparecida Nilson Mourão Paulo Rocha 1 vaga		
<b>PMDB</b>			
Fernando Diniz Gastão Vieira Jader Barbalho José Borba	Almerinda de Carvalho Aníbal Gomes Pastor Pedro Ribeiro Wilson Santiago		
Nelson Trad Pastor Amarildo <sup>vaga do PTB</sup>			Zé Gerardo
<b>Bloco PFL, PRONA</b>			
Laura Carneiro Moroni Torgan Robério Nunes Vic Pires Franco			Ney Lopes Rodrigo Maia 2 vagas
<b>PP</b>			
Benedito de Lira Leodegar Tiscoski Professor Irapuan Teixeira			Feu Rosa Romel Anizio 1 vaga
<b>PSDB</b>			
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Jutahy Junior Luiz Carlos Haully			Bismarck Maia Bosco Costa Carlos Alberto Leréia
<b>PTB</b>			
José Múcio Monteiro Paes Landim (Dep. do PMDB ocupa a vaga)			Iris Simões Jovair Arantes 1 vaga
<b>Bloco PL, PSL</b>			
Luciano Castro Sandro Mabel 1 vaga			Medeiros Paulo Marinho 1 vaga
<b>PPS</b>			
(Dep. do PDT ocupa a vaga)			Átila Lins
<b>PSB</b>			
Jorge Gomes			1 vaga
<b>PDT</b>			
Álvaro Dias João Herrmann Neto <sup>vaga do PPS</sup>			Mário Heringer
<b>PC do B</b>			
Daniel Almeida			Jamil Murad
<b>PV</b>			
Sarney Filho Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6207/6232 FAX: 216-6225			Jovino Cândido
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 106-A, DE 1999, DO SENHOR LEUR LOMANTO, QUE "SUPRIME O § 7º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (SUPRIMINDO O DISPOSITIVO QUE TORNA INELEGÍVEL, NO TERRITÓRIO DE JURISDIÇÃO DO TITULAR, CÔNJUGE E OS PARENTES CONSANGÜÍNEOS OU AFINS, DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE GOVERNADOR E DE PREFEITO).</b>			
Presidente: Alceu Collares (PDT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: André de Paula (PFL)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
<b>PT</b>			
Chico Alencar Devanir Ribeiro Henrique Afonso José Mentor Paulo Delgado Zico Bronzeado		Ana Guerra Rubens Otoni 4 vagas	
<b>PMDB</b>			
Almerinda de Carvalho Cezar Schirmer Hermes Parcianello Mauro Benevides Mauro Lopes			5 vagas
<b>Bloco PFL, PRONA</b>			
André de Paula Ney Lopes Roberto Magalhães			4 vagas

Vic Pires Franco			Pedro Canedo		Carlos Souza
Bosco Costa	PSDB	Antonio Carlos Pannunzio	Romel Anizio		Sérgio Caiado
Sebastião Madeira		Átila Lira	Zé Lima	PTB	1 vaga
Yeda Crusius		Zenaldo Coutinho	Ricarte de Freitas		2 vagas
Benedito de Lira	PP		Sandro Matos		
Leodegar Tiscoski		3 vagas	Jaime Martins	PL	Hamilton Casara <sup>vaga do PSDB</sup>
Wagner Lago			Maurício Rabelo		Júnior Betão <sup>vaga do PPS</sup>
Arnaldo Faria de Sá	PTB	Paes Landim			Raimundo Santos
Cleuber Carneiro		2 vagas	Janete Capiberibe	PSB	1 vaga
Luiz Antonio Fleury			1 vaga		2 vagas
Almeida de Jesus	PL	Ademir Camilo	Raul Jungmann	PPS	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Badu Picanço		Edinho Montemor		PDT	
Inaldo Leitão		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Dr. Rodolfo Pereira		Enio Bacci
Fernando Coruja	PPS			PC do B	
Janete Capiberibe		1 vaga	Daniel Almeida		1 vaga
Alceu Collares	PSB			PRONA	
Perpétua Almeida		1 vaga	1 vaga		Elimar Máximo Damasceno
Marcelo Ortiz	PDT	Luiz Piauhyllino	Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro		
	PC do B		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
		Jamil Murad	Telefones: 216-6209/6232		
	PV		FAX: 216-6225		
	S.PART.	1 vaga			
		João Mendes de Jesus <sup>vaga do PL</sup>			
Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER</b>		
Local: Anexo II Pavimento Superior - sala 170-A			<b>À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 138, DE</b>		
Telefones: 216.6206			<b>2003, QUE "DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS</b>		
FAX: 216.6225			<b>ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA JUVENTUDE".</b>		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER</b>			Presidente: Júnior Betão (PL)		
<b>À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE</b>			1º Vice-Presidente: Roberto Gouveia (PT)		
<b>1995, DO SR. GERVÁSIO OLIVEIRA, QUE "MODIFICA O</b>			2º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)		
<b>PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,</b>			3º Vice-Presidente: Zonta (PP)		
<b>INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS</b>			Relator: Alice Portugal (PCdoB)		
<b>CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".</b>			<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)				PT	
1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)			André Costa		Carlos Abicalil
2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)			Ivo José		Maurício Rands
3º Vice-Presidente:			Reginaldo Lopes		4 vagas
Relator: Neyde Aparecida (PT)			Roberto Gouveia		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	Selma Schons		
	PT		Vignatti		
Antônio Carlos Biffi		Zezéu Ribeiro	Benjamin Maranhão	PMDB	5 vagas
João Grandão		5 vagas	Leandro Vilela		
Maninha			Marcelino Fraga		
Neyde Aparecida			Marinha Raupp		
Rubens Otoni			Zé Gerardo	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Wasny de Roure			Celcita Pinheiro		4 vagas
	PFL		Clóvis Fecury		
Celcita Pinheiro		Eliseu Resende	Laura Carneiro		
José Roberto Arruda		Lael Varella	1 vaga		
Vilmar Rocha		Ronaldo Caiado		PSDB	Bonifácio de Andrada
2 vagas		2 vagas	Eduardo Barbosa		João Campos
	PMDB		Lobbe Neto		Thelma de Oliveira
Aníbal Gomes		4 vagas	Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	PP	
Fernando Diniz					
Luiz Bittencourt			Sandes Júnior		Ildeu Araujo
Moacir Micheletto			Wagner Lago		Julio Lopes
	PSDB		Zonta		1 vaga
Carlos Alberto Leréia		Átila Lira		PTB	
Professora Raquel Teixeira		João Campos	Carlos Dunga		Marcondes Gadelha
(Licenciado)		(Dep. do PL ocupa a vaga)	Kelly Moraes		2 vagas
Ronaldo Dimas		1 vaga	1 vaga		
Thelma de Oliveira			Júnior Betão	PL	Humberto Michiles
	PP				

Reinaldo Betão (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	PPS	Paulo Gouvêa Welinton Fagundes		Dimas Ramalho	PSB	Ivan Paixão	
Colbert Martins	PSB		1 vaga	Isaías Silvestre	PDT	Pastor Francisco Olímpio	
Luciano Leitoa	PDT	Barbosa Neto		Mário Heringer	PC do B	1 vaga	
André Figueiredo	PC do B	Álvaro Dias		Jamil Murad	PSC	1 vaga	
Alice Portugal	PV		1 vaga	Costa Ferreira	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
Edson Duarte	S.PART.	Jovino Cândido		Edson Duarte	S.PART.	Sarney Filho	
João Mendes de Jesus <sup>vaga do PL</sup>				Salvador Zimbaldi <sup>vaga do PTB</sup>			
Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho				Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro			
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A				Local: Anexo II - Pavimento Superior - s/ 170-A			
Telefones: 216-6203/6232				Telefones: 216.6209			
FAX: 216-6225				FAX: 216.6225			
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 199-A, DE 2003, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "B" E ACRESCENTA ALÍNEA "C" AO INCISO XXIII DO ART. 21, E ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO V DO ART. 177 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA EXCLUIR DO MONOPÓLIO DA UNIÃO A PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RADIOISÓTOPOS DE MEIA-VIDA CURTA, PARA USOS MÉDICOS, AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS".</b></p>				<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 200-A, DE 2003, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, INCORPORANDO OS SERVIDORES DO EXTINTO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA AOS QUADROS DA UNIÃO".</b></p>			
<p>Presidente: Dimas Ramalho (PPS)</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <p>Relator: Kátia Abreu (PFL)</p>				<p>Presidente: Miguel de Souza (PL)</p> <p>1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)</p> <p>2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (PFL)</p> <p>3º Vice-Presidente: Zico Bronzeado (PT)</p> <p>Relator: Agnaldo Muniz (PP)</p>			
<p><b>Titulares</b></p>				<p><b>Titulares</b></p>			
	PT		<b>Suplentes</b>		PT	<b>Suplentes</b>	
Angela Guadagnin		Assis Miguel do Couto		Anselmo		6 vagas	
João Grandão		César Medeiros		Eduardo Valverde			
José Eduardo Cardozo		4 vagas		Fernando Ferro			
Luciano Zica				Hélio Esteves			
Mauro Passos				Zé Geraldo			
Walter Pinheiro				Zico Bronzeado			
	PMDB				PMDB		
Almerinda de Carvalho		Cabo Júlio <sup>vaga do PSC</sup>	5 vagas	Leonardo Picciani		Gervásio Oliveira <sup>vaga do PDT</sup>	
Darcísio Perondi				Marcelo Barbieri		Lupércio Ramos <sup>vaga do PPS</sup>	
Dr. Heleno <sup>vaga do PP</sup>				Marinha Raupp		5 vagas	
Jefferson Campos				Natan Donadon			
Jorge Alberto				Oswaldo Reis			
Nelson Trad					Bloco PFL, PRONA		
	Bloco PFL, PRONA		4 vagas	Davi Alcolumbre		4 vagas	
José Rocha				Francisco Rodrigues			
Kátia Abreu				Kátia Abreu			
Laura Carneiro				Pauderney Avelino			
Ronaldo Caiado					PSDB		
	PP			Antenor Naspolini		3 vagas	
Nelson Meurer		Reginaldo Germano		Carlos Alberto Leréia			
Simão Sessim		Vanderlei Assis	1 vaga	1 vaga			
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)					PP		
	PSDB			Agnaldo Muniz		Celso Russomanno	
Nilson Pinto		Carlos Alberto Leréia		Darci Coelho		Ricardo Fiuzza	
Walter Feldman (Licenciado)		Julio Semeghini		Pedro Corrêa		1 vaga	
1 vaga		Narcio Rodrigues			PTB		
	PTB			Eduardo Seabra		Homero Barreto	
Iris Simões			3 vagas	Josué Bengtson <sup>vaga do PV</sup>		Pedro Fernandes	
Romeu Queiroz				Pastor Frankembergen		Philemon Rodrigues	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)				1 vaga			
	Bloco PL, PSL				PL		
Luciano Castro		Almir Sá		Coronel Alves		Carlos Mota	
Mário Assad Júnior		Ricardo Rique		Hamilton Casara		Inaldo Leitão	
Remi Trinta		1 vaga		Miguel de Souza		Luciano Castro	
	PPS				PPS		
				Maria Helena	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
				Gonzaga Patriota	PSB		
					PDT	Luciano Leitoa	

Dr. Rodolfo Pereira Perpétua Almeida (Dep. do PTB ocupa a vaga) Secretário(a): Fátima Moreira Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 216.6216 FAX: 216.6225	(Dep. do PMDB ocupa a vaga) <b>PC do B</b> <b>PV</b>	1 vaga 1 vaga	Jamil Murad Marcelo Ortiz Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6201/6232 FAX: 216-6225	<b>PC do B</b> <b>PV</b>	1 vaga 1 vaga
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA O § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE DISPÕE SOBRE OS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS" (POSSIBILITANDO AOS MILITARES DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGO DE PROFESSOR, CARGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO OU DE CARGO PRIVATIVO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE).</b>			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>		
Presidente: Jorge Alberto (PMDB) 1º Vice-Presidente: Josias Quintal (PMDB) 2º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL) 3º Vice-Presidente: Jurandir Boia (PDT) Relator: Odair Cunha (PT)			Presidente: Mussa Demes (PFL) 1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL) 2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB) 3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB) Relator: Virgílio Guimarães (PT)		
<b>Titulares</b>			<b>Titulares</b>		
<b>PT</b>			<b>PT</b>		
Antonio Carlos Biscaia José Eduardo Cardozo Maninha Maria do Carmo Lara Odair Cunha 1 vaga	<b>Suplentes</b>		Carlito Merss Jorge Bittar José Mentor Paulo Bernardo (Licenciado) Virgílio Guimarães Walter Pinheiro Zezéu Ribeiro	<b>Suplentes</b>	
<b>PMDB</b>			<b>PFL</b>		
Gilberto Nascimento João Correia Jorge Alberto Josias Quintal Mendes Ribeiro Filho	Darcísio Perondi Gervásio Oliveira <sup>vaga do PDT</sup>	4 vagas	Antonio Carlos Magalhães Neto Gerson Gabrielli José Roberto Arruda Mussa Demes Pauderney Avelino Vic Pires Franco	Abelardo Lupion Eduardo Sciarra Eliseu Resende José Carlos Machado Luiz Carreira (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
<b>Bloco PFL, PRONA</b>			<b>PMDB</b>		
Abelardo Lupion Alberto Fraga <sup>vaga do PTB</sup> Onyx Lorenzoni Ronaldo Caiado 1 vaga	<b>Suplentes</b>		Eduardo Cunha Henrique Eduardo Alves Lupércio Ramos <sup>vaga do PPS</sup> Osmar Serraglio Pedro Chaves Pedro Novais	Ann Pontes Benjamin Maranhão José Priante Luiz Bittencourt Wilson Santiago	
<b>PSDB</b>			<b>PSDB</b>		
Bismarck Maia Carlos Alberto Leréia Luiz Carlos Haully	Carlos Sampaio João Campos Vicente Arruda	4 vagas	Antonio Cambraia Julio Semeghini Luiz Carlos Haully Walter Feldman (Licenciado) Zenaldo Coutinho	Anivaldo Vale Antonio Carlos Mendes Thame Gonzaga Mota Paulo Bauer <sup>vaga do PFL</sup> Ronaldo Dimas Yeda Crusius	
<b>PP</b>			<b>PP</b>		
Agnaldo Muniz Wagner Lago 1 vaga	Darci Coelho Ildeu Araujo	1 vaga	Delfim Netto Francisco Dornelles Romel Anizio	Enivaldo Ribeiro Feu Rosa Professor Irapuan Teixeira	
<b>PTB</b>			<b>PTB</b>		
Dr. Francisco Gonçalves Pastor Reinaldo (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Milton Cardias	2 vagas	Armando Monteiro José Militão Philemon Rodrigues	Jackson Barreto Pedro Fernandes Vicente Cascione	
<b>PL</b>			<b>PL</b>		
Coronel Alves Jorge Pinheiro Ricardo Rique	Luciano Castro Paulo Marinho Remi Trinta	1 vaga	Miguel de Souza Raimundo Santos Sandro Mabel	Carlos Rodrigues Humberto Michiles Jaime Martins	
<b>PPS</b>			<b>PSB</b>		
Colbert Martins (Dep. do PDT ocupa a vaga)	Givaldo Carimbão	1 vaga	Beto Albuquerque Renato Casagrande	Barbosa Neto Gonzaga Patriota	
<b>PDT</b>			<b>PPS</b>		
Álvaro Dias Jurandir Boia <sup>vaga do PSB</sup>	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
<b>PDT</b>			<b>PDT</b>		
<b>PC do B</b>			<b>PC do B</b>		
Manato			Manato		
Sérgio Miranda			Sérgio Miranda		
Dr. Rodolfo Pereira João Herrmann Neto <sup>vaga do PPS</sup>			Dr. Rodolfo Pereira João Herrmann Neto <sup>vaga do PPS</sup>		
Daniel Almeida			Daniel Almeida		



<p><b>PRONA</b> Enéas Secretário(a): Angélica Fialho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218 / 6232 FAX: 216-6225</p>	<p>1 vaga Secretário(a): -</p>	<p>1 vaga</p>
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".</b></p>	<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 334-A, DE 1996, "QUE VEDA A NOMEAÇÃO DE PARENTES DE AUTORIDADES PARA CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA".</b></p>	
<p>Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:</p>	<p>Presidente: Manato (PDT) 1º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB) 2º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB) 3º Vice-Presidente: Raul Jungmann (PPS) Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)</p>	
<p><b>Titulares</b></p>	<p><b>Titulares</b></p>	<p><b>Suplentes</b></p>
<p><b>PT</b> Leonardo Monteiro Maninha Nilson Mourão Orlando Fantazzini Paulo Delgado Zé Geraldo <small>vaga do PMDB</small> 1 vaga</p>	<p><b>PT</b> Antonio Carlos Biscaia José Eduardo Cardozo Luiz Couto Orlando Fantazzini Rubens Otoni Walter Pinheiro</p>	<p>Ana Guerra Luiz Bassuma Vadinho Baião 3 vagas</p>
<p><b>PMDB</b> Fernando Lopes João Correia Vieira Reis Wilson Santiago (Dep. do PT ocupa a vaga)</p>	<p><b>PMDB</b> Cezar Schirmer Mauro Benevides Wilson Cignachi 2 vagas</p>	<p>5 vagas</p>
<p><b>Bloco PFL, PRONA</b> Francisco Rodrigues Murilo Zauith Vilmar Rocha (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)</p>	<p><b>Bloco PFL, PRONA</b> André de Paula Antonio Carlos Magalhães Neto José Roberto Arruda Onyx Lorenzoni</p>	<p>4 vagas</p>
<p><b>PP</b> Feu Rosa Ivan Ranzolin 1 vaga</p>	<p><b>PSDB</b> Yeda Crusius Zenaldo Coutinho Zulaiê Cobra</p>	<p>3 vagas</p>
<p><b>PSDB</b> Bosco Costa Helenildo Ribeiro (Licenciado) João Castelo</p>	<p><b>PP</b> Benedito de Lira Ibrahim Abi-ackel Wagner Lago</p>	<p>3 vagas</p>
<p><b>PTB</b> Arnon Bezerra Jackson Barreto 1 vaga</p>	<p><b>PTB</b> Arnaldo Faria de Sá Jackson Barreto Marcondes Gadelha</p>	<p>Iberê Ferreira Iris Simões Nelson Marquezelli</p>
<p><b>Bloco PL, PSL</b> Almeida de Jesus Carlos Mota João Carlos Bacelar <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> João Paulo Gomes da Silva</p>	<p><b>PL</b> Carlos Mota Edinho Montemor Medeiros</p>	<p>Almeida de Jesus Coronel Alves Lincoln Portela</p>
<p><b>PPS</b> (Dep. do PDT ocupa a vaga)</p>	<p><b>PPS</b> Raul Jungmann</p>	<p>Colbert Martins</p>
<p><b>PSB</b> Alexandre Cardoso</p>	<p><b>PSB</b> Isaías Silvestre</p>	<p>Jorge Gomes</p>
<p><b>PDT</b> João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small> Severiano Alves</p>	<p><b>PDT</b> Manato</p>	<p>Luiz Piauhyllino</p>
<p><b>PC do B</b> Jamil Murad</p>	<p><b>PC do B</b> Perpétua Almeida</p>	<p>Daniel Almeida</p>
<p><b>PSC</b> Zequinha Marinho</p>	<p><b>PV</b> Sarney Filho Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6201/6232 FAX: 216-6225</p>	<p>Jovino Cândido</p>
	<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 347-A, DE 1996, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUINDO O DISPOSITIVO QUE PROÍBE A INTERRUPTÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA SEM APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL).</b></p>	
	<p>Presidente: Orlando Desconsi (PT) 1º Vice-Presidente:</p>	

2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Isaías Silvestre (PSB)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	<b>PT</b>		<b>PT</b>
Antonio Carlos Biscaia		Mauro Passos	6 vagas
Chico Alencar		5 vagas	
Gilmar Machado			
Orlando Desconsi			
Selma Schons			
Walter Pinheiro			
	<b>PFL</b>		<b>PMDB</b>
Corauci Sobrinho		Laura Carneiro	5 vagas
Dr. Pinotti (Licenciado)		(Dep. do PL ocupa a vaga)	
Milton Barbosa		3 vagas	
Vilmar Rocha			
1 vaga			
	<b>PMDB</b>		<b>Bloco PFL, PRONA</b>
Almerinda de Carvalho		Alceste Almeida	
Edson Ezequiel		João Correia	Eduardo Sciarra
Nelson Bornier		Lupércio Ramos <sup>vaga do PPS</sup>	Onyx Lorenzoni
Pedro Chaves		2 vagas	2 vagas
	<b>PSDB</b>		<b>PP</b>
Alberto Goldman		Átila Lira	Enivaldo Ribeiro
Nicias Ribeiro		Helenildo Ribeiro (Licenciado)	Márcio Reinaldo Moreira
Ronaldo Dimas		Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	1 vaga
1 vaga		1 vaga	
	<b>PP</b>		<b>PSDB</b>
Cleonânicio Fonseca		3 vagas	Antonio Carlos Pannunzio
Márcio Reinaldo Moreira			Átila Lira
Roberto Balestra (Licenciado)			Bonifácio de Andrada
2 vagas			<b>PTB</b>
	<b>PTB</b>		Luiz Antonio Fleury
Carlos Rodrigues		Milton Cardias	Jovair Arantes
Wellington Roberto		Pastor Reinaldo	2 vagas
	<b>PL</b>		<b>Bloco PL, PSL</b>
André Zacharow <sup>vaga do PDT</sup>			Almir Sá
Isaías Silvestre			Carlos Rodrigues
Pastor Francisco Olímpio			João Paulo Gomes da Silva
1 vaga			
(Dep. do PSB ocupa a vaga)			<b>PPS</b>
	<b>PSB</b>		Juíza Denise Frossard <sup>vaga do PSDB</sup>
Jamil Murad			Dimas Ramalho
Elimar Máximo Damasceno			<b>PSB</b>
Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas			Alexandre Cardoso
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			<b>PDT</b>
Telefones: 216-6212 / 6232			1 vaga
FAX: 216-6225			<b>PC do B</b>
	<b>PPS</b>		Renildo Calheiros
	<b>PDT</b>		<b>PSC</b>
	<b>PC do B</b>		Costa Ferreira
	<b>PRONA</b>		<b>PV</b>
			Marcelo Ortiz
			Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho
			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
			Telefones: 216-6203/6232
			FAX: 216-6225
			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.</b>
			Presidente: Jamil Murad (PCdoB)
			1º Vice-Presidente:
			2º Vice-Presidente:
			3º Vice-Presidente:
			Relator: Mário Heringer (PDT)
			<b>Titulares</b>
			<b>Suplentes</b>
			<b>PT</b>
			Angela Guadagnin
			Jorge Boeira
			Maria do Rosário
			Selma Schons
			Tarcísio Zimmermann
			Telma de Souza
			6 vagas

<p>André de Paula Fábio Souto Jairo Carneiro Laura Carneiro Mendonça Prado (Licenciado)</p>	<p><b>PFL</b> 5 vagas</p>	<p>Marcos Abramo Ronaldo Caiado 1 vaga</p>	<p>Fernando de Fabinho Milton Barbosa (Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do PSC ocupa a vaga)</p>
<p>Cezar Schirmer Gilberto Nascimento Marcelo Castro Max Rosenmann Paulo Afonso</p>	<p><b>PMDB</b> João Correia Osvaldo Reis (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga</p>	<p>Almerinda de Carvalho Asdrubal Bentes Bernardo Ariston Teté Bezerra</p>	<p><b>PMDB</b> Pastor Amarildo (Dep. do PSB ocupa a vaga) 3 vagas</p>
<p>Antonio Cambráia Eduardo Barbosa Thelma de Oliveira Yeda Crusius</p>	<p><b>PSDB</b> Carlos Alberto Leréia Rafael Guerra Walter Feldman (Licenciado) (Dep. do PPS ocupa a vaga)</p>	<p>Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Anivaldo Vale Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro (Licenciado)</p>	<p><b>PSDB</b> Bosco Costa João Almeida Júlio Redecker Léo Alcântara</p>
<p>Benedito de Lira José Linhares Suely Campos</p>	<p><b>PP</b> Zonta 2 vagas</p>	<p>Wagner Lago Zé Lima 1 vaga</p>	<p><b>PP</b> Cleonânicio Fonseca Enivaldo Ribeiro Ivan Ranzolin</p>
<p>Kelly Moraes Marcondes Gadelha</p>	<p><b>PTB</b> Arnaldo Faria de Sá 1 vaga</p>	<p>Homero Barreto Josué Bengtson</p>	<p><b>PTB</b> Pastor Reinaldo (Dep. do PFL ocupa a vaga)</p>
<p>Almeida de Jesus Oliveira Filho</p>	<p><b>PL</b> Marcos de Jesus Wanderval Santos</p>	<p>Medeiros 1 vaga</p>	<p><b>PL</b> José Carlos Araújo Luciano Castro (Dep. do PMDB ocupa a vaga) 1 vaga</p>
<p>Luiza Erundina (Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p>	<p><b>PSB</b> André Zacharow Sandra Rosado 2 vagas</p>	<p>Isaías Silvestre Luiza Erundina</p>	<p><b>PSB</b> Sandra Rosado (Dep. do PT ocupa a vaga) 1 vaga</p>
<p>1 vaga</p>	<p><b>PPS</b> Geraldo Resende Juíza Denise Frossard (Dep. do PSB ocupa a vaga)</p>	<p>Colbert Martins 1 vaga</p>	<p><b>PPS</b> Geraldo Resende Dr. Rodolfo Pereira</p>
<p>Mário Heringer</p>	<p><b>PDT</b> (Dep. do PSB ocupa a vaga)</p>	<p>Daniel Almeida</p>	<p><b>PDT</b> Jamil Murad</p>
<p>Jamil Murad</p>	<p><b>PC do B</b> Alice Portugal</p>	<p>Marcelo Ortiz</p>	<p><b>PC do B</b> 1 vaga</p>
<p>Elimar Máximo Damasceno Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218 / 6232 FAX: 216-6225</p>	<p><b>PRONA</b> 1 vaga</p>	<p>Secretário(a): Eveline de Carvalho Almintá Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A Telefones: 216.6211 FAX: 216.6225</p>	<p><b>PV</b> Zequinha Marinho (Dep. do PFL ocupa a vaga)</p>
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).</b></p>		<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC 524-A, DE 2002, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, A FIM DE INSTITUIR O FUNDO PARA A REVITALIZAÇÃO HIDROAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO".</b></p>	
<p>Presidente: Isaías Silvestre (PSB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB) 3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB) Relator: Tarcísio Zimmermann (PT)</p>		<p>Presidente: Fernando de Fabinho (PFL) 1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL) 2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB) Relator: Fernando Ferro (PT)</p>	
<p><b>Titulares</b></p>	<p><b>Suplentes</b></p>	<p><b>Titulares</b></p>	<p><b>Suplentes</b></p>
<p>Antonio Carlos Biscaia Dra. Clair Leonardo Monteiro Neyde Aparecida Paulo Rocha Tarcísio Zimmermann</p>	<p><b>PT</b> Chico Alencar Eduardo Valverde João Grandão Jorge Boeira Orlando Fantazzini Zé Geraldo 1 vaga</p>	<p>Fernando Ferro José Pimentel Luiz Bassuma Virgílio Guimarães Walter Pinheiro Zezéu Ribeiro</p>	<p><b>PT</b> Josias Gomes 5 vagas</p>
<p>Francisco Rodrigues Kátia Abreu</p>	<p><b>PFL</b> Abelardo Lupion Alberto Fraga</p>	<p>Fernando de Fabinho José Carlos Machado José Rocha Luiz Carreira</p>	<p><b>PFL</b> Júlio Cesar (Dep. do PL ocupa a vaga) 3 vagas</p>

Oswaldo Coelho	<b>PMDB</b>		Zenaldo Coutinho	Helenildo Ribeiro (Licenciado)
Jorge Alberto		4 vagas	Zulaiê Cobra	Vicente Arruda
Mauro Lopes			(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
Olavo Calheiros			<b>PP</b>	
Wilson Santiago	<b>PSDB</b>		Francisco Garcia	Érico Ribeiro
Gonzaga Mota		Antonio Cambraia	Nelson Meurer	Julio Lopes
Helenildo Ribeiro (Licenciado)		Narcio Rodrigues	1 vaga	Leodegar Tiscoski
João Almeida		Vicente Arruda	<b>PTB</b>	
1 vaga	<b>PP</b>	Walter Feldman (Licenciado)	Arnaldo Faria de Sá	Ricardo Izar
Cleonânncio Fonseca			(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Romeu Queiroz
Márcio Reinaldo Moreira			<b>PL</b>	
Mário Negromonte	<b>PTB</b>		Coronel Alves	Humberto Michiles
Jackson Barreto		Jonival Lucas Junior	Edmar Moreira	José Carlos Araújo <sup>vaga do PFL</sup>
Marcondes Gadelha		1 vaga		Maurício Rabelo
	<b>PL</b>		<b>PSB</b>	
Heleno Silva		João Leão	Givaldo Carimbão	2 vagas
Jaime Martins		José Carlos Araújo <sup>vaga do PFL</sup>	Gonzaga Patriota	
	<b>PSB</b>		<b>PPS</b>	
Givaldo Carimbão			Geraldo Resende	Dimas Ramalho
Gonzaga Patriota			Juíza Denise Frossard <sup>vaga do PSDB</sup>	
Raul Jungmann	<b>PPS</b>	Colbert Martins	<b>PDT</b>	
Mário Heringer		Severiano Alves	Pompeo de Mattos	Mário Heringer
Daniel Almeida	<b>PC do B</b>		Perpétua Almeida	1 vaga
1 vaga			<b>PV</b>	
Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar	<b>PRONA</b>		Jovino Cândido	Leonardo Mattos
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz	
Telefones: 216-6218/6232			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
FAX: 216-6225			Telefones: 216-6201 / 6232	
			FAX: 216-6225	
			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E</b>	
			<b>PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À</b>	
			<b>CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS</b>	
			<b>TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª</b>	
			<b>REGIÕES".</b>	
			Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB)	
			1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)	
			2º Vice-Presidente:	
			3º Vice-Presidente:	
			Relator: Eduardo Sciarra (PFL)	
			<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>		Dra. Clair	Orlando Fantazzini
Antonio Carlos Biscaia		Durval Orlato	Eduardo Valverde	5 vagas
Devanir Ribeiro		José Mentor	Gilmar Machado	
Eduardo Valverde		Odair Cunha	Guilherme Menezes	
Iara Bernardi		Patrus Ananias (Licenciado)	Iriny Lopes	
Paulo Rubem Santiago		2 vagas	João Magno	
1 vaga	<b>PFL</b>		<b>PFL</b>	
Alberto Fraga <sup>vaga do PTB</sup>		Abelardo Lupion	Coriolano Sales	Murilo Zauith
César Bandeira		(Dep. do PL ocupa a vaga)	Eduardo Sciarra	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Coriolano Sales			Fábio Souto	3 vagas
Dr. Pinotti (Licenciado)			Fernando de Fabinho	
Félix Mendonça			1 vaga	
Paulo Magalhães	<b>PMDB</b>		<b>PMDB</b>	
Benjamin Maranhão		Edison Andrino	Carlos Willian <sup>vaga do PSB</sup>	4 vagas
Cezar Schirmer		Osmar Serraglio	Mauro Lopes	
Gilberto Nascimento		Silas Brasileiro (Licenciado)	Rose de Freitas <sup>vaga do PSDB</sup>	
Mauro Lopes		1 vaga	Wilson Santiago	
	<b>PSDB</b>		Zé Gerardo	
João Campos		Bosco Costa	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
			<b>PSDB</b>	
			Custódio Mattos	Afonso Camargo
			Gustavo Fruet <sup>vaga do PMDB</sup>	Narcio Rodrigues
			João Almeida	Sebastião Madeira
			Luiz Carlos Haully	1 vaga
			(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
			<b>PP</b>	
			Dilceu Sperafico	Darci Coelho <sup>vaga do PFL</sup>

Herculano Anghinetti (Licenciado) 1 vaga	Mário Negromonte 2 vagas	Fernando Coruja	PPS	Átila Lins
Iris Simões José Militão	2 vagas	Alexandre Cardoso	PSB	Luiza Erundina
Mário Assad Júnior Oliveira Filho	Carlos Mota Chico da Princesa	Alceu Collares	PDT	Luiz Piauhyllino
André Zacharow <sup>vaga do PDT</sup> Pastor Francisco Olímpio (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas	Sérgio Miranda	PC do B	1 vaga
Geraldo Thadeu (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Cezar Silvestri	Jovino Cândido	PV	1 vaga
Jamil Murad	Mário Heringer	Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6214/6232 FAX: 216-6225		
Leonardo Mattos Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6212 / 6232 FAX: 216-6225	Sarney Filho	<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.144, DE 2003, DA SENHORA MARIA DO CARMO LARA, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, DEFINE DIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 548-A, DE 2002, DO SENADO FEDERAL, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO ART. 17 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISCIPLINAR AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS".</b>				
Presidente: Benedito de Lira (PP) 1º Vice-Presidente: Darci Coelho (PP) 2º Vice-Presidente: Odair Cunha (PT) 3º Vice-Presidente: Natan Donadon (PMDB) Relator: Pauderney Avelino (PFL)				
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>		
César Medeiros Maurício Rands Nelson Pellegrino Odair Cunha Vitorassi 1 vaga	Luiz Bassuma Luiz Couto Rubens Otoni Simplicio Mário 2 vagas	Iara Bernardi Maria do Carmo Lara Orlando Desconsi Simplicio Mário Terezinha Fernandes Zezéu Ribeiro	PT	Dr. Rosinha Mauro Passos Paulo Rubem Santiago Walter Pinheiro 2 vagas
<b>PMDB</b>		<b>PMDB</b>		
Henrique Eduardo Alves Mauro Benevides Mendes Ribeiro Filho Natan Donadon Olavo Calheiros	Eduardo Cunha 4 vagas	Alexandre Santos Marinha Raupp Moreira Franco Teté Bezerra Zé Gerardo		Olavo Calheiros (Dep. do PRP ocupa a vaga) 3 vagas
<b>Bloco PFL, PRONA</b>		<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
Betinho Rosado Pauderney Avelino Robério Nunes Vic Pires Franco	Antonio Carlos Magalhães Neto Eduardo Sciarra Murilo Zauith Rodrigo Maia	Betinho Rosado José Carlos Machado Oswaldo Coelho Paulo Magalhães		Gervásio Silva (Dep. do PPS ocupa a vaga) 2 vagas
<b>PSDB</b>		<b>PSDB</b>		
Antonio Carlos Pannunzio Custódio Mattos João Almeida	3 vagas	Antonio Carlos Mendes Thame Julio Semeghini Rafael Guerra		Antonio Carlos Pannunzio Domiciano Cabral Eduardo Barbosa
<b>PP</b>		<b>PP</b>		
Benedito de Lira Darci Coelho Ibrahim Abi-ackel	Pedro Canedo 2 vagas	Julio Lopes Vanderlei Assis Zé Lima		Ildeu Araujo Romei Anizio Vadão Gomes
<b>PTB</b>		<b>PTB</b>		
Iris Simões Luiz Antonio Fleury Pastor Reinaldo	Arnaldo Faria de Sá Edna Macedo Paes Landim	Jackson Barreto Nelson Marquezelli Pedro Fernandes		3 vagas
<b>PL</b>		<b>PL</b>		
Carlos Rodrigues Inaldo Leitão Sandro Mabel	Ademir Camilo Edmar Moreira Miguel de Souza	Jorge Pinheiro Paulo Marinho Sandro Mabel		Heleno Silva 2 vagas
		<b>PPS</b>		
		Colbert Martins		
		Geraldo Resende <sup>vaga do Bloco PFL, PRONA</sup> Rogério Teófilo		
		<b>PSB</b>		
		Paulo Baltazar		
		<b>PDT</b>		
		Jurandir Boia		
		André Figueiredo		

Inácio Arruda	<b>PC do B</b>	1 vaga	Renato Cozzolino <small>vaga do PFL</small>
Fernando Gabeira	<b>PV</b>	Edson Duarte	
	<b>PRP</b>	Renato Cozzolino <small>vaga do PMDB</small>	
Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>			
Presidente: Sandra Rosado (PSB) 1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PTB)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	<b>PT</b>		
Iara Bernardi		Iriny Lopes	
Luci Choinacki		Maninha	
Maria do Rosário		4 vagas	
Selma Schons			
Telma de Souza			
1 vaga			
	<b>PFL</b>		
Celcita Pinheiro		(Dep. do PRP ocupa a vaga)	
Kátia Abreu		4 vagas	
Laura Carneiro			
Nice Lobão			
Zelinda Novaes			
	<b>PMDB</b>		
Almerinda de Carvalho		Benjamin Maranhão	
Ann Pontes		Lúcia Braga	
Marinha Raupp		Teté Bezerra	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		1 vaga	
	<b>PSDB</b>		
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)		Eduardo Barbosa	
Thelma de Oliveira		Ronaldo Dimas	
Yeda Crusius		Sebastião Madeira	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Zulaiê Cobra	
	<b>PP</b>		
Benedito de Lira		Celso Russomanno	
Cleonâncio Fonseca		2 vagas	
Suely Campos			
	<b>PTB</b>		
Dr. Francisco Gonçalves		Kelly Moraes	
Elaine Costa		1 vaga	
	<b>PL</b>		
Maurício Rabelo		Carlos Mota	
Oliveira Filho		Marcos de Jesus	
	<b>PSB</b>		
Janete Capiberibe		2 vagas	
Luiza Erundina			
Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>			
	<b>PPS</b>		
Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>		Geraldo Thadeu	
Maria Helena			
	<b>PDT</b>		
Alceu Collares		Álvaro Dias	
	<b>PC do B</b>		
Alice Portugal		Jandira Feghali	
	<b>PV</b>		
Fernando Gabeira		Leonardo Mattos	
	<b>PRP</b>		
Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225			
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>			
Presidente: 1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL) 2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) 3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL) Relator: Sérgio Miranda (PCdoB)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
	<b>PT</b>		
João Grandão		6 vagas	
José Pimentel			
Paulo Bernardo (Licenciado)			
Paulo Rubem Santiago			
Vander Loubet			
1 vaga			
	<b>PMDB</b>		
Carlos Willian <small>vaga do PSC</small>		5 vagas	
Eliseu Padilha			
Marcelino Fraga			
Max Rosenmann			
Nelson Trad			
Zé Gerardo			
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
Abelardo Lupion		Eduardo Sciarra	
Corauci Sobrinho		Pauderney Avelino	
Mussa Demes		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
1 vaga		1 vaga	
	<b>PP</b>		
Pedro Corrêa		3 vagas	
Ricardo Barros			
Zonta			
	<b>PSDB</b>		
João Almeida		Julio Semeghini	
Léo Alcântara		Luiz Carlos Haully	
1 vaga		Paulo Bauer <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	
		Walter Feldman (Licenciado)	
	<b>PTB</b>		
Elaine Costa		Dr. Francisco Gonçalves	
José Militão		José Chaves	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		1 vaga	
	<b>Bloco PL, PSL</b>		
Enio Tatico <small>vaga do PTB</small>		Edmar Moreira	
José Santana de Vasconcellos		João Leão	
Miguel de Souza		1 vaga	
Milton Monti			
	<b>PPS</b>		
Átila Lins		Geraldo Thadeu	
	<b>PSB</b>		
Gonzaga Patriota		1 vaga	
	<b>PDT</b>		
Mário Heringer		1 vaga	
	<b>PC do B</b>		
Sérgio Miranda		Vanessa Grazziotin	
	<b>PSC</b>		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Zequinha Marinho	
	<b>PV</b>		
Marcelo Ortiz		Edson Duarte	
Secretário(a): Carla Medeiros Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			

Telefones: 216-6207/6232  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER  
AO PROJETO DE LEI 2.316, DE 2003, QUE "ESTABELECE O  
CÓDIGO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

**Titulares**

**Suplentes**

	PT	
Dra. Clair		Paulo Rubem Santiago
Eduardo Valverde		5 vagas
Hélio Esteves		
Luciano Zica		
Luiz Alberto		
Luiz Bassuma		

	PMDB	
Deley <small>vaga do PV</small>		Alexandre Santos
Eliseu Padilha		Eduardo Cunha
João Magalhães		Max Rosenmann
Josias Quintal		Nelson Bornier
Wladimir Costa		Paulo Lima

	Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado		Chico Sardelli
Carlos Melles		Claudio Cajado
Eduardo Sciarra		Fernando de Fabinho
Gervásio Silva		(Dep. do PL ocupa a vaga)

	PSDB	
Bismarck Maia		Antonio Cambraia
Carlos Sampaio		Helenildo Ribeiro (Licenciado)
Paulo Feijó		Nicias Ribeiro

	PP	
João Pizzolatti		Celso Russomanno
Nélio Dias		Feu Rosa
Simão Sessim		1 vaga

	PTB	
Iris Simões		Alex Canziani
Marcus Vicente		Ricardo Izar
Sandro Matos		1 vaga

	PL	
Jaime Martins		Aracely de Paula
José Santana de Vasconcellos		Jorge Pinheiro
Wellington Roberto		José Carlos Araújo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>
		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

	PPS	
1 vaga		Dimas Ramalho

	PSB	
Beto Albuquerque		Pastor Francisco Olímpio

	PDT	
Mário Heringer		1 vaga

	PC do B	
Daniel Almeida		1 vaga

	PV	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		1 vaga

	PRP	
Renato Cozzolino <small>vaga do PMDB</small>		

	S.PART.	
		João Mendes de Jesus <small>vaga do PL</small>

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares  
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
Telefones: 216-6207/6232  
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER  
AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE  
SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS  
ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

**Titulares**

**PT**

**Suplentes**

André Costa		César Medeiros
João Grandão		5 vagas
José Pimentel		
Maninha		
Rubens Otoni		
1 vaga		

	PMDB	
Alceste Almeida		5 vagas
Carlos Eduardo Cadoca		
Marcelo Teixeira		
Pedro Chaves		
1 vaga		

	Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto		4 vagas
Ney Lopes		
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		
1 vaga		

	PP	
Dr. Benedito Dias		Francisco Garcia
João Pizzolatti		João Tota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
1 vaga		2 vagas

	PSDB	
Bismarck Maia		Eduardo Paes
Carlos Alberto Leréia		Luiz Carlos Haully
Domiciano Cabral		Professora Raquel Teixeira (Licenciado)

	PTB	
Alex Canziani		Arnon Bezerra
José Militão		Jovair Arantes
Josué Bengtson		Marcus Vicente

	Bloco PL, PSL	
Chico da Princesa		(Dep. do PP ocupa a vaga)
Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		2 vagas

Reinaldo Betão		
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		

	PPS	
Geraldo Thadeu		Nelson Proença

	PSB	
Isaías Silvestre		Barbosa Neto

	PDT	
Severiano Alves		Álvaro Dias

	PC do B	
Perpétua Almeida		1 vaga

	PSC	
Costa Ferreira		1 vaga

	PV	
1 vaga		1 vaga

	S.PART.	
João Mendes de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER  
AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE  
SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE  
SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E  
ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO**

DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Henrique Fontana (PT)

1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)

2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP)

3º Vice-Presidente:

Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares		Suplentes
	<b>PT</b>	
Fernando Ferro		Devanir Ribeiro
Henrique Fontana		Eduardo Valverde
Luciano Zica		José Pimentel
Mauro Passos		Telma de Souza
Paulo Bernardo (Licenciado)		Zezéu Ribeiro
Terezinha Fernandes		1 vaga
	<b>PMDB</b>	
Eliseu Padilha		Almerinda de Carvalho
Leonardo Picciani		Cabo Júlio <small>vaga do PSC</small>
Mauro Lopes		Darcísio Perondi
Moreira Franco		Deley <small>vaga do PV</small>
Osmar Serraglio		Eduardo Cunha
		Gilberto Nascimento
		José Priante
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Eduardo Sciarra		Aroldo Cedraz
Eliseu Resende		Rodrigo Maia
José Roberto Arruda	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	1 vaga
Vilmar Rocha		
	<b>PP</b>	
Dr. Benedito Dias		Leodegar Tiscoski
Francisco Appio		Vadão Gomes
Ricardo Barros		1 vaga
	<b>PSDB</b>	
Alberto Goldman		Julio Semeghini
Antonio Carlos Mendes Thame		Ronaldo Cezar Coelho (Licenciado)
1 vaga		Ronaldo Dimas
	<b>PTB</b>	
Iris Simões		Jovair Arantes
Jackson Barreto		Luiz Antonio Fleury
Jonival Lucas Junior		Nelson Marquezelli
	<b>Bloco PL, PSL</b>	
José Santana de Vasconcellos		José Carlos Araújo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>
Luciano Castro		Medeiros
Mário Assad Júnior		Paulo Marinho
		1 vaga
	<b>PPS</b>	
Fernando Coruja		Roberto Freire
	<b>PSB</b>	
Renato Casagrande		1 vaga
	<b>PDT</b>	
1 vaga		Severiano Alves
	<b>PC do B</b>	
Sérgio Miranda		Inácio Arruda
	<b>PSC</b>	
(Dep. do PRP ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	<b>PV</b>	
Sarney Filho		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	<b>PRP</b>	
Renato Cozzolino <small>vaga do PSC</small>		
Secretário(a): Leila Machado		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6212		

FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Leonardo Mattos (PV)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Celso Russomanno (PP)

Titulares		Suplentes
	<b>PT</b>	
Angela Guadagnin		Vadinho Baião
Antônio Carlos Biffi		5 vagas
Assis Miguel do Couto		
Luci Choinacki		
Maria do Rosário		
Neyde Aparecida		
	<b>PMDB</b>	
Almerinda de Carvalho		Deley <small>vaga do PV</small>
Marinha Raupp		5 vagas
Oswaldo Biolchi		
Pastor Amarildo <small>vaga do PSC</small>		
Rose de Freitas		
1 vaga		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Laura Carneiro		4 vagas
Milton Barbosa		
Zelinda Novaes		
1 vaga		
	<b>PP</b>	
Celso Russomanno		José Linhares
Ildeu Araujo		Suely Campos
Julio Lopes		1 vaga
	<b>PSDB</b>	
Eduardo Barbosa		Rafael Guerra
João Campos		Walter Feldman (Licenciado)
Thelma de Oliveira		(Dep. do PPS ocupa a vaga)
	<b>PTB</b>	
Arnaldo Faria de Sá		Luiz Antonio Fleury
Pastor Reinaldo		Marcus Vicente
Ricardo Izar		1 vaga
	<b>Bloco PL, PSL</b>	
Lincoln Portela		Coronel Alves
Maurício Rabelo		Marcos de Jesus
Paulo Gouvêa		1 vaga
	<b>PPS</b>	
Geraldo Thadeu		Cláudio Magrão <small>vaga do PSDB</small>
		Juíza Denise Frossard
	<b>PSB</b>	
Luciano Leitoa		1 vaga
	<b>PDT</b>	
Severiano Alves		Enio Bacci
	<b>PC do B</b>	
Daniel Almeida		1 vaga
	<b>PSC</b>	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Costa Ferreira
	<b>PV</b>	
Leonardo Mattos		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho		
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A		
Telefones: 216.6203		
FAX: 216.6225		

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3884, DE 2004, QUE "INSTITUI NORMAS GERAIS DE CONTRATOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS, BEM COMO DE CONTRATOS



**DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO DE GESTÃO ASSOCIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

**Titulares**

Angela Guadagnin  
Antonio Carlos Biscaia  
Carlos Abicalil  
Maria do Carmo Lara  
Neyde Aparecida  
Zezéu Ribeiro

**PT**

**Suplentes**

Orlando Desconsi  
Reginaldo Lopes  
4 vagas

**PMDB**

Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL  
Deley vaga do PV  
Eliseu Padilha  
Gervásio Oliveira vaga do PDT  
João Magalhães  
Max Rosenmann  
Pastor Amarildo vaga do PSC  
Paulo Afonso  
Zé Gerardo

Carlos Willian vaga do PSC  
5 vagas

**Bloco PFL, PRONA**

Fábio Souto  
Fernando de Fabinho  
José Carlos Aleluia  
José Rocha

4 vagas

**PP**

3 vagas

3 vagas

**PSDB**

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)  
Antonio Carlos Pannunzio  
Bismarck Maia

Alberto Goldman  
Gonzaga Mota  
Yeda Crusius

**PTB**

Eduardo Seabra  
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)  
1 vaga

Jackson Barreto  
2 vagas

**Bloco PL, PSL**

Almeida de Jesus  
Almir Sá  
Enio Tatico vaga do PTB  
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

3 vagas

**PPS**

Geraldo Thadeu

Colbert Martins

**PSB**

Alexandre Cardoso

Luciano Leitoa

**PDT**

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Mário Heringer

**PC do B**

Perpétua Almeida

1 vaga

**PSC**

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

**PV**

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

1 vaga

Secretário(a): -

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.530, DE 2004, DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Lobbe Neto (PSDB)

1º Vice-Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)

2º Vice-Presidente: Elaine Costa (PTB)

3º Vice-Presidente: Luciano Leitoa (PSB)

Relator: Reginaldo Lopes (PT)

**Titulares**

Carlos Abicalil  
Ivo José  
Reginaldo Lopes  
Roberto Gouveia  
Selma Schons  
Vignatti

**PT**

**Suplentes**

Fátima Bezerra  
Iara Bernardi  
João Grandão  
Odair Cunha  
Wasny de Roure  
Zico Bronzeado

**PMDB**

Ann Pontes  
Benjamin Maranhão  
Deley  
Leandro Vilela  
Rose de Freitas

Marinha Raupp  
4 vagas

**Bloco PFL, PRONA**

Celcita Pinheiro  
Clóvis Fecury  
Davi Alcolumbre  
1 vaga

4 vagas

**PSDB**

Eduardo Barbosa  
Lobbe Neto  
Zenaldo Coutinho

Gustavo Fruet  
Rafael Guerra  
Thelma de Oliveira

**PP**

Nilton Baiano  
Pedro Canedo  
Zonta

Feu Rosa  
2 vagas

**PTB**

Elaine Costa  
Homero Barreto  
Milton Cardias

Alex Canziani  
2 vagas

**PL**

Júnior Betão  
Lincoln Portela  
Maurício Rabelo

Jorge Pinheiro  
Neucimar Fraga  
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

**PPS**

Ivan Paixão

Geraldo Thadeu

**PSB**

Luciano Leitoa

André Zacharow

**PDT**

André Figueiredo

Pompeo de Mattos

**PC do B**

Alice Portugal

1 vaga

**PV**

Jovino Cândido

1 vaga

**S.PART.**

João Mendes de Jesus vaga do PL

Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6235/6232

FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4776, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FNDF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Miguel de Souza (PL)

1º Vice-Presidente: César Medeiros (PT)

2º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)

3º Vice-Presidente: José Militão (PTB)

Relator: Beto Albuquerque (PSB)

**Titulares**

César Medeiros

**PT**

**Suplentes**

Devanir Ribeiro

Henrique Afonso		Eduardo Valverde	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
João Alfredo		Fernando Ferro		4 vagas
João Grandão		Nilson Mourão		
Luciano Zica		Zezéu Ribeiro		
Zé Geraldo	<b>PMDB</b>	1 vaga		
Ann Pontes		Gervásio Oliveira	<b>PSDB</b>	Julio Semeghini
Asdrubal Bentes		Luiz Bittencourt		Narcio Rodrigues
Lupércio Ramos		Moacir Micheletto		Yeda Crusius
Marcelino Fraga		2 vagas	<b>PP</b>	
Natan Donadon	<b>Bloco PFL, PRONA</b>			João Pizzolatti
Davi Alcolumbre		Eduardo Sciarra		Luis Carlos Heinze
Gervásio Silva		3 vagas	<b>PTB</b>	1 vaga
Kátia Abreu				Dr. Francisco Gonçalves
Luiz Carneira	<b>PSDB</b>			2 vagas
Anivaldo Vale		Antonio Carlos Mendes Thame	<b>PL</b>	
Nilson Pinto		Ronaldo Dimas		Carlos Rodrigues
Zenaldo Coutinho	<b>PP</b>	Xico Graziano		Lincoln Portela
Carlos Souza		Francisco Appio	<b>PPS</b>	Paulo Marinho
Pedro Henry		Nelson Meurer		Colbert Martins
Zé Lima	<b>PTB</b>	Zonta	<b>PSB</b>	
José Militão		Dr. Francisco Gonçalves	<b>PDT</b>	Pastor Francisco Olímpio
Paes Landim		Jovair Arantes		1 vaga
Pastor Frankembergen	<b>PL</b>	Pastor Reinaldo	<b>PC do B</b>	Pompeo de Mattos
Hamilton Casara		Almir Sá		1 vaga
Júnior Betão		Jaime Martins	<b>PV</b>	
Miguel de Souza	<b>PPS</b>	Welinton Fagundes	<b>S.PART.</b>	Edson Duarte
Cezar Silvestri	<b>PSB</b>	Átila Lins		
Beto Albuquerque	<b>PDT</b>	Janete Capiberibe		
Dr. Rodolfo Pereira	<b>PC do B</b>	Severiano Alves		
Perpétua Almeida	<b>PV</b>	Vanessa Grazziotin		
Sarney Filho		Fernando Gabeira		
Secretário(a): Fátima Moreira				
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A				
Telefones: 216-6204/6232				
FAX: 216-6225				
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO RECEBIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 4874, DE 2001, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO DESPORTO".</b>				
Presidente: Deley (PMDB)				
1º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PL)				
2º Vice-Presidente: Bismarck Maia (PSDB)				
3º Vice-Presidente:				
Relator: Gilmar Machado (PT)				
<b>Titulares</b>				<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>			
César Medeiros				Antônio Carlos Biffi
Dr. Rosinha				5 vagas
Gilmar Machado				
João Grandão				
Jorge Bittar				
1 vaga				
	<b>PMDB</b>			
Aníbal Gomes				Nelson Bornier
Carlos Willian <small>vaga do PSC</small>				Tadeu Filippelli (Licenciado)
Darcísio Perondi				3 vagas
Deley <small>vaga do PV</small>				
Gastão Vieira				
Pedro Chaves				
Wilson Santiago				
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>			
José Roberto Arruda				Chico Sardelli
José Rocha				Claudio Cajado
Ronaldo Caiado				Corauci Sobrinho
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)				Onyx Lorenzoni
	<b>PP</b>			

Julio Lopes Ronivon Santiago 1 vaga	João Tota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> Pedro Corrêa 2 vagas	Silvio Torres Enivaldo Ribeiro Pedro Canedo Ronivon Santiago	Nilson Pinto João Pizzolatti 2 vagas
Bismarck Maia Léo Alcântara Silvio Torres	Lobbe Neto Nilson Pinto Professora Raquel Teixeira (Licenciado)		
José Militão Jovair Arantes Marcus Vicente	Arnaldo Faria de Sá Josué Bengtson Sandro Matos		
Carlos Rodrigues Júnior Betão <small>vaga do PPS</small> Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	Maurício Rabelo (Dep. S.PART. ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)		
Paulo Marinho Reinaldo Betão			
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Cláudio Magrão		
Dr. Ribamar Alves	Luciano Leitoa		
André Figueiredo	Pompeo de Mattos		
Daniel Almeida	1 vaga		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Costa Ferreira		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Leonardo Mattos		
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A Telefones: 216.6211	João Mendes de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5186, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>			
Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:			
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>		
Gilmar Machado Ivo José Nelson Pellegrino Simplicio Mário Vadinho Baião 1 vaga	Dr. Rosinha 5 vagas		
Bernardo Ariston Deley Mendes Ribeiro Filho Pedro Chaves Wilson Santiago	5 vagas		
Carlos Melles Chico Sardelli Claudio Cajado José Rocha	4 vagas		
Antonio Cambraia Bismarck Maia	Jutahy Junior Lobbe Neto		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5403, DE 2001, QUE "DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES DA INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b>			
Presidente: Gastão Vieira (PMDB) 1º Vice-Presidente: Reginaldo Germano (PP) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Marcos de Jesus (PL)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
Fernando Ferro Jorge Bittar Luiz Eduardo Greenhalgh Walter Pinheiro 2 vagas			6 vagas
Gastão Vieira Luiz Bittencourt Marcelo Barbieri Wilson Cignachi Wilson Santiago			Cezar Schirmer Jorge Alberto Marcelo Castro Paulo Afonso 1 vaga
João Batista José Carlos Aleluia Laura Carneiro Marcos Abramo			4 vagas
Augusto Nardes Celso Russomanno Reginaldo Germano			Ricardo Barros 2 vagas
Carlos Alberto Leréia Julio Semeghini Nilson Pinto			Domiciano Cabral Narcio Rodrigues 1 vaga
Alex Canziani Pastor Frankembergen Philemon Rodrigues			Edna Macedo Ricarte de Freitas 1 vaga
Marcos de Jesus Paulo Gouvêa Paulo Marinho			Carlos Rodrigues Lincoln Portela Reinaldo Betão
Nelson Proença			Raul Jungmann

Luciano Leitoa	<b>PSB</b>	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Mário Assad Júnior	<b>PPS</b>	Marcelo Guimarães Filho
André Figueiredo	<b>PDT</b>	João Fontes Jurandir Boia <small>vaga do PSB</small>	Átíla Lins	<b>PSB</b>	Nelson Proença
Perpétua Almeida	<b>PC do B</b>	1 vaga	Givaldo Carimbão	<b>PDT</b>	1 vaga
Costa Ferreira	<b>PSC</b>	1 vaga	Mário Heringer	<b>PC do B</b>	Enio Bacci
Edson Duarte	<b>PV</b>	1 vaga	Daniel Almeida	<b>PV</b>	1 vaga
Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas			Marcelo Ortiz	<b>S.PART.</b>	Jovino Cândido
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			Salvador Zimbaldi <small>vaga do PTB</small>	Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar	
Telefones: 216-6212/6232			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
FAX: 216-6225			Telefones: 216-6218/6232		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5476, DE 2001, DO SR. MARCELO TEIXEIRA, QUE "MODIFICA A LEI Nº 9472, DE 16 DE JULHO DE 1997, DETERMINANDO QUE A ESTRUTURA TARIFÁRIA DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, PRESTADOS EM REGIME PÚBLICO, SEJA FORMADA APENAS PELA REMUNERAÇÃO DAS LIGAÇÕES EFETUADAS".</b>			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6485, DE 2002, QUE "INSTITUI O 'AUXILIO ADOÇÃO' PARA O ABRIGO FAMILIAR DE CRIANÇAS INTERNADAS EM ORFANATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (PL 1756/03 APENSADO)</b>		
Presidente: Francisco Dornelles (PP)			Presidente: Maria do Rosário (PT)		
1º Vice-Presidente:			1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)		
2º Vice-Presidente:			2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)		
3º Vice-Presidente:			3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)		
Relator: Teté Bezerra (PMDB)			Relator: Teté Bezerra (PMDB)		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>			<b>PT</b>	
Devanir Ribeiro		Fernando Ferro	Angela Guadagnin		Luiz Couto
Jorge Bittar		Gilmar Machado	Fernando Ferro		Neyde Aparecida
José Mentor		Ivo José	Maria do Rosário		Terezinha Fernandes
Professor Luizinho		Nilson Mourão	Rubens Otoni		3 vagas
Selma Schons		Reginaldo Lopes	Selma Schons		
Walter Pinheiro		2 vagas	Telma de Souza		
1 vaga				<b>PFL</b>	
	<b>PMDB</b>		Corauci Sobrinho		Celcita Pinheiro
Aníbal Gomes		7 vagas	Laura Carneiro		Kátia Abreu
Geddel Vieira Lima			Zelinda Novaes		Nice Lobão
Luiz Bittencourt			(Dep. do PP ocupa a vaga)		2 vagas
Marcelo Teixeira			(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		
Mauro Lopes				<b>PMDB</b>	
Moacir Micheletto			João Matos (Licenciado)		Ann Pontes
Zé Gerardo			Marcelo Castro		Deley <small>vaga do PV</small>
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		Paulo Afonso		Marinha Raupp
Corauci Sobrinho		Fernando de Fabinho	Teté Bezerra		2 vagas
José Carlos Aleluia		Onyx Lorenzoni		<b>PSDB</b>	
Marcos Abramo		Robson Tuma	Eduardo Barbosa		Professora Raquel Teixeira
Mussa Demes		Vilmar Rocha	Helenildo Ribeiro		(Licenciado)
Roberto Brant		1 vaga	(Licenciado)		Yeda Crusius
	<b>PSDB</b>		Júlio Redecker		2 vagas
Eduardo Paes		João Castelo	Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small>		
Gonzaga Mota		3 vagas	Thelma de Oliveira		
Julio Semeghini				<b>PP</b>	
Léo Alcântara			Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>		3 vagas
	<b>PP</b>		Francisco Garcia		
Celso Russomanno		Benedito de Lira	José Linhares		
Delfim Netto		Cleonânicio Fonseca	1 vaga		
Francisco Dornelles		Julio Lopes		<b>PTB</b>	
Romel Anizio		Simão Sessim	Kelly Moraes		Jonival Lucas Junior
	<b>PTB</b>		1 vaga		1 vaga
Jonival Lucas Junior		Alex Canziani		<b>PL</b>	
Marcus Vicente		Paes Landim	Marcos de Jesus		Almeida de Jesus
Romeu Queiroz		Pedro Fernandes	1 vaga		Lincoln Portela
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		1 vaga		<b>PSB</b>	
	<b>PL</b>		Luiza Erundina		2 vagas
Edinho Montemor		Enio Tatíco	1 vaga		
Inaldo Leitão		Heleno Silva			
Júnior Betão		Lincoln Portela			

Ivan Paixão	<b>PPS</b>	1 vaga	Vittorio Mediolli	<b>PV</b>	Jovino Cândido
Severiano Alves	<b>PDT</b>	Enio Bacci	Secretário(a): Maria Terezinha Donati		
Perpétua Almeida	<b>PC do B</b>	Jamil Murad	Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Marcelo Ortiz	<b>PV</b>	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Telefones: 216-6215/6232		
Secretário(a): Fernando Maia Leão			FAX: 216-6225		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A					
Telefones: 216-6205/6232					
FAX: 216-6225					
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2004, QUE "REGULAMENTA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 146 E O INCISO IX DO ART. 170 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (APENSADOS: PLP 210/04 E OUTROS).</b></p>			<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</b></p>		
<p>Presidente: Carlos Melles (PFL)  1º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)  2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT)  3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)  Relator: Luiz Carlos Haully (PSDB)</p>			<p>Presidente: Carlos Abicalil (PT)  1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)  2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)  3º Vice-Presidente:  Relator: Sandro Mabel (PL)</p>		
<b>Titulares</b>			<b>Titulares</b>		
	<b>PT</b>	<b>Suplentes</b>		<b>PT</b>	<b>Suplentes</b>
Carlito Merss		Eduardo Valverde	Antônio Carlos Biffi		Maninha
José Pimentel		Jorge Boeira	Carlos Abicalil		Sigmaringa Seixas
Nazareno Fonteles		Vitorassi	João Grandão		4 vagas
Reginaldo Lopes		3 vagas	Neyde Aparecida		
Selma Schons			Rubens Otoni		
Vignatti			Wasny de Roure		
	<b>PMDB</b>			<b>PMDB</b>	
Carlos Eduardo Cadoca		Alexandre Santos <sup>vaga do PP</sup>	Luiz Bittencourt		Leandro Vilela
Eliseu Padilha		5 vagas	Nelson Trad		4 vagas
Max Rosenmann			Pastor Amarildo <sup>vaga do PSC</sup>		
Wilson Santiago			Pedro Chaves		
Zé Gerardo			Teté Bezerra		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		Waldemir Moka		
Carlos Melles		Fernando de Fabinho		<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Eduardo Sciarra		Gervásio Silva	Celcita Pinheiro		José Roberto Arruda
Gerson Gabrielli		José Roberto Arruda	Murilo Zauith		Vilmar Rocha
Luiz Carreira		Vilmar Rocha	Ronaldo Caiado		2 vagas
	<b>PP</b>		1 vaga		
Augusto Nardes		Benedito de Lira		<b>PP</b>	
Francisco Dornelles		Feu Rosa	Darci Coelho		Pedro Canedo
Pedro Corrêa		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Leonardo Vilela (Licenciado)		Pedro Henry
	<b>PSDB</b>		Sérgio Caiado		Sandes Júnior
Luiz Carlos Haully		Júlio Redecker		<b>PSDB</b>	
Ronaldo Dimas		Julio Semeghini	Carlos Alberto Leréia		Ronaldo Dimas
Walter Barelli		Silvio Torres	João Campos		(Dep. do PV ocupa a vaga)
	<b>PTB</b>		Professora Raquel Teixeira		1 vaga
Armando Monteiro		Joaquim Francisco	(Licenciado)		
Arnaldo Faria de Sá		2 vagas		<b>PTB</b>	
José Militão			Jovair Arantes		3 vagas
	<b>Bloco PL, PSL</b>		Ricarte de Freitas		
Ademir Camilo		Enio Tatiko	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		
Giacobo		Heleno Silva		<b>Bloco PL, PSL</b>	
Miguel de Souza		Milton Monti	Enio Tatiko <sup>vaga do PTB</sup>		Luciano Castro
	<b>PPS</b>		Jorge Pinheiro		Maurício Rabelo
Fernando Coruja		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Lincoln Portela <sup>vaga do PV</sup>		Miguel de Souza
Renato Casagrande		B. Sá <sup>vaga do PPS</sup>	Sandro Mabel		
	<b>PSB</b>	Jorge Gomes	1 vaga		
	<b>PDT</b>			<b>PPS</b>	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Enio Bacci		Álvaro Dias		<b>PSB</b>	Júlio Delgado <sup>vaga do PPS</sup>
Vanessa Grazziotin		1 vaga		<b>PDT</b>	1 vaga
Costa Ferreira		1 vaga		<b>PDT</b>	Mário Heringer
	<b>PC do B</b>			<b>PC do B</b>	
	<b>PSC</b>			<b>PSC</b>	
					1 vaga
					Zequinha Marinho

<p><b>PV</b> (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) Vittorio Mediolini <small>vaga do PSDB</small> 1 vaga</p>	<p>Elimar Máximo Damasceno <span style="float: right;">1 vaga</span> Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6211 / 6232 FAX: 216-6225</p>																																																																																																																																																																																																						
<p>Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6206/6232 FAX: 216-6225</p>	<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".</b></p>																																																																																																																																																																																																						
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".</b> Presidente: Marcelino Fraga (PMDB) 1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT) 2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Zezéu Ribeiro (PT)</p>	<p>Presidente: Átila Lins (PPS) 1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL) 3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PL) Relator: Paulo Rocha (PT)</p>																																																																																																																																																																																																						
<table border="0"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;"><b>Titulares</b></th> <th style="text-align: left;"><b>Suplentes</b></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>PT</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fátima Bezerra</td> <td>João Alfredo</td> </tr> <tr> <td>José Pimentel</td> <td>Josias Gomes</td> </tr> <tr> <td>Leonardo Monteiro</td> <td>Luiz Alberto</td> </tr> <tr> <td>Luiz Couto</td> <td>Maurício Rands</td> </tr> <tr> <td>Paulo Rubem Santiago</td> <td>Terezinha Fernandes</td> </tr> <tr> <td>Zezéu Ribeiro</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td><b>PFL</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>André de Paula</td> <td>(Dep. do PL ocupa a vaga)</td> </tr> <tr> <td>César Bandeira</td> <td>4 vagas</td> </tr> <tr> <td>Fábio Souto</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Luiz Carreira</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>PMDB</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Jorge Alberto</td> <td>Carlos Eduardo Cadoca</td> </tr> <tr> <td>Marcelino Fraga</td> <td>Mauro Lopes</td> </tr> <tr> <td>Mauro Benevides</td> <td>Moraes Souza</td> </tr> <tr> <td>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</td> <td>Zé Gerardo</td> </tr> <tr> <td><b>PSDB</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Antonio Cambraia</td> <td>Átila Lira</td> </tr> <tr> <td>Bosco Costa</td> <td>Gonzaga Mota</td> </tr> <tr> <td>Helenildo Ribeiro (Licenciado)</td> <td>João Castelo</td> </tr> <tr> <td>João Almeida</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td><b>PP</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Benedito de Lira</td> <td>Enivaldo Ribeiro</td> </tr> <tr> <td>Cleonânicio Fonseca</td> <td>Márcio Reinaldo Moreira</td> </tr> <tr> <td>Ricardo Fiuza</td> <td>Wagner Lago <small>vaga do PDT</small></td> </tr> <tr> <td></td> <td>Zé Lima</td> </tr> <tr> <td><b>PTB</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Armando Monteiro</td> <td>2 vagas</td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>PL</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Jaime Martins</td> <td>José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small></td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td>Sandro Mabel</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td><b>PSB</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>B. Sá <small>vaga do PPS</small></td> <td>Eduardo Campos</td> </tr> <tr> <td>Isaías Silvestre</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td>Maurício Quintella Lessa</td> <td></td> </tr> <tr> <td>(Licenciado)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td><b>PDT</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Álvaro Dias</td> <td>(Dep. do PP ocupa a vaga)</td> </tr> <tr> <td><b>PC do B</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Renildo Calheiros</td> <td>Inácio Arruda</td> </tr> <tr> <td><b>PRONA</b></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	<b>PT</b>		Fátima Bezerra	João Alfredo	José Pimentel	Josias Gomes	Leonardo Monteiro	Luiz Alberto	Luiz Couto	Maurício Rands	Paulo Rubem Santiago	Terezinha Fernandes	Zezéu Ribeiro	1 vaga	<b>PFL</b>		André de Paula	(Dep. do PL ocupa a vaga)	César Bandeira	4 vagas	Fábio Souto		Luiz Carreira		1 vaga		<b>PMDB</b>		Jorge Alberto	Carlos Eduardo Cadoca	Marcelino Fraga	Mauro Lopes	Mauro Benevides	Moraes Souza	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Zé Gerardo	<b>PSDB</b>		Antonio Cambraia	Átila Lira	Bosco Costa	Gonzaga Mota	Helenildo Ribeiro (Licenciado)	João Castelo	João Almeida	1 vaga	<b>PP</b>		Benedito de Lira	Enivaldo Ribeiro	Cleonânicio Fonseca	Márcio Reinaldo Moreira	Ricardo Fiuza	Wagner Lago <small>vaga do PDT</small>		Zé Lima	<b>PTB</b>		Armando Monteiro	2 vagas	1 vaga		<b>PL</b>		Jaime Martins	José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>	1 vaga	Sandro Mabel		1 vaga	<b>PSB</b>		B. Sá <small>vaga do PPS</small>	Eduardo Campos	Isaías Silvestre	1 vaga	Maurício Quintella Lessa		(Licenciado)		Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga	<b>PDT</b>		Álvaro Dias	(Dep. do PP ocupa a vaga)	<b>PC do B</b>		Renildo Calheiros	Inácio Arruda	<b>PRONA</b>		<table border="0"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;"><b>Titulares</b></th> <th style="text-align: left;"><b>Suplentes</b></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>PT</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Anselmo</td> <td>Eduardo Valverde</td> </tr> <tr> <td>Carlos Abicalil</td> <td>Nilson Mourão</td> </tr> <tr> <td>Hélio Esteves</td> <td>Zé Geraldo</td> </tr> <tr> <td>Henrique Afonso</td> <td>Zico Bronzeado</td> </tr> <tr> <td>Paulo Rocha</td> <td>2 vagas</td> </tr> <tr> <td>Terezinha Fernandes</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>PFL</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Kátia Abreu</td> <td>Clóvis Fecury</td> </tr> <tr> <td>Pauderney Avelino</td> <td>Davi Alcolumbre <small>vaga do PDT</small></td> </tr> <tr> <td>Vic Pires Franco</td> <td>Francisco Rodrigues</td> </tr> <tr> <td>(Dep. do PP ocupa a vaga)</td> <td>3 vagas</td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>PMDB</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Alceste Almeida</td> <td>Ann Pontes</td> </tr> <tr> <td>Asdrubal Bentes</td> <td>Deley <small>vaga do PV</small></td> </tr> <tr> <td>Marinha Raupp</td> <td>Wladimir Costa</td> </tr> <tr> <td>Oswaldo Reis</td> <td>2 vagas</td> </tr> <tr> <td><b>PSDB</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Nicias Ribeiro</td> <td>Anivaldo Vale</td> </tr> <tr> <td>Nilson Pinto</td> <td>João Castelo</td> </tr> <tr> <td>(Dep. do PL ocupa a vaga)</td> <td>Zenaldo Coutinho</td> </tr> <tr> <td>1 vaga</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td><b>PP</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Darci Coelho <small>vaga do PFL</small></td> <td>Zé Lima</td> </tr> <tr> <td>Francisco Garcia</td> <td>2 vagas</td> </tr> <tr> <td>Ronivon Santiago</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Suely Campos</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>PTB</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pastor Frankembergen</td> <td>Josué Bengtson</td> </tr> <tr> <td>Silas Câmara</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td><b>PL</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Hamilton Casara <small>vaga do PSDB</small></td> <td>Coronel Alves <small>vaga do PSB</small></td> </tr> <tr> <td>Humberto Michiles</td> <td>Luciano Castro</td> </tr> <tr> <td>Raimundo Santos</td> <td>Maurício Rabelo</td> </tr> <tr> <td><b>PSB</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dr. Ribamar Alves</td> <td>(Dep. do PL ocupa a vaga)</td> </tr> <tr> <td>Janete Capiberibe</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td><b>PPS</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Átila Lins</td> <td>1 vaga</td> </tr> <tr> <td><b>PDT</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dr. Rodolfo Pereira</td> <td>(Dep. do PFL ocupa a vaga)</td> </tr> <tr> <td><b>PC do B</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Perpétua Almeida</td> <td>Vanessa Grazziotin</td> </tr> <tr> <td><b>PV</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Sarney Filho</td> <td>(Dep. do PMDB ocupa a vaga)</td> </tr> <tr> <td>Secretário(a): Maria Terezinha Donati</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Telefones: 216-6215 / 6232</td> <td></td> </tr> <tr> <td>FAX: 216-6225</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>	<b>PT</b>		Anselmo	Eduardo Valverde	Carlos Abicalil	Nilson Mourão	Hélio Esteves	Zé Geraldo	Henrique Afonso	Zico Bronzeado	Paulo Rocha	2 vagas	Terezinha Fernandes		<b>PFL</b>		Kátia Abreu	Clóvis Fecury	Pauderney Avelino	Davi Alcolumbre <small>vaga do PDT</small>	Vic Pires Franco	Francisco Rodrigues	(Dep. do PP ocupa a vaga)	3 vagas	1 vaga		<b>PMDB</b>		Alceste Almeida	Ann Pontes	Asdrubal Bentes	Deley <small>vaga do PV</small>	Marinha Raupp	Wladimir Costa	Oswaldo Reis	2 vagas	<b>PSDB</b>		Nicias Ribeiro	Anivaldo Vale	Nilson Pinto	João Castelo	(Dep. do PL ocupa a vaga)	Zenaldo Coutinho	1 vaga	1 vaga	<b>PP</b>		Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>	Zé Lima	Francisco Garcia	2 vagas	Ronivon Santiago		Suely Campos		<b>PTB</b>		Pastor Frankembergen	Josué Bengtson	Silas Câmara	1 vaga	<b>PL</b>		Hamilton Casara <small>vaga do PSDB</small>	Coronel Alves <small>vaga do PSB</small>	Humberto Michiles	Luciano Castro	Raimundo Santos	Maurício Rabelo	<b>PSB</b>		Dr. Ribamar Alves	(Dep. do PL ocupa a vaga)	Janete Capiberibe	1 vaga	<b>PPS</b>		Átila Lins	1 vaga	<b>PDT</b>		Dr. Rodolfo Pereira	(Dep. do PFL ocupa a vaga)	<b>PC do B</b>		Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin	<b>PV</b>		Sarney Filho	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Secretário(a): Maria Terezinha Donati		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		Telefones: 216-6215 / 6232		FAX: 216-6225	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>																																																																																																																																																																																																						
<b>PT</b>																																																																																																																																																																																																							
Fátima Bezerra	João Alfredo																																																																																																																																																																																																						
José Pimentel	Josias Gomes																																																																																																																																																																																																						
Leonardo Monteiro	Luiz Alberto																																																																																																																																																																																																						
Luiz Couto	Maurício Rands																																																																																																																																																																																																						
Paulo Rubem Santiago	Terezinha Fernandes																																																																																																																																																																																																						
Zezéu Ribeiro	1 vaga																																																																																																																																																																																																						
<b>PFL</b>																																																																																																																																																																																																							
André de Paula	(Dep. do PL ocupa a vaga)																																																																																																																																																																																																						
César Bandeira	4 vagas																																																																																																																																																																																																						
Fábio Souto																																																																																																																																																																																																							
Luiz Carreira																																																																																																																																																																																																							
1 vaga																																																																																																																																																																																																							
<b>PMDB</b>																																																																																																																																																																																																							
Jorge Alberto	Carlos Eduardo Cadoca																																																																																																																																																																																																						
Marcelino Fraga	Mauro Lopes																																																																																																																																																																																																						
Mauro Benevides	Moraes Souza																																																																																																																																																																																																						
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Zé Gerardo																																																																																																																																																																																																						
<b>PSDB</b>																																																																																																																																																																																																							
Antonio Cambraia	Átila Lira																																																																																																																																																																																																						
Bosco Costa	Gonzaga Mota																																																																																																																																																																																																						
Helenildo Ribeiro (Licenciado)	João Castelo																																																																																																																																																																																																						
João Almeida	1 vaga																																																																																																																																																																																																						
<b>PP</b>																																																																																																																																																																																																							
Benedito de Lira	Enivaldo Ribeiro																																																																																																																																																																																																						
Cleonânicio Fonseca	Márcio Reinaldo Moreira																																																																																																																																																																																																						
Ricardo Fiuza	Wagner Lago <small>vaga do PDT</small>																																																																																																																																																																																																						
	Zé Lima																																																																																																																																																																																																						
<b>PTB</b>																																																																																																																																																																																																							
Armando Monteiro	2 vagas																																																																																																																																																																																																						
1 vaga																																																																																																																																																																																																							
<b>PL</b>																																																																																																																																																																																																							
Jaime Martins	José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>																																																																																																																																																																																																						
1 vaga	Sandro Mabel																																																																																																																																																																																																						
	1 vaga																																																																																																																																																																																																						
<b>PSB</b>																																																																																																																																																																																																							
B. Sá <small>vaga do PPS</small>	Eduardo Campos																																																																																																																																																																																																						
Isaías Silvestre	1 vaga																																																																																																																																																																																																						
Maurício Quintella Lessa																																																																																																																																																																																																							
(Licenciado)																																																																																																																																																																																																							
Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>																																																																																																																																																																																																							
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga																																																																																																																																																																																																						
<b>PDT</b>																																																																																																																																																																																																							
Álvaro Dias	(Dep. do PP ocupa a vaga)																																																																																																																																																																																																						
<b>PC do B</b>																																																																																																																																																																																																							
Renildo Calheiros	Inácio Arruda																																																																																																																																																																																																						
<b>PRONA</b>																																																																																																																																																																																																							
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>																																																																																																																																																																																																						
<b>PT</b>																																																																																																																																																																																																							
Anselmo	Eduardo Valverde																																																																																																																																																																																																						
Carlos Abicalil	Nilson Mourão																																																																																																																																																																																																						
Hélio Esteves	Zé Geraldo																																																																																																																																																																																																						
Henrique Afonso	Zico Bronzeado																																																																																																																																																																																																						
Paulo Rocha	2 vagas																																																																																																																																																																																																						
Terezinha Fernandes																																																																																																																																																																																																							
<b>PFL</b>																																																																																																																																																																																																							
Kátia Abreu	Clóvis Fecury																																																																																																																																																																																																						
Pauderney Avelino	Davi Alcolumbre <small>vaga do PDT</small>																																																																																																																																																																																																						
Vic Pires Franco	Francisco Rodrigues																																																																																																																																																																																																						
(Dep. do PP ocupa a vaga)	3 vagas																																																																																																																																																																																																						
1 vaga																																																																																																																																																																																																							
<b>PMDB</b>																																																																																																																																																																																																							
Alceste Almeida	Ann Pontes																																																																																																																																																																																																						
Asdrubal Bentes	Deley <small>vaga do PV</small>																																																																																																																																																																																																						
Marinha Raupp	Wladimir Costa																																																																																																																																																																																																						
Oswaldo Reis	2 vagas																																																																																																																																																																																																						
<b>PSDB</b>																																																																																																																																																																																																							
Nicias Ribeiro	Anivaldo Vale																																																																																																																																																																																																						
Nilson Pinto	João Castelo																																																																																																																																																																																																						
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Zenaldo Coutinho																																																																																																																																																																																																						
1 vaga	1 vaga																																																																																																																																																																																																						
<b>PP</b>																																																																																																																																																																																																							
Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>	Zé Lima																																																																																																																																																																																																						
Francisco Garcia	2 vagas																																																																																																																																																																																																						
Ronivon Santiago																																																																																																																																																																																																							
Suely Campos																																																																																																																																																																																																							
<b>PTB</b>																																																																																																																																																																																																							
Pastor Frankembergen	Josué Bengtson																																																																																																																																																																																																						
Silas Câmara	1 vaga																																																																																																																																																																																																						
<b>PL</b>																																																																																																																																																																																																							
Hamilton Casara <small>vaga do PSDB</small>	Coronel Alves <small>vaga do PSB</small>																																																																																																																																																																																																						
Humberto Michiles	Luciano Castro																																																																																																																																																																																																						
Raimundo Santos	Maurício Rabelo																																																																																																																																																																																																						
<b>PSB</b>																																																																																																																																																																																																							
Dr. Ribamar Alves	(Dep. do PL ocupa a vaga)																																																																																																																																																																																																						
Janete Capiberibe	1 vaga																																																																																																																																																																																																						
<b>PPS</b>																																																																																																																																																																																																							
Átila Lins	1 vaga																																																																																																																																																																																																						
<b>PDT</b>																																																																																																																																																																																																							
Dr. Rodolfo Pereira	(Dep. do PFL ocupa a vaga)																																																																																																																																																																																																						
<b>PC do B</b>																																																																																																																																																																																																							
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin																																																																																																																																																																																																						
<b>PV</b>																																																																																																																																																																																																							
Sarney Filho	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)																																																																																																																																																																																																						
Secretário(a): Maria Terezinha Donati																																																																																																																																																																																																							
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A																																																																																																																																																																																																							
Telefones: 216-6215 / 6232																																																																																																																																																																																																							
FAX: 216-6225																																																																																																																																																																																																							

<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A, NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, ANALISAR AS PROPOSIÇÕES EM TRÂMITE REFERENTES A ASSUNTOS QUE TRATAM DAS ATIVIDADES DA SERASA - CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS S/A.</b></p> <p>Presidente: Max Rosenmann (PMDB)  1º Vice-Presidente: Josias Quintal (PMDB)  2º Vice-Presidente: Mussa Demes (PFL)  3º Vice-Presidente: Reinaldo Betão (PL)  Relator: Giacobino (PL)</p>		<p>Félix Mendonça <sup>vaga do PTB</sup>  Gervásio Silva  Murilo Zauith  Onyx Lorenzoni  Roberto Brant  Robson Tuma  (Dep. do PP ocupa a vaga)</p>		<p>Vic Pires Franco  Vilmar Rocha  (Dep. do PTB ocupa a vaga)  (Dep. do PL ocupa a vaga)  (Dep. do PP ocupa a vaga)</p>	
<p><b>Titulares</b></p>		<p><b>Suplentes</b></p>		<p><b>PMDB</b></p>	
<p>Colombo  Luiz Alberto  Orlando Fantazzini</p>		<p>PT</p>		<p>Rubens Otoni  Zico Bronzeado  1 vaga</p>	
<p>Josias Quintal  Max Rosenmann  Zé Gerardo</p>		<p>PMDB</p>		<p>Bernardo Ariston  Mauro Benevides  Osmar Serraglio</p>	
<p>José Mendonça  Bezerra  Mussa Demes</p>		<p><b>Bloco PFL, PRONA</b></p>		<p>Robério Nunes  (Dep. do PSDB ocupa a vaga)</p>	
<p>Carlos Souza  Celso Russomanno</p>		<p>PP</p>		<p>Enivaldo Ribeiro  Pedro Canedo</p>	
<p>Gonzaga Mota  Léo Alcântara</p>		<p>PSDB</p>		<p>Antonio Carlos Mendes Thame  Julio Semeghini  Paulo Bauer <sup>vaga do Bloco PFL, PRONA</sup></p>	
<p>Arnaldo Faria de Sá  Paes Landim</p>		<p>PTB</p>		<p>Alex Canziani  Elaine Costa</p>	
<p>Giacobino  Reinaldo Betão</p>		<p><b>Bloco PL, PSL</b></p>		<p>Inaldo Leitão  Oliveira Filho</p>	
<p>Cezar Silvestri</p>		<p>PPS</p>		<p>1 vaga</p>	
<p>Alexandre Cardoso</p>		<p>PSB</p>		<p>Jorge Gomes</p>	
<p>Alceu Collares</p>		<p>PDT</p>		<p>Manato</p>	
<p>Perpétua Almeida  Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão  Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  Telefones: 216-6232  FAX: 216-6225</p>		<p><b>PC do B</b></p>		<p>1 vaga</p>	
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.</b></p> <p>Presidente: Roberto Brant (PFL)  1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)  2º Vice-Presidente:  3º Vice-Presidente:  Relator: José Pimentel (PT)</p>		<p><b>Titulares</b></p>		<p><b>Suplentes</b></p>	
<p>Arlindo Chinaglia  Dr. Rosinha  Eduardo Valverde  Henrique Fontana  Ivan Valente  José Pimentel  Nilson Mourão</p>		<p>PT</p>		<p>Adão Pretto  Assis Miguel do Couto  Durval Orlato  Guilherme Menezes  Maninha <sup>vaga do PSB</sup>  Roberto Gouveia  (Dep. S.PART. ocupa a vaga)  1 vaga</p>	
<p>Alberto Fraga <sup>vaga do PMDB</sup></p>		<p>PFL</p>		<p>Luiz Carreira</p>	
<p><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.</b></p> <p>Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)  1º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)  2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)  3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)</p>		<p><b>Titulares</b></p>		<p><b>Suplentes</b></p>	
<p>Antonio Carlos Biscaia  Dra. Clair  João Alfredo  José Eduardo Cardozo  José Mentor  Maurício Rands</p>		<p>PT</p>		<p>Iriny Lopes  6 vagas</p>	
<p>Arnaldo Faria de Sá  Dr. Francisco Gonçalves  (Dep. do PFL ocupa a vaga)</p>		<p>PTB</p>		<p>Marcondes Gadelha <sup>vaga do PFL</sup>  Ricardo Izar  Vicente Cascione  1 vaga</p>	
<p>Carlos Mota  Chico da Princesa  Medeiros</p>		<p>PL</p>		<p>Humberto Michiles  Maurício Rabelo  Paulo Marinho <sup>vaga do PFL</sup>  Wellington Roberto</p>	
<p>Paulo Baltazar  1 vaga</p>		<p>PSB</p>		<p>(Dep. do PT ocupa a vaga)  1 vaga</p>	
<p>Fernando Coruja</p>		<p>PPS</p>		<p>Geraldo Thadeu</p>	
<p>Alceu Collares</p>		<p>PDT</p>		<p>(Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p>	
<p>Jandira Feghali</p>		<p><b>PC do B</b></p>		<p>Alice Portugal</p>	
<p>Enéas</p>		<p>PRONA</p>		<p>1 vaga</p>	
<p>Secretário(a): Maria Terezinha Donati  Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A  Telefones: 216-6215 / 6232  FAX: 216-6225</p>		<p><b>S.PART.</b></p>		<p>João Mendes de Jesus <sup>vaga do PDT</sup>  Luciana Genro <sup>vaga do PT</sup></p>	

1 vaga			José Eduardo Cardozo	Luiz Sérgio
	<b>PFL</b>	Antonio Carlos Magalhães Neto	Luiz Couto	Maria do Carmo Lara (Dep. do PDT ocupa a vaga)
Coriolano Sales			Paulo Delgado	1 vaga
Jairo Carneiro		José Mendonça Bezerra	Rubens Otoni	
Luiz Carlos Santos		Robério Nunes		<b>PFL</b>
Mendonça Prado (Licenciado)		Vilmar Rocha	André de Paula	Antonio Carlos Magalhães Neto
(Dep. do PP ocupa a vaga)		(Dep. do PL ocupa a vaga)	Luiz Carlos Santos	Eduardo Sciarra
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		1 vaga	Marcos Abramo	José Rocha
	<b>PMDB</b>		Roberto Magalhães <sup>vaga do PTB</sup>	Zelinda Novaes (Dep. do PL ocupa a vaga)
Bernardo Ariston		Osmar Serraglio	Ronaldo Caiado	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Carlos Willian <sup>vaga do PSB</sup>		Paulo Lima	Vic Pires Franco	
Marcelino Fraga		3 vagas	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
Nelson Trad				<b>PMDB</b>
Wilson Santiago			Cezar Schirmer	Almerinda de Carvalho
1 vaga			José Divino	Jorge Alberto
	<b>PSDB</b>		Marcelino Fraga	Leandro Vilela
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)		Bonifácio de Andrada	Osmar Serraglio	Mauro Benevides
João Campos		Bosco Costa	Oswaldo Biolchi	Vieira Reis
Vicente Arruda		Nicias Ribeiro		
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Zenaldo Coutinho	Affonso Camargo	Carlos Alberto Leréia
1 vaga		Zulaiê Cobra	Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Nicias Ribeiro
	<b>PP</b>		Bonifácio de Andrada	Paulo Bauer <sup>vaga do PFL</sup>
Darci Coelho <sup>vaga do PFL</sup>		Celso Russomanno	João Almeida	Thelma de Oliveira
Feu Rosa		Jair Bolsonaro <sup>vaga do PTB</sup>	Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	Vicente Arruda
Ibrahim Abi-ackel		Nélio Dias		1 vaga
Ricardo Fiuza		Roberto Balestra (Licenciado)		
Wagner Lago <sup>vaga do PDT</sup>				<b>PP</b>
	<b>PTB</b>		Leodegar Tiscoski	Francisco Dornelles
Luiz Antonio Fleury		Arnaldo Faria de Sá (Dep. do PP ocupa a vaga)	Mário Negromonte	Nélio Dias
Paes Landim <sup>vaga do PFL</sup>		1 vaga	Nilton Baiano	Ricardo Barros
Vicente Cascione				
1 vaga			Jackson Barreto	Edna Macedo
	<b>PL</b>		Paes Landim <sup>vaga do PFL</sup>	José Múcio Monteiro
Carlos Mota		João Paulo Gomes da Silva	Philemon Rodrigues	Neuton Lima
Inaldo Leitão		Paulo Marinho <sup>vaga do PFL</sup>	(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
José Santana de Vasconcelos		Raimundo Santos		<b>PL</b>
		Wellington Roberto	Carlos Rodrigues	Almeida de Jesus
	<b>PSB</b>		João Paulo Gomes da Silva	Marcelo Guimarães Filho <sup>vaga do PFL</sup>
Renato Casagrande (Dep. do PMDB ocupa a vaga)		2 vagas	Lincoln Portela	Mário Assad Júnior Oliveira Filho
	<b>PPS</b>			
Dimas Ramalho		Fernando Coruja	Alexandre Cardoso	2 vagas
Juíza Denise Frossard <sup>vaga do PSDB</sup>			Luiza Erundina	
(Dep. do PP ocupa a vaga)		Pompeo de Mattos		<b>PSB</b>
	<b>PDT</b>		Fernando Coruja	<b>PPS</b>
Perpétua Almeida		1 vaga	Severiano Alves	<b>PDT</b>
1 vaga		1 vaga		
Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz			Renildo Calheiros	<b>PC do B</b>
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			Jovino Cândido	<b>PV</b>
Telefones: 216-6201 / 6232			Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques	Marcelo Ortiz
FAX: 216-6225			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
			Telefones: 216-6214 / 6232	
			FAX: 216-6225	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.</b>				<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.</b>
Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)				Presidente: Vicentinho (PT)
1º Vice-Presidente:				1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT)
2º Vice-Presidente:				2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:				3º Vice-Presidente:
Relator: Ronaldo Caiado (PFL)				Relator: José Chaves (PTB)
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>		<b>Titulares</b>
Chico Alencar	<b>PT</b>	César Medeiros		
Devanir Ribeiro		Colombo		<b>Suplentes</b>
Fernando Ferro		João Alfredo		



Carlos Santana Dra. Clair Luiz Alberto Maurício Rands Orlando Desconsi Paulo Rocha Vicentinho	Antônio Carlos Biffi Antonio Carlos Biscaia Henrique Afonso Josias Gomes Neyde Aparecida Tarcísio Zimmermann (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	<b>PFL</b>	Carlito Merss Jorge Bittar José Mentor Paulo Bernardo (Licenciado) Paulo Rubem Santiago Virgílio Guimarães Walter Pinheiro	<b>PT</b>	Paulo Pimenta Reginaldo Lopes Telma de Souza Vignatti Wasny de Roure (Dep. do PV ocupa a vaga) 1 vaga
Coriolano Sales João Batista Robson Tuma Vilmar Rocha (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)	Celcita Pinheiro Gerson Gabrielli Onyx Lorenzoni (Dep. do PTB ocupa a vaga) 2 vagas	<b>PMDB</b>	Gerson Gabrielli José Carlos Machado José Roberto Arruda Mussa Demes Pauderney Avelino (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	<b>PFL</b>	Aroldo Cedraz Eduardo Sciarra Eliseu Resende Gervásio Silva Júlio Cesar Vic Pires Franco
Almir Moura <sup>vaga do PL</sup> Leonardo Picciani Marcelo Teixeira Wladimir Costa (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PPS ocupa a vaga)	Jefferson Campos Leandro Vilela Pastor Pedro Ribeiro Takayama 1 vaga	<b>PSDB</b>	Carlos Eduardo Cadoca Luiz Bittencourt Marcelo Teixeira Max Rosenmann (Dep. do PTB ocupa a vaga)	<b>PMDB</b>	Ann Pontes Jorge Alberto Paulo Afonso Pedro Chaves 1 vaga
Antonio Carlos Pannunzio Carlos Alberto Leréia Eduardo Paes Paulo Bauer <sup>vaga do PFL</sup> Ronaldo Dimas Zenaldo Coutinho	Átila Lira Carlos Sampaio 3 vagas	<b>PP</b>	Antonio Cambraia Eduardo Paes <sup>vaga do PFL</sup> Julio Semeghini Luiz Carlos Haully Narcio Rodrigues Walter Feldman (Licenciado)	<b>PSDB</b>	Anivaldo Vale Antonio Carlos Mendes Thame Gonzaga Mota Yeda Crusius (Dep. do PTB ocupa a vaga)
Francisco Dornelles Nelson Meurer Roberto Balestra (Licenciado)	Leonardo Vilela (Licenciado) Luis Carlos Heinze Vadão Gomes	<b>PTB</b>	Delfim Netto Francisco Dornelles Romel Anizio	<b>PP</b>	Augusto Nardes Márcio Reinaldo Moreira 1 vaga
Iris Simões Joaquim Francisco José Chaves <sup>vaga do PMDB</sup> José Múcio Monteiro	Homero Barreto Paes Landim <sup>vaga do PFL</sup> Philemon Rodrigues 1 vaga	<b>PL</b>	Armando Monteiro <sup>vaga do PMDB</sup> José Militão Nelson Marquezelli 1 vaga	<b>PTB</b>	Arnon Bezerra <sup>vaga do PSDB</sup> Pedro Fernandes (Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do PSC ocupa a vaga)
Miguel de Souza Paulo Marinho <sup>vaga do PFL</sup> Sandro Mabel (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Heleno Silva Milton Monti Raimundo Santos	<b>PSB</b>	Edmar Moreira João Leão Sandro Mabel	<b>PL</b>	Enio Tatico <sup>vaga do PTB</sup> Jaime Martins João Paulo Gomes da Silva Reinaldo Betão
Dr. Ribamar Alves Isaías Silvestre	Luciano Leitoa <sup>vaga do PDT</sup> 2 vagas	<b>PPS</b>	André Zacharow <sup>vaga do PDT</sup> Beto Albuquerque Renato Casagrande	<b>PSB</b>	Pastor Francisco Olímpio 1 vaga
Cláudio Magrão Maria Helena <sup>vaga do PMDB</sup>	Raul Jungmann	<b>PDT</b>	Fernando Coruja (Dep. do PSB ocupa a vaga)	<b>PPS</b> <b>PDT</b>	(Dep. do PDT ocupa a vaga) João Herrmann Neto <sup>vaga do PPS</sup> 1 vaga
Pompeo de Mattos	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	<b>PC do B</b>	Daniel Almeida	<b>PC do B</b>	
1 vaga	Jamil Murad 1 vaga	<b>PRONA</b>	Sérgio Miranda	<b>PV</b>	Vanessa Grazziotin
	Babá <sup>vaga do PT</sup>	<b>S.PART.</b>	Edson Duarte	<b>PSC</b>	Fernando Gabeira <sup>vaga do PT</sup> Leonardo Mattos Zequinha Marinho <sup>vaga do PTB</sup>
Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 216-6206 / 6232 FAX: 216-6225			Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 216-6218 / 6232 FAX: 216-6225		
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.</b>			<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OUVIR OS DIVERSOS POSICIONAMENTOS A RESPEITO DO TEMA E PROPOR MEDIDAS VISANDO A REFORMA UNIVERSITÁRIA.</b>		
Presidente: Mussa Demes (PFL) 1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL) 2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB) 3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB) Relator: Virgílio Guimarães (PT)			Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:		
<b>Titulares</b>			<b>Suplentes</b>		

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
6 vagas	<b>PT</b>	6 vagas	
Gastão Vieira	<b>PMDB</b>	Almir Moura <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>	
João Matos (Licenciado)		Osmar Serraglio	
Marinha Raupp		4 vagas	
Oswaldo Biolchi			
1 vaga	<b>Bloco PFL, PRONA</b>		
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small>		4 vagas	
César Bandeira			
Clóvis Fecury			
Corauci Sobrinho			
Murilo Zauith			
Feu Rosa	<b>PP</b>	Márcio Reinaldo Moreira	
Professor Irapuan Teixeira		Ronivon Santiago	
Simão Sessim		Suely Campos	
Vanderlei Assis		Wagner Lago	
Átila Lira	<b>PSDB</b>	Bonifácio de Andrada	
Nilson Pinto		Lobbe Neto	
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)		Rafael Guerra	
Eduardo Seabra	<b>PTB</b>	Alex Canziani	
Jonival Lucas Junior		Elaine Costa	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		Paes Landim	
Carlos Mota	<b>Bloco PL, PSL</b>	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
Milton Monti		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
Paulo Marinho		1 vaga	
Rogério Teófilo	<b>PPS</b>	Fernando Coruja	
Luciano Leitoa	<b>PSB</b>	1 vaga	
Severiano Alves	<b>PDT</b>	1 vaga	
Alice Portugal	<b>PC do B</b>	Jamil Murad	
Costa Ferreira	<b>PSC</b>	1 vaga	
Sarney Filho	<b>PV</b>	Marcelo Ortiz	
Secretário(a): -	<b>S.PART.</b>	Pedro Irujo <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>	
<b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N.º 29, DE 1993.</b>			
Presidente:			
1º Vice-Presidente:			
2º Vice-Presidente:			
3º Vice-Presidente:			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
Carlos Melles	<b>PFL</b>		
Benedito de Lira	<b>PP</b>		
Elaine Costa	<b>PTB</b>		
<p>Secretário(a): Tarciso Aparecido Higino de Carvalho Local: Secretaria Executiva da Cesp de Doc. Sigilosos Telefones: 216.5625 FAX: 216.5605</p> <p style="text-align: center;"><b>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N.º 29, DE 1993.</b></p> <p>Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:</p> <p><b>Titulares</b></p>			
Antonio Carlos Biscaia	<b>PT</b>		
Mendes Ribeiro Filho	<b>PMDB</b>		
Moroni Torgan	<b>PFL</b>		
Secretário(a): Tarcísio			
Local: CEDI			
Telefones: 216-5615 / 5625			
<b>COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS".</b>			
Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB)			
1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)			
2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)			
3º Vice-Presidente: Perpétua Almeida (PCdoB)			
Relator: Sarney Filho (PV)			
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
Dr. Rosinha	<b>PT</b>	Leonardo Monteiro	
Henrique Afonso		Zé Geraldo	
Neyde Aparecida		2 vagas	
Zico Bronzeado			
Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>	<b>PMDB</b>	Max Rosenmann	
Leandro Vilela		2 vagas	
Luiz Bittencourt			
Moacir Micheletto			
<b>Bloco PFL, PRONA</b>			
Robson Tuma		(Dep. do PV ocupa a vaga)	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		2 vagas	
1 vaga			
Benedito de Lira	<b>PP</b>	Roberto Balestra (Licenciado)	
Francisco Garcia		1 vaga	
Antonio Carlos Mendes Thame	<b>PSDB</b>	Thelma de Oliveira	
Nilson Pinto		1 vaga	
Dr. Francisco Gonçalves	<b>PTB</b>	Arnaldo Faria de Sá	
Josué Bengtson		Pastor Reinaldo	
<b>Bloco PL, PSL</b>			
Coronel Alves		Badu Picanço	
Hamilton Casara		Miguel de Souza	
João Carlos Bacelar <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			
Maria Helena	<b>PPS</b>	Fernando Coruja	
	<b>PSB</b>		

Dr. Ribamar Alves 1 vaga  
 (Dep. do PMDB ocupa a vaga) **PDT** Dr. Rodolfo Pereira  
 Perpétua Almeida **PC do B** Vanessa Grazziotin  
 Sarney Filho **PV** Edson Duarte  
 Fernando Gabeira vaga do Bloco PFL PRONA

Secretário(a): Saulo Augusto  
 Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B  
 Telefones: 216-6276/6252  
 FAX: 216-6285

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR A AÇÃO CRIMINOSA DAS MILÍCIAS PRIVADAS E DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM TODA A REGIÃO NORDESTE".**

Presidente: Bosco Costa (PSDB)  
 1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)  
 2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)  
 3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)  
 Relator: Luiz Couto (PT)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Fernando Ferro		Guilherme Menezes
João Alfredo		José Pimentel
Luiz Alberto		Maurício Rands
Luiz Couto		Nelson Pellegrino
	<b>PFL</b>	
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Davi Alcolumbre <small>vaga do PDT</small>
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Fernando de Fabinho
1 vaga		Rodrigo Maia
	<b>PMDB</b>	
Josias Quintal		Pastor Pedro Ribeiro
Marcelo Castro		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Mauro Lopes		1 vaga
	<b>PSDB</b>	
Bosco Costa		Carlos Sampaio
Helenildo Ribeiro (Licenciado)		João Campos
Vicente Arruda		1 vaga
	<b>PP</b>	
Enivaldo Ribeiro		Márcio Reinaldo Moreira
Mário Negromonte		Nélio Dias
	<b>PTB</b>	
Jonival Lucas Junior		Arnaldo Faria de Sá
Romeu Queiroz		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
	<b>PL</b>	
José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>		Almeida de Jesus
Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do PFL</small>		Edmar Moreira
Marcos de Jesus		
1 vaga		
	<b>PSB</b>	
Dr. Ribamar Alves		Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>
		1 vaga
	<b>PPS</b>	
Geraldo Thadeu		Colbert Martins
	<b>PDT</b>	
1 vaga		(Dep. do PFL ocupa a vaga)
	<b>PC do B</b>	
Daniel Almeida		1 vaga
	<b>PRONA</b>	
1 vaga		Elimar Máximo Damasceno
	<b>S.PART.</b>	
		Osmânio Pereira <small>vaga do PTB</small>

Secretário(a): Francisco de Assis Diniz  
 Local: Anexo II, Sala 151-B

Telefones: 216-6213 / 6252  
 FAX: 216-6285

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O PAPEL NELE DESEMPENHADO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES.**

Presidente:  
 1º Vice-Presidente:  
 2º Vice-Presidente:  
 3º Vice-Presidente:

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Eduardo Valverde		Adão Pretto
Fernando Ferro		Wasny de Roure
Jorge Boeira		2 vagas
Mauro Passos		
	<b>PMDB</b>	
José Priante		Aníbal Gomes
Marcelo Siqueira		Josias Quintal
Pastor Amarildo <small>vaga do PSC</small>		Nelson Bornier
Wladimir Costa		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Gervásio Silva		Corauci Sobrinho
Luiz Carlos Santos		José Carlos Aleluia
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		Pauderney Avelino
	<b>PP</b>	
João Pizzolatti		Ricardo Barros
Mário Negromonte		Vadão Gomes
	<b>PSDB</b>	
João Almeida		Antonio Cambraia
Silvio Torres		Rafael Guerra
	<b>PTB</b>	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		Arnaldo Faria de Sá
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		Marcus Vicente
	<b>Bloco PL, PSL</b>	
Giacobo		Jaime Martins
Inaldo Leitão		Luciano Castro
José Carlos Araújo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		
	<b>PPS</b>	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Colbert Martins
	<b>PSB</b>	
B. Sá <small>vaga do PPS</small>		(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Dr. Ribamar Alves		
	<b>PDT</b>	
Luiz Piauhyllino		Álvaro Dias
		Jurandir Boia <small>vaga do PSB</small>
	<b>PC do B</b>	
Sérgio Miranda		Vanessa Grazziotin
	<b>PSC</b>	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		(Dep. do PRP ocupa a vaga)
	<b>PRP</b>	
		Renato Cozzolino <small>vaga do PSC</small>
	<b>S.PART.</b>	
Osmânio Pereira <small>vaga do PTB</small>		
Salvador Zimbaldi <small>vaga do PTB</small>		
Secretário(a): Marcos Figueira		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B		
Telefones: 216-6261/6273		
FAX: 216-6285		

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DO TRÁFICO DE ARMAS.**

Presidente: Moroni Torgan (PFL)  
 1º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)  
 2º Vice-Presidente: Josias Quintal (PMDB)

3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL)  
Relator: Paulo Pimenta (PT)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Luiz Couto Odair Cunha Paulo Pimenta 1 vaga		Antonio Carlos Biscaia Irieny Lopes José Eduardo Cardozo Zico Bronzeado
	<b>PMDB</b>	
Gervásio Oliveira Josias Quintal Mauro Lopes Nelson Trad		Cabo Júlio Gilberto Nascimento 2 vagas
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small> Laura Carneiro Moroni Torgan Robson Tuma		Abelardo Lupion Eduardo Sciarra Onyx Lorenzoni
	<b>PSDB</b>	
Carlos Sampaio João Campos		Bosco Costa Capitão Wayne Zulaiê Cobra <small>vaga do PTB</small>
	<b>PP</b>	
Nilton Baiano Reginaldo Germano		Francisco Appio Mário Negromonte
	<b>PTB</b>	
Arnaldo Faria de Sá (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		Luiz Antonio Fleury (Dep. do PSDB ocupa a vaga)
	<b>PL</b>	
Coronel Alves Neucimar Fraga		Medeiros Wanderval Santos
	<b>PPS</b>	
Colbert Martins		1 vaga
	<b>PSB</b>	
Paulo Baltazar		Gonzaga Patriota
	<b>PDT</b>	
Pompeo de Mattos		Enio Bacci
	<b>PC do B</b>	
Perpétua Almeida		1 vaga
	<b>PV</b>	
Edson Duarte Secretário(a): Manoel Alvim Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B Telefones: 216-6210/6252 FAX: 216-6285		Jovino Cândido

**REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Chico Alencar		
	<b>PMDB</b>	
José Divino		
	<b>PFL</b>	
Laura Carneiro		
	<b>PSB</b>	
Alexandre Cardoso		
	<b>PC do B</b>	
Jandira Feghali Secretário(a): -		

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAÍ.**

Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)  
Relator: Carlos Mota (PL)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Eduardo Valverde Luiz Eduardo Greenhalgh Virgílio Guimarães		
	<b>PFL</b>	
José Roberto Arruda		
	<b>PL</b>	
Carlos Mota		
	<b>PSDB</b>	
Eduardo Barbosa		
	<b>PTB</b>	
Arnaldo Faria de Sá		
	<b>PPS</b>	
Colbert Martins		
	<b>PCdoB</b>	
Sérgio Miranda Secretário(a): Maria de Fátima Moreira Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6204/6232 FAX: 216-6225		

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.**

Coordenador: Orlando Fantazzini (PT)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Luiz Eduardo Greenhalgh Orlando Fantazzini		
	<b>PMDB</b>	
Gilberto Nascimento Jefferson Campos		
	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	
Dr. Pinotti (Licenciado)		
	<b>PP</b>	
Celso Russomanno		
	<b>PSDB</b>	
Zulaiê Cobra		
	<b>PTB</b>	
Arnaldo Faria de Sá		
	<b>Bloco PL, PSL</b>	
Wanderval Santos		
	<b>PPS</b>	
Geraldo Thadeu		
	<b>PSB</b>	
Luiza Erundina Secretário(a): -		

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.**

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PT</b>	
Josias Gomes Paulo Rocha Professor Luizinho Zico Bronzeado		
	<b>PMDB</b>	
Alceste Almeida		
	<b>PFL</b>	
Francisco Rodrigues		
	<b>PTB</b>	
Pastor Frankembergen		
	<b>PP</b>	

Suely Campos		Nelson Pellegrino	
Dr. Rodolfo Pereira	<b>PDT</b>	Geddel Vieira Lima	<b>PMDB</b>
Vanessa Grazziotin	<b>PC do B</b>	Jorge Alberto	<b>Bloco PFL, PRONA</b>
Secretário(a): -		José Rocha	<b>PP</b>
<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.</b>		1 vaga	
<b>Titulares</b>		Nilton Baiano	<b>PSDB</b>
	<b>PT</b>	Vanderlei Assis	<b>PTB</b>
Maninha	<b>PMDB</b>	João Almeida	<b>Bloco PL, PSL</b>
Moreira Franco	<b>PFL</b>	Jonival Lucas Junior	<b>Bloco PL, PSL</b>
Carlos Melles	<b>PP</b>	Amauri Gasques	<b>PPS</b>
Murilo Zauith		Colbert Martins	<b>PSB</b>
Robério Nunes	<b>PL</b>	Jorge Gomes	<b>PC do B</b>
Feu Rosa	<b>PSDB</b>	Alice Portugal	
Ivan Ranzolin	<b>PDT</b>	Secretário(a): -	
Jair Bolsonaro	<b>PV</b>	<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.</b>	
Marcos de Jesus		<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Antonio Carlos Pannunzio	<b>PT</b>		
João Herrmann Neto	<b>PMDB</b>	Assis Miguel do Couto	<b>PT</b>
Edson Duarte	<b>PFL</b>	Osmar Serraglio	<b>PMDB</b>
Fernando Gabeira	<b>PP</b>	Eduardo Sciarra	<b>PFL</b>
Secretário(a): -	<b>PSDB</b>	Nelson Meurer	<b>PP</b>
<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS TRABALHOS RELACIONADOS À CHACINA OCORRIDA NA BAIXADA FLUMINENSE, INCLUSIVE A APURAÇÃO QUE VEM SENDO FEITA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS.</b>		Luiz Carlos Haully	<b>PSDB</b>
Presidente: Nelson Bornier (PMDB)		Alex Canziani	<b>PTB</b>
<b>Titulares</b>		Fernando Gabeira	<b>PV</b>
	<b>PT</b>	Secretário(a): -	
André Costa	<b>PMDB</b>	<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOOLOGICA DE SÃO PAULO.</b>	
Antonio Carlos Biscaia	<b>Bloco PFL, PRONA</b>	Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)	
Almerinda de Carvalho	<b>PSDB</b>	<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Nelson Bornier	<b>PP</b>		
Aldir Cabral	<b>PTB</b>	Devanir Ribeiro	<b>PT</b>
1 vaga	<b>PL</b>	Roberto Gouveia	<b>PMDB</b>
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Ann Pontes	<b>Bloco PFL, PRONA</b>
Roberto Jefferson	<b>PT</b>	(Dep. do PV ocupa a vaga)	
Reinaldo Betão	<b>PP</b>	Robson Tuma	<b>PP</b>
Secretário(a): -	<b>PSDB</b>	(Dep. do PV ocupa a vaga)	
<b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.</b>		Ildu Araujo	<b>PSDB</b>
<b>Titulares</b>		Professor Irapuan Teixeira	<b>PTB</b>
	<b>PT</b>	Antonio Carlos Mendes Thame	<b>PTB</b>
Angela Guadagnin	<b>Bloco PL, PSL</b>	Arnaldo Faria de Sá	<b>Bloco PL, PSL</b>
Guilherme Menezes	<b>PPS</b>	Amauri Gasques	<b>PPS</b>

<p>Geraldo Thadeu</p> <p>1 vaga</p> <p>Edson Duarte <small>vaga do PMDB</small></p> <p>Marcelo Ortiz</p> <p>Sarney Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p> <p>Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro</p> <p>Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A</p> <p>Telefones: 216-6209/6232</p> <p>FAX: 216-6225</p> <p><b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.</b></p> <p>Coordenador: Alberto Fraga (PFL)</p> <p>Relator: Luis Carlos Heinze (PP)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p>Carlos Abicalil</p> <p>Eduardo Valverde</p> <p>Alberto Fraga</p> <p>Agnaldo Muniz</p> <p>Luis Carlos Heinze</p> <p>Miguel de Souza</p> <p>Nilton Capixaba</p> <p>Perpétua Almeida</p> <p>Edson Duarte</p> <p>Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta</p> <p>Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A</p> <p>Telefones: 216-6211/6232</p> <p>FAX: 216-6225</p> <p><b>COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.</b></p> <p>Coordenador: Mário Heringer (PDT)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p>Antonio Carlos Biscaia</p> <p>Chico Alencar</p> <p>Almir Moura <small>vaga do Bloco PL, PSL</small></p> <p>Gilberto Nascimento</p> <p>Josias Quintal</p> <p>Laura Carneiro</p> <p>Reginaldo Germano</p> <p>(Dep. do PPS ocupa a vaga)</p> <p>Wanderval Santos</p> <p>(Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p>Geraldo Thadeu</p> <p>Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small></p>	<p>Alexandre Cardoso</p> <p>Mário Heringer</p> <p>Secretário(a): -</p> <p><b>COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.</b></p> <p>Coordenador: César Medeiros (PT)</p> <p>Relator: Renato Cozzolino (PRP)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p>César Medeiros</p> <p>Leonardo Monteiro</p> <p>Deley</p> <p>Luiz Bittencourt</p> <p>Nelson Bornier</p> <p>Julio Lopes</p> <p>Sandro Matos</p> <p>Edson Duarte</p> <p>Fernando Gabeira</p> <p>Jovino Cândido</p> <p>Leonardo Mattos</p> <p>Marcelo Ortiz</p> <p>Sarney Filho</p> <p>Renato Cozzolino</p> <p>Secretário(a): .</p> <p><b>GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.</b></p> <p>Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)</p> <p>Relator: Vicente Cascione (PTB)</p> <p><b>Titulares</b></p> <p>Durval Orlato</p> <p>Jorge Boeira</p> <p>Maria do Rosário</p> <p>Terezinha Fernandes</p> <p>Laura Carneiro</p> <p>Zelinda Novaes</p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>Ann Pontes</p> <p>Osmar Serraglio</p> <p>Rose de Freitas</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)</p> <p>Eduardo Barbosa</p> <p>Theilma de Oliveira</p> <p>Darci Coelho <small>vaga do PFL</small></p> <p>Ivan Ranzolin</p> <p>Ricardo Fiuza</p> <p>Luiz Antonio Fleury</p> <p>Vicente Cascione</p> <p>Carlos Mota</p>
--	---

Luiza Erundina **PSB**

Rogério Teófilo **PPS**

Severiano Alves **PDT**

Secretário(a): Angélica Fialho  
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A  
Telefones: 216-6276/6232  
FAX: 216-6225

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.**

**Titulares** **Suplentes**

Iara Bernardi **PT**

Gastão Vieira **PMDB**

Paulo Magalhães **PFL**

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) **PSDB**

Professora Raquel Teixeira (Licenciado)  
Secretário(a): -



**EDIÇÃO DE HOJE: 232 PÁGINAS**